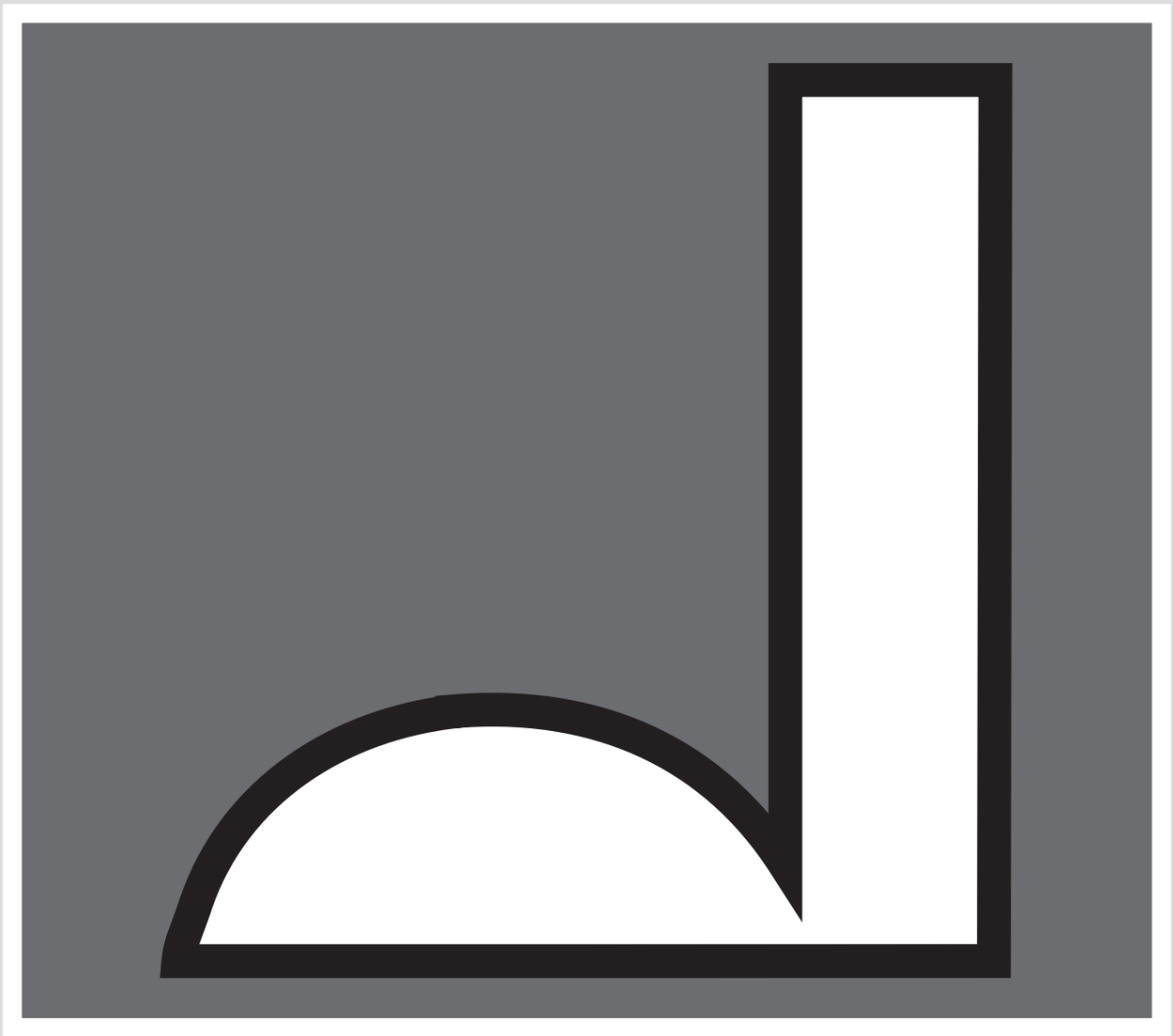
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVII - Nº 010 - SEXTA-FEIRA, 17 DE FEVEREIRO DE 2012 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Waldemir Moka - (PMDB-MS)(3,4)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)[2]

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) (1,5,6,7)
2º - João Durval - (PDT-BA)
3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) - 24

Líder
Renan Calheiros - PMDB

.....

Líder do PMDB - 18
Renan Calheiros

Vice-Líderes do PMDB
Vital do Rêgo
Eduardo Braga
Sérgio Souza (19)
Waldemir Moka
Ricardo Ferraço
Casildo Maldaner

Líder do PP - 5
Francisco Dornelles

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12)

Líder do PV - 1
Paulo Davim

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25

Líder
Walter Pinheiro - PT (21,25)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz
Antonio Carlos Valadares (28)
Inácio Arruda
Marcelo Crivella

.....

Líder do PT - 13
Walter Pinheiro (21,25)

Vice-Líderes do PT
Wellington Dias (26)
Lindbergh Farias (27)
Ana Rita (22)
Anibal Diniz (23)

Líder do PDT - 5
Acir Gurgacz

Vice-Líder do PDT
Pedro Taques (20)

Líder do PSB - 4
Lídice da Mata (29)

Vice-Líder do PSB
Antonio Carlos Valadares (28)

Líder do PC DO B - 2
Inácio Arruda

Líder do PRB - 1
Marcelo Crivella

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15

Líder
Jayme Campos - DEM (24)

Vice-Líderes
Cyro Miranda (34)
Flexa Ribeiro (5,33)
Lúcia Vânia (32)
Mário Couto (31)
Paulo Bauer (7,30)

.....

Líder do PSDB - 10
Alvaro Dias

Vice-Líderes do PSDB
Aloysio Nunes Ferreira (6)
Paulo Bauer (7,30)
Flexa Ribeiro (5,33)

Líder do DEM - 5
Demóstenes Torres (3,4)

Vice-Líder do DEM
Jayme Campos (24)

PR - 7

Líder
Blairo Maggi - PR (18)

PTB - 6

Líder
Gim Argello - PTB

Vice-Líderes
João Vicente Claudino
Mozarildo Cavalcanti

PSOL - 1

Líder
Randolfe Rodrigues - PSOL (17)

PSD - 2

Líder
Kátia Abreu - PSD (11)

Vice-Líder
Sérgio Petecão

Governo

Líder
Romero Jucá - PMDB

Vice-Líderes
Gim Argello
Benedito de Lira
Lídice da Mata (29)
Jorge Viana
Vital do Rêgo

Notas:
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
14. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
15. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
16. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
17. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB N° 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
18. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
19. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
21. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
22. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
23. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
31. Senador Mário Couto é designado 4 º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Patrícia Freitas Portella Nunes Martins
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 10ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 16 DE FEVEREIRO DE 2012

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 54, de 2012, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando a retirada em caráter definitivo do Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2006. **Deferido.**..... 02936

Nº 55, de 2012, de autoria do Senador Luiz Henrique, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar, no período de 2 a 5 de abril próximo. 02936

Nº 56, de 2012, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar, no período de 2 a 5 de abril próximo. 02938

Nº 57, de 2012, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar, no período de 2 a 5 de abril próximo. 02940

Nº 58, de 2012, de autoria do Senador Vicentinho Alves e outros Senadores, solicitando a realização de sessão especial, em 22 de outubro próximo, para comemorar o Dia do Aviador..... 02942

Nº 59, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Marcelo Dino. 02942

Nº 60, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Bispo Ladislau Biernaski. 02942

Nº 61, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos à Sra. Maria das Graças Foster..... 02943

Nº 62, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos ao Município de Santa Isabel do Rio Negro/AM.. 02943

1.2.2 – Parecer

Nº 75, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2005..... 02944

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2005, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. **(Ofício nº 9/2012-CI).** 02949

1.2.4 – Comunicação

Da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Assuntos Sociais **(Ofício nº 14/2012).** 02949

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR *ALVARO DIAS* – Considerações sobre os cortes orçamentários anunciados, ontem, pelo Governo Federal, em diversas áreas; e outro assunto. 02949

SENADORA *VANESSA GRAZZIOTIN* – Comentários sobre o anúncio, ontem, pelo Governo Federal, de cortes orçamentários em 2012..... 02954

1.2.6 – Comunicação

Das Lideranças do PSD e do PSOL no Senado Federal, de indicações de membros para integrarem, diversas comissões permanentes. *Designação da Senadora Kátia Abreu, como titular, para compor as Comissões de Assuntos Econômicos; e de Educação, Cultura e Esporte; e, como suplente, as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Designação do Senador Sérgio Peteção, como titular, para compor a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; e, como suplente, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Designação do Senador Randolfe Rodrigues, como titular, para compor a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e, como suplente, as Comissões de Assuntos Econômicos, e de Educação, Cultura e Esporte.* **(Ofício nº 6/2012).** 02957

1.2.7 – Mensagens da Presidente da República

Nº 5, de 2012 (nº 28/2012, na origem), pela qual solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado do Amazonas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar o "Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – Prosamim III"..... 02958

Nº 6, de 2012 (nº 29/2012, na origem), pela qual solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município do Rio de Janeiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do "Programa de Urbanização de Assentamentos Populares – PROAP – Etapa III".. 02958

1.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *ALOYSIO NUNES FERREIRA* – Ponderações sobre o anunciado corte de recursos orçamentários de 2012..... 02958

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Comentários sobre ilustração do cartunista Jean Galvão, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** e intitulada "Candidatura. O caminho que você escolher está escolhido, Serra! Sim/não?"..... 02960

SENADOR *PEDRO SIMON* – Considerações sobre a possibilidade de mudança na composição da Comissão de Ética da Presidência da República; e outros assuntos. 02965

SENADOR *RANDOLFE RODRIGUES*, como Líder – Comentários sobre o projeto de lei que institui o regime de previdência complementar para servidores públicos..... 02969

SENADOR *VALDIR RAUPP* – Considerações sobre os modais de transporte no Brasil e em Rondônia; e outros assuntos..... 02970

SENADOR *JORGE VIANA* – Registro do decreto de situação de emergência no Município de Rio Branco em decorrência do transbordamento das águas do Rio Acre. 02972

SENADOR *LUIZ HENRIQUE* – Apelo em defesa de ações públicas em favor do turismo receptivo e gerador de empregos no País..... 02975

SENADOR *SÉRGIO SOUZA* – Lamento pelo corte orçamentário anunciado, ontem, pelo Poder Executivo..... 02977

SENADOR *CRISTOVAM BUARQUE* – Reflexão acerca do impacto do corte orçamentário anunciado, ontem, sobre as instituições nacionais..... 02978

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Registro do anúncio, ontem, do aumento do percentual de investimentos sobre o PIB para 2012; e outro assunto.. 02980

1.2.9 – Mensagens da Presidente da República

Nº 7, de 2012 (nº 30/2012, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *José Fiuza Neto*, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de El Salvador..... 02981

Nº 8, de 2012 (nº 31/2012, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Luiz Felipe Mendonça Filho*, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Nicarágua. 03007

Nº 9, de 2012 (nº 32/2012, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação da Senhora *Renate Stille*, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia..... 03030

Nº 10, de 2012 (nº 33/2012, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Evandro de Sampaio Didonet*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria..... 03051

Nº 11, de 2012 (nº 34/2012, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Michael Francis de Maya Monteiro Gepp*, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a São Vicente e Granadinas. 03069

Nº 12, de 2012 (nº 35/2012, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Márcio Araujo Lage*, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Botsuana..... 03089

Nº 13, de 2012 (nº 36/2012, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *José Marcus Vinicius de Sousa*, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Dominicana..... 03119

Nº 14, de 2012 (nº 37/2012, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Jorge Geraldo Kadri*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia. .. 03143

Nº 15, de 2012 (nº 38/2012, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Flávio Helmold Macieira*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega, e, cumulativamente, junto à República da Islândia.... 03176

Nº 16, de 2012 (nº 39/2012, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Marcelo Leonardo da Silva Vasconcelos*,

Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Socialista do Sri Lanka, e, cumulativamente, junto à República das Maldivas..... 03213

Nº 17, de 2012 (nº 40/2012, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *George Ney de Souza Fernandes*, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas, e, cumulativamente, junto à República de Palau, à República das Ilhas Marshall e aos Estados Federados da Micronésia..... 03246

Nº 18, de 2012 (nº 41/2012, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação da Senhora *Susan Kleebank*, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Eslovaca.... 03296

Nº 19, de 2012 (nº 42/2012, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Afonso Álvaro De Siqueira Carbonar*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Líbia..... 03322

1.3 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

3 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

5 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

6 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

Ata da 10ª Sessão, Não Deliberativa em 16 de fevereiro de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Waldemir Moka, da Srª Vanessa Grazziotin, e dos Srs. Pedro Taques e Sérgio Souza

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 17 horas e 25 minutos.)

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 54, DE 2012

Nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 2 de 2006, de minha autoria, que altera o art. 8º da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para atribuir ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social metade dos dividendos mínimos pagos pela Caixa Econômica Federal ao Tesouro Nacional. – Senador **Cristovam Buarque.**

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência defere o requerimento que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 55, DE 2012

Requeremos nos termos do artigo 55, III, da Constituição Federal, combinado com o artigo 39, inciso I, e o disposto no art. 40, § 1º , inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para nos ausentarmos do País, no período de 02 a 05 de abril do corrente ano, com vistas a participarmos de uma série de encontros entre parlamentares tchecos e brasileiros, que serão realizados no Parlamento da República Tcheca, com o objetivo de estreitar os laços democráticos entre as duas Repúblicas, conforme convite, em anexo.

A troca de experiências entre parlamentares tchecos e brasileiros sobre o funcionamento de suas casas legislativas é ansiosamente aguardada pela República Tcheca, haja vista ter o Brasil consolidado uma das maiores democracias do mundo.

Ao manifestar nossa satisfação com o honroso convite recebido, requeremos, ainda, que seja considerada nossa participação no citado evento, como missão política de interesse parlamentar, contribuindo na aproximação das culturas entre a República Tcheca e o Brasil.

Sala das Sessões,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Senador da República
Presidente do Grupo Parlamentar da República Tcheca e do Brasil

JARBAS VASCONCELOS
Senador da República

ALOYSIO NUNES
Senador da República

Velvyslanectví České republiky
Embaixada da República Tcheca

SES 805 Lote 21A Via L3, Asa Sul,
Caixa postal 170, CEP 70200-901, Brasília - DF
tel.: +55 61 3242 7785; 7905; fax: +55 61 3242 7833
e-mail: brasilia@embassy.mzv.cz
www.mzv.cz/brasilia

No. 253/2012

Brasília, 12 de fevereiro de 2012

Excelentíssimo Senhor
Luiz Henrique da Silveira
Senador da República

Senhor Senador,

Retribuindo a visita dos Parlamentares da República Tcheca Sr. David Vodrážka, Sr. Vaclav Kubata e outros, que estiveram em Brasília, nos dias.30 de maio 2011 até 02 de junho de 2011, tenho a honra de reafirmar o convite do Sr. Vaclav Kubata, Presidente do Grupo Parlamentar da República Tcheca e do Brasil, para Vossa Excelência, bem como os senadores Jarbas Vasconcelos e Aloysio Nunes para participar de uma série de encontros entre parlamentares, que serão realizados no Parlamento Tcheco, nos dias 02 a 05 de abril do corrente ano, com o objetivo de estreitar os laços democráticos entre a República Tcheca e a República Federativa do Brasil.

A troca de experiências entre os parlamentares tchecos e brasileiros sobre o funcionamento de suas casas legislativas é ansiosamente aguardada, tendo o Brasil consolidado uma das maiores democracias do mundo.

Certo de contar com apoio de Vossa Excelência, proponho o roteiro abaixo.

Dia 2 de abril: Visita a Câmara dos Deputados do Parlamento Tcheco
Dia 3 de abril: Visita ao Senado do Parlamento Tcheco
Dias 4 e 5 de abril: Viagem a Brno, na região da Moravia do Sul

Sugiro que a Embaixada do Brasil, em Praga, com a colaboração do Grupo Parlamentar Brasil - República Tcheca, estabeleçam os detalhes da programação.

Respeitosamente,

Ivan Jančárek
Embaixador

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

REQUERIMENTO
Nº 56, DE 2012

Requeremos nos termos do artigo 55, III, da Constituição Federal, combinado com o artigo 39, inciso I, e o disposto no art. 40, § 1° , inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para nos ausentarmos do País, no período de 02 a 05 de abril do corrente ano, com vistas a participarmos de uma série de encontros entre parlamentares tchecos e brasileiros, que serão realizados no Parlamento da República Tcheca, com o objetivo de estreitar os laços democráticos entre as duas Repúblicas, conforme convite, em anexo.

A troca de experiências entre parlamentares tchecos e brasileiros sobre o funcionamento de suas casas legislativas é ansiosamente aguardada pela República Tcheca, haja vista ter o Brasil consolidado uma das maiores democracias do mundo.

Ao manifestar nossa satisfação com o honroso convite recebido, requeremos, ainda, que seja considerada nossa participação no citado evento, como missão política de interesse parlamentar, contribuindo na aproximação das culturas entre a República Tcheca e o Brasil.

Sala das Sessões,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Senador da República
Presidente do Grupo Parlamentar da República Tcheca e do Brasil

JARBAS VASCONCELOS
Senador da República

ALOYSIO NUNES
Senador da República

Velvyslanectví České republiky
Embaixada da República Tcheca

SES 805 Lote 21A Via L3, Asa Sul,
Caixa postal 170, CEP 70200-901, Brasília - DF
tel.: +55 61 3242 7785; 7905; fax: +55 61 3242 7833
e-mail: brasilia@embassy.mzv.cz
www.mzv.cz/brasilia

No. 253/2012

Brasília, 12 de fevereiro de 2012

Excelentíssimo Senhor
Luiz Henrique da Silveira
Senador da República

Senhor Senador,

Retribuindo a visita dos Parlamentares da República Tcheca Sr. David Vodrážka, Sr. Vaclav Kubata e outros, que estiveram em Brasília, nos dias.30 de maio 2011 até 02 de junho de 2011, tenho a honra de reafirmar o convite do Sr. Vaclav Kubata, Presidente do Grupo Parlamentar da República Tcheca e do Brasil, para Vossa Excelência, bem como os senadores Jarbas Vasconcelos e Aloysio Nunes para participar de uma série de encontros entre parlamentares, que serão realizados no Parlamento Tcheco, nos dias 02 a 05 de abril do corrente ano, com o objetivo de estreitar os laços democráticos entre a República Tcheca e a República Federativa do Brasil.

A troca de experiências entre os parlamentares tchecos e brasileiros sobre o funcionamento de suas casas legislativas é ansiosamente aguardada, tendo o Brasil consolidado uma das maiores democracias do mundo.

Certo de contar com apoio de Vossa Excelência, proponho o roteiro abaixo.

Dia 2 de abril: Visita a Câmara dos Deputados do Parlamento Tcheco
Dia 3 de abril: Visita ao Senado do Parlamento Tcheco
Dias 4 e 5 de abril: Viagem a Brno, na região da Moravia do Sul

Sugiro que a Embaixada do Brasil, em Praga, com a colaboração do Grupo Parlamentar Brasil - República Tcheca, estabeleçam os detalhes da programação.

Respeitosamente,

Ivan Jančárek

Embaixador

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

REQUERIMENTO Nº 57, DE 2012

Requeremos nos termos do artigo 55, III, da Constituição Federal, combinado com o artigo 39, inciso I, e o disposto no art. 40, § 1º , inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para nos ausentarmos do País, no período de 02 a 05 de abril do corrente ano, com vistas a participarmos de uma série de encontros entre parlamentares tchecos e brasileiros, que serão realizados no Parlamento da República Tcheca, com o objetivo de estreitar os laços democráticos entre as duas Repúblicas, conforme convite, em anexo.

A troca de experiências entre parlamentares tchecos e brasileiros sobre o funcionamento de suas casas legislativas é ansiosamente aguardada pela República Tcheca, haja vista ter o Brasil consolidado uma das maiores democracias do mundo.

Ao manifestar nossa satisfação com o honroso convite recebido, requeremos, ainda, que seja considerada nossa participação no citado evento, como missão política de interesse parlamentar, contribuindo na aproximação das culturas entre a República Tcheca e o Brasil.

Sala das Sessões,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Senador da República
Presidente do Grupo Parlamentar da República Tcheca e do Brasil

JARBAS VASCONCELOS
Senador da República

ALOYSIO NUNES
Senador da República

Velvyslanectví České republiky
Embaixada da República Tcheca

SES 805 Lote 21A Via L3, Asa Sul,
Caixa postal 170, CEP 70200-901, Brasília - DF
tel.: +55 61 3242 7785; 7905; fax: +55 61 3242 7833
e-mail: brasilia@embassy.mzv.cz
www.mzv.cz/brasilia

No. 253/2012

Brasília, 12 de fevereiro de 2012

Excelentíssimo Senhor
Luiz Henrique da Silveira
Senador da República

Senhor Senador,

Retribuindo a visita dos Parlamentares da República Tcheca Sr. David Vodrážka, Sr. Vaclav Kubata e outros, que estiveram em Brasília, nos dias.30 de maio 2011 até 02 de junho de 2011, tenho a honra de reafirmar o convite do Sr. Vaclav Kubata, Presidente do Grupo Parlamentar da República Tcheca e do Brasil, para Vossa Excelência, bem como os senadores Jarbas Vasconcelos e Aloysio Nunes para participar de uma série de encontros entre parlamentares, que serão realizados no Parlamento Tcheco, nos dias 02 a 05 de abril do corrente ano, com o objetivo de estreitar os laços democráticos entre a República Tcheca e a República Federativa do Brasil.

A troca de experiências entre os parlamentares tchecos e brasileiros sobre o funcionamento de suas casas legislativas é ansiosamente aguardada, tendo o Brasil consolidado uma das maiores democracias do mundo.

Certo de contar com apoio de Vossa Excelência, proponho o roteiro abaixo.

Dia 2 de abril: Visita a Câmara dos Deputados do Parlamento Tcheco
Dia 3 de abril: Visita ao Senado do Parlamento Tcheco
Dias 4 e 5 de abril: Viagem a Brno, na região da Moravia do Sul

Sugiro que a Embaixada do Brasil, em Praga, com a colaboração do Grupo Parlamentar Brasil - República Tcheca, estabeleçam os detalhes da programação.

Respeitosamente,

Ivan Jančárek

Embaixador

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional).

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão encaminhados à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 58, DE 2012

(Sessão Especial)

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Sessão Especial no Plenário do Senado Federal, dia 22 de outubro de 2012, destinada a comemorar o Dia do Aviador.

Sala das Sessões,

Senador Vicentinho Alves

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 59, DE 2012

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção de Voto de Pesar pelo falecimento do jovem Marcelo Dino, filho do presidente da EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo), senhor Flávio Dino e da professora da Universidade de Brasília – UnB, bem como seja encaminhada o referido Voto aos seus familiares Flávio Dino (pai), Adriana Fonseca (mãe), Vinícius (irmão) e amigos no endereço: SCN Quadra 2, Bloco G, 20 andar, CEP: 70.712-907, Brasília/DF.

Justificação

Marcelo Dino Fonseca de Castro, de 13 anos, era filho de Flávio Dino, dirigente do PCdoB Nacional e do Maranhão, que já foi juiz, deputado federal, e hoje é o atual presidente da Embratur e da professora da Universidade de Brasília (UnB) Adriana Fonseca. O casal teve outro filho, Vinícius, que tem 17 anos.

O filho do comunista estava em Brasília, quando sofreu uma forte crise de asma, que provocou uma parada cardíaca. Marcelo passou mal ontem, quando realizava atividade esportiva na escola, e foi levado ao hospital Santa Lúcia, em Brasília. No entanto, durante a madrugada, sofreu uma parada cardíaca e não resistiu. Segundo o hospital, o paciente passou a noite consciente, em monitoramento na UTI, com quadro estável, mas queixou-se de desconforto e dificuldade para respirar por volta das 6h.

Ainda de acordo com o hospital, a causa da morte só poderá ser conhecida após laudo do IML (Instituto Médico Legal). A Promotoria de Saúde do Ministério Público do Distrito Federal deve apurar se houve alguma falha no atendimento do adolescente por parte do hospital.

Neste momento de perda e dor, é com enorme consternação que recebemos a notícia do falecimento do jovem Marcelo Dino, lamentamos essa fatalidade e sem poder traduzir os verdadeiros sentimentos que nos assolam nesse momento tão difícil transmito meus sentimentos a seus familiares e amigos.

Sala das Sessões, 14 de Fevereiro de 2012.

_ Senadora **Vanessa Grazziotin.**

REQUERIMENTO N° 60, DE 2012

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção de Voto de Pesar pelo falecimento do Bispo Ladislau Biernaski, presidente da CPT (Comissão Pastoral da Terra), bem como seja encaminhada o referido Voto ao Padre Dirceu Fumagalli, a senhora Isolete Wichinieski, seus familiares e amigos no endereço: Comissão da Terra, Secretária Nacional, Rua 19 n° 35, 10 andar Edifício Dom Abel, Centro, Goiânia/GO, CEP: 74.030-090.

Justificação

Na manhã do dia 13-2-12 a sociedade perdeu Dom Ladislau Biernaski, bispo de São José dos Pinhais e que presidia, desde 2009, a Comissão Pastoral da Terra – CPT. Dom Ladislau sempre defendeu a luta social, apoiava a reforma agrária e o MST.

Dom Ladislau nasceu 1937 em Almirante Tamandaré, região metropolitana de Curitiba. Sua Ordenação Presbiteral é de seis de julho de 1963, em Curitiba. A Ordenação Episcopal aconteceu no dia 27 de maio de 1979,

em Roma, Itália. Foi bispo auxiliar de Curitiba de 1979 a 2006. Também foi responsável por diversas Pastorais Sociais no Brasil, como a Pastoral Operária, Comissão Pastoral da Terra (atual presidente), Pastoral Carcerária (1979) e Pastoral do Menor (1988). Em sua larga atuação no Regional Sul (CNBB do Paraná), foi membro da presidência (1999) e secretário executivo (2007).

Aos 73 anos de uma vida comprometida com a verdade e a justiça. Um bispo filho de camponeses migrantes poloneses, que se preocupava com a soberania alimentar, com a agroecologia. Era um semeador de ideias e de exemplos de vida, a serviço dos camponeses. Grande Dom Ladislau, foi um verdadeiro pastor.

Dom Ladislau cumpriu um papel importante de levar informações sobre setores marginalizados para dentro da igreja. Nesse sentido, podemos dizer que ele cumpriu um papel fundamental, sempre com posições claras e equilibradas. Dom Ladislau foi uma presença marcante e solidária na luta dos camponeses. Nesse sentido, trata-se de uma perda muito grande, tanto pelo que ele fazia como pelo que ele representava

Sensibilizada, neste momento de perda e dor, externo meus sentimentos na certeza de que a fé traz esperança e conforto espiritual e transmito meus sentimentos a seus familiares e amigos.

Sala das Sessões, 15 de Fevereiro de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin.**

REQUERIMENTO N° 61, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos, a Maria das Graças Foster pela nomeação para presidir à empresa petrolífera estatal – Petrobras, primeira mulher a assumir a presidência de uma empresa petrolífera no mundo, empossada no dia 13 de Fevereiro, bem como seja encaminhado o referido voto no seguinte endereço: Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRAS; Avenida República do Chile, nº 65, Centro – CEP: 20031-912 Rio de Janeiro – RJ.

Justificação

O Conselho de Administração da Petrobras elegeu Maria das Graças Silva Foster como presidente da empresa, em substituição ao atual presidente, José Sergio Gabrielli de Azevedo, que, que deixou a estatal para seguir carreira política na Bahia.

Além de diversos cargos executivos na Companhia, Maria das Graças Silva Foster já atuou como presidente da Petrobras Química S.A – PETROQUISA, e como presidente e diretora Financeira da Petrobras Distribuidora S.A. É presidente dos Conselhos de Administração da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A – TBG, e da Transportadora Associada de Gás S. A. – TAG e membro dos Conselhos da Petrobras Transporte S.A – TRANSPETRO, da Petrobras Biocombustível S.A, e da Braskem S. A. É graduada em Engenharia Química pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com mestrado em Engenharia Química, pós-graduação em Engenharia Nuclear pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ), e MBA em Economia pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/RJ).

Ao assumir a presidência Graça Foster destacou a importância que sua gestão dará à segurança do meio ambiente em todas as operações previstas, mesmo as do pré-sal, declarou ainda que a intenção é fortalecer as relações com os parceiros da América Latina e da África, sem, contudo, descuidar das relações multissetoriais que a empresa tem com 27 países. Prometeu dar atenção ao conteúdo brasileiro nas contratações para toda a companhia e lembrou que a estatal tem investimentos no montante de US$224,7 bilhões e uma estimativa de produção de 6 milhões de barris diários até 2020.

Parabéns, Maria das Graças Silva Foster por ser a primeira mulher a ser indicada para comandar uma empresa de petróleo no mundo.

Sala das Sessões, 15 de fevereiro de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**

REQUERIMENTO N° 62, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos, ao Município de Santa Isabel do Rio Negro por estar completando 55 anos de criação, comemorado no dia 31 de dezembro de 2011, bem como seja encaminhado o referido voto a Prefeita Eliete Cunha Beleza no seguinte endereço: Prefeitura: Endereço: Av. Danilo Correa, s/n – Bairro: Centro – CEP: 69.740-000, Santa Isabel do Rio Negro/AM.

Justificação

Antes da chegada dos europeus, a região era habitada por várias nações indígenas: maupé, majurana, jurupixuna. Foram os jesuítas que fizeram os primeiros contatos com os habitantes locais.

Depois da expulsão destes (1661), o contato com o povoamento do rio Negro só é reativado a partir de 1695, com a chegada de outros religiosos. Em 1760, estabeleceu-se um destacamento militar e foi construído um forte no local onde hoje existe a cidade de São Gabriel da Cachoeira.

Situada entre Barcelos e São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro é um município brasileiro do Estado do Amazonas. Em seu território estão localizados o Pico da Neblina e o Pico 31 de Março, que são as duas montanhas mais altas do Brasil. Localiza-se a

781 quilômetros de barco de Manaus, ou 631km por via aérea pelo Aeroporto de Santa Isabel do Rio Negro. A cidade tem se tornado referência para a pesca esportiva, graças à grande concentração de tucunarés.

Desde 1968 o município é enquadrado como área de segurança nacional. Santa Isabel está em uma região que é das mais ricas do Brasil em termos de cultura indígena. No município há apresentação de danças indígenas como o jurupari, dabucuri e o kapiwaiá e rituais da cultura yanomami. O município apresenta serras e picos que estão entre os mais altos do País. Nas proximidades estão os picos da Neblina e 31 de Março.

Santa Isabel revela belas praias durante a época da vazante. A maioria delas fica localizada em ilhas nos arredores do município, como a paradisíaca Ilha do Chile.

Porém, o que torna realmente Santa Isabel especial é que ela marca o momento exato de transição entre o médio e o alto Rio Negro, as fortes corredeiras tão típicas do Alto Rio Negro só começaram a ser vistas muitos quilômetros rio acima. Nesse ponto, as águas escuras ainda mantém seu ritmo lento, formando um imenso espelho d'água que reflete o céu, a floresta e as formações rochosas ao seu redor, uma visão de tirar o fôlego.

Parabéns, ao município de Santa Isabel do Rio Negro.

Sala das Sessões, 15 de Fevereiro de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, parecer que será lido.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 75, DE 2012

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2005, do Senador Valdir Raupp, que acrescenta dispositivo à Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica nos Sistemas Elétricos Isolados (PROISOL).

RELATOR: "AD HOC": Senador **WALTER PINHEIRO**

RELATOR: Senador **VICENTINHO ALVES**

I – RELATÓRIO

Tramita nesta Comissão o Projeto de Lei nº 5, de 2005, de autoria do Senador Valdir Raupp, que acrescenta dispositivo à Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir o Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia (PROISOL).

O Autor da matéria sustenta que o objetivo do PROISOL é o de promover o aumento da participação de fontes alternativas nos sistemas elétricos isolados. Argumenta que o Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), criado pela Lei nº 10.438, de 2002, só vale para o sistema elétrico nacional interligado (SIN) e que os sistemas isolados ainda são fortemente dependentes da geração com base nos caros combustíveis fósseis.

Ao final da última legislatura, o projeto havia sido arquivado, em atendimento aos ditames do Regimento Interno do Senado Federal. Entretanto, a matéria volta a tramitar em face da aprovação do Requerimento nº 324, de 2011, de autoria do Senador Valdir Raupp.

O Projeto de Lei foi despachado para esta Comissão, em decisão terminativa. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Inicialmente, cabe destacar a ausência de qualquer óbice de natureza constitucional, regimental, jurídica ou de técnica legislativa no PLS nº 5, de 2005.

Inegável era o valor da Proposição para os sistemas isolados, no início de sua tramitação. O PROISOL fazia todo o sentido econômico e ambiental. Apesar disso, passados seis anos do início de sua tramitação, vemos razões fortes para que o PLS não mais prospere nesta Casa.

A aprovação de um novo marco regulatório para o setor elétrico, materializado pela Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, introduziu a modalidade de leilão reverso nas licitações de novas fontes de geração. Ganha o direito de gerar para o sistema regulado o empreendedor que ofertar a menor tarifa para prestar o serviço de geração de energia, em prazo que chega a 30 anos.

A aplicação do leilão reverso em certames específicos para fontes alternativas, a partir de 2008, mostrou resultados alvissareiros para o consumidor. As tarifas mais recentes de fonte eólica já estão abaixo de R$ 100 por megawatt-hora e são perfeitamente competitivas com as das fontes hidráulicas de porte equivalente. Essa experiência bem-sucedida praticamente sepultou a segunda etapa do PROINFA. Deve-se ressaltar que as fontes eólicas da primeira etapa do PROINFA custam atualmente ao consumidor, em média, mais de R$ 250 por megawatt-hora.

Diante dessa nova realidade, o PROISOL, concebido à semelhança do PROINFA, igualmente deixa de fazer sentido, porque a Lei nº 10.848, de 2004, também permite que os leilões reversos sejam usados para a contratação de fontes alternativas nos sistemas isolados.

III – VOTO

Diante do exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei nº 5, de 2011.

Sala da Comissão, 9 de fevereiro de 2012.

, Presidente

, Relator

(Sen. Walter Pinheiro)

SENADO FEDERAL
Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2005

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 1ª REUNIÃO, DE 09/02/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

RELATOR:

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Acir Gurgacz (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PMDB, PP, PSC)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Casildo Maldaner (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Lauro Antonio (PR)
Ciro Nogueira (PP)	7. Ivo Cassol (PP)
Francisco Dornelles (PP)	VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
[illegible]a Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PR	
Blairo Maggi	1. Vicentinho Alves
PSOL	
VAGO	1. VAGO

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Matéria: Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2005.

TITULARES					SUPLENTES				
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PC do B / PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PC do B / PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LINDBERGH FARIAS		X			1 – HUMBERTO COSTA				
DELCÍDIO AMARAL					2 – JOSÉ PIMENTEL		X		
JORGE VIANA					3 – WELLINGTON DIAS				
WALTER PINHEIRO (Relator "ad hoc")		X			4 – MARCELO CRIVELLA		X		
ACIR GURGACZ					5 – PEDRO TAQUES				
JOÃO CAPIBERIBE					6 – RODRIGO ROLLEMBERG				
INÁCIO ARRUDA					7 – VANESSA GRAZZIOTIN				
(PMDB / PP / PSC / PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	(PMDB / PP / PSC / PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP (Autor)					1 – ROMERO JUCÁ				
WALDEMIR MOKA		X			2 – SÉRGIO SOUZA				
LOBÃO FILHO					3 – ROBERTO REQUIÃO				
VITAL DO RÊGO					4 – JOÃO ALBERTO SOUZA				
RICARDO FERRAÇO		X			5 – VAGO				
EDUARDO BRAGA		X			6 – CASILDO MALDANER				
CIRO NOGUEIRA					7 – LAURO ANTÔNIO				
FRANCISCO DORNELLES		X			8 – IVO CASSOL		X		
PSDB/DEM	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PSDB/DEM	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLEXA RIBEIRO		X			1 – AÉCIO NEVES				
LÚCIA VÂNIA					2 – ALOYSIO NUNES FERREIRA				
CYRO MIRANDA					3 – ÁLVARO DIAS				
DEMÓSTENES TORRES					1- JAYME CAMPOS				
PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FERNANDO COLLOR					1 – ARMANDO MONTEIRO				
MOZARILDO CAVALCANTI					2 – JOÃO VICENTE CLAUDINO				
PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
BLAIRO MAGGI		X			1 – VICENTINHO ALVES				
PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO

TOTAL: 12 **Sim:** 0 **Não:** 11 **Abstenção:** 0 **Autor:** 0 **Presidente:** 1

Sala das Reuniões, em 09 / 02 / 2012.

Senadora Lúcia Vânia
Presidente

Obs.: O voto do Autor da Proposição não será computado, consignando-se sua presença para efeito de Quorum (art. 132, § 8º - RISF)

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 10.438, DE 26 DE ABRIL DE 2002.

Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação às Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, nº 5.655, de 20 de maio de 1971, nº 5.899, de 5 de julho de 1973, nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e dá outras providências.

.....

LEI Nº 10.848, DE 15 DE MARÇO DE 2004.

Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nºs 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências.

.....

Ofício nº 9/2012-CI

Brasília, 9 de fevereiro de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão ***rejeitou****, em* ***Decisão Terminativa****, na reunião realizada no dia* 03 de fevereiro *do ano em curso, o* ***Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2005****, que "Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica nos Sistemas Elétricos Isolados (PROISOL).", de autoria do* ***Senador Valdir Raupp.***

Respeitosamente,

Senadora Lúcia Vânia
Presidente da Comissão

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 9, de 2012**, do Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2005.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 9/2012-CI

Brasília, 9 de fevereiro de 2012

Exelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em Decisão Terminativa, na reunião realizada no dia 9 de fevereiro do ano em curso, o Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2005, que "Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica Isolados (PROISOL).", de autoria do Senador Valdir Raupp.

Respeitosamente, – Senadora **Lúcia Vânia** Presidente da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Com referência ao **Ofício nº 9, de 2012**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2005, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB nº 14/2012

Brasília, 16 de fevereiro de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Vital do Rêgo, para a suplência em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eunício Oliveira na Comissão de Assuntos Sociais - CAS.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Será feita a substituição solicitada.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Hoje a sessão é não deliberativa e iniciamos convidando os oradores inscritos.

Como primeiro orador, em permuta com o Senador Cristovam Buarque, eu convido, para fazer uso da palavra, o Senador Alvaro Dias, que fala hoje pelo tempo regimental de vinte minutos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Rui Barbosa: "As primeiras condições de respeitabilidade de todo poder, de todo agente da autoridade em qualquer país são a sua competência e a sua honestidade".

O Governo, ontem, apresentou-se confessando incompetência e desonestidade. Aliás, um cinismo imbatível, com o descaramento de afirmar que não realiza cortes na área social. Saúde não é área social. Educação, segurança pública, previdência social, FGTS! Os cortes foram anunciados. E o Governo diz que a área social é intocável. O que é área social para o Governo?

O Ministro Mantega, que é alvo de representação no Ministério Público, em razão dos escândalos na Casa da Moeda, sorria, porque imagina que todos nós nos esqueceremos rapidamente do que foi dito ontem a todo povo brasileiro, por intermédio dos noticiários de TV.

O Governo falou, o Governo falou sozinho. O Governo não foi contestado, mas a contestação é indispensável diante do anúncio de ontem.

Sr. Presidente, o Governo corta, sim, corta por incompetência, corta porque não planeja, em razão da imprevisibilidade. É um Governo que improvisa, é confuso, é inseguro, é claudicante, é omisso, é heterogêneo, é aparelhado, é incompetente. Enfim, usa determinados adjetivos para tergiversar, para mistificar, para manipular e cooptar apoio, e nós somos obrigados a selecionar adjetivos para definir que Governo temos neste País.

Dito isso, Sr. Presidente, abordo o tema proposto para hoje.

Uma auditoria do Tribunal de Contas da União revelou que o Ministério da Cultura possui um acervo de mais de 8 mil projetos artísticos, financiados por meio de renúncia fiscal, sem análise de execução. O TCU, ao verificar a regularidade da concessão das renúncias de receitas previstas na lei, constatou que o Ministério da Cultura não verifica como o recurso público está sendo gasto, nem examina notas fiscais ou outros comprovantes de despesa para fins de liberação dos incentivos fiscais, entre outras irregularidades que mencionaremos a seguir.

Os referidos projetos culturais receberam incentivos que totalizam R$3,8 bilhões, montante quase 70%

maior do que todo o orçamento da Pasta em 2010, que foi de R$ 2,2 bilhões.

Já que falamos em incentivo, eu faço parênteses para voltar ao preâmbulo deste pronuniamento, quando rapidamente abordei a posição do Governo, a posição cínica do Governo ao anunciar cortes do Orçamento no dia de ontem. Se o Governo reduzisse o índice de superfaturamento das obras não precisaria cortar nada; se o Governo reduzisse o desperdício de dinheiro com incentivos, com ONGs, com paraestatais aparelhadas, com entidades sociais cooptadas politicamente, evitasse esse desperdício, reduzindo os quadros governamentais que são engordados para atender à base aliada, se fizesse isso, dispensaria o corte. Não seria necessário cortar, porque a receita cresce além das previsões do próprio Governo.

Eu concedo, com satisfação, o aparte ao valoroso Senador que veio certamente conceituar o Senado, necessitado de conceituação nova. É o Senador Pedro Taques a quem, com muita alegria, eu concedo o aparte.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Obrigado, Senador Alvaro. Falar sobre orçamento é falar sobre peça de ficção. O orçamento é uma lengalenga que o Executivo manda para cá, nós debatemos, e nada é cumprido. Nós sabemos que, em razão da crise internacional, a Grécia, por exemplo, terá que cortar 115 mil servidores, fazer um corte de 150 bilhões de euros, e isso, na crise internacional, é interessante e legítimo que ocorra. Agora, cortes sem prioridade, cortes sem saber em que cortar, por exemplo, as questões sociais – saúde, educação –, recursos foram contingenciados e cortados. Esse tema nós, do Congresso Nacional, precisamos debater. As emendas parlamentares individuais, as famigeradas emendas parlamentares individuais também. Agora, mais do que corte e contingenciamento, eu concordo com V. Exª, o ideal seria nós discutirmos a qualidade dos gastos públicos e a diminuição da corrupção. Segundo relatórios do Tribunal de Contas da União, que V. Exª bem sabe, um terço dos recursos da saúde são roubados em razão da corrupção. Então, eu me associo a V. Exª nessa discussão sobre essa peça de ficção, essa novela. E, a respeito da corrupção, o último caso lamentável da chamada Casa da Moeda, um órgão secular: colocaram um dos irmãos Metralha para tomar conta do cofre do Tio Patinhas.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques. V. Exª sempre, com brilhantismo, coloca questões essenciais ao debate.

É evidente que, se o Governo cortasse como é obrigado hoje a cortar o governo da Grécia, haveria aqui uma revolução na base aliada do Governo. O Governo gasta R$203 bilhões com folha de pessoal. Já são mais de 23 mil cargos comissionados na administração direta, sem contabilizarmos a administração indireta. Isso tudo por quê? Porque cresceu o apoio ao Governo. A conclusão a que se chega é que, quanto pior o governo, maior é o apoio que ele tem na área política. Quanto mais desastrado é o governo, do ponto de vista da ética, mais facilidades oferece, as tentações sobram e a cooptação é favorecida. Cresce o apoio ao governo. É por isso que nós nunca tivemos uma minoria numericamente tão limitada como temos hoje, nem nos tempos do autoritarismo. A minoria foi esmagada pela cooptação e o reflexo eleitoral é exatamente fruto do aparelhamento que ocorreu, transformando a máquina estatal num gigantismo inusitado que, obviamente, ofereceu vantagens eleitorais ao governo para se assegurar de uma maioria esmagadora no Parlamento. Portanto, a conclusão é esta: quanto pior o governo do ponto de vista ético, maior a base de apoio.

Refiro-me, hoje, ao descalabro gerencial configurado no Ministério da Cultura. O descalabro mora em todas as partes do atual Governo, mas hoje estou especificamente apontando o descalabro no Ministério da Cultura. O Senado não pode ignorar essa situação de incúria gerencial-administrativa. São mais de 8 mil processos de prestação de contas de projetos culturais envolvendo uma cifra de R$3,8 bilhões pendentes de análise na pasta da Cultura. Esse é um típico exemplo de gestão às avessas, caracterizando a falência gerencial e administrativa. Eu repito: R$3,8 bilhões pendentes de analise. O que fazem no Ministério da Cultura? Os que ocupam cargos comissionados nesse Governo fazem o quê? Porque não é só no Ministério da Cultura?

Há pouco tempo, nos referimos a essas pendências no Ministério do Trabalho, por exemplo. Um pouco antes, no Ministério do Esporte, os convênios celebrados com ONG´s na área do Ministério dos Esportes, os convênios celebrados com os sindicatos na área do Ministério do Trabalho sem análise, sem prestação de contas, sem apreciação do poder público sobre a aplicação dos recursos. E, hoje, estou focalizando o descalabro no Ministério da Cultura, fiscalização dos projetos culturais beneficiados com incentivos da Lei Rouanet, é, no mínimo, lastimável. Não há fiscalização.

É por isso que pergunto: o que estão fazendo com esses cargos? Por que tanta gente no Governo, por que tantos Ministérios, estruturas engordadas, paralelismos? Por que tanto gasto se não há ação, se não cumprem a missão?

Srª Presidente, não podemos ignorar essa incúria. Repito, mais de oito mil processos. Esse é o típico exemplo de gestão às avessas, falência gerencial e administrativa.

A intempestividade na análise das prestações de contas dificulta a recuperação de eventuais danos aos cofres públicos, além de comprometer a concessão segura de novos incentivos", destaca o relator da auditoria, Ministro do TCU André Luís de Carvalho.

O TCU tem realizado um enorme esforço. Os quadros técnicos do TCU são qualificados e devem ser valorizados porque realizam um enorme esforço para conter o processo de irresponsabilidade de gestão neste País.

Vamos a algumas deficiências detectadas pelo TCU:

– deficiência na metodologia de enquadramento de projetos culturais nos segmentos estabelecidos na Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet);
– ausência de acompanhamento e avaliação dos projetos culturais durante sua execução;
– ausência de registro de localidade de efetiva realização dos projetos culturais;
– alto estoque de processos de prestação de contas sem análise conclusiva;
– Deficiência na verificação do cumprimento do princípio da não concentração por segmento e por beneficiário;

Há suspeita de favorecimentos. Aliás, há algum tempo, se discutiu a concessão de recursos generosos para um *site* na internet.

– Volume anual de aprovação de projetos incompatível com a capacidade administrativa do Ministério para acompanhá-los e para analisar as respectivas prestações de contas. Segundo o TCU, apenas 24 funcionários operam no controle do programa de fomento cultural. Esse reduzido contingente administrativo levaria 64 anos para zerar o estoque de prestações de contas pendentes, considerando uma média de 127 análises concluídas – 64 anos!

Veja a contradição. Quem discursa criticando é contraditório ou o governo é contraditório? É obvio que o governo é contraditório. Se um país como a Holanda tem 700 cargos comissionados, ou um pouco mais do que isso, e o governo brasileiro tem 23 mil cargos comissionados, é evidente que há gente ociosa e que poderia estar exatamente cumprindo esse papel. Há uma omissão. Levariam, com 24 funcionários, 64 anos para zerar o estoque da prestação de contas. Ou seja, o que está se confessando aqui? É que não há prestação de contas. O governo não fiscaliza. O governo apenas repassa, e repassa, cada vez mais, e generosamente para aqueles que estão próximos do poder.

Aqueles que subscrevem as ideias às causas, à prática, esses possuem facilidades junto ao Governo. E recebem! Recebem e, se prestam contas, ninguém sabe, ninguém vê, ninguém avalia, ninguém analisa, ninguém contesta. Enfim, é a anarquia na aplicação do dinheiro público. ,

Eu estou enumerando as irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas – e já há um bom tempo:

– Descumprimento da previsão de inabilitação dos responsáveis por até três anos, no caso de rejeição da prestação de contas;
– deficiência no procedimento de verificação da proibição de doação e patrocínio à pessoa ou instituição vinculada ao agente
– deficiência no controle de fluxo financeiro dos projetos culturais;
– não publicação do montante anual de recursos autorizados para renúncia fiscal;
– deficiência no controle da movimentação financeira dos projetos culturais, intempestividade das informações referentes ao montante de recursos captados entre outras irregularidades.

Nós estamos apresentando um projeto. Apresentamos ontem à Mesa do Senado. Há um projeto na Câmara dos Deputados, de autoria do Poder Executivo. Mas nós nos antecipamos a esse projeto do Executivo e apresentamos aqui um projeto em razão dessa situação de gravidade. Amontoam-se, no Ministério, os documentos referentes a prestações de contas referentes a projetos custeados com recursos públicos, e a estrutura administrativa não consegue realizar a devida fiscalização. O projeto pretende exigir maior transparência na aplicação desses recursos.

Eu peço ao Presidente que considere lido o restante do pronunciamento e, inclusive, autorize a publicação do texto do projeto que tem este objetivo: institui a obrigatoriedade da publicação de dados relativos a projetos culturais que tenham captado recursos, mediante renúncia fiscal, e que não tenham sido objetos de avaliação final pelo Ministério da Cultura.

É esse o objetivo do projeto. Eu peço a V. Exª que autorize sua publicação.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ALVARO DIAS.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, "As primeiras condições de respeitabilidade de todo Poder, de todo agente da autoridade, em qualquer país, são a sua competência e a sua honestidade." Rui Barbosa

Uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) revelou que o Ministério da Cultura possui um acervo de mais de 8 mil projetos artísticos, financiados por meio de renúncia fiscal, sem análise de execução, O TCU, ao verificar a regularidade da concessão das renúncias de receitas previstas na lei, constatou que o Ministério da Cultura não verifica como o recurso público está sendo gasto, nem examina notas fiscais ou outros comprovantes de despesa para fins de liberação dos incentivos fiscais, entre outras irregularidades que mencionaremos a seguir.

Os referidos projetos culturais receberam incentivos que totalizam R$ 3,8 bilhões – montante quase 70% maior que todo o orçamento da pasta em 2010, que foi de R$ 2,2 bilhões.

O descalabro gerencial está configurado! A fiscalização dos projetos culturais beneficiados com incentivos da Lei Rouanet (lei de incentivo à cultura) é no mínimo lastimável.

Sr. Presidente: o Senado não pode ignorar essa situação de incúria qerencial/administrativa: são mais de 8 mil processos de prestação de contas de projetos culturais, envolvendo uma cifra de R$ 3,8 bilhões, pendentes de análise na Pasta da Cultura. Esse é um típico exemplo de gestão às avessas, caracterizando a falência gerencial e administrativa.

"A intempestividade na análise das prestações de contas dificulta a recuperação de eventuais danos aos cofres públicos, além de comprometer a concessão segura de novos incentivos", destaca o relator da auditoria, ministro-substituto do TCU André Luís de Carvalho.

A auditoria do TCU detectou inúmeras deficiências, tais como:

– deficiência na metodologia de enquadramento de projetos culturais nos segmentos estabelecidos na Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet);
– ausência de acompanhamento e avaliação dos projetos culturais durante sua execução;
– ausência de registro de localidade de efetiva realização dos projetos culturais;
– alto estoque de processos de prestação de contas sem análise conclusiva;
– deficiência na verificação do cumprimento do princípio da não concentração por segmento e por beneficiário;
– volume anual de aprovação de projetos incompatível com a capacidade administrativa do ministério para acompanhá-los e para analisar as respectivas prestações de contas. Segundo o TCU, apenas 24 funcionários operam no controle do programa de fomento cultural. Esse reduzido contingente administrativo levaria 64 anos para zerar o estoque de prestações de contas pendentes, considerando uma média de 127 análises concluídas.
– descumprimento da previsão de inabilitação dos responsáveis por até três anos no caso de rejeição da prestação de contas;
– deficiência no procedimento de verificação da proibição de doação ou patrocínio a pessoa ou instituição vinculada ao agente;
– deficiência no controle de fluxo financeiro dos projetos culturais;
– não publicação do montante anual de recursos autorizados para renúncia fiscal;
– deficiência no controle da movimentação financeira dos projetos culturais e intempestividade das informações referentes ao montante de recursos captados, entre outras irregularidades.

Sr. Presidente: encontra-se na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei n° 6722/10, de autoria do Poder Executivo, que institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura – Procultura. O projeto deverá ainda ser analisado por duas comissões técnicas daquela Casa: Finanças e Tributação e Constituição e Justiça.

O quadro atual não nos permite aguardar a decisão daquela Casa Legislativa, e a remessa da proposição ao Senado Federal, para dar início à discussão desse relevante tema. Afinal, estamos diante de uma situação da maior gravidade: amontoam-se, no MinC, os documentos referentes às prestações de contas referentes a projetos custeados com recursos públicos, e a estrutura administrativa não consegue realizar a devida fiscalização.

A auditoria realizada no ano passado pelo TCU e que apontou uma série de irregularidades no campo das atividades referentes ao acompanhamento e à prestação de contas dos projetos culturais incentivados no âmbito da Lei Rouanet, impõe uma ação imediata.

Dessa forma, a bem da transparência na gestão dos recursos públicos, propomos alteração da Lei Rouanet consistente no acréscimo de dispositivo que determina a publicação mensal da relação de projetos concluídos e não analisados tempestivamente pelo ministério da Cultura. Dessa forma, enquanto aquele Ministério não qualifica sua atuação, de modo a cumprir os ditames da lei, poder-se-á, pelo menos, dar conhecimento à sociedade dos projetos financiados por meio de renúncia fiscal concluídos e não fiscalizados.

Em que pese a lei Rouanet determinar que, após sua conclusão, o projeto cultural beneficiado com aportes oriundos de renúncia fiscal seja examinado pelo ministério da Cultura no prazo de seis meses, essa norma é sistematicamente descumprida. Nosso projeto

contempla essa lacuna. A introdução dos dispositivos contidos nos parágrafo 3º e 4º são saneadores.

> § 3º O Ministro de Estado da Cultura fará publicar mensalmente no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico do MinC relação completa dos projetos cuja execução já tenha sido concluída e que não tenham sido objeto da avaliação prevista no §1° deste art, especificando, para cada um, o nome do projeto, o nome do responsável por sua execução, o número de registro do projeto no Pronac, a data da conclusão, os recursos captados e a justificativa para a não realização da avaliação final da aplicação dos recursos recebidos no prazos determinado.
>
> § 4º O Tribunal de Contas da União incluirá em seu parecer prévio sobre as contas do Presidente da República análise relativa a avaliação de que trata esse artigo. (NR)"

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2012

Altera a Lei n° 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para instituir a obrigatoriedade da publicação de dados relativos a projetos culturais que tenham captado recursos mediante renúncia fiscal e que não tenham sido objeto de avaliação final pelo Ministério da Cultura.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 20 da Lei n° 8.313, de 23 de dezembro de 1991, passa a vigorar com o seguinte teor:

> "Art. 20. Os projetos aprovados na forma do art. 19 desta Lei serão, durante sua execução, acompanhados e avaliados pela Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (SEFIC), do Ministério da Cultura (MinC), ou por quem receber a delegação destas atribuições.
>
> § 1° A SEFIC/MinC, após o término da execução dos projetos previstos neste artigo, deverá, no prazo de seis meses, fazer uma avaliação final da aplicação correta dos recursos recebidos, podendo inabilitar seus responsáveis pelo prazo de até três anos.
>
> § 2° Da decisão a que se refere o parágrafo anterior, caberá pedido de reconsideração ao Ministro de Estado da Cultura a ser decidido no prazo de sessenta dias.
>
> § 3° O Ministro de Estado da Cultura fará publicar mensalmente no **Diário Oficial da União** e no sítio eletrônico do MinC relação completa dos projetos cuja execução já tenha sido concluída e que não tenham sido objeto da avaliação prevista no § 1° deste art., especificando, para cada um, o nome do projeto, o nome do responsável por sua execução, o número de registro do projeto no Pronac, a data da conclusão, os recursos captados e a justificativa para a não realização da avaliação final da aplicação dos recursos recebidos no prazos determinado.
>
> § 4° O Tribunal de Contas da União incluirá em seu parecer prévio sobre as contas do Presidente da República análise relativa a avaliação de que trata esse artigo. (NR)".

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A proposição legislativa que ora apresentamos tem o objetivo de trazer para o Congresso Nacional o debate sobre a fiscalização dos recursos captados mediante renúncia fiscal e destinados a projetos culturais, nos termos da Lei n° 8.313, de 23 de dezembro de 1991, também conhecida como Lei Rouanet.

Como sabemos, encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei n° 6.722, de 2010, que intenta reformar a Lei Rouanet, para, entre outras providências, incluir na legislação ordinária aspectos atualmente constantes em instruções normativas do Ministério da Cultura acerca da política de fomento e incentivo à cultura.

Entretanto, o quadro atual não nos permite aguardar a decisão daquela Casa Legislativa, e a remessa da proposição ao Senado Federal, para dar início à discussão desse relevante tema. Afinal, estamos diante de uma situação da maior gravidade: amontoam-se, no MinC, os documentos referentes às prestações de contas referentes a projetos custeados com recursos públicos, e a estrutura administrativa não consegue realizar a devida fiscalização.

Em 2011, auditoria de conformidade realizada pelo Tribunal de Contas da União identificou uma série de irregularidades no campo das atividades referentes ao acompanhamento e à prestação de contas dos projetos culturais incentivados no âmbito da Lei n° 8.313, de 1991. De acordo com o relatório decorrente do acórdão n° 1.481/2010–Plenário, o MinC não verifica como o recurso está sendo gasto, por exemplo, não examina notas fiscais ou outros comprovantes de

despesa do projeto, por meio de fiscalizações, vistorias **in loco** ou a distância.

O mencionado documento registra, também, a existência, no momento de sua publicação, de 8.129 prestações de contas pendentes de análise. Segundo o levantamento realizado pelo TCU, somados os valores referentes a tais projetos, chega-se à impressionante soma de R$3,8 bilhões.

Ainda de acordo com o relatório em questão, no ritmo em que se encontrava na oportunidade da fiscalização, seriam necessários sessenta e quatro anos para a execução da análise da documentação que se encontra pendente. Não obstante, a lei em vigor determina que, após sua conclusão, o projeto cultural beneficiado com aportes oriundos de renúncia fiscal seja examinado pelo MinC no prazo de seis meses.

Como se depreende da auditoria levada a efeito pelo TCU, essa norma é sistematicamente descumprida. E a não verificação dessa documentação pode ocultar desvios e outras irregularidades capazes de promover grave lesão aos cofres públicos.

Dessa forma, a bem da transparência na gestão dos recursos públicos, propomos alteração da Lei Rouanet consistente no acréscimo de dispositivo que determina a publicação mensal da relação de projetos concluídos e não analisados tempestivamente pelo MinC. Dessa forma, enquanto aquele Ministério não qualifica sua atuação, de modo a cumprir os ditames da lei, poder-se-á, pelo menos, dar conhecimento à sociedade dos projetos financiados por meio de renúncia fiscal concluídos e não fiscalizados.

Sala das Sessões, – Senador Á**lvaro Dias**

A Srª Álvaro Dias, a Sra. Vanessa Grazziotin, Suplente de Secretário deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Waldemir Moka, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Alvaro Dias, V. Exª será atendido regimentalmente. A presidência pede que a assessoria tome providências para que o pedido do Senador Alvaro Dias seja atendido.

Inscrita para falar a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Srs. Senadores, Srªs Senadoras, companheiras e companheiros.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna para tecer alguns comentários que não se resumem a opiniões pessoais minhas, mas a uma opinião geral do meu Partido, o PCdoB. Com frequência, em nossas reuniões da Direção Nacional, assim com nas reuniões das Executivas Estaduais, fazemos questão de debater com certa profundidade a questão econômica do País porque entendemos que as necessidades da população brasileira, as necessidades que têm de desenvolvimento efetivo passam por decisões políticas e econômicas. Ou mudamos a forma como o Brasil encara a sua política macroeconômica ou continuaremos avançando a passos muito curtos e a um ritmo muito lento, muito vagaroso, aquém das necessidades apresentadas por nossa gente, por nossa população.

Ontem, já no final da tarde, Sr. Presidente, após uma coletiva concedida pelo Ministro Guido Mantega, da Fazenda, e pela Ministra Miriam Belchior, do Planejamento, anunciou-se um corte. Muitos meios de comunicação tratam como corte, mas, na realidade, não é um corte e, sim, um contingenciamento, um bloqueio de recursos no Orçamento da União de 2012. Esse corte vem ocorrendo sistematicamente já há alguns anos, primeiramente por exigência do próprio Fundo Monetário Internacional, mantendo-se até hoje. Esse contingenciamento objetiva economizar recursos públicos para fazer frente aos serviços da dívida brasileira, Sr. Presidente. É exatamente sobre esse ciclo, que consideramos vicioso, que vou me referir neste momento.

Então, como disse no dia de ontem, foi anunciado pelo Governo Federal um corte de R$55 bilhões nas despesas previstas no Orçamento da União para este ano de 2012, Orçamento este que foi aprovado pelo Congresso Nacional no final do ano passado. O valor contingenciado deverá ser destinado ao pagamento de juros da dívida pública, e o valor, como disse também, foi divulgado no dia de ontem pela Ministra do Planejamento e pelo Ministro da Fazenda.

Do total de R$55 bilhões, o contingenciamento de despesas discricionárias ficou em R$35,01 bilhões, ou seja, ou seja 63,65%. O restante, aproximadamente R$20 bilhões, do corte foi feito sobre dotações para despesas obrigatórias, como aposentadorias e[despesas da previdência social. Isso foi possível porque o Governo refez seus cálculos e concluiu que poderá economizar cerca de R$20 bilhões com esse tipo de gasto orçamentário. Nas despesas discricionárias, os Ministérios da Saúde e da Educação também foram afetados, com contingenciamento respectivo de R$5,47 bilhão e R$1,93 bilhão.Ou seja, o Ministério da Saúde teve bloqueado, contingenciado quase que R$5,5 bilhões, enquanto que o Ministério da Educação, quase R$2 bilhões.

Pelas contas da Fazenda e do Planejamento, o valor de R$55 bilhões é o contingenciamento necessário para viabilizar a meta cheia de resultado primário do setor público, conceito que exclui gastos com juros da dívida pública. A meta exige que o setor público não financeiro faça superávit primário de R$139,8 bilhões – ou seja, quase R$140 bilhões, essa é a meta de

superávit primário para este ano estabelecida e aprovada no ano passado para o Orçamento que vigora neste ano de 2012 –, sendo R$ 97 bilhões no âmbito do governo central (Banco Central, Previdência Social e Tesouro Nacional).

O superávit primário é a economia que o setor público faz para pagar parte dos juros da dívida interna, que no total consomem mais de 5% do PIB, ou seja, de toda a produção do nosso País. Por praticar a mais alta taxa básica de juros reais do mundo, o País arca com uma despesa financeira absurda, que se tornou essencial à valorização do capital que rende juros e tem um impacto extremamente negativo para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Os impactos em relação ao PIB.

O resultado é subtraído dos investimentos públicos e constitui uma das explicações para as baixas taxas de investimentos na economia nacional. Como os investimentos são a principal força motriz do crescimento, os cortes no Orçamento da União restringem a capacidade de expansão da economia. O contingenciamento das despesas no ano passado, por exemplo, foi uma das causas mais relevantes da forte desaceleração do PIB no segundo semestre, ao lado, obviamente, dos juros altos e da crise econômica mundial.

Além disso, os cortes atingem áreas sensíveis, como educação, saúde e esporte, principalmente, no momento em que o País se prepara para a Copa do Mundo, quando o déficit de investimentos nesses setores, e poderia citar outros, é grande e a precariedade dos serviços públicos também, em determinados momentos, chega a ser assustadora.

As metas de superávit primário, e aqui repito o que disse no início, foram introduzidas no Brasil por orientação do Fundo Monetário Internacional – FMI a partir do ano de 1999, ainda no governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso. É mais uma herança perversa do neoliberalismo que traduz o poder da oligarquia financeira à qual o governo Lula não renunciou, optando por manter, a exemplo do câmbio flutuante e da política monetária conservadora que Dilma, a nossa Presidenta, promete mudar. Inclusive, uma das explicações, das justificativas apresentadas ontem, em nome do Governo, pelo Ministro Guido Mantega, para esse corte de R$55 bilhões é exatamente criar condições objetivas para que possamos continuar diminuindo o valor das taxas reais de juros no Brasil. Entretanto, nós do PCdoB temos o entendimento de que, por conta de uma série de características da nossa economia, não haveria necessidade de um corte tão profundo.

O remédio que se dá ainda leva muito em consideração a remuneração do capital financeiro internacional. E nós não precisamos, não podemos e nem devemos continuar remunerando dessa forma o capital financeiro, como o País vem fazendo nos últimos tempos.

Então eu penso, e aqui quero repetir, que o Governo da Presidenta Dilma tem sido corajoso, tem enfrentado uma série de questões estruturais, sobretudo na macroeconomia.

Volto a falar da queda das taxas de juros. A perspectiva é que cheguemos em breve a uma taxa de juros de um dígito. A nossa taxa, hoje, está em torno de 10,5% e a meta, em curto prazo, é baixar a taxa de juros brasileira, a taxa Selic, para a casa de um dígito. Entretanto, medidas tão drásticas, quanto a dos juros altos, são anunciadas, como essa medida que foi anunciada no dia de ontem.

Eu quero dizer que os movimentos sociais – todos nós e principalmente os movimentos sociais, incluindo todas as centrais sindicais, as entidades juvenis – condenamos essa política fiscal que o Governo vem praticando, porque a experiência concreta ensina que o saldo primário feito para pagar juros, sob a justificativa de que é necessário manter a relação dívida/PIB num patamar baixo, é um sério obstáculo à realização de suas demandas ao setor público por educação de qualidade, saúde, habitação, valorização do funcionalismo, entre tantas outras.

A polêmica, por exemplo, em torno do piso salarial dos professores, cujo valor é modesto e inferior ao salário mínimo constitucional calculado pelo Dieese, é um bom exemplo das restrições financeiras que o setor público enfrenta.

Há um coro reacionário de governadores pela redução do valor do piso, mas não se tem notícia de nenhum deles propondo a redução do superávit primário para formar um fundo com o objetivo de viabilizar a aplicação da lei. Enquanto isso, o estado da educação pública, no País, não é dos melhores, e é notório que a elevação de sua qualidade depende da valorização do trabalho realizado pelos educadores.

Aqui, Sr. Presidente, eu faço questão de reafirmar que essa política econômica foi herdada, e nós consideramos essa uma das heranças malditas do Governo anterior. Por conta de uma série de fatores políticos vividos pelo ex-Presidente Lula, ela se manteve e, agora, a Presidenta Dilma está iniciando a sua mudança.

Repito que a mudança, a coragem da Presidenta de diminuir, gradativamente, o valor das taxas de juro, é muito importante. Entretanto, nós estamos, aqui, a dizer – eu estou, aqui, a dizer – que essa é uma medida importante, mas seria importante, também, que o corte no orçamento, que vai atingir exatamente os recursos para investimentos em infraestrutura, em áreas sociais, de saúde e educação, não fosse feito,

porque, efetivamente, não há, no nosso entendimento, necessidade de que isso continue sendo feito.

Por mais que o Governo deixe de investir nos programas sociais, o problema não se resolve, pois a dívida pública aumenta a cada ano, independentemente do superávit, uma vez que o setor público é forçado a contrair novos débitos para pagar a totalidade dos juros. É, este sim, um círculo vicioso.

São compreensíveis, por isso, as reivindicações das centrais sindicais e dos movimentos sociais por mudanças na política econômica. Sem recursos para o gasto social não se muda a realidade de desigualdade e injustiça em nosso País, refletida na negação do acesso dos mais pobres à saúde, à habitação e à educação de qualidade. O Brasil estaria bem melhor se os recursos subtraídos do orçamento para pagar dívida fossem investidos em programas para melhorar efetivamente a vida do povo brasileiro e aumentar a taxa de crescimento da nossa economia, que se revela módica ou mesmo medíocre quando comparada ao desempenho de países como China, Índia e outros emergentes.

Aqui eu quero também abrir um novo parêntese, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para fazer outra observação: quando a crítica vem pela direita ou quando a crítica vem pela esquerda.

A oposição ao Governo Federal, que critica todas as medidas adotadas pela Presidenta Dilma – e assim o fez com o governo do Presidente Lula –, todas, critica não pela esquerda, mas pela direita, porque entende que a tal da responsabilidade fiscal deva ficar acima da responsabilidade social.

É claro que eu não estou aqui defendendo nenhuma atitude irresponsável por parte do Governo Federal. Eu estou apenas aqui levantando um ponto de vista que é meu pessoal, que é do meu partido e que é dos movimentos sociais, de que o Brasil não teria necessidade de fazer tanta economia, de fazer tanto sacrifício para pagar serviços de uma dívida, Sr. Presidente, que cresce em decorrência de praticarmos as mais elevadas taxas de juros reais do planeta – que estão diminuindo, é verdade.

Mas o que eu quero, o que nós queremos é que essas mudanças aconteçam com mais celeridade e que se, por um lado, se diminui o valor da taxa de juro, não se promova, por outro lado, um corte no orçamento tão drástico como esse que foi anunciado no dia de ontem.

Ao contrário do que se observa na Europa e nos Estados Unidos, a dívida pública brasileira, Sr. Presidente, é pequena. Eu repito: ao contrário da realidade da maioria dos países do mundo, a dívida pública brasileira é pequena e tem um perfil considerado bom pela maioria dos economistas.

De acordo com o Banco Central, em outubro do ano passado, a dívida líquida consolidada do setor publico (somando as dívidas da União, dos Estados e dos Municípios) equivalia a 38;2% do Produto Interno Bruto – PIB, enquanto a dívida da Grécia deve estar na casa dos 160% do PIB daquele País. Eu vou repetir, Sr. Presidente, o perfil da nossa dívida comparada com a de outros países: enquanto a dívida pública brasileira equivale aproximadamente a 38% do nosso PIB, a da Grécia chega a quase 160% do PIB; a da Itália, a quase 120% do PIB; a de Portugal, a 110%; a do Japão, a 200%; a dos Estados Unidos, a 100%; e a da França, a aproximadamente 87%, contra 38% da dívida do Brasil. Então, Sr. Presidente, não há justificativa para a manutenção de juros tão elevados e não há necessidade ainda para um corte tão drástico para justificar a queda de juros em nosso País. Na realidade, o povo brasileiro tem sido obrigado a assistir diariamente à grande transferência de recursos públicos do capital público brasileiro para o setor privado, principalmente para os setores rentistas. É contra esse círculo vicioso que nós levantamos a nossa voz.

Aqui, quero citar o economista Ricardo Carneiro, que diz que boa parte da dívida pública está inclusive lastreada em reservas A contrapartida está em reservas. "Nós não temos, a rigor, diz ele, do meu ponto de vista, nenhuma possibilidade de ter uma crise internacional amanhã e a dívida pública explodir, como aconteceu em várias ocasiões no passado".

Os cortes anunciados pela equipe econômica, portanto, parecem encontrar explicação no fato de que a política econômica do governo continua subordinada à ditadura do mercado financeiro.

Aí, Sr. Presidente, nós entendemos que precisamos aumentar a celeridade dessas mudanças. Não há nada economicamente que justifique tamanho corte, Srs. Senadores. E mais: lendo as matérias todas divulgadas pela mídia, entristece-me muito o fato de a imprensa destacar, com muita força, que grande parte do alvo do contingenciamento são exatamente as emendas parlamentares, emenda individuais e emendas coletivas, de bancada.

Dizem quase todas as matérias – eu li todas as matérias sobre o assunto no dia de hoje – que são emendas com as quais o Palácio do Planalto não tem compromisso. Elas diziam que com as emendas dos Parlamentares, de Senadores e Senadoras, de Deputados e Deputadas, o Palácio do Planalto não teria qualquer compromisso.

Não vejo assim, pelo contrário. Não quero pegar o exemplo de outras bancadas, mas pego o da Bancada do Amazonas, Sr. Presidente.

Nós, como todas as bancadas de todos os Estados, temos uma coordenação. Discutimos com os Municípios do interior, através da Associação dos Municípios do Estado do Amazonas, com a Prefeitura da capital e com o Governo do Estado do Amazonas. E todas as emendas, inclusive as emendas individuais, nós usamos de forma a garantir os serviços essenciais de que necessita o nosso Estado.

Por exemplo, o problema de segurança é grave no Brasil inteiro. É um problema grave, e o Governo Federal já disse: a segurança pública não é uma atribuição direta da União, Presidente Moka, mas nem por isso o Estado brasileiro fechará – isso é afirmação dela, do Ministro da Justiça – os olhos para o problema da falta de segurança no Brasil.

Hoje, o Governador do meu Estado está lançando aquele que talvez seja o seu maior programa, que é chamado Ronda nos Bairros, para levar policial, policiamento, viaturas – carro ou motocicleta – à população. Será um número importante de policiais em cada bairro, em cada região da cidade de Manaus.

Agora, a bancada federal está contribuindo com o Governo do Estado do Amazonas. Cada um de nós colocou emendas individuais para a aquisição de viaturas, Sr. Presidente, para levar segurança ao povo do Amazonas.

Então, como alguém ainda diz que as emendas de bancada não são emendas importantes? Como alguém diz que as emendas não são importantes? São, sim.

Nós temos, entre as emendas nossas de bancada, aquela emenda que trabalha a preparação da cidade para a Copa do Mundo...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – ...coisas que muitas vezes o poder central não enxerga. Mas nós que vivemos no Estado, que representamos o Estado aqui, Senador Moka, sabemos dessas dificuldades e apresentamos as emendas individuais. Elas são importantes, sim. Elas são importantes, sim, para o País. Ninguém faz emenda para pegar voto, não. Nós fazemos emenda para ajudar as prefeituras, os nossos governadores, a população. É para isso que as fazemos, e é assim que a bancada do Amazonas age.

Então, Sr. Presidente, eu acho que, em vez de ficarmos aqui debatendo corte aqui e corte ali no Orçamento, nós precisaríamos debater mais as responsabilidades sociais que o Governo tem perante a sua população, perante o seu povo, e não continuar permitindo tamanha sangria do capital público para o sistema financeiro privado e estrangeiro em boa parte.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Parabéns pelo pronunciamento, Senadora Vanessa Grazziotin!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência designa, nos termos do Ofício GLPSD nº 6, de 2012, das Lideranças do PSD e do PSOL, os seguintes Senadores para integrarem as Comissões permanentes:

– Senadora Kátia Abreu, para integrar, como titular, as Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação, Cultura e Esporte e, como suplente, as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;

– Senador Sérgio Petecão, para integrar, como titular, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e, como suplente, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática;

– Senador Randolfe Rodrigues, para integrar, como titular, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e, como suplente, as Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação, Cultura e Esporte.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 6/2012-GLPSD

Brasília, 15 de fevereiro de 2012

Ref.: Vagas em comissões permanentes compartilhadas entre o PSD e PSOL

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, informo a composição das vagas em comissões permanentes compartilhadas entre os Senadores do PSD e PSOL:

Senadora Kátia Abreu

Titular nas Comissões: CAE – Comissão de Assuntos Econômicos/CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Suplente nas Comissões: CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária / CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Senador Sérgio Petecão

Titular nas Comissões: CRA – Comissão de Agricultura e reforma Agrária / CAS – Comissão de Assuntos Sociais.

Suplente nas Comissões: CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Senador Randolfe Rodrigues

Titular nas Comissões: CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Suplente nas Comissões: CAE – Comissão de Assuntos Econômicos / CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Atenciosamente, - **Kátia Abreu**, Líder do PSD – **Randolfe Rodrigues**, Líder do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência recebeu da Senhora Presidente da República as seguintes Mensagens:

– **nº 5, de 2012** (nº 28/2012, na origem), pela qual solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$280 milhões (duzentos e oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado do Amazonas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada a financiar o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – Prosamim III;

– **nº 6, de 2012** (nº 29, na origem), pela qual solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$150 milhões (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município do Rio de Janeiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada ao financiamento parcial do Programa de Urbanização de Assentamentos Populares – Proap – Etapa III;

As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Concedo a palavra ao orador inscrito Senador Aloysio Nunes, em permuta com esta Presidência, Senador Waldemir Moka.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, meu pronunciamento nesta tarde, a rigor, seria desnecessário, uma vez que o tema já foi abordado. Antes que V. Exª, Sr. Presidente, com toda a gentileza, promovesse essa permuta comigo, esse tema já havia sido abordado ontem e, de alguma forma, hoje, com a competência de sempre, pelo nosso Líder Alvaro Dias. Esse tema também foi versado pela Senadora Vanessa Grazziotin. É o assunto que ocupa as primeiras páginas dos jornais e que, de alguma forma, provoca, no Congresso brasileiro, movimentos diversos: o anúncio de cortes no Orçamento de 2012.

O Senado, seguramente, conhece a luta pelo reconhecimento da independência do Brasil por parte da Inglaterra. Foi o grande empenho, uma das grandes batalhas do Imperador Pedro I para consolidar a independência do nosso País. A Inglaterra era a grande potência militar, diplomática e econômica do momento. Era crucial o reconhecimento da Inglaterra. Nas negociações com aquele país, o Governo brasileiro concordou em promover uma lei que proibia a escravidão no Brasil, se não me engano em 1831. É claro que essa lei nunca foi cumprida. Continuamos com essa mancha na nossa história até a promulgação da Lei Áurea, em 1888. Aquela lei ficou conhecida como "lei para inglês ver". Essa é a origem da expressão "para inglês ver". É algo que se faz da boca para fora, mas que não vale.

O Orçamento da República sob o atual Governo é uma "lei para inglês ver", é uma lei que não vale. A expressão que se usa é "peça de ficção". É um exercício de espírito ao qual o Congresso se dedica, convencido de que essa é – e é mesmo – a razão de ser da representação popular. Promovem-se amplas discussões. Há Senadores e Deputados que se dedicam – cito um deles apenas: o competente Senador pela Paraíba Vital do Rêgo – a encontrar um orçamento que reflita, na opinião do Congresso e da sociedade civil, amplamente ouvida nesse processo, as necessidades do País.

Evidentemente, o Governo também participa dessa discussão mediante suas Lideranças, mediante a assessoria do Ministério do Planejamento e dos demais Ministérios. E, como resultado, há o Orçamento. Mas todo esse esforço, toda essa mobilização não vale, porque, passados dois meses da aprovação do Orçamento, o Governo resolve congelar, anular, cortar R$55 bilhões.

O que o Governo está dizendo à sociedade com essa atitude? A Senadora Vanessa Grazziotin aventa a hipótese da necessidade – e é real – de se fazer superávit primário, gerando receitas livres, para que possa ser reduzido o montante da nossa dívida. É verdade. Mas há também razão políticas e uma razão mais comezinha. A razão política, quando se refere às emendas parlamentares - todos nós sabemos -, é a de manter os Deputados e Senadores na rédea curta, é a negociação no varejo: "Eu libero essa emenda para tal e tal Município, para tal e tal finalidade, conforme seus votos". É a troca de voto por liberação de emenda. É o abastardamento da emenda parlamentar, que é uma forma de o parlamentar se legitimar perante o eleitorado, talvez a única forma que reste hoje, Sr. Presidente, uma vez que o poder propriamente legislativo e o poder de fiscalização do Congresso estão

de tal maneira esvaziados pelo controle que o Executivo exerce sobre ele, pelas medidas provisórias, pelo abafamento das investigações, que só resta ao parlamentar, para se legitimar, atender aos reclamos das suas bases com recursos que atendam a finalidades locais. Pois é exatamente aí que o Governo, por razões políticas, segura as emendas parlamentares e as vai liberando a conta-gotas, segundo o critério da fidelidade às ordens do Governo.

As prioridades estipuladas pelos parlamentares no Orçamento não têm nenhum valor para o Governo, diante do sistema de "decisionismo" autoritário que está instalado no Palácio do Planalto. Esse "decisionismo" iluminado, autoritário, transparece mesmo nos termos da nota do Ministério do Planejamento a respeito dos cortes, em que afirma: "O processo decisório da redução de despesas foi realizado em parceria com os Ministérios e orientado para a preservação dos investimentos prioritários". Quer dizer, o Ministro da Fazenda corta em parceria com os Ministérios. Por que não o faz em parceria com o Congresso? Por que não participou lealmente das discussões em torno das prioridades do Governo enquanto o Congresso se dedicava à elaboração do Orçamento? Por que essa parceria, agora, depois de aprovado o Orçamento, é feita apenas entre o Ministro da Fazenda e os Ministérios? O Congresso não conta para nada! O que faziam aqui durante o processo longo, o processo laborioso de discussão na Comissão Mista de Orçamento? O que faziam aqui os Ministros? Por que não discutiram com esta Casa, com a representação popular?

E se diz: "Mas os recursos destinados aos programas prioritários – prioritários na ótica do Governo, sem ouvir o Congresso, que é quem deve definir as prioridades orçamentárias –, como o PAC, o Minha Casa, Minha Vida, o Brasil Sem Miséria, estão integralmente preservados". E estão preservados – diz o Ministério – os recursos destinados às áreas da saúde e da educação. No entanto, Sr. Presidente, uma análise ainda que sumária – não tivemos tempo para isso –, mas absolutamente inequívoca, de resultados absolutamente inequívocos, mostra que houve, sim, cortes na saúde, na educação e em outras ares essenciais, como Defesa, Justiça e cidades.

Começo pela área da saúde, que foi objeto de batalha no plenário do Senado, quando parlamentares da oposição e alguns da base do Governo, como V. Exª, Senador Moka, defenderam que a União também tivesse uma responsabilidade definida de aporte de recursos no seu Orçamento para a saúde, 10% das receitas da União. Naquele momento, os porta-vozes do Governo diziam: "Não, não se preocupem, haverá outras formas, especialmente as emendas parlamentares, para suprir a carência já manifesta de recursos para área!". Mas os cortes atingem brutalmente a saúde: R$ 5,5 bilhões foram cortados na Lei Orçamentária, aprovada pelo Congresso, no que diz respeito à saúde.

Na educação, outra prioridade "para inglês ver" do Governo, o corte foi de R$2 bilhões. Vamos lembrar, Sr. Presidente, que a Presidente Dilma, quando candidata, prometeu construir seis mil creches no País durante seu mandato. Em 2011, a execução do Pró-Infância, programa responsável pela construção de creches, foi de apenas de 16%. Nenhuma obra foi concluída. Para atingir a meta prometida até 2014, a Presidente terá de construir pelo menos 178 creches por mês. Passado um ano, até agora, não construiu nenhuma. Agora, corta R$2 bilhões em educação. Mais problemático ainda se torna o alcance dessa meta e de outras destinadas ao Ministério da Educação.

E o Ministério das Cidades, que cuida de saneamento, de habitação? O corte foi de R$3 bilhões. Onde vai incidir o corte? No esgoto, na água ou em estádios de futebol? Não se sabe, não se sabe! Isso vai ser decidido em parceria entre o Ministério do Planejamento e o Ministro da área. O Congresso não serve para nada nessa matéria. De nada valeu nossa discussão!

E a segurança pública? Ainda hoje e ontem, em seus discursos, todos os Senadores, preocupados com a situação da segurança, dizem que é preciso que haja mais recursos financeiros para dar suporte e sustentação a uma política de segurança pública. Mas, ontem mesmo, o Ministério do Planejamento anunciou um corte de R$2,2 bilhões na Justiça e de R$3,3 bilhões na Defesa, outra área absolutamente sensível, especialmente se levarmos em conta a incumbência das Forças Armadas de atuarem na defesa das nossas fronteiras, que, como se sabe, são extremamente permeáveis ao tráfico de drogas e ao tráfico de armas.

Um problema conceitual não está ausente nesses cortes, pois sabemos, pela legislação que rege a execução orçamentária, que há determinadas despesas que são consideradas obrigatórias, que precisam ser feitas, como, por exemplo, benefícios previdenciários e benefícios de prestação continuada, previstos na Lei Orgânica da Assistência Social. É dinheiro para pobre, para as camadas mais debilitadas e relegadas da população brasileira! Há também o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o complemento de FGTS. Essas obrigações do Governo que constituem despesas obrigatórias não são obrigatórias para o Governo. Se fossem obrigatórias, não teriam sofrido o corte de R$20 bilhões! Srs. Senadores, são R$20 bilhões de corte nas despesas chamadas obrigatórias!

E o PAC e o Minha Casa, Minha Vida, que estariam preservados da sanha da tesoura do Ministro do Planejamento e da Presidente da República?

Srs. Senadores, cortar esses programas, os recursos destinados a eles – é com tristeza que digo isso –, seria absolutamente inócuo, nada significaria. Sabem por quê? Porque há outra forma de o Governo fazer economia. Há outra explicação para economias do Governo: a incompetência, a incapacidade de gastar, a falta de planejamento, o que faz com que esses programas raramente atinjam mais de 10% do Orçamento anual. Todos eles são tocados com recursos dos orçamentos anteriores, os chamados Restos a Pagar. O Governo é incapaz de executar os orçamentos.

Então, há outra razão. Além da razão econômica, que é essa do superávit primário para os cortes, e da razão política, que é a de manter o Congresso em rédea curta, liberando a conta-gotas as emendas parlamentares, há outro fator que leva os orçamentos a serem, como se diz correntemente, peça de ficção: a incompetência.

Onde deveriam incidir os cortes, não incidem. O Senador Alvaro Dias já teve ocasião de falar desta tribuna, ainda hoje, da pletora absolutamente injustificável de cargos de confiança e de ministérios. O empresário Jorge Gerdau foi convidado, pela Presidente, para ser uma espécie de guru da eficiência da gestão administrativa. Ora, o Sr. Jorge Gerdau veio a público e disse assim: "É impossível governar o País com esse número de Ministérios. É impossível governar o País com esse número de cargos de confiança". No entanto, na hora do corte, a saúde é cortada, a segurança pública é cortada, a educação é cortada, os recursos do Minha Casa, Minha Vida chegam aos pouquinhos, muito aquém daquilo que é contratado e programado. Mas o dinheiro para os Ministérios inúteis e para os funcionários contratados por apadrinhamento político é sagrado, é respeitado escrupulosamente por este Governo na hora de fazer economias!

Srªs e Srs. Senadores, um projeto de lei que está em tramitação no Congresso Nacional, no meu entender, se aprovado, constituiria um grande e significativo aperfeiçoamento, no sentido de fazer com que os orçamentos públicos tivessem um mínimo de validade, um mínimo de consistência, um mínimo de correspondência com a ação do Governo. Que o trabalho do Parlamento e da sociedade, na hora de externar suas demandas e de elencar as suas prioridades, não seja relegado ao fundo de uma gaveta, como uma peça de ficção malfeita que nunca é encenada! É um projeto de lei de autoria do ex-Senador Tasso Jereissati, cujo Relator é o competente e operoso Senador Francisco Dornelles. Está mais do que na hora, Sr. Presidente, de nós desengavetarmos esse projeto.

Tive a oportunidade e dialogar com o Senador Francisco Dornelles recentemente, e S. Exª me revelou que está disposto realmente a pôr as mãos à obra e a mobilizar todo o seu talento, o seu conhecimento do serviço público, a sua capacidade de articulação e o seu prestígio no Congresso e na sociedade, para que esse projeto possa se transformar efetivamente numa lei, a lei que foi chamada, na falta de outro nome, Lei de Responsabilidade Orçamentária. Falta responsabilidade orçamentária no Governo. Que o Congresso tenha a responsabilidade legislativa, para que os orçamentos públicos possam efetivamente refletir o desejo da sociedade, expresso pelos seus representantes!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Parabenizo o Senador Aloysio Nunes pelo pronunciamento. Senador, essa é uma grande oportunidade para que o Senador Francisco Dornelles realmente reative o processo. É o momento dessa discussão. É oportuno o pronunciamento de V. Exª.

Na sequência, concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, mostrei algo aqui que achei muito interessante para o nosso Líder do PSDB, Senador Alvaro Dias. Porque há uma situação aqui bastante interessante que o Jean Galvão, cartunista, Sr. Presidente, não sei se chegou a ver, Senador Pedro Taques... Mas vale a pena observar, na **Folha de S.Paulo**, Jean Galvão: "Candidatura. O caminho que você escolher está escolhido, Serra! Sim/não?" E ele vai andando e bate no poste. Eu fico pensando no dilema.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com prazer. V. Exª há de convir que é uma situação difícil para o PSDB. Aliás, uma coisa que, até ontem, transmiti ao *iG*, ao Tales Faria, que me perguntou a respeito. E há uma coisa a registrar aqui, desde agosto, nas primeiras reuniões das caravanas zonais do PT. É fato que a nossa Vice-Presidente, Senadora Marta Suplicy, ponderou desde o começo: "Eu tenho a certeza de que o José Serra, que eu conheço muito, vai ser o candidato". Não sei se V. Exª também tem a mesma convicção, mas foi um prognóstico que ela fez e pode ser que aconteça. O importante é que possa a população de São Paulo escolher da forma mais democrática possível.

V. Exª, Aloysio Nunes, sabe que sou um defensor das prévias. Estava achando muito interessante o PSDB realizar suas prévias. Gostaria que o PT tivesse efetivado. Até formulo a sugestão para os nossos partidos: aperfeiçoem as prévias, o sistema de prévias, a exemplo do que faz o Partido Socialista da França, que abre a possibilidade de escolha do seu candidato, como foi no caso do Monsieur François Hollande, entre todos os eleitores. Todos os eleitores que, digamos, são simpatizantes, vamos supor, do PSDB ou do PT, não apenas os filiados, aberto a todos os que queiram participar da escolha. Acho que, por exemplo, se o PSDB viesse a inovar, seria bom.

Quero aqui dizer que estou propondo ao Partido dos Trabalhadores passar a fazer isso a partir das próximas eleições. Gostaria que já tivesse sido feito nessa, mas, quando apresentei a proposta ao PT, à Direção Nacional, ao Deputado Rui Falcão, aos dirigentes estaduais e municipais, o Vereador Antonio Donato, presidente municipal, disse-me: "Olha, agora a regra já está no Estatuto. É só para os filiados." Mas, quem sabe, na próxima. Vou propor, proximamente, digamos para a escolha do candidato a governador de São Paulo e de outros Estados, que passe a ser esse o procedimento. É uma idéia que sugiro a todos os partidos.

Achei realmente bem bolada a caricatura da *Folha* de hoje. Espero que ele consiga não bater no poste e ir em frente para as eleições, normalmente, se for essa a escolha dele.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – Senador Suplicy, não resisto a entrar no clima. V. Exª começou com uma ponta de bom humor, mas eu diria que quem bateu no poste foi V. Exª. V. Exª bateu em um poste chamado Lula, que barrou o seu desejo legítimo de ser candidato a prefeito, com o prestígio que tem, e optou pela escolha do candidato Haddad. E V. Exª concordou. Porque, no PT, a regra é outra; a regra é a vontade do Presidente Lula. Agora, em matéria de legislação, temos um problema sério: a lei eleitoral em vigor, que não permite campanha antes das convenções. O Senador Alvaro Dias tem um projeto, já aprovado no bojo da reforma política, que visa a criar mecanismos para a realização de prévias. Eu mesmo tenho um projeto que cria a figura da pré-campanha, de modo que evitemos essa hipocrisia, como temos em São Paulo hoje instituído como pré-candidato o Haddad, comparecendo até a aniversário de boneca com faixa de candidato, corneta de candidato, reco-reco de candidato, banda de música de candidato sem poder ser candidato. Agradeço o aparte.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está bem. Mas quero dizer que foi uma decisão democrática. O ex-Presidente Lula expressou a sua vontade e recomendação ao partido de que o ex-Ministro da Educação Fernando Haddad deveria ser o candidato.

Eu fui às 33 caravanas zonais, falamos para os cinco pré-candidatos. Carlos Zarattini, Jilmar Tatto, Fernando Haddad, Marta Suplicy e eu falamos para plateias de 150 mil e 300 pessoas. Ali colocamos as nossas proposições, ideias e aqui houve algo, Senador Aloysio Nunes, que vou revelar.

Foi exigido pelo Encontro Nacional do PT que cada pré-candidato precisaria ter, pelo menos, 3.181 assinaturas, que era 10% dos quantos teriam comparecido à última eleição para os diretórios municipal, estadual e nacional. Então, como havia mais de 30 mil que haviam comparecido, precisava 3.181.

Como eu imaginava que tudo entre nós cinco iria ser de comum acordo, então, nas primeiras dez reuniões desses diretórios zonais, eu tive a ideia de passar um formulário. "Olha, acredito que todos aqui estão de acordo com que nós cinco sejamos pré-candidatos", e passei a recolher as assinaturas para os cinco. Assim, ia dar para todos.

Quando já tínhamos tido mais de dez ou doze reuniões, a direção municipal falou: "Daqui para frente, para essa eleição, cada um tem que recolher as suas próprias". Eu continuei a recolher, mas em um formulário só para mim e, ainda: "Quem quiser assine a dos demais também", e fui recolhendo. Mas chegou quase que às vésperas da última e eu ainda não havia conseguido, por esse novo sistema meio do caminho, e percebi que os outros estavam com uma sistemática tal que eu ia por ali recolher para todos e queria ajudar todos, mas não cheguei naquele número na véspera. Foi então que refleti um pouco e, como em cada uma das reuniões, eu tinha dito, depois de explicar, como V. Exª já me ouviu explicar todas as vantagens da renda básica de cidadania, eu perguntava a todos os presentes: "Quem de vocês aqui gostaria que, qualquer que seja o escolhido dentre nós cinco, venha a fazer de São Paulo um exemplo pioneiro da renda básica de cidadania para os 11 milhões e 300 mil habitantes?" E, normalmente, todos levantaram a mão. Quando chegou ao final – e teve um enorme comparecimento, com mais de 1.300 pessoas na Assembléia de Deus, em Goianases – eis que eu havia conversado com o Deputado Paulo Teixeira, que, se o então Ministro Fernando Haddad dissesse que ele assumiria esse compromisso, eu seria capaz de dar apoio a ele.

E, de fato, ele percebeu a minha fala e mencionou o respeito que ele tem pela minha batalha pela renda básica e que vai levar adiante esse propósito.

Então, mencionei que eu iria apoiá-lo, como o fiz. Foi além da preferência normal do Presidente, porque

ele assumiu um compromisso, que V. Exª sabe que para mim é tão precioso.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – Permita-me, Senador Eduardo Suplicy? Deixe um paranaense colocar a colher entre os paulistas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Alvaro Dias, foi assim com muita amizade e companheirismo que fiz aqui a brincadeira com V. Exª. Com o Senador Aloysio também o foi.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – Louvo o bom humor de V. Exª e quero dizer que a charge espirituosa evidentemente não considera o fato de Serra ser um homem decidido e já ter decidido. Ocorre que há o momento para se anunciar determinadas decisões, principalmente quando elas são importantes. Eu, pessoalmente, não sei se Serra será candidato a prefeito ou não será candidato a prefeito, mas ele já sabe, ele já tem essa decisão. Obviamente, ele irá anunciar no momento adequado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Será que ele já tem a decisão?

O Sr. Alvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – O que eu posso dizer a V. Exª...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu pensei que ele estivesse pensando ainda.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – ...é que será muito para São Paulo se ele decidir ser candidato a prefeito, já que ele foi grande prefeito, extraordinário prefeito. Aliás, alcançando índices de aprovação recordes e, como Governador, da mesma forma: altos índices de aprovação popular pela eficiência de gestão. Então, São Paulo ganharia muito com a candidatura dele. Mas essa decisão, que provavelmente ele já tomou interiormente, será anunciada em momento oportuno. Mas eu quero louvar também o esforço que V. Exª realiza em favor das primárias. Nós empalmamos essa bandeira também. Estou com V. Exª e, sobretudo, louvo o esforço de V. Exª para ampliar a participação popular nas primárias, porque as primárias do PT hoje têm um único voto: o voto do ex-Presidente Lula. Então, essa eleição no PT é inusitada. As primárias no PT são inusitadas. É um modelo único! Só tem um voto: o voto do Presidente Lula. Por isso, louvo o esforço de V. Exª. Há, inclusive, um projeto – se não me falha a memória – que está com o Senador Pedro Taques para relatar, que é de minha autoria, que estimula a relação de primárias pelos partidos políticos. Não impõe por quê? Porque os partidos têm autonomia, decide o processo que deseja adotar, mas estabelece estímulos para que os partidos políticos adotem primárias, estabelecendo também um ordenamento, a regulação das eleições primárias com a possibilidade de você antecipar, aí, sim, de forma legal, a campanha eleitoral, sem afrontar a legislação. Parabéns a V. Exª por defender essa tese das eleições primárias.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias. Quero também informar que então temos propósitos semelhantes. Também apresentei, está na Comissão de Justiça, projetos de lei para que todos os partidos tenham eleições primárias e, inclusive, para meu partido, apresentei proposta nesse sentido. Mas vou reapresentar antes do próximo encontro nacional para que tenhamos ali a possibilidade de abrir as votações para todo e qualquer cidadão que tenha afinidade conosco, do PT, e possa ser convidado a participar, a exemplo do que ocorreu nas eleições francesas.

Com respeito ao propósito de fazer de São Paulo um exemplo pioneiro da Renda Básica de Cidadania, quero aqui recordar que, da mesma maneira que as primeiras experiências do que foram os projetos de renda mínima associados à educação ou do Bolsa Escola em Campinas, com José Roberto Magalhães Teixeira, e no Distrito Federal, com Cristovam Buarque, e por tantos outros Municípios até ser o que nós temos hoje, o Bolsa Família, mas, como começaram municipalmente, é também perfeitamente possível se iniciar municipalmente a Renda Básica de Cidadania. Há um Município pioneiro no Estado de São Paulo, que é o de Santo Antônio do Pinhal, que apresentou, por intermédio do Prefeito José Augusto de Guarnieri Pereira, em agosto de 2009, projeto nesse sentido, aprovado por unanimidade pelos nove vereadores da Câmara Municipal em outubro de 2009, sancionado pelo prefeito em 12 de novembro de 2009.

Amanhã, Sr. Presidente Pedro Taques, ao mesmo tempo em que será inaugurada uma praça diante da igreja matriz de Santo Antônio do Pinhal, o prefeito anunciará aquilo que está previsto na lei, ou seja, a constituição do Conselho Municipal da Renda Básica de Cidadania de Santo Antônio do Pinhal, que vai analisar a forma de gestão e a aplicação dos recursos, os requisitos de participação, a definição do valor do benefício, disponibilizar a forma atualizada no sítio eletrônico, realizar a avaliação periódica dos seus efeitos, e assim por diante. Também será criado amanhã o Fundo Municipal da Renda Básica de Cidadania, a ser regulamentado pelo Poder Executivo. O ato de regulamentação do mesmo será realizado amanhã, por ocasião da inauguração da praça. Eu, inclusive, estarei lá para participar do ato.

Quero cumprimentar o Prefeito José Augusto de Guarnieri Pereira e os cidadãos de Santo Antônio do Pinhal por se tornarem um exemplo pioneiro. Isso não quer dizer que vai ser implantado de pronto, porque são necessários os passos na direção de preparar o

Fundo para prover todos os seus habitantes. No caso ali, são 6.550 habitantes pelo Censo de 2010.

Mas eu gostaria também, Sr. Presidente, de assinalar aqui, por considerá-lo de grande importância, o artigo dos eminentes advogados José Luis Oliveira Lima e Rodrigo Dall'Acqua, que são advogados criminalistas e defensores do ex-Ministro José Dirceu na Ação Penal nº 470, no Supremo Tribunal Federal. Eles escreveram hoje, está publicado na **Folha**: "O Mito do Mensalão". Pareceu-me muito interessante e vale a pena aqui ser lido, Sr. Presidente.

> Platão, no seu mito da caverna, descreve uma situação muito próxima ao modo que uma parcela da nossa sociedade enxerga a ação penal número 470 do Supremo Tribunal Federal, conhecida como processo do mensalão.
>
> Na alegoria criada pelo filósofo, um grupo de indivíduos, dentro de uma caverna, olhava exclusivamente as imagens das sombras que, trazidas pela luz do mundo exterior, eram refletidas, trêmulas, nas paredes de pedra. Todos pressupunham que aqueles espectros traduziam a realidade e ninguém olhava para fora da caverna, onde a vida se desenvolvia de fato.
>
> Com a proximidade do julgamento, as sombras do mensalão estão assumindo ares de realidade, enquanto o processo, as provas, as nossas leis e os princípios constitucionais desaparecem de vista.
>
> De início, nada mais irreal do que a tão propalada urgência na decisão para se evitar a prescrição. A pressa é tanta que até mesmo a manifestação de um ministro no sentido de que pretende ler o caso é vista como algo capaz de caducar toda a acusação.
>
> Isso não faz sentido algum, já que basta abrir o Código Penal para ver que a próxima data de prescrição ocorrerá somente no ano de 2015. [Senador Pedro Taques, caro Presidente.]
>
> Os ministros do STF também são alvos de visões distorcidas. Desde o início do caso, antes da produção das provas, foram levianamente rotulados como partidários da acusação ou da defesa.
>
> Após essa absurda classificação, campanhas foram iniciadas com o fim de se evitar a aposentadoria dos julgadores tachados como pró-condenação. Nada pode ser mais ofensivo e desrespeitoso com a trajetória dos atuais ministros, que, sem exceção, não cometem prejulgamentos. Ao contrário: eles decidem com base nas provas, sempre respeitando a presunção de inocência e a ampla defesa.
>
> Para quem quiser comprovar essa grata realidade, basta ligar a TV ou acessar a Internet. Os julgamentos são transmitidos ao vivo e as decisões são disponibilizadas na íntegra no site do tribunal.
>
> Mas o status máximo de mito do processo do mensalão veio com as recentes declarações de alguns destacados magistrados de segunda instância, especulando que a ampla divulgação pela mídia das investigações do Conselho Nacional de Justiça tem como causa a iminência do julgamento.
>
> Sem um único indício ou argumento lógico, especulou-se publicamente que as divergências internas do Poder Judiciário poderiam ser geradas por interessados em pressionar o STF na decisão de sua ação penal mais famosa. Parece que tudo pode ser livremente atribuído ao processo do mensalão, com a mesma tranquilidade com que se dizia, diante de um nó em crina de cavalo, que "foi obra do Saci".
>
> Um mito é sempre superdimensionado. Valendo a regra, dizem que a ação do mensalão irá nos brindar com o julgamento da "era Lula". Isso pode soar grandioso, mas não é verdade, pois o ex-presidente já foi julgado politicamente nas eleições de 2006 e 2010. E, principalmente, porque o objeto do processo são os fatos narrados na denúncia e as provas produzidas com as garantias próprias de um Estado democrático de Direito.
>
> Enquanto o mito do mensalão é interpretado em sombras cada vez mais desencontradas, o processo judicial que representa a realidade dos fatos é ignorado.
>
> Aqueles que bradam pela condenação querem distância das provas estampadas na ação penal, que sempre foi pública e está digitalizada. Sem deturpações, é fundamental para a democracia brasileira que o debate sobre o julgamento da ação penal número 470 seja feito com responsabilidade, para que a nossa sociedade se torne cada dia mais preparada para enxergar a justiça.

Agradeço, Senador Pedro Taques, a tolerância. Achei muito relevante esse artigo, inclusive do ponto de vista de que todos avaliam: queremos que o ex-Ministro, ex-Deputado Federal, José Dirceu, que foi Presidente do meu partido, possa ser julgado com a maior isenção possível. E eu acho que esse artigo contribui para isso.

Para concluir, Sr. Presidente, queria também ler, mas não vou abusar do meu tempo, então quero recomendar o artigo de Luis Fernando Veríssimo hoje: "O que

é sagrado", em que ele, inclusive, cita o artigo "Ainda o Pinheirinho", do Desembargador José Osório de Azevedo Júnior, publicado dia 9 de fevereiro último. Esse é um artigo muito bem escrito pelo nosso querido Veríssimo. E gostaria de pedir que fosse transcrito nos **Anais**.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

VERISSIMO

O que é sagrado

Recomendo a quem não leu o artigo publicado na "Folha de S.Paulo" do último dia 9 de fevereiro, intitulado "Ainda o Pinheirinho", do desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo e professor de direito civil José Osório de Azevedo Jr. O artigo trata da violenta ação de reintegração de posse da área chamada de Pinheirinho, próximo a São José dos Campos, SP, quando 1,500 famílias faveladas foram despejadas e seus precários barracos arrasados num dia. Uma ação que só não teve mortos porque os favelados não tinham como se defender dos tratores e da truculência da polícia, que cumpria ordem da Justiça e do Executivo estadual.

Escreveu o professor Azevedo Jr.: "O grande e imperdoável erro do judiciário e do Executivo foi prestigiar um direito menor do que aqueles que foram atropelados no cumprimento da ordem. Os direitos dos credores da massa falida proprietária são meros direitos patrimoniais. Eles têm fundamento em uma lei também menor, uma lei ordinária, cuja aplicação não pode contrariar preceitos expressos na Constituição."

E quais são os preceitos expressos na Constituição que contrariam e se sobrepõem à autorização legal para a terra arrasada, como no caso Pinheirinho? O principal deles está logo no primeiro artigo da Constituição: a dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da Republica. Um valor, segundo Azevedo Jr., "que permeia toda a ordem jurídica e obriga a todos os cidadãos, inclusive os chefes de Poderes". Mas que não deteve a violência em Pinheirinho. Outro princípio constitucional afrontado foi o da função social da propriedade. Que se saiba, a única função social da área em questão, até ser ocupada por gente à procura de um teto, era como garantia para empréstimos bancários do Nagi Nahas.

É comum ouvir-se falar no "sagrado" direito à propriedade. É um direito inquestionável, mas raramente se ouve o mesmo adjetivo aplicado ao direito do cidadão à sua dignidade. Prestigia-se os direitos menores e esquece-se os fundamentais. O maior valor de artigos como o do professor Azevedo Jr. talvez seja o de nos lembrar a espiar a Constituição de vez em quando, e aprender o que merece ser chamado de sagrado.

Charge de Jean Galvão

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Waldemir Moka, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Pois não.

Obrigado, Senador Suplicy.

Passo a palavra ao Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, recebo, com muita satisfação, a presença de V. Exª na Presidência da sessão, mas eu estava muito contente com o anterior. Acho que a dupla de Pedros se sairia bem. Fica para a próxima.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu disse a ele que ele fica bem nesta cadeira, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu estava pensando a mesma coisa, só não falei porque o presidente do meu partido estava ali, sentado, e poderia não gostar. Mas fica bem, mesmo.

Talvez esteja aí uma próxima oportunidade positiva para nós, até porque, embora o que disputou – e eu votei nele na eleição passada – fosse brilhante e está sendo excepcional, ele tinha muito mais aspecto de presidente júnior que de presidente do Congresso Nacional. Já o Pedro não, ele é mais... Tem pelo menos uns 30 anos mais que o nosso guri. *(Risos.)*

Sr. Presidente, uma notícia muito estranha: em primeiro lugar, a notícia que está vindo do Supremo é de que já está cinco a um. Ontem, terminou quatro a um e, hoje, já teve mais um voto: cinco a um.

Eu acho que desta vez vai. Mas tem uma questão que eu acho que está muito mal explicada. Eu venho a esta tribuna tranquilo de que ela está mal explicada.

Primeiro, saiu uma notícia na *Veja* de que o Governo estaria pensando em mudar três membros da Comissão de Ética, baseado no fato de que a Comissão de Ética resolveu abrir um processo de investigação de um membro do Governo.

Eu não acreditei. Como a **Veja** está muito sob interrogação, de exagero de medidas contra o Governo, eu não levei muito a sério. Mas, agora, as notícias aumentaram.

O Deputado Magalhães Neto disse ontem, da tribuna da Câmara, que a Câmara deve debater possíveis mudanças na composição da Comissão de Ética por causa da informação de que três membros sairiam pela decisão de investigar um membro do Governo. Já se está fazendo um estudo no sentido de que os membros da Comissão de Ética sejam indicados ou pelo menos passem pela votação do Congresso Nacional.

O Estado de S. Paulo publica que a Comissão de Ética reage à intervenção. O Governo teria cogitado mudar cinco membros do colegiado após ameaça de investigação de um ministro. "Seria desonroso", diz a conselheira. A base reage e apóia a PEC que muda as regras do colegiado.

Ora, Sr. Presidente, um Deputado diz que "trocar os integrantes da Comissão de Ética é começar a faxina varrendo a sujeira para debaixo do tapete do Palácio do Planalto".

Eu tenho a convicção de que a Presidente não vai cometer esse equívoco. Sinceramente, não pode passar pela cabeça de alguém que a Presidente, que vem se impondo ao respeito da Nação exatamente pela diferença entre as suas atitudes e as de seus antecessores, na firmeza com que vem avançando em termos da seriedade... De repente, uma Comissão de Ética que vem, ao longo do tempo, até, de certa forma, sendo vista sob interrogação pela omissão, pela falta de ação, no momento que decide fazer uma investigação em que três ou quatro membros seriam afastados, eu afirmo daqui com a mais absoluta convicção: eu não acredito!

Duvido que o Governo se prestaria a um ato como esse. Quem sairia mal não seria a Comissão de Ética; quem sairia mal seria o Governo.

Eu falo com relativa autoridade sobre essa matéria. Quando Líder do Governo Itamar, a minha proposta foi aceita pelo Presidente Itamar e foi criada uma comissão especial para tratar da questão da ética e da corrupção no governo. Essa comissão realmente era indicada pelo Presidente, mas deveria ser constituída de notáveis, pessoas da mais absoluta isenção e da mais absoluta certeza da seriedade de seus nomes. Esses foram os nomes indicados por Itamar. Essa comissão tinha poderes absolutos: convocar ministros, requisitar o que fosse. Ela estava acima do bem e do mal, para fazer o que bem entendesse. Este livro foi publicado no fim do Governo Itamar, mostrando os principais casos das denúncias feitas na época do Governo Itamar e da apuração feita de todos os casos.

O Presidente Fernando extinguiu essa matéria. Eu, que, no início do Governo Fernando Henrique, era seu líder, continuando do Itamar, porque, afinal, ele havia sido eleito pelo Governo Itamar, fui falar com o Fernando Henrique: "Mas o que houve, Fernando?" E ele levou um susto: "Eu não sei". Ele chamou a assessoria, que disse que levaram para ele e que ele assinou sem ler. Ele se comprometeu comigo a reabilitar a matéria. Não reabilitou. Apresentei projeto nesta Casa,

e o governo não deixou passar. Apresentei projeto, e o projeto não andou.

Agora, o Governo, em muito boa hora, criou a Comissão de Ética. Criou, e ela funciona. Nós, de certa forma, havíamos até criticado um pouco, quando, alguns fatos quase do conhecimento geral, a Comissão de Ética aprovava.

O Presidente da Comissão de Ética foi Procurador-Geral indicado pelo Presidente Tancredo Neves e indicado para o Supremo Tribunal Federal pelo Presidente Sarney. Pessoa extraordinária, a mais digna, a mais correta, por quem tenho o maior respeito. Numa resposta, há pouco tempo, ele fez uma ironia com relação a mim. Eu nem respondi. Mas digo hoje: o maior respeito com relação à dignidade, à seriedade do ex-Presidente do Supremo, hoje Presidente da Comissão de Ética, não há dúvida nenhuma. Pode haver restrições com relação a isso aqui – ao caráter, à dignidade, à seriedade, eu não tenho nenhuma dúvida.

Agora, a Comissão de Ética resolve pedir para investigar. Ela não fez absolutamente nada, não fez nenhuma condenação, não fez nenhum prejulgamento. Mas é um assunto que está, há meses, nas manchetes dos jornais, e ela resolveu investigar.

Cá entre nós, é o mínimo que ela pode fazer. Estamos acostumados a que um assunto seja manchete de jornal, de revista, de televisão, e aí a gente discute, grita. Lá pelas tantas, ele sai da manchete, vai para a gaveta, e não se fala mais nada.

O que deve ter sido estranho é que, depois de ter saído da manchete, a Comissão de Ética resolveu investigar. Pois acho que ela está certa. Acho que esta foi uma atitude absolutamente positiva. Saiu da manchete, não se fala, não se discute. Pois ela... Vão investigar. Não há nenhum preâmbulo no sentido de que ela está condenando: ela quer investigar.

Eu não acredito. Garanto, daqui, que a Presidenta não vai mexer na Comissão de Ética neste momento, debaixo dessa diretriz, com as manchetes que estão nos jornais, agora. Aqui estão elas: "Comissão reage à intervenção"; "Base reage e apoia PEC para mudar a escolha dos membros"; "Membro da Comissão responde [...]".

Não acredito. Não acredito que a Presidenta vá mudar. Mas acho que é uma boa hora para se analisar essa matéria. É uma boa hora para se analisar essa matéria. Primeiro, com relação a seus componentes – e não quero discutir os atuais, que me parecem da maior respeitabilidade. Mas, quando aparece lá na Câmara pedido para que passe pelo Congresso, acho que olhar a escolha no futuro é muito importante.

Segundo, eu volto a falar o que já falei daqui.

"Governo veta ficha-suja em ministério": é uma grande análise que está sendo feita pelo ilustre Ministro Hage, da CGU, e já publicada na imprensa. S. Exª pretende, por meio de um regulamento, de uma legislação interna, determinar que nomeados para o Governo Federal tenham de ter ficha limpa e prova de compenetração de capacidade para o cargo que vão exercer. Isso já está pronto.

Em conversa com o Ministro Hage obteve-se a informação de que S. Exª está esperando a decisão do Supremo com relação à ficha limpa para se dirigir à Presidência da República. E está certo. O Governo se antecipar a uma decisão do Supremo, ou antecipar-se dizendo "sim" ou dizendo "não", seria uma forma de tentar constranger o Supremo Tribunal.

Mas, se for aprovado... Repito: terminou 4 a 1, e já está 5 a 1, hoje. Falta um voto. E tenho certeza de que vai ser aprovado. Se for aprovado, acho que a grande resposta da Presidenta a esse mal-entendido, no qual, repito, não acredito – pelo que conheço da Presidenta, pelo o que ela vem fazendo, pelo o que ela vem praticando, não acredito... Seria um ato grosseiro, vulgar. Então, a Comissão de Ética manda investigar alguém, e a Presidente vai tirar três membros! Não acredito!

O Sr. Luiz Henrique (Bloco/PMDB –SC) – Senador Pedro Simon, depois V. Exª me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB –RS) – Já lhe darei, com o maior prazer.

Não acredito! Mas a maior resposta a essa onda ridícula que está acontecendo é ela aproveitar a proposta de seu Ministro Hage e, em cima da decisão do Supremo, que consolida a ficha limpa, ela adotar o mesmo no caso do Executivo.

Não é invenção dela, porque se o Governo já está estudando... A matéria a que estou me referindo saiu no dia 28 de outubro do ano passado, no *Estado de S. Paulo*. Então, não é invenção de agora, não. A coisa que ela está fazendo agora, já está a matéria preparada esperando uma decisão. E eu, inclusive, na hora falei, deveria esperar a decisão do Supremo, para não estabelecer uma questão de querer influenciar no Supremo. E agora é o momento.

Em cima dessa boataria, dessas manchetes que os jornais de hoje estão apresentando, se a resposta é deixar como está e aprovar a proposta do seu Ministro...

Com o maior prazer, Senador.

O Sr. Luiz Henrique (Bloco/PMDB – SC) – Nobre Senador Pedro Simon, V. Exª honra as tradições do Rio Grande. V. Exª é símbolo da política feita com ética, que é o apanágio do Estado do Rio Grande do Sul; aliás, a força autêntica do PMDB, que, com a força da palavra, levou à derrubada do regime autoritário.

Foi um vento minuano que soprou lá do Rio Grande para todo o País.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Permita-me, Senador.

Saiu mais um voto. Já está aprovado. O Ministro Ayres Brito deu o sexto voto: 6 a 1.

O Sr. Luiz Henrique (Bloco/PMDB – SC) – É o novo Brasil, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Já está aprovada a Ficha Limpa.

O Sr. Luiz Henrique (Bloco/PMDB – SC) – Festejemos esse novo Brasil.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – Comemoremos, Senador Simon.

O Sr. Luiz Henrique (Bloco/PMDB – SC) – Mas eu dizia que V. Exª vem do Rio Grande, o Rio Grande que teve, dentre outros ilustres homens públicos brasileiros, o inesquecível Presidente Getúlio Vargas. E V. Exª aludia à criação do Conselho de Ética, à política de autoauditagem do Governo que vem sendo posta em prática pela Presidente Dilma Rousseff, às medidas adotadas lá atrás pelo saudoso companheiro Itamar Franco, e eu lembrava o fim trágico de Getúlio Vargas. Numa noite, conversava com Ulysses Guimarães, nosso grande Presidente, nosso inexcedível Presidente, e ele me contava o episódio do dia em que Getúlio Vargas pôs fim à vida com um tiro no coração. Ulysses morava perto do Palácio, foi avisado e chegou lá quase que imediatamente e, pela primeira vez, entrou no quarto do Presidente. Uma cama simples, um armário antigo simples, uma cuia de chimarrão, objetos muito simples que havia nos aposentos presidenciais. E Ulysses me disse: "Getúlio era um anacoreta". No entanto, o que fizeram alguns assessores? Transformaram seu governo num mar de lama. Quer dizer, o Governo tem que se autoaparelhar para impedir que esses casos voltem a ocorrer. Desculpe, Sr. Presidente, se me alonguei demais.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Agora a reunião passou a ser uma reunião de festa, Sr. Presidente. Acho que V. Exª tem que entender que, a partir deste momento, nós estamos comemorando uma decisão do Supremo. Como festa, vamos recebê-la nesta quinta-feira não deliberativa, em que a maioria já saiu, com muita razão, para festejar o Carnaval. Alguns aqui ficaram. Vamos festejar a decisão do Supremo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela importância, pelo momento e também por essa notícia de grande importância que V. Exª dá da tribuna, eu vou novamente conceder mais cinco minutos, para que possa ser aparteado e para que V. Exª possa concluir com tranquilidade.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Cinco minutos para cada aparteante, Sr. Presidente. Obrigado.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – Utilizarei, Sr. Presidente, somente um.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Agradeço ao Luiz Henrique, querendo dizer a S. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Deduzindo o tempo que eu tomei do orador.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu me orgulho muito de ser amigo do Luiz Henrique, que foi presidente do MDB, do nosso velho MDB. V. Exª é uma tradição de honra e de dignidade. Ministro de Governo, Governador de Estado, Presidente do Partido. Eu tenho muito orgulho de ver que gente como V. Exª ainda é firme no nosso Partido.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Aliás, Senador, dos presentes, eu, V. Exª, Valdir Raupp, Sérgio Souza e Luiz Henrique, somos todos do velho MDB.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – É, e nós quatro estamos maioria absoluta aqui. Não vejo ninguém do PT.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O Senador Randolfe, que seria muito bem-vindo, o nosso Randolfe.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – Nesse MDB, nesse MDB que inspirou minha militância política, que eu aprendi a ver, nos anos 70, na resistência democrática, o MDB de Simon, de Ulysses, de Luiz Henrique, de Moka, dessas lideranças; o MDB de Ulysses, que, em 1974, avisava para os cães do regime militar e para os generais do regime militar: respeite o líder das oposições. Esse MDB eu teria o maior prazer, a maior honra de me entrincheirar em suas fileiras.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – A televisão está mostrando sua imagem. Nós quisemos elegê-lo Presidente do Congresso. Parece mais "Presidente Júnior". Está muito moço ainda, mas vai chegar lá.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – Eu lhe agradeço. Essa notícia belíssima que nós recebemos nesta tarde não poderia ter nos brindado com circunstância melhor. Esta é uma das situações em que o momento e o destino, Presidente Moka, combinam. Porque o senhor é o melhor retrato da Ficha Limpa na história do País. O senhor é um espelho para todos nós que estamos aqui no Congresso Nacional. Reparem a sua história, a sua biografia política, e ela é o retrato da lei que, graças a Deus e a vontade dos Ministros do Supremo, é, de fato, implementada no dia de hoje. E não poderia ter combinação melhor, Senador Simon a validade da Lei Complementar nº 135, de 2010, com a

sua presença na tribuna do Senado. É o melhor retrato que o Senado da República pode dar aqui.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Com relação ao Presidente e com o aparte de V. Exª com relação ao futuro, que V. Exª representa realmente muito, muito bem.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – O melhor retrato da Ficha Limpa é a história de V. Exª. E não é à toa. V. Exª coloca mais essa vitória na sua biografia. V. Exª, que lutou pelas eleições diretas para presidente e pela redemocratização e foi firme no processo de transição democrática. V. Exª, que esteve ao lado do Presidente Itamar Franco, V. Exª, que esteve ao lado das grandes lutas políticas dos últimos 20 anos da história da República e esteve junto nessa luta da Ficha Limpa. A Ficha Limpa é hoje a principal reforma política que aconteceu na República brasileira. Tem uma pauta aí de reforma política, que, lamentavelmente, está atrasada, que eles não conseguem avançar. Está bom! Hoje, a validade da Lei da Ficha Limpa para a eleição desse ano, essa é a mais importante reforma política que poderíamos ter tido. E essa tarde de festa, antecedendo o Carnaval, não poderia ser melhor celebrada do que com a presença do *Sr*. Ficha Limpa na tribuna do Senado da República.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Digo do fundo do coração: tenho o maior respeito por V. Exª. Ouvi falar, falavam-me: tem um guri... E me diziam que V. Exª ia ganhar. E eu falava: mas como é que vai ganhar? O Sarney e toda aquela gente lá. E diziam: ele vai ganhar.

Tenho o maior respeito por V. Exª. Acho V. Exª um exemplo muito positivo da mocidade. Tenho falado no seu nome para o meu filho Pedrinho. Ele já veio mais de uma vez aqui olhar, ver V. Exª e sua maneira de falar. O meu filho Pedrinho, que também não é muito alto, disse: "É, mas eu posso chegar lá também". E eu disse: "A altura dele você vai ter. Resta ter também altura intelectual, altiva moral e capacidade".

Fico muito feliz, porque vejo hoje, neste momento, no pronunciamento de V. Exª, realmente, o que significa daqui para diante. O que significa daqui para adiante, porque hoje terminou a impunidade neste País. Hoje nós temos um arco novo. Hoje a História marcou o voto do Ministro Ayres Britto. O 6 a 1 determinou que não vão mais ficar nas gavetas os processos; que o Pedro Simon processado não vai procurar um advogado para não deixá-lo ir a julgamento, mas para ser absolvido, porque, se for absolvido, tudo bem; se não for absolvido, há o recurso; e se perder no segundo recurso, vai para a cadeia ou, pelo menos, não será mais candidato. É isso que significa.

Com essa decisão do Supremo, hoje, estamos igual aos Estados Unidos, à Inglaterra, à Alemanha, à França, que têm tanta corrupção quanto o Brasil. Ah! Mas o Brasil é um país muito corrupto! Coisa nenhuma! Aqui, no Brasil, a impunidade existiu. A partir de hoje, com a decisão do Supremo, era uma vez. O Brasil começou a mudar. Graças a Deus!

O Sr. Sérgio Souza (Bloco/PMDB – PR) – Senador Pedro Simon, quero fazer minhas as palavras do Senador Randolfe. Não poderia ser mais correto que, no momento em que o Supremo oferecesse o seu sexto voto em favor do povo brasileiro, V. Exª estivesse ocupando a tribuna desta Casa, justamente falando deste tema. Essa questão, Senador Pedro Simon, teve três momentos. Isso envolve o Brasil por inteiro. O primeiro momento foi um projeto de lei de iniciativa popular, com 1,3 milhão de assinaturas de brasileiros, que rogaram para que o Congresso Nacional redigisse uma lei que fizesse valer a vontade do povo brasileiro. O segundo momento, Senador Pedro Simon, foi a coragem que teve este Congresso Nacional em votar uma legislação dessa natureza. Rogo aqui as minhas homenagens a todos os que naquele momento estavam aqui, fazendo parte deste Congresso Nacional e tiveram essa coragem. E tenho certeza de que V. Exª conduziu esse processo.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – O Senado votou por unanimidade.

O Sr. Sérgio Souza (Bloco/PMDB – PR) – Parabéns ao Senado da República! E o terceiro momento, Sr. Pedro Simon, nobre Senador representante do Rio Grande do Sul e do povo brasileiro, a coragem do Poder Judiciário, que vem neste momento declarar e firmar para sempre que não será mais admitida a corrupção neste País. E aqueles que agirem à margem da lei serão penalizados, senão numa ação penal, pelo menos serão eliminados do processo eletivo. Parabéns ao Brasil por esse grande momento!

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – De coração, muito obrigado a V. Exª.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – Na mesma linha do Luiz Henrique...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Presidente, eu dou a palavra a V. Exª com muito carinho.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – Obrigado, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu quero dizer que venho observando a administração, a Presidência de V. Exª com muita alegria.

Eu tenho sido um crítico, às vezes, do meu partido, mas com aquelas críticas que eu fazia não posso atingir V. Exª, que vem dando uma seriedade e dignidade que merecem todo respeito.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – Obrigado. E a crítica construtiva será sempre bem-vinda. Ao mesmo tempo em que parabenizo V. Exª pelo pronunciamento, sigo aqui na linha do Senador Luiz Henrique, do Senador Randolfe, do Senador Sérgio Souza, do Senador Moka, louvando a atitude do Supremo Tribunal Federal, que, agora sim, deixou as regras para as eleições de 2012 bem claras, o que, lamentavelmente, não aconteceu nas eleições de 2010, quando tivemos problemas, choros e ranger de dentes. Houve muitas pessoas com problema, outros nem candidatos foram e acabou não valendo nada para a eleição passada. Então, é muito bom que o velho ditado prevaleça: "Justiça, mesmo que tardia" ou "A justiça tarda, mas não falha". Chegou em boa hora para as eleições de 2012, com regras claras. Parabéns a V. Exª e ao Supremo Tribunal Federal!

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Muito obrigado.

Encerro, Sr. Presidente, voltando a dizer: primeira medida, o Supremo Tribunal Federal, numa decisão emocionante, sobre uma dúvida que existia lá com relação às atribuições do Conselho Nacional de Justiça, decidiu que cabe ao Conselho Nacional de Justiça, à sua corregedora, a iniciativa com relação a processar, independentemente de ter que começar no corregedor estadual. E como diz um ilustre e ex-presidente do Supremo Tribunal, "até as pedras sabem que é muito difícil os colegas fiscalizarem colegas".

Aquela decisão foi o primeiro passo heroico do Supremo.

Ponto número dois, hoje, esse foi definitivo. Terminou a impunidade. A Ficha Limpa, que teve, por iniciativa popular, 1,3 milhão de assinaturas, no início, e mais 2 milhões de solidariedade, está valendo. Hoje é dia de festa!

Terceiro passo: está nas mãos da Presidente.

Essas notícias dos jornais de hoje, ridículas, dizendo que a Comissão de Ética mandou investigar um membro do Governo e, por isso, três ou quatro membros seriam afastados, são ridículas; duvido. Em vez disso, seria o grande momento, em cima da decisão, primeiro, do Supremo, que atinge os membros do Judiciário; segundo, da Ficha Limpa, que atinge todos os políticos e todos os Parlamentares; terceiro com iniciativa do seu ministério, se a ministra assinasse a proposição de ficha limpa, para que todos aqueles que serão nomeados para o Governo Federal precisem ter ficha limpa, idoneidade e capacidade para o cargo.

A proposta do seu ministro, Presidenta, aquela que ele levará, assine-a. Seria o grande momento de assinar agora, em cima da decisão do Supremo, para então se dizer: o Brasil mudou, e darmos palmas ao Supremo, a este Congresso pela decisão lá atrás e, de modo muito especial, à Presidência da República.

Muito obrigado, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Pedro Taques deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Waldemir Moka, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço ao Senador Pedro Simon.

Senador Valdir Raupp, eu tinha dito a V. Exª que seria o próximo inscrito, mas, como aqui o inscrito pela liderança tem prioridade – a Presidência é escrava do Regimento –, com a palavra, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, quem nos ouve pela Rádio Senado, quem nos assiste pela TV Senado, assumi um compromisso com a Presidência e com o Senador Valdir Raupp de ser breve.

Eu só quero aqui fazer uma breve reflexão, nesta tarde, que, repito, é memorável para a República brasileira, em que o Supremo Tribunal Federal sanciona em definitivo a validade da Lei Complementar nº 135, de 2010, a chamada Lei da Ficha Limpa, e possibilita, para a cidadania, para a ética, esse importante instrumento para já servir e existir na eleição deste ano.

Mas, antes de o carnaval chegar, algo me traz preocupação: um projeto de autoria do Executivo que tramita na Câmara dos Deputados e que de lá virá para ser apreciado aqui por nós, no Senado.

Trata-se do Projeto de Lei nº 1.992, de 2007, que institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares do cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição da República, autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar denominada Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal – Funpresp, e dá outras providências.

Ora, Sr. Presidente, foi construído o que me parece ser um mito por parte da grande mídia em relação à previdência do serviço público. Ao longo do tempo, os governos, seja o Governo Collor, sejam os dois Governos do Presidente Fernando Henrique, sejam os Governos do Presidente Lula, seja agora o Governo da Presidente Dilma, e a grande mídia têm propalado em conjunto que a previdência dos servidores públi-

cos gasta demais e cresce sem controle, que existe um suposto déficit entre as contribuições e benefícios previdenciários.

O jornal **O Estado de S.Paulo**, por exemplo, anuncia isso em matéria de 10 de março de 2011. Diz que o sistema arrecada pouco mais de R$22,5 bilhões para pagar uma despesa de R$73,9 bilhões. Quero, inicialmente, fazer a contestação desses dados. Esses dados resultam de um processo, nos últimos vinte anos, de desmonte do serviço público, o que se consolidou nas últimas décadas. Nas últimas décadas, o número de servidores ativos do Poder Executivo caiu de 991.996 em 1991 para, em 2010, 970.605. Caso o número de servidores tivesse, por exemplo, acompanhado, ao longo dessas duas décadas, o crescimento do nosso Produto Interno Bruto, teríamos de ter, hoje, 1.802.597 servidores ativos. Sendo assim, se tivéssemos o número de servidores que a lógica indica que deveríamos ter, o tal déficit propalado, alegado, dito, não existiria.

O segundo mito é que se contempla a Previdência Pública fora do contexto em que ela está assegurada na Constituição da República. Ora, a Constituição da República coloca a Previdência Pública dentro de um conjunto chamado Seguridade Social. E a Seguridade Social é, por assim dizer, sempre superavitária e não deficitária.

Também não me parece ser verdade que os gastos com servidores estejam aumentando, ao contrário. Os gastos com servidores, segundo informações que possuímos, encontram-se em queda livre. O Governo Federal gastava 56,2% de sua receita corrente líquida com os servidores ativos e inativos. Esse percentual caiu enormemente em 2010, caiu 33,3%. Além do mais, a proposta orçamentária para 2012 também reconhece que os gastos com pessoal ativo e inativo estão caindo fortemente (de 4,98% do PIB em 2009 para 4,15% do PIB em 2012).

A própria exposição do projeto de lei da autoria do Governo reconhece que, na realidade, ao invés de diminuir o gasto público, acarreta, na verdade, um aumento. Isso é dito claramente, com todas as letras, na justificativa do PL nº 1992, de 2007.

Na verdade, Sr. Presidente, vamos ao que se trata. Esse projeto de lei trata, na verdade, da privatização da previdência pública, da complementação da chamada Emenda Constitucional nº 41 que correspondeu à terceira geração da reforma previdenciária.

Esse PL é, na verdade, a quarta geração da reforma previdenciária. Esse PL transfere a previdência pública para um fundo de pensão sujeito às regras do mercado e sendo contrário ao princípio que funda uma previdência pública. Uma previdência pública é assentada sobre o princípio da segurança; uma previdência pública existe para dar segurança e tranquilidade para aquele que vai ser beneficiado por ela. Uma previdência pública é um símbolo de um Estado que procura o bem-estar social dos seus.

A criação de um fundo de pensão, ao *contrario sensu*, é a privatização da previdência pública e significa exatamente o contrário, significa a flexibilização, a neoliberalização do papel do Estado, o afastamento do Estado, da sua responsabilidade em garantir a previdência pública para os seus servidores.

Por isso, Sr. Presidente, nós, do PSOL, temos nos posicionado contra na Câmara dos Deputados e aqui no Senado. Quero antecipar e pedir a reflexão dos colegas sobre esse projeto e...

(Interrupção do som.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – ...sobre as consequências que esse projeto poderá trazer para mais de um milhão de servidores públicos, visto que o próprio projeto condiciona que as mesmas consequências da criação do fundo de pensão no âmbito federal também terá reflexo para os servidores estaduais e para os servidores municipais.

Haverá uma limitação da previdência pública para os servidores futuros em R$3.912,00 e, qualquer complementação futura, os servidores terão que recorrer a um fundo de pensão que será regulado, não pelas regras e princípios da previdência pública e pela responsabilidade do Estado de garantir segurança ao previdenciário, mas sim vai ser baseada pelas regras e sujeito às flexibilidades e volatibilidades do mercado.

Não acredito que seja o melhor para o Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo ao Senador Randolfe Rodrigues, concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, subo à tribuna para falar sobre os modais de transportes do Brasil e de Rondônia.

Mas, antes, Sr. Presidente, gostaria de fazer um registro e agradecer a presença do Vereador Ramiro Negreiro, do PMDB de Porto Velho. Ele pôde ver que a maioria dos Senadores que passaram aqui é do PMDB. É a maior bancada e, coincidentemente, a maioria hoje aqui no plenário foi Senador do PMDB.

Gostaria de agradecer a presença do Vereador Ramiro, que já foi deputado estadual, no Estado de Rondônia, e já ocupa, pela quarta vez, uma cadeira de vereador na capital do meu Estado, Estado de Rondônia, Porto Velho.

Mas, antes ainda, Sr. Presidente, de começar o meu pronunciamento sobre a nossa malha de transporte rodoviário, aquaviário e ferroviário, queria fazer um registro de um evento importante que aconteceu na Assembleia Legislativa do meu Estado, ontem, no final da tarde. Depois de muita polêmica, a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia aprovou, por unanimidade, um empréstimo de R$542 milhões, ofertado pelo BNDES, trabalhado com a Presidente da República, porque é uma espécie de compensação pela construção das usinas do rio Madeira, que vão fornecer ao Brasil em torno de 7 mil megawatts de energia.

Então, com 21 votos favoráveis a Assembleia Legislativa de Rondônia autorizou, nesta quarta-feira, o pedido de empréstimo de R$542 milhões para o Estado, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e que serão investidos em cinco dos seis eixos prioritários do governo, como a infraestrutura regional, fortalecimento e modernização da gestão, educação e formação de recursos humanos, desenvolvimento econômico e mobilização dos sistemas do conhecimento. A aprovação aconteceu um dia depois da audiência pública realizada no Legislativo para discutir o assunto.

A proposta foi aprovada em duas votações e segue ao Executivo.

Quero parabenizar a Assembleia de Rondônia, o Sr. Presidente Deputado Herminio Coelho, que já foi vereador também, presidente da Câmara de Porto Velho, por ter tido a iniciativa de discutir, numa ampla audiência pública, aberta a toda a sociedade de Rondônia. Então, além do Legislativo, além do Executivo, a população do Estado de Rondônia pôde atuar na aprovação deste empréstimo tão importante para o Estado de Rondônia.

Estou empenhando-me, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nos últimos dias, para que Rondônia tenha uma agenda positiva. Tivemos, no ano passado, uma agenda altamente negativa; tivemos muitos eventos negativos no Estado de Rondônia. Foi um ano, não vou dizer que para se excluir de nossa história, mas para se esquecer um pouco daquilo que ruim aconteceu no nosso Estado ou tirar proveito dele para se promover uma agenda positiva para o ano de 2012. Então, vou trabalhar e perseguir essa meta, durante todo este ano, para que possamos construir com o Executivo Estadual, com o Legislativo Estadual, com as Prefeituras Municipais, com as Câmaras de Vereadores, com os Sindicatos, com as cooperativas, com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e toda a sociedade de Rondônia uma agenda positiva para o ano de 2012.

Volto agora, Sr. Presidente, a falar, no tempo que me resta, sobre os modais de transporte em nosso Estado.

As ferrovias integram o imaginário do progresso na civilização desde finais do século XIX. Parece mesmo que a expansão do capitalismo, na sua fase decisiva, pôde ser traduzida pela imagem dos trilhos singrando paisagens desertas. Talvez por isso os norte-americanos tenham considerado o maior feito tecnológico daquele período, momento em que assumiram o papel de "locomotiva do mundo", a construção da ferrovia Transcontinental que, pela primeira vez, ligou o Pacífico ao Oceano Atlântico.

Tratarei, nesta breve comunicação, de nossa ferrovia Transcontinental... Falava, agora, sobre a ferrovia Transcontinental americana e de outros países; mas falo, agora, de nossa ferrovia Transcontinental que partirá do litoral norte fluminense, do Rio de Janeiro, e passará por Muriaé, Ipatinga e Paracatu (Minas Gerais); por Brasília, sede do Congresso Nacional; por Uruaçu, Campinorte (Goiás); por Cocalinho, Ribeirão Cascalheiro e Lucas do Rio Verde (Mato Grosso); chegará ao meu Estado, Rondônia, nas cidades de Vilhena, Pimenta Bueno, Cacoal, Presidente Médici, Ji-Paraná, Ouro Preto, Jaru, Ariquemes, Itapoã do Oeste, Candeia do Jamari e chega a Porto Velho, capital do Estado, onde está o porto graneleiro, com vários terminais graneleiros como: Maggi, Cargill, Bunge e outras que poderão entrar.

E alcançará a fronteira com o Peru, na localidade de Boqueirão da Esperança, próximo a Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, Estado do Senador Jorge Viana, que já foi Prefeito de Rio Branco e Governador várias vezes. Concluindo o percurso da Transcontinental, contará com 4.400 km em território brasileiro. Recentemente, o Peru adotou medidas legais para priorizar a ligação dos portos de Paita e Bayóvar, no Pacífico, na fronteira com o Brasil. Tudo indica, portanto, que a primeira transcontinental latino-americana deixará de ser um sonho grandioso.

Aproveitando o ensejo, lembro aqui a oportunidade que tive de relatar a Medida Provisória nº 427, de 2008, cujo objetivo maior reside na modernização do modal ferroviário brasileiro, que remodelou também a Valec nessa mesma medida provisória e incluiu Rondônia no sistema ferroviário nacional.

No trecho de Lucas do Rio Verde, até Vilhena, em Rondônia, a Transcontinental integra a Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico), cuja extensão, Sr. Presidente, está estimada em 1.638 km, que liga a Ferrovia Norte/Sul na altura de Campinorte, no Estado de Goiás, inserida no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), e orçada em R$6,4 bilhões.

A obra está programada para ser realizada em dois trechos no período de quatro anos. O primeiro trecho, de Campinorte, Goiás, a Lucas do Rio Verde, Mato Grosso, está com obras autorizadas e tem previsão de conclusão em final de 2014. O segundo trecho inicia-se na localidade mato-grossense de Lucas do Rio Verde e chega até Vilhena, em Rondônia.

Estou trabalhando, agora, para que esse trecho de Lucas do Rio Verde a Porto Velho, que é um trecho que já tem carga mais do que suficiente para atender, abastecer, aos vagões de uma grande ferrovia, seja lançado em PPP. Estou em contato com a ANTT e com a Valec. Ontem mesmo aprovamos aqui, na Comissão de Infraestrutura do Senado, a recondução do Dr. Bernardo Figueiredo frente à Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT). Deverá, logo após o carnaval, vir a plenário para sua aprovação. Tivemos contato também com o Dr. Castelo Branco, que é o Presidente da Valec.

E acredito que os estudos desse projeto de Lucas do Rio Verde até Porto Velho sairão rapidamente e que, após esses estudos e o projeto de engenharia, a gente possa lançar uma parceria público-privada para buscar investidores para esse trecho até Porto Velho.

Quando concluída, essa ferrovia transportará 20 milhões de toneladas de carga por ano, impactando as economias dos Estados de Rondônia, Acre, Mato Grosso, Goiás, Pará, Amazonas e Mato Grosso do Sul, é claro, Estado de V. Exª, Presidente, proporcionando, com isto, escoamento das produções de soja, açúcar, álcool, milho, cimento, entre outras, até o Atlântico, por meio de conexões da ferrovia Norte/Sul com o porto de Ilhéus, na Bahia. Grande parte dessa produção seguirá para o porto de Porto Velho ou para os portos do Pacífico quando ela estiver interligada ao Peru.

Deve-se ressaltar, assim, a importância desses investimentos em infraestrutura para o fortalecimento do principal setor da nossa pauta de exportações, que são as *commodities*.

A redução do custo Brasil nas regiões Norte e Centro-Oeste implica o fortalecimento da competitividade de suas economias, estimulando a atração de novos investimentos, a criação de empregos e a geração de renda.

Um dos grandes gargalos do desenvolvimento dessas regiões reside, sobretudo, na dificuldade de escoamento e de distribuição da sua produção.

Lembro aqui que o Brasil é atualmente a sexta economia mundial e precisa dispor de malhas ferroviárias, hidroviárias e rodoviárias condizentes com a posição que ocupa no cenário internacional.

Ligando esses modais em Rondônia, eu poderia citar aqui que, em breve, vamos restaurar, será uma reconstrução da BR-364, de Cuiabá até Porto Velho e Rio Branco, no Acre, estrada esta que é a espinha dorsal de toda aquela região que transporta cargas para os portos de Porto Velho e Manaus, que vai para o Acre e agora, com a rodovia bioceânica, já concluída, também para os portos do Oceano Pacífico.

Temos outras obras importantes acontecendo em Rondônia, como a construção das seguintes pontes: a ponte binacional, que deverá iniciar neste ano, de Guajará-Mirim a Guaiará, que será um outro corredor via La Paz e Arica e Iquique, Chile; a ponde de Abunã, no rio Madeira; a ponte que liga a BR-319 a Manaus; a BR-429; e tantas outras obras importantes que vão acontecer no Estado de Rondônia, como a ZPE (Zona de Processamento de Exportação). Aproveitando toda essa logística de transporte, vamos poder implantar em Porto Velho um pequeno polo industrial, que é a Zona de Processamento de Exportação.

A propósito, Sr. Presidente, e não por acaso, ressalto que os países que se destacam no cenário econômico mundial preservaram essas malhas, principalmente as ferrovias. Os trens, que para nós passaram a ser meros elementos de paisagens bucólicas, continuaram a ser nestes países peças fundamentais no seu desenvolvimento econômico e social.

Deixo consignado, portanto, meu apoio incondicional às medidas do Governo Federal, que se tem empenhado, no limite, para que a Ferrovia Transcontinental não fique apenas no plano dos sonhos e possa favorecer as populações do Norte e do Centro-Oeste, integrando-as ao grande impulso de desenvolvimento econômico e social pelo qual nosso País está passando.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Waldemir Moka, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Souza.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Na ordem da lista de oradores inscritos, chamo o Senador Jorge Viana pelo tempo regimental. V. Exª tem a palavra, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho à tribuna desta Casa, em primeiro lugar, para me solidarizar com toda a população da minha cidade, Rio Branco, no Acre, que, neste momento, se une em torno de um problema grave que aflige milhares de famílias da capital do Estado. Refiro-me ao transbordamento das águas do rio Acre e a uma situação de muita dificuldade por que passam mais de cinco mil pessoas no nosso Estado.

Tenho falado com o Prefeito da capital, Rio Branco, Raimundo Angelim – ainda há pouco, eu falava com ele ao telefone. O Governador Tião Viana cancelou uma viagem e está em Rio Branco hoje, tendo em vista o nível das águas do rio Acre. A cota de transbordamento do rio é de 14 metros, mas está neste momento com 16,3 metros, ou seja, 2,3 metros acima da cota de cheia. Isso implica desalojar pessoas que têm algumas dificuldades pelo tipo de moradia e que moram em bairros mais distantes. Hoje, em Rio Branco, neste momento, 531 famílias, num total de 2.030 pessoas, estão no Parque de Exposição, sob os cuidados do Governo do Estado e da Prefeitura, e um número muito maior de famílias está na casa de parentes e de amigos, como acontece todo ano.

Nós somos moradores do vale do rio Acre, e, neste ano, especificamente, o volume de chuvas foi muito intenso. No mês de janeiro, houve 430mm de chuva, quando a média para o mês de janeiro é de 250mm. Só agora, em fevereiro, em que a média gira em torno de 260mm para todo o mês, nos primeiros 15 dias já choveu mais de 200mm.

Tendo em vista essa situação, o Prefeito Raimundo Angelim decretou, hoje, situação de emergência no Município de Rio Branco. Estou, aqui, com o Decreto nº 3.286, de 15 de fevereiro, assinado ontem e publicado hoje, que declara a situação anormal, caracterizada como situação de emergência, nas áreas do Município de Rio Branco afetadas pela ocorrência de enchentes. O Prefeito Raimundo Angelim o faz com base no que estabelece a própria Constituição, no uso de suas atribuições, contidas no art. 58, incisos LXXXVII e XCII, da Lei Orgânica do Município, e em observância ao art. 2º, inciso III, do Decreto Federal nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, e ao §2º do art. 3º da Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010.

Ele considerou uma série de dificuldades e de problemas por que passa uma parcela importante da nossa cidade, que, hoje, atinge o número de cinco mil pessoas no Município de Rio Branco. O rio segue enchendo, atingindo diretamente os bairros 6 de Agosto, Ayrton Senna, Adalberto Aragão, Aeroporto Velho, Terminal da Cadeia Velha, Baixada da Habitasa, Base, Conjunto Jardim Tropical, Boa União, Glória, Cadeia Velha, Cidade Nova, Palheiral, Triângulo Novo, Taquari e Quinze. Também são atingidas as áreas rurais a jusante da cidade de Rio Branco, como Bagaço, Extrema, Colibri, Limoeiro, Quixadá, Panorama, Vista Alegre, Catuaba, Extrema II, Liberdade, Belo Jardim, e as que ficam a montante, como Benfica, Capatará, Moreno Maia, Riozinho do Rôla, Água Preta, Barro Alto, e outros produtores ribeirinhos ao longo do rio.

Com base nos graves problemas por que passam milhares de famílias na cidade de Rio Branco, o prefeito decretou situação de emergência. Fiz hoje um contato com a Defesa Civil nacional, que já contatou o Prefeito Angelim e deve estar mandando técnicos para avaliar a situação em Rio Branco.

É claro que a situação é gravíssima para muitas famílias neste momento. Além da ação do Governo do Estado e da Prefeitura, o que vale e que funciona muito também em Rio Branco é a solidariedade. Milhares de famílias são acolhidas nas casas dos seus parentes e amigos enquanto a gente passa por essa dificuldade.

Mas vale ressaltar que, ainda esta semana, na Comissão de Constituição e Justiça, se debatia a busca de se aperfeiçoar a Defesa Civil nacional. E devo dizer que, logo que cheguei aqui ao Senado, apresentei uma proposição de criarmos uma Comissão Temporária de Defesa Civil, em que contamos com a participação do Senador Inácio Arruda, Vice-Presidente, e do Senador Casildo Maldaner como Relator.

Essa comissão trabalhou, andou o Brasil inteiro, reuniu, em cada região deste País, pessoas envolvidas na defesa civil, prefeitos, governadores, e apresentou um relatório final com um conjunto de dez recomendações num sumário executivo, alertando, primeiro, para a gravidade em que nos encontramos para enfrentar desastres naturais e, segundo, apontando, de maneira bastante objetiva, caminhos que devemos adotar do ponto de vista da legislação, aqui no Congresso, e também do Executivo, para amenizar a situação que se repete a cada ano.

Eu quero ouvir, Senador Sérgio Souza, o seu aparte, mas queria só citar algo. São milhões de pessoas atingidas em centenas de Municípios. Todos os anos isso se repete; o número de desabrigados só cresce. Temos aqui, por exemplo, em uma rápida leitura, dados recentes.

No Paraná, 5 Municípios atingidos; Rio Grande do Sul, 136; Santa Catarina, 155; Espírito Santo – na Região Sudeste –, 31; Minas Gerais, 16; Rio de Janeiro, 132; São Paulo, 28. Na Região Norte: no Acre, Cruzeiro do Sul e Rio Branco; no Amazonas, 7; no Pará, 11; Rondônia, 3; Tocantins, 2 Municípios. Aqui na Região Centro-Oeste: Goiás, 2; Mato Grosso do Sul, 25; Mato Grosso, 2.

Quer dizer, a cada ano, nós temos o mesmo problema acontecendo com milhares de famílias sendo atingidas, e o Brasil teima em não estruturar as condições adequadas e possíveis para enfrentar essa situação.

Eu queria, antes de passar a V. Exª o aparte, dizer que, no ano passado inteiro, o Acre recebeu de auxílio para a Defesa Civil, apesar de ter vivido alagação,

R$100 mil. E hoje estão previstos no orçamento para 2012 R$30 milhões, para todo o Brasil. Sr. Presidente, R$30 milhões e nada é a mesma coisa. Estou me referindo ao orçamento para a Defesa Civil. E mais: todas as emendas... Foi anunciado ontem um corte por parte do Governo. Acho que é uma prerrogativa do Executivo ajustar o orçamento, mas nós temos de sair desse orçamento fictício. E o pior: todas as emendas apresentadas por Parlamentares, Senadores ou Deputados Federais, para a Defesa Civil, para prevenção e identificação de área de risco, Senador Luiz Henrique, todas elas foram contingenciadas dentro desse bolo de R$55 milhões.

Eu quero saber se o Brasil vai seguir contando os mortos. Lá, em Rio Branco, graças a Deus, não tivemos nenhuma vítima até aqui, porque há uma ação eficiente da Prefeitura, do Governo; há um plano de contingência que é executado. E digo mais ainda: a cota de cheia do rio, que este ano é maior que a do ano passado, está atingindo menos pessoas, porque o Governo também retirou, e a Prefeitura, famílias que estavam em áreas de risco.

Então, quero ouvir o aparte do Senador Sérgio Souza e manifestar, daqui do Senado, além da solidariedade ao povo do Acre, o apoio ao Governador Tião Viana, o apoio ao Prefeito Angelim e a solicitação do envolvimento do Governo Federal, que tem sido, sim, solidário, mas nós temos que pôr fim a essa política de pires na mão e tomar uma atitude de agir preventivamente.

Vi a preocupação de V. Exª, Senador Luiz Henrique, no debate na CCJ, onde o senhor foi relator, de querer pôr sob responsabilidade o tema da defesa civil no Brasil. V. Exª é de um Estado que tem sido vítima e agora mesmo está vivendo o problema da seca em uma região, mas sempre tem problema também como as cheias.

E de nada vai adiantar se não tiver monitoramento, recurso para a prevenção e tirarmos as pessoas que estão nas áreas de risco.

Ouço o Senador Sérgio Souza e, em seguida, o Senador Luiz Henrique.

O Sr. Sérgio Souza (Bloco/PMDB – PR) – Senador Jorge Viana, primeiro quero me solidarizar a V. Exª e a todo o povo do Acre. Em situações como esta que vem assolando o nosso País no cotidiano, porque toda semana temos notícias de desastres naturais acontecendo em alguma parte do nosso País, Presidente Moka... E o contraste vivido, neste momento, onde temos no Acre alagamentos, a exemplo do que ocorreu recentemente em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, vemos a seca se propagar no Sul, principalmente na região oeste do meu Estado, o Estado do Paraná, onde dezenas, quase uma centena de Municípios entre o oeste e o sudoeste decretaram o estado de emergência devido à seca. Inclusive, hoje eu me dirigi ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence, para solicitar uma deferência na questão da liberação das máquinas compradas pelo Governo para os territórios da cidadania, que estão se agendando essa distribuição por todo o Brasil. Então solicito a deferência em favor do Paraná para que possamos atender a essas regiões mais necessitadas. Então, eu gostaria de deixar, neste aparte colocado, o meu profundo sentimento em relação ao povo acreano e dizer o seguinte: este Congresso Nacional já votou o Fundo de Catástrofe de Seguro Rural, que ainda depende de regulamentação. Esta semana ainda estive com o Ministro Mendes Ribeiro para solicitar-lhe a urgência necessária, juntamente lá com o pessoal da Frente Parlamentar da Agropecuária, porque nós temos de criar fundos como esse para garantir o atendimento da urgência necessária, como se faz com esta no Acre, neste momento. Então eu quero, mais uma vez, Senador Jorge Viana, dizer que V. Exª tem razão no que está dizendo. Nós temos que ter o aparato do Poder Executivo mais ágil para atender calamidades como esta.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Sérgio. Foi muita honra ouvi-lo, e agradeço a solidariedade a todo o povo de Rio Branco e do Acre.

Hoje ainda estarei me dirigindo ao Estado, vou ficar lá solidário também com a população, é um período de festa em todo o Brasil, mas, lamentavelmente, em Rio Branco nós temos milhares de pessoas que estão passando extrema dificuldade. Mas como o povo do Acre é extremamente generoso, todo mundo está abrindo as suas casas, acolhendo e também o Governo do Estado, vale ressaltar, e a Prefeitura sempre tratam com muita responsabilidade, e o envolvimento é pessoal do Governador Tião Viana e do Prefeito Raimundo Angelim.

Ouço com satisfação o aparte do Senador Luiz Henrique.

O Sr. Luiz Henrique (Bloco/PMDB – SC) – Nobre Senador Jorge Viana, quero que seja portador da nossa solidariedade ao Prefeito Angelim, ao Governador Tião Viana, a todo o povo do Acre. Nós temos vivido as tragédias e sentimos, sabemos como são dolorosas. Mas eu quero cumprimentar V. Exª porque aqui, nesta Casa, V. Exª, como presidente da comissão, tem liderado um movimento para que nós façamos da defesa civil uma prioridade no nosso País; para que nós deixemos, como V. Exª falou, de contar os mortos, de chorar os feridos, de lamentar os desabrigados...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Além dos prejuízos.

O Sr. Luiz Henrique (Bloco/PMDB – SC) – ...para criarmos uma política efetiva de prevenção a fim de minimizar o efeito dessas catástrofes climáticas. Parabéns a V. Exª.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Luiz Henrique, ex-Prefeito de Florianópolis, ex-Governador de Santa Catarina, Estado que também sofre há muito tempo com o clima, apesar das medidas adotadas. A opinião, a posição de V. Exª ajuda a fazer eco neste País do quanto nós precisamos tomar uma atitude.

Há uma medida provisória, que está na Câmara dos Deputados, que trata de uma regulamentação. O Presidente Lula, no final do seu governo, em dezembro, aprovou uma lei, mas a lei não "pegou", a lei não tratou de maneira adequada – foi o resultado da comissão no Senado – a relação entre Município, Estado e União. Criou o Funcap, que é um fundo, mas para fazer o reparo, e ninguém aderiu ao Funcap. Nós andamos o Brasil todo. Os Municípios e os Estados não aderiram. A proposta, aparentemente, é tentadora. Para cada um real para o Fundo que o Município ou o Estado ponha, a União entra com três reais, ou seja, se o Município põe um milhão, a União põe três milhões. Então eu, o Senador Casildo, outros colegas da comissão identificamos o problema, ouvindo os prefeitos, que falavam: "Não, isso é para fazer o reparo do dano." Mas o reparo do dano, às vezes, não tem quem consiga fazer porque desastre, quando acontece, levando rodovias, bairros inteiros, afetando cidades inteiras, é muito caro.

E do Governador Alckmin, de São Paulo, a outros governadores de estados menores, todos falaram: "Não, se fosse um a um, põe um e a União põe outro, para prevenção, nós aceitaríamos, e o fundo funcionaria."

Então nós estamos propondo essas mudanças. Temos que fazer o encontro da medida provisória, que está na Câmara, com a proposta da Comissão de Defesa Civil, que elaborou uma proposta bastante objetiva para que o Brasil saia dessa situação de não ser uma referência positiva em defesa civil, apesar dos grandes profissionais que atuam nessa área e que merecem toda atenção da sociedade brasileira.

Então, eu concluo as minhas palavras, sendo solidário, me colocando à disposição, como sempre faço, tanto do Governador Tião Viana, como do Prefeito Angelim. Acho que, nessa hora, há que haver muita união de todos nós. Mas solicito que haja, por parte dos Ministérios da Integração Nacional e da Defesa Civil, uma presença e uma ação efetiva junto ao Prefeito Raimundo Angelim, para que aproveitemos e aprofundemos a política que o próprio Prefeito Angelim vem fazendo e o Governador Tião Viana, que é tirar as famílias da área de risco.

Inclusive, uma das medidas que apontamos que tem de ser tomada, e que está na legislação nova, é de criminalizar prefeitos ou agente público ou privado que estimulem ou que criem condição para ocupação de área de risco.

Então, Sr. Presidente, eu agradeço muito e digo: a proposta da Comissão de Defesa Civil está na CCJ. Ela foi apresentada em dezembro do ano passado e, no dia 3 de fevereiro deste ano, chegou à Comissão de Constituição e Justiça. Está à espera da designação de um relator para que possamos, sim, promover uma mudança profunda na defesa civil e priorizarmos a prevenção e o cuidado no mapeamento de quem vive em área de risco. E cobrarmos também a instalação do centro, que, para mim, deve ser um em cada região, de monitoramento, porque é possível prever as cheias e é possível prever a perda de vidas e, inclusive, de danos materiais.

Agradeço, Sr. Presidente, a sua compreensão. E fica aqui não somente a solidariedade ao povo de Rio Branco, ao Prefeito Raimundo Angelim, ao Governador Tião Viana, mas também um apelo para que o Governo Federal se envolva no acolhimento e no socorro às famílias que são vítimas da cheia na cidade de Rio Branco.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Jorge Viana, o Sr. Sérgio Souza deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Waldemir Moka, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço e parabenizo o Senador Jorge Viana.

Por permuta com o Senador Cristovam Buarque, tem a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Waldemir Moka, Srªs e Srs. Senadores, o Prof. Fernando Marcondes de Mattos, que durante mais de vinte anos foi titular da cadeira de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina, que ocupou funções relevantes, como Secretário de Planejamento, Secretário da Fazenda do Estado, que é autor de alguns dos mais importantes livros sobre Economia publicados em solo catarinense, acaba de realizar um trabalho que é um verdadeiro libelo para a Nação brasileira. O nome do trabalho é: *O Turismo no Brasil – uma perversa equação de oito variáveis está*

inviabilizando o turismo brasileiro e comprometendo as contas externas do País.

O Professor Marcondes alerta que o Brasil recebe apenas cerca de 5 milhões de turistas/ano, tem uma participação pífia de 0,5% no turismo internacional. Adverte também que, em receita, o turismo internacional alcança uma cifra aproximada de US$900 bilhões, e o Brasil aufere com o turismo apenas US$5 bilhões, repetindo a mesma participação de 0,5% sobre o PIB mundial. A maior nação do continente sul-americano está posicionada no modestíssimo 52º lugar no **ranking** mundial dos destinos turísticos e colocada – incrível esse dado – apenas no 7º lugar entre os países das três Américas, atrás, é lógico, dos Estados Unidos e do Canadá, mas atrás também de Barbados, do México, da Costa Rica e de Porto Rico.

O Brasil deveria receber não menos do que 10 milhões de turistas/ano, obtendo com isso uma receita adicional de outros 5 bilhões, com o que geraria 100 mil novos empregos diretos e 300 mil empregos indiretos.

Em junho de 2006, o Ministério do Turismo lançou um documento intitulado *Turismo no Brasil 2007/2010*. Esse documento assegurava – e dizia que isso seria num cenário conservador – uma entrada de 12 milhões de turistas, com uma receita de 9 milhões em 2010. Lamentavelmente, não saímos dos 5 milhões de turistas e não passamos dos US$5 bilhões em receita.

Mais dramático que a estagnação do número de turistas internacionais é o resultado do balanço turístico do Brasil. Em 1994, quando se deu a criação do real, o déficit da balança do turismo foi de US$1,2 bilhão; em 1997, subiu para US$4,4 bilhões; em 2009, subiu para US$5,6 bilhões; em 2010, o déficit nacional subiu para US$10,5 bilhões; e, em 2011, foi à estratosfera de US$14,4 bilhões.

É um número absurdo, inaceitável num país, Sr. Presidente Moka, que tem Bonito, que tem o Pantanal, que tem maravilhas por todo o seu território; num país que tem 7.200 quilômetros de praias belíssimas, de um litoral rendilhado, maravilhoso; num país que tem a beleza das serras, dos campos, das florestas; num país que tem uma biodiversidade fantástica; um país que tem o Amazonas, que tem as Cataratas e – permitam-me dizer – que tem um Estado de uma diversidade fantástica como o de Santa Catarina, com 500 quilômetros de praias belíssimas, com uma serra maravilhosa, único lugar do País onde acontecem nevascas no inverno. Um país com essas dimensões, com essa diversidade, com esse potencial para o turismo, um país como esse acumula, em 17 anos, um déficit de US$49,3 bilhões na sua conta-corrente destinada ao turismo.

Não será estranho, diz o Prof. Marcondes, pelo histórico que vem ocorrendo, se o déficit do turismo superar a casa dos 20 bilhões em 2012, ano que estamos iniciando.

Estima o Banco Central um déficit em transações correntes de 65 bilhões em 2012, que, pela primeira vez em 11 anos, não será coberto pela entrada de investimento estrangeiro direto. Desse déficit deverá participar o turismo com cerca de 30%, o que é inaceitável para qualquer país.

Eu estou falando do turismo nessa nova era da inteligência, nessa nova era do lazer, nessa nova era em que aumenta significativamente a expectativa de vida e, portanto, a necessidade de uma crescente organização das estruturas de turismo e lazer, eu estou falando sobre uma atividade que ainda é considerada marginal, que ainda é considerada secundária, terciária, quaternária nos planos governamentais, que ainda não é entendida como uma indústria limpa, uma fantástica indústria capaz de gerar milhares de empregos, de produzir aumento da renda, de propiciar o desenvolvimento do País.

Muitas variáveis – e o Prof. Marcondes elenca oito delas – produzem essa situação de desequilíbrio na balança do turismo nacional: o câmbio, a legislação trabalhista, a carga fiscal, os juros, a Internet, programas de milhagens, turismo de compras e cruzeiros de cabotagem. Entre essas variáveis, eu quero assinalar que, no balanço entre receita e despesa com o turismo, no valor médio do dólar em reais, a paridade do real com o dólar corrigido pelo IGPM e a inflação nos Estados Unidos, com isso tudo, percebe-se que o dólar deveria estar cotado hoje em R$2,54.

Por outro lado, a legislação trabalhista tem alguns fatores que impedem o desenvolvimento do turismo interno nacional, do turismo receptivo.

Ainda nesta semana, recebi a professora Anita Pires, Presidente Abeoc – Associação Brasileira dos Organizadores de Eventos, e ela me dizia que é impossível organizar um congresso, uma convenção, tendo que registrar pessoas que vão servir como recepcionistas durante quatro, cinco, dez dias, que é preciso haver uma legislação específica, flexibilizadora, para esses casos.

Quanto à questão dos impostos sobre a folha, observa o professor Marcondes que o faturamento dos 45 *resorts* presentes no território nacional – são apenas 45, num País imenso como este – teve um acréscimo de 15% entre 2008 e 2010. Quer dizer, os 45 **resorts** tiveram um acréscimo de faturamento de 15%, entre

2008 e 2010, enquanto o aumento da carga tributário sobre os estabelecimentos foi de 38%.

É um descompasso inaceitável, Sr. Presidente.

E diz o professor Marcondes que, enquanto o **Four Seasons** de Nova York tem uma hipoteca de 240 milhões, por cinco anos, a uma taxa de juros de 4,75% ao ano, aqui em nosso país a menor taxa será certamente o dobro desta norte-americana. A combinação entre juros altos e câmbio baixo é mortífera para qualquer país.

E o professor compara: a taxa anual de juros reais no Brasil: 4,9%; na Hungria, 2,8%; na China, 2,4%; na Indonésia, 2,1%; na Rússia, 1,8%; na Colômbia, 1%; na Austrália, 0,7%; idem na Suíça e no México; e no Japão, 0,6%.

Por outro lado, o Brasil, em função dessa ciclotimia cambial, tornou-se um país muito caro. O Brasil, hoje, segundo o professor Marcondes, é 60% mais caro que o México, no que diz respeito a gastos em hotelaria, 60% mais caro que a República Dominicana, 42% mais caro do que a Jamaica.

A conclusão é que o Brasil é 60% mais caro do que a Riviera Maia, 42% em relação à Jamaica e 60% em comparação com Punta Cana, ressaltando que todos esses três destinos turísticos são concorrentes diretos dos **resorts** do Brasil.

O custo de vida do Brasil superou o dos Estados Unidos. As pessoas vão para os Estados Unidos comprar as coisas duas vezes mais baratas; quando medido em dólar esse custo supera o norte-americano.

Pois bem, Sr. Presidente, este é um trabalho para ser meditado nesta Casa e no País. É preciso urgente uma política de turismo receptivo, uma grande política de geração de emprego, uma grande política de organização do lazer, que abranja todos os setores ligados ao turismo receptivo, ao turismo de negócios e ao turismo contemplativo e de lazer.

Deixo a tribuna com esse alerta, lembrando a importância desse trabalho do Professor Fernando Marcondes de Mattos .

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) –Parabenizo o Senador Luiz Henrique pelo pronunciamento. Aliás, este é um tema tão importante: a nossa conta corrente, com tudo que temos, ser deficitária em relação à questão do turismo. Eu acho que V. Exª traz para o plenário do Senado da República um tema que, realmente, merece estudo e que a gente possa tomar iniciativas para que isso possa se reverter.

Com a palavra, também por permuta, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente, quero agradecer a deferência do nobre colega, Senador Cristovam Buarque. Eu ainda pretendo ir ao meu Estado hoje, e o senhor já está em casa. Muito obrigado pela concessão, pela deferência.

Sr. Presidente, vim à tribuna hoje para falar um pouco com relação ao corte no Orçamento feito pelo Poder Executivo, um corte de R$ 55 bilhões.

Eu, como cidadão brasileiro e aquele que acompanha o cotidiano deste País, eu, que privo com independência dos Poderes, tenho a dizer que as emendas parlamentares, da forma como são colocadas aqui no Congresso Nacional, de certo modo, alienam o parlamentar.

Acho que as emendas parlamentares, como são colocadas, frustram a independência do Poder Legislativo. Elas são usadas, na maioria das vezes, como moeda de troca em grandes votações, e aí tanto o Parlamento se submete a isso, como o Governo se utiliza dessa prerrogativa, dessa artimanha – vamos dizer assim –, para conseguir lograr êxito na análise e aprovação de projetos que já seriam de dever do parlamentar, visando a chegar à conclusão daquilo que é melhor para o povo brasileiro, do que é melhor para o Brasil.

Ato utilizado por todos os Governos, Sr. Presidente, essas emendas parlamentares, inclusive pelo governo do PSDB.

Hoje, do plenário, ouvi nobres colegas do Partido Social Democrático Brasileiro fazerem críticas aos cortes feitos pelo Governo da Presidente Dilma e também em relação às emendas parlamentares, mas essa prática é usada por todos os governos, não só pelo governo do PT, e também não foi só pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

A análise e a votação desta lei, a Lei Orçamentária Anual como a lei que dirige o Orçamento, a LDO, e também como o PPA, que é o Plano Plurianual, é uma prerrogativa deste Congresso Nacional, Sr. Presidente. E os seus membros podem e devem, quando da análise, promover as alterações que julgarem necessárias. O Congresso Nacional tem essa prerrogativa. Nós podemos, sim, emendar o Orçamento da União. Se tivéssemos que aprovar da forma como vem, não precisaria vir para cá, não precisaria ser discutido no Parlamento brasileiro.

O Congresso é quem legisla e deveria ser assim na sua totalidade. Hoje nós vemos o Executivo constantemente legislando e nos deparamos também com o Poder Judiciário legislando e nós, legisladores natos que somos e eleitos para esse serviço, muitas vezes, se submetendo, Senador Cristovam Buarque,

à vontade de outros Poderes, ou sendo submissos, até mesmo.

A vontade popular deve prevalecer. Foi o povo brasileiro que nos colocou neste Congresso Nacional. E o povo brasileiro, quando entende que não está sendo atendido na sua plenitude, ele toma suas próprias iniciativas e lança mão da sua prerrogativa na medida em que promove, também, a sugestão de projetos de lei, como esse que foi hoje considerado constitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Em um aparte que fiz ao Senador Pedro Simon, eu disse que teve três momentos esse projeto. Primeiro o envolvimento da sociedade brasileira como um todo, que colheu 1,3 milhão de assinaturas, depois da coragem deste Congresso Nacional em aprovar essa lei, a Lei da Ficha Limpa, e, agora, a coragem do Supremo Tribunal Federal em declará-la constitucional.

Sr. Presidente, eu subo à tribuna para manifestar, de certa forma, a minha indignação com o corte feito pelo Governo de todas as emendas – pelo menos é a notícia que temos –, de todas as emendas colocadas por este Parlamento. Somos quase 600 congressistas, quase todos, de uma forma direta ou indireta, tiveram uma participação no estudo e na elaboração da Lei Orçamentária, sugerindo ações que são uma prática comum neste País, que são emendas de comissão, emendas de bancada e emendas individuais. E isso é uma prerrogativa do parlamentar, garantida inclusive por lei.

Quero dizer, Sr. Presidente, que o Brasil cresce a passos largos, tanto que o Brasil se credencia, por exemplo, para sediar grandes eventos mundiais. Teremos este ano a Rio+20, que acontecerá no mês de junho, na cidade do Rio de Janeiro. O Brasil é um país que tem a autoridade para presidir uma convenção desse porte e ele está dando exemplo ao mundo. Por exemplo, cito aqui o texto do Código Florestal, aprovado por este Senado Federal, que vai pautar todo o Planeta no que diz respeito a uma legislação ambiental em propriedades privadas.

O Brasil vai discutir, na Rio+20, a economia verde, mas a economia verde inclusiva, que vai agregar valor, gerar renda ao cidadão brasileiro e ao cidadão dos países que estão preocupados com o meio ambiente.

Vamos sediar em 2014 a Copa do Mundo. Vamos sediar em 2016 as Olimpíadas. Isso somente é possível, Sr. Presidente, por que o Brasil está com a sua economia estável e em crescimento constante. Fatores que colocam o Brasil como um dos países mais atrativos e seguros para eventos dessa grandiosidade.

Não é por acaso que o Brasil vai sediar a Copa do Mundo ou as Olimpíadas nos próximos anos. É porque o País ganhou o direito de sediar eventos dessa natureza, dessa grandiosidade, pela estabilidade da sua economia e, principalmente, pela forma como vem sendo governado, tornando-se um País de relevância planetária.

O Brasil é respeitado em todo mundo. Não é à toa que é a sexta economia mundial.

O Brasil é hoje a10ª economia em estabilidade econômica, superando Estados Unidos, Japão e todos os países da zona do Euro. Dá orgulho de ser brasileiro. Quando nós ouvimos fazer citações numéricas de valores e falar em dólar, dá até mesmo um sentimento de frustração porque o real é uma moeda muito mais forte do que o dólar hoje.

Então, Sr. Presidente, o que vai sobrar desses grandes eventos promovidos no Brasil? Vai sobrar o legado de investimentos públicos e privados em todas as cidades sedes da Copa do Mundo; vai sobrar um legado turístico ao Brasil todo, que, talvez diminuirá um pouco aquilo que o Senador Luiz Henrique colocou nessa tribuna hoje, o déficit de quase US$50 bilhões em relação ao turismo externo e interno.

Essas eram as minhas colocações, Sr. Presidente, e a manifestação do meu profundo pesar com relação aos cortes feitos pelo Governo. Entendo que o Governo promoverá negociações com os Parlamentares e essas questões serão ajustadas à medida que o ano, o exercício financeiro entre realmente em curso, após a abertura do Orçamento, e todos nós deveremos ter as nossas emendas, as nossas sugestões acatadas pelo Governo Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecemos o Senador Sério Souza.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Deputado Reguffe, que nos visita aqui, honrando esta Casa, desde ontem, todos temos falado bastante sobre os cortes no Orçamento da União, propostos pela Presidenta Dilma. E quase todos nós temos analisado isso, Deputado Reguffe, do ponto de vista do impacto sobre o setor que vai perder o dinheiro. Por exemplo: Educação vai perder R$2 bilhões – quase: R$1,9 bilhão. Mas poucos têm analisado o impacto dessa decisão sobre as instituições nacionais, o fato de que o Governo Federal, o Poder Executivo releva, ignora completamente o Congresso Nacional, ao decidir o que fazer com o Orçamento. Isso é uma desmoralização de um dos Poderes Nacionais.

Nós temos um Poder autoritário do ponto de vista fiscal, do ponto de vista financeiro, do ponto de

vista orçamentário. E isso fere as instituições nacionais. Uma democracia não sobrevive sem instituições sólidas, e as nossas, apesar dos quase 28 anos de democracia, de recuperação do poder civil, com a escolha do Presidente Sarney naquele momento, essas instituições frágeis não podem durar para sempre se elas não forem solidificadas.

E eu aproveito a crise em relação ao Orçamento para trazer alguns aspectos da nossa fragilidade institucional. Por exemplo, como é que vamos ter uma instituição sólida quando nós não temos a justiça com a credibilidade, com a seriedade, com o respeito da opinião pública? E hoje nós não temos.

Nesses últimos dias, o Supremo Tribunal fez gestos extremamente positivos para consolidar as instituições ao votar o projeto da Ficha Limpa como constitucional desde já, e, com isso, recuperando o respeito. Mas ontem, veja que o respeito foi retomado, mas ao mesmo tempo prejudicado, quando o CNJ, de quem o Supremo reconheceu o poder faz poucos dias, pune um juiz. E a punição qual é? Qual é a punição desse juiz por ter se comportado de uma maneira, eu não vou nem dizer apenas leviana, nem apenas irresponsável, mas de uma maneira corrupta? A punição foi ser aposentado, ganhando um salário integral de R$26 mil. Isso desmoraliza as instituições nacionais, porque outros, ao serem condenados, vão presos, e um juiz, ao ser condenado por algo errado, vai ter o castigo de não precisar trabalhar até o último dia da sua vida, ganhando um salário de R$26 mil.

Isso desmoraliza as instituições. Como nós aqui do Congresso desmoralizamos também, por não tomarmos uma medida contra isso, por não votarmos uma lei que modifique isso. Uma, por exemplo, que já dei entrada, diz que quem for punido por corrupção terá a sua aposentadoria, no setor público, limitada a um salário mínimo. Aí a gente começa a ter respeitabilidade na opinião pública.

Nós temos instituições frágeis por causa da desigualdade social. Nenhuma sociedade democrática consegue manter suas instituições por longo tempo com a desigualdade que o Brasil tem, inclusive a própria desigualdade no Orçamento, dentro do setor público. Como é que mantemos as instituições funcionando quando temos salários, como os nossos próprios, quantas vezes maior do que o do professor, e nos outros setores que também têm salários altos quando comparados com o salário do professor, quando comparado com o salário do PM, que corre risco de vida para manter a segurança das cidades? Que instituições são essas que pagam tão bem a alguns e tão mal a outros com o dinheiro do setor público?

Nem falo da desigualdade no próprio setor privado. As instituições brasileiras são frágeis, e, se não despertarmos para isso, corremos o risco de um dia descobrir que a sociedade vai ser obrigada a romper com as instituições. Em vez de solidificá-las, desfazê-las, como já fizemos no passado, em mais de uma vez, em regimes autoritários.

Como ter instituições sólidas quando crianças de famílias de rendas médias e altas gastam R$250 mil com a sua educação ao longo de toda a sua vida, e a família de uma criança pobre gasta R$4 mil ao longo de toda a vida com educação? Vejam que diferença!

A educação não é só o que se gasta com as crianças, mas educação, como qualquer outra coisa, pode ser medida em parte pelo custo que uma sociedade faz para educar aquela pessoa. A desigualdade entre uma parcela da sociedade e a outra inviabiliza a solidificação das nossas instituições.

Nossas instituições são frágeis pelas relações mais poderosas do Poder Executivo sobre outros Poderes da União. São frágeis pela desmoralização de que temos sido não vítimas, mas temos sido coniventes, nós todos, nos três Poderes. As instituições são frágeis, sim, quando, em um ano, o Governo é obrigado a demitir ou receber a renúncia de seis ou sete ministros por causa de denúncias de corrupção ou mesmo de mau comportamento durante o seu tempo no cargo. As instituições são frágeis quando a Justiça não é respeitada.

E o que dizer de uma sociedade dividida em corporações? Como vamos ter instituições sólidas quando essa é uma república de pequenas repúblicas, a república das corporações? E eu, que defendo aqui os professores, não vou deixar de dizer. Em alguns momentos, as corporações de professores funcionam como sub-repúblicas, fragilizando as instituições, para nem falar da Polícia Militar. Quando uma sociedade tem trabalhadores armados em greve, as instituições se fragilizam, sim. Uma sociedade que não respeita a greve não tem instituições sólidas, mas aquela que tolera a greve de trabalhadores armados também não tem instituições sólidas.

Temos um país dividido em corporações, corporações de trabalhadores, cada uma tendo mais poder que outra, conforme são capazes de ocupar aqui as galerias, nos pressionarem e nos submeterem a votar o que elas querem; corporações de empresários, que conseguem forçar às vezes projetos que nem são necessários ao País. Temos, sim, corporação de barrageiros. Temos corporações de nucleeiros, que defendem usinas nucleares. Temos corporações de cada grupo dessa sociedade, inclusive, repito, de professores, de médicos, de trabalhadores.

As instituições não vão resistir muito tempo se continuarmos com essa disputa entre as diversas corporações, cada uma querendo abocanhar um pedaço maior do Produto Interno Bruto, da renda nacional para si.

Estamos com instituições frágeis e precisamos solidificá-las. O que houve ontem com o fato de que a redução nos gastos previstos no Orçamento seja sem uma consulta anterior ao Congresso é prova dessa fragilidade, mas não é única, e cada um de nós é um pouquinho, ou muito, responsável por essa fragilidade. A verdade é que cada um de nós está dando a sua contribuição, no lugar de fortalecer as instituições, para fragilizá-las cada vez mais.

É isso, Sr. Presidente, que eu tinha a deixar hoje como reflexão, a partir do que houve com o Orçamento. E nem discuto se deve ou não reduzir, porque eu sou um dos que criticam os gastos públicos que temos feito nos últimos anos. Acho que a maneira de fazer isso devia ser diferente. Devia ser mais transparente, dizendo exatamente qual subsetor vai pagar a conta, e não somente as grandes contas. A gente não sabe. Por exemplo, Cidades: houve uma grande redução de gastos, mas não ficou dito se é na área de água, de esgoto ou nos estádios de futebol para a Copa.

Sr. Presidente, agradeço o tempo, e fica aqui o meu registro de que precisávamos aqui agarrar uma quantidade de coragem cívica e dedicar um tempo a refletir, a propor e a aprovar medidas que fortaleçam as instituições brasileiras enquanto é tempo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço ao Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer dois registros que considero importantes. O primeiro deles diz respeito a um anúncio feito ontem pelo Ministro Mantega e pela Ministra Miriam Belchior no que tange ao aumento do nível de investimentos no País para 2012. O Governo pretende investir 20,8% do PIB em 2012, fazendo crescer, portanto, o nível de investimentos em relação ao ano passado em mais 11%. Esse é um dado promissor, apesar de entendermos que a ampliação do nível de investimentos deve ser buscada para um patamar ainda maior. Temos que chegar a uns 24%, 25%, para realmente dar sustentação econômica ao crescimento que esperamos do País. Sem dúvida alguma, esse é um anúncio auspicioso no sentido de registrar que teremos investimentos nos programas sociais, no Minha Casa Minha Vida e no PAC. Haverá ampliação do nível de investimentos.

O Governo também registrou o contingenciamento de emendas parlamentares e de outros projetos. Quero aqui registrar que o contingenciamento orçamentário tem se tornado uma praxe ao longo dos anos. Por quê? Porque o Governo brasileiro tem que fazer um superávit primário alto – 3,1% do PIB – para a poupança, para a contenção de gastos. Esse é um valor alto. Como ainda não sabe como vai se comportar a receita ao longo do ano de 2012, o Governo, que tem responsabilidade fiscal, responsabilidade com os gastos e não gasta aquilo que não arrecada, não pode antecipar despesas.

Quero registrar também minha esperança de que, com a configuração do Orçamento, com a execução das receitas, com a expectativa de excesso de arrecadação que todos os anos ocorre no País, tenhamos condições de que, já para 30 de junho, haja algum tipo de liberação de recursos de emendas parlamentares e, até o final do ano, a liberação de emendas parlamentares como ocorre todo ano. As emendas parlamentares são importantes, as emendas parlamentares têm uma capilaridade de investimento grande em nosso País, para os Municípios, portanto, é preciso que, apesar do contingenciamento, possam no futuro, com melhor resultado econômico do País, ser priorizadas.

O segundo registro que gostaria de fazer, Sr. Presidente, é para parabenizar o Ministro Garibaldi Alves, que, a partir de 1º de março agora, fará com que várias agências da Previdência Social, as agências do INSS, tenham expediente corrido e, portanto, não sofram solução de continuidade no atendimento da população. Os horários serão de 7h às 19h e os funcionários serão distribuídos em expedientes corridos de seis horas, a fim de que a população, no horário em que chegar, tenha condições de ser atendida com presteza e com rapidez. É importante dizer que a perícia médica também vai funcionar dentro dessa nova sistemática. Portanto, teremos horário ampliado para as agências do INSS e para a perícia médica, a fim de atender melhor a população.

Quero aplaudir esse gesto do Governo da Presidenta Dilma, do Ministro Garibaldi Alves e do Dr. Mauro, Presidente do INSS, que assim prestam relevante serviço ao País, melhorando as condições de atendimento à população.

Eram os dois registros que gostaria de fazer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço ao Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência recebeu as seguintes Mensagens da Senhora Presidente da República:

MENSAGEM
Nº 7, DE 2012
(nº 30/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOSÉ FIUZA NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de El Salvador.

Os méritos do Senhor José Fiuza Neto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de fevereiro de 2012.

EM No 00508 MRE

Brasília, 24 de outubro de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **JOSÉ FIUZA NETO**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de El Salvador.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **JOSÉ FIUZA NETO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 508 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 24 de outubro de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **JOSÉ FIUZA NETO**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de El Salvador.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **JOSÉ FIUZA NETO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *JOSÉ FIUZA NETO*
CPF.: 075.823.824-04
ID.: 7736 MRE

1949	*Filho de José Fiuza Filho e Cleuze de Souza Fiuza, nasce em 19 de janeiro, em Natal/RN*
Dados Acadêmicos:	
1972	Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro
1985	CAD - IRBr
2000	CAE - IRBr, Tendências do Relacionamento da África do Sul com Angola: do Apartheid à Política Exterr da Nova RAS
Cargos:	
1980	*Terceiro-Secretário*
1983	Segundo-Secretário
1990	Primeiro-Secretário, por merecimento
1997	*Conselheiro, por merecimento*
2004	Ministro de Segunda Classe
2009	Ministro de Segunda Classe, Quadro Especial
2010	*Ministro de Primeira Classe, Quadro Especial*
Funções:	
1979	CPCD - IRBr
1980-81	Divisão Jurídica, assistente
1981-83	Departamento Consular e Jurídico, assistente
1983-87	Embaixada em Tóquio, Terceiro e Segundo-Secretário
1987-90	Representação Permanente junto aos Órgãos Econômicos Especiais, Londres, Segundo-Secretário
1990-91	Divisão da América Meridional I, assistente
1991-93	Presidência da República, Secretaria da Administração Federal, assessor
1993-96	Embaixada em Viena, Primeiro Secretário
1996	Divisão da América Meridional I, Chefe, substituto
1996-98	Divisão da África II, Chefe, substituto e Chefe
1998-00	Consulado na Cidade do Cabo, Cônsul

2000-04	Embaixada em Madri, Conselheiro e Encarregado de Negócios
2004-08	Embaixada em Quito, Conselheiro, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios
2008–	Embaixada em Conacri, Embaixador
2009–	Embaixada em Serra Leoa, Embaixador cumulativo

Chefias de Delegação

1991	II Reunião da Comissão de Programação e Avaliação do Centro Latino-Americano de Administração pa o Desenvolvimento (CLAD), Cidade do México, Chefe de delegação
1992	VI Conferência Ibero-americana da Juventude, Sevilha, Chefe de delegação
1994	I e II Sessão da Junta de Governadores do Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologi Trieste e Nova Delhi, Chefe de delegação (1994 e 1995)
2002	II Reunião sobre o Projeto de Código de Conduta Contra a Proliferação de Mísseis Balísticos, Madri, Chefe de delegação

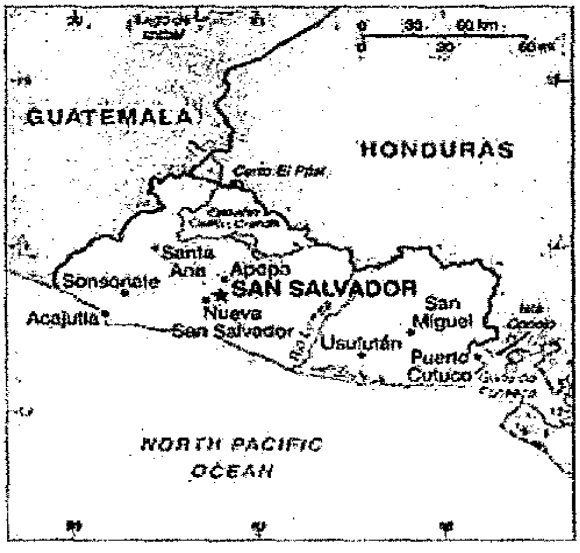
Condecorações:

2003	Orden del Mérito Civil, Espanha, Comendador

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DA AMÉRICA DO SUL, CENTRAL E DO CARIBE
DEPARTAMENTO DA AMÉRICA CENTRAL E CARIBE
DIVISÃO DO MÉXICO E AMÉRICA CENTRAL

REPÚBLICA DE EL SALVADOR



OSTENSIVO
Informações para o Senado Federal
Outubro de 2011

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS .....
PERFIS BIOGRÁFICOS .....
MAURICIO FUNES – PRESIDENTE .....
HUGO ROGER MARTÍNEZ BONILLA – CHANCELER .....
RELAÇÕES BILATERAIS .....
POLÍTICA INTERNA .....
POLÍTICA EXTERNA .....
ECONOMIA .....
ENERGIA .....
ANEXO I – CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS .....
ANEXO II – CRONOLOGIA HISTÓRICA DE EL SALVADOR .....
ANEXO III – ACORDOS BILATERAIS .....
ANEXO IV – DADOS COMERCIAIS .....
ANEXO V– INTERCÂMBIO COMERCIAL .....

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República de El Salvador
CAPITAL	São Salvador
ÁREA	21.040 km² *(menor que o Estado de Sergipe)*
POPULAÇÃO (2010)	6,2 milhões de habitantes *(2,5 milhões vivendo nos EUA) (Santa Catarina: 6,24 milhões de hab.)*
IDIOMA OFICIAL	Espanhol
RELIGIÕES	Católicos (57,1%), protestantes (21,2%), outras religiões (4,9%), sem religião (16,8%)
SISTEMA POLÍTICO	República presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Mauricio Funes (desde 1º de junho de 2009)
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	Hugo Roger Martínez Bonilla
PIB (nominal, est. 2010)	US$ 21,7 bilhões
PIB (PPP, est. 2010)	US$ 43,64 bilhões
PIB per capita (nominal, est. 2010)	US$ 3.623
PIB per capita (PPP, est. 2010)	US$ 7.724
CRESCIMENTO DO PIB (est. 2011)	2,5 %
TAXA DE DESEMPREGO (est. 2010)	7%
IDH	0,659 *(90º no ranking; Brasil é o 73º, com 0,699)*
EXPECTATIVA MÉDIA DE VIDA (2011)	73,4 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2007)	81,1% da população
RESERVAS INTERNACIONAIS (2010)	US$ 2,88 bi (fonte FMI)
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar estadunidense (USD)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	350 pessoas
EMBAIXADOR EM EL SALVADOR	Luiz Felipe Mendonça Filho
EMBAIXADORA NO BRASIL	Rina del Socorro Angulo

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US$ milhões F.O.B):

COMÉRCIO BILATERAL (US$) - Fonte: MDIC

BRASIL - EL SALVADOR	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (Jan-Ago)
Intercâmbio	75.636.275	87.296.812	139.030.689	228.300.796	217.817.072	180.736.142	262.895.259	203.678.833	189.191.456	109.544.060
Exportações (Fob)	75.636.287	87.214.127	137.591.467	226.160.180	215.172.367	178.441.348	245.226.864	195.684.975	183.995.137	105.181.617
Importações (Fob)	46.578	82.685	449.122	1.139.616	2.644.656	4.287.182	3.512.369	5.274.138	5.196.347	4.362.443
Saldo	75.571.319	87.131.442	137.137.345	227.050.564	212.527.713	172.149.936	245.614.476	190.230.506	178.598.790	100.819.174

PERFIS BIOGRÁFICOS

Mauricio Funes

Presidente

Nasceu em 18 de outubro de 1959, em São Salvador.

É graduado em Letras pela Universidade Centro-Americana José Simeón Cañas (UCA).

Iniciou sua carreira jornalística como repórter na televisão salvadorenha, em fevereiro de 1986. Em 1991, tornou-se correspondente da "CNN em espanhol".

Por seu trabalho como jornalista, obteve diversas premiações, como o Prêmio Nacional de Imprensa, o Prêmio Internacional de Jornalismo e o Prêmio Nacional de Direitos Humanos.

Ingressou na política em 2007, quando foi indicado candidato às eleições presidenciais pela Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN). Foi eleito em 15 de março de 2009, com cerca de 51% dos votos. Tomou posse em 1º de junho de 2009.

É casado com a advogada brasileira Vanda Pignato, que dirigiu o Centro de Estudos Brasileiros em El Salvador de 1993 a 2009.

Hugo Roger Martínez Bonilla

Ministro das Relações Exteriores

Nasceu em Concepción de Oriente (El Salvador), em 2 de janeiro de 1968.

Graduou-se como engenheiro agrônomo pela Universidade de El Salvador, em dezembro de 1991.

Obteve o título de Mestre em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Latino-Americana de Ciência e Tecnologia da Costa Rica, em dezembro de 1996.

Em 2000, tornou-se também Mestre em Formação de Recursos Humanos, pela Universidade de Ciências Sociais de Toulouse (França).

Foi deputado da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) por dois mandatos, entre 2003 e 2009.

Presidiu as Comissões de Relações Exteriores e de Cultura e Educação da Assembleia Legislativa.

Em 2009, assumiu o cargo de Ministro das Relações Exteriores.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil mantém, desde 1906, relações cordiais com El Salvador. As relações bilaterais estreitaram-se nos últimos anos – primeiramente, dentro do contexto geral de aproximação do Brasil com a América Central e o Caribe, e, mais recentemente, com a chegada de Mauricio Funes – grande admirador do modelo brasileiro de desenvolvimento – à Presidência salvadorenha. Nos últimos anos, visitas bilaterais de alto nível têm sido frequentes nos dois sentidos, bem como contatos ministeriais e técnicos.

A cooperação técnica tem sido o principal instrumento de aproximação entre Brasil e El Salvador. O programa de cooperação concentra-se na transmissão de conhecimentos em áreas em que o Brasil dispõe de experiência, sobretudo no plano social, permitindo a reprodução e o aproveitamento dos mesmos no país centro-americano, adaptados à realidade local. Adicionalmente, a assistência humanitária prestada pelo Brasil tem-se configurado em peça-chave das relações bilaterais.

Principais visitas de alto nível

A visita do então Presidente Lula a São Salvador em maio de 2008 – a primeira de um Chefe de Estado e de Governo brasileiro àquele país –, abriu novas perspectivas para o aprofundamento e a diversificação do relacionamento bilateral. Na ocasião, o Presidente Lula co-presidiu, juntamente com o então Presidente salvadorenho Antonio Saca, a III Cúpula Brasil-SICA (Sistema de Integração Centro-Americana). Na ocasião, o então Presidente brasileiro fez-se acompanhar pelos Ministros das Relações Exteriores, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Desenvolvimento Agrário, das Minas e Energia, dos Direitos Humanos, e da Comunicação Social.

O ex-Presidente brasileiro visitou El Salvador em mais três ocasiões: em outubro de 2008, por ocasião da XVIII Cúpula Iberoamericana; em junho de 2009, para a posse do Presidente Funes; e em fevereiro de 2010, como parte de roteiro que também incluiu México, Cuba e Haiti.

O Presidente Funes esteve no Brasil como Presidente eleito, em março de 2009, e no mês de setembro do mesmo ano, já no exercício de seu mandato, acompanhado de comitiva ministerial e empresarial. Em agosto de 2010, liderou missão empresarial a São Paulo, onde, juntamente com o então Presidente Lula, abriu o Encontro Empresarial Brasil-El Salvador,

realizado na FIESP. À margem do evento, manteve encontro privado com seu homólogo brasileiro. Em abril de 2011, a Primeira-Dama e Secretária de Inclusão Social, a brasileira Vanda Pignato, visitou Brasília à frente de comitiva que incluiu os Ministros da Fazenda, Carlos Cáceres, e da Justiça e Segurança Pública, Manuel Melgar. Foi recebida pelo Chanceler Antonio Patriota, ocasião na qual se passou em revista o programa de cooperação técnica bilateral.

Cooperação bilateral

O programa de cooperação técnica entre o Brasil e El Salvador tem sido um dos principais pilares da aproximação bilateral. Trata-se de conjunto de iniciativas voltadas à transmissão de conhecimentos em áreas nas quais o Brasil dispõe de excelência. Para o país centro-americano, o volume e a natureza desse aporte representam oportunidade singular de desenvolvimento de competências.

Há, em andamento, projetos nas áreas de Agricultura, Certificação Digital, Turismo, Saúde, Esportes, Empreendedorismo e Segurança Pública, Desenvolvimento Territorial, Proteção à Criança e ao Adolescente, Defesa Civil, Segurança Alimentar e Formação Profissional, entre outros. Nesse contexto, a VIII Reunião da Comissão Mista de Cooperação Técnica ocorreu, em São Salvador, entre 28 de junho e 2 de julho de 2010, com excelentes resultados, seguida de nova missão no mês de setembro.

O programa de cooperação bilateral conta, do lado salvadorenho, com a ativa participação da Primeira-Dama, a brasileira Vanda Pignato. Em sua atuação, destaca-se o Projeto "*Ciudad Mujer*", centro integrado de serviços voltados para as mulheres. A primeira unidade foi inaugurada em março de 2011, e existe o plano de inaugurar um centro em cada Estado do país.

Assistência Humanitária

A assistência humanitária prestada pelo Brasil tem desempenhado papel importante nas relações bilaterais.

Ao abrigo da Medida Provisória nº 481/2010, que autorizou o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos para assistência humanitária internacional, foram alocadas a El Salvador 30 mil toneladas de feijão, 30 mil toneladas de milho e 7.500 toneladas de arroz.

Com a ocorrência da tormenta tropical Agatha, em 2010, o Brasil realizou (ao abrigo da Medida Provisória nº 519/2010) contribuição

voluntária de US$ 250 mil ao Programa Mundial de Alimentos (PMA), para aquisição e distribuição de alimentos a flagelados.

Assuntos Consulares

Em maio de 2011, a comunidade brasileira em El Salvador foi estimada em 350 pessoas. Desse total, apenas 166 estão registrados na Embaixada em São Salvador.

A Associação Salvadorenha de Profissionais Graduados no Brasil (APROBAS) e o Centro Cultural Brasil-El Salvador (CCBES) – responsável pelo ensino de português aos filhos de grande parte dos brasileiros emigrados.

Comércio bilateral

O comércio bilateral é, assim como em quase toda a América Central, fortemente superavitário para o Brasil. Após a queda ocorrida em razão da crise econômica internacional, o comércio bilateral ainda não se recuperou plenamente, sobretudo em razão das reduzidas taxas de crescimento da economia salvadorenha.

Os principais itens da pauta brasileira são aeronaves (para a TACA *Airlines*), maquinário elétrico e mecânico, veículos e produtos de alumínio. Pelo lado salvadorenho, destacam-se o pescado, itens de vestuário e máquinas e produtos elétricos.

Estuda-se a viabilização de projeto de renovação da frota de ônibus da capital salvadorenha, hoje servida, em sua maioria, por antigos ônibus escolares norte-americanos. Por ocasião das visitas do Presidente Funes ao Brasil, em 2009, e do então Presidente Lula a El Salvador, em 2010, foi discutida a concessão de financiamento do BNDES para aquisição de ônibus de fabricação brasileira para utilização no novo sistema, cujo formato ainda se encontra em discussão no âmbito local. Deseja-se reproduzir em El Salvador a exitosa experiência da Cidade da Guatemala, em cujo sistema de transporte urbano operam ônibus de fabricação brasileira.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais entre Brasil e El Salvador.

Energia

Juntamente com Honduras e Guatemala, El Salvador é beneficiário do "Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para Avançar a Cooperação em Biocombustíveis", assinado em março de 2007. O instrumento prevê o trabalho conjunto para encorajar a produção e o uso de biocombustíveis em terceiros países, por meio de estudos de viabilidade e assistência técnica.

A brasileira Intertechne realiza os estudos de viabilidade referentes ao projeto da hidrelétrica de El Cimarrón (216 MW), e a parte salvadorenha deseja receber apoio da Eletrobras durante os estágios iniciais do empreendimento. A usina representa elemento-chave para a segurança energética futura de El Salvador.

Relações MERCOSUL – SICA

Por ocasião da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo dos Países Membros do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) e do Brasil, em São Salvador, em 29 de maio de 2008, os Presidentes decidiram aprofundar as relações econômicas entre os países do SICA e do MERCOSUL e instruíram seus Ministros a considerarem os termos de instrumento que permitisse promover a expansão equilibrada do comércio, uma maior integração produtiva e maiores inversões recíprocas. O acordo deveria levar em conta também as vertentes política e de cooperação.

Apesar de sinalizações iniciais positivas, diversos fatores contribuíram para que o tema não evoluísse, com destaque para a crise hondurenha, a partir de junho de 2009 e a ênfase centro-americana na assinatura do Acordo de Associação SICA-UE, no início de 2010.

O intercâmbio comercial total do Brasil com os sete países da América Central totalizou, em 2010, US$ 1,67 bilhão, o que equivale *grosso modo*, ao intercâmbio total com a Turquia no mesmo ano.

POLÍTICA INTERNA

A República de El Salvador, sob o ponto de vista institucional, está organizada em três Poderes. O Poder Executivo é chefiado pelo Presidente da República, eleito por voto popular para mandato de cinco anos, sem direito a reeleição consecutiva. As eleições presidenciais salvadorenhas se realizam em dois turnos. Em 2012, serão realizadas eleições municipais e legislativas, e o próximo pleito presidencial está previsto para março de 2014.

O Poder Legislativo é exercido pela Assembleia Legislativa, unicameral, formado por 84 deputados eleitos para mandatos de três anos.

O Poder Judiciário tem na Corte Suprema de Justiça sua mais elevada instância. A Corte é composta por 15 magistrados eleitos pela Assembleia Legislativa.

Administrativamente, El Salvador está dividido em 14 Departamentos, agrupados nas Zonas Ocidental, Oriental, Central e Paracentral.

Na esfera partidária, têm destaque a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), formada a partir do movimento guerrilheiro homônimo; a conservadora Aliança Republicana Nacionalista (Arena), que deteve o poder nas duas décadas anteriores à eleição de Mauricio Funes; a Gran Alianza Nacional (GANA), dissidência da Arena e hoje parte da base de apoio parlamentar do Presidente Funes; e o Cambio Democrático (CD). O tradicional Partido Democrata-Cristão (PDC), que ocupou a Presidência pela última vez entre 1984 e 1989, teve – juntamente com outros partidos – seu registro cassado em setembro de 2011 por não atingir a votação mínima de 3% estipulada na lei eleitoral.

A presidência de Mauricio Funes

Após a pacificação de El Salvador e uma vez transformada em partido político, a FMLN conseguiu chegar à Presidência do país em sua quarta tentativa eleitoral, em 2009, sob a liderança do ex-jornalista da CNN Mauricio Funes. A vitória da esquerda encerrou duas décadas de hegemonia arenista à frente do Executivo salvadorenho. Ao tomar posse no dia 1º de junho daquele ano, reafirmou seu compromisso com a promoção do desenvolvimento e com a inclusão social. Funes afirma ter como referência política o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Funes assumiu a presidência em ano marcado pelo significativo efeito da crise econômica internacional sobre El Salvador, em razão do forte atrelamento econômico aos Estados Unidos. Ainda assim, sua administração tem trabalhado para cumprir agenda de forte conteúdo social, mesmo que, para tanto, necessite recorrer a recursos como o endividamento externo.

Em seus quase dois anos e meio de governo, o Presidente salvadorenho esforça-se para manter posição política moderada em suas relações com as elites tradicionais do país, o empresariado e o capital

externo. Essa posição, ainda que gere desconforto por parte das alas mais à esquerda da FMLN e não impeça as críticas sistemáticas por parte do arco político conservador, rende a Funes credibilidade no exterior, de que são exemplos a escolha de El Salvador como uma das três escalas do Presidente Barack Obama em seu périplo latino-americano e a interlocução fluida com governos dos mais distintos matizes.

No plano da popularidade do mandatário salvadorenho, a situação econômica tem representado o maior obstáculo à manutenção dos elevados índices de aprovação obtidos em seus primeiros meses de governo: no início de seu mandato, sua aprovação ultrapassava 80%; com um ano à frente do Governo, mantinha em torno de 70%; atualmente, encontra-se em patamares ainda superiores a 60%.

A agenda social do Governo

O Governo adotou conjunto de políticas voltadas a transformar o modelo de assistência social no país, abandonando o enfoque caritativo.

Funes apresentou, em 2011, plano relativo à segurança alimentar, em dois eixos: a recuperação da agricultura familiar, reduzindo a atual dependência de alimentos importados; e o combate à pobreza e à desigualdade. Busca-se restituir à agricultura a condição de motor do crescimento econômico.

No setor agrícola, o Governo já entregou mais de 17 mil títulos de propriedade, tendo como meta 90 mil até 2014. Foram distribuídos insumos agrícolas, como sementes de qualidade e fertilizantes, a pequenos produtores, que também recebem assistência técnica.

Outras iniciativas incluem a eliminação das cobranças em hospitais públicos e a distribuição gratuita de medicamentos, a entrega de uniformes e material escolar a mais de um milhão de estudantes – além do programa de merenda escolar – e o pagamento de aposentadoria para idosos fora do sistema previdenciário.

Na área de habitação popular, o Governo mantém programa que já construiu 7.800 casas, com a meta de construir 25 mil moradias em cinco anos. Ademais, têm sido executadas obras preventivas na área de infraestrutura, reduzindo-se a suscetibilidade a desastres naturais.

Pela Constituição salvadorenha, parte da política social deve ser comandada pela Primeira-Dama. A brasileira Vanda Pignato, na qualidade de Secretária de Inclusão Social, tem priorizado a inclusão social da mulher por meio da iniciativa "*Ciudad Mujer*". O programa toma a forma de centro

de apoio e atendimento às mulheres e a seus filhos de até cinco anos, conciliando as funções de espaço de convivência e de formação profissional e cultural. Pretende-se construir um total de 14 unidades em todo o país, nas capitais administrativas.

A oposição conservadora

A oposição salvadorenha, liderada pela tradicional ARENA e apoiada por parte importante do empresariado local, vive processo de renovação, buscando desfazer-se do passivo representado por sua associação com os eventos da década de 1980. Como consequência, tem ocorrido certo grau de distensão nas relações com o Governo, mas temas como a reforma tributária – que afeta diretamente o empresariado – continuam a provocar duros debates.

A ARENA detém a Prefeitura de São Salvador, cuja gestão é bem avaliada pela população, e mantém sua força em nível local. O partido tem buscado retomar seu fôlego após a derrota de 2009. As eleições legislativas de 2012 representarão importante fator de avaliação quanto às chances oposicionistas nas eleições presidenciais de 2014.

Segurança pública

A criminalidade constitui um dos maiores problemas de El Salvador, e o país exibe uma das maiores taxas de homicídios do mundo (71 por 100 mil habitantes). No entanto, a natureza da criminalidade salvadorenha difere da de seus vizinhos: enquanto em outros países centro-americanos o tráfico de drogas move as atividades criminosas, com crescente envolvimento de cartéis mexicanos, em El Salvador o crime é, em grande medida, resultado de atividades pulverizadas ligadas a disputas entre as chamadas "*maras*" – gangues criminosas envolvidas em atividades como sequestros, homicídios e extorsões.

No entanto, apesar do envolvimento militar autorizado pelo Presidente Funes em 2009 e do gasto equivalente a 11% do PIB no campo da segurança, o problema ainda é crítico. Os esforços do Governo combinam repressão, controle carcerário, prevenção, reabilitação, atenção às vítimas e fortalecimento institucional, e têm sido reportados resultados positivos nos números referentes a homicídios e extorsões. O país coopera estreitamente com os Estados Unidos no campo da segurança pública, tanto bilateralmente quanto no âmbito de iniciativas regionais.

POLÍTICA EXTERNA

Tradicionalmente, El Salvador confere aos Estados Unidos e a seus vizinhos da América Central o maior foco de suas relações internacionais. Com a chegada de Mauricio Funes à Presidência, outros países latino-americanos ganharam – sem prejuízo das diretrizes anteriores – papel de maior relevo, com destaque para o Brasil. Essa linha pragmática tomou o lugar da polarização ideológica como tônica da política externa salvadorenha.

Relações El Salvador - EUA

A tradição de proximidade política com os EUA, que tem raízes históricas, geopolíticas e culturais, ganha contornos vitais quando se é levado em conta o tamanho da diáspora salvadorenha (2,5 milhões) naquele país. Os EUA são também o principal parceiro comercial de El Salvador, respondendo por 48% das importações e exportações. A assinatura do Tratado de Livre Comércio entre Estados Unidos, América Central e República Dominicana (CAFTA-RD), em maio de 2004, acrescentou nova dimensão ao já essencial papel estadunidense na vida salvadorenha. Os EUA também apoiam El Salvador na luta contra a pobreza, por meio de recursos da Conta do Desafio do Milênio (MCA) – programa de ajuda externa do Governo estadunidense, criado em 2002.

Em março de 2011, ao visitar El Salvador, o Presidente Barack Obama anunciou aporte adicional de US$ 200 milhões para iniciativas de segurança regionais, manteve encontro com o Presidente Funes.

Integração regional

No campo regional, a integração centro-americana representa a maior prioridade do país, que abriga a sede da Secretaria-Geral do Sistema da Integração Centro-Americana (SICA) desde sua fundação, em 1991. A integração se dá por meio de iniciativas políticas, como a recente Política de Segurança da América Central, e econômicas, como o já citado CAFTA-DR, que além de promover o livre comércio com os EUA também o faz entre as Repúblicas da Amérca Central. A Guatemala é o segundo parceiro comercial de El Salvador, e Honduras, Costa Rica e Nicarágua também

figuram entre os dez principais parceiros comerciais tanto em exportações quanto em importações.

Em maio de 2010, foi assinado o Acordo de Associação entre o SICA e a União Europeia (UE). A UE representa o terceiro maior parceiro comercial salvadorenho, para onde se destinam exportações que alcançam US$ 300 milhões anuais, dos quais cerca de metade está beneficiada pelo "SGP Plus" ("Sistema de Preferências Generalizadas", que permanecerá em vigor até 2011, quando estará consolidado o novo sistema de preferências). Os principais produtos da pauta são filé de atum, toalhas, camisetas de algodão e café.

El Salvador ocupa atualmente a Presidência *Pro Tempore* do SICA, e sediará, no mês de dezembro, reunião de cúpula do organismo.

Taiwan

El Salvador, bem como seus vizinhos centro-americanos à exceção da Costa Rica, reconhece o governo sediado em Taipé, na Ilha de Taiwan (Formosa), com o qual mantém intensa atividade de cooperação, além de acordo de livre comércio. O Governo de Taiwan, ademais, financiou a construção das modernas instalações da Chancelaria salvadorenha.

O Presidente Funes mantém o discurso de apoio a Taiwan, defendendo sua participação em foros internacionais como a Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) e nas discussões sobre Mudança do Clima.

Países da ALBA

O Presidente Funes tem mantido boa interlocução com os países da ALBA ("Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América"), apesar de não ter manifestado interesse em juntar-se formalmente ao bloco – do qual fazem parte Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua, Equador, Antígua e Barbuda, Dominica e São Vicente e Granadinas.

Cumprindo promessa de campanha, Funes restabeleceu, logo após sua posse, relações diplomáticas com Cuba, pragmaticamente buscando possíveis pontos de interesse mútuo entre os dois países.

El Salvador foi objeto de importante investimento por parte da Alba Petróleos, sob a forma da construção de depósito de combustíveis com capacidade para 350 mil barris, no valor de US$ 120 milhões. Planeja-se que o depósito funcione como centro regional de distribuição de combustíveis.

Migrações

El Salvador possui parcela significativa de sua população residindo nos Estados Unidos (2,5 milhões, dos quais 230 mil sob o regime TPS – *Temporary Protection Status*). Esses migrantes são responsáveis por grande parte das remessas recebidas pelos salvadorenhos, que atingiram US$ 3,431 bilhões em 2010, equivalentes a 15,8% do PIB salvadorenho. A questão das migrações constitui, portanto, importante tema da agenda diplomática salvadorenha no contexto hemisférico.

O constante fluxo de migrantes (salvadorenhos e de demais países centro-americanos) que atravessam o país em rota aos Estados Unidos foi afetado pelo recente aumento dos índices de violência no México. Nesse contexto, têm-se tornado comuns extorsões, sequestros e assassinatos de migrantes. Ante essa situação, discute-se a responsabilidade pela proteção desses migrantes – opondo-se, de um lado, o Governo mexicano, que defende a tese da co-responsabilidade dos países de origem, e, de outro, as autoridades dos países da América Central, que atribuem às autoridades mexicanas a responsabilidade pela questão.

Atuação multilateral

São Salvador sediou, em junho de 2011, a 41ª Assembleia-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), que teve como tema central a Segurança Cidadã, em momento de intensificação dos esforços regionais para combate ao crime organizado e ao narcotráfico.

Por ocasião da 66ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, o Presidente Funes proferiu discurso no qual enfatizou os efeitos nocivos do crime organizado e do narcotráfico em seu país e na América Latina. Destacou a vulnerabilidade de muitos países a esse problema e pediu maior envolvimento dos Estados Unidos no seu enfrentamento. Citou o discurso da Presidenta Dilma Rousseff na abertura do evento, ao enfatizar que o combate à pobreza e à desigualdade tem demonstrado ser a melhor política econômica em tempos de crise. Recordou também que El Salvador havia recentemente reconhecido o Estado da Palestina, apoiando seu pleito de adesão à ONU.

ECONOMIA

A economia salvadorenha apresenta mazelas tipicas da região centro-americana: reduzida carga tributária, forte dependência com respeito aos Estados Unidos (concentração comercial e de investimentos, remessas de expatriados e a própria dolarização da economia, ocorrida em 1° de janeiro de 2001), bem como o elevado impacto percentual do problema da segurança pública sobre o PIB.

O setor de comércio e serviços responde por 60% do PIB, a indústria por 29% e a agricultura por 11%. A pauta exportadora tem como principais itens produtos montados no país (nas chamadas "maquiadoras"), café, açúcar e etanol, têxteis e roupas. As principais importações são combustíveis, bens de capital e de consumo e alimentos em geral.

O país foi duramente afetado pela crise econômica internacional, sobretudo no ano de 2009. Segundo o FMI, o PIB salvadorenho apresentou, naquele ano, contração de 3,5%. Os setores mais afetados foram construção civil, comércio, restaurantes e hotéis e indústrias manufatureiras, inclusive as maquiadoras. No ano seguinte, a economia cresceu apenas 1%, mantendo-se o quadro de estagnação. As estimativas para 2011 apontam para expansão de 2,5%, inferior à da maioria dos vizinhos centro-americanos.

O principal ponto de embate do Governo Funes com o empresariado salvadorenho é a proposta de reforma tributária. El Salvador possui uma das menores cargas tributárias (11% do PIB) da região, não há imposto de renda e o orçamento é insuficiente para os programas governamentais – e para a governabilidade em sentido mais amplo. A crise econômica internacional, ademais, levou a uma queda da arrecadação tributária, decorrente da contração do PIB.

No ápice da crise, em 2009, as exportações encolheram 14%. As empresas maquiadoras foram as mais afetadas, embora tenham experimentado leve recuperação na segunda metade do ano, em virtude da retomada do consumo nos Estados Unidos. As importações caíram, ao longo do ano, 23%, sob o efeito sobretudo de queda de aproximadamente 50% na aquisição de petróleo. Com isso, o déficit comercial reduziu-se em 31%.

ENERGIA

O setor energético salvadorenho enfrenta importantes desafios. Ainda que, no momento, não exista déficit no elétrico no país, a disponibilidade energética futura depende da realização de novos investimentos, sobretudo na área hidrelétrica, sob pena de ver comprometido o crescimento econômico.

El Salvador tem feito progresso na criação de marco legal para a utilização de biocombustíveis, ocupando, nesse campo, posição de destaque no contexto centro-americano.

A hidrelétrica de El Cimarrón

A construção da hidrelétrica de El Cimarrón, no rio Lempa, representa elemento-chave para o futuro abastecimento energético no país. Orçada em aproximadamente US$ 660 milhões, a usina , quando concluída, terá capacidade de 216 MW.

O projeto de engenharia básica da usina foi originalmente adjudicado à empresa brasileira Intertechne. O empreendimento passa, no momento, por processo de revisão de seus aspectos ambiental e social. Ademais, estuda-se a possibilidade de incorporar ao projeto aspectos como irrigação e desenvolvimento de infraestrutura local.

El Salvador demonstrou interesse em possível parceria com a Eletrobras para solução das questões ligadas ao projeto, com aporte da experiência brasileira em situações similares. Para a estatal, o projeto poderia representar vertente adicional de seu processo de internacionalização, a partir de modelo de participação a ser definido. O empreendimento poderá, ademais, ser de interesse de construtoras brasileiras, nos mesmos moldes do projeto Tumarín, na Nicarágua (formação de uma empresa público-privada), envolvendo a Comissão Executiva Hidrelétrica do Rio Lempa (CEL) e a Eletrobras. A CEL entraria na sociedade aportando (a) aquisição das terras necessárias ao projeto, das quais 25% já foram adquiridos; (b) estudos de impactos ambientais e autorizações ambientais; (c) projeto básico, já contratado com a Intertechne; e (d) concessão pública, a ser outorgada pela Superintendência Geral de Eletricidade e Telecomunicações de El Salvador (SIGET).

Biocombustíveis

Brasil e El Salvador têm trabalhado em conjunto com vistas a incrementar a produção local de etanol, ao abrigo dos acordos bilaterais existentes e do Memorando de Entendimento Brasil – Estados Unidos de 2007. El Salvador possui marco jurídico, em fase de implementação, que determina a mistura de 10% de etanol na gasolina. O país tem a vantagem estratégica de poder exportar etanol para o mercado norte-americano com isenção de tarifas, sob o acordo de livre comércio CAFTA-DR. El Salvador já vende aos EUA cerca de US$ 170 milhões do produto por ano. As reexportações de álcool não-originário da região, entretanto, limitam-se a quota de 7% do consumo interno norte-americano.

O Grupo brasileiro Cristalserv possui participação (33%) na companhia American Renewable Fuel Services (ARFS), composta pela Companhia Azucarera Salvadoreña e pela norte-americana Cargill, para desidratar álcool brasileiro e reexportá-lo para os EUA, ao abrigo das vantagens aduaneiras do CAFTA-DR (Acordo de Livre Comércio entre Estados Unidos, América Central e República Dominicana).

Assinado em 9 de março de 2007, o "Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para Avançar a Cooperação em Biocombustíveis" prevê cooperação bilateral em pesquisa e desenvolvimento, esforços globais para a harmonização de padrões e normas técnicas e trabalho conjunto para encorajar a produção e o uso de biocombustíveis em terceiros países, por meio de estudos de viabilidade e assistência técnica. Registram-se grandes avanços nessa vertente de cooperação trilateral. Foram realizados ou estão em andamento estudos de viabilidade para produção de biocombustíveis em nove países, entre eles El Salvador.

No país, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) desenvolveu estudo sobre o potencial de longo prazo para a produção e uso de biocombustíveis, importante ferramenta de gestão pública para o Governo beneficiado. O resultado final foi a identificação das áreas propícias para o cultivo, de maneira sustentável, das principais matérias-primas utilizadas para a produção de bioenergia. O estudo também recomendou modelos de negócio para as regiões identificadas como aptas, na forma de projetos. O projeto prioritário identificado pelo estudo foi a construção de uma usina de etanol com capacidade anual de produção de 150 milhões de litros (Destilaria de Etanol Usulután), para a qual seria necessário financiamento de cerca de U$ 2 milhões. A iniciativa envolve financiamento pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

ANEXO I – CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1896	Abertura de Consulado brasileiro em El Salvador.
1906	Criação de Legação em Cuba com ação cumulativa em El Salvador.
1913	Assinatura da Convenção de Arbitramento, ainda em vigor.
1947	Criação de Consulado honorário em El Salvador.
1953	Elevação da Legação em El Salvador à Categoria de Embaixada.
1965	Assinatura do Convênio de Intercâmbio Cultural.
1986	Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica
2007	Acordo sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns e Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa
2008	Em maio, o Presidente Lula visita El Salvador, sendo o primeiro Chefe de Estado brasileiro a visitar aquele país. Em outubro, realiza sua segunda visita ao país.
2009	Visita oficial do Presidente salvadorenho Mauricio Funes ao Brasil. O Presidente Lula visita El Salvador.
2010	O Presidente Lula retorna pela quarta vez a El Salvador. Brasil doa 30 mil toneladas de feijão, 30 mil toneladas de milho e 7.500 toneladas de arroz a El Salvador.
	Visita do Presidente Mauricio Funes ao Brasil, e participação do Seminário Empresarial "Encontro Empresarial Brasil – El Salvador: oportunidades de investimentos", na sede da FIESP, em São Paulo, no mês de agosto.
	Após a ocorrência da tormenta tropical Agatha, o Brasil faz contribuição voluntária de US$ 250 mil ao Programa Mundial de Alimentos (PMA), para aquisição e distribuição de alimentos a flagelados.
2011	Visita oficial da Primeira-Dama de El Salvador, a brasileira Vanda Pignato, ao Brasil, à frente de comitiva ministerial. Encontro com o Chanceler Antonio Patriota.

ANEXO II – CRONOLOGIA HISTÓRICA DE EL SALVADOR

1524	O aventureiro espanhol Pedro de Alvarado conquista El Salvador.
1821	El Salvador se torna independente da Espanha.
1823	El Salvador se torna parte das Províncias Unidas da América Central, que também inclui Costa Rica, Guatemala, Honduras e Nicarágua.
1840	El Salvador se torna plenamente independente com a dissolução das Províncias Unidas da América Central.
1932	Aproximadamente 30 mil pessoas são mortas na repressão ao levante campesino liderado por Agustín Farabundo Martí.
1961	O Partido de Conciliação Nacional, de direita, toma o poder por meio de golpe militar.
1969	El Salvador ataca e mantém breve conflito com Honduras após a evicção de milhares de salvadorenhos que se encontravam ilegais neste país (conflito também conhecido como "Guerra do Futebol").
1977	As atividades do grupo guerrilheiro Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) se intensificam, enquanto aumentam os relatos de violação aos direitos humanos por tropas do Governo e esquadrões da morte. O general Carlos Romero é eleito presidente.
1979-81	Aproximadamente 30 mil pessoas são assassinadas por esquadrões da morte apoiados pelo Exército.
1979	O General Romero é retirado do poder em golpe liderado por oficiais reformistas, que implantam uma junta civil-militar mas não conseguem impedir a violência praticada com o apoio do Exército.
1980	O Arcebispo de São Salvador e defensor dos Direitos Humanos, Oscar Romero, é assassinado. José Napoleón Duarte se torna o primeiro presidente civil desde 1931.
1981	França e México reconhecem a FMLN como força política legítima. Os Estados Unidos continuam a apoiar o Governo salvadorenho.
1982	A Aliança Republicana Nacional (ARENA) ganha eleições parlamentares marcadas pela violência.
1984	José Napoleón Duarte é eleito presidente.
1986	Duarte inicia campanha pela negociação de trégua com a FMLN.

1989	Os ataques da FMLN se intensificam. Outro candidato da ARENA, Alfredo Cristiani, é eleito presidente.
1991	A FMLN é reconhecida como partido político; o Governo e a FMLN assinam acordo de paz.
1993	O Governo declara a anistia aos acusados de violação dos Direitos Humanos pela Comissão das Nações Unidas.
1994	Armando Calderón Sol, da ARENA, é eleito presidente.
1997	A FMLN avança nas eleições parlamentares; o candidato de esquerda Hector Silva é eleito prefeito de São Salvador.
1999	O candidato da ARENA Francisco Flores derrota o ex-guerrilheiro Facundo Guardado nas eleições presidenciais.
2001	Fortes terremotos matam 1.200 pessoas e deixam 1 milhão de desabrigados.
2002	Tribunal dos Estados Unidos condena dois generais salvadorenhos residentes naquele país por atrocidades cometidas durante a guerra civil, e os ordena a compensar as vítimas que levaram o caso à Justiça.
2003	El Salvador, juntamente com Honduras, Nicarágua e Guatemala, assinam acordo de livre comércio com os Estados Unidos. O Governo salvadorenho ratifica o pacto em dezembro de 2004.
2004	O candidato da ARENA Antonio Saca ganha as eleições presidenciais.
2005	A Comissão de Direitos Humanos da OEA vota pela reabertura do massacre de camponeses na vila de El Mozote, em 1981.
2005	Milhares de pessoas deixam as suas casas após erupção do Vulcão Santa Ana. Dias depois, diversas pessoas morrem em razão da passagem do furacão tropical Stan.
2006	El Salvador é o primeiro país centro-americano a implementar um acordo de livre comércio com os Estados Unidos.
2009	O jornalista Mauricio Funes, da FMLN, se torna o primeiro presidente de esquerda em 20 anos.
	El Salvador volta a ter relações diplomáticas com Cuba.
	Mais de 140 pessoas morrem e milhares ficam desabrigadas em razão de deslizamentos de terra e inundações.
2010	O país é atingido pela tempestade tropical Agatha.

2011	O Presidente estadunidense Barack Obama visita o país e anuncia iniciativas de combate ao tráfico de drogas na região.

ANEXO III – ACORDOS BILATERAIS

Acordo	Data de Celebração	Data do Decreto Legislativo (DOU)	Entrada em Vigor	Promulgação	
				Decreto	Data
Convenção de arbitramento	03/09/1909	31/12/1910	12/11/1913	10611	17/12/1913
Convênio de Intercâmbio Cultural	30/11/1965	02/12/1966	04/01/1968	62138	17/01/1968
Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica	20/05/1986	27/10/1989	15/02/1990	2833	29/10/1998
Acordo sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns	24/07/2007	27/08/2009	19/02/2010	7110	18/02/2010
Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa	24/07/2007	06/08/2010	Em promulgação (Ofício à Casa Civil nº 1653 de 09/08/10)		

ANEXO IV – DADOS COMERCIAIS

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS
EL SALVADOR

COMÉRCIO EXTERIOR[1] (US$ milhões)	2006	2007	2008	2009	2010	2011[2] Jan-Abr
Exportações (fob)	3.706	3.984	4.549	3.787	4.748	1.697
Importações (cif)	7.663	8.713	9.754	7.255	8.305	3.278
Balança comercial	-3.957	-4.729	-5.205	-3.468	-3.558	-1.381
Intercâmbio comercial	11.368	12.697	14.303	11.052	13.053	5.175

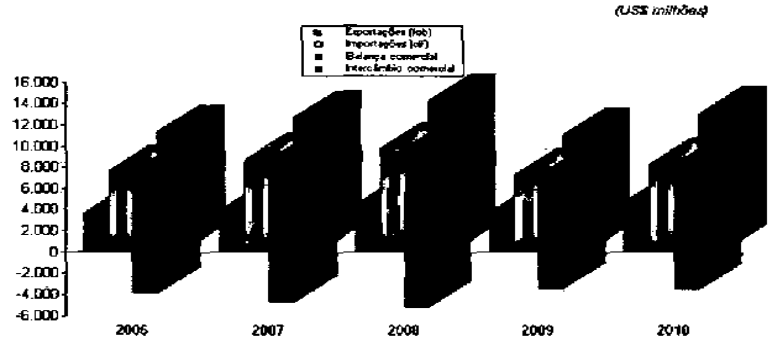
Elaborado pela ALADI/SIRDIC - Divisão de Informação Comercial com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, July 2011.

(1) Os dados não coincidem necessariamente com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes metodologias de venda (fob e cif) e das distintas metodologias de cálculo.

(2) Última posição disponível em 09/2011.

COMÉRCIO EXTERIOR DE EL SALVADOR
2005 - 2009

(US$ milhões)



DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS
EL SALVADOR

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões)	2008	% no total	2009	% no total	2010(1)	% no total	2011(1) Jan-Abr	% no total
EXPORTAÇÕES:								
Estados Unidos	2.035	44,7%	2.188	57,8%	1.710	36,0%	732	38,8%
Honduras	539	11,8%	621	16,3%	543	11,4%	243	12,9%
Guatemala	446	9,8%	588	15,5%	518	10,8%	210	11,1%
Nicarágua	220	4,8%	252	6,8%	220	4,6%	99	5,2%
Costa Rica	137	3,0%	166	4,4%	145	3,1%	64	3,4%
Panamá	91	2,0%	123	3,2%	107	2,2%	50	2,6%
Brasil	*5*	*0,1%*	*4*	*0,1%*	*5*	*0,1%*	*2*	*0,1%*
SUBTOTAL	3.473	76,3%	3.943	103,8%	3.247	68,4%	1.401	73,9%
DEMAIS PAÍSES	1.076	23,7%	(146)	-3,8%	1.501	31,6%	496	26,1%
TOTAL GERAL	4.549	100,0%	3.797	100,0%	4.748	100,0%	1.897	100,0%
IMPORTAÇÕES:								
Guatemala	3.354	34,4%	2.616	36,1%	2.684	32,2%	1.256	38,4%
México	827	8,5%	754	10,4%	1.094	13,2%	427	13,0%
Honduras	874	9,0%	540	7,4%	724	8,7%	253	7,7%
China	575	5,8%	343	4,7%	439	5,3%	155	4,7%
Costa Rica	493	4,8%	333	4,6%	402	4,8%	131	4,0%
Nicarágua	261	2,7%	225	3,1%	265	3,4%	101	3,1%
Panamá	199	2,0%	195	2,7%	249	3,0%	88	2,7%
Brasil	*189*	*2,0%*	*177*	*2,4%*	*226*	*2,7%*	*80*	*2,4%*
Equador	330	3,4%	172	2,4%	202	2,4%	32	1,0%
Colômbia	354	3,6%	223	3,1%	202	2,4%	74	2,3%
Japão	174	1,8%	93	1,3%	119	1,4%	42	1,3%
Antilhas Holandesas	187	1,9%	103	1,4%	117	1,4%	50	1,5%
Alemanha	117	1,2%	90	1,2%	114	1,4%	41	1,2%
SUBTOTAL	7.735	79,3%	5.864	80,8%	6.881	82,5%	2.730	83,3%
DEMAIS PAÍSES	2.020	20,7%	1.390	19,2%	1.454	17,5%	548	16,7%
TOTAL GERAL	9.754	100,0%	7.255	100,0%	8.305	100,0%	3.278	100,0%

Elaborado pelo MIEX/CPRADIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do SISCOMEX/Trademap.
Pelos dados brasileiros, valores convertidos, quando necessário, pelos valores anuais médios do PTAX.
(1) Última posição disponível em 13/02/2012.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2010(1)	Part. (%)
IMPORTAÇÕES		
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	1.376	16,2%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	623	7,3%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	557	6,6%
Plásticos e suas obras	493	5,8%
Tecidos de malha	392	4,6%
Produtos farmacêuticos	333	3,9%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose	271	3,2%
Algodão	257	3,0%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	243	2,9%
Ferro fundido, ferro e aço	232	2,7%
Cereais	214	2,5%
Preparações alimentícias diversas	201	2,4%
Vestuário e seus acessórios, de malha	188	2,2%
Gorduras e óleos animais ou vegetais	155	1,8%
Leite e laticínios; ovos de aves; mel natural	141	1,7%
Óleos essenciais e resinóides; produtos de perfumaria ou de toucad	137	1,6%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	129	1,5%
Filamentos sintéticos ou artificiais	124	1,5%
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares	105	1,2%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	105	1,2%
Subtotal	**6.277**	**74,0%**
Demais Produtos	**2.207**	**26,0%**
Total Geral	**8.485**	**100,0%**

Elaborado pelo MIEX/CPRADIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do SISCOMEX/Trademap.
Divergências nos dados são explicadas pelo uso de diferentes fontes.
(1) Última posição disponível em 13/02/2012.

ANEXO V – INTERCAMBIO COMERCIAL

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS EL SALVADOR

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - EL SALVADOR [1] (US$ mil. fob)	2005	2007	2008	2009	2010
Exportações (fob)	215.172	176.441	249.327	195.605	183.896
Variação em relação ao ano anterior	-9,7%	-18,0%	41,3%	-21,5%	-6,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o SICA	14,5%	11,8%	14,7%	18,8%	14,8%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Importações (fob)	2.645	4.297	3.512	5.274	5.295
Variação em relação ao ano anterior	134,1%	62,5%	-18,3%	50,2%	0,4%
Part. (%) no total das importações brasileiras do SICA	1,9%	2,2%	1,3%	1,5%	1,2%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	217.817	180.738	252.839	200.878	189.191
Variação em relação ao ano anterior	-9,0%	-17,0%	39,9%	-20,5%	-5,8%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-SICA	13,4%	10,8%	12,9%	16,0%	11,3%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%
Balança Comercial	212.527	172.144	245.815	190.331	178.599

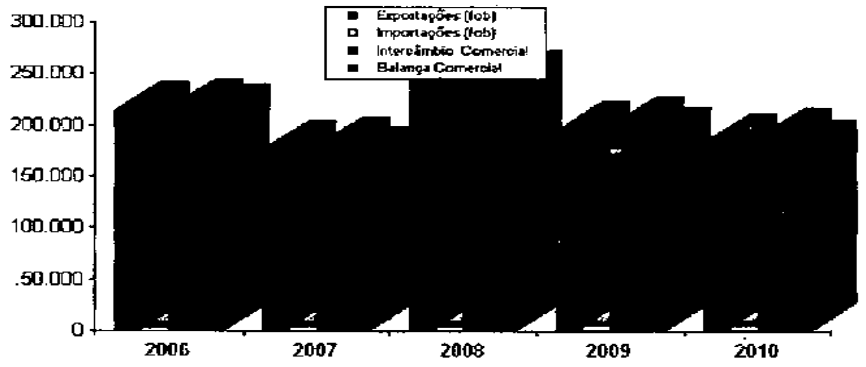
[illegible]

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-EL SALVADOR (US$ mil. fob)	2010 (jan-ago)	2011 (jan-ago)
Exportações	66.096	105.191
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-39,2%	59,8%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o SICA	11,2%	12,2%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,1%	0,1%
Importações	3.982	4.352
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	43,3%	9,3%
Part. (%) no total das importações brasileiras do SICA	1,5%	1,3%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	69.078	109.543
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-36,6%	23,0%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-SICA	8,7%	9,2%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%
Balança Comercial	61.114	100.839

[illegible]

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - EL SALVADOR 2006 - 2010

(US$ mil)



Elaborado pelo MRE/DPR/DEC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
EL SALVADOR

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - EL SALVADOR (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	0	0,0%	96.037	48,1%	99.005	53,6%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	18.650	9,7%	8.600	4,4%	18.499	10,6%
Alumínio e suas obras	14.417	5,8%	7.314	3,7%	8.577	4,7%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	7.792	3,1%	10.628	5,4%	6.115	3,3%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	10.055	4,0%	6.170	3,2%	4.674	2,5%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose	5.954	2,4%	5.633	3,0%	4.553	2,5%
Cobre e suas obras	6.396	2,6%	3.243	1,7%	4.452	2,4%
Plásticos e suas obras	3.041	1,2%	2.639	1,3%	3.261	1,8%
Preparações alimentícias diversas	4.156	1,7%	3.090	1,6%	3.359	1,8%
Produtos químicos orgânicos	2.279	0,9%	1.360	0,7%	3.107	1,7%
Borracha e suas obras	1.480	0,6%	5.913	3,0%	2.755	1,5%
Subtotal	72.170	28,9%	150.614	77,1%	159.458	86,7%
Demais Produtos	177.157	71,1%	44.791	22,9%	24.437	13,3%
TOTAL GERAL	249.327	100,0%	195.605	100,0%	183.895	100,0%

Elaborado pela APEX-BRASIL - Divisão de Informação Comercial, com base na base de dados do MDIC/SECEX (Alice web)
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apurados em jan-ago/2010

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
EL SALVADOR

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - EL SALVADOR (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	692	19,7%	735	13,9%	1.719	32,3%
Peixes e crustáceos, moluscos	1.060	30,2%	3.202	60,7%	1.205	22,6%
Vestuário e seus acessórios, de malha	37	1,1%	367	7,0%	852	16,1%
Tecidos de malha	0	0,0%	0	0,0%	647	12,2%
Alumínio e suas obras	1.668	47,5%	851	16,1%	578	10,8%
Subtotal	3.457	98,4%	5.154	98,0%	4.992	94,0%
Demais Produtos	55	1,6%	89	1,8%	304	5,7%
TOTAL GERAL	3.512	100,0%	5.274	100,0%	5.296	100,0%

Elaborado pela APEX-BRASIL - Divisão de Informação Comercial, com base na base de dados do MDIC/SECEX (Alice web)
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apurados em jan-ago/2010

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
EL SALVADOR

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - EL SALVADOR (US$ mil - fob)	2010 (Jan-ago)	% no total	2011 (Jan-ago)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	6	0,0%	33.865	32,2%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	10.443	12,3%	18.575	17,7%
Alumínio e suas obras	5.838	6,9%	7.211	6,9%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	3.930	4,6%	6.495	6,2%
Plásticos e suas obras	2.278	2,7%	4.812	4,6%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	1.718	2,0%	4.026	3,8%
Cobre e suas obras	2.962	3,5%	3.686	3,5%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose	3.543	4,2%	3.361	3,2%
Preparações alimentícias diversas	2.075	2,4%	3.360	3,2%
Produtos químicos orgânicos	2.306	2,7%	2.392	2,3%
Borracha e suas obras	1.410	1,7%	1.760	1,7%
Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões	1.543	1,8%	1.685	1,6%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	1.156	1,4%	1.074	1,0%
Subtotal	**39.208**	**46,1%**	**92.314**	**87,6%**
Demais Produtos	**45.888**	**53,9%**	**12.877**	**12,2%**
TOTAL GERAL	**85.096**	**100,0%**	**105.191**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1.844	48,3%	1.169	26,8%
Peixes e crustáceos, moluscos	1.680	42,2%	845	19,4%
Alumínio e suas obras	349	8,8%	330	7,6%
Vestuário e seus acessórios, de malha	271	6,8%	822	18,9%
Plásticos e suas obras	121	3,0%	42	1,0%
Subtotal	**4.265**	**107,1%**	**3.207**	**73,7%**
Demais Produtos	**-283**	**-7,1%**	**1.145**	**26,3%**
TOTAL GERAL	**3.982**	**100,0%**	**4.352**	**100,0%**

Elaborado pela APEX-BRASIL - Divisão de Informação Comercial, com base na base de dados do MDIC/SECEX (Alice web)
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apurados em jan-ago/2011

Aviso nº 68 - C. Civil.

Em 14 de fevereiro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ FIUZA NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de El Salvador.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 8, DE 2012
(nº 31/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Nicarágua.

Os méritos do Senhor Luiz Felipe Mendonça Filho que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de fevereiro de 2012.

EM No 00509 MRE

Brasília, 24 de outubro de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Nicarágua.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae de LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 509 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasilia, 24 de outubro de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Nicarágua.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO*
CPF.: 274.682.757-34
ID.: 5313 MRE

1949	Filho de Luiz Felipe Julien Mendonça e Carmen Lima Mendonça, nasce em 31 janeiro, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1971	Ciências Jurídicas pela Universidade do Estado da Guanabara
1999	CAE - IRBr, A Intervenção Norte-americana no Panamá em dezembro de 1989 - a Operação Justa Causa
Cargos:	
1974	Terceiro-Secretário
1977	Segundo-Secretário, por merecimento
1981	Primeiro-Secretário, por merecimento
1988	Conselheiro, por merecimento
2001	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2009	Ministro de Primeira Classe
2011	Ministro de Primeira Classe, Quadro Especial

Funções:

1972	CPCD - IRBr
1974-1977	Divisão da Europa-I, assistente
1977-1979	Embaixada em Viena, Terceiro e Segundo-Secretário
1979-1983	Embaixada em Buenos Aires, Segundo e Primeiro-Secretário
1983-1984	Divisão da América Central e Setentrional, assistente
1984-1991	Divisão da América Meridional-I, assistente
1991-1994	Delegação junto à OEA, Washington, Conselheiro
1994-1998	Embaixada em Santiago, Conselheiro
1998-2003	Secretaria-Geral Ibero-Americana, Chefe de Gabinete
2003-2004	Instituto Rio-Branco, Vice-Diretor e Coordenador de Ensino
2004-2008	Consulado-Geral em Miami, Cônsul-Geral Adjunto
2008 –	Embaixada em São Salvador, Embaixador

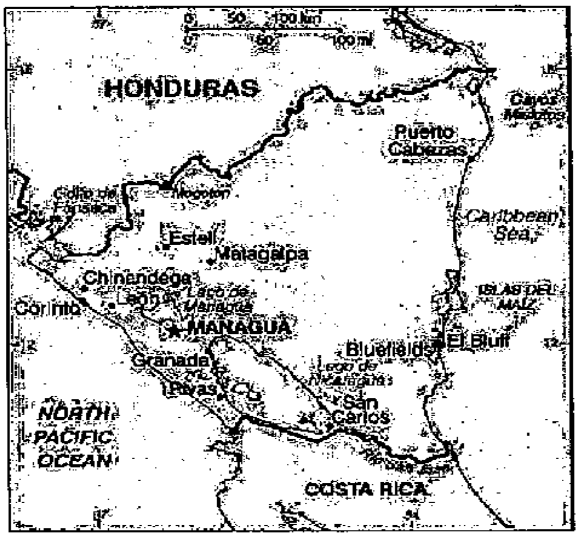
Condecorações:

1976	Ordem do Infante, Portugal, Cavaleiro
1980	Ordem do Mérito, Áustria, Cavaleiro
1999	Ordem ao Mérito do Chile, Comendador

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral da América do Sul, Central e do Caribe
Departamento da América Central e Caribe
Divisão do México e América Central

REPÚBLICA DA NICARÁGUA



OSTENSIVO

Informações para o Senado Federal
Outubro de 2011

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS
INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US$ MILHÕES FOB)
PERFIS BIOGRÁFICOS
ORTEGA SAAVEDRA
SAMUEL SANTOS LÓPEZ
RELAÇÕES BILATERAIS
POLÍTICA INTERNA
POLÍTICA EXTERNA
ECONOMIA
ENERGIA
ANEXO I – CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-NICARÁGUA
ANEXO II – CRONOLOGIA HISTÓRICA DA NICARÁGUA
ANEXO III – ACORDOS BILATERAIS
ANEXO IV – DADOS COMERCIAIS
ANEXO V– INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-NICARÁGUA

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Nicarágua
CAPITAL	Manágua
ÁREA	130.373 km² *(pouco menor que a área do Amapá)*
POPULAÇÃO (2010)	5.815.524 habitantes *(equivalente à de Goiás)*
IDIOMA	Espanhol (oficial)
PRINCIPAL RELIGIÃO	Católica romana (58,5%), Evangélica (21,6%), outras religiões (4,2%), sem religião (15,7%)
SISTEMA POLÍTICO	República presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Daniel Ortega Saavedra
CHANCELER	Samuel Santos López
PIB (nominal, est. 2010)	US$ 6,552 bilhões
PIB *per capita* (nominal, est. 2010)	US$ 1.126,63
PIB (PPP, est. 2010)	US$ 17,71 bilhões
PIB *per capita* (PPP, est. 2010)	US$ 3.045,29
CRESCIMENTO DO PIB (est. 2010)	4,5% (fonte: FMI)
TAXA DE DESEMPREGO (est. 2010)	7,8% (fonte Banco Central da Nicarágua)
POP. ABAIXO DA LINHA DE POBREZA	48% (2005)
IDH (PNUD)	0,565 *(115° no ranking; Brasil é 73°, com 0,699 pontos; Costa Rica é 62°, com 0,725 pontos)*
EXPECTATIVA MÉDIA DE VIDA (2011)	73,8 (fonte PNUD) anos *(Brasil: 72,53 anos)*
RESERVAS INTERNACIONAIS (2010)	US$ 1,80 bilhão (fonte: *Economist Intelligence Unit*)
UNIDADE MONETÁRIA	Córdoba
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	220 pessoas
EMBAIXADOR EM MANÁGUA	Flávio Helmold Macieira
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Sara María Tórrez Ruiz

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US$ milhões F.O.B)

BRASIL x NICARÁGUA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-ago)
Intercâmbio	20,534	25,575	44,791	49,372	60,421	55,464	65,056	33,716	68,142	77,708
Exportações	20,534	25,573	44,791	49,370	60,409	55,043	64,318	33,362	67,893	77,025
Importações	0	0,002	0	0,002	0,012	0,421	0,738	0,354	0,249	0,683
Saldo	20,534	25,571	44,791	49,368	60,397	54,622	63,580	33,008	67,644	76,342

(Fonte MDIC)

PERFIS BIOGRÁFICOS

DANIEL ORTEGA SAAVEDRA
PRESIDENTE

Nasceu em 1945, em família de classe média da cidade de La Libertad, no departamento de Chontales (Nicarágua). Seus pais eram ativos opositores do regime de Anastasio Somoza.

Aos 17 anos, tornou-se membro da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), de cuja direção passou a fazer parte em 1965.

Na Junta do Governo de Reconstrução Nacional (1979), assumiu os cargos de coordenador, de Chefe de Governo e de Ministro da Defesa.

Em 1984, foi eleito Presidente da República. No ano seguinte, foi nomeado Presidente da FSLN. Durante seu Governo, procurou modernizar a infraestrutura do país com base no modelo cubano. As reformas, porém, foram limitadas pelo boicote decretado pelos Estados Unidos e pela oposição anti-sandinista.

Nas eleições gerais de 1990, foi derrotado por Violeta Chamorro.

Liderou a oposição de 1990 a 2006, e foi derrotado nas eleições de 1996 e 2001 antes de ser novamente eleito presidente em 2006.

SAMUEL SANTOS LÓPEZ
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Nasceu em Manágua, em 13 de dezembro de 1938.

Formado em Administração de Empresas, foi diretor da Bolsa de Valores da Nicarágua e Presidente da filial nicaraguense da rede de hotéis Best Western e de várias empresas ligadas ao mercado imobiliário.

Foi Prefeito de Manágua de 1984 a 1985, Vice-Presidente do Banco Nacional de Desenvolimento da Nicarágua, de 1979 a 1980 e Ministro da Junta de Reconstrução de Manágua, de 1980 a 1984.

É professor catedrático na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Nacional Autônoma da Nicarágua.

É militante da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).

Foi nomeado Ministro das Relações Exteriores da Nicarágua em janeiro de 2007.

RELAÇÕES BILATERAIS

Tradicionalmente cordial, o relacionamento Brasil-Nicarágua apresentou esboço de aproximação na década de 1980, por meio da atuação brasileira no Grupo de Apoio a Contadora, no contexto dos esforços pela promoção da paz na América Central. Nas décadas seguintes, alguns gestos marcaram a intenção brasileira de estreitar o relacionamento com a Nicarágua, como a assistência emergencial prestada pelo Brasil após a devastação causada pela passagem do furacão "Mitch", em outubro de 1998, e o perdão, em 2002, da dívida nicaraguense com o Brasil, no montante aproximado de US$ 138 milhões.

As relações bilaterais beneficiaram-se das iniciativas de aproximação do Brasil com a América Central como um todo – como, por exemplo, a participação do Brasil como observador do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), as negociações para adesão ao Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE) e as negociações para estabelecimento de acordo MERCOSUL-SICA.

Visitas de alto nível

Ao longo do século XX, três Presidentes nicaraguenses visitaram oficialmente o Brasil: Anastasio Somoza (1953), Daniel Ortega (1986) e Violeta Chamorro (1992). Na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, ocorreram dois encontros bilaterais com o Presidente Arnoldo Alemán: em 2000, em São José da Costa Rica, e em 2002, no Panamá.

Por ocasião da visita do então Presidente Lula a Manágua, em 2007, os dois Presidentes assinaram acordos nas áreas de energia, saúde, educação, transportes, turismo, desenvolvimento social e desenvolvimento agrário. Logo em seguida, missão técnica do Ministério de Minas e Energia (MME) visitou a Nicarágua para tratar de temas relativos a projetos hidrelétricos no país e de intercâmbio técnico no setor de energia.

O então Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, visitou Manágua em julho de 2008. Em setembro, à margem da 63ª Assembleia Geral da ONU, o então Chanceler Celso Amorim encontrou-se com seu homólogo Samuel Santos, visita retribuída no seguinte mês de outubro. Por sua vez, o Presidente Daniel Ortega fez, em dezembro de 2008, sua segunda visita ao Brasil, quando participou da I Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), na Costa do Sauípe.

Em outubro de 2009, o Ministro de Energia e Minas da Nicarágua, Emilio Rappaccioli, participou, como conferencista, do Seminário Internacional "Interconexões e Negócios de Geração e Transmissão – CIER 2009", no Rio de Janeiro.

Em 28 de julho de 2010, o Presidente Ortega realizou sua terceira viagem ao Brasil – mas a primeira visita bilateral oficial de seu mandato atual –, evidenciando o bom momento atual das relações bilaterais.

Em 14 de julho de 2011, o Chanceler Samuel Santos visitou o Brasil, mantendo encontros com o Chanceler Antonio de Aguiar Patriota, com o Ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, e com o Presidente da Eletrobras, José da Costa Carvalho Neto.

Cooperação

A cooperação educacional entre o Brasil e a Nicarágua é regida pelo Acordo Cultural bilateral assinado em 12 de janeiro de 1953. O Centro Cultural Brasil-Nicarágua (CCBN), instituição de ensino e de promoção da língua portuguesa vinculado à Embaixada brasileira em Manágua, funciona naquela capital desde o início da década de 1980. Em fevereiro de 2009, a Universidade Nacional Agrária e a Universidade Nacional de Engenharia da Nicarágua receberam um leitorado brasileiro, expressão do crescente o interesse pelo aprendizado da língua portuguesa.

No plano da cooperação educacional, nos últimos dez anos, onze alunos nicaraguenses participaram do programa de pós-graduação em instituições brasileiras e três em programa de graduação.

Desde a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, firmado em 2 de fevereiro de 2006, o Programa de Cooperação Técnica entre os dois países vem apresentando exitosos resultados. Destaca-se a importância dos projetos nas áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento socioeconômico da Nicarágua: agricultura, saúde, segurança pública, turismo e meio ambiente.

Em setembro de 2010, Missão Multidisciplinar enviada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) visitou Manágua, com objetivo de avaliar e ampliar o Programa de Cooperação Técnica. Durante a visita foram elaborados seis novos projetos nas áreas de meio ambiente, energia e agricultura.

Assuntos Consulares

O Setor Consular da Embaixada do Brasil em Manágua presta assistência à comunidade brasileira no país, onde há 220 brasileiros registrados em situação migratória regular.

Comércio bilateral

O comércio bilateral vem demonstrando recuperação após a crise financeira internacional. O fluxo de comércio acumulado entre janeiro e agosto do presente ano, US$ 77,708 milhões, excede em 104% o valor equivalente ao mesmo período de 2010. Ademais, em 2010, o fluxo de comércio já havia apresentado crescimento de 102% em relação ao ano anterior. Apesar do crescimento expressivo, o comércio bilateral continua bastante modesto.

A balança comercial bilateral é, tradicionalmente, bastante favorável ao Brasil. Note-se que, até 2006, as importações brasileiras de produtos nicaraguenses eram pouco significativas. Essa situação alterou-se a partir de 2007, quando o Brasil passou a comprar, sobretudo, itens de vestuário e acessórios, fumo, caldeiras, máquinas e aparelhos mecânicos e alumínio. Ainda assim, as exportações da Nicarágua ao Brasil não chegaram a US$ 250 mil em 2010, contra US$ 67,893 milhões em exportações brasileiras àquele país.

Investimentos brasileiros

O principal item relativo à pauta de investimentos brasileiros na Nicarágua se refere ao Projeto Tumarín (tratado a seguir, no item "Energia"). Dentro da estratégia de aumentar o aproveitamento do potencial hídrico do país, há outros projetos ainda em fase de estudos, tais como os das hidrelétricas de Brito e de Boboke.

No setor industrial, merece destaque a instalação de unidade da calçadista gaúcha Schmidt Irmãos, que implantou unidade para produção de calçados femininos para exportação, sob o nome de *SCA Footware*. O investimento inicial foi da ordem de US$ 86 milhões. O êxito do empreendimento pode ser constatado por seus números: em fevereiro de 2011, a empresa contava com 90 técnicos brasileiros e empregava 3.200 operários locais, o que a transforma num dos principais empregadores do país. Desde julho de 2010, o número de linhas de produção dobrou, com a fabricação de entre 10 e 12 mil pares de calçados ao dia, destinados tanto ao mercado estadunidense – alvo inicial do empreendimento – quanto à União Europeia, em particular a Itália.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

O Brasil renegociou, em 2002, a dívida nicaraguense, reescalonando seu pagamento. O valor obtido após a negociação, de aproximadamente US$ 4,170 milhões (de tomadores públicos), vem sendo quitado pontualmente.

POLÍTICA INTERNA

Elementos gerais

O Estado nicaraguense está organizado em quatro Poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário e Eleitoral.

O Executivo é exercido por Presidente eleito para um mandato de quatro anos, com possibilidade de reeleição consecutiva. O pleito se dá em dois turnos. Segundo a legislação em vigor, é declarado vencedor, já no primeiro turno, o candidato que atingir mais de 40% dos votos válidos ou aquele que obtiver 35%, desde que mantenha margem superior a 5% sobre o segundo colocado.

O Legislativo (Assembleia Nacional) é unicameral, formado por 92 deputados eleitos para mandatos de cinco anos.

No âmbito do Judiciário, o órgão máximo é a Corte Suprema de Justiça, integrada por 16 magistrados.

Ao Poder Eleitoral, sob responsabilidade do Conselho Supremo Eleitoral, cabe solucionar eventuais contendas de natureza eleitoral.

Administrativamente, a Nicarágua está dividida em 153 municípios, em 15 departamentos e duas regiões autônomas.

Os principais partidos da Nicarágua na atualidade são a FSLN (Frente Sandinista de Libertação Nacional), a ALN (Aliança Liberal Nicaraguense), o PLC (Partido Liberal Constitucionalista), o MRS (Movimento Renovador Sandinista) e a AC (Alternativa para a Mudança).

Atual gestão do Presidente Ortega

Em 2006, Daniel Ortega foi eleito pela segunda vez à Presidência da Nicarágua, tendo recebido 38% dos votos válidos (contra os 29% recebidos pelo segundo colocado, Eduardo Montealegre, da Aliança Liberal).

No governo, Ortega tem conduzido programas voltados à população carente, como o "*Hambre Cero*" – inspirado no modelo brasileiro. Entre os projetos impulsionados pelo Governo local incluem-se a gratuidade dos serviços de saúde e educação públicos, os programas de alfabetização – alguns reeditados da experiência sandinista anterior – e a oferta de cirurgias oftalmológicas, os dois últimos viabilizados por meio de cooperação venezuelana e cubana. Algumas dessas iniciativas têm recebido reconhecimento internacional. Sem prejuízo das políticas sociais adotadas, Ortega tem defendido a estabilidade e o crescimento econômicos (o país cresceu 4,5% em 2010) e o entendimento do Governo com as classes empresarial e sindical.

As eleições de novembro de 2011

Em 6 de novembro de 2011, serão realizadas eleições presidenciais e legislativas. O Presidente Ortega é candidato à reeleição pela FSLN, junto a seu atual Vice-Presidente, o ex-Comandante do Exército, General Omar Halleslevens. No campo oposicionista, destacam-se o escritor, jornalista e empresário de rádio Fabio Gadea Mantilla (Partido Liberal Independente) e o ex-Presidente Arnoldo Alemán Lacayo (Partido Liberal Constitucionalista). Com o objetivo de assegurar a transparência do processo eleitoral, o pleito será acompanhado por Missões da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da União Europeia e pelo Centro Carter – organização não governamental estadunidense que, entre outras atividades, atua como observadora em processos eleitorais.

POLÍTICA EXTERNA

Em suas relações internacionais, a Nicarágua busca apoio para seu processo de desenvolvimento socioeconômico, principalmente sob a forma de cooperação e investimentos produtivos nos últimos anos, o país tem procurado diversificar suas relações, buscando alternativas ao grande peso relativo dos Estados Unidos na América Central, bem como ao papel da União Europeia em iniciativas de cooperação. Nesse contexto, aproximou-se economicamente da Venezuela e de Cuba, no âmbito da ALBA ("Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América", que reúne Venezuela, Bolívia, Cuba, Nicarágua, Dominica,

Equador, Antigua e Barbuda e São Vicente e Granadinas). Desde o início de seu governo, o Presidente Ortega tem buscado também aproximações com a Federação Russa, o Irã e a Líbia.

Apesar dessa estratégia de diversificação de parcerias, a proximidade e a tradição das relações da América Central com os Estados Unidos e a forte interdependência existente entre a Nicarágua e seus vizinhos centro-americanos e caribenhos continuam sendo fatores condicionantes da política externa do país.

Relações Nicarágua – Estados Unidos

A influência estadunidense sobre a Nicarágua remonta ao século XIX, primeiramente em função da utilização do território nicaraguense como rota entre o Atlântico e o Pacífico antes da abertura do Canal do Panamá, e , nos anos 1850, quando o norte-americano William Walker tomou o poder no país e tentou anexá-lo aos Estados Unidos.

As intervenções estadunidenses prosseguiram durante o século XX, passando pelo envolvimento militar direto nas primeiras décadas, pelo assassinato de Augusto Sandino e pela ascensão dos Somoza ao poder. Culminaram com o apoio ostensivo dado pelos EUA aos chamados *contras* durante a década de 1980, com o embargo comercial de 1985 e, a partir dos anos 90, com a intensa presença econômica como decorrência das políticas liberais adotadas pelo país.

Os EUA são o principal parceiro comercial do país, recebendo 58% das exportações nicaraguenses e provendo 23% das importações. Abrigam também a maior diáspora nicaraguense, cujas remessas de recursos ao país equivalem a aproximadamente 13% do PIB. Levando em conta esse peso, mas também as diferenças ideológicas, as relações bilaterais são marcadas pelo pragmatismo, sobretudo no campo econômico e na área de combate ao narcotráfico.

Relações com a União Europeia

As relações da Nicarágua com a União Europeia, tradicional fonte de ajuda ao desenvolvimento, viveram, nos últimos anos, vários momentos de desgaste em razão de diferenças de visão em temas eminentemente domésticos como processos eleitorais, liberdade de imprensa e meio ambiente, entre outros. A esses debates se somam questões como o fechamento de embaixadas de vários países europeus, como Reino Unido, Suécia, Noruega e, mais recentemente, Holanda e Dinamarca. Além de questões orçamentárias em razão da crise econômica, figuram como causas do fechamento das missões diplomáticas o redirecionamento de recursos de ajuda ao desenvolvimento para outras partes do mundo, mais especificamente para a África, além de aspectos ligados às respectivas relações bilaterais.

Essa conjuntura, somada ao recrudescimento da crise pela qual passa a zona do euro, poderá acarretar a redução no volume de ajuda oferecida pelos países europeus à Nicarágua.

Integração Regional

A interação com o entorno centro-americano constitui outro condicionante das relações externas nicaraguenses. O Sistema da Integração Centro-Americana (SICA) e o Tratado de Livre Comércio com a América Central e a República Dominicana (CAFTA-DR) são importantes ferramentas de política externa nesse contexto.

O SICA busca viabilizar uma inserção internacional mais favorável para os países da região. Entre seus logros, contam-se a consolidação do comércio intra-regional; a capacidade de atuar em bloco em foros internacionais; a livre movimentação de pessoas na região; a coordenação em matéria da segurança; a compra conjunta de medicamentos a custos reduzidos; e a coordenação de ações de caráter ambiental. Outros objetivos do SICA incluem o Acordo de Associação com a União Europeia, a criação de união aduaneira regional, e a formalização de um plano para o desenvolvimento de energias renováveis, especialmente no campo da eletricidade.

O SICA estabeleceu ainda, em seu âmbito, estratégia conjunta de segurança, adotada, em junho de 2011, por ocasião de Conferência Internacional sobre o tema, na Guatemala, que contou com representantes da comunidade internacional, inclusive do Brasil (cuja delegação foi liderada pelo Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General José Elito Siqueira). Cumpre lembrar, nesse contexto, que os índices de violência na Nicarágua se situam em patamares inferiores aos registrados em seus vizinhos do istmo.

Os países centro-americanos, em seu conjunto, consomem 18% das exportações nicaraguenses e fornecem 23% das importações, o que converte a região no segundo parceiro comercial da Nicarágua. Além disso, a Costa Rica, o Panamá e El Salvador estão entre os principais acolhedores da emigração nicaraguense. Em conjunto com a República Dominicana, a região mantém com os EUA tratado de livre comércio, o CAFTA-DR.

Questões de limites

A importância do entorno regional para a política externa nicaraguense passa também por questões territoriais, a mais importante das quais se refere ao Rio San Juan, que estabelece a fronteira com a Costa Rica.

A Corte Internacional de Justiça (CIJ) aprecia, no momento, disputa territorial relativa a área de aproximadamente 2 km^2 no extremo norte da chamada Ilha Calero, na região fronteiriça próxima à foz do Rio San Juan. A região, esparsamente povoada, foi objeto de tensão entre os dois vizinhos durante os últimos meses de 2010, em razão da presença de efetivos nicaraguenses envolvidos em trabalhos de dragagem do rio, prerrogativa que é dada à Nicarágua pelos tratados de limites firmados no século XIX. Em março de 2011, a Corte ratificou o direito nicaraguense de dragar o leito do rio, ao passo que delegou à Costa Rica o direito de realizar inspeções ambientais nas zonas úmidas da região, em razão da possibilidade de danos ambientais decorrentes das obras de dragagem. O mérito da questão territorial seguirá sendo apreciado pela Corte. Apesar do clima de distensão que preponderou após as primeiras medidas da Corte, a zona permanece como foco de potencial discórdia entre Nicarágua e Costa Rica. A título de exemplo, o novo Chanceler da Costa Rica, Enrique Castillo, ao assumir suas funções no último mês de setembro, elevou o tom das declarações acerca da controvérsia.

Há também diferendo marítimo com a Colômbia, acerca de limites marítimos na região das Ilhas de San Andrés e Providência, território colombiano. Também essa controvérsia está sob apreciação da Corte Internacional de Justiça.

Venezuela e ALBA

Logo após a posse do Presidente Ortega, a Nicarágua aderiu à ALBA ("Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América", que reúne Venezuela, Bolívia, Cuba, Nicarágua, Dominica, Equador, Antígua e Barbuda e São Vicente e Granadinas) e iniciou processo de aproximação com o bloco, sobretudo com a Venezuela.

Em termos quantitativos, a Venezuela representa a principal fonte de recursos referentes a cooperação (42% do total recebido pela Nicarágua em 2010). A principal vertente se dá na área energética, com fornecimento de petróleo em condições favoráveis, no âmbito da iniciativa Petrocaribe, e com a construção de usinas termelétricas voltadas a reduzir o déficit energético nicaraguense. A continuidade da ajuda venezuelana, que também ocorre sob a forma de aportes financeiros, está diretamente ligada aos preços internacionais do petróleo e ao impacto da crise financeira internacional sobre a economia venezuelana.

Outras parcerias internacionais

Ao mesmo tempo em que estreita relações com os países da ALBA, sobretudo Venezuela e Cuba, o Presidente Ortega tem valorizado a aproximação com países como Rússia, Irã, Líbia e Argélia, que visitou já em seu primeiro ano de Governo.

Alinhando-se à posição da Federação Russa no tocante ao conflito separatista georgiano, a Nicarágua tornou-se um dos cinco países (ao lado de Rússia, Venezuela, Nauru e Tuvalu) que reconheceram a independência da Ossétia do Sul e da Abcásia e estabeleceram relações formais com sesu respectivos governos.

No caso da Líbia, de quem obteve perdão de dívida da ordem de US$ 117 milhões em 2011, Ortega transformou-se num dos mais vocais críticos da ação militar empreendida contra o Governo Kadhafi.

Atuação multilateral

A Nicarágua tem adotado papel mais ativo no âmbito dos organismos internacionais, sobretudo do Sistema das Nações Unidas, tendo sido eleita para o Conselho de Direitos Humanos para o período 2007-2010, e obtido o endosso do GRULAC (grupo regional da ONU que reúne todos os países latino-americanos e caribenhos) para a eleição do Padre Miguel d'Escoto Brockmann, ex-Chanceler e Assessor Especial do Presidente Ortega para Assuntos Internacionais, à presidência do 63ª Assembleia Geral das Nações Unidas (2008).

A Nicarágua apóia a expansão do Conselho de Segurança das Nações Unidas, nas duas categorias de assentos e defende fórmula que preveja vaga rotativa para a América Central e o Caribe, separada da América do Sul, o que aumentaria suas chances de participar do Conselho. Nas negociações sobre a reforma, a Nicarágua criticou o privilégio do veto, mas defendeu que, enquanto existir, o poder de veto deve ser facultado a todos os membros permanentes, atuais e futuros.

No Comunicado Conjunto por ocasião de sua visita ao Brasil, em julho de 2010, o Presidente Ortega manifestou que a Nicarágua apóia as aspirações do Brasil de integrar-se como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas reformado.

ECONOMIA

A Nicarágua figura como o país com o segundo mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Américas, atrás apenas do Haiti. No último *ranking* do IDH publicado em 2010, o país figurou em 115° na lista. Para efeitos de comparação, os vizinhos El Salvador, Honduras e Costa Rica encontram-se, respectivamente, nas posições de número 90, 106 e 62. Quase metade da população nicaraguense (48%) vive abaixo da linha da pobreza, segundo os últimos dados disponíveis, publicados em 2005.

O desemprego, que atingiu 7,8% em 2010, é, assim como o subemprego, problema crônico enfrentado pelo país. O PIB per capita da Nicarágua encontra-se entre os mais baixos do mundo, segundo dados de 2010. Os cerca de US$ 3.045 dólares anuais fazem da Nicarágua apenas o 169° país no *ranking* do PIB (PPP) per capita. O país apresenta ainda elevados índices de mortalidade infantil, além de taxa de analfabetismo de 22%.

A crise de 2009 afetou severamente a economia do país, devido à queda na demanda estadunidense, à baixa de preço das principais *commodities* agrícolas nicaraguenses e à diminuição do fluxo de remessas de imigrantes (que respondem por aproximadamente 13% do PIB). Apesar disso, 2010 foi um ano de recuperação, em que o PIB cresceu 4,5%. A recuperação da economia tem sido liderada pelo crescimento das exportações de produtos manufaturados e agropecuários, gerado por uma reação positiva à maior demanda mundial e ao incremento das remessas internacionais. O destaque da recuperação econômica tem sido o setor industrial, especialmente as zonas francas e a construção.

A gestão econômico-financeira do país é monitorada pelo FMI e aplicada pelo Banco Central em regime de autonomia. A economia se mantém aberta e fortemente conectada com os mercados externos, ao tempo em que o controle financeiro não se distancia, em tese, das regras básicas da administração do endividamento, da manutenção das reservas e, sobretudo, do controle da expansão monetária e de preços. Técnicos do FMI reconhecem o esforço do país em prol do equilíbrio fiscal, monetário e cambial.

Comércio Exterior

Os têxteis e o vestuário desempenham papel crescente na pauta exportadora nicaraguense. Outra parte importante da economia da Nicarágua é baseada no setor agrícola: em razão de sua natureza vulcânica, o solo é fértil e oferece grande potencial produtivo. O café mantém seu peso como produto de exportação, em contraste com a perda de terreno por parte do algodão. Ainda no setor agropecuário, a carne representa importante item de exportação. Na área mineradora, tem destaque a exportação de ouro.

A Nicarágua possui tratados de livre comércio com o México, o Chile e o Panamá, e acordos preferenciais com a União Europeia, o Canadá, a Colômbia e a Venezuela. Com os Estados Unidos, está em vigor desde 2006 o acordo de livre comércio firmado juntamente com os demais países da América Central e com a República Dominicana (CAFTA-DR). Atualmente, 23% das importações

nicaraguenses são provenientes dos EUA, enquanto 58% das exportações têm por destino o mercado estadunidense.

A União Europeia e seis países da América Central (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá) rubricaram acordo de associação, o qual inclui acordo de livre comércio abrangente. As negociações com vistas ao acordo foram encerradas em maio de 2010, após mais de três anos de reuniões.

A Venezuela, por sua vez, constitui o segundo maior destino dos produtos nicaraguenses, sobretudo em razão da crescente aproximação econômica, financeira e energética entre os dois países.

A questão da dívida externa nicaraguense

Alguns condicionantes da política econômica e da política externa da Nicarágua são relacionados com o financiamento de sua dívida externa. Nesse sentido, é importante recordar que o país se beneficiou, em anos recentes, de iniciativas de perdão de dívida como a dos Países Pobres Altamente Endividados, HIPC, e de Alívio da Dívida Multilateral, MDRI.

A dívida externa nicaraguense, que totalizava US$ 6,66 bilhões no ano 2000, ou 169% do PIB, caiu para US$ 3,88 bilhões em 2010, equivalente a 59% do PIB. Para esse significativo progresso, o país obteve perdão de dívida de diversas fontes, incluindo o Clube de Paris (US$ 1,4 bilhão em 2004, US$ 1,75 bilhão no total), o Banco Mundial (US$ 1,0 bilhão em 2006) e o BID (US$ 1,0 bilhão em 2007, 1,3 bilhão no total). O total da dívida perdoada foi de US$ 5,64 bilhões.

ENERGIA

Panorama geral

No campo energético, a Nicarágua é fortemente dependente do petróleo importado, uma vez que a queima de combustível fóssil em plantas térmicas responde por 75% da geração de energia elétrica no país, que não dispõe de reservas conhecidas de petróleo, gás ou carvão. Além das desvantagens ambientais, o elevado custo dessa energia negativamente afeta o equilíbrio das contas externas do país.

A renovação da matriz energética é, portanto, estratégica para a eliminação desse importante gargalo, sobretudo quando se leva em conta o potencial energético renovável existente no país, estimado em mais 3.000 MW: a área mais promissora é a hídrica, com potencial estimado em 1.800 MW, seguida pela geotérmica (o país possui diversos vulcões em atividade), a eólica e a solar, além da possibilidade de utilização da biomassa. Trata-se de tema central e urgente, em razão do ônus que representa o atrelamento das contas externas do país às flutuações dos preços internacionais do petróleo, ainda que, no momento, a Nicarágua se beneficie da iniciativa Petrocaribe.

Somando-se à questão do custo do petróleo, até recentemente a Nicarágua precisou adotar medidas de racionamento de energia elétrica, em razão da falta de capacidade e da obsolescência de suas termelétricas: nos próximos anos,

as duas maiores usinas do país chegarão ao final de sua vida útil, reduzindo a quase zero a margem entre geração e consumo. Para resolver esse problema crônico e melhor aproveitar o potencial existente, o governo nicaraguense planeja priorizar o aproveitamento do potencial hidrelétrico do país, elevando a participação da geração hidrelétrica a 70% até 2030.

O Projeto Tumarín

É no contexto acima que se inscreve o projeto da usina hidrelétrica de Tumarín (220 MW), a ser construída a 225 km de Manágua, no Rio Grande de Matagalpa. Quando concluída, responderá por 27% da demanda de energia elétrica do país. Ao reduzir a dependência do petróleo, possibilitará economia de US$ 150 milhões anuais em divisas. O empreendimento contribuirá, ademais, para a integração produtiva de região atlântica nicaraguense, até hoje relativamente isolada, e permitirá que os excedentes produzidos sejam vendidos aos países vizinhos, convertendo-se em fonte adicional de recursos para a Nicarágua.

O projeto, estimado em aproximadamente US$ 872 milhões, conta com envolvimento de empresas brasileiras – Eletrobras e Queiroz Galvão (que, juntas, deterão 90% do empreendimento) –, de um lado e, do outro, a *Empresa Nicaraguense de Electricidad* (ENEL). que deterá os restantes 10%. A empresa resultante será denominada *Centrales Hidroeléctricas de Nicarágua* – CHN.

O empreendimento é parte do processo de internacionalização da Eletrobras, constitui o principal projeto da estatal na região centro-americana e será viabilizado com recursos do BNDES (US$ 342 milhões referente à parcela de bens e serviços exportados pelo Brasil, operação aprovada pelo COFIG em 2010), do Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE) e dos acionistas (Queiroz Galvão e Eletrobras). Os créditos para a operação somente serão desembolsados após a formalização de todos os aspectos referentes ao conjunto de garantias envolvidas. O andamento do processo nos dois países foi objeto de reuniões, no mês de julho, do Chanceler Samuel Santos com seu homólogo Antonio Patriota e com o Ministro das Minas e Energia, Edison Lobão.

Biocombustíveis

A Nicarágua figura como tradicional produtor de açúcar e álcool, embora sem contar com volumes internacionalmente expressivos. Além do potencial agrícola resultante da disponibilidade física de área para cultivo, as exportações de biocombustíveis do país não sofrem restrições aduaneiras nos mercados europeu e norte-americano.

ANEXO I - CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-NICARÁGUA

1906	- Criação da Legação do Brasil em Cuba, cumulativa com a Nicarágua;
1937	- A Legação do Brasil na Guatemala passa a ser cumulativa com a Nicarágua ;
1950	- Criação de Legação do Brasil na Nicarágua;
1953	- Visita do PR Anastásio Somoza ao Brasil;
	- A representação do Brasil na Nicarágua é elevada à categoria de Embaixada;
1971	- Visita do Ministro Mario Gibson Barboza, a primeira de um Chanceler brasileiro;
1973	- Linhas de crédito (US$50 milhões) para importação de maquinaria brasileira;
	- Ampliação dos créditos brasileiros à Nicarágua ao total de US$ 150 milhões;
1985	- Brasil, Argentina, Peru e Uruguai formam o "Grupo de Apoio a Contadora";
1986	- Visita do Presidente Daniel Ortega ao Brasil;
1992	- Visita da Presidente Violeta Chamorro ao Brasil;
1998	- O Brasil presta assistência emergencial à Nicarágua, após a passagem do furacão Mitch, em outubro;
2000	- Encontro do Presidente Fernando Henrique Cardoso com o Presidente Arnoldo Alemán, em São José da Costa Rica;
2002	- Encontro do PR Fernando Henrique Cardoso com o PR Arnoldo Alemán, no Panamá;
2006	- Completados cem anos de relações diplomáticas;
	- Assinatura, em 2 de fevereiro, do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Nicarágua foi firmado em Manágua. O instrumento entrou em vigor em 30 de dezembro de 2008 e vem, desde então, pautando diversas ações entre os dois países;
2007	- Visita ao Brasil de delegação ministerial nicaraguense, integrada pelos Ministros da Agricultura (MAGFOR), do Fomento, Indústria e Comércio (MIFIC), de Energia e Minas, dos Transportes e Infraestrutura, do Turismo, e pelo Secretário Privado do Presidente da República para Relações Internacionais;
	- Visita de Estado do Presidente Lula a Manágua, em agosto..
	- Visita de Missão interministerial do Governo brasileiro à Nicarágua;
	- Na sequência, missão interministerial nicaraguense visita Brasília e o Rio de Janeiro para tratar dos projetos hidroelétricos de Bobokê e Tumarin e de programas de intercâmbio técnico no setor de energia. Foram mantidas conversações no MME, na Petrobras e no BNDES;
2008	- No Comunicado Conjunto da Cúpula Brasil – SICA (Sistema de Integração Centro-Americana), em maio de 2008, foi reiterado o apoio da Nicarágua ao pleito brasileiro por um assento permanente no CSNU;
	- Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, visita Manágua de 16 a 18 de julho de 2008;
	- Encontro do Chanceler Celso Amorim com o Chanceler Samuel Santos López à margem da 63ª Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2008;
	- Visita do Chanceler Samuel Santos López ao Brasil, em outubro;
	- Em sua segunda viagem ao Brasil, o Presidente Daniel Ortega participa da I Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), na Costa do Sauípe, em 16 e 17 de dezembro;
2009	- Abertura de leitorado brasileiro em universidades da Nicarágua, em fevereiro;
	- Realização de Missão Multidisciplinar de Cooperação Técnica à Nicarágua, organizada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC);
	- Realização, em Manágua, do Seminário "Como Exportar para o Brasil", com participação de expressiva audiência da comunidade empresarial nicaraguense;
2010	- Visita ao Brasil do Presidente Ortega;
2011	- - Visita do Chanceler Samuel Santos ao Brasil

ANEXO II – CRONOLOGIA HISTÓRICA DA NICARÁGUA

1821	- Independência da Nicarágua e incorporação ao Império Mexicano;
1823	- A Nicarágua ingressa nas Províncias Unidas da América Central, que inclui também Costa Rica, El Salvador, Guatemala e Honduras;
1893	- O General José Santos Zelaya instaura uma ditadura;
1909	- Tropas estadunidenses invadem a Nicarágua para impedir que o Presidente Zelaya construa uma alternativa ao Canal do Panamá com apoio alemão e japonês;
1912	- Os Estados Unidos estabelecem bases militares na Nicarágua;
1925	- Tropas estadunidenses retiram-se da Nicarágua. Dois meses depois os Conservadores rompem o pacto da coalizão e ascendem ao poder por meio de golpe, dando início a uma guerra civil. As tropas norte-americanas retornam;
1927	- Os Liberais concordam com o fim das hostilidades, mas um dos seus líderes, o General Sandino, recusa a proposta e continua a lutar na região norte do país. As guerrilhas lideradas pelo General Sandino também exigem a saída das tropas estadunidenses;
1934	- Sandino é assassinado por ordem do comandante da Guarda Nacional, General Anastasio Somoza Garcia;
1937	- O General Somoza é eleito presidente, dando início a uma ditadura familiar de 44 anos;
1956	- O General Somoza é assassinado. O seu filho Luis Somoza Debayle o sucede;
1961	- Funda-se a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN);
1967	- Luis Somoza morre e é sucedido como presidente pelo seu irmão, Anastasio Somoza;
1972	- Manágua é devastada por um terremoto que mata entre 5.000 e 10.000 pessoas;
1978	- O assassinato do líder do partido de oposição, Pedro Joaquin Chamorro, inicia uma greve geral e une moderados e a FSLN contra o regime de Somoza;
1979	- A ofensiva militar da FSLN termina com a saída de Somoza;
1980	- Somoza é assassinado no Paraguai. O governo Sandinista liderado por Daniel Ortega nacionaliza as terras de propriedade da família Somoza e as transforma em cooperativas;
1984	- Daniel Ortega é eleito presidente..
1987	- A liderança nicaraguense assina os acordos de paz e mantém conversações com os Contra. Um furacão deixa 180 mil pessoas desabrigadas;
1990	- O partido de centro-direita União de Oposição Nacional, apoiado pelos Estados Unidos, derrota a FSLN nas eleições. Violeta Chamorro é eleita presidenta;
1992	- Um terremoto deixa 16 mil pessoas desabrigadas;
1996	- Arnoldo Aleman é eleito presidente;
1998	- O furacão Mitch causa imensa destruição. Aproximadamente 3 mil pessoas morrem e milhares ficam desabrigadas;
2000	- A FSLN ganha as eleições municipais de Manágua;
2002	- A Frente Sandinista reelege Daniel Ortega como seu líder apesar de três derrotas seguidas desde 1990;
	- O ex-presidente Arnoldo Alemán é julgado por lavagem de dinheiro e apropriação indevida durante seu mandato;

2003	- Arnoldo Alemán é condenado a 20 anos por corrupção. Um ano depois ele é transferido para prisão domiciliar;
2004	- O Banco Mundial perdoa 80% da dívida da Nicarágua com aquela instituição;
	- Assina-se acordo com a Rússia para o perdão da dívida da Nicarágua;
2005	- A alta no preço do combustível e no custo de vida dá início a protestos em massa, alguns deles com uso da violência;
2006	- Entra em vigor o acordo de livre comércio com os Estados Unidos, aprovado pelo Congresso nicaraguense em 2005;
	- Daniel Ortega é novamente eleito Presidente da República;
2007	- A Corte Internacional de Justiça finaliza a longa disputa territorial entre Honduras e Nicarágua;
2010	- Disputa com a Costa Rica pelo uso e exploração do Rio San Juan.

ANEXO III – ACORDOS BILATERAIS

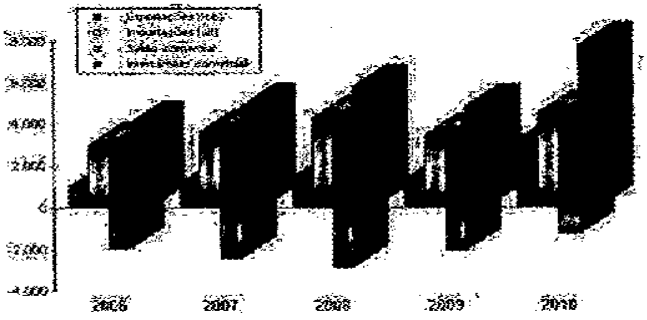
Título	Data de Celebração	Data da entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto	Data
Acordo Cultural	12/01/1953	28/12/1955	38907	19/03/1956
Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Programa de Modernização do Setor Dendroenergético da Nicarágua"	22/11/2000	14/11/2007	6443	25/04/2008
Acordo Básico de Cooperação Técnica	12/02/2006	23/10/2008	6719	29/12/2008
Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico e de Serviço	08/08/2007	Em processo de ratificação (Texto aprovado pelo Decreto Legislativo nº 706 de 23/10/2009)		

ANEXO IV – DADOS COMERCIAIS

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS

NICARÁGUA

COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões fob)	2006	2007	2008	2009	2010	2011 jan-abr
Exportações (fob)	3.027	3.681	4.239	3.472	4.539	1.730
Importações (cif)	4.977	4.998	5.827	4.869	7.109	3.009
Intercâmbio comercial	8.004	8.679	10.066	8.341	11.648	4.739



DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS NICARÁGUA

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total	2011 jan-abr	% no total
EXPORTAÇÕES:								
Estados Unidos	401	32,5%	451	33,5%	1.042	30,8%	338	28,1%
El Salvador	217	14,8%	199	14,2%	253	7,8%	88	7,0%
Canadá	75	5,0%	47	3,5%	208	6,3%	125	9,8%
Honduras	121	6,8%	101	7,2%	128	3,8%	48	3,5%
Japão	78	5,4%	57	4,0%	92	2,8%	31	2,0%
Costa Rica	109	8,9%	86	6,2%	109	3,4%	41	3,0%
Guatemala	75	5,0%	57	4,0%	88	2,3%	4	3,1%
Espanha	43	2,9%	36	2,6%	59	1,8%	13	0,9%
Venezuela	18	2,1%	116	8,3%	39	1,2%	12	0,8%
Taiwan	21	1,4%	17	1,2%	31	1,0%	17	1,2%
Brasil	26	1,8%	16	1,1%	33	0,9%	7	0,5%
República Dominicana	6	0,4%	56	4,0%	30	0,9%	10	0,7%
França	30	0,8%	31	1,8%	29	0,8%	1	0,0%
Alemanha	27	1,8%	15	1,1%	27	0,8%	18	1,4%
Brasil	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
SUBTOTAL	1.360	87,3%	1.225	86,4%	3.048	93,8%	1.243	90,8%
DEMAIS PAÍSES	198	12,7%	167	13,6%	212	6,2%	126	9,2%
TOTAL GERAL	1.559	100,0%	1.391	100,0%	3.260	100,0%	1.368	100,0%

Elaborado pela APEX-BRASIL - Unidade de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, Abril 2011
Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010
Última posição disponível em 09/04/2011

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões cif)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total	2011 jan-abr	% no total
IMPORTAÇÕES:								
Estados Unidos	899	20,7%	693	19,8%	1.078	23,8%	419	24,2%
Venezuela	812	18,7%	567	16,3%	601	13,2%	244	14,1%
Costa Rica	344	7,9%	320	9,2%	408	8,8%	141	8,1%
Guatemala	262	6,0%	218	6,3%	388	8,5%	151	8,7%
México	360	8,3%	244	7,0%	338	7,4%	118	6,8%
China	338	7,8%	261	7,5%	337	7,4%	114	6,6%
El Salvador	224	5,2%	169	4,8%	214	4,7%	74	4,3%
República da Coreia	88	2,0%	122	3,5%	175	3,9%	74	4,3%
Honduras	135	3,1%	125	3,6%	158	3,5%	55	3,2%
Japão	123	2,8%	81	2,3%	92	2,0%	27	1,6%
Equador	108	2,5%	41	1,2%	83	1,8%	31	1,8%
Brasil	95	2,2%	67	1,9%	75	1,6%	41	2,4%
Espanhaa	48	1,1%	52	1,5%	58	1,3%	13	0,8%
Canadá	37	0,8%	24	0,7%	42	0,9%	16	0,9%
Hong Kong	5	0,1%	5	0,1%	41	0,9%	15	0,9%
SUBTOTAL	3.676	84,7%	3.001	86,3%	4.080	89,9%	1.540	89,0%
DEMAIS PAÍSES	663	15,3%	476	13,7%	458	10,1%	190	11,0%
TOTAL GERAL	4.338	100,0%	3.477	100,0%	4.539	100,0%	1.730	100,0%

Elaborado pela APEX-BRASIL - Unidade de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, Abril 2011
Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010
Última posição disponível em 09/04/2011

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS NICARÁGUA

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2010 (1)	Part.% no total
EXPORTAÇÕES (US$ milhões, fob)		
Vestuário e seus acessórios, de malha	773	23,6%
Café, chá, mate e especiarias	380	11,6%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	347	10,6%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	322	9,8%
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas	239	7,3%
Peixes e crustáceos, moluscos	192	5,9%
Carnes e miudezas, comestíveis	186	5,7%
Açúcares e produtos de confeitaria	140	4,3%
Leite e laticínios; ovos de aves; mel natural	100	3,0%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	94	2,9%
Sementes e frutos oleaginosos; grãos	77	2,3%
Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis	72	2,2%
Frutas; cascas de cítricos e de melões	36	1,1%
Subtotal	**2.958**	**90,2%**
Demais Produtos	**321**	**9,8%**
Total Geral	**3.279**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES (US$ milhões, cif)		
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	285	8,3%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	249	7,2%
Tecidos de malha	234	6,8%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	187	5,4%
Produtos farmacêuticos	154	4,5%
Plásticos e suas obras	149	4,3%
Algodão	119	3,5%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose	108	3,1%
Ferro fundido, ferro e aço	102	3,0%
Cereais	100	2,9%
Gorduras e óleos animais ou vegetais	93	2,7%
Óleos essenciais e resinóides; produtos de perfumaria	72	2,1%
Produtos diversos das indústrias químicas	70	2,0%
Preparações à base de cereais, farinhas, amidos, féculas ou de leite	67	1,9%
Preparações alimentícias diversas	66	1,9%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	61	1,8%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	51	1,5%
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	49	1,4%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	47	1,4%
Cobre e suas obras	46	1,3%
Leite e laticínios, ovos de aves; mel natural	46	1,3%
Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas	46	1,3%
Borracha e suas obras	42	1,2%
Resíduos e desperdícios das ind alimentares	41	1,2%
Sementes e frutos oleaginosos, grãos	40	1,2%
Subtotal	**2.624**	**73,3%**
Demais Produtos	**920**	**26,7%**
Total Geral	**3.444**	**100,0%**

Elaborado pelo MP/SEPRE/AC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/NTC/TradeMap.
A Nicarágua não informou dados comerciais ao banco de dados Trademap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.
(1) Última posição disponível em 12/09/2011

ANEXO V– INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-NICARÁGUA

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS NICARÁGUA

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - NICARÁGUA[1] (US$ mil - fob)	2005	2007	2008	2009	2010
Exportações	91.408	55.184	65.118	33.162	67.283
Variação em relação ao ano anterior	22,4%	-8,0%	18,0%	-49,1%	103,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações	12	221	239	201	219
Variação em relação ao ano anterior	500,0%	3408,3%	75,5%	-52,1%	-29,7%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio comercial	91.420	55.405	65.357	33.363	67.502
Variação em relação ao ano anterior	22,4%	-8,2%	17,3%	-48,2%	102,1%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Saldo comercial	90.396	54.962	64.879	32.961	67.064

Elaborado pela ASCEX/MDIC - Divisão de Informação Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

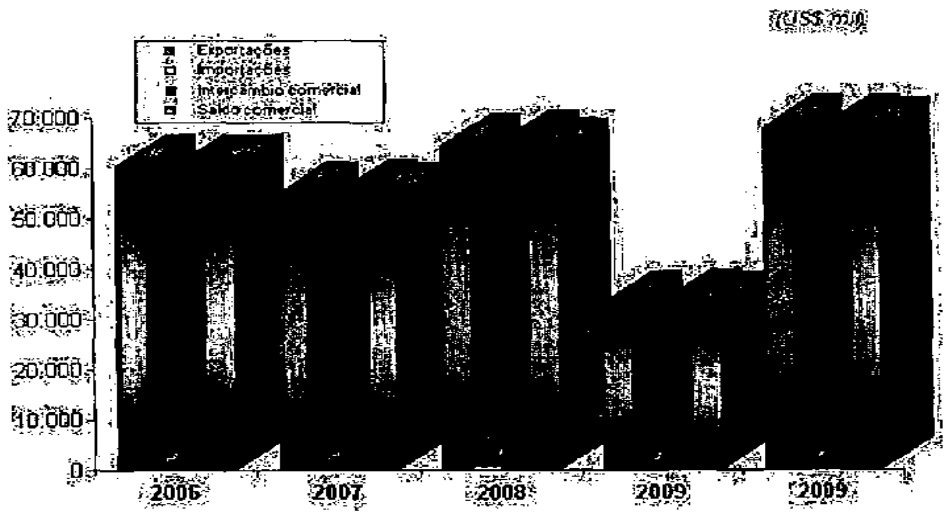
[1] As divergências observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações contabilizadas e divulgadas pelo país importador podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração (valoração aduaneira, momento do registro, entre outras).

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-NICARÁGUA[1] (US$ mil - fob)	2010 Jan-dez(a)	2011 Jan-dez(b)
Exportações	37.956	77.025
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	81,7%	102,7%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras - Países Baixos (Holanda)	0,0%	0,0%
Importações	76	883
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-74,6%	810,7%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	38.032	77.908
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	80,0%	104,9%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%
Saldo Comercial	37.880	76.142

Elaborado pela ASCEX/MDIC - Divisão de Informação Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

[1] As divergências observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações contabilizadas e divulgadas pelo país importador podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-NICARÁGUA 2006 - 2010



DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS NICARÁGUA

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - NICARÁGUA (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Carnes, miudezas, bovina, fresca e congelada, suína fresca	3.776	12,2%	3.116	10,...	7....	22,...
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	3.182	5,0%	3.076	9,2%	7.037	10,3%
Preparações alimentícias diversas	2....	7,4%	1....	4,...	2....	3,...
Veículos automóveis, tratores, ciclos	3.351	14,5%	2.852	8,7%	4.937	7,2%
Ferro fundido, ferro e aço	0	0,0%	0	0,0%	2....	3,...
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	1.464	2,3%	1.449	4,3%	2.547	3,5%
Preparações para alimentação animal	1....	7,...	1....	3,...	2....	3,...
Calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes	710	1,1%	482	1,4%	1.921	2,8%
Outros combustíveis minerais, exceto óleos	2....	3,...	1....	3,...	1....	2,...
Plásticos e suas obras	1.091	1,7%	811	2,4%	1.343	2,0%
Ferramentas e outras utilidades, obras	1....	2,...	1....	3,...	1....	1,...
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	1.600	2,5%	893	2,6%	1.781	1,4%
Borracha e suas obras	1....	2,...	0...	2,...	1....	1,...
Subtotal	47....	80,1%	27....	81,6%	56....	81,6%
Demais Produtos	10.238	19,9%	6.187	18,4%	8.803	12,4%
TOTAL GERAL	57....	100,0%	33....	100,0%	67....	100,0%

Fonte: Aladi/Sec. MDIC/SECEX - Elaborado pela Assessoria Econômica e Comercial (ASSECOM) do MDIC/SECEX/Aladi/Sec.
Dados sujeitos a revisão pelos países membros. Aplicação das regras de origem aprovadas no âmbito da Aladi.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS NICARÁGUA

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - NICARÁGUA (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Vestuário e seus acessórios, de malha	2	0,3%	10	2,...	3...	3,...
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	5	0,7%	12	3,4%	81	24,6%
Fumo (tabaco) e seus substitutos manufaturados	3	0,5%	34	9,6%	5...	1,...
Caldeiras, máquinas e aparelhos mecânicos	0	0,0%	0	0,0%	4	1,6%
Obras de couro, artigos de viagem e de selaria	1	0,1%	1	0,3%	1	0,3%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	0	0,0%	0	0,0%	1	0,4%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0	0,1%	0	0,0%	0	0,...
Peles, exceto a peleteria (peles com pêlo*), e couros	109	14,8%	0	0,0%	0	0,0%
Químicos e suas obras	1	0,1%	3	0,...	1	0,...
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	32	4,3%	0	0,0%	0	0,0%
Alumínio e suas obras	0...	0,...	1...	0,...	1	0,...
Subtotal	73...	100,0%	35...	100,0%	24...	100,0%
Demais Produtos	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
TOTAL GERAL	73...	100,0%	35...	100,0%	24...	100,0%

Elaborado pela ASSECOM/SECEX - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do ALADI/SECEX/Aladi/Sec.
Grupos de produtos baseados em origem preferencial, aplicação das regras de origem aprovadas no âmbito da Aladi.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS NICARÁGUA

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - NICARÁGUA (US$ mil - fob)	2010 (jan-ago)	% do total	2011 (jan-ago)	% do total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	14.802	39,0%	22.418	29,1%
Peles, exceto a peleteria (peles com pêlo*), e couros	566	1,5%	10.527	13,6%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	3.662	9,6%	10.107	13,1%
Preparações alimentícias diversas	3.627	9,6%	7.168	9,3%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	3.028	8,0%	2.686	3,8%
Produtos químicos e produtos semelhantes, e suas partes	376	1,0%	2.638	3,4%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose	1.484	3,9%	2.732	3,5%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	1.288	3,4%	2.176	2,8%
Plásticos e suas obras	686	1,8%	1.900	2,5%
Sementes e frutos oleaginosos diversos	1.199	3,2%	1.885	2,4%
Pastas ("ouates"), feltros e falsos tecidos; fios especiais	64	0,2%	1.543	2,0%
Borracha e suas obras	282	0,7%	1.151	1,5%
Subtotal	31.045	81,7%	67.668	87,9%
Demais Produtos	6.949	18,3%	9.357	12,1%
TOTAL GERAL	37.995	100,0%	77.025	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Preparações à base de cereais, farinhas, amidos, féculas ou de leite	0	0,0%	559	81,8%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	40	52,8%	56	8,2%
Peles, exceto a peleteria (peles com pêlo*), e couros	0	0,0%	26	3,8%
Vestuário e seus acessórios de malha	24	32,0%	24	3,5%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0	0,1%	17	2,5%
Subtotal	64	85,4%	683	100,0%
Demais Produtos	11	14,6%	0	0,0%
TOTAL GERAL	76	100,0%	683	100,0%

Elaborado pelo MDIC/SECEX/DEIC - Divisão de Estatísticas Comerciais, com base em dados do AliceWeb/Aliceweb

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-ago/2011.

Aviso nº 69 - C. Civil.

Em 14 de fevereiro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho á essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Nicarágua.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 9, DE 2012
(nº 32/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora RENATE STILLE, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia.

Os méritos da Senhora Renate Stille que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de fevereiro de 2012.

EM No 00510 MRE

Brasília, 24 de outubro de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **RENATE STILLE**, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae de RENATE STILLE que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 510 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 24 de outubro de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **RENATE STILLE**, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **RENATE STILLE** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *RENATE STILLE*
CPF.: 045.526.367-15
ID.: 1371 MRE

1944	Filha de Martin Gunther Stille e Wilhelmine Hermine Stille, nasce em 22 de outubro, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1967	Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica de Petrópolis/RJ
1969	CPCD - IRBr
1973	Economia pela Universidade de Brasília/DF
1978	CAD - IRBr
1993	CAE - IRBr, O Fundamentalismo Islâmico e Instabilidade Política na Argélia
Cargos:	
1971	Terceira-Secretária
1975	Segunda-Secretária, por merecimento
1979	Primeira-Secretária, por merecimento
1989	Conselheira
1997	Ministra de Segunda Classe, por merecimento
2004	Ministra de Segunda Classe, no Quadro Especial
Funções:	
1971-72	Divisão da América Central, Assistente
1972-74	Assessoria de Imprensa do Gabinete, Assistente
1974-76	Departamento Geral de Administração, Assistente
1976-79	Embaixada em Paris, Segunda e Primeira-Secretária
1976	Semana Internacional do Couro, Paris, Diretora-Geral do pavilhão,
1979-82	Missão junto à ALALC/ALADI, Montevidéu, Primeira Secretária
1979	XVI Reunião de Comissão Assessora de Nomenclatura da ALALC, Montevidéu, Chefe de delegação
1982-84	Divisão da Associação Latino-Americana de Integração, assistente e Chefe, substituta

1984	Comissão Nacional para Assuntos da ALADI, Secretária-Executiva
1984-86	Departamento Econômico, Assessora
1986-89	Missão Permanente em Genebra, Primeira Secretária
1986	Comitê de Peritos sobre Harmonização de Leis de Proteção de Invenções, OMPI, 2a. e 3a. Sessões, 86/87, Chefe de delegação
1986	Reunião sobre Desenvolvimento de Tecnologia no Setor de Energia, com atenção especial para Fontes Novas e Renováveis de Energia, UNCTAD, Chefe de delegação
1987	Comitê Permanente de Cooperação para o Desenvolvimento do Direito Autoral e Direitos Correlacionados, OMPI, Chefe de delegação
1987	Comitê Permanente Encarregado da Informação em Matéria de Patentes (PCPI), 11a. Sessão (1a. Sessão Extraordinária), OMPI, 1987, Chefe de delegação
1987	Comitê do Orçamento, OMPI, Chefe de delegação
1989-91	Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), Genebra, Departamento da América Latina, Senior Program Officer
1991-93	Embaixada em Argel, Conselheira
1993-94	Sub-Secretaria Geral de Integração, Assuntos Econômicos e Comerciais, Coordenadora-Executiva
1994-2000	Divisão de Ciência e Tecnologia, Chefe
1997	Comissão Mista de Ciência e Tecnologia com a Espanha, Chefe de delegação
2000-06	Embaixada em Oslo, Ministra-Conselheira
2006-09	Embaixada em Ierevan, Embaixadora
2009	Embaixada em Wellington, Embaixadora

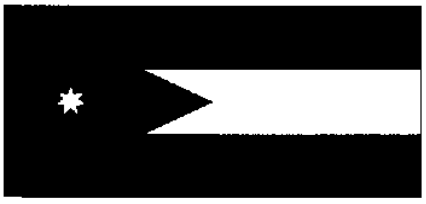
Condecorações:

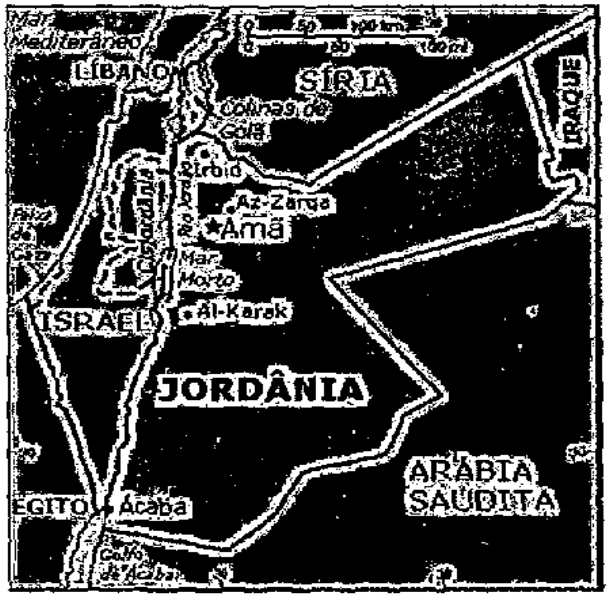
1980	Légion d'Honneur, França - Cavaleiro
2010	Ordem de Rio Branco - Grã-Cruz
2007	Royal Norwegian Order of Merit - Commander

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL POLÍTICA II
DEPARTAMENTO DO ORIENTE MÉDIO
DIVISÃO DO ORIENTE MÉDIO I

REINO HACHEMITA DA JORDÂNIA





OSTENSIVO

Informação para o Senado Federal
Outubro de 2011

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Reino Hachemita da Jordânia
CAPITAL	Amã
MAIORES CIDADES	Irbid, Aqaba, Al Karak e Az Zarqa
ÁREA	89.206 km²
POPULAÇÃO (est. 2010)	6,4, milhões
IDIOMAS	Árabe (oficial) e inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	92% muçulmanos sunitas; 6% cristãos (ortodoxos, católicos e protestantes); 2% muçulmanos xiitas e drusos
ETNIAS	Árabes (98%); outros (2%)
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Rei Abdullah II
CHEFE DE GOVERNO	Awn Shawkat Khasawneh
MINISTRO DO EXTERIOR	Nasser Judeh
PIB (est. 2010, *Economist Intelligence Unit*)	US$ 22,8 bilhões
PIB PER CAPITA (est. 2010)	US$ 3.563
PIB PPP (est. 2010, *Economist Intelligence Unit*)	US$ 33,5 bilhões
PIB PER CAPITA PPP (est. 2010)	US$ 5.241
UNIDADE MONETÁRIA	Dinar jordaniano (JOP)
EMBAIXADOR DA JORDÂNIA NO BRASIL	Ramez Zaki Odeh Goussous
EMBAIXADOR DO BRASIL NA JORDÂNIA	Fernando José Marroni de Abreu

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL

Intercâmbio comercial bilateral (US$ milhões, F.O.B)[1]	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	104,99	113,59	294,04	177,15	220,33
Importações	5,53	8,22	24,02	12,23	1,52
Intercâmbio	110,52	121,81	318,06	189,38	221,85
Saldo comercial	99,46	105,37	270,02	164,92	218,81

(1) Elaborado pelo MRE/DPR/DIC, com base de dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

ÍNDICE

PERFIS BIOGRÁFICOS .....

REI ABDULLAH II .....
AWN SHAWKAT KHASAWNEH .....
NASSER JUDEH .....

RELAÇÕES BILATERAIS .....

COMUNIDADE BRASILEIRA E ASSUNTOS CONSULARES .....
RELAÇÕES COMERCIAIS .....
COOPERAÇÃO BILATERAL .....
ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO MERCOSUL-JORDÂNIA .....
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS .....

POLÍTICA INTERNA .....

POLÍTICA EXTERNA .....

A JORDÂNIA E O PROCESSO DE PAZ ISRAELO-PALESTINO .....
A "PRIMAVERA ÁRABE" E A POLÍTICA EXTERNA JORDANIANA .....
IRAQUE .....

ECONOMIA, INVESTIMENTOS E COMÉRCIO EXTERIOR .....

ANEXO I – ACORDOS BILATERAIS .....

ANEXO II –CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS .....

CRONOLOGIA HISTÓRICA .....

ANEXO III – DADOS COMERCIAIS .....

PERFIS BIOGRÁFICOS

REI ABDULLAH II

Nasceu em Amã, em 30 de janeiro de 1962.

Frequentou a Faculdade de Educação Islâmica (Jordânia), a Universidade de Oxford (especialização em Oriente Médio), o Curso Avançado de Oficiais de Cavalaria em Fort Knox (EUA) e a Escola de Pós-Graduação Naval de Monterey (EUA).

Abdullah II tornou-se chefe da monarquia constitucional do Reino Hachemita da Jordânia em 1999, após a morte de seu pai, o Rei Hussein, que governara o país desde 1952. Considerado progressista, Abdullah II implementou reformas políticas e econômicas, com vistas a dinamizar a economia do país.

No campo internacional, Abdullah II tem atuado com empenho nas negociações de paz no Oriente Médio, enquanto mantém sólidas relações com Israel e com os países do Ocidente. O apoio popular ao Rei Abdullah II, no entanto, é fragmentado: a aliança com Israel e Estados Unidos é muito impopular; os tradicionalistas rejeitam-no por suas tendências democráticas e os críticos progressistas queixam-se pela falta de reformas mais profundas.

Acompanhado de sua esposa, a Rainha Rania, empreendeu viagem ao Brasil em outubro de 2008.

Awn Shawkat Khasawneh
Primeiro-Ministro

Nascido em 1950, em Amã.

Awn Shawkat Khasawneh tem graduação e mestrado na Universidade de Cambridge (Queen's College) em História e Direito Internacional, repectivamente.

Khasawneh ingressou no serviço diplomático da Jordânia em 1975 e serviu como Segundo Secretário e, em seguida, Primeiro Secretário na Missão Permanente da Jordânia às Nações Unidas em Nova York (1976-1980). De 1980 a 1985, trabalhou no Ministério da Negócios Estrangeiros, responsável por organizações internacionais e direito internacional. No ano 1985-1990, foi Chefe do Departamento Jurídico no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Em 1990, foi designado para a Casa Real, onde trabalhou como consultor jurídico para o príncipe herdeiro El-Hassan bin Talal. Tornou-se Embaixador em 1992, e em 1995, ele foi nomeado para o cargo de Conselheiro do Rei e Conselheiro do Estado de Direito Internacional, cargo de nível ministerial. Entre 1996 e 1998, foi Chefe da Casa Real do Reino Hachemita da Jordânia.

Khasawneh foi membro da Corte Internacional de Justiça (CIJ) de 2000 até a sua indicação como Primeiro-Ministro pelo Rei Abdallah, em 17 de outubro de 2011, cargo no qual deverá ser formalmente empossado pelo Parlamento, e deverá nomear os membros de seu Gabinete. Na CIJ, esteve à frente de mais de 80 casos internacionais, inclusive a apreciação jurídica do Muro da Separação. Tal currículo, acredita-se, emprestará ao Primeiro-Ministro designado credibilidade interna e prestígio internacional no trato dos assuntos externos.

NASSER JUDEH
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nasceu em 1961, em Amã. Oriundo de família palestina, frequentou o colégio cristão La Salle, na capital jordaniana. Concluiu seus estudos no Eastbourne College (Reino Unido), em 1979, e graduou-se na Escola de Serviço Exterior da Universidade de Georgetown (EUA), em 1982.

De volta à Jordânia, Judeh ocupou assentos em conselhos de administração de importantes empresas do país, concentrando-se nas áreas de comunicação e de informação. Exerceu os cargos de assessor de imprensa da *Royal Jordanian Airlines* e Diretor-Geral da Rede de Rádio e Televisão da Jordânia.

No Governo jordaniano, Judeh atuou como Ministro da Informação e, em novembro de 2007, assumiu o cargo de Ministro de Comunicações e Assuntos de Mídia, que ocupou até fevereiro de 2009, quando foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Judeh manteve-se no cargo apesar das recentes mudanças no Gabinete, que ocorreram em resposta à crise política em curso no país.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre Brasil e Jordânia foram formalizadas em 1959, com o estabelecimento de legação em Amã, elevada em 1964 à categoria de Embaixada, cumulativa com Beirute. Em 1984, foi aberta Embaixada residente na capital jordaniana. No mesmo ano, a Embaixada da Jordânia iniciou suas atividades em Brasília.

Em outubro de 2008, em visita precedida pela vinda ao Brasil do então Ministro dos Negócios Estrangeiros Salaheddin Al-Bashir, o Rei Abdullah II e a Rainha Rania estiveram no Brasil e cumpriram agenda em Brasília e em São Paulo. Na capital federal, o monarca avistou-se com o então Presidente Lula e os então Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, Senador Garibaldi Alves (PMDB/RN) e Deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP). Em São Paulo, participou da sessão inaugural do Fórum Econômico Comercial Brasil-Jordânia. A visita foi reciprocada pela primeira viagem oficial de um Chefe de Estado brasileiro à Jordânia, em março de 2010. Em julho do mesmo ano, realizou viagem de trabalho ao Brasil delegação jordaniana composta pelos Ministros da Agricultura, da Indústria e Comércio, do Turismo e de Ciência e Tecnologia.

Comunidade brasileira e assuntos consulares

O Setor Consular da Embaixada do Brasil em Amã presta assistência à comunidade brasileira no país, composta por aproximadamente 1.300 cidadãos,

dos quais cerca de 150 em situação migratória irregular e três detentos. A maioria dos brasileiros é binacional, não fala português e reside em cidades do interior, ocupando-se de pequenos comércios e/ou agricultura.

Relações comerciais

As relações comerciais entre os dois países apresentaram crescimento nos últimos anos, impulsionado, em grande medida, pela aquisição de aeronaves da EMBRAER pela "*Royal Jordanian Airlines*", no biênio 2007-2008. O Brasil é o principal parceiro comercial da Jordânia na América Latina. Com efeito, o volume de comércio bilateral representa cerca de dois terços do total do intercâmbio jordaniano com a região. À Jordânia interessa apresentar-se como "*hub*" para incremento do comércio entre empresas brasileiras e do Oriente Médio.

Entre as empresas brasileiras, têm destaque, no comércio bilateral, a EMBRAER, com sete aeronaves atualmente em uso pela *Royal Jordanian Airlines*, importadas entre 2006 e 2008; a PETROBRAS, atuante na extração e exploração de xisto betuminoso; e a Sadia, que conta com unidade de distribuição de produtos em Amã e é tradicional fornecedora de cortes de frango para o mercado local.

Em 2010, destacaram-se, entre as exportações brasileiras, carnes (46,8% do total) e peças de aeronaves (26,6% do total). Café e açúcar completam os principais itens da pauta.

O Brasil importou da Jordânia, em 2010, principalmente produtos químicos (77,4%) e alumínio (15,7%), o que contrasta com a pauta de importação de 2009, na qual aeronaves despontavam como principal item, devido à aquisição pela FAB de onze aviões F-5, cuja transação foi orçada em aproximadamente US$ 20 milhões.

Segue pendente o processo de seleção, pela Força Aérea Jordaniana, de seu avião de treinamento. O Super Tucano (Embraer 314) é um dos concorrentes no processo.

Cooperação bilateral

A visita do Rei Abdullah II ao Brasil, em outubro de 2008, deu ensejo à assinatura de acordos em diversas áreas, inclusive cooperação econômica e comercial, científica e tecnológica, cultural, em educação, turismo e tecnologia agrícola (sobre a implementação dos acordos, cf. o Anexo III).

Em julho de 2010, em sequência à viagem do então Presidente Lula ao país, o Brasil recebeu visita de expressiva delegação ministerial jordaniana, que incluiu responsáveis pelas áreas de agricultura, indústria e comércio, turismo e ciência e tecnologia.

Dentre as conversas mantidas, destacou-se o interesse jordaniano em receber cooperação para a produção de sementes adaptáveis ao clima semiárido. Também a área de biocombustíveis reveste-se de interesse para o país, que não dispõe de reservas significativas de petróleo.

Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Jordânia

Os países do MERCOSUL e a Jordânia assinaram, em junho de 2008, Acordo-Quadro para negociação de uma Área de Livre Comércio entre o bloco e o Reino Hachemita. Tendo em vista a estrutura produtiva da Jordânia, bem como o tamanho de sua economia em relação à do Brasil, as negociações não apresentam sensibilidades comerciais diretas significativas. A futura conclusão de um Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Jordânia, no entanto, pode representar importante sinal político em direção ao mundo árabe, em face da perspectiva de assinatura de acordo semelhante com Israel.

Empréstimos e financiamentos

Não existem empréstimos e financiamentos oficiais do Brasil à Jordânia.

POLÍTICA INTERNA

Ao fim da I Guerra Mundial, com a divisão do Império Otomano e a outorga de mandato pela Liga das Nações, coube ao Reino Unido a administração da área que hoje corresponde à Jordânia. Em 1921, o Emir do Hejaz, Abdullah bin Hussein, foi nomeado Emir da Transjordânia. Com a independência em 1946, o Emir foi coroado Rei Abdullah I; em 1955, o país adotou o nome atual de Reino Hachemita da Jordânia.

A segunda metade do século XX foi marcada pelo longo reinado do Rei Hussein (1952-1999). Sob a sua égide, o país consolidou o seu arcabouço político-institucional, com expulsão da OLP em 1970, a renúncia à Cisjordânia em 1988 e a assinatura do acordo de paz com Israel em 1994. Nesse período, o país também tornou-se um dos principais destinatários de ajuda militar norte-americana e emergiu como importante força moderada na região.

Ao ascender ao trono em 1999, o Rei Abdullah II declarou serem seus principais objetivos: na política externa, a reafirmação do papel proeminente da Jordânia no encaminhamento do conflito israelo-palestino; na economia, a modernização da administração pública, a criação de empregos e a oferta melhores serviços à população; no plano político, a constituição de partidos políticos representativos.

Na esteira das manifestações na Tunísia e no Egito, os protestos na Jordânia, que se iniciaram em janeiro, evoluíram rapidamente de movimento contra a carestia para manifestações que pediam a demissão do Primeiro-Ministro Samir Rifai. O Governo manteve controle da situação e a estabilidade política não foi seriamente afetada. No campo econômico, os manifestantes pressionavam o Governo a reverter medidas econômicas condizentes com o

projeto de liberalização até então em curso, como o fim gradual de subsídios. Com o objetivo de reduzir o déficit orçamentário, o Governo resolveu revisar o orçamento de 2011, mesmo ciente da necessidade de manter seus gastos com subsídios e ações sociais. O Ministro das Finanças sinalizou, em maio de 2011, intenção de adotar política de subsídios melhor dirigida às camadas populares.

Em 9 de fevereiro último, cerca de um mês após o início dos protestos, o Rei Abdullah II empossou novo Gabinete Ministerial, chefiado por Maruf Bakhit, que já havia ocupado o cargo de Primeiro-Ministro entre 2005 e 2007. Em 2 de julho corrente, o monarca apresentou nova reforma ministerial, ao substituir onze ministros.

Em 14 de agosto, o Rei Abdullah II recebeu os resultados de três meses de trabalho da Comissão Real, com propostas de reforma constitucional que reformaria 45 artigos da Carta Magna. É notável a celeridade da aprovação das reformas constitucionais, bem como a disposição do Governo de encaminhar a passos largos projetos de lei relacionados a reformas eleitorais.

Desde o início dos protestos no país, há oito meses, o monarca hachemita destacou-se pela percepção aguçada sobre o alcance potencial das manifestações e pelos esforços em evitar que degenerassem em violência. Amparado na estabilidade da instituição monárquica, cuja sobrevivência sequer foi seriamente ameaçada, o Chefe de Estado tem logrado manter o controle das reformas no país ao responder às críticas e aos protestos contra o Governo por meio da demonstração de disposição e fomento ao diálogo nacional.

Renúncia de Bakhit e designação de Khasawneh

Oito meses após assumir a Chefia de Governo, o Primeiro-Ministro Marouf Bakhit apresentou, em 17 de outubro corrente, sua renúncia ao Rei Abdullah II, que a aceitou. A assessoria de imprensa do Rei confirmou ser a mudança de governo resultado do pedido da maioria dos parlamentares da Câmara e recordou que a medida tem precedente na história do Reino. Na semana anterior à renúncia de Bakhit, fontes do Governo confirmaram que a Corte Real jordaniana estava aberta ao diálogo com partidos islamistas. O porta-voz reconheceu a existência de contatos entre os islamistas e setores do Governo. A liderança islamista confirmou manter contato com burocratas do regime, mas recusou negociar com o governo de Bakhit. A Frente de Ação Islâmica já havia anunciado que boicotaria as eleições alegando falta de confiança no atual Governo na condução do processo eleitoral. Na esteira de manifestações de maior envergadura por reformas políticas e de frustração dos manifestantes com o conteúdo e o ritmo das reformas, Bakhit tomou a decisão de sair do Governo após tomar conhecimento de carta da Câmara dos Deputados ao monarca, assinada por 70 parlamentares, e que pedia mudanças no Governo.

Para o cargo de Bakhit, o Rei indicou Awn Khasawneh para formar o novo Gabinete. Segundo comunicado da Corte Real, a indicação de Khasawneh pelo Rei teria sido levado em conta sua formação jurídica, necessária para levar

adiante a implementação do conjunto de leis relacionadas às reformas políticas no país. Khasawneh foi, até recentemente, vice-presidente da Corte Internacional de Justiça. Logo após sua indicação, o Primeiro-Ministro designado deu início às conversações com diferentes setores do espectro político nacional para a formação do próximo gabinete. Com o objetivo de garantir maior legitimidade ao Governo, Khasawneh indicou estar aberto ao diálogo com todas as forças políticas do país. O principal partido oposicionista, a Frente de Ação Islâmica, respondeu que estaria aberto a conversações se o novo Governo demonstrasse "seriedade" e considerasse as condições para a oposição participar do Governo.

O novo Primeiro-Ministro terá por missão restaurar a confiança perdida pela população na capacidade do Governo de converter o compromisso com reformas em resultados concretos. Para tanto, acredita-se que o novo Chefe de Governo deverá definir uma agenda política objetiva com um cronograma claro a ser cumprido. Khasawneh teria como prioridade abrir canais de diálogo com a oposição e incorporá-los na discussão sobre as reformas demandadas pela população. Há indícios de que o Rei deseja ampliar o debate com todos os setores políticos do Reino.

POLÍTICA EXTERNA

Tradicionalmente, a Jordânia é considerada um país de perfil conciliador e equilibrado em sua atuação internacional. Apesar de possuir fronteiras com países em situação de crise (Iraque e Palestina) ou em que há constante ameaça de guerra (Israel e Síria), a Jordânia mantém relacionamento fluido com todos eles, além de apresentar estabilidade econômica e política.

A Jordânia – sobretudo pela atuação de seu Chefe de Estado – é peça-chave no bom encaminhamento do processo de paz árabe-israelense. Desde 1999, quando assumiu o governo, o Rei Abdullah II tornou-se um dos principais mediadores entre israelenses e palestinos. A Jordânia faz parte do chamado "Quarteto Árabe" para a paz, que congrega países árabes moderados de maioria sunita (Egito, Jordânia, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos). O país foi fundamental no relançamento da Iniciativa Árabe para a Paz, na Cúpula da Liga Árabe de Riade, em março de 2007.

A Jordânia e o processo de paz israelo-palestino

Em 1994, o Rei Hussein da Jordânia e o Primeiro-Ministro de Israel Yitzhak Rabin assinaram o Acordo de Wadi Araba, o segundo tratado de paz entre Israel e um vizinho árabe – o primeiro acordo fora entabulado com o Egito, em Camp Daviv, 1979. A manutenção das relações entre Israel e Jordânia, é, por isso, de fundamental importância para a busca da estabilidade na região.

A Jordânia acompanha com especial interesse o processo de paz israelo-palestino. O país desempenha importante papel interlocutório no conflito, principalmente após a superação de conflitos históricos com os dois lados: com os israelenses, a normalização das relações entre os dois países veio com o Tratado de Paz de 1994; com os palestinos, a reaproximação após o conflito com a OLP no início da década de 1970 e a abdicação de qualquer pretensão territorial sobre a Cisjordânia, em 1988.

Desde que abandonou suas pretensões territoriais sobre o território palestino da Cisjordânia, a Jordânia apoia a solução de dois Estados com base nas fronteiras anteriores às linhas de ocupação de 4 de junho de 1967. O Reino Hachemita defende, ainda, que a Iniciativa Árabe de Paz oferece oportunidade única para Israel normalizar suas relações com o mundo árabe e muçulmano.

Ademais, em função do grande número de palestinos em seu território e de jordanianos de origem palestina, setores da direita israelense defendem a "solução jordaniana", segundo a qual a Jordânia poderia ser um "lar substituto" para os palestinos. Dessa forma, para a Jordânia, uma solução definitiva para o conflito israelo-palestino representa, também, a garantia de sua estabilidade política nacional.

A "Primavera Árabe" e a política externa jordaniana

A Jordânia não passou imune pela "onda" de manifestações e protestos que marcaram a "Primavera Árabe". Na esteira dos acontecimentos na Tunísia e no Egito, manifestações foram primeiramente observadas em Amã, em janeiro de 2011. Manifestantes demandavam reformas políticas (renúncia do Primeiro-Ministro Rifai e aprovação de nova lei eleitoral) e se opunham a medidas econômicas importantes (inclusive algumas que vão de encontro ao projeto de liberalização da economia, como o fim dos subsídios). O Governo soube, com habilidade, manter o controle da situação. Mudou a chefia do Governo e grande parte do gabinete, imprimiu ritmo ao processo de reformas, apurou e puniu excessos das forças de segurança nos protestos, retrocedeu em posições assumidas (a resistência inicial em reformar a constituição, por exemplo) e, acima de tudo, estabeleceu mecanismos, como o Comitê Diálogo Nacional, que indicaram disposição ao diálogo e abertura política por parte do regime.

A posição jordaniana tem-se caracterizado, assim, pela condenação do uso desproporcional da força na Síria e pela demonstração de disposição ao diálogo; tais gestos acompanham-se costumeiramente de garantias de respeito à soberania e de não interferência em assuntos internos. A Jordânia mantém relações fluidas com o Governo provisório egípcio e com o Conselho Nacional de Transição líbio.

Iraque

No tocante ao Iraque, os contatos bilaterais são positivos e freqüentes. A Embaixada da Jordânia em Bagdá foi reaberta em agosto de 2008. Em função dos sucessivos conflitos no país vizinho, a Jordânia abriga, ainda, cerca de 700 mil iraquianos, muitos dos quais parte de uma "elite no exílio" que tem investido maciçamente no país, principalmente nos setores imobiliário e de serviços. Embora seja um tradicional parceiro dos EUA, a Jordânia não participou da coalizão que apoiou a invasão do Iraque, em 2003.

Conselho de Cooperação do Golfo

A forte identidade monárquica aproxima a Jordânia das monarquias do Golfo Pérsico, principalmente em contexto político instável marcado pela "Primavera Árabe". Em maio de 2011, a Jordânia apresentou requerimento formal, juntamente com o Marrocos, para admissão no Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). Fundado em 1981 e composto pela Arábia Saudita, Bareine, Emirados Árabes Unidos, Kuaite, Omã e Catar, o CCG é uma união com fins políticos e econômicos entre países árabes do Golfo Pérsico. A entrada da Jordânia no CCG é cercada por otimismo nos meios empresariais e políticos jordanianos por representar possibilidade de ampliação de oferta de empregos, de estímulo a investimentos, de aporte financeiro do Golfo, particularmente importantes face às dificuldades orçamentárias atuais da Jordânia, além de facilitar coordenação política com demais regimes monárquicos da região.

ECONOMIA, INVESTIMENTOS E COMÉRCIO EXTERIOR

A economia da Jordânia é de pequenas dimensões e dependente da assistência financeira internacional. De janeiro a agosto de 2011, o país recebeu um montante aproximado de US$ 2,5 bilhões em doações internacionais. Estados Unidos, União Europeia e Japão são, tradicionalmente, os principais provedores de assistência financeira ao país. Nos oito primeiro meses de 2011, porém, destacaram-se também as doações provenientes de países árabes, que atingiram US$ 1,4 bilhão. A Arábia Saudita, em particular, doou à Jordânia US$ 400 milhões no período.

A remessa de divisas da diáspora jordaniana é um dos elementos mais importantes para a economia do país e relevante fonte de receita em moedas estrangeiras. Segundo dados do Banco Central jordaniano, as remessas da diáspora jordaniana atingiram, em 2010, US$ 2,584 bilhões – o que representou um crescimento de 1,2% em relação a 2009. As remessas da comunidade jordaniana no exterior – composta por mais de 600 mil indivíduos, que equivalem a cerca de 10% da população nacional – respondem, assim, por aproximadamente 13% do PIB do país.

Há, atualmente, 600 mil expatriados, dos quais se estima que cerca de 250 mil enviem regularmente ajuda a seus familiares. A maior parte desses jordanianos que vivem no exterior trabalha na Arábia Saudita (aproximadamente 260 mil), nos Emirados Árabes Unidos (250 mil), no Kuaite (42 mil) e no Catar (27 mil). Esses cidadãos são, em sua maioria, profissionais qualificados, como médicos, engenheiros, contadores, bancários, docentes e pesquisadores universitários.

Como a Jordânia importa todo o petróleo que consome e produz muito pouco gás natural (importado principalmente do Egito), o país decidiu investir em novas fontes de energia. Assim, o Governo convocou empresas estrangeiras para exploração e beneficiamento de xisto betuminoso, entre as quais a PETROBRAS, que tem como sócios o grupo privado jordaniano Kawar e a multinacional francesa Total.

O Rei Abdullah II também anunciou, no início de 2007, o lançamento de um programa nuclear com fins pacíficos, destinado à geração de energia, tendo assinado com os EUA, Japão e a AIEA memorandos de entendimento sobre cooperação nessa área. A Jordânia firmou igualmente acordos de cooperação nuclear para geração de energia elétrica e dessalinização de água com França, China, Coréia do Sul, Canadá, Rússia, Reino Unido e Argentina.

O país é o terceiro maior fornecedor mundial de fosfato bruto; produz potássio e detém consideráveis reservas de xisto betuminoso. O setor de serviços é dinâmico, inclusive os financeiros e de telecomunicações, principalmente em razão de o país apresentar-se como plataforma para a prestação de serviços ao mercado iraquiano. O país conta também com um bem estruturado setor farmacêutico, com aproximadamente dezesseis grupos multinacionais bem posicionados no mercado regional, como o Grupo Hikma.

Seus principais mercados de exportação são, por ordem de importância: Iraque, Índia (que importa considerável volume de fosfatos), Estados Unidos e Arábia Saudita. A Jordânia importa principalmente da Arábia Saudita, China, Alemanha e Estados Unidos.

ANEXO II – Acordos bilaterais

Título	Data de Celebração	Data da entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto	Data
Acordo sobre Transportes Aéreos	05/11/1975	24/05/1976	78229	12/08/1976
Acordo Comercial	15/06/1989	11/07/1990	146	15/06/1991
Acordo na Área da Educação	23/10/2008	11/04/2010	7344	27/10/2010
Acordo de Cooperação Cultural	23/10/2008	11/04/2010	7326	05/10/2010
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	23/10/2008	Em tramitação (Mensagem SF n.º 3/2011 à Presidência da República)		

ANEXO II – Cronologias

Cronologia das relações bilaterais

1959 – Estabelecidas relações diplomáticas; o Brasil instala legação em Amã;
1964 – Legação brasileira em Amã é elevada à condição de Embaixada, cumulativa com Beirute;
1984 – Instaladas Embaixadas residentes do Brasil em Amã e da Jordânia em Brasília.
1997 – Príncipe Ali Bin Al-Hussein visita o Brasil;
2003 e 2004– Chanceler Celso Amorim participa, na Jordânia, de Reuniões do Fórum Econômico Mundial;
2005 – Chanceler Celso Amorim realiza visita de trabalho à Jordânia;
2005 – Príncipe Ali, irmão e representante do Rei Abdullah II, participa da Cúpula ASPA, em Brasília;
2006 – Ex-Presidente José Sarney participa, em Amã, do "*Interaction Council*", fórum que reúne ex-Chefes de Estado e de Governo;
2008 – Visita de trabalho do Chanceler Celso Amorim, mantendo encontros com as seguintes autoridades: Rei Abdullah II; Primeiro-Ministro Nader Al-Dahabi; e Chanceler Salaheddin Al-Bashir;
2008 - Chanceler Salaheddin Al-Bashir visita Brasília e São Paulo, em preparação à visita oficial do Rei Abdullah II;
2008 – Visita oficial do Rei Abdullah II, acompanhado da Rainha Rania, a Brasília e São Paulo;
2009 – Chanceler Celso Amorim encontra-se com o Rei Abdullah II e o Ministro Salaheddin Al-Bashir em Amã;
2010 – Ex-Presidente Lula viaja à Jordânia (março);
2010 – Chanceler Nasser Judeh visita o Brasil para o II encontro da Aliança das Civilizações (maio);
2010 – Os ministros jordanianos do Turismo e Antiguidades, da Agricultura e de Indústria e Comércio visitam o Brasil (julho).

Cronologia histórica

1922 – A Palestina, sob mandato britânico, é cindida para a criação do Emirado Hachemita da Transjordânia, na margem oriental do Rio Jordão;
1946 – Reino Unido concede a independência da Transjordânia;
1947 – Resolução da ONU prevê a partilha da Palestina;
1948 – A Transjordânia participa da coligação árabe na guerra contra Israel;
1949 – Assinado armistício com Israel;
1950 – Cisjordânia é anexada à Transjordânia; estabelece-se o Reino Hachemita da Jordânia;
1951 – Rei Abdullah I é assassinado em Jerusalém. Rei Talal assume o trono;
1953 – Rei Talal é declarado incapaz e o Rei Hussein assume o trono;
1967 – Jordânia fecha escritório da OLP em Jerusalém;
1967 – Rei Hussein assina pacto de defesa mútua com o Egito;
1967 – Guerra dos Seis Dias. Israel ocupa a Cisjordânia e Jerusalém Oriental, até então sob domínio jordaniano;
1970 – "Setembro Negro". Exército jordaniano ataca bases militares da OLP, causando milhares de mortes e a fuga de militantes palestinos para o Líbano;
1973 – Jordânia participa da Guerra do Yom Kippur, vencida por Israel;
1974 – Rei Hussein reconhece a OLP como representante do povo palestino;
1979 – Amã rompe relações com o Cairo, em razão da assinatura de acordo de paz entre Israel e Egito;
1984 – Retomadas as relações entre a Jordânia e o Egito;
1988 – Em face de acordo entabulado com a OLP, a Jordânia abre mão de qualquer pretensão territorial sobre a Cisjordânia;
1990 – Guerra do Golfo causa crise econômica no país;
1991 – Conferência de Madri dá início ao diálogo israelo-palestino. Os palestinos são representados por delegação palestino-jordaniana;
1993 – Acordos de Oslo entre Israel e a OLP;
1994 – Assinado Acordo de Paz entre a Jordânia e Israel;
1999 – O irmão do Rei Hussein, Hassan, é destituído da linha sucessória. Abdullah, filho de Hussein, torna-se príncipe herdeiro;
1999 – Rei Hussein morre e Abdullah assume o trono;
2003 – Realizadas primeiras eleições parlamentares no reinado de Abdullah II;
2005 – Jordânia indica novo Embaixador em Israel, após cinco anos;
2009 – Rei Abdullah II dissolve o Parlamente e indica novo Primeiro-Ministro (Samir Rifai), para aprofundar as reformas eleitoral, econômica e social no país;
2011 – Manifestações eclodem no país, no esteio da "Primavera Árabe" (janeiro);
2011 – Queda do Governo Rifai e nomeação de Maruf Bakhit como Primeiro-Ministro (fevereiro);
2011 – Formação do Comitê de Diálogo Nacional, pelo Rei (março);
2011 – Comissão de revisão constituição (maio);
2011 – Apresentação das conclusões do Comitê Diálogo Nacional (junho e agosto);

ANEXO III – Dados Comerciais

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008[1]	2009[1]	2010[1]
População (em milhões de habitantes)[2]	5,8	5,9	6,1	6,3	6,4
Densidade demográfica (hab/Km²)	65,0	68,1	68,4	70,6	71,7
PIB a preços correntes (US$ bilhões)	14,6	17,0	20,7	21,0	22,8
Crescimento real do PIB (%)[2]	8,2	6,9	5,8	2,4	3,2
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)[2]	7,5	5,7	9,4	2,7	6,1
Reservas internacionais (US$ bilhões)[3]	7,0	7,9	8,9	12,1	12,6
Dívida Externa Total (US$ bilhões)	8,1	8,4	6,6	6,8	6,3
Câmbio (JD / US$)[3]	0,709	0,709	0,709	0,709	0,709

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report February 2011

(1) Estimativa EIU

(2) 2006: dado real

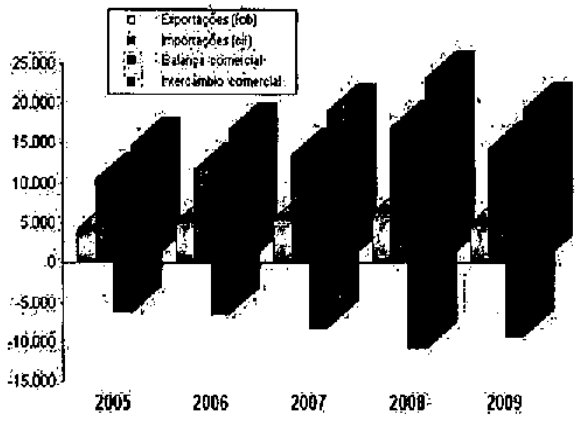
(1) 2008 e 2009: dados reais

COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões)	2005	2006	2007	2008	2009	2010[jan]
Exportações (fob)	4.301	5.204	5.535	6.243	5.041	4.247
Importações (cif)	10.498	11.548	13.531	16.987	14.236	11.725
Balança comercial	-6.197	-6.344	-7.996	-10.744	-9.195	-7.478
Intercâmbio comercial	14.799	16.752	19.066	23.230	19.277	15.972

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, February 2011

(1) preço corrente

(2) Última posição disponível em 2010/2011



COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2009(1)	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US$ milhões, fob)		
Adubos ou fertilizantes	787	12,4%
Vestuário e seus acessórios, de malha	726	11,4%
Produtos farmacêuticos	521	8,2%
Sal, enxofre, terras e pedras, gesso; cal e cimento	398	6,3%
Produtos hortícolas, plantas, raízes, tubérculos	377	5,9%
Pérolas, pedras preciosas; semipreciosas	360	5,7%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	329	5,2%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	303	4,8%
Produtos químicos inorgânicos	227	3,6%
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	211	3,3%
Alumínio e suas obras	188	3,0%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	175	2,7%
Plásticos e suas obras	138	2,2%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	124	1,9%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	120	1,9%
Subtotal	**4.984**	**78,3%**
Demais Produtos	**1.382**	**21,7%**
Total Geral	**6.366**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/MTC/Trademap.
Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.
(1) Última posição anual disponível em 22/02/2011.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2009(1)	Part % no total
IMPORTAÇÕES (US$ milhões, cif)		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	2.496	17,7%
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	1.385	9,8%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	1.208	8,6%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	883	6,3%
Ferro fundido, ferro e aço	561	4,0%
Cereais	527	3,7%
Plásticos e suas obras	482	3,4%
Produtos farmacêuticos	403	2,9%
Produtos químicos orgânicos	303	2,2%
Tecidos de malha	290	2,1%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	282	2,0%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	261	1,9%
Carnes e miudezas comestíveis	221	1,6%
Aeronaves e aparelhos espaciais e suas partes	213	1,5%
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	213	1,5%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	199	1,4%
Alumínio e suas obras	178	1,3%
Pérolas, pedras preciosas, semipreciosas	175	1,2%
Gorduras e óleos animais ou vegetais	167	1,2%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	167	1,2%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	167	1,2%
Cobre e suas obras	157	1,1%
Frutas, cascas de cítricos e de melões	144	1,0%
Subtotal	**11.082**	**78,7%**
Demais Produtos	**2.993**	**21,3%**
Total Geral	**14.075**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/MTC/Trademap.
Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.
(1) Última posição anual disponível em 22/02/2011.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - JORDÂNIA[1] (US$ mil, fob)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações (fob)	104.990	113.592	294.043	177.315	220.337
Variação em relação ao ano anterior	65,8%	8,2%	158,9%	-39,7%	24,3%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o Oriente M	1,8%	1,8%	3,7%	2,3%	2,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Importações (fob)	5.537	8.225	24.022	12.236	1.524
Variação em relação ao ano anterior	180,8%	48,5%	192,1%	-49,1%	-87,5%
Part. (%) no total das importações brasileiras do Oriente Médi	0,2%	0,3%	0,4%	0,4%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total	110.527	121.817	318.065	189.551	221.861
Variação em relação ao ano anterior	69,3%	10,2%	161,1%	-40,4%	17,0%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Oriente Médio	1,2%	1,3%	2,2%	1,8%	1,5%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%
Saldo comercial	99.453	105.367	270.021	165.079	218.813

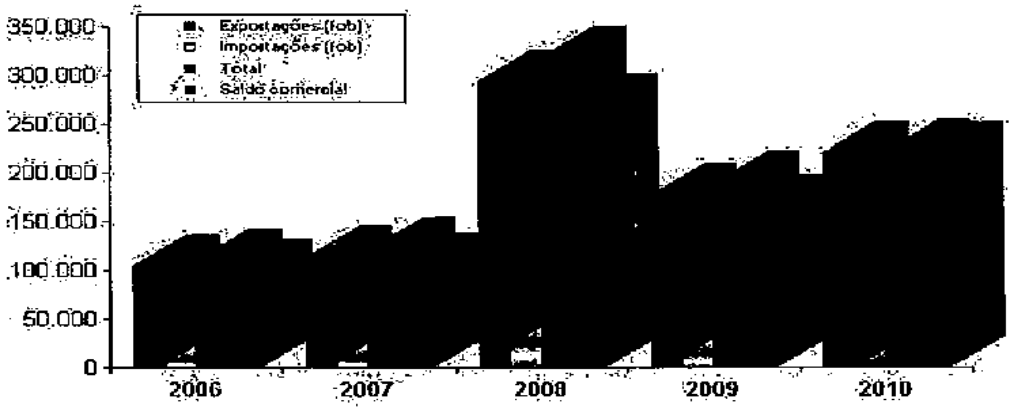
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes d

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - JORDÂNIA (US$ mil, fob)	2010 (jan)	2011 (jan)
Exportações	10.860	11.699
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	30,9%	7,7%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o Oriente Médio	1,8%	1,4%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,1%	0,1%
Importações	396	7
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	76,0%	-98,2%
Part. (%) no total das importações brasileiras do Oriente Médio	0,2%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%
Intercâmbio comercial	11.256	11.706
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	32,1%	4,0%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Oriente Médio	1,4%	1,2%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%
Balança comercial	10.464	11.692

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

(US$ mil)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - JORDÂNIA (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos)						
Carnes e miudezas, comestíveis	106.311	36,2%	96.422	54,4%	103.184	46,8%
Aeronaves e outros aparelhos aéreos	56.154	19,1%	46	0,0%	58.714	26,6%
Café, chá, mate e especiarias	15.597	5,3%	14.059	7,9%	14.285	6,5%
Açúcares e produtos de confeitaria	43.515	14,8%	10.951	6,2%	10.897	4,9%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	9.794	3,3%	14.015	7,9%	9.858	4,5%
Alumínio e suas obras	30.628	10,4%	11.491	6,5%	4.817	2,2%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	6.485	2,2%	8.614	4,9%	4.655	2,1%
Preparações alimentícias diversas	883	0,3%	1.860	1,0%	2.009	0,9%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	1.527	0,5%	1.762	1,0%	1.977	0,9%
Subtotal	**270.884**	**92,1%**	**159.220**	**89,8%**	**210.396**	**95,5%**
Demais Produtos	**23.159**	**7,9%**	**18.095**	**10,2%**	**9.941**	**4,5%**
TOTAL GERAL	**294.043**	**100,0%**	**177.315**	**100,0%**	**220.337**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - JORDÂNIA (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos)						
Produtos diversos das indústrias químicas	1.446	6,0%	1.495	12,2%	1.180	77,4%
Alumínio e suas obras	7.930	32,8%	4.116	33,6%	240	15,7%
Pérolas, pedras preciosas, semipreciosas	4	0,0%	78	0,8%	77	5,1%
Aeronaves e outros aparelhos aéreos	14.500	60,4%	6.500	53,1%	0	0,0%
Subtotal	**23.780**	**99,0%**	**12.189**	**99,6%**	**1.497**	**98,2%**
Demais Produtos	**242**	**1,0%**	**47**	**0,4%**	**27**	**1,8%**
TOTAL GERAL	**24.022**	**100,0%**	**12.236**	**100,0%**	**1.524**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - JORDÂNIA (US$ mil - fob)	2010 (jan)	% no total	2011 (jan)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Carnes e miudezas, comestíveis	6.642	61,2%	8.083	51,8%
Café, chá, mate e especiarias	1.641	14,2%	1.547	13,2%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	68	0,8%	1.158	9,9%
Alumínio e suas obras	6	0,1%	914	7,8%
Açúcares e produtos de confeitaria	17	0,2%	595	5,1%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	1.104	10,2%	469	4,0%
Produtos químicos orgânicos	0	0,0%	253	2,2%
Subtotal	**9.378**	**86,4%**	**10.999**	**94,0%**
Demais Produtos	**1.482**	**13,6%**	**700**	**6,0%**
TOTAL GERAL	**10.860**	**100,0%**	**11.699**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas	10	2,5%	7	100,0%
Alumínio e suas obras	240	60,6%	0	0,0%
Produtos diversos das indústrias químicas	146	36,8%	0	0,0%
Subtotal	**396**	**100,0%**	**7**	**100,0%**
Demais Produtos	**0**	**0,0%**	**0**	**0,0%**
TOTAL GERAL	**396**	**100,0%**	**7**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-jul/2011.

Aviso nº 70 - C. Civil.

Em 14 de fevereiro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora RENATE STILLE, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 10, DE 2012
(nº 33/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria.

Os méritos do Senhor Evandro de Sampaio Didonet que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de fevereiro de 2012.

EM No 00511 MRE

Brasília, 24 de outubro de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae de EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 511 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 24 de outubro de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET*
CPF.: 295.482.410-72
ID.: 7743 MRE

1958	Filho de Antonio José Didonet e Maria José Antunes de Sampaio Didonet, nasce em 28 de dezembro, em Santa Maria/RS
Dados Acadêmicos:	
1985	CAD - IRBr
1986	Mestrado em Administração de Empresas pela Webster University/EUA, campus de Viena
1998	CAE - IRBr, A negociação da ALCA e a agenda econômico-comercial do MERCOSUL
Cargos:	
1979	CPCD - IRBr
1980	Terceiro-Secretário
1982	Segundo-Secretário
1988	Primeiro-Secretário, por merecimento
1994	Conselheiro, por merecimento
1999	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2008	Ministro de Primeira Classe, por merecimento
Funções:	
1980-84	Divisão de Europa-II, assessor
1984-86	Embaixada em Viena, Segundo-Secretário
1987-89	Embaixada em Pequim, Segundo e Primeiro-Secretário
1989-92	Embaixada em Bonn, Primeiro-Secretário
1992-95	Departamento de Integração Latino-Americana, assessor

1993	Secretaria-Geral, assessor
1994-98	Embaixada em Roma, Conselheiro
1998-2001	Secretaria-Geral, assessor
2001-2003	Embaixada em Ottawa, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios a.i
2003-2007	Embaixada em Washington, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios a.i.
2007–	Departamento de Negociações Internacionais, Diretor

Chefias de Delegação:

2000	I Reunião de Presidentes da América do Sul, Brasília, coordenador do tema de infra-estrutura
2006	I Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Forum de Diálogo IBAS (Índia, Brasil, África do Sul), Coordenador
2007	VI Reunião de Negociação de ALC MERCOSUL-Israel, Assunção, chefe de delegação
2007	VII Reunião de Negociação de ALC MERCOSUL-Israel, chefe de delegação
2007	I Reunião Trilateral MERCOSUL-SACU-Índia, Pretória, chefe de delegação
2007	XI Reunião de Negociação de Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-SACU, Pretória, chefe de delegação
2007	VI Reunião de Consultas MERCOSUL-Coréia, Montevidéu, chefe de delegação
2007	VIII Reunião de Negociação de ALC MERCOSUL-Israel, Genebra, chefe de delegação
2007	Reunião final de negociação de ALC MERCOSUL-Israel, Montevidéu, chefe de delegação
2008	IX Reunião de Negociação (final) de Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-SACU, Buenos Aires, chefe de delegação
2008	Reunião de Negociação de ALC MERCOSUL-Jordânia, Amã, chefe de delegação
2008	I Reunião de Negociação de ALC MERCOSUL-Egito, Cairo, chefe de delegação
2008	Reunião de Altos Funcionários MERCOSUL-ASEAN, Brasília, chefe de delegação
2009	I Reunião do Comitê de Administração Conjunta do Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-Índia, Montevidéu, chefe de delegação
2010	IV Reunião de Negociação de ALC MERCOSUL-Egito, Buenos Aires, chefe de delegação
2010	XVII Reunião do Comitê de Negociações Birregionais MERCOSUL-UE, Buenos Aires, chefe de delegação
2010	Reunião MERCOSUL-Canadá, Buenos Aires, chefe de delegação
2010	Reunião final de negociação de ALC MERCOSUL-Egito, San Juan, Argentina, chefe de delegação
2010	III Reunião de Negociação de ALC MERCOSUL-Jordânia, Amã, chefe de delegação
2010	Reunião MERCOSUL-Palestina, Ramalá, chefe de delegação
2010	XVIII Reunião do CNB MERCOSUL-UE, Bruxelas, chefe de delegação
2010	IV Reunião de Negociação de ALC MERCOSUL-Jordânia, Brasília, chefe de delegação
2010	XIX Reunião do CNB MERCOSUL-UE, Brasília, chefe de delegação
2011	XX Reunião do CNB MERCOSUL-UE, Bruxelas, chefe de delegação
2011	XXI Reunião do CNB MERCOSUL-UE, Assunção, chefe de delegação

Condecorações:

1986	Ordem do Mérito, Áustria, Oficial
1996	Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil
1997	Ordem do Mérito, Itália, Comendador
1998	Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
2000	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador
2000	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
2001	Ordem de Bernardo O'Higgins, Chile, Grande Oficial
2004	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Comendador
2009	Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz

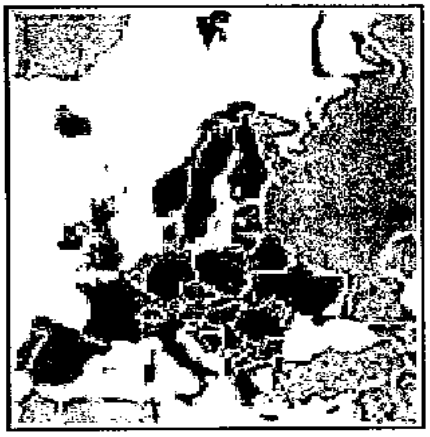
Publicações:

1993	O Mercosul e o Comércio Hemisférico, in Boletim de Integração Latino-Americana, nº 9, abril-junho de 1993, DIN/MRE
1995	A Abertura Comercial Brasileira, in Boletim de Diplomacia Econômica, nº 19, fevereiro de 1995, SGIE/MRE (co-autoria com Rubens Ricupero)

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL POLÍTICA I
DEPARTAMENTO DA EUROPA
DIVISÃO DA EUROPA I

REPÚBLICA DA ÁUSTRIA



OSTENSIVO

Informações para o Senado Federal
Outubro de 2011

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	República da Áustria
CAPITAL:	Viena
ÁREA:	83.859 km2 (inferior à de Santa Catarina)
POPULAÇÃO:	8.357.000 habitantes (inferior à do Ceará)
IDIOMAS (Censo 2001):	Alemão (oficial, falado por 88,6%); turco (2,3%); sérvio (2,2%); croata (1,6%), húngaro (0,5%), bósnio (0,4%) e esloveno (0,3%)
PRINCIPAIS RELIGIÕES (Censo 2001):	Católicos (73,6%); protestantes (4,7%); muçulmanos (4,2%); outras religiões (3,5%); sem religião (12%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO:	Heinz Fischer (reeleito em 25/04/2010)
CHEFE DE GOVERNO:	Werner Faymann (desde 02/12/2008)
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES:	Michael Spindelegger (desde 02/12/2008)
PIB (nominal, 2010):	US$ 376,8 bilhões
PIB *per capita* (nominal, 2010):	US$ 45.088
PIB PPP (2010):	US$ 332 bilhões
PIB PPP *per capita* (2010):	US$ 39.727
Unidade Monetária:	Euro
Comunidade brasileira estimada:	4.413 indivíduos

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões FOB)

BRASIL⇒ ÁUSTRIA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-ago)
Intercâmbio	332,4	436,9	535,1	610,7	1.014,1	1.155,3	1.208,0	1.697	1.282
Exportações	61,4	107,3	148,7	143,8	220,3	250,7	212,6	280,5	287,4
Importações	271,0	329,5	386,4	466,8	793,8	904,5	995,3	1.417	994,7
Saldo	-209,5	-222,2	-237,7	-322,9	-573,4	-653,7	-782,6	-1.136	-707,3

Fonte: MDIC

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS.....
PERFIS BIOGRÁFICOS.....
RELAÇÕES BILATERAIS.....
POLÍTICA INTERNA.....
POLÍTICA EXTERNA.....
COMÉRCIO BILATERAL.....
ATOS BILATERAIS.....
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS.....
DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS.....

PERFIS BIOGRÁFICOS

Heinz Fischer
Presidente da República

Nasceu em 9 de outubro de 1938, na cidade de Graz (sudeste da Áustria).

Obteve, em 1961, o título de doutor em Direito pela Universidade de Viena.

Em 1971, foi eleito para o Parlamento pelo Partido Social-Democrata (SPÖ).

Assumiu a presidência parlamentar do SPÖ em 1975 e, em 1977, tornou-se vice-presidente do partido. Paralelamente, continuou sua carreira acadêmica e, em 1993, assumiu a cadeira de Ciências Políticas na Universidade de Innsbruck (Áustria).

Entre 1983 e 1987, foi Ministro da Economia. Em 1990, foi eleito Primeiro Presidente do Parlamento austriaco, exercendo essa função até 2002. De 2002 a 2004, foi Vice-Presidente do Parlamento.

Em janeiro de 2004, anunciou sua decisão de se candidatar à Presidência da República. Derrotou Benita Ferrero-Waldner, candidata do Partido Popular Austriaco (ÖVP), e tornou-se o 8º presidente da Segunda República.

Foi reeleito em abril de 2010 com quase 80% dos votos.

Werner Faymann
Primeiro-Ministro (Chanceler Federal)

Nasceu em Viena, em 4 de maio de 1960.

Estudou Direito por quatro anos, mas não concluiu sua graduação.

Em 1985, aos 25 anos, iniciou sua carreira política como o membro mais jovem da Assembleia da Província de Viena. Simultaneamente, trabalhou, entre 1985 e 1988, como consultor no atual Banco da Áustria.

Em 1994, foi eleito, pelo Partido Social-Democrata (PSÖ), para a câmara legislativa do Estado de Viena, convertendo-se em Conselheiro para Habitação e Renovação Urbana, bem como Presidente do Fundo Vienense de Propriedades e Renovação Urbana.

Em janeiro de 2007, foi nomeado para o cargo de Ministro de Transportes, Inovação e Tecnologia no Governo do então Primeiro-Ministro Alfred Gusenbauer.

Com o enfraquecimento político de Gusenbauer, Faymann foi convidado pelo Presidente Heinz Fischer, em outubro de 2008, para chefiar a formação de um novo Governo.

Após negociações entre o SPÖ e o ÖVP, Faymann assumiu como Primeiro-Ministro em 2 de dezembro de 2008.

Michael Spindelegger
Ministro das Relações Exteriores

Nasceu na cidade de Mödling, Estado da Baixa-Áustria, em 21 de dezembro de 1959.

Em 1983, obteve o título de doutor em Direito pela Universidade de Viena. Em 1984, tornou-se funcionário do Estado da Baixa-Áustria e ingressou, em 1987, no Ministério da Defesa, como membro do gabinete do Ministro de Estado.

Em 1990, assumiu a chefia federal da Associação Austríaca dos Assalariados.

Filiado ao Partido Popular Austríaco (ÖVP, de caráter conservador), atuou no Parlamento austríaco entre 1992 e 2008, exceto pelo biênio 1995-1996, durante o qual compôs o Parlamento Europeu. Em 2006, foi eleito Segundo Presidente do Conselho Nacional, a câmara baixa do Parlamento austríaco.

Em dezembro de 2008, foi nomeado Ministro das Relações Exteriores.

Visitou o Brasil em maio de 2010, por ocasião da reunião do encontro Aliança de Civilizações.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre o Brasil e a Áustria envolvem laços históricos de caráter especial e peculiar. O casamento da Arquiduquesa Leopoldina, filha do Imperador Francisco I da Áustria, com o então Príncipe Herdeiro do trono português e futuro Imperador D. Pedro I do Brasil, em 13 de maio de 1817, constituiu evento com relevantes repercussões políticas e culturais para o Brasil.

Após a proclamação da Independência em 7 de setembro de 1822, o Império Austríaco ofereceu seus bons ofícios para negociar o reconhecimento da Independência brasileira por Portugal. Esse trabalho acabou sendo desenvolvido pelo Reino Unido, mas a simpatia do Império Austríaco – à época, uma das principais potências mundiais – favoreceu a aceitação mais célere do Império do Brasil pelas demais nações europeias.

O Brasil acolheu comunidade austríaca significativa, que hoje soma aproximadamente 20 mil pessoas, com colônias já antigas, estabelecidas no Espírito Santo, em Santa Catarina e no Paraná.

É de boa memória na Áustria a iniciativa brasileira, durante a 7ª Assembleia Geral das Nações Unidas (1952), que levou à aprovação de resolução que conduziu ao fim da ocupação militar da Áustria pelas Forças Aliadas e ao restabelecimento da soberania austríaca.

Visitas

O Primeiro-Ministro Karl Gruber visitou o Brasil em 1952, em sua primeira viagem à América Latina.

Em 1993, visitou o Brasil o Secretário-Geral da Chancelaria austríaca, Wolfgang Schallemberg. Em 1996, a Ministra das Relações Exteriores, Benita Ferrero-Waldner, realizou visita ao País.

Em março de 2002, veio ao Brasil o Ministro do Interior da Áustria, Ernst Strasser e em maio do mesmo ano o Ministro de Economia e Trabalho da Áustria, Martin Bartenstein, acompanhado de delegação empresarial.

Em março de 2003, à margem da Reunião Ministerial entre o Grupo do Rio e a União Europeia (UE), os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Áustria reuniram-se em Atenas. Os Chanceleres do Brasil e Áustria voltaram a se encontrar à margem da III Cimeira América Latina e Caribe-UE, realizada em Guadalajara, em maio de 2004.

O Presidente da Áustria, Heinz Fischer, esteve três vezes no Brasil. Na primeira ocasião, como Ministro da Ciência, integrou a delegação austríaca que assistiria à posse do Presidente Tancredo Neves, em março de 1985. Na segunda oportunidade, na condição de presidente do Partido Social-Democrata Austríaco (SPÖ), o Presidente Fischer participou do XXII Congresso da Internacional Socialista, realizado em São Paulo, em outubro de 2003. Nessa ocasião, Fischer manteve encontro com o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sua terceira visita ao Brasil ocorreu em setembro de 2005, já como Presidente da República. Durante a visita, foram assinados Memorandos nas áreas de cooperação trilateral em prol de países da África e de intercâmbio entre Academias Diplomáticas.

A IV Cimeira América Latina e Caribe-UE, realizada em Viena em maio de 2006, quando a Áustria ocupava a Presidência de turno da União Europeia, serviu também para o aprofundamento do diálogo entre Brasil e Áustria. Na ocasião, o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva cumpriu também programa bilateral, em retribuição à visita ao Brasil do Presidente Fischer em 2005.

Em 2008, acompanhado de uma comitiva empresarial, o então Primeiro-Ministro austríaco Alfred Gusenbauer foi o primeiro Chefe de Governo austríaco a visitar o Brasil.

A partir dessa visita, intensificaram-se significativamente os contatos comerciais e os investimentos austríacos. O interesse pelo mercado consumidor brasileiro por parte do empresariado local pode ser comprovado pela vinda de uma missão comercial austríaca, chefiada pelo Ministro das Relações Exteriores, Michael Spindelegger, ao Rio de Janeiro e a São Paulo, em maio de 2010.

Em 2009, a Ministra Ellen Gracie foi uma das expositoras principais do Fórum Mundial de Justiça, realizado em Viena. Durante sua permanência, a Ministra realizou visita à Corte de Assuntos Civis e Penais da Áustria e passou em revista, com o Presidente da Corte, peculiaridades do funcionamento do sistema judicial de ambos os países.

O presidente do BNDES, professor Luciano Coutinho, participou em Viena, entre 9 e 11 de junho de 2010, da "Reunião de Primavera dos Membros do Instituto de Finanças Internacionais (IIF) 2010".

O Ministro Celso Amorim visitou Viena em 20 e 21 de junho de 2010. Na ocasião, além de reunir-se com o Presidente Heinz Fischer e com o Ministro Spindelegger, proferiu palestra na Academia Diplomática de Viena. Em agosto de 2010, o então Secretário-Geral e hoje Ministro de Estado Antonio Patriota manteve, em Viena, reunião de consultas políticas com o Secretário-Geral Johannes Kyrle.

TEMAS CONSULARES

A comunidade brasileira na Áustria conta com cerca de 4500 integrantes (4.413 em 2011). Além do Setor Consular da Embaixada em Viena, há Consulados Honorários em Bregenz, Graz, Innsbruck, Linz e Salzburgo.

POLÍTICA INTERNA

Desde 1955, com o fim da ocupação do país pelas forças aliadas, a Áustria tem usufruído de estabilidade política. A política austríaca caracteriza-se, tradicionalmente, pela composição de governos de coalizão. O primeiro Governo, formado por uma coalizão entre os três maiores partidos da época – o Partido Popular Austríaco (ÖVP, de tendência conservadora), o Partido Comunista e o Partido Socialista –, durou de novembro de 1945 a 1947.

Ao longo das décadas seguintes, o Partido Popular Austríaco (ÖVP) e o antigo Partido Socialista, renomeado Partido Social-Democrata (SPÖ), constituíram as duas principais forças políticas do país, revezando-se no poder – ou governando em coalizão – desde 1945.

Em julho de 2008, após meses de disputa entre os dois partidos, o ÖVP retirou seu apoio ao Primeiro-Ministro Gusenbauer, o que levou à dissolução da coalizão que o elegera e à necessidade de nova eleição.

As eleições antecipadas resultaram na nomeação de Werner Faymann, do PSÖ, como Primeiro-Ministro, em dezembro de 2008.

Em abril de 2010, o também social-democrata Heinz Fischer foi reeleito Presidente da República com 78,9% dos votos, para novo mandato de seis anos.

Perspectivas para a política e a economia austríaca

As pesquisas mais recentes indicam cerca de 30% de apoio popular à coalizão SPÖ-ÖVP o que tem garantido a estabilidade para governar.

A Áustria vem experimentando recuperação econômica da crise de 2008 em bases modestas, porém consistentes. Há expectativa de que, no segundo semestre de 2011, a economia do país desacelere levemente, resultando em crescimento total de 2,8% em 2011 e de 1% em 2012.

POLÍTICA EXTERNA

A Áustria, país detentor de uma longa e respeitada tradição diplomática, exerce uma política externa caracterizada por seu ativismo e universalismo. O Governo austríaco mantém mais de oitenta missões diplomáticas acreditadas junto a 194 países, seis Missões Permanentes junto a organizações multilaterais e uma extensa rede consular e de centros culturais no exterior.

Os interesses externos mais imediatos e prioritários do Governo austríaco se voltam à União Europeia, o que se reflete na mudança do nome do Ministério das Relações Exteriores para "Ministério das Relações Europeias e Exteriores", de modo a evidenciar a prioridade que o país confere à integração europeia.

A política externa austríaca tem como pilares, desde 1955, o não-alinhamento e a neutralidade.

Em 1955, a Áustria ingressou na Organização das Nações Unidas (ONU). A adesão austríaca ao Conselho da Europa se fez em 1956, seguida por sua integração à Área Europeia de Livre Comércio (EFTA), em 1960.

O encontro entre os presidentes Kennedy e Khrushchev, em Viena, em 1961, foi o primeiro de uma série de momentos históricos que consolidaram a imagem do país como mediador ativo e idôneo no trato de questões internacionais.

Em 1971, o austríaco Kurt Waldheim foi eleito Secretário-Geral das Nações Unidas, sendo reeleito para o mesmo cargo em 1976.

Na década de 1970, também aumentou a participação austríaca em missões de paz da ONU, tradição que se mantém até os dias atuais, como exemplifica a participação do país nas missões de paz no Kossovo (600 militares), em Golã (400) e na Bósnia-Herzegovina (150).

A política de "neutralidade ativa" perseguida pela Áustria durante os anos 70 viu-se refletida na intensificação dos contatos diplomáticos, na promoção do multilateralismo, no apoio ao processo de distensão entre as superpotências, assim como em um maior envolvimento em questões afeitas ao movimento não-alinhado e ao diálogo Norte-Sul.

A Áustria tomou parte, desde o princípio, nos esforços que levaram à criação da Conferência para a Segurança e a Cooperação na Europa (CSCE). Juntamente com outros países neutros ou não-alinhados, a Áustria formaria, no âmbito da CSCE, o grupo "N+N" ("neutros + não-alinhados"), o qual exerceria seus bons ofícios em favor de medidas de cooperação e transparência conducentes a uma maior distensão do conflito bipolar.

Viena consolidou, nesse interim, seu papel como sede de importantes organismos internacionais. O Centro Internacional de Viena (VIC) abriga, hoje, a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), a Comissão Preparatória da Organização do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBTO), o Escritório das Nações Unidas para o Controle de Drogas e Prevenção do Crime (UNODC), o Comitê para Usos Pacíficos do Espaço Exterior (COPUOS), a Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL) e o Comitê Científico sobre os Efeitos da Radiação Atômica (UNSCEAR). Estão igualmente sediadas em Viena a Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE) e a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

Ao longo dos anos 80, a política externa austríaca foi paulatinamente reorientada em direção à Europa. A Áustria, atribuiu clara importância à sua plena participação nos mecanismos de integração europeus, apresentando, já em julho de 1989, pedido de adesão à Comunidade Econômica Européia. Em referendo realizado em junho de 1994, 66,58% dos eleitores austríacos aprovaram o ingresso do país na União Europeia, que se concretizou em 1º de janeiro de 1995.

Assim, o ano de 1989 marcou a retomada da vocação histórica e geopolítica do país para aglutinar a "*Mitteleuropa*" (Europa central).

Segundo o ex-Primeiro-Ministro Wolfgang Schuessel, o alargamento da UE a leste significaria retirar a Áustria da periferia da Europa e colocá-la em seu centro. Explica-se daí o fato de a Áustria privilegiar a entrada de países do Leste europeu na UE como principal meta atual de sua política externa.

A Áustria opôs-se à invasão do Iraque em 2003 e proibiu a passagem por seu território e por seu espaço aéreo de material bélico e de aviões de combate estadunidenses a caminho do Iraque. À época, o Governo austríaco reiterou a tese de que a UE deve ter papel mais relevante no cenário global e buscar um aprofundamento de sua coordenação política, com vistas ao estabelecimento de uma política externa de fato comum.

A realização em Viena, em maio de 2006, da IV Cimeira de Países da América Latina, Caribe e União Europeia contribuiu para a definição e a execução de uma agenda voltada para o fortalecimento dos canais de diálogo e cooperação entre ambas as regiões. A cimeira serviu, além disso, como uma plataforma para a promoção da imagem e da presença latino-americanas no contexto austríaco e sub-regional. A Chancelaria austríaca considera o mecanismo de diálogo existente entre a União Europeia e os países latino-americanos e caribenhos o mais evoluído dentre aqueles em que a UE participaria e atribui-lhe grande importância.

COMÉRCIO BILATERAL

Em 2011, a corrente de comércio permanece estável em relação a 2010, com déficit brasileiro de cerca de US$700 milhões e volume total de US$ 1,2 bilhão acumulado até agosto. A pauta brasileira de exportações para a Áustria é dominada por produtos primários e registra certo grau de concentração. Os dois primeiros itens da pauta (minério de ferro aglomerado e não-aglomerado) representaram, em 2008, 42,5% do total das exportações. Dados de 2009 apontam para a continuidade dessa concentração, com pequenas alterações na participação relativa dos diversos produtos. O restante da pauta é composto, quase que em sua totalidade, por produtos industrializados, com destaque para o grupo de peças e partes de máquinas.

O Ministro Michael Spindelegger esteve em maio no Brasil para o III Fórum da Aliança de Civilizações e também à frente de importante delegação de empresários austríacos, que visitaram Rio e São Paulo. Trata-se da segunda grande missão empresarial em dois anos (a primeira, em maio de 2008, acompanhou a visita do então Primeiro-Ministro Alfred Gusenbauer). Isso parece evidenciar o interesse austríaco em estreitar ainda mais os laços comerciais e econômicos com o Brasil.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais do Governo brasileiro à República da Áustria.

Perspectivas das relações econômico-comerciais

Percebe-se que, nos últimos quinze anos, as exportações brasileiras para a Áustria oscilaram entre 0,09% e 0,26% do total exportado, com tendência a queda desde 1990. O mais recente ciclo de crescimento das exportações brasileiras, estimulado, entre outros, por produtos que fazem parte da pauta exportadora brasileira para a Áustria (minérios), não promoveu o aumento da importância relativa do mercado austríaco em relação aos demais. O percentual de exportações para o mercado austriaco oscila, desde 2004, ao redor de 0,1%.

Merece destaque a aquisição, em 2009, de quatro aviões EMBRAER E-190, com capacidade para 112 passageiros, pela Flyniki, empresa aérea do ex-campeão de Fórmula 1, Niki Lauda. Outros seis aviões do mesmo modelo foram já encomendados pela Flyniki à Embraer.

Cabe menção, também, a venda para o Brasil de equipamentos austríacos para a geração de energia eólica e para controle de tráfego aéreo.

Às vésperas de sua chegada ao Brasil, o Ministro Spindelegger emitiu declarações sobre a crescente importância da América Latina para a Áustria. Disse que a Áustria está ainda longe de aproveitar o potencial da América Latina. "Com um desenvolvimento econômico tão dinâmico, a região representa um mercado promissor para nós. O volume total de nossas exportações para a América Latina equivale a apenas um terço do que exportamos para a Suíça", ressaltou o Ministro.

Existe, da parte do Brasil, interesse em adensar o conteúdo tecnológico dos produtos intercambiados e, nesse sentido, sublinhar a utilidade da promoção de um esforço bilateral para adensar e equilibrar a corrente de comércio.

ATOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto	Data
Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital	24/05/1975	01/07/1976	78107	22/07/1976
Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial	03/05/1985	01/10/1986	99091	09/03/1990
Acordo sobre Serviços Aéreos	16/7/1993	1/9/1995	1667	10/10/1995

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1891: Reconhecimento do Governo republicano brasileiro pelo Império austro-húngaro.
1925: Abertura da representação diplomática austríaca no Rio de Janeiro.
1933: Ex-Ministro da Agricultura da Áustria, Andreas Thaler, funda a colônia de Treze Tílias, em Santa Catarina.
1941: Escritor austríaco Stefan Zweig se estabelece em Petrópolis e escreve "Brasil, país do futuro".
1952: Primeiro-Ministro Karl Gruber visita o Brasil para pleitear uma Áustria livre de ocupação estrangeira.
1959: Pintor austríaco Hundertwasser recebe prêmio SANBRA, na Bienal de São Paulo.
1960: Vice-Chanceler Bruno Pitterman visita o Brasil.
1980: Ministro das Relações Exteriores Willibald Pahr visita o Brasil.
1982: Ministro das Relações Exteriores Saraiva Guerreiro visita a Áustria.
1985: Ministro da Ciência Heinz Fischer visita o Brasil.
1989: Ministro das Relações Exteriores Roberto Sodré encontra-se com Ministro Alois Mock em Viena.
1991: Secretário-Geral das Relações Exteriores Thomas Klestil visita Brasília.
1992: Chanceler Franz Vranitzky e Ministra Ruth Zankel participam da ECO-92 no Rio de Janeiro.
1993: Secretário-Geral das Relações Exteriores Wolfgang Schallenberg visita o Brasil.
1996: Ministro das Relações Exteriores Benita Ferrero-Waldner visita o Brasil.
1999: Chanceler Viktor Klima e a Secretária de Estado Benita Ferrero-Waldner participam da primeira Conferência de Cúpula da União Europeia-América Latina/Caribe, no Rio de Janeiro.
2002: Ministro do Interior Ernst Strasser e o Ministro da Economia e do Trabalho Martin Bartenstein visitam o Brasil.
2004: O Ministro Josef Pröll encontra-se com o Vice-Ministro da Agricultura José Amauri e visita estabelecimentos agrícolas no sul do Brasil.
2005: O Presidente Heinz Fischer visita o Brasil.

2006: O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visita a Áustria, no contexto da Cúpula UE-América Latina.
2007: Secretário Geral das Relações Exteriores Johanes Kyrle visita o Brasil para consultas políticas.
2007: Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso participa da Conferência das Nações Unidas sobre *"Reinventing Government"* em Viena, em junho, e se encontra com o Presidente Heinz Fischer.
2008: Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, realiza visita oficial à Áustria e profere a palestra "A Política de Desenvolvimento Social no Brasil", na Academia Diplomática (abril).
2008: Primeiro-Ministro Alfred Gusenbauer realiza visita de trabalho ao Brasil (maio) acompanhado pelo Secretário de Estado Dr. Christoph Matznetter e pelo Deputado Federal Dr. Andreas Schieder. Acompanha o Primeiro-Ministro uma delegação de empresários austríacos.
2008: Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Roberto Mangabeira Unger, realiza visita a Viena (novembro).
2009: Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, realiza visita de trabalho a Viena.
2009: Visita à Áustria da Ministra Ellen Gracie Northfleet, do Supremo Tribunal Federal.
2010: Ministro das Relações Europeias e Exteriores Michael Spindelegger mantém encontro de trabalho com o Ministro das Relações Exteriores no Rio de Janeiro, participa da III edição do Fórum "Aliança das Civilizações" e realiza visita bilateral a São Paulo acompanhado de delegação empresarial.

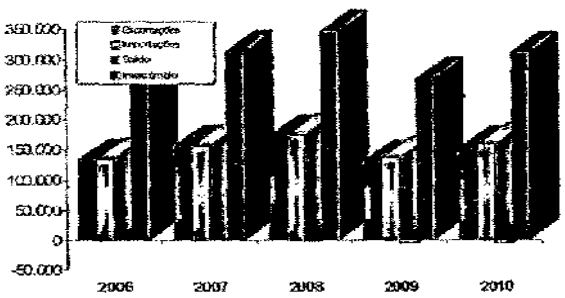
DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008	2009	2010 (1)
População (em milhões de habitantes) (2)	8,26	8,32	8,35	8,39	8,42
Densidade demográfica (hab/Km²)	98,7	99,2	99,6	100,0	100,4
PIB a preços correntes (US$ bilhões)	322,5	372,0	415,3	380,9	376,4
Crescimento real do PIB (%)	3,4	3,7	2,2	-3,9	2,2
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	1,7	2,2	3,2	0,4	1,7
Câmbio (Euro / US$)	0,80	0,73	0,68	0,72	0,75

Elaborado pelo SECOM/ECORE - Divisão de Informação Comercial, tendo como base os dados da Economist Intelligence Unit, Country Report July 2011.
(1) Estimativa EIU
(2) 2005, estimativa EIU.

COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões)	2006	2007	2008	2009	2010 (1)
Exportações (fob)	134.063	156.585	172.227	131.397	152.563
Importações (cif)	134.248	156.055	175.025	136.418	159.015
Balança comercial	-195	539	-2.798	-5.031	-6.449
Intercâmbio comercial	268.301	312.643	347.252	267.805	311.581

Elaborado pelo SECOM/ECORE - Divisão de Informação Comercial, tendo como base os dados do DEPARTAMENTO Nacional.
(1) Dados disponíveis até outubro/2011



DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES:						
Alemanha	51.188	29,7%	40.799	31,1%	46.579	30,5%
Itália	14.820	8,6%	10.841	8,3%	10.641	7,0%
Suíça	7.270	4,2%	6.621	5,0%	7.545	4,9%
Estados Unidos	7.647	4,4%	5.630	4,3%	6.352	4,2%
República Tcheca	6.453	3,7%	4.784	3,6%	5.957	3,9%
França	6.469	3,8%	5.217	4,0%	5.804	3,9%
Hungria	6.174	3,6%	4.037	3,1%	4.693	3,1%
Reino Unido	5.430	3,2%	4.133	3,1%	4.492	2,9%
Polônia	4.775	2,8%	3.447	2,6%	4.028	2,6%
Eslováquia	3.481	2,0%	2.614	2,0%	3.057	2,5%
Rússia	4.361	2,5%	2.924	2,2%	3.747	2,5%
China	2.753	1,6%	2.805	2,1%	3.368	2,2%
Eslovênia	3.749	2,2%	2.868	2,2%	2.923	1,9%
Espanha	4.070	2,4%	2.455	1,9%	2.687	1,8%
Holanda	3.027	1,8%	2.286	1,7%	2.377	1,6%
Romênia	3.537	2,1%	2.295	1,7%	2.320	1,5%
Bélgica	2.506	1,5%	1.980	1,5%	2.051	1,3%
Suécia	1.924	1,1%	1.282	1,0%	1.597	1,0%
Croácia	2.241	1,3%	1.574	1,2%	1.497	1,0%
Turquia	1.416	0,8%	1.063	0,8%	1.425	0,9%
Japão	1.471	0,9%	1.077	0,8%	1.310	0,9%
Brasil	1.020	0,6%	877	0,7%	1.044	0,7%
SUBTOTAL	145.766	84,6%	111.546	84,9%	126.379	82,8%
DEMAIS PAÍSES	26.461	15,4%	19.841	15,1%	26.187	17,2%
TOTAL GERAL	172.227	100,0%	131.387	100,0%	152.566	100,0%

Elaborado pelo MF/SECEX/DEAIC - Divisão de Informação Comercial. Inclui como base os dados da DMC/MDIC/Tradevision.
Países ordenados pela ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - cif)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES:						
Alemanha	70.814	40,5%	55.542	40,7%	57.662	42,7%
Itália	12.135	6,9%	9.154	6,7%	10.440	6,8%
Suíça	7.703	4,4%	8.118	6,0%	9.681	6,2%
Holanda	4.915	2,8%	3.899	2,9%	6.361	4,0%
República Tcheca	6.224	3,6%	4.714	3,5%	5.668	3,6%
China	7.319	4,2%	6.237	4,6%	4.415	2,8%
França	5.427	3,1%	4.235	3,1%	4.395	2,6%
Hungria	4.742	2,7%	3.267	2,4%	4.107	2,6%
Eslováquia	3.564	2,0%	2.718	2,0%	4.076	2,6%
Bélgica	2.676	1,6%	2.179	1,6%	3.247	2,0%
Estados Unidos	5.000	2,9%	3.566	2,6%	2.732	1,7%
Polônia	3.128	1,8%	2.171	1,6%	2.241	1,4%
Brasil	*713*	*0,4%*	*558*	*0,4%*	*229*	*0,1%*
SUBTOTAL	134.563	76,9%	106.387	78,0%	125.746	79,1%
DEMAIS PAÍSES	40.462	23,1%	30.031	22,0%	33.269	20,9%
TOTAL GERAL	175.025	100,0%	136.418	100,0%	159.015	100,0%

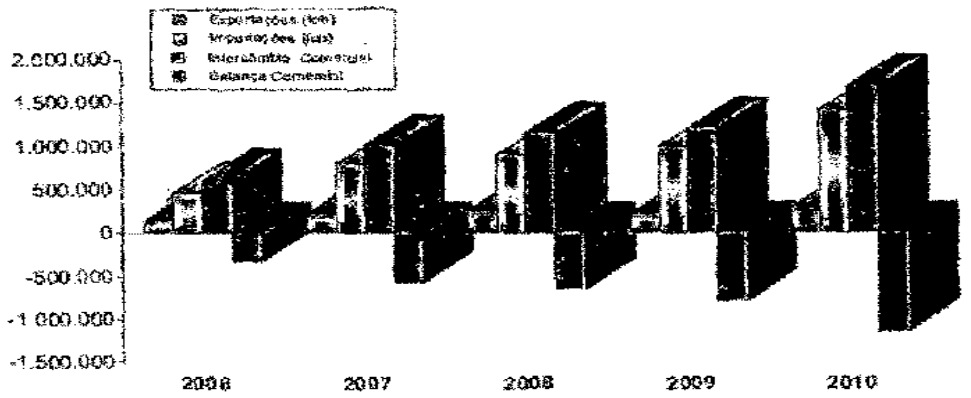
Elaborado pelo MF/SECEX/DEAIC - Divisão de Informação Comercial. Inclui como base os dados da DMC/MDIC/Tradevision.
Países ordenados pela ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2010[1]	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US$ milhões)		
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	27.120	17,8%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	17.452	11,4%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	11.966	7,8%
Produtos farmacêuticos	7.830	5,1%
Plásticos e suas obras	7.281	4,8%
Ferro fundido, ferro e aço	6.609	4,3%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	5.393	3,5%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose	5.121	3,4%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	4.926	3,2%
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	4.830	3,2%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	3.942	2,6%
Alumínio e suas obras	3.639	2,4%
Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões	2.995	2,0%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	2.674	1,8%
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas	2.214	1,5%
Veículos e material para vias férreas ou semelhantes	2.093	1,4%
Subtotal	116.086	76,1%
Demais Produtos	36.480	23,9%
Total Geral	152.566	100,0%

IMPORTAÇÕES (US$ milhões)		
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	20.702	13,0%
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	16.309	10,3%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	16.126	10,1%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	15.012	9,4%
Plásticos e suas obras	7.080	4,5%
Produtos farmacêuticos	5.170	3,3%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	4.332	2,7%
Ferro fundido, ferro e aço	4.060	2,6%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	3.923	2,5%
Produtos químicos orgânicos	3.590	2,3%
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas	3.493	2,2%
Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões	3.435	2,2%
Alumínio e suas obras	3.265	2,1%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	2.753	1,7%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	2.679	1,7%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose	2.557	1,6%
Subtotal	114.489	72,0%
Demais Produtos	44.526	28,0%
Total Geral	159.015	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo como base os dados da UNCTAD/UNCTADstat.
Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes bases.
(1) Última posição disponível em 05/09/2011.

(US$ mil)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ÁUSTRIA (US$ mil, fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES (por principais grupos de produtos)						
Minérios, escórias e cinzas	105.875	41,9%	60.610	29,5%	169.612	55,9%
Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	0	0,0%	64.902	30,9%	33.041	12,1%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	41.352	16,5%	27.445	12,9%	24.574	8,0%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	10.854	4,3%	5.977	2,8%	17.041	6,1%
Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento	166	0,1%	5.395	2,5%	8.002	2,8%
Ferro fundido, ferro e aço	50.193	21,0%	3.190	1,5%	4.631	1,7%
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica	399	0,2%	1.153	0,5%	4.312	1,5%
Café, chá, mate e especiarias	9.515	3,8%	3.699	1,7%	3.594	1,3%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	2.324	0,9%	1.225	0,6%	3.360	1,2%
Produtos farmacêuticos	1.620	0,6%	2.303	1,1%	3.036	1,1%
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica	2.137	0,9%	2.125	1,0%	2.844	0,9%
Subtotal	227.216	90,0%	199.005	93,1%	265.136	94,5%
Demais Produtos	23.577	9,4%	14.669	6,9%	15.408	5,5%
TOTAL GERAL	250.793	100,0%	212.673	100,0%	280.545	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb
Os produtos pesados foram considerados em kg, sendo convertidos para toneladas métricas em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ÁUSTRIA (US$ mil, fob)	2010 (jan-jul)	% no total	2011 (jan-jul)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Minérios, escórias e cinzas	44.775	46,8%	110.000	48,7%
Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	3.281	3,4%	59.905	26,5%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	12.845	13,5%	17.668	7,8%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	6.440	6,8%	9.729	4,3%
Café, chá, mate e especiarias	1.878	2,0%	4.391	1,9%
Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento	5.737	6,0%	3.959	1,8%
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica	1.553	1,6%	3.490	1,5%
Borracha e suas obras	1.225	1,3%	2.191	1,0%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	2.734	2,9%	1.783	0,8%
Ferro fundido, ferro e aço	2.693	2,8%	1.729	0,8%
Produtos farmacêuticos	1.700	1,8%	1.668	0,7%
Subtotal	84.837	89,0%	216.666	95,8%
Demais Produtos	10.536	11,0%	9.429	4,2%
TOTAL GERAL	95.373	100,0%	226.094	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	136.569	23,6%	190.830	22,9%
Produtos farmacêuticos	59.717	10,4%	96.211	11,6%
Ferro fundido, ferro e aço	23.331	4,1%	73.925	8,9%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	56.144	9,8%	55.154	6,6%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	34.851	6,1%	52.076	6,4%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose	42.300	7,4%	49.622	6,0%
Veículos e material para vias férreas ou semelhantes	32.744	5,7%	45.390	5,5%
Produtos diversos das indústrias químicas	23.645	4,1%	40.432	4,9%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	43.110	7,5%	36.036	4,3%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	23.198	4,1%	35.908	4,3%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	14.009	2,5%	24.603	2,9%
Plásticos e suas obras	15.778	2,8%	18.721	2,3%
Subtotal	505.376	88,3%	721.845	86,7%
Demais Produtos	66.771	11,7%	110.398	13,3%
TOTAL GERAL	572.147	100,0%	832.243	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

Organizado pelos dados disponíveis na data acima, sujeitos a revisão e atualização

COMÉRCIO BILATERAL (US$ mil) - Fonte: MDIC

BRASIL - ÁUSTRIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Intercâmbio	322.232	332.454	436.913	535.163	610.690	1.014.187	1.156.351	1.208.025	1.697.844
Exportações (fob)	57.364	61.432	107.334	148.716	143.870	220.362	250.793	212.673	280.546
Importações (fob)	264.868	271.002	329.579	386.447	466.820	793.825	901.558	995.352	1.417.298
Saldo	-207.504	-209.550	-222.245	-237.731	-322.950	-573.463	-650.765	-782.679	-1.136.752

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

COMÉRCIO BILATERAL (US$ mil) - Fonte da Áustria

BRASIL - ÁUSTRIA (1)	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Intercâmbio	722.736	712.608	1.300.481	1.733.722	1.436.213	1.972.638
Exportações da Áustria para o Brasil (fob)	349.542	380.600	696.310	1.020.415	877.422	1.043.794
Importações da Áustria procedentes do Brasil (cif)	373.194	332.008	604.171	713.307	557.791	928.844
Saldo	-23.652	48.592	92.139	307.108	319.631	814.950

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base em dados da UNCTADSTAT/trademap.

(1) Dados fornecidos ao Trademap pela Eurostat.

Aviso nº 71 - C. Civil.

Em 14 de fevereiro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho à essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 11, DE 2012
(nº 34/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MICHAEL FRANCIS DE MAYA MONTEIRO GEPP, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a São Vicente e Granadinas.

Os méritos do Senhor Michael Francis de Maya Monteiro Gepp que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de fevereiro de 2012.

EM No 00515 MRE

Brasília, 28 de outubro de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **MICHAEL FRANCIS DE MAYA MONTEIRO GEPP**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a São Vicente e Granadinas.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **MICHAEL FRANCIS DE MAYA MONTEIRO GEPP** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº515 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 28 de outubro de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **MICHAEL FRANCIS DE MAYA MONTEIRO GEPP**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a São Vicente e Granadinas.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **MICHAEL FRANCIS DE MAYA MONTEIRO GEPP** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *MICHAEL FRANCIS DE MAYA MONTEIRO GEPP*
CPF.: 028.842.751-34
ID.: 2296 MRE

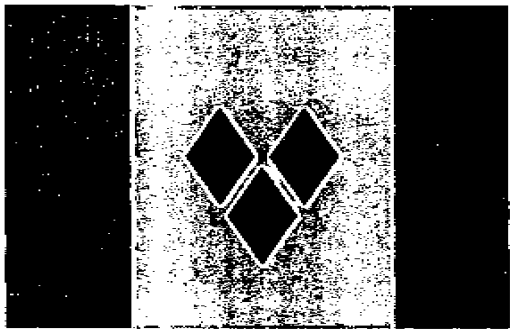
1944	Filho de Alan Francis Gepp e Maria Elisa de Maya Monteiro Gepp, nasce em 22 de outubro, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1982	CAD - IRBr
1997	CAE - IRBr, Diplomacia Consular: assistência e proteção a nacionais
Cargos:	
1977	Terceiro-Secretário
1979	Segundo-Secretário, por merecimento

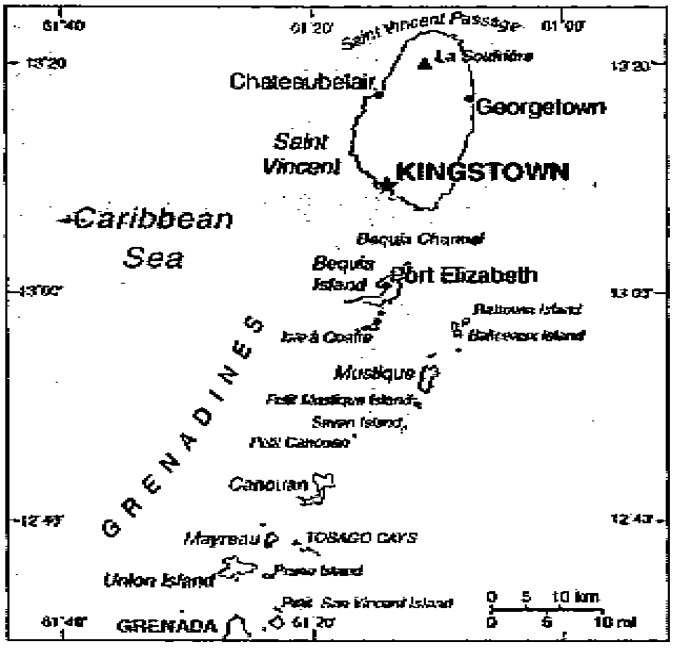
1984	Primeiro Secretário, por merecimento
1992	Conselheiro, por merecimento
1999	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2004	Ministro de Segunda Classe, no Quadro Especial
Funções:	
1968	Oficial de Chancelaria
1972-76	Embaixada em Washington
1976	CPCD - IRBr
1977-80	Divisão de Transmissões Internacionais, assistente
1980-83	Missão junto à ONU, Nova York, Segundo-Secretário
1983-85	Embaixada em Luanda, Segundo e Primeiro-Secretário
1985-88	Consulado em Caiena, Cônsul
1988-89	Departamento de Promoção Comercial, assessor
1989	Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, assessor e Coordenador Executivo
1989-90	Divisão de Formação e Treinamento, Chefe, substituto
1990-91	Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, Coordenador Executivo
1991-93	Divisão de Visitas do Cerimonial, Chefe, substituto e Chefe
1993-96	Consulado-Geral em Los Angeles, Cônsul-Geral Adjunto
1996-98	Embaixada em São Domingos, Conselheiro
1998-01	Presidência da República, Assessoria Internacional da Secretaria Nacional Antidrogas do Gabinete de Segurança Institucional, Assessor internacional
2000	XXVIII Período Ordinário de Sessões da CICAD, Port-of-Spain, Chefe de delegação
2001	Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD) da OEA, Washington, Secretári Executivo Adjunto
2002-05	Consulado-Geral em Los Angeles, Cônsul-Geral Adjunto
2005-10	Consulado-Geral em Beirute, Cônsul-Geral
2010	Cônsul-Geral em Istambul, Cônsul-Geral
Condecorações:	
2007	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DAS AMÉRICAS DO SUL, CENTRAL E DO CARIBE
DEPARTAMENTO DA AMÉRICA CENTRAL E CARIBE
DIVISÃO DO CARIBE

SÃO VICENTE E GRANADINAS





OSTENSIVO
Informações para o Senado Federal
Outubro de 2011

ÍNDICE

Dados Básicos.....

Perfis Biográficos.....

Relações Bilaterais.....

- **Relações políticas** .....
- **Cooperação Técnica**.....
- **Cooperação Cultural e Educacional** .....

Política Interna .....

Política Externa .....

Economia .....

Anexos.....

- **Cronologia Recente das Relações Bilaterais** .....
- **Cronologia Histórica** .....

Atos bilaterais .....

Dados econômicos e principais indicadores.....

Dados Básicos

NOME OFICIAL	São Vicente e Granadinas
CAPITAL	Kingstown
ÁREA	389 km² (Ilha de São Vicente: 344 km²)
POPULAÇÃO (est. 2010)	104.217 habitantes
IDIOMA OFICIAL	Inglês
ETNIAS	Afrodescendentes (66%); mestiços (19%); indianos (6%); europeus (4%); ameríndios (2%); outros (3%)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Anglicanos (47%); metodistas (28%); católicos (13%), outras religiões (13%)
SISTEMA POLÍTICO	Democracia parlamentar (membro da *Commonwealth*)
CHEFE DE ESTADO	Rainha Elizabeth II
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves (desde 29/03/2001)
CHANCELER	Douglas Slater
PIB REAL (est. 2010)	US$ 583 milhões
PIB PPP (est. 2010)	US$ 1,1 bilhões
PIB *per capita* (est. 2010)	US$ 5.554
PIB PPP *per capita* (est. 2010)	US$ 10.600
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar caribenho oriental (XCD)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ mil F.O.B) – Fonte: MDIC

Brasil ➔São Vicente e Granadinas	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-ago)
Intercâmbio	**1.185**	**1.477**	**1.709**	**1.739**	**2.500**	**2.863**	**2.535**	**2.439**	**1.631**	**1.400**
Exportações	1.185	1.477	1.709	1.738	2.500	2.801	2.492	2.421	1.631	1.288
Importações	--	--	0,10	0,12	0,59	62,0	43,0	18,3	--	55,6
Saldo	1.185	1.477	1.709	1.738	2.499	2.738	2.499	2.402	1.631	1.344

Perfis Biográficos

RALPH GONSALVES
Primeiro-Ministro

Nasceu em 8 de agosto de 1946, em Colonarie, São Vicente e Granadinas.

Em 1968, graduou-se em Economia pela Universidade das Índias Ocidentais (Jamaica). Iniciou suas atividades políticas nesse período, como presidente da Associação Estudantil local.

Obteve o título de doutor ("*PhD in Government*") pela Universidade de Manchester (Reino Unido).

É, desde 1998, o presidente do Partido da União Trabalhista.

Está em seu terceiro mandato consecutivo como Primeiro-Ministro de São Vicente e Granadinas – seu partido resultou vitorioso nas eleições gerais de 2001, 2005 e 2010.

DOUGLAS SLATER
Ministro dos Negócios Estrangeiros, Comércio Exterior e Assuntos do Consumidor

Nasceu em 1955, em Clare Valley, São Vicente e Granadinas.

Formou-se na Universidade das Índias Ocidentais, em Barbados. Posteriormente, graduou-se em medicina pela Universidade de Havana (Cuba), em 1986.

Em 1992, obteve mestrado pela Universidade das Índias Ocidentais (Jamaica), em Administração na Área de Saúde Pública.

Trabalhou como médico na Guiana, na Jamaica e em seu próprio país, antes de assumir o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, Comércio Exterior e Assuntos do Consumidor.

Relações Bilaterais

As relações entre Brasil e São Vicente e Granadinas caracterizam-se por diálogo fluido, nos planos bilateral e multilateral, e maior aproximação em matéria de cooperação técnica e assistência humanitária. A abertura de Embaixada residente do Brasil em Kingstown e o aprofundamento das relações do Brasil com a Comunidade do Caribe (CARICOM) abrem novas perspectivas para o relacionamento bilateral em áreas como cooperação educacional e cultural, cooperação técnica e comércio e investimentos.

O Governo de São Vicente e Granadinas tem reconhecido a importante atuação internacional do Brasil, demonstrando interesse em estreitar o relacionamento com o país. Em diferentes ocasiões e comunicações dirigidas ao Governo brasileiro, autoridades vicentinas salientaram interesse em manter cooperação com o Brasil, com referências às seguintes áreas: agricultura (processamento de frutas tropicais, entre outras); formação profissional (sobretudo em hotelaria); esportes e intercâmbio cultural; temas financeiros; prevenção de desastres naturais.

O relacionamento do Brasil com São Vicente e Granadinas também se inscreve no marco da aproximação política e econômica do Brasil com a região do Caribe. No âmbito de tal processo, cabe salientar a abertura de Embaixadas residentes do Brasil em todos os países da Comunidade do Caribe (CARICOM), a acreditação cumulativa do Embaixador brasileiro na Guiana junto à CARICOM e do Embaixador em Santa Lúcia junto à Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECO), e o expressivo aumento de nosso comércio com os países da CARICOM nos últimos cinco anos.

O relacionamento atingiu novo patamar com a realização da I Cúpula Brasil–CARICOM (realizada em Brasília, em 26 de abril de 2010), a qual resultou em fortalecimento do diálogo político, compromisso de coordenação em foros internacionais e de cooperação em diversas áreas, com elevado número de acordos assinados.

Entre o Brasil e São Vicente e Granadinas, foram firmados o "Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviços", já em vigência, e o Acordo de Cooperação Cultural – que, uma vez em vigor, favorecerá o intercâmbio de experiências nos campos das artes visuais, da música, da dança, do audiovisual e da educação cultural, bem como maior participação de artistas do Brasil e de São Vicente e Granadinas em festivais, oficinas, exibições e eventos internacionais mútuos.

Relações políticas

O Decreto nº 6.776, de 18 de fevereiro de 2009, criou a Embaixada do Brasil em São Vicente e Granadinas, com sede em Kingstown.

O Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves é uma liderança política com relativa influência no entorno caribenho. Visitou o Brasil em três ocasiões: i) participação na I Cúpula da América Latina e do Caribe –

CALC (dezembro de 2008); ii) I Cúpula Brasil – CARICOM (abril de 2010) e iii) visita ao São Paulo (maio de 2011), durante a qual foram mantidos encontros empresariais.

De modo geral, o Governo de São Vicente e Granadinas ressalta a importância do Brasil como representante dos países em desenvolvimento em organismos multilaterais. A exemplo de outros países da região, tem reiterado a importância de o Brasil representar os pequenos países da região em foros dos quais não participam (como o G-20 financeiro).

A fluidez do diálogo político bilateral refletiu-se no pronto apoio do Primeiro-Ministro Gonsalves à candidatura do Dr. José Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da FAO, por ocasião de gestões realizadas na região do Caribe, em fevereiro. O apoio vicentino foi importante etapa no sentido de viabilizar o apoio da Comunidade do Caribe à candidatura, confirmado por ocasião da 22ª Cúpula da CARICOM (Granada, 25 e 26 de fevereiro).

Por ocasião de sua visita ao Brasil, em maio de 2011, o mandatário vicentino sinalizou interesse no eventual estabelecimento de representação permanente no Brasil (com possíveis impactos sobre o relacionamento bilateral e em matéria de oportunidades de investimento). Na ocasião, foi realizado encontro da delegação vicentina com representantes da FIESP e da construtora OAS, bem como visita a instalações da Embraer.

Comércio

A corrente de comércio Brasil – São Vicente e Granadinas apresenta dimensões limitadas, tendo atingido US$ 2,86 milhões em 2007 (reduzindo-se para US$ 1,63 milhões em 2010, com recuperação observada em 2011). O comércio bilateral caracteriza-se pela predominância das exportações brasileiras e pelo baixo fluxo de importações provenientes de São Vicente e Granadinas. Entre os principais produtos exportados pelo Brasil, encontram-se ladrilhos e peças de cerâmica, preparações alimentícias e conservas de bovinos e elevadores.

Dois importantes temas na agenda comercial consistiriam na possibilidade de aquisição de aeronaves da Embraer, por parte da empresa aérea regional LIAT, e na possibilidade de exportação de carne de aves para São Vicente e Granadinas.

O Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves é Presidente do Comitê de Acionistas da empresa aérea regional LIAT (integrado pelos Governos de São Vicente e Granadinas, Barbados e Antígua e Barbuda). Nesse contexto,

tem salientado o interesse da LIAT na compra de jatos regionais, com vistas à expansão de sua frota – o que abriria a possibilidade realização de negócios com a empresa brasileira EMBRAER.

As autoridades de São Vicente e Granadinas têm manifestado em tratar de procedimentos sanitários para importação de carne de aves brasileira. Há a expectativa de realização de missão sanitária do país ao Brasil, para visita a instalações brasileiras, definidas pelo serviço sanitário e veterinário vicentino.

Financiamento

O processo de adesão do Brasil ao Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC) constitui tema de interesse especial do Governo vicentino, com possíveis impactos também no âmbito bilateral.

O processo de adesão do Brasil ao Banco de Desenvolvimento do Caribe foi aprovado com a promulgação do Decreto Legislativo nº 801, em 20 de dezembro de 2010, por parte do Senado Federal. Com a autorização do Congresso Nacional, o Brasil concluiu o processo interno necessário para se tornar membro da instituição financeira regional, habilitando-se a assinar o Instrumento de Adesão e a realizar os aportes de capital já negociados com o Banco. A aprovação da entrada do Brasil no BDC abre a possibilidade de presença mais efetiva no Caribe, por meio da colaboração com projetos que visem ao desenvolvimento regional.

O pedido brasileiro de admissão ao BDC foi aprovado em maio de 2008 pela Assembleia de Governadores do Banco. O Organismo vinha realizando gestões desde 2003, com vistas ao ingresso do Brasil na qualidade de sócio regional não tomador de recursos. A disposição brasileira de aderir ao BDC foi anunciada por ocasião de reunião da Cúpula do Grupo do Rio (Georgetown, março de 2007).

O Brasil subscreverá 3.118 ações do capital social do BDC. O processo de adesão prevê, ainda, que o Brasil contribuirá para o Fundo Especial de Desenvolvimento do BDC com US$ 5 milhões, em quatro parcelas anuais. Para concretizar sua admissão no BDC, o Brasil deverá depositar o Instrumento de Adesão junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas e efetuar o pagamento da primeira parcela do capital a ser integralizado.

Outro tema relevante consiste em possível contribuição financeira do Brasil ao Fundo de Desenvolvimento da Caricom (FDC), objeto de gestão em Brasília (abril de 2010) do Executivo-Chefe do FDC, Embaixador Lorne McDonnough.

Cooperação Técnica

No âmbito da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), foi realizada em 2010 missão a São Vicente e Granadinas para identificação e elaboração de projetos de cooperação técnica na área agrícola, em parceria com a Embrapa. As atividades de 2011 compreendem: i) capacitação em processamento de frutas e coco verde; ii) capacitação em agricultura orgânica; iii) capacitação em ciências agrárias – máquinas agrícolas, tecnologia de produção de hortaliças e cultivo mínimo em pequenas áreas.

O curso para Capacitação em Agricultura Orgânica é parte do programa de cooperação nas áreas de agricultura e segurança alimentar, anunciado pelo Ministro Antonio Patriota em fevereiro de 2011, por ocasião de sua participação na 22ª Cúpula da CARICOM, ocorrida em Granada. O programa prevê a realização, no Brasil, de dez cursos de curta duração, para os quais está programada a participação de representantes dos países membros da Comunidade.

Por ocasião do evento "Cooperação Técnica Brasileira: Agricultura, Segurança Alimentar e Políticas Sociais", realizado em 24 de junho de 2011 em Roma, no âmbito da FAO, também foi lançado programa de cooperação, composto por 24 cursos de capacitação de curta duração (entre 40 e 80 horas), oferecidos por vinte instituições brasileiras de excelência na elaboração e implementação de políticas públicas em temas afetos à agricultura e ao combate à fome. Os cursos abrangem as áreas de agricultura, meio ambiente, pesca e aquicultura, extensão rural, alimentação escolar, políticas de combate à fome e políticas de equidade de gênero. Os cursos, a serem realizados no Brasil, são oferecidos a todos os países em desenvolvimento da África, Ásia Central e Austral, Pacífico, América Latina e Caribe.

No contexto da visita do Primeiro-Ministro Gonsalves ao Brasil, o Governo vicentino manifestou interesse em cooperação do Brasil nos seguintes setores adicionais:

i) Capacitação e treinamento nos setores hoteleiro (prioridade nacional), de construção de embarcações, aqüicultura e cultura marinha;

ii) Etnofarmacologia – o Governo vicentino tem a intenção de conduzir o registro de plantas e extratos de plantas usados tradicionalmente com fins medicinais e, em seguida, estudos visando à sua utilização na medicina.

Um tema importante para o Governo vicentino é a construção do Aeroporto Internacional de Argyle, que deverá se tornar o principal aeroporto do país, atendendo à capital, Kingstown.

Localizado em terreno montanhoso e irregular, consiste na principal obra em construção em São Vicente e Granadinas. A construção do terminal de passageiros foi iniciada em agosto de 2011 e a obra conta

com a contribuição de Cuba, Venezuela, Taiwan, Trinidad e Tobago, México, Áustria, Malásia, Turquia e Irã. Em relação ao projeto, o Governo brasileiro prestou cooperação na área de formação de técnicos em gestão aeroportuária. Em agosto de 2010, comissão vicentina realizou visita técnica ao Brasil com vistas à cooperação na área de gestão de aeroportos, organizada pela ABC e pelo Ministério da Defesa.

Cooperação cultural e educacional

O Acordo de Cooperação Cultural bilateral, firmado por ocasião da I Cúpula Brasil-CARICOM, encontra-se em tramitação nos parlamentos brasileiro e vicentino.

Em fevereiro de 2011, foi publicada a obra "A Herança Africana no Brasil e no Caribe", que contou com contribuição acadêmica de São Vicente e Granadinas. O livro é desdobramento direto da Cúpula e compila artigos de acadêmicos naturais dos países da CARICOM e do Brasil sobre a escravidão e seu impacto na formação das identidades nacionais destes países. A obra contou com a contribuição do vicentino Curtis M. King. Entre 16 e 19 novembro de 2011 será realizado o Encontro Ibero-Americano Comemorativo ao Ano Internacional dos Afrodescentendes, na cidade de Salvador (BA), ocasião em que haverá seminário com os participantes da obra.

Energia

O Governo de São Vicente e Granadinas enfrenta inúmeros desafios no setor energético, em virtude da dependência da importação de combustíveis fósseis, que respondem por cerca de 95% da eletricidade produzida no país. Portanto, reduzir os custos do setor e incentivar o uso de fontes renováveis de energia constituem prioridades da política energética vicentina.

Em 2010, o Parlamento vicentino aprovou a primeira edição de Plano Energético para o país. O Plano ofereceria oportunidades de cooperação, em áreas como redução de perdas na geração e distribuição de eletricidade e construção de unidade-piloto de produção de biocombustível (mini-usina).

O Presidente da empresa nacional de energia (*St Vicent Electricity Services Limited* – VINLEC) tem manifestado interesse na participação brasileira em projeto de renovação e reparos nas centrais hidrelétricas do país. As usinas localizam-se nas áreas de South Rivers e Richmond e produzem cerca de 2 megawatts de potência. Inauguradas entre 1950 e 1960, necessitam de reparos que abrangem a substituição de canalizações de transporte de água e de turbinas por modelos mais modernos e produtivos. O projeto visa a aumentar a produção de energia para 4,5 a 7,5 megawatts.

Comunidade brasileira

Não há registro de cidadãos brasileiros residentes em São Vicente e Granadinas.

Política Interna

São Vicente e Granadinas é atualmente governado pelo Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves, líder político do "Partido Trabalhista Unido" – o "*United Labour Party*" (ULP). Em 13 de dezembro de 2010, foram realizadas eleições nacionais no país. Como resultado final, o ULP conquistou 52% dos votos, enquanto o partido de oposição "*New Democratic Party*" (NDP) ficou com 47%; o Partido Verde recebeu votação total inferior a 1%.

Essa foi a terceira vitória consecutiva do ULP, que se mantém no poder a despeito de dificuldades econômicas decorrentes da crise econômico-financeira mundial. Como conseqüência da pequena margem de vitória observada, houve diminuição do número de cadeiras ocupadas pelo partido governista na câmara baixa do Parlamento, caindo de 12 cadeiras, antes das eleições, para as 8 atuais.

Têm-se observado sinais de diminuição de apoio popular ao partido governista desde o final de 2009, quando a legenda perdeu referendo nacional por larga margem. O referendo objetivava aprovar emenda constitucional com vistas a instituir o presidencialismo no país – atualmente, São Vicente e Granadinas possui um regime parlamentarista, tendo a Rainha Elizabeth II do Reino Unido como sua Chefe de Estado.

Política Externa

São Vicente e Granadinas procura manter-se alinhado aos esforços integracionistas da região, sendo membro da CARICOM, da Associação dos Estados do Caribe e da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECO). O país também é membro da "*Commonwealth*".

O Governo vicentino tem mantido relacionamento próximo a aliados tradicionais do país, como o Reino Unido, Estados Unidos, Canadá e Taiwan. Ao mesmo tempo, tem buscado estreitar relações com novos parceiros como Brasil, Espanha, Portugal, México, Venezuela, Cuba, Turquia, Austrália, Líbia, Irã e Malásia.

Em 2009, o país tornou-se membro da ALBA, a "Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América" – grupo de cooperação e integração regional, que reúne também Venezuela, Cuba, Nicarágua, Dominica, Equador e Antígua e Barbuda.

Na esfera multilateral, o país defende a centralidade das Nações Unidas para a governança global, em contraposição a outros foros (G-8, G-20, OCDE). O país tem defendido um papel maior para o Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e para a Assembleia Geral das Nações Unidas, em matéria de cooperação econômica internacional, e em oposição à preponderância do Conselho de Segurança da organização.

O país participa do grupo dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS, do inglês "*Small Island Developing States*"), que compreende pequenos países insulares e nações com litoral com baixa altitude. Tais países compartilham desafios de desenvolvimento similares, incluindo pequena população, escassez de recursos, vulnerabilidade a desastres naturais e dependência excessiva do comércio internacional. Nos debates sobre mudança de clima no âmbito das Nações Unidas, os SIDS são representados pela Aliança dos Pequenos Estados Insulares, que tem por preocupação central os efeitos adversos do aquecimento global. Junto com os demais membros do agrupamento, São Vicente e Granadinas advoga reduções ambiciosas nas emissões de gases de efeito estufa pelos países desenvolvidos.

O país optou por reconhecer a legitimidade do Governo de Taiwan, sediado em Taipé, em oposição à do governo da República Popular da China, com sede em Pequim. Por essa razão, São Vicente e Granadinas tem defendido a inclusão de Taiwan no sistema ONU.

Economia

São Vicente e Granadinas apresenta economia vulnerável, com pequena base econômica e alta dependência no setor agrícola. A banana é seu principal produto de exportação, com a utilização de mais de 60% da força de trabalho em sua produção.

Devido à excessiva dependência em relação a apenas um produto, o país tem adotado medidas para diversificar sua base econômica. Entre as áreas que estão recebendo incentivos, destaca-se o setor de turismo.

Em outubro de 2010, a passagem do furacão Tomás pelo país causou prejuízos estimados em US$ 25 milhões para a agricultura, especialmente nas plantações de bananas e árvores frutíferas, e US$ 10 milhões no setor habitacional, relativos à recuperação de mil e duzentas casas. Além disso, houve grandes prejuízos na rede viária, escolas e zonas costeiras.

Segundos estimativas do FMI, o PIB vicentino caiu 1,1% em 2009, devido principalmente às conseqüências negativas da crise econômica. No ano de 2010, a lenta recuperação econômica e os prejuízos causados pelo furacão Tomás acarretaram uma queda ainda maior na produção de riquezas do país, com variação do PIB de -2,3%. Para 2011 e 2012, as projeções de crescimento são de 2,5%, para os dois anos.

Anexos

CRONOLOGIA RECENTE DAS RELAÇÕES BILATERAIS

24/05/1980: Criação da Embaixada do Brasil em São Vicente e Granadinas, cumulativa com a Embaixada em Trinidad e Tobago, pelo Decreto nº 84.734;
10/05/2004: Cumulatividade da Embaixada brasileira em São Vicente e Granadinas transferida para a Embaixada do Brasil em Bridgetown (capital de Barbados), pelo Decreto nº 5.073;
2005: Missão da Agência Brasileira de Cooperação a São Vicente e Granadinas;
12-13/12/2008: Participação do Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves na I Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), na Costa do Sauípe (BA);
18/02/2009: Criação da Embaixada residente do Brasil em Kingstown (São Vicente e Granadinas), pelo Decreto 6.776;
17-19/04/2009: Na V Cúpula das Américas, em Trinidad e Tobago, o Primeiro-Ministro vicentino Ralph Gonsalves solicita ao Presidente Lula que Brasil, Argentina e México representem os interesses dos pequenos países latino-americanos e caribenhos no G-20;
26/04/2010: O Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves representa seu país na Cúpula Brasil-CARICOM (Comunidade do Caribe), realizada em Brasília;
25-26/02/2011: O Ministro das Relações Exteriores Antonio Patriota participa da 22ª Cúpula da CARICOM, realizada em Granada;
6-7/05/2011: Visita do Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves a São Paulo, acompanhado de comitiva de empresários.

Cronologia Histórica

1719: Servindo-se de mão-de-obra escravizada, franceses implantam cultivos de café, tabaco, anileira, algodão e cana de açúcar nas ilhas que hoje correspondem a São Vicente e Granadinas;
1763: Por meio do Tratado de Paris, assinado por França, Grã-Bretanha e Espanha, as ilhas de São Vicente e Granadinas passam ao controle britânico;
1779 No contexto da guerra de independência dos Estados Unidos, a França invade São Vicente e toma posse da ilha;
1783 O Tratado de Versalhes reafirma a soberania britânica sobre São Vicente;
1834: Abolição da escravatura pelo Reino Unido;
1840-50: Portugueses da Ilha da Madeira (expatriados em consequência da praga da videira) aportam em São Vicente;
1860-70: Chegam às ilhas trabalhadores oriundos das Índias Orientais. A queda nos preços internacionais do açúcar – então a principal *commodity* produzida na ilha – leva à estagnação econômica;
1877: A metrópole britânica implementa um governo colonial local;
1925: Instalado o Conselho Legislativo de São Vicente e Granadinas;
1951: É estabelecido o sufrágio universal nas ilhas;
1969: São Vicente e Granadinas torna-se "Estado Associado ao Reino Unido", com gestão própria sobre seus assuntos domésticos;
1974: São Vicente e Granadinas associa-se à Comunidade do Caribe (CARICOM);
1979: Em 27 de outubro, São Vicente e Granadinas obtém sua independência; mantém-se, porém, como membro da *Commonwealth*;
1981: Em 18 de junho, associou-se à Organização dos Países do Caribe Oriental (OECO);
2010: Em 13 de dezembro, nas eleições nacionais no país, o Partido Trabalhista Unido (ULP), do Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves, conquista sua terceira vitória consecutiva.

Atos bilaterais

Título	Data de celebração	Data da entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto	Data
Acordo sobre a Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	26/04/2010	06/09/2010	142	27/07/2010
Acordo de Cooperação Cultural	26/04/2010	Em tramitação (Câmara dos Deputados – Mensagem nº 590 de 11/10/2010)		

Dados econômicos e principais indicadores

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
SÃO VICENTE E GRANADINAS

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	São Vicente e Granadinas
Superfície	389 Km²
Localização	Caribe
Capital	Kingstown
Principais cidades	Kingstown, Chateaubelair, Georgetown
Idioma oficial	Inglês
PIB a preços correntes (2010 - Estimativa EIU)	US$ 580,7 milhões
PIB "per capita" (2010)	US$ 5.907
Moeda	Dólar do Caribe do Leste

Elaborado pela APEX-BRASIL - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report, Organization of Eastern Caribbean States Secretariat, 2011

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008	2009	2010 (1)
População (em milhões habitantes) (2)	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Densidade demográfica (hab/Km²)	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
PIB a preços correntes (US$ milhões)	487,9	554,2	581,7	582,7	580,7
Crescimento real do PIB (%)	9,5	8,4	1,1	-2,8	0,0
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	3,0	6,9	10,1	0,4	3,2
Reservas internacionais, exclusive ouro (US$ milhões)	78,7	87,0	83,7	75,0	80,0
Câmbio (EC$ / US$)	2,7	2,7	2,7	2,7	2,7

Elaborado pela APEX-BRASIL - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report, Organization of Eastern Caribbean States Secretariat, 2011

(1) Estimativa EIU

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
SÃO VICENTE E GRANADINAS

COMÉRCIO EXTERIOR (1) (US$ milhões)	2005	2006	2007	2008	2009	2010 Jan-Set
Exportações (fob)	39,8	215,7	186,9	297,4	203,8	103,9
Importações (cif)	240,5	572,3	584,4	756,8	649,1	428,7
Saldo comercial	-200,6	-355,5	-397,5	-459,4	-445,3	-324,8
Intercâmbio comercial	280,4	788,0	771,2	1.054,2	852,8	532,6

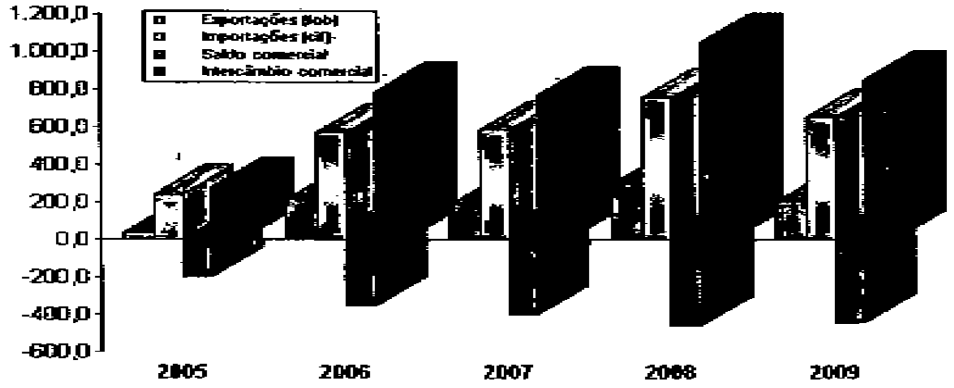
Elaborado pela APEX-BRASIL - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do Fundo Monetário Internacional, EIU Economist, 2011

(1) Os dados são estimativas e/ou projeções, com exceção aqueles relativos ao Balanço de Pagamentos e ao Balanço de Mercadorias metodologia do IMF

(2) Censo - Junho

COMÉRCIO EXTERIOR DE SÃO VICENTE E GRANADINAS
2005 - 2009

(US$ milhões)



Elaborado pelo MRE/APPSIDE - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do FMI, Direction of Trade Statistics, CD Dezembro 2010

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS SÃO VICENTE E GRANADINAS

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - fob)	2007	% do total	2008	% do total	2009	% do total	2010 Jan-Set	% do total
EXPORTAÇÕES:								
Grécia	44,7	24,0%	81,3	30,7%	84,0	46,1%	12,7	12,2%
Polônia	5,8	3,0%	7,7	2,6%	27,8	13,6%	0,0	0,0%
França	18,8	10,1%	55,5	18,7%	24,2	10,4%	58,2	54,1%
Trinidad e Tobago	7,5	4,0%	8,6	2,9%	7,5	3,7%	5,8	5,6%
Dinamarca	0,0	0,0%	0,0	0,0%	6,8	3,4%	0,0	0,0%
St. Lúcia	6,7	3,6%	7,6	2,6%	6,7	3,3%	5,1	5,0%
Reino Unido	11,8	6,3%	7,6	2,5%	6,6	3,2%	3,3	3,1%
Barbados	5,5	3,0%	6,3	2,1%	5,5	2,7%	4,1	3,9%
Dominica	4,4	2,4%	5,0	1,7%	4,4	2,2%	3,4	3,3%
Itália	23,0	12,3%	21,6	7,3%	4,3	2,1%	0,0	0,0%
Granada	4,2	2,2%	4,8	1,6%	4,2	2,1%	3,2	3,1%
Antigua e Barbuda	3,6	2,0%	4,3	1,5%	3,8	1,9%	2,9	2,8%
Brasil	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
SUBTOTAL	136,2	72,9%	220,3	74,1%	192,8	94,6%	96,5	93,0%
DEMAIS PAÍSES	50,6	27,1%	77,0	25,9%	11,0	5,4%	7,3	7,0%
TOTAL GERAL	186,8	100,0%	297,4	100,0%	203,8	100,0%	103,9	100,0%
IMPORTAÇÕES:								
Cingapura	82,6	15,8%	204,3	27,0%	102,5	15,8%	118,8	27,2%
Trinidad e Tobago	87,1	14,9%	99,5	13,1%	87,0	13,4%	62,8	14,7%
Estados Unidos	75,9	13,0%	91,1	12,0%	85,1	13,1%	65,5	15,3%
China	29,2	5,0%	64,3	8,5%	81,2	12,5%	50,8	11,9%
Itália	77,4	13,2%	53,8	7,1%	56,4	8,7%	16,0	3,7%
Turquia	17,2	2,9%	14,4	1,9%	41,8	6,5%	6,0	1,4%
França	10,7	1,8%	20,1	2,7%	35,8	5,5%	3,5	0,8%
Romênia	0,5	0,1%	1,3	0,2%	28,2	4,3%	0,1	0,0%
Barbados	19,2	3,3%	21,8	2,9%	19,1	2,9%	14,8	3,5%
Reino Unido	17,8	3,1%	15,7	2,1%	17,3	2,7%	11,8	2,8%
Canadá	10,9	1,9%	8,5	1,1%	11,8	1,8%	7,9	1,8%
Espanha	13,8	2,4%	2,1	0,3%	9,4	1,4%	16,4	3,8%
Polônia	7,5	1,3%	11,3	1,5%	7,0	1,1%	0,0	0,0%
Brasil	0,0	0,0%	3,3	0,4%	2,7	0,4%	1,4	0,3%
SUBTOTAL	459,8	78,7%	611,7	80,8%	585,6	90,2%	374,1	87,3%
DEMAIS PAÍSES	124,5	21,3%	145,2	19,2%	63,5	9,8%	54,7	12,7%
TOTAL GERAL	584,4	100,0%	756,8	100,0%	649,1	100,0%	428,7	100,0%

Elaborado pelo MRE/APPSIDE - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do FMI, Direction of Trade Statistics, CD Dezembro 2010

Países listados em ordem decrescente, tendo como referência o ano mais recente.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS SÃO VICENTE E GRANADINAS

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2009 (1)	Part %
EXPORTAÇÕES (US$ mil)		
Produtos da indústria de moagem; malte; amidos e féculas	6.712	17,8%
Frutas; cascas de cítricos e de melões	6.323	17,0%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	5.689	11,9%
Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis	5.251	10,1%
Cereais	4.303	9,8%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	2.947	6,0%
Ferro fundido, ferro e aço	2.006	4,1%
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares	1.779	3,6%
Subtotal	**39.019**	**79,6%**
Demais Produtos	**10.045**	**20,5%**
Total Geral	**49.064**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES (US$ mil)		
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	61.117	18,3%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	24.458	7,3%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	22.525	6,8%
Cereais	14.781	4,4%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	12.980	3,9%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	12.286	3,7%
Carnes e miudezas, comestíveis	11.976	3,6%
Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões	11.057	3,3%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	10.514	3,2%
Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento	9.966	3,0%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	8.894	2,7%
Plásticos e suas obras	8.567	2,6%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose	8.393	2,5%
Ferro fundido, ferro e aço	7.115	2,1%
Preparações alimentícias diversas	6.766	2,0%
Preparações à base de cereais, farinhas, amidos, féculas ou de leite	5.519	1,6%
Leite e laticínios; ovos de aves; mel natural	5.044	1,5%
Extratos tanantes e tintoriais; taninos e seus derivados	5.031	1,5%
Produtos farmacêuticos	4.730	1,4%
Borracha e suas obras	4.494	1,3%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	4.006	1,2%
Açúcares e produtos de confeitaria	3.839	1,1%
Subtotal	**265.596**	**79,9%**
Demais Produtos	**67.892**	**20,4%**
Total Geral	**333.490**	**100,0%**

Elaborado pela ARIDOP/DIC - Divisão de Informação Comercial (mail: [illegible])

(1) Dados preliminares, sujeitos a retificação. Dados referentes ao banco de dados COMEXSTAT/Exportação. Processado em [illegible]. Os dados de exportação e importação por países representam o valor total das exportações e importações brasileiras.

(2) Não classificados e/ou sem movimento.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS SÃO VICENTE E GRANADINAS

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SÃO VICENTE E GRANADINAS (US$ mil, fob)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	2.500,0	2.801,0	2.493,0	2.421,0	1.631,0
Variação em relação ao ano anterior	43,8%	12,0%	-11,0%	-11,0%	-32,6%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o CARICOM	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
Importações	0,0	62,0	43,0	18,0	0,0
Variação em relação ao ano anterior	580,0%	10233,3%	-30,6%	-58,1%	-100,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras do CARICOM	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	2.501	2.863	2.536	2.439	1.631
Variação em relação ao ano anterior	43,8%	14,5%	-11,4%	-13,4%	-35,7%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-CARICOM	0,1%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Saldo Comercial	2.499	2.739	2.450	2.403	1.631

Elaborado pela ARIDOP/DIC - Divisão de Informação Comercial (mail: [illegible])

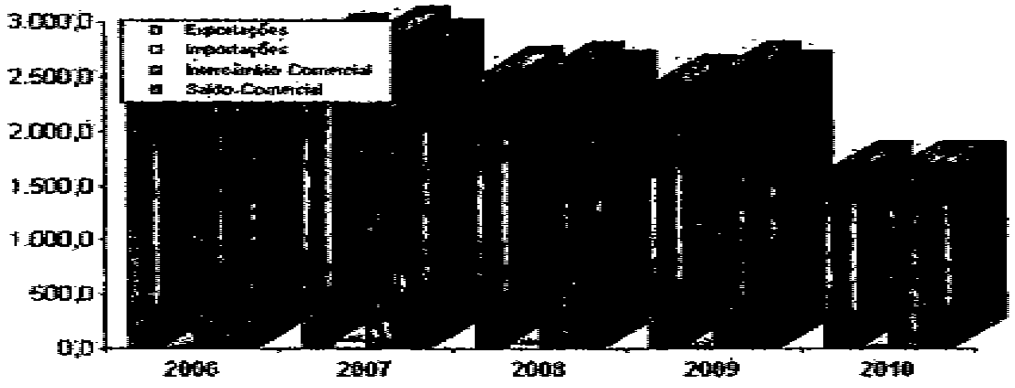
*(1) Os dados referentes às importações brasileiras de [illegible] são [illegible] pelos países de [illegible] e [illegible] [illegible] [illegible]

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SÃO VICENTE E GRANADINAS (US$ mil, fob)	2010 (jan-mar)	2011 (jan-mar)
Exportações	560	407
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-2,4%	-27,3%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o CARICOM	0,1%	0,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%
Importações	0,0	55
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	n.a.	n.a.
Part. (%) no total das importações brasileiras do CARICOM	0,0%	0,1%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	560	462
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-2,4%	-17,5%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-CARICOM	0,1%	0,1%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%
Saldo Comercial	560	352

Elaborado pelo MRE/DEPROC/DIC-Divisão de Informação Comercial, tendo por fonte os dados do MDIC/SECEX/Alice Web.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SÃO VICENTE E GRANADINAS
2006 - 2010

(US$ mil)



Elaborado pelo MRE/DEPROC/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por fonte os dados do MDIC/SECEX/Alice Web.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS SÃO VICENTE E GRANADINAS

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - S. VICENTE E GRANADINAS (US$ mil - fob)	2008	% do total	2009	% do total	2010	% do total
EXPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	694	27,7%	894	29,2%	822	30,3%
Produtos químicos	903	37,2%	548	22,6%	235	14,4%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	423	1,9%	58	2,2%	294	12,0%
Açúcares e produtos de confeitaria	378	15,2%	368	23,5%	154	11,6%
Leite e laticínios, ovos, mel natural	78	3,1%	182	7,5%	79	4,5%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	0	0,0%	43	1,9%	73	4,4%
Plásticos e suas obras	36	1,4%	84	3,8%	48	2,8%
Sabões, agentes orgânicos de superfície	43	1,2%	46	1,5%	44	2,7%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	24	1,0%	32	1,3%	36	2,1%
Subtotal	2.584	64,1%	2.345	82,8%	1.535	92,5%
Demais Produtos	287	35,9%	175	7,2%	125	5,5%
TOTAL GERAL	2.491	100,0%	2.421	100,0%	1.661	100,0%

Elaborado pelo MRE/DEPROC/DIC-Divisão de Informação Comercial, tendo por fonte os dados do MDIC/SECEX/Alice Web.
Dados sujeitos a retificações. Inclui operações não registradas no SISCOMEX.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS SÃO VICENTE E GRANADINAS

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - S. VICENTE E GRANADINAS (US$ mil - fob)	2006	% do total	2007	% do total	2008	% do total
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Produtos químicos inorgânicos/adubos	8,7	15,8%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Plásticos e suas obras	0,0	0,0%	17,0	99,9%	0,0	0,0%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	5,0	13,9%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Subtotal	12,8	29,6%	17,0	99,9%	0,0	0,0%
Demais Produtos	30,4	70,4%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
TOTAL GERAL	43,0	100,0%	18,0	100,0%	0,0	0,0%

Elaborado pelo MRE/DEPROC/DIC-Divisão de Informação Comercial, tendo por fonte os dados do MDIC/SECEX/Alice Web.
Dados sujeitos a retificações. Inclui operações não registradas no SISCOMEX.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
SÃO VICENTE E GRANADINAS

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - S. VICENTE E GRANADINAS (US$ mil - fob)	2010 (jan-mar)	% do total	2011 (jan-mar)	% do total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	97	15,9%	148	26,4%
Produtos cerâmicos	198	33,2%	103	25,3%
Gorduras e óleos animais ou vegetais	26	4,6%	87	15,5%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	33	5,8%	43	12,8%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	160	28,5%	22	5,4%
Obras diversas de metais comuns	8	0,8%	2	0,5%
Subtotal	491	87,6%	391	96,0%
Demais Produtos	69	12,2%	16	4,0%
TOTAL GERAL	560	100,0%	407	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0	0,0%	55	0,0%
Subtotal	0	0,0%	55	100,0%
Demais Produtos	0	0,0%	0	100,0%
TOTAL GERAL	0	0,0%	55	100,0%

Aviso nº 72 - C. Civil.

Em 14 de fevereiro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MICHAEL FRANCIS DE MAYA MONTEIRO GEPP, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a São Vicente e Granadinas.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

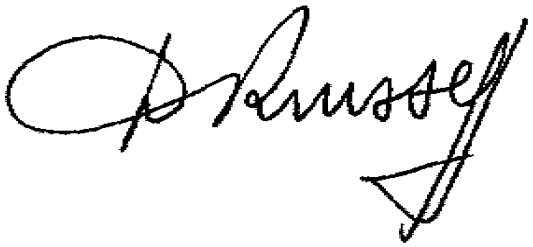
MENSAGEM
Nº 12, DE 2012
(nº 35/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MÁRCIO ARAUJO LAGE, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Botsuana.

Os méritos do Senhor Márcio Araujo Lage que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de fevereiro de 2012.



00001.011671/2011-57

EM No 00528 MRE

Brasília, 18 de novembro de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **MÁRCIO ARAUJO LAGE**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Botsuana.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **MÁRCIO ARAUJO LAGE** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº00528/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 18 de novembro de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **MÁRCIO ARAUJO LAGE**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Botsuana.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o pais e *curriculum vitae* de **MÁRCIO ARAUJO LAGE** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

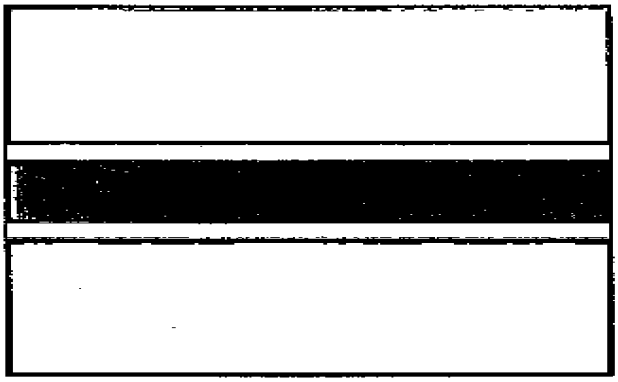
MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *MÁRCIO ARAUJO LAGE*
CPF.: 311.015.007-78
ID.: 5342 MRE

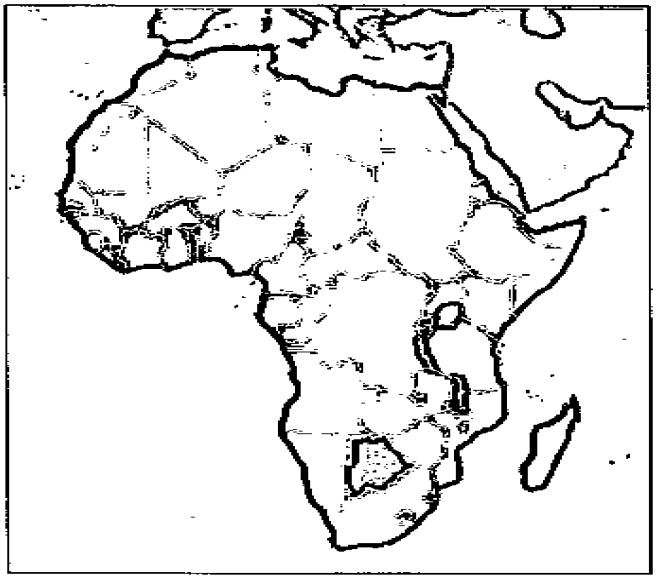
1948	Filho de José Ribeiro Lage e Ruth de Araújo Lage, nasce em 11 de março, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1971	Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro
1981	CAD - IRBr
1994	CAE - IRBr, A Amazônia na Política Externa do Equador 1979-1992
Cargos:	
1974	Terceiro-Secretário
1978	Segundo-Secretário
1982	Primeiro-Secretário, por merecimento
1990	Conselheiro, por merecimento
1998	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2008	Ministro de Segunda Classe, no Quadro Especial
Funções:	
1973	CPCD - IRBr
1974-75	Departamento de Comunicações e Documentação, assistente
1975-77	Divisão de Transmissões Internacionais, assistente
1977-81	Embaixada em Buenos Aires, Terceiro e Segundo-Secretário
1981-83	Embaixada em Camberra, Segundo, Primeiro-Secretário e Encarregado de Negócios
1983-86	Presidência da República, Cerimonial, Adjunto
1986-89	Embaixada em Washington, Primeiro-Secretário
1989-91	Embaixada em Quito, Primeiro-Secretário e Conselheiro
1991	I Reunião da Comissão de Transportes da Amazônia, Quito, Chefe de delegação
1991	II Reunião da Comissão especial de Saúde da Amazônia, Quito, Chefe de delegação
1991-92	Presidência da República, Cerimonial, Adjunto
1992-93	Secretaria-Geral, Coordenador Executivo
1993-94	Fundação Visconde de Cabo Frio, Conselheiro Fiscal
1994-97	Consulado-Geral em Nova York, Cônsul-Geral Adjunto
1997-98	Divisão de Imigração, Chefe
1998-00	Divisão de Atos Internacionais, Chefe
2000-05	Embaixada em Assunção, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios
2005-09	Embaixada em Windhoek, Embaixador
2009	Consulado-Geral no México, Cônsul Geral
Condecorações:	
1976	Ordem do Tesouro Sagrado, Japão, Cavaleiro
1981	Ordem de Mayo ao Mérito, Argentina, Oficial
1984	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Cavaleiro
1984	Ordem da Águia Azteca, México, Oficial
1985	Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
1991	Ordem do Mérito da República Italiana, Itália, Comendador
1992	Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
2000	Ordem del Sol, Peru, Grande Oficial

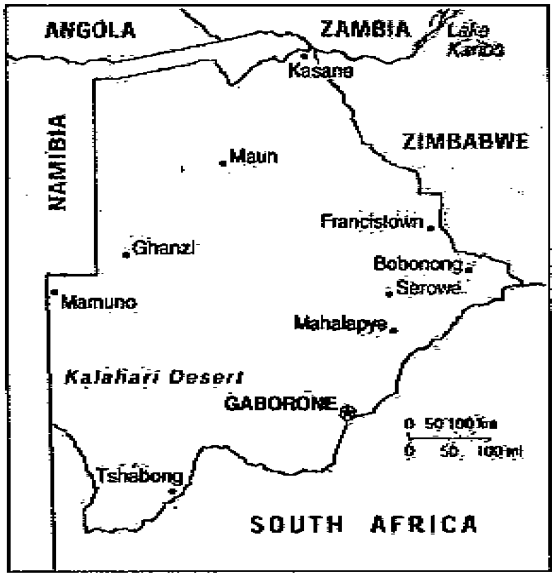
JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS III
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
DIVISÃO DE ÁFRICA II

REPÚBLICA DE BOTSUANA







OSTENSIVO
Informações sobre o Senado Federal
Novembro de 2011

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS .....

PERFIS BIOGRÁFICOS .....

RELAÇÕES BILATERAIS .....

POLÍTICA INTERNA .....

POLÍTICA EXTERNA .....

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS .....

ANEXOS

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS .....
CRONOLOGIA HISTÓRICA .....
ATOS BILATERAIS .....
PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS E COMERCIAIS .....

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	República de Botsuana
CAPITAL:	Gaborone
ÁREA:	581.730 km² (pouco menor que o Estado de Minas Gerais)
POPULAÇÃO (est. 2009):	1,9 milhão (42° na África)
IDIOMAS:	Inglês (oficial); setsuana (falado por 78,2% da população)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristianismo (71,6%); badimo – religião tradicional africana (6%); outras religiões (1,8%); sem religião (20,6%).
SISTEMA DE GOVERNO:	República semipresidencialista
PRESIDENTE:	Seretse Khama Ian Khama (desde abril de 2008)
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES:	Phandu Skelemani (desde abril de 2008)
EMBAIXADOR EM GABORONE:	João Inácio Oswald Padilha (desde abril de 2007)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Diabi Jacob Mmualefe (desde setembro de 2009)
PIB real (est. 2010):	US$ 11,519 bilhões
PIB PPP (est. 2010):	US$ 25,548 bilhões
PIB *per capita* (est. 2010):	US$ 6.316,48
PIB *per capita* PPP (est. 2010):	US$ 14.020,58
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO:	81%
EXPECTATIVA DE VIDA:	51 anos
IDH:	0,633 (*6° na África; 118° no mundo; Brasil é o 84°, com 0,718*))
MOEDA:	Pula (BWP)
COMUNIDADE BRASILEIRA:	26 indivíduos

INTECÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US$ mil, FOB) – *Fonte: MDIC*

BRASIL⇒ BOTSUANA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-jul)
Intercâmbio	659,15	1.597,62	2.197,26	3.684,46	2.726,26	2.006,06	1.231,40	1.746,4	543,9
Exportações	659,15	1.581,42	2.197,24	3.684,46	2.711,07	1.995,40	959,85	1.576,19	541,3
Importações	0,00	16,20	0,02	0,00	15,19	10,66	271,55	169,5	2,6
Saldo	659,15	1.565,22	2.197,22	3.684,46	2.695,88	1.984,74	688,30	1.406,69	538,6

PERFIS BIOGRÁFICOS

General Seretse Khama Ian Khama
Presidente da República

Filho de *sir* Seretse Khama, líder da independência de Botsuana e primeiro Presidente do país. Ian Khama nasceu em 27 de fevereiro de 1953, em Surrey (Inglaterra), durante o período em que seus pais encontravam-se exilados no Reino Unido.

Graduou-se pela Real Academia Militar de Sandhurst (Inglaterra).

Em conjunto com o General Mompati Meraphe, atual Vice-Presidente, foi responsável pela consolidação das Forças Armadas de Botsuana. Em 1978, aos 25 anos, recebeu a patente de General. Em 1989, assumiu o posto de Comandante das Forças Armadas de Botsuana.

Tornou-se Vice-presidente em março de 1998, cargo que exerceu por dez anos. Foi eleito Presidente do *Botswana Democratic Party* (BDP) em julho de 2003. Assumiu o cargo de Presidente da República em abril de 2008, obtendo a confirmação no cargo nas eleições gerais de 16 de outubro de 2009.

Phandu Skelemani
Ministro das Relações Exteriores e Cooperação Internacional

Nasceu em 5 de janeiro de 1945. Formado em Direito pela Universidade de Botsuana.

Em 1992, assumiu a Procuradoria-Geral de Botsuana. É membro do BDP (*Botswana Democratic Party*) e Membro do Parlamento desde 2004.

Em novembro de 2004, foi designado Chefe da Casa Civil e Ministro da Administração Pública. Assumiu o Ministério da Justiça, Defesa e Segurança, em 2007.

Em 2008, no novo Governo de Ian Khama, assumiu o Ministério das Relações Exteriores e Cooperação Internacional. Realizou visita ao Brasil em maio de 2009, ano em que foi confirmado como Chanceler após as eleições gerais de outubro.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Botsuana estabeleceram relações diplomáticas em 1985. Inicialmente sem Embaixadas residentes, as relações bilaterais eram acompanhadas pela Embaixada do Brasil em Pretória e pela Embaixada de Botsuana em Washington. Com o crescimento da densidade das relações, o Brasil abriu Embaixada residente em Gaborone em 2007. Em julho de 2009, Botsuana abriu Embaixada em Brasília, a primeira do país na América Latina.

Desde 2003, ocorreram três visitas presidenciais: o Presidente Festus Mogae realizou visita oficial ao Brasil em julho de 2005, quando foi assinado Acordo Bilateral de Cooperação Técnica. Retornou ao País para participar, como convidado de honra, da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, realizada em Salvador em julho de 2006. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou Gaborone em fevereiro de 2006. A última visita de Chanceler ocorreu em maio de 2009, quando o Ministro botsuanês, Phandu Skelemani, visitou o Brasil.

Em março de 2010, teve lugar em Gaborone a I Sessão da Comissão Mista Permanente Brasil-Botsuana. Durante esse encontro, três ajustes complementares ao Acordo de Cooperação Técnica foram assinados para a implementação dos seguintes projetos: "Inserção Social pela Prática Esportiva", "Capacitação Técnica em Sistemas de Produção de Pecuária de Corte em Botsuana" e "Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural em Botsuana".

Em continuidade aos compromissos assumidos durante a Comissão Mista, Botsuana apresentou em fevereiro de 2011 proposta de Memorando de Entendimento na área de Bioenergia, que prevê, entre outros aspectos, a transferência de tecnologia na produção de etanol.

Cooperação na área do esporte

Em 2006, acordo de cooperação esportiva foi assinado entre os dois países. Em visita ao País em 2008, a Ministra dos Esportes de Botsuana, Gladys Kokorwe, conheceu os programas "Segundo Tempo" , que visa a democratizar o acesso ao esporte de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens e "Pintando a Cidadania", que visa à inserção no mercado de trabalho de indivíduos residentes em comunidades carentes, empregados em fábricas de material esportivo, e demonstrou interesse em eventualmente implantá-los em Botsuana. O Brasil ofereceria principalmente experiência sobre os aspectos sociais dos projetos e levaria "*know-how*" sobre fabricação de bolas esportivas para as "*kgotlas*" (estruturais tribais) botsuanesas.

Uma treinadora de futebol feminino de Botsuana foi designada para participar do Curso Internacional para Treinadores de Futebol, realizado na cidade de São Paulo entre 23 e 27 de maio de 2011, no âmbito de programa de Cooperação Esportiva do Governo brasileiro.

Cooperação em desenvolvimento social

Delegação botsuanesa chefiada pelo Ministro de Assuntos Presidenciais e Administração Pública, Mokgweetsi Eric Masisi, esteve em Brasília entre os dias 29 de agosto e 1º de setembro de 2011, para reunir-se com autoridades brasileiras das áreas de desenvolvimento social e comunicações (uma vez que o Ministro participa do processo de escolha do padrão de TV digital de Botsuana).

A agenda da visita incluiu, nos dias 29 e 30 de agosto, visitas de campo a projetos de erradicação da pobreza, organizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). No dia 1º de setembro, o Ministro Masisi foi recebido pela Ministra Tereza Campello (MDS), ocasião em que foi assinado Memorando de Entendimento para Cooperação na Área de Desenvolvimento Social. O objetivo da iniciativa é estabelecer colaboração, entre o MDS e o Ministério de Assuntos Presidenciais e Administração Pública de Botsuana, em temas como erradicação da pobreza; participação da sociedade civil e o fortalecimento de serviços a grupos vulneráveis, particularmente as crianças em conflito com a lei; e os programas de abuso de substâncias.

Representantes do MDS integraram missão da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores a Gaborone realizada no período de 19 a 23 de setembro de 2011, com o objetivo de dar continuidade às conversações sobre o tema.

Cooperação em HIV/AIDS

O Brasil mantém um importante programa de cooperação técnica com Botsuana relacionado ao combate ao HIV/AIDS. O país tem uma das maiores taxas de incidência do vírus da AIDS no mundo: 23,9% de sua população adulta é portadora do HIV.

Técnicos brasileiros colaboram, desde 2002, na criação de programa educacional televisivo direcionado à população botsuanesa.

Em 2006, iniciou-se a troca de missões técnicas, com o deslocamento de botsuaneses ao Brasil (maio de 2007) e de brasileiros a Botsuana (outubro/novembro de 2007 e abril de 2008). Tais visitas tiveram como resultado um projeto de cooperação técnica que contempla as áreas de prevenção, assistência e tratamento, intitulado "*Strengthening the National Framework for HIV/AIDS*", assinado em dezembro de 2009.

Dentro desse projeto, foram realizadas diversas atividades, como a exposição de cartazes sobre HIV/AIDS em Gaborone; a vinda de dois técnicos do Ministério da Saúde de Botsuana ao Brasil para participar do seminário "*Strengthening the Partnership between Government and Civil Society in the Fight against HIV/AIDS*"; e a ida, em outubro de 2010, de três consultores brasileiros a Gaborone para realizar o treinamento de técnicos botsuaneses. Além disso, em agosto último, foi realizada, em São Paulo, a capacitação de quatro botsuaneses no tema "Prevenção do HIV/AIDS no local de trabalho"

Cooperação em biocombustíveis

No caso da cooperação bilateral com o Brasil, Botsuana tem demonstrado interesse em discutir as possibilidades de cooperação na área de biocombustíveis, tanto no plano técnico quanto no campo empresarial.

Em 2009, no âmbito do "Programa Estruturado de Apoio aos demais Países em Desenvolvimento na área de Energias Renováveis" (Pro-Renova), ocorreu, em Gaborone, Seminário sobre Zoneamento Agroecológico, apresentado por representantes do Governo brasileiro, no qual ficou evidente a expectativa botsuanesa de que o Brasil se afirme como parceiro preferencial de Botsuana em matéria de biocombustíveis.

Por ocasião da I Reunião da Comissão Mista Brasil-Botsuana, em março de 2010, ambas as partes concordaram que, na área de biocombustíveis, a cooperação focar-se-ia no desenvolvimento da produção de biodiesel no país africano, sem, contudo, desconsiderar a cooperação para a produção de etanol. Para tanto, o Brasil comprometeu-se a facilitar a transferência de experiências em pesquisa, tecnologia e inovação, assim como a organizar encontro entre técnicos brasileiros e botsuaneses e facilitar investimentos do setor privado brasileiro na área de biocombustíveis em Botsuana.

Em fevereiro de 2011, o Governo botsuanês apresentou ao Governo brasileiro proposta de Memorando de Entendimento para a cooperação na área de biocombustíveis, com vistas a institucionalizar a cooperação bilateral. Em agosto de 2011, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) demonstrou interesse em iniciar a troca de informações com interlocutores locais sobre o marco regulatório brasileiro para o setor de biocombustíveis, em resposta ao reiterado interesse botsuanês na cooperação com o Brasil. A ANP também indicou a possibilidade de receber visita de técnicos de órgão regulador botsuanês e/ou de outros profissionais do setor de biocombustíveis, para a troca de experiências e informações.

TV digital

Na Reunião dos Ministros de Comunicação e Tecnologias da Informação da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), realizada em Lusaca (Zâmbia), em 24 de novembro de 2010, decidiu-se que os países-membros que não adotassem os padrões europeus DBV-T ou DVB-T2 deveriam comprovar que o sistema alternativo de TV digital escolhido estivesse de acordo com as especificações do Acordo de Genebra de 2006 (GE-06) da UIT, que determina a freqüência de 8 MHz para transmissão e recepção do sinal de TV digital para a África (e Europa). Na região da América Latina, a frequência é de 6 MHz.

Em esforço conjunto dos lados brasileiro e japonês, estão sendo realizados, em Luanda (Angola) e Gaborone (Botsuana), testes bem-sucedidos com equipamentos de TV digital adaptados para 8 MHz. Consultadas pelo governo

angolano, empresas brasileiras já afirmaram serem capazes de produzir equipamentos para ambas as freqüências.

Em julho último, delegação brasileira de TV digital reuniu-se, em Gaborone, com o Ministro dos Assuntos Presidenciais e Administração Pública, Mokgweetsi Masisi, e demais autoridades da pasta, responsável por produzir o relatório comparativo sobre os sistemas disponíveis de TVD. A missão brasileira enfatizou as possibilidades que a interatividade proporcionada pelo '*middleware*' GINGA desenvolvido pelo Brasil teria para o desenvolvimento de políticas de inclusão social e geração de novos negócios relacionados a mídias e conteúdos digitais.

Entre os dias 22 e 26 de agosto de 2011, delegação liderada pelo Secretário Permanente Adjunto do Ministério de Assuntos Presidenciais e Administração Pública de Botsuana, Mogomotsi Kaboeamodimo, esteve em São Paulo e em Santa Rita do Sapucaí para participar do GT de Harmonização Técnica do Fórum Internacional do ISDB-T e do Congresso da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão (SET), bem como visitar emissoras de TV e institutos de pesquisa e ensino da área de TV digital.

Durante visita ao Brasil, realizada entre os dias 29 de agosto e 1º de setembro corrente, o Ministro dos Assuntos Presidenciais e Administração Pública de Botsuana, Mokgweetsi Eric Masisi, encontrou-se com o Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo. O Ministro Paulo Bernardo ressaltou como vantagens do padrão nipo-brasileiro de TV digital (ISDB-T) a mobilidade do sistema (recepção em dispositivos moveis sem custo adicional), o enfoque dado à TV aberta e gratuita, o fortalecimento das iniciativas de cooperação com os países que adotaram o ISDB-T e a possibilidade de desenvolvimento industrial para produção de equipamentos e aplicativos de TV digital. O Ministro Masisi, por sua vez, afirmou ter se impressionado com os aspectos do padrão ISDB-T, relatados pela missão botsuanesa de TV digital que visitara São Paulo e Santa Rita do Sapucaí na semana anterior.

Após a reunião com o Ministro Paulo Bernardo, realizou-se, com a presença do Secretário de Telecomunicações do MC, Maximiliano Martinhão, demonstração de aplicativos de interatividade em TV digital, desenvolvidos com base no '*middleware*' GINGA, para serviços de governo eletrônico, tais como '*t-banking*' e tele-saúde.

Cooperação em agropecuária

Memorando de entendimento, assinado entre a Embrapa e o Ministério da Agricultura de Botsuana, em agosto de 2006, prevê a transferência de tecnologia e o treinamento de técnicos daquele país.

Membros do Comitê parlamentar de Agricultura e Meio Ambiente, juntamente com representantes do Ministério da Agricultura e do Banco Nacional de Desenvolvimento de Botsuana vieram ao Brasil, em agosto de de 2009, para visitar a EMBRAPA e o Congresso Nacional. Os pontos de interesse manifestados pela

missão foram: criação de aves, bovinos e suínos e produção de milho. Em outubro de 2009, foi realizado, em Gaborone, seminário sobre zoneamento agroecológico.

A ABC e a Embrapa realizaram missão de prospecção a Botsuana em dezembro de 2009, quando foi identificada como potencial área para cooperação a pecuária de corte. Durante a I Sessão da Comissão Mista, foram assinados Ajustes Complementares ao Acordo de Cooperação Técnica para viabilizar a execução dos projetos "Capacitação Técnica em Sistemas de Produção de Pecuária de Corte" e "Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural".

Botsuana enviou numerosa delegação para participar do 'Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural' (Brasília, 10-13 maio de 2010), demonstrando especial interesse nos temas relativos à agricultura familiar e cooperativismo.

Em outubro de 2010, o Ministro da Agricultura botsuanês, Christian De Graff, ao manifestar apoio à candidatura brasileira para o cargo de Diretor-Geral da FAO durante reunião com o Embaixador do Brasil, saudou as iniciativas de cooperação brasileira em Botsuana, mencionando, em especial, os cursos sobre agricultura oferecidos pelo Brasil a especialistas africanos, em decorrência do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar. No âmbito da cooperação técnica com países em desenvolvimento, o Brasil ofereceu vagas a representantes botsuaneses em cursos oferecidos na Embrapa e no Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

Está prevista para se realizar ainda no corrente ano missão da ABC a Gaborone com o objetivo de finalizar as propostas dos projetos "Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural em Botsuana" e "Capacitação Técnica em Sistemas de Produção Pecuária de Corte em Botsuana".

Cooperação nas áreas educacional e cultural

Por ocasião da visita a Botsuana realizada em junho de 2009 pelo então Subsecretário-Geral de Cooperação e Promoção Comercial e atual Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira, foram assinados Acordo Cultural e Acordo Educacional entre os dois países. O Acordo Educacional permitirá a inclusão de Botsuana nos Programas de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG).

Em julho de 2011, o Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação e Serviços de Mídia do Ministério da Educação de Botsuana solicitou ao Governo brasileiro a cessão de material audiovisual educativo para ser incluído na programação da TV educativa local. O pedido foi encaminhado ao MEC para análise.

Cooperação em matéria eleitoral

A Comissão Eleitoral de Botsuana manifestou interesse em estabelecer cooperação eleitoral com o Brasil, principalmente nas áreas de registro de eleitores,

processamento dos dados dos eleitores e preparação do pleito. Há a possibilidade de que missão botsuanesa seja recebida pelo TSE possivelmente em outubro de 2011.

Outros projetos de cooperação

Há a possibilidade de serem iniciados projetos de cooperação nas áreas de turismo e de formação de diplomatas botsuaneses. No primeiro caso, a Chancelaria daquele país já apresentou o interesse em compartilhar informações com o Brasil e informou que deverá apresentar uma proposta de acordo em breve. No segundo, apesar do contexto de restrições orçamentárias que impossibilitam, por exemplo, o oferecimento neste momento de bolsa de estudante estrangeiro para aquele país, foi tomada nota da demanda botsuanesa sobre o assunto, bem como aventada a possibilidade de serem oferecidos cursos de curta duração no Instituto Rio Branco.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficias entre o Brasil e Botsuana.

Assistência consular

Em Botsuana, a comunidade brasileira soma 26 pessoas e não dispõe de Conselho de Cidadãos. Nesse país, a rede consular resume-se ao Setor Consular da Embaixada do Brasil em Gaborone.

POLÍTICA INTERNA

A independência de Botsuana, antigo Protetorado Britânico de Bechuanalândia (desde 1885), ocorreu em 1966. Fortemente dependente da economia da África do Sul, Botsuana manteve uma política de não-interferência nos assuntos internos do país vizinho durante os governos segregacionistas do *apartheid*. Apenas na década de 1970 o país alinhou-se com os países opositores dos regimes

segregacionistas, grupo que posteriormente originaria a Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), criada em 1980 com o objetivo de diminuir a dependência dos países da África meridional da economia da África do Sul. Com a transição sul-africana, a SADCC transformou-se na SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) em 1992, ampliando sua agenda para a integração regional.

Botsuana é uma república semipresidencialista. O Presidente, chefe de Estado e de Governo, é eleito pela Assembleia Nacional (composta por 61 parlamentares, sendo 57 deles eleitos pelo voto direto e 4 designados pelo partido majoritário). O mandato presidencial é de cinco anos, com possibilidade de uma reeleição. Além da Assembleia Nacional, há um Conselho Consultivo não permanente ("*House of Chiefs*"), composto por 15 membros e convocado quando são debatidas normas sobre assuntos tribais ou costumes tradicionais. O Gabinete ministerial é formado por catorze ministérios.

Botsuana ostenta uma história de estabilidade institucional. O primeiro Governo do país foi formado pelo Partido Democrático de Botsuana (*Botswana Democratic Party* – BDP), nas eleições de 1965, ano em que o país obteve a autonomia política que precedeu sua total independência do Reino Unido. O BDP mantém-se no poder desde então. O primeiro Presidente eleito, Seretse Khama, neto de Khama III, o principal líder botsuanês no século XIX, ocupou o cargo desde 1966 até sua morte em 1980. Khama deixou legado de democracia estável e consolidada, com alto grau de institucionalização.

Os dirigentes botsuaneses demonstram apreço pelo modelo parlamentar, o que faz do regime de Botsuana a democracia pluralista mais avançada e estável do continente, além de converter o país em caso excepcional de estabilidade política e de liberdades públicas na África pós-independência. Merece destaque o elevado grau de confiabilidade internacional de que goza o país e sua boa colocação em índices de avaliação de corrupção. Botsuana ocupa a 37ª posição no ranking do Índice de Percepção da Corrupção de 2009 da ONG Transparência Internacional, ficando em primeiro lugar entre os países africanos.

De acordo com resumo dos indicadores do "Afrobarômetro" (projeto de pesquisa independente e não-partidário que busca analisar o ambiente social, político e econômico em países africanos), publicado em 5 de agosto de 2009, o apoio popular à democracia em Botsuana é bastante alto e a rejeição ao monopartidarismo e a alternativas autoritárias à democracia manteve-se alta em todo o período das pesquisas. As avaliações sobre a qualidade das eleições no país também mantiveram-se positivas no período analisado. Apesar de alguns aspectos preocupantes, como o longo domínio da política por um único partido, os botsuaneses continuam fortemente comprometidos com a democracia e com as eleições como o meio preferido de escolher seus líderes.

Ainda segundo o Afrobarômetro, Botsuana é reconhecido por seu respeito à liberdade de expressão e à independência da mídia. A imprensa botsuanesa, sobretudo a privada, é amplamente vista como um órgão de defesa da política

democrática no país. Relatório da ONG Transparência Internacional sobre Botsuana, publicado em 2007, chega a conclusão semelhante: o Governo de Botsuana respeita a liberdade de expressão e de imprensa e, apesar de algumas duras críticas ocasionais à mídia por representantes do governo, o país parece ter alcançado uma boa forma de coexistência entre a mídia e o governo.

Em relação às disputas políticas recentes, nas eleições gerais de 1999, o BDP conquistou 33 dos 40 assentos disputados, seis a mais que na eleição anterior, e elegeu o Presidente Festus Mogae. Sua gestão foi marcada pelo pragmatismo econômico, moderação e tolerância política, além de reconhecido sentido de responsabilidade na gestão pública.

Em abril de 2008, Ian Khama, então Vice-Presidente, assumiu a Presidência do país após mais de uma década de administração Mogae. Com a aprovação do Parlamento, Khama assumiu suas funções em caráter transitório. Conforme estabelece a Constituição de Botsuana, a permanência do Presidente no poder depende de confirmação eleitoral, a qual, no caso, ocorreu em outubro de 2009.

Em 2010, severa crise abalou o Partido Democrático de Botsuana (BDP), no poder. Por um lado, o BDP sofre com o confronto entre Ian Khama e Daniel Kwelagobe, presidente do partido e líder da facção de oposição "*Barata-Phathi*".. Por outro lado, o Partido pode ter sua hegemonia ameaçada nas eleições de 2014, com a formação, em abril de 2010, de uma nova agremiação partidária de oposição, o Movimento pela Democracia de Botsuana (BMD). Há indícios de que o BMD poderá compor uma coalizão com outros partidos de oposição (BCP e BNF) a fim de fazer frente ao BDP nas próximas eleições.

Um dos maiores desafios enfrentados por Botsuana é combater a epidemia de HIV/AIDS. Apesar de ter sido o primeiro país da África a disponibilizar medicamentos retrovirais no sistema público de saúde, Botsuana ainda luta para reduzir significativamente o número de pessoas contaminadas pelos vírus. Segundo dados de 2009 da UNAIDS (Programa das Nações Unidas sobre o HIV/AIDS), 300 mil botsuaneses estão infectados pelo HIV, cerca de 15% da população. Esse número chega a 24% da população adulta, sendo a segunda maior taxa de infecção em todo o mundo, atrás apenas da Suazilândia.

O Governo tem intensificado os esforços para combater a disseminação da doença. Com a ampliação da cobertura do tratamento (estima-se que 80% dos infectados tenha acesso a tratamento), os óbitos relacionados à AIDS diminuíram em mais de 50% nos últimos cinco anos (também de acordo com dados da UNAIDS).

A prevenção, no entanto, continua sendo um desafio. O Governo tem-se concentrado nas campanhas de conscientização da população, com enfoque no incentivo a que as pessoas realizem o teste de HIV/AIDS e evitem comportamentos de risco. Em 2009, campanha maciça para a circuncisão da população masculina foi conduzida como política de combate à disseminação da AIDS no país.

Outro tema sensível para o país é a situação dos bosquímanos – grupo minoritário étnico historicamente ligado à região do deserto do Kalahari, cujas características físicas e linguísticas os distinguem das etnias bantus, predominantes na região.

Botsuana é membro fundador da SACU (União Aduaneira da África Austral) e da SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, sediada em Gaborone). A Força de Defesa de Botsuana (BDF) participa de diversas operações humanitárias e de manutenção da paz no continente africano, com destaque para sua atuação passada no Lesoto, na Somália e em Moçambique.

É corrente a avaliação de que Botsuana é o país da África Austral mais alinhado com as posições dos países europeus e dos EUA. Mantém firme posição crítica ao Presidente do Zimbábue, Robert Mugabe, em contraposição à política de *quiet diplomacy* adotada inicialmente pela África do Sul em relação a Mugabe (porém matizada no Governo Zuma). Além disso, nas recentes crises em Côte d'Ivoire (Costa do Marfim) e na Líbia, foi o primeiro país a assumir o posicionamento das grandes potências: reconhecendo imediatamente a vitória de Alassane Ouattara e rompendo relações diplomáticas com o regime de Muamar Kadafi.

AFRICOM

O *African Command* foi criado em desdobramento do *European Command*, em outubro de 2007, como unidade responsável, operacional e administrativamente, pelo planejamento da estratégia e de eventuais operações das forças armadas dos EUA no continente africano. Foram recorrentes as especulações de que Botsuana sediaria o AFRICOM, em função da recusa de muitos países africanos e de indicações das autoridades botsuanesas de que estavam abertas a acolher a iniciativa. Já existe programa de treinamento de militares estadunidenses no deserto do Kalahari, amparado por um *Status of Force Agreement* (o qual reconhece a jurisdição dos EUA sobre delitos praticados por militares estadunidenses em território botsuanês, proibindo Botsuana de entregá-los a cortes internacionais). A postura botsuanesa foi fortemente rechaçada no entorno regional, o que teria levado os EUA a recuar e anunciar, em junho de 2008, que a sede do AFRICOM continuará em Stuttgart (Alemanha) por tempo indeterminado.

Líbia

O Governo de Botsuana reconheceu o Conselho Nacional de Transição como o governo interino da Líbia e ainda convidou-o para abrir uma Embaixada em Gaborone. Mais uma vez, a diplomacia do Presidente Khama descolou-se do "*mainstream*" africano, afastando-se das posições de órgãos como a SADC e a UA e situando-se sob a influência direta dos países desenvolvidos.

Moçambique

O Presidente Ian Khama realizou visita de Estado a Moçambique no período de 21 a 23 de julho de 2011. A visita insere-se no esforço de parte a parte com vistas ao fortalecimento das relações bilaterais de amizade e cooperação e foi marcada pela assinatura de diversos memorandos de entendimento. Entre os projetos específicos discutidos ao longo da visita, que deverão contar com investimentos botsuaneses, destacam-se a construção de linha férrea que deverá ligar Moçambique a Botsuana, passando pelo Zimbábue, e a construção de porto de águas profundas no distrito de Matutuíne.

Zimbábue

Na África austral, Botsuana foi o país mais crítico ao Presidente do Zimbábue, Robert Mugabe, alinhando-se à posição do Reino Unido, desde que a coesão dos países-membros da SADC começou a se enfraquecer a partir da Cúpula Extraordinária de Lusaca, em fins de 2007.

Com a formação do Governo de coalizão, porém, Botsuana tem se esforçado por melhorar sua relação com o Zimbábue, tendo aderido à posição dos países-membros da SADC contra a continuidade das sanções aplicadas em relação àquele país, conforme o consenso forjado nas cúpulas de agosto de 2009 e agosto de 2010.

A crise zimbabuana tem impacto direto sobre Botsuana, com o aumento da imigração ilegal e surgimento de focos de doenças veterinárias, o que levou o Governo botsuanês a decidir, em 2005, levantar uma cerca eletrificada ao longo dos 500 km da fronteira botsuano-zimbabuana.

Somália

O Presidente Khama foi Comandante das Forças Armadas botsuanesas quando o país participou da UNOSOM (*United Nations Operation in Somalia*), entre 1994 e 1996. Em encontro com os Chefes de missão diplomática (08/2010), o Presidente afirmou que Botsuana não pode mais engajar-se militarmente na Somália por não dispor de recursos e reclamou do fato de a ONU ter reduzida capacidade para reembolsar os países envolvidos em operações de paz.

Sudão

O Presidente Khama, na contramão do que foi decidido pela União Africana, diz-se disposto a cooperar com o Tribunal Penal Internacional (TPI) na execução da sentença contra o mandatário sudanês, Omar Al-Bashir.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Nos últimos quarenta anos, Botsuana tem sido um dos países com maior crescimento econômico na África. A soma de políticas macroeconômicas sólidas, boa governança, discreto apoio das potências ocidentais e exportação de diamantes elevou o país de uma das economias mais pobres do mundo quando de sua independência, em 1966, para o status de economia de renda média elevada. Botsuana apresenta a maior nota de dívida soberana da África, sendo classificada como "grau de investimento" ("*investment grade*").

Maior produtor mundial de diamantes (em valor), Botsuana tem uma economia ancorada no produto, que responde por cerca de 40% do PIB e metade da arrecadação do Governo. Mais recentemente, tem sido feito esforço de diversificação do setor produtivo, sem prejuízo da manutenção da tradicional austeridade fiscal botsuanesa. O Governo tem-se empenhado em atrair investimentos estrangeiros diretos para o setor de serviços (especialmente o financeiro) e para o manufatureiro, além de apoiar iniciativas de desenvolvimento do setor privado, especialmente na indústria do turismo.

Botsuana tem excelente desempenho no *Annual Index of Economic Freedom* ("Índice Anual de Liberdade Econômica"), publicado pela *Heritage Foundation* e pelo *The Wall Street Journal*: alcançou a 28ª posição entre 183 países e territórios. O índice mede o nível de liberdade econômica nos países, com foco em dez categorias de liberdade, dentre as quais liberdade empresarial, comercial, fiscal, financeira, de investimentos, de direitos de propriedade e de corrupção. Botsuana ficou classificada como o 34º país no mundo e o 2º na África (depois de Maurício) e obteve pontuações bem acima da média mundial na maior parte das categorias.

O relatório por países publicado pelas duas agências constatou que Botsuana é um líder regional em abertura econômica. A competitividade e flexibilidade do país são fundadas em ambiente regulatório sensato e na abertura ao investimento estrangeiro e ao comércio. O setor financeiro mantém-se relativamente bem desenvolvido, com um banco central independente e pouca intervenção governamental. Além do setor financeiro, a independência e transparência do poder judiciário de Botsuana e a proteção dos direitos de propriedade também são elogiados.

O aumento de investimentos estrangeiros no país tem desempenhado significativo papel no processo de privatização das empresas estatais. A regulamentação dos investimentos é transparente e os trâmites burocráticos são simplificados e abertos, embora lentos. Os retornos de investimentos, tais como lucros e dividendos, serviços da dívida, ganhos de capital, retornos de propriedade intelectual, royalties, taxas de franquia e taxas de serviço podem todos ser repatriados sem limitações.

A Constituição proíbe a nacionalização da propriedade privada e prevê um sistema judicial independente, provisões que o governo respeita na prática. O sistema jurídico é suficiente para conduzir as lides comerciais, embora o crescente número de

casos e o aumento de sua complexidade gere atraso nos julgamentos. A proteção aos direitos de propriedade intelectual tem melhorado significativamente.

O planejamento estratégico do desenvolvimento botsuanês é realizado pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento, com duração de seis anos. No último quadriênio, Botsuana cresceu a taxas superiores a 5% anuais.

Ainda antes da crise internacional, o crescimento do desemprego já era um dos principais desafios do Governo botsuanês. Com a redução da absorção de mão-de-obra local pelas minas de diamantes e pela economia sul-africana, a taxa de desemprego saltou de 13% em meados da década de 1990 para quase 30% atualmente. Para compensar a pequena capacidade de geração de empregos do setor minerador, o Governo tornou-se o maior empregador do país, respondendo por 45% dos postos de trabalho formais.

Comércio exterior

A economia de Botsuana é uma das mais abertas da África. Não existem restrições significativas aos fluxos de capitais nem controles cambiais (abolidos em 1999). Lucros, dividendos e capital podem ser repatriados livremente.

O Governo tem-se empenhado em atrair investimentos estrangeiros diretos para o setor de serviços (especialmente o financeiro) e para o manufatureiro, além de apoiar iniciativas de desenvolvimento do setor privado, especialmente na indústria do turismo.

Em 2007, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia firmaram, em caráter provisório, o Acordo de Parceria Econômica (Interim EPA) com a UE. Para Botsuana, o principal atrativo do EPA é a possibilidade de acesso ilimitado da carne botsuanesa ao mercado comunitário europeu.

O país se beneficia também de livre acesso ao mercado dos EUA, sob os auspícios do programa *Africa Growth and Opportunity Act* (AGOA), firmado em 2000. Ao abrigo do AGOA, aumentaram consideravelmente, de 2003 a 2007, as exportações botsuanesas de diamantes e têxteis.

Em 2008, o país teve exportações de US$ 4,8 bilhões e importações de US$ 3,9 bilhões. Em função da queda das exportações de minerais, o superávit de US$ 901 milhões representou apenas a metade da média de US$ 1,8 bilhões dos superávits registrados em 2005-2007. Em 2010, as exportações e importações botsuanesas alcançaram, respectivamente, US$ 4,6 bilhões e US$ 5,6 bilhões. Naquele ano, os principais produtos exportados pelo país foram diamantes (69,7%), níquel (10,9%) e carnes (3,4%). As principais importações foram de combustíveis (14,9%), pérolas e pedras preciosas (11,7%) e máquinas (10,3%).

De acordo com o último relatório anual publicado pelo Banco de Botsuana, em 2008 a África do Sul representou a fonte de 78,6% das importações de Botsuana e o Reino Unido, 57,2% de suas exportações (compostas majoritariamente de diamantes). No mesmo ano, a segunda principal fonte de importações foi o Reino Unido, com apenas 5,8% do total e o segundo principal destino das exportações

botsuanesas foi a África do Sul, com 19,2% do total e a China foi o terceiro lugar nas duas categorias. O Brasil foi o 104º importador de Botsuana e 35º fornecedor do país.

Botsuana faz parte da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e é sede de seu Secretariado. O objetivo primordial do bloco é alcançar o desenvolvimento e o crescimento econômico, diminuir a pobreza e melhorar a qualidade de vida dos povos da África Austral, mediante a integração regional.

A integração econômica do bloco é regida pelo Protocolo de Comércio, firmado em Maseru, em agosto de 1996, que entrou em vigor em janeiro de 2000. O Protocolo estipulou um cronograma de desagravação tarifária, com vistas ao estabelecimento de Área de Livre Comércio, Tarifa Externa Comum e posteriormente, uma completa União Aduaneira. Além da redução tarifária, os Estados-Membros negociam regras de origem, mecanismo de solução de controvérsias, acordos para produtos especiais (açúcar, têxteis e vestuário), eliminação de barreiras não-tarifárias e medidas de facilitação do comércio. Um dos principais desafios enfrentados pelo bloco é a pouca complementaridade entre a maior parte das economias da região, que constrange a expansão das trocas comerciais no interior da SADC. Com exceção da África do Sul, cujas maiores exportações são de produtos manufaturados (máquinas, veículos e equipamentos elétricos), a pauta exportadora da maioria dos membros do bloco é concentrada em um ou dois bens primários.

Botsuana também é parte da União Aduaneira da África Austral (SACU), juntamente com África do Sul, Lesoto, Namíbia e Suazilândia. Desde 2005, esses países eliminaram tarifas em 95% dos produtos e, em 2007, atingiram 99%. Em 2008, 20,1% das exportações de Botsuana foram para a SACU e 79,2% das importações foram para o bloco.

Energia

O Governo botsuanês tem buscado incentivar a utilização de fontes renováveis de energia, tanto em virtude da alta participação de combustíveis fósseis na matriz energética botsuanesa – que, em 2010, representava cerca de 70% do consumo final – quanto em decorrência do fato de que 45% da energia utilizada no país provêm de importações de derivados de petróleo e carvão. Atualmente, com exceção do carvão vegetal, a utilização dos recursos renováveis botsuaneses é bastante incipiente, apesar dos esforços governamentais em promovê-los – a exemplo da criação de uma Força-Tarefa para Biocombustíveis, em 2010 – e das condições naturais propícias para a produção de biocombustíveis. Botsuana tem imenso potencial em termos de energia solar, o qual o Governo planeja aproveitar em seu projeto de levar eletricidade às áreas rurais. Há, ainda, pequeno potencial de desenvolvimento de energia eólica, bem como possibilidade de aproveitamento hidrelétrico de rios na região Norte do país.

Atualmente, o Governo botsuanês tem envidado esforços para que, além do setor petrolífero, os setores de hidroeletricidade, energia solar e biocombustíveis

também desempenhem papel importante no país – o que demonstra a prioridade concedida às energias renováveis nos últimos anos. Vale destacar que, recentemente, o Governo de Botsuana estabeleceu como meta elevar o uso de energia renovável no país para 25% da demanda por eletricidade até 2030 e incluiu no 10º Plano Nacional de Desenvolvimento o objetivo de aumentar tal uso para 15% até 2016. O Ministério de Mineração, Energia e Recursos Hídricos estabeleceu como plano a adição de 10% de biodiesel em diesel fóssil até o ano 2020.

Botsuana já conta com cooperação internacional na área de biocombustíveis, prestada, por exemplo, por Suécia e Japão. Com a Suécia, foi firmado Memorando de Entendimento em março de 2011, para a condução de pesquisas conjuntas sobre a produção de biocombustíveis a partir do pinhão manso. No caso da cooperação com o Governo japonês, é importante mencionar que, em junho de 2011, foi anunciado o início de um projeto de pesquisas a serem realizadas pelo Governo botsuanês em parceria com a Universidade de Botsuana, universidades japonesas e a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA). O principal objetivo do referido projeto é otimizar as informações disponíveis sobre a produção de energia a partir do pinhão manso em Botsuana, a fim de viabilizar a produção sustentável e lucrativa de biocombustíveis no país africano a partir de 2016. Ainda no plano da cooperação bilateral, cabe destacar a previsão de assinatura, em outubro de 2011, de Memorando de Entendimento sobre a cooperação bilateral para pesquisas voltadas à produção local de biocombustíveis. O Governo japonês já demonstrou interesse no envolvimento brasileiro no desenvolvimento do setor, citando o Brasil como parceiro potencial para iniciativas de cooperação trilateral na área de biocombustíveis.

Comércio bilateral

A corrente de comércio entre Brasil e Botsuana ainda é modesta, apesar do incremento nas transações entre os dois países nos últimos anos. Em 2008, as exportações brasileiras para Botsuana atingiram cerca de US$ 2 milhões, o que representou um decréscimo em relação ao período 2005-2007, em que a média das vendas nacionais foi de US$ 2,8 milhões. Com a crise de 2009, ocorreu nova queda e o fluxo chegou a apenas US$ 1,2 milhão, recuperando-se em parte em 2010, quando chegou a US$ 1,5 milhão.

Os principais produtos exportados são máquinas (34%), açúcar (27%) e ferro (14%). Os valores importados de Botsuana são ainda pouco expressivos.

Atualmente, não há registro de investimentos brasileiros relevantes em Botsuana. Nos anos 90, a construtora Odebrecht esteve à frente de projetos no país, com destaque para a construção da represa de Letsibogo, que, diante do clima seco e da escassez de rios perenes, foi fundamental para a estabilização do abastecimento hídrico no país.

Tem atraído o interesse do empresariado brasileiro o projeto de construção de fábrica de sapatos de couro. A BEDIA (*Botswana Export Development and Investment Authority*) sinalizou interesse em abrir escritório comercial em São Paulo.

Há espaço para crescimento do fluxo comercial entre os dois países, tendo em vista que, na qualidade de sócio da SACU, Botsuana assinou com o MERCOSUL, em dezembro de 2004, acordo de preferências tarifárias, que inclui lista de cerca de mil produtos de cada lado.

O Ministério de Transporte e Comunicações de Botsuana, Frank Ramsden, manifestou interesse em comprar duas aeronaves da EMBRAER para integrar a frota da Air Botsuana. O Ministro visitou o Brasil em novembro de 2010 para reunir-se com representantes da empresa. Na ocasião, também cogitou a possibilidade de que empreiteira brasileira fosse contratada para realizar obras de infra-estrutura em Botsuana.

Está sendo organizada pela Embaixada de Botsuana no Brasil visita de empresários brasileiros a Botsuana , prevista para se realizar ainda no corrente ano, com os seguintes segmentos: roupas; mercado agrícola; exportadora de sêmem bovino; móveis; máquinas e equipamentos do setor de mineração.

ANEXOS

Cronologia das Relações Bilaterais

1985: Estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Botsuana.
Agosto de 2004: Visita a Brasília do Secretário-Permanente da Chancelaria de Botsuana, E. S. Mpofu.
Julho de 2005: Visita oficial ao Brasil do Presidente Festus Mogae.
Fevereiro de 2006: Visita oficial a Botsuana do Presidente Lula.
Julho de 2006: Presidente Festus Mogae participa da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, em Salvador.
Agosto de 2006: Visita ao Brasil do Chanceler Mempati Merafhe.
Fevereiro de 2007: Abertura da Embaixada brasileira em Gaborone.
Fevereiro de 2008: Visita da Ministra da Juventude, dos Esportes e da Cultura, Sra. Gladys Kokorwe
Maio de 2009: Visita ao Brasil do Chanceler Phandu Skelemani.
Junho de 2009: Visita do Embaixador Ruy Nogueira a Gaborone
Julho de 2009: Abertura da Embaixada de Botsuana em Brasília.
Março de 2010: I Reunião da Comissão Mista Brasil-Botsuana.

Cronologia Histórica

1867: Começo da mineração com a chegada de garimpeiros de ouro europeus.
1885: Proclamado o protetorado britânico da Bechuanalândia.
1962: Seretse Khama funda o *Bechuanaland Democratic Party* (BDP), que depois se transformaria no *Botswana Democratic Party*.
1965: O centro administrativo do país é estabelecido em Gaborone; o BDP vence as eleições legislativas – as primeiras com sufrágio adulto universal.
1966: Independência da Bechuanalândia com o nome de Botsuana e sob a Presidência de Seretse Khama.
1969: BDP vence nova eleição geral e Khama é reeleito.
1979: Vitória do BDP nas eleições gerais. Seretse Khama é reeleito Presidente.
1980: Botsuana é membro fundador da *Southern African Development Coordination Conference* (SADCC), grupo que objetivava reduzir a dependência econômica da África do Sul. Morre o Presidente Seretse Khama; a Assembléia Nacional elege Quett Masire, então Vice-Presidente da República, como novo Presidente.
1984: Vitória do BDP nas eleições gerais. Quett Masire reeleito Presidente nessa e nas duas eleições subsequentes.
1997: Aprovação de emendas constitucionais limitando a reeleição do Presidente a duas eleições por cinco anos, e diminuindo a idade mínima dos eleitores de 21 para 18 anos.
1998: Quett Masire renuncia à Presidência e se aposenta; o Vice-Presidente Festus Mogae assume o cargo.
2000: Presidente Mogae anuncia que medicamentos anti-AIDS serão distribuídos gratuitamente a partir de 2001.
2004: A proporção da população com HIV cai para 37,5%: Botsuana deixa de ter a maior taxa do mundo; Presidente Mogae é reeleito em grande vitória eleitoral.
2008: Seretse Khama Ian Khama assume a Presidência, após uma década de Governo Mogae.
2009: Ian Khama é confirmado na Presidência após vitória do BDP nas eleições legislativas.

Atos Bilaterais

Acordo	Data de Celebração	Data do Decreto Legislativo (DOU)	Entrada em Vigor	Promulgação	
				Decreto	Data
Acordo de Cooperação Técnica	26/07/2005	03/09/2008	06/04/2009	6859	25/05/2009
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	05/05/2009	01/09/2010	11/2010	7516	08/07/2011
Acordo de Cooperação Cultural	11/06/2009	02/06/2011	04/07/2011	7586	18/10/2011
Acordo de Cooperação Educacional	11/06/2009	15/09/2011	Decreto Legislativo 287/11 aprovado pelo Plenário do Senado em 13/09/2011 e enviado para promulgação. Botsuana informou em 04/10/11 ter cumprido seus procedimentos internos para a vigência do Acordo.		

Principais Indicadores Econômicos e Comerciais

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008	2009	2010[1]
População (em milhões de habitantes)	1,9	1,9	1,9	2,0	2,0
Densidade demográfica (hab/Km²)	3,3	3,3	3,3	3,4	3,4
PIB a preços correntes (US$ bilhões)	11,3	12,3	13,4	13,0	15,4
Crescimento real do PIB (%)	5,1	4,8	2,9	-4,9	7,2
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)[2]	6,5	3,1	3,7	5,8	7,4
Reservas Internacionais (US$ bilhões)[3]	8,0	9,8	9,1	8,7	7,7
Dívida Externa Total (US$ milhões) [2]	382	413	434	1.617	2.498
Câmbio (P / US$)[3]	5,84	6,14	6,83	7,16	6,79

Elaborado pela ASCEX/PRESI - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da The Economist Intelligence Unit, Country Report, July 2011

(1) Estimativa EIU

(2) 1999 a 2010: dados reais

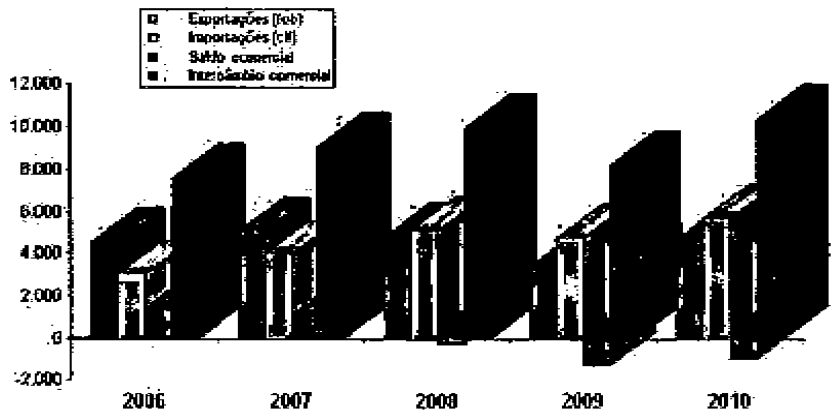
(3) PIB deflacionado

COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões)	2006	2007	2008	2009	2010[1]
Exportações (fob)	4.506	5.073	4.838	3.458	4.693
Importações (cif)	3.053	3.997	5.099	4.728	5.657
Saldo comercial	1.453	1.066	-261	-1.272	-964
Intercâmbio comercial	7.559	9.070	9.937	8.184	10.350

Elaborado pela ASCEX/PRESI - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da SECEX/MDIC/Radar-up

(1) Última posição disponível em 07/07/2011

(US$ milhões)



DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010[1]	% no total
EXPORTAÇÕES						
Reino Unido	4.838	100,0%	3.456	100,0%	4.693	100,0%
África do Sul	2.749	56,8%	1.836	53,1%	2.606	55,5%
Noruega	65	1,3%	337	9,8%	435	9,3%
Israel	152	3,1%	111	3,2%	247	5,3%
Zimbabue	215	4,4%	154	4,5%	176	3,8%
Bélgica	123	2,5%	110	3,2%	154	3,3%
Suíça	51	1,1%	31	0,9%	73	1,6%
Finlândia	0	0,0%	30	0,9%	66	1,4%
Estados Unidos	49	1,0%	46	1,3%	57	1,2%
Zâmbia	39	0,8%	52	1,5%	54	1,2%
China	234	4,8%	80	2,3%	42	0,9%
Brasil	*9*	*0,2%*	*3*	*0,1%*	*18*	*0,4%*
SUBTOTAL	**8.524**	**176,2%**	**6.246**	**180,7%**	**8.621**	**183,7%**
DEMAIS PAÍSES	**-3.686**	**-76,2%**	**-2.790**	**-80,7%**	**-3.928**	**-83,7%**
TOTAL GERAL	**4.838**	**100,0%**	**3.456**	**100,0%**	**4.693**	**100,0%**

Elaborado pelo MF/SEPRE/DEC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da UNCTAD/WITS/Trademap.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

(1) Última posição disponível em 30/09/11.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - cif)	2008	% no total	2009	% no total	2010[1]	% no total
IMPORTAÇÕES						
África do Sul	4.007	78,6%	3.598	78,1%	4.118	72,8%
Reino Unido	286	5,6%	298	6,1%	525	9,3%
China	145	2,8%	155	3,3%	276	4,9%
Israel	84	1,6%	57	1,2%	105	1,8%
Estados Unidos	59	1,2%	102	2,2%	75	1,3%
Namíbia	29	0,6%	28	0,6%	68	1,2%
Bélgica	60	1,2%	54	1,1%	51	0,9%
Índia	36	0,7%	30	0,6%	42	0,7%
Japão	34	0,7%	30	0,6%	41	0,7%
Zimbábue	46	0,8%	38	0,8%	38	0,7%
Alemanha	44	0,8%	55	1,2%	38	0,7%
Brasil	*2*	*0,0%*	*1*	*0,0%*	*1*	*0,0%*
SUBTOTAL	**4.841**	**94,9%**	**4.434**	**93,8%**	**5.379**	**95,1%**
DEMAIS PAÍSES	**258**	**5,1%**	**294**	**6,2%**	**278**	**4,9%**
TOTAL GERAL	**5.099**	**100,0%**	**4.728**	**100,0%**	**5.657**	**100,0%**

Elaborado pelo MF/SEPRE/DEC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da UNCTAD/WITS/Trademap.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

(1) Última posição disponível em 30/09/11.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2010[1]	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US$ milhões)		
Pérolas, pedras preciosas e semipreciosas	3.270	69,7%
Níquel e suas obras	512	10,9%
Carnes e miudezas comestíveis	160	3,4%
Minérios, escórias e cinzas	109	2,3%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	99	2,1%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	74	1,6%
Subtotal	**4.224**	**90,0%**
Demais Produtos	**469**	**10,0%**
Total Geral	**4.693**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES (US$ milhões)		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	841	14,9%
Pérolas, pedras preciosas e semipreciosas	663	11,7%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	585	10,3%
Veículos automóveis, tratores, suas partes	497	8,8%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	384	6,8%
Obras de ferro fundido, ferro e aço	219	3,9%
Produtos farmacêuticos	137	2,4%
Plásticos e suas obras	107	1,9%
Ferro fundido, ferro ou aço	101	1,8%
Sal, enxofre, terras e pedras; gesso, cal e cimento	101	1,8%
Papel e cartão;obras de pasta de celulose	92	1,6%
Borracha e suas obras	88	1,6%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico	84	1,5%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	73	1,3%
Cereais	72	1,3%
Subtotal	**4.044**	**71,5%**
Demais Produtos	**1.613**	**28,5%**
Total Geral	**5.657**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

(1) Última posição disponível em 06/01/2011.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - BOTSUANA[1] (US$ mil, fob)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	3.684	2.711	1.995	960	1.576
Variação em relação ao ano anterior	67,7%	-26,4%	-26,4%	-51,9%	64,2%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações	0	15	11	272	169
Variação em relação ao ano anterior	n.a.	n.a.	-26,7%	2372,7%	-37,9%
Part. (%) no total das importações brasileiras da África	0,0%	0,0%	0,0%		0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	3.684	2.726	2.006	1.232	1.745
Variação em relação ao ano anterior	67,7%	-26,0%	-26,4%	-38,6%	41,6%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com a África	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Saldo comercial	3.684	2.696	1.984	688	1.407

Elaborado pela AFEP/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial (mdic) por base nos dados do MDIC/SECEX/Alice web.

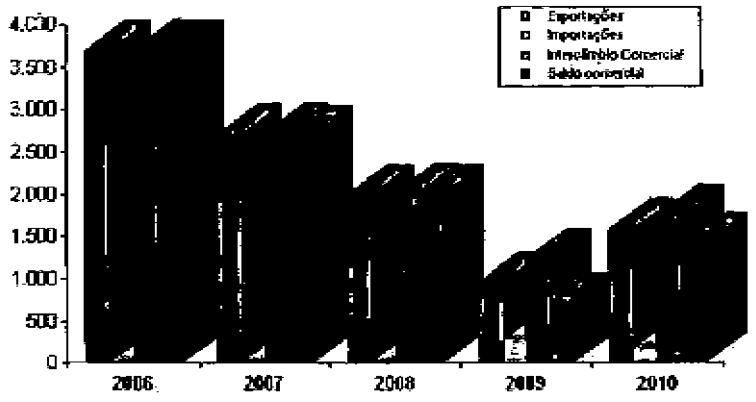
(1) As divergências referentes aos dados estatísticos de exportações brasileiras e das importações do país estão sendo objeto de análise conjunta pelos técnicos de ambos os países, a fim de promover a metodologia de apuração dos dados oficiais.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-BOTSUANA (US$ mil, fob)	2010 (jan-ago)	2011 (jan-ago)
Exportações	628	813
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	12,7%	29,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%
Importações	134	3
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-50,6%	-98,1%
Part. (%) no total das importações brasileiras da África	0,1%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	762	816
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-9,0%	7,0%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-África	0,0%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%
Saldo Comercial	494	810

Elaborado pela AFEP/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial (mdic) por base nos dados do MDIC/SECEX/Alice web

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - BOTSUANA
2006 - 2010

(US$ mil)



Elaborado pela AFEP/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial (mdic) por base nos dados do MDIC/SECEX/Alice web

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - BOTSUANA (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	93	4,7%	0	0,0%	540	34,3%
Açúcares e produtos de confeitaria	394	19,7%	288	31,0%	427	27,1%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	502	25,2%	152	15,8%	234	14,8%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	0	0,0%	117	12,2%	117	7,4%
Cacau e suas preparações	76	3,8%	73	7,6%	61	3,9%
Plásticos e suas obras	0	0,0%	11	1,1%	54	3,4%
Vidro e suas obras	29	1,5%	25	2,6%	50	3,2%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	64	3,2%	68	7,1%	34	2,2%
Preparações alimentícias diversas	0	0,0%	0	0,0%	20	1,3%
Preparações à base de cereais, farinhas, amidos	81	4,6%	78	8,1%	20	1,3%
Máquinas, aparelhos e material elétricos suas partes	0	0,0%	3	0,3%	13	0,8%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	0	0,0%	0	0,0%	4	0,3%
Borracha e suas obras	662	33,2%	86	9,0%	0	0,0%
Subtotal	1.911	95,8%	911	94,9%	1.574	99,9%
Demais Produtos	84	4,2%	49	5,1%	2	0,1%
TOTAL GERAL	1.995	100,0%	960	100,0%	1.576	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados no ano 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - BOTSUANA (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	11	100,0%	272	100,0%	169	100,0%
Subtotal	11	100,0%	272	100,0%	169	100,0%
Demais Produtos	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
TOTAL GERAL	11	100,0%	272	100,0%	169	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados no ano 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - BOTSUANA (US$ mil - fob)	2010 (jan-ago)	% no total	2011 (jan-ago)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Caldeiras, máquinas e equipamentos mecânicos	0	0,0%	370	45,5%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	126	20,1%	175	21,5%
Açúcares e produtos de confeitaria	264	42,0%	150	18,5%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	1	0,2%	46	5,7%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	117	18,6%	0	0,0%
Subtotal	508	80,9%	741	91,1%
Demais Produtos	120	19,1%	72	8,9%
TOTAL GERAL	628	100,0%	813	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	134	100,0%	2,5	96,2%
Subtotal	134	100,0%	2,5	96,2%
Demais Produtos	0	0,0%	0	0,0%
TOTAL GERAL	134	100,0%	2,6	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados no ano 2010.

Aviso nº 73 - C. Civil.

Em 14 de fevereiro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho à essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MÁRCIO ARAUJO LAGE, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Botsuana.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

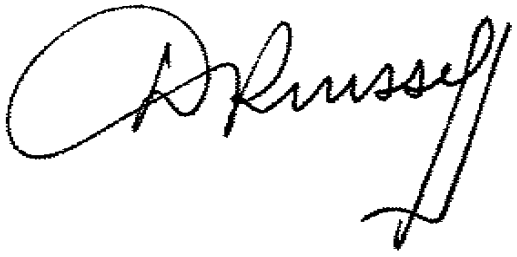
MENSAGEM
Nº 13, DE 2012
(nº 36/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOSÉ MARCUS VINICIUS DE SOUSA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Dominicana.

Os méritos do Senhor José Marcus Vinicius de Sousa que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de fevereiro de 2012.



EM No 00529 MRE

Brasília, 18 de novembro de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da **Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006**, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **JOSÉ MARCUS VINICIUS DE SOUSA**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Dominicana.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **JOSÉ MARCUS VINICIUS DE SOUSA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00529/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 18 de novembro de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **JOSÉ MARCUS VINICIUS DE SOUSA**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Dominicana.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **JOSÉ MARCUS VINICIUS DE SOUSA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *JOSÉ MARCUS VINICIUS DE SOUSA*
CPF.: 030.266.807-10
ID.: 866 MRE

1945	Filho de José Colombo de Sousa e Yolanda Gurgel de Sousa, nasce em 21 de outubro, em Fortaleza/CE
Dados Acadêmicos:	
1966	CPCD - IRBr
1971	Ciências Jurídicas pela Universidade de Brasília/DF
1983	CAE - IRBr, Estudo sobre a Disputa Territorial entre o Peru e o Equador
Cargos:	
1967	Terceiro-Secretário
1970	Segundo-Secretário
1977	Primeiro-Secretário, por merecimento
1980	Conselheiro, por merecimento
1984	Ministro de Segunda Classe
1994	Ministro de Primeira Classe
2009	Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial
Funções:	
1967-68	Divisão da América Meridional, assistente
1968-72	Divisão da Amazônia, assistente
1972-75	Consulado em Paris, Cônsul-Adjunto

1975-78	Embaixada em La Paz, Segundo, Primeiro Secretário e Encarregado de Negócios
1979-81	Divisão de Produtos de Base, assistente
1981-85	Ministério da Educação e Cultura, Secretário de Assuntos Internacionais
1981	Festival Internacional do Cinema, Moscou, Chefe da delegação
1981	Seminário Nacional sobre o Projeto Principal em Educação para a América Latina e o Caribe da UNESCO, Brasília, Chefe de delegação
1985-88	Delegação Permanente em Genebra, Ministro Conselheiro e Encarregado de Negócios
1985	IV Reunião Preparatória sobre Minério de Ferro, UNCTAD, Genebra, Chefe de Delegação
1985	XVII, Sessão do Comitê de Tungstênio, UNCTAD, Genebra, Chefe de Delegação
1986	I Sessão do Grupo Intergovernamental de Peritos sobre Definições e Metodologia empregadas na base de dados da UNCTAD sobre Medidas Comerciais, UNCTAD, Genebra, Chefe de Delegação
1986	X Sessão do Comitê Permanente para Desenvolvimento da Cooperação relativa à Propriedade Intelectual, OMPI, Genebra, Chefe de Delegação
1986	Comitê de Peritos sobre Proteção contra Contrafação, OMPI, Genebra, Chefe de Delegação
1986	XI Sessão do Comitê de Manufaturas, UNCTAD, Genebra, Chefe de Delegação
1986	Grupo Intergovernamental de Peritos sobre Financiamento Compensatório de Quebras de Receita de Exportação, UNCTAD, Chefe de delegação
1986	XXV Conferência Internacional da Cruz Vermelha, Genebra, Chefe de Delegação
1986	I Sessão do Grupo Intergovernamental de Peritos sobre Minérios de Ferro, UNCTAD, Genebra, Chefe de Delegação
1986	VI Sessão do Comitê de Transferência de Tecnologia, UNCTAD, Genebra, Chefe de Delegação
1986	XI e XII Sessão do Comitê sobre Produtos de Base, UNCTAD, Genebra, Chefe de delegação (1986 e 1987)
1987	Colóquio Internacional sobre Produtos de Base, Paris, Chefe de Delegação
1987	Seminário sobre Comércio Internacional promovido pelo Governo da Polônia, Varsóvia, Chefe de Delegação
1987	II Sessão do Grupo Internacional de Peritos sobre Financiamento Compensatório de Quebras de Receita de Exportação, UNCTAD, Genebra, Chefe de delegação
1987	XVIII Sessão dos Órgãos Administrativos da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, OMPI, Genebra, Chefe de delegação
1987	XXXIV Sessão do Conselho sobre Comércio e Desenvolvimento, UNCTAD, Genebra, Chefe de Delegação
1987	Sistema Global de Preferências Comerciais (SGPC), Consultas Técnicas, Genebra, Chefe de Delegação
1987	Reunião Norte-Sul sobre a UNCTAD promovida pelo Governo da Noruega, Oslo, Chefe de delegação
1989-93	Embaixada em Bogotá, Ministro Conselheiro e Encarregado de Negócios
1989	XII Sessão da Comissão de Assentamentos Humanos das Nações Unidas, HABITAT, Cartagena, Chefe de Delegação
1993-96	Secretaria de Controle Interno, Secretário
1996-03	Embaixada em Port of Spain, Embaixador
1997-03	Embaixada junto ao Commonwealth of Dominica, Embaixador Cumulativo
2003-06	Consulado-Geral em Barcelona, Cônsul Geral
2003-06	Principado de Andorra, Cônsul-Geral Cumulativo
2006-	Secretaria-Geral, Assessoria Especial para Assuntos do Caribe, Assessor-Chefe
2007	Banca Examinadora do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata – Membro da Banca
2008	Banca Examinadora do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata – Membro da Banca
2011	Emissário presidencial para a realização de gestão e entrega de carta da Senhora Presidenta da República, sobre a candidatura brasileira à Direção-Geral da FAO, aos mandatários de Bahamas, Jamaica, Trinidad e Tobago e Santa Lúcia.

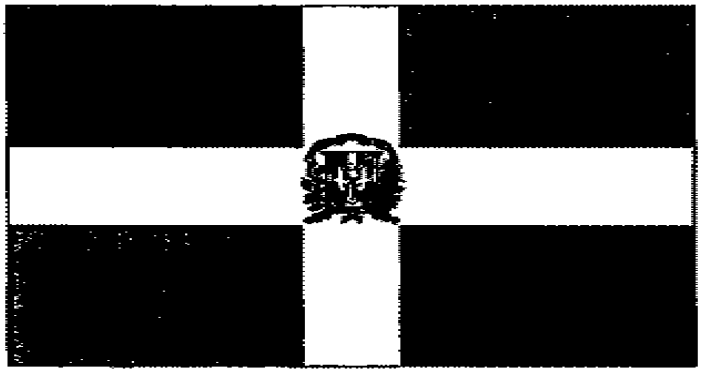
Condecorações:

1972	Ordem Militar de Cristo, Portugal, Oficial
1981	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Cavaleiro
1983	Medalha Mérito Tamandaré, Marinha do Brasil
1984	Medalha do Pacificador, Brasil
2002	Ordem de Rio Branco, Grã Cruz

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DA AMÉRICA LATINA E CARIBE
DEPARTAMENTO DA AMÉRICA CENTRAL E CARIBE
DIVISÃO DO CARIBE

REPÚBLICA DOMINICANA



OSTENSIVO
Informações para o Senado Federal
Novembro de 2011

ÍNDICE

ÍNDICE .....
DADOS BÁSICOS .....
PERFIS BIOGRÁFICOS .....
RELAÇÕES BILATERAIS .....
RELAÇÕES POLÍTICAS .....
I Reunião de Consultas Políticas Brasil-República Dominicana .....
Cooperação em defesa e segurança .....
RELAÇÕES ECONÔMICAS .....
Comércio .....
Empréstimos e Financiamentos oficiais .....
Investimentos .....
Turismo .....
RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO .....
Cooperação técnica .....
Cooperação educacional e cultural .....
Cooperação em energias renováveis .....
ASSUNTOS CONSULARES .....
POLÍTICA INTERNA .....
POLÍTICA EXTERNA .....
ECONOMIA .....
ANEXOS .....
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS .....
CRONOLOGIA HISTÓRICA .....
ATOS BILATERAIS .....
DADOS BÁSICOS E INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS .....

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Dominicana
CAPITAL	São Domingos
ÁREA	48,7 mil km^2
POPULAÇÃO	10,09 milhões (segunda maior população do Caribe, após Cuba)
IDIOMAS	Espanhol
ETNIAS	Mulatos (73%) , brancos (16%), negros (11%)
PRINCIPAL RELIGIÃO	Católicos (95%)
SISTEMA POLÍTICO	Democracia representativa
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Leonel Fernández Reyna
CHANCELER	Carlos Morales Troncoso
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Héctor Dionisio Pérez
EMBAIXADOR EM SÃO DOMINGOS	João Solano Carneiro da Cunha
PIB REAL (2010 est.)	US$ 50,87 bilhões (segundo maior PIB do Caribe, após Cuba)
PIB PPP (2010 est.)	US$ 84,94 bilhões
PIB *per capita* (2010 est.)	US$ 5150
PIB PPP *per capita* (2010 est.)	US$ 8600
UNIDADE MONETÁRIA	Peso dominicano
IDH (2010)	0,689 (posição nº 98 no ranking mundial)
EXPECTATIVA DE VIDA (2008)	71,61 (homens) e 75,24 anos (mulheres)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	500 pessoas

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ MILHÕES FOB) – FONTE: MDIC

Brasil → Rep. Dominicana	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-set)
Intercâmbio	271,3	337,1	370,2	471,7	405,4	293,4	416,5	307,9
Exportações	269	333,7	365,9	458,9	383,6	282,5	401,7	293,1
Importações	2,239	3,4	4,2	12,7	21,8	10,8	14,8	14,8
Saldo	**266,8**	**330,3**	**361,7**	**446,2**	**361,8**	**271,7**	**386,9**	**278,3**

PERFIS BIOGRÁFICOS

LEONEL FERNÁNDEZ REYNA
Presidente

Nasceu em 26 de dezembro de 1953, em São Domingos.

Graduou-se em direito pela Universidade Autônoma de São Domingos.

Em 1973, fundou, juntamente com o ex-Presidente Juan Bosch, o Partido da Liberação Dominicana (PLD).

Leonel Fernández foi Presidente da República Dominicana no período entre 1996 e 2000.

Em 2004, voltou a eleger-se Presidente, e foi reeleito em 2008 para novo mandato até 2012.

Visitou o Brasil em três ocasiões, em 2004 (como Presidente eleito), 2007 e 2011.

CARLOS MORALES TRONCOSO
Chanceler

Nasceu em 29 de setembro de 1940.

Graduou-se em Engenharia Química e Engenharia do Açúcar pela Universidade Estadual de Louisiana (EUA).

Foi Diretor do Conselho Estatal do Açúcar da República Dominicana até 1986, quando foi eleito Vice-Presidente da República Dominicana pelo Partido Reformista Social Cristão (PRSC), ao lado do Presidente Joaquín Balaguer.

Desempenho também as funções de Embaixador junto aos Estados Unidos da América (1989-1990) e de Ministro das Relações Exteriores (1994-1996).

Em 2004, foi reconduzido ao cargo de Ministro das Relações Exteriores.

RELAÇÕES BILATERAIS

RELAÇÕES POLÍTICAS

Em função de crescente aproximação nos últimos anos, as relações entre Brasil e República Dominicana registram graus significativos de intensidade e diversificação.

Ao mesmo tempo em que é impulsionado por acordos, visitas bilaterais de alto nível e cooperação em diferentes áreas (com destaque para os planos econômico, energético e militar), o relacionamento bilateral ampara-se em determinados fundamentos: i) raízes históricas e culturais em comum; ii) dimensões relativas de ambos os países, com expressivo grau de influência regional; e iii) coincidência de valores e interesses em matéria de política externa, a exemplo da prioridade à integração regional, fortalecimento do multilateralismo, combate à pobreza e ênfase na cooperação Sul-Sul.

República Dominicana e Brasil mantêm embaixadas residentes em Brasília e São Domingos.

Desde 2003, uma série de visitas de alto nível tem refletido o significado do relacionamento bilateral: i) do lado dominicano, ressaltam-se a visita do ex-Presidente Hipólito Mejía ao Brasil (novembro de 2003) e do atual Presidente, Leonel Fernández, em junho de 2004 (participação na Cúpula do Grupo do Rio, na condição de Presidente eleito), em junho de 2007 (visita de uma semana a diferentes cidades brasileiras) e em abril de 2011 (Foro Econômico Mundial para a América Latina, no Rio de Janeiro); ii) do lado brasileiro, destaca-se o comparecimento do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à posse do Presidente Fernández, em 2004, e visita do ex-Ministro da Defesa, Nelson Jobim, em 2010.

Evidências adicionais do dinamismo do relacionamento são encontradas no número de acordos bilaterais firmado, na cooperação mais intensa e na presença considerável de empresas brasileiras na República Dominicana. A cooperação brasileira tem importância crescente para o Governo dominicano, sobretudo nas áreas energética - contemplando iniciativas para construção de hidrelétricas e produção de etanol – e na área militar – com destaque à aquisição dominicana de oito aeronaves Super-Tucanos.

A República Dominicana e o Brasil também mantêm posições convergentes em temas da agenda multilateral, a exemplo da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A ênfase normativa em temas como fortalecimento da cooperação Sul-Sul, defesa da maior participação dos países em desenvolvimento nos foros decisórios internacionais, diversificação de parcerias comerciais e mediação de conflitos regionais são traços adicionais da política externa dominicana que beneficiam o diálogo bilateral.

I Reunião de Consultas Políticas Brasil-República Dominicana

Em 9 de junho último, realizou-se a I Reunião de Consultas Políticas Brasil - República Dominicana.

Na ocasião, as delegações brasileira e dominicana trocaram impressões e informações sobre temas bilaterais, regionais e multilaterais. Dentre os temas tratados, destacam-se: 1) Cooperação prestada ao Haiti; 2) Disposição brasileira para a cooperação na área de biocombustíveis; 3) Cooperação na área de informática, visando a encorajar o desenvolvimento de projetos conjuntos entre empresas dos dois países na área de software; 4) Relações entre República Dominicana e MERCOSUL; 6) Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Cooperação em defesa e segurança

Em 2010, Brasil e República Dominicana trocaram visitas de alto nível na área de Defesa: em fevereiro, visitou o Brasil o então Secretário de Estado

das Forças Armadas, General Peña Antonio; o então Ministro Nelson Jobim realizou visita à República Dominicana em julho. Na visita do General Peña Antonio, foi assinado Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa (atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados).

O principal resultado alcançado na agenda bilateral foi a compra, pela República Dominicana, de oito aeronaves Super-Tucano, iniciada em 2007 e finalizada com a entrega das últimas unidades em 2010. Para viabilizar a operação, a República Dominicana recebeu financiamento do BNDES no valor total da compra (US$ 93 milhões).

A cooperação na área de formação também se tem intensificado, com a oferta brasileira de vagas para oficiais dominicanos participarem de cursos no País.

RELAÇÕES ECONÔMICAS

Comércio

A corrente de comércio do Brasil com a República Dominicana é uma das mais significativas entre o intercâmbio com países da América Latina e Caribe.

O comércio bilateral cresceu sem interrupção entre 2002 e 2007, período em que quase dobrou (US$211 milhões para US$471 milhões). Em seguida ao ano recorde de 2007, o intercâmbio comercial diminuiu, sobretudo em 2009 (US$ 293 milhões), com os efeitos da crise internacional.

Registra-se forte recuperação a partir de 2010, quando o fluxo totalizou US$ 416,5 milhões (um aumento de 42% em relação a 2009). Em 2011 (de janeiro a setembro), a corrente de comércio somou US$ 307,9 milhões, dos quais US$ 293,1 milhões representaram exportações e US$ 14,8 milhão importações.

O padrão do comércio bilateral registra superávits significativos em favor do Brasil, na medida em que as exportações brasileiras respondem por quase a totalidade do intercâmbio comercial. Em 2010, o superávit foi de US$ 401,7 milhões. Em 2011, até setembro, foi de US$ 278,3 milhões.

Os produtos exportados pelo Brasil são diversificados. Com a venda de Super-Tucanos pela Embraer à Força Aérea da República Dominicana, os aviões responderam pela fatia maior das exportações em 2010. Das oito aeronaves vendidas pela Embraer, dois foram entregues em dezembro de 2009, três em julho de 2010, e as restantes em outubro de 2010. Em 2011, as exportações brasileiras têm consistido principalmente em milho em grão (8%), produtos semifaturados de ferro/aço (5,8%), ladrilhos de cerâmica, vidrados, esmaltados (5,4%); enquanto as importações tiveram como principais produtos partes de aviões e de helicópteros (23,8%), bolsas para uso em colostomia e urostomia (16,8%) e interruptores de circuitos elétricos (10,5%).

Empréstimos e financiamentos oficiais

Junto ao BNDES, a República Dominicana tem 6 operações aprovadas, no montante de US$ 566.403.492, e 14 operações concretizadas, no valor de US$ 820.582.220, totalizando US$ 1.386.985.712. Os principais exportadores são a Odebrecht e a Andrade Gutierrez e as operações concentram-se em projetos de infraestrutura, como hidrelétricas e corredores viários. Destaque-se, ainda, a aquisição de 8 Super Tucanos.

Quanto ao Banco do Brasil, há dívida pública no valor de US$ 52.560,21, com vencimento final em out/201, estando todos os pagamentos em dia. Trata-se de operação da Alstom Brasil Energia e Transporte com o Instituto Nacional de Recursos Hidráulicos da República Dominicana. O Brasil presta apoio financeiro a diversos projetos de infraestrutura na República Dominicana, executados por construtoras brasileiras.

A maior parte dos recursos oficiais brasileiros para esses projetos tem a garantia do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR), da ALADI, do qual a República Dominicana é participante. Em virtude de mitigar o risco associado às operações de exportação, o CCR tem sido fundamental para viabilizar vários financiamentos para projetos de infraestrutura de alto valor no país caribenho.

Investimentos

Registra-se forte presença de construtoras brasileiras na República Dominicana, atuando em empreendimentos que se beneficiam dos financiamentos do BNDES.

Também há oportunidades para outros investimentos brasileiros (sobretudo pequenas e médias empresas) na República Dominicana, em função de fatores como acesso privilegiado a terceiros mercados (o país firmou acordos de livre comércio com Estados Unidos e outras regiões).

A seguir estão listadas as empresas brasileiras com presença no país:

i) Odebrecht

Presente há mais de sete anos na República Dominicana, executa diversas obras de grande envergadura, com destaque para projetos de aquedutos e hidrelétricas.

ii) Andrade Gutierrez

Formou com a Odebrecht um consórcio responsável pela construção do Aqueduto da Linha Noroeste e pelo Projeto Ampliação do Aqueduto da Linha Noroeste.

iii) Queiroz Galvão

Formou consórcio, com a Andrade Gutierrez, com vistas à construção da Hidrelétrica de Artibonito, projeto ainda em definição.

iv) AmBev

Atua na área de bebidas, produzindo as marcas de cerveja Brahma e Quilmes. Instalou moderna fábrica no país, com superfície de 60 mil metros quadrados e investimento de US$ 100 milhões.

v) Gerdau

Em 2007, adquiriu 49% das ações da empresa dominicana "Industrias Nacionales, C. por A." – INCA, a maior companhia de aços do Caribe e América Central.

vi) Paquetá

A indústria de calçados Paquetá, maior fabricante de calçados femininos da América Latina, instalou-se recentemente no país.

Têm-se realizado missões empresariais entre Brasil e República Dominicana. Em março foi realizada missão empresarial a São Domingos (28 a 29 de março), organizada pela APEX e pelo APLA (Arranjo Produtivo Local do Álcool). Contou com a participação de representantes de 50 empresas brasileiras (sobretudo do setor sucroalcooleiro, além dos setores de casa e construção, máquinas e equipamentos, alimentos, produtos médicos e automotivos).

Houve nova visita da delegação da APEX (entre 29 de julho e 3 de agosto corrente) à República Dominicana, visando a buscar informações detalhadas sobre as vantagens do país para investimentos privados brasileiros, especificamente nos setores têxtil, de calçados e de couro.

Turismo

O Governo dominicano tem demonstrado grande interesse na celebração de um futuro acordo de cooperação com o Brasil na área de turismo.

Em 2011, o Brasil participou das feiras Expo-Ferretera Internacional (setor de ferragens e construção civil), em São Domingos (9 a 12 junho) e da EXPO CIBAO (multissetorial), em Santiago (14 a 18 de setembro).

A empresa Gol realiza operações regulares para a República Dominicana e tem parcerias com operadoras de turismo, relativas àquele destino.

RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO

Cooperação técnica .

O Programa de Cooperação Técnica Brasil - República Dominicana tem como marco legal o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a República Dominicana, celebrado em 6 de fevereiro de 2006 e promulgado pelo Congresso brasileiro por meio do Decreto Legislativo 228, de 3 de setembro de 2008.

Desde a entrada em vigor desse acordo, foram realizadas duas missões de detalhamento de Projetos de Cooperação Técnica ao país, chefiadas pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em atenção a demandas apresentadas pelo Governo dominicano.

O Presidente do IBGE, Eduardo Ferreira Nunes, realizou visita a São Domingos no mês de agosto, para discutir possibilidades de cooperação entre a instituição brasileira e a Oficina Nacional de Estatística (ONE).

No âmbito do Programa de Cooperação Técnica bilateral encontram-se em execução onze projetos. Sete dos projetos resultaram de missão de detalhamento de projetos, ocorrida em São Domingos em fevereiro de 2010, e outros quatro resultaram da segunda missão de detalhamento de projetos, realizada em São em maio de 2010.

Os projetos contemplam as seguintes áreas:

1) Apoio à implantação de sistema de metrologia e avaliação da conformidade na república dominicana

Instituições executoras: Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e qualidade industrial (Inmetro); Dirección General de Normas y Sistemas de Calidad (DIGENOR)

2) Apoio à Autoridade Sanitária dominicana nas áreas de registro de medicamentos, farmacovigilância e, inspeções sanitárias

Instituições executoras: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); Secretaría de Estado de Salud Pública y Asistencia Social

3) Capacitação dos gestores municipais de Bajos de Haina na estruturação e gestão de seus sistemas e serviços de limpeza pública

Instituições executoras: Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental de São Paulo (CETESB); Ayuntamiento De Bajos De Haina

4) Capacitação Conjunta De Técnicos Para Implantação E Desenvolvimento De Ações De Defesa Civil (Prevenção, Preparação, Resposta e Reconstrução)

Instituições executoras: Secretaria Nacional De Defesa Civil - Sedec/Ministério da Integração; Comisión Nacional de Emergencias

5) Fortalecimento da Rastreabilidade genética e produção bovina de carne e leite

Instituições executoras: Emater – DF; Ministério da Agricultura - Departamento de Gado

6) Capacitação em Manejo de Controle da Mosca da Fruta

Instituições executoras: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater - DF); Ministério da Agricultura - Departamento de Sanidade Vegetal

7) Plano de Manejo de Uso e Ocupação da Bacia do Rio Yaque do Norte para a Criação do Parque Linear do Arroyo Gurabo

Instituições executoras: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC); Ministério de Medio Ambiente y Recursos Naturales y Asociación para el Desarrollo (APEDI)

8) Apoio a implementação do Banco de Leite Humano na República Dominicana

Instituições executoras: Ministério da Saúde - Fundação Oswaldo Cruz / Instituto Fernandes Figueira; Secretaria dè Salud Salud Publica y Asistencia Social - Subsecretaria de Estado de Salud Colectiva - Dirección Materno Infantil y Adolescente (SESPAS) - Hospital Maternidad Nuestra Señora de la Altagracia del Distrito Nacional

9) Apoio à implementação do Centro de Atenção Presencial para o Cidadão

Instituições executoras: Secretaria de Administração do Governo da Bahia; Oficina Presidencial de Tecnologías de la Información y Comunicación (OPTIC)

10) Fortalecimento do Sistema Público de Emprego da República Dominicana

Instituições executoras: Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Governo do Estado da Bahia; Ministério do Trabalho

11) Eficiência Energética em Edificações Públicas e Comerciais

Instituições executoras: Ministério de Minas e Energia (MME); Comissão Nacional de Energia.

Cooperação educacional e cultural

O instrumento fundamental em matéria de cooperação educacional e cultural entre Brasil e República Dominicana consiste no Convênio Cultural, firmado em 1942.

O Presidente Leonel Fernández demonstra interesse em aprofundar a cooperação com instituições universitárias brasileiras, para intercâmbio de pesquisadores. A República Dominicana faz parte dos Programas Estudantes – Convênio de Graduação e de Pós-Graduação (PEC-G e PEC-PG) do Brasil.

Destaca-se a assinatura, no mês de março, do Memorando de Entendimento entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Ministério de Educação Superior, Ciência e Tecnologia (MESCyT). O referido documento tem por objetivo estabelecer mecanismos de cooperação acadêmica bilateral em matéria de educação superior, bem como de cooperação científica, tecnológica e de inovação, nas modalidades de formação

de estudantes de graduação e de pós-graduação, de mobilidade acadêmica de curta duração, de pesquisas conjuntas, de criação de redes acadêmicas, de publicação e divulgação de conhecimentos e de inovação tecnológica.

No plano cultural, destacam-se os dois anos de funcionamento do Centro Cultural Brasil - República Dominicana, fundado em abril de 2009. O Centro promove o ensino de língua portuguesa (atende atualmente 270 alunos de português) e sedia eventos como shows musicais brasileiros.

Cooperação em energias renováveis

A República Dominicana apresenta boas perspectivas para a produção de biocombustíveis, especialmente de etanol. Por já contar com experiência e tecnologia incorporadas na produção de cana-de-açúcar, o país detém condições para converter-se em produtor e exportador do produto.

No âmbito da vertente de cooperação trilateral no Memorando de Entendimento Brasil-EUA para Avançar a Cooperação em Biocombustíveis, por exemplo, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) realizou estudo de viabilidade para produção de biocombustíveis, cujos resultados foram apresentados ao Governo do país em 2008. Recomendou-se a construção de Destilaria de etanol em San Pedro de Marcoris (com capacidade de moer 2 milhões de toneladas de cana e de produzir 160 milhões de litros de etanol por ano); Banco de Germoplasma para Novas Variedades de Cana-de-Açúcar; projeto de Biomassa de Eucalipto Adensado e Projeto Piloto de Pesquisa de Jatropha. A segunda fase do estudo consiste em detalhar os projetos identificados na primeira etapa, de modo a atrair investidores públicos ou privados interessados em investir no setor.

O Governo brasileiro tem promovido diferentes eventos para divulgar, na República Dominicana, os benefícios sociais, econômicos e ambientais advindos da produção e do uso de biocombustíveis: i) a participação de empresários brasileiros (Arranjo Produtivo Local de Piracicaba-SP) no Fórum Empresarial de Energia Limpa 2011, realizado em São Domingos, em 16 e 17 de fevereiro; ii) Seminário "Bioenergia – Tecnologia para a Agroindústria Produtora e Processadora da Cana-de-Açúcar", promovido pelo APLA e pela APEX em São Domingos nos dias 28 e 29 de março.

ASSUNTOS CONSULARES

A comunidade brasileira residente na República Dominicana, composta sobretudo de funcionários de empresas brasileiras (como Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão e AmBev), missionários e cônjuges de cidadãos dominicanos, conta com cerca de 500 membros. A comunidade concentra-se na capital, São Domingos. Há, ademais, um Consulado Honorário na região de Santiago de los Caballeros.

POLÍTICA INTERNA

Estrutura

A República Dominicana é uma democracia presidencialista. O Poder Legislativo é bicameral, com Câmara dos Deputados e Senado da República. A primeira abriga 178 parlamentares, enquanto o Senado tem 32 assentos. O Presidente e os legisladores são eleitos por voto direto e o Presidente nomeia seus ministros e o chefe das Forças Armadas.

A política interna centra-se na disputa entre o partido do governo, o Partido da Liberação Dominicana (PLD) e o principal partido de oposição, o Partido Revolucionário Dominicano (PRD), cujo líder é Hipólito Mejía, ex-Presidente do país (2000-2004). O terceiro partido de maior expressão é o Partido Reformista Social Cristão (PRSC), aliado do PLD e liderado pelo Chanceler Carlos Morales Troncoso.

Desenvolvimentos recentes

A política interna na República Dominicana caracteriza-se, no presente momento, pela campanha às eleições presidenciais, marcadas para maio de 2012. Os principais candidatos são o governista Danilo Medina, do PLD, e o oposicionista Hipólito Mejía, do PRD. As pesquisas eleitorais têm mostrado ligeira vantagem de Hipólito Mejía.

Nos anos recentes, a política interna da República Dominicana tem-se caracterizado pelos seguintes elementos: i) predomínio do Partido da Liberação Dominicana (PLD), que conquistou expressiva vitória nas eleições parlamentares e municipais de 2010 – como resultado, o partido do Governo controlará o Parlamento até o ano de 2016, quando as eleições presidenciais e legislativas serão simultâneas; ii) queda da popularidade do Presidente Leonel Fernández, eleito em 2008 para seu segundo mandato consecutivo (e terceiro como Presidente do país); iii) destaque de temas negativos (crise energética, desemprego, corrupção, déficit público) na agenda política.

A Primeira Dama Margarita Fernández de Cedeño foi escolhida, no dia 2 de novembro corrente, para compor, como candidata à vice-presidência, a chapa oficialista no pleito de 20 de maio de 2012.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa da República Dominicana tem-se caracterizado por ênfase em parcerias tradicionais (Estados Unidos, Europa), construção de novas parcerias (Brasil, Índia, Venezuela) e busca de protagonismo regional, com participação na mediação de crises em países latino-americanos.

Os Estados Unidos constituem parceria fundamental da República Dominicana, nos âmbitos político e econômico, o que não impede discordâncias e atritos pontuais. A agenda bilateral tem como temas principais segurança e combate ao narcotráfico, bem como promoção comercial e investimentos no âmbito do Acordo de Livre Comércio República Dominicana - América Central (DR-CAFTA). A República Dominicana sediou, em maio de 2011, reunião de iniciativa norte-americana "Caminhos para a Prosperidade", com a presença da Secretária de Estado Hillary Clinton.

Em 2008, o país firmou Acordo de Parceria Econômica com a União Europeia.

Desde o terremoto de janeiro de 2010, observa-se maior engajamento dominicano em prol da aproximação com o Haiti, o qual se traduz em assistência humanitária e protagonismo nos esforços internacionais em apoio à reconstrução. A presença de contingente expressivo de imigrantes de origem haitiana (estimados em mais de 1 milhão) apresenta sensibilidade política interna. Os Presidentes Michel Martelly e Leonel Fernández reuniram-se em São Domingos (6 de maio, 2 de agosto) e em Porto Príncipe (posse de Martelly, em 14 de maio).

As relações da República Dominicana com a Venezuela são densas, nos planos de cooperação energética, comércio e diálogo político. Desde setembro de 2005 a República Dominicana integra a iniciativa Petrocaribe.

A República Dominicana ainda não mantém relações diplomáticas com a China, embora tenha aberto Escritório de Promoção Turística naquele país (setembro de 2010) e tenha participado da "Expo Xangai 2010".

No plano multilateral, a República Dominicana sedou o V Foro de Competitividade das Américas (FCA), realizado entre 5 e 7 de setembro. Na oportunidade, foram discutidos temas sobre inovação em serviços, educação, energia renovável, clima de negócios e facilitação comercial.

Ainda no âmbito multilateral, o Presidente Leonel Fernández tem-se empenhado em promover debate internacional sobre mecanismos de controle que evitem a especulação nos preços de alimentos e petróleo nos mercados financeiros internacionais. Em seu discurso na Assembleia Geral da ONU, em setembro último, o Presidente Fernández salientou que as altas dos preços dos alimentos e do petróleo teriam resultado em aumento da incidência da fome no mundo e criticou a especulação financeira no mercado internacional de commodities, defendendo o estabelecimento de medidas regulatórias para garantir transparência e estabilidade nos preços.

ECONOMIA

Estrutura

A atividade econômica da República Dominicana é relativamente diversificada, com predomínio do setor terciário Em 2010, os serviços respondiam por 54% da economia, indústria por 26% e agricultura por 8% por cento.

O setor industrial divide-se em indústria local e zona franca. A primeira produz majoritariamente bens de consumo, enquanto a zona franca exporta vestuário, charutos, eletrônicos, fármacos. Na mineração, o principal produto exportado pelo país é o níquel. No ramo dos serviços, o turismo é a principal origem de divisas internacionais, e um dos setores que mais empregam na economia do país. Os principais produtos agrícolas do país são o açúcar, o cacau e o tabaco. A produção de açúcar vem declinando desde os anos 1980.

Desenvolvimentos recentes

A economia dominicana voltou a apresentar taxas elevadas de crescimento a partir de 2004-2005, com o êxito de políticas de combate à crise econômica. A dimensão do PIB dominicano mais do que duplicou nos últimos seis anos. Em 2010, a economia dominicana cresceu 7,8%.

Apesar do bom desempenho, a economia dominicana apresenta dificuldades em matéria de setor energético, déficit em conta corrente (importação de petróleo) e déficit público. Apesar de o crescimento econômico ter tido impactos positivos sobre a geração de empregos e a redução da miséria, a taxa de desemprego permanece alta (14,1%).

Em novembro de 2009, o Presidente Fernández celebrou o segundo acordo "*stand-by*" com o FMI durante seu governo. O acordo, que prevê a liberação de US$ 1,7 bilhão até o final de 2012, tem como objetivo principal estimular a recuperação da economia local por meio de medidas anticíclicas, sem prejudicar a estabilidade macroeconômica.

Estimativas internacionais indicam que a economia da República Dominicana permanecerá crescendo nos próximos anos, embora possivelmente a ritmo mais lento. Estima-se que o crescimento do PIB no quadriênio 2011-2015 será de 4,8%, em média, abaixo do índice médio de 6,8% registrado em 2006-2010.

ANEXOS

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1911: Criado Consulado residente do Brasil na República Dominicana, com sede em São Domingos (Decreto 58.771).
1940: Estabelecida uma Legação na República Dominicana, com sede em Ciudad Trujillo (Decreto 5737).
1943: Criação da Embaixada brasileira residente na República Dominicana, com a elevação, pelo Decreto 12543, da legação em Ciudad Trujillo à categoria de Embaixada.
1955: Na condição de Presidente eleito, Juscelino Kubitschek visita a São Domingos, em viagem a caminho dos EUA.
2002: O Presidente Fernando Henrique Cardoso visita a República Dominicana, por ocasião da Cúpula Ibero-Americana, que ocorreu na cidade de Bávaro.
2002: O Presidente Lula visita a República Dominicana em agosto, para participar da Cerimônia de Posse de Leonel Fernández.
2004: Na condição de Presidente Eleito, Leonel Fernández visita o Brasil, em junho.
2007: Presidente Leonel Fernández realiza visita a cidades brasileiras, no mês de junho.
2011: Presidente Leonel Fernández visita o Brasil, para participar do Foro Econômico Mundial para a América Latina (Rio de Janeiro).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1492: Cristóvão Colombo chegou à ilha, chamada de Quisqueya pelos índios nativos, e estabeleceu uma colônia na costa atlântica
1570 - 1630: A ilha se tornou uma das maiores produtoras de açúcar das Américas
1697: O lado ocidental da Ilha de Hispaniola (atual Haiti) foi cedido à França. Um século depois, toda a ilha passou ao controle francês
1814: a Espanha retomou o lado oriental
1821: José Nuñez de Cáceres proclamou a independência do país, denominado Estado Independente do Haiti Espanhol
1822 - 1844: Tropas haitianas ocuparam o território
1844: Juan Pablo Duarte e Pedro Santana lideraram a libertação da nação
1861: O país voltou a ser anexado à Espanha e reconquistou a independência quatro anos depois
1916 - 1924: Período da ocupação estadunidense
1930: O General Rafael Leónidas Trujillo assumiu o poder
1961: Falecimento do General Rafael Leónidas Trujillo
1962: Primeiras eleições livres desde 1914. O reformista Juan Bosch, do Partido Revolucionário, foi eleito presidente
1962: Após sete meses no cargo, Bosch foi deposto por golpe militar
1965: Guerra civil derrubou os golpistas
1966: Joaquín Balaguer, que assumira interinamente a Presidência depois da morte de Trujillo, elegeu-se pelo Partido Reformista Social-Cristão
1970: Reeleição de Joaquín Balaguer
1974: Terceira eleição de Joaquín Balaguer
1982: Jorge Blanco foi eleito em meio a grave crise econômica, causada pela queda internacional do preço do açúcar
1990 – 1998: O país sofreu grave crise no suprimento de energia elétrica

1996: Leonel Fernández, do Partido de Libertação Dominicana, foi eleito Presidente
1999: O governo iniciou a privatização da empresa de eletricidade
2000: Após quatro anos de intensas negociações, assinou o acordo de livre comércio com a Caricom
2007: O país foi duramente atingido pelo furacão Noel
2008: Leonel Fernández foi reeleito Presidente da República
2010: Partido da Liberação Dominicana (PLD) obteve expressiva vitória, fortalecendo o Presidente Leonel Fernández

ATOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Data do Decreto Legislativo	Entrada em vigor	Promulgação	
				Decreto	Data
Convenção de Arbitramento.	29/04/1910	31/12/1910	31/03/1913	10244	28/05/1913
Convênio de Cooperação Cultural	09/12/1942	12/02/1943	17/06/1943	12950	20/07/1943
Convênio para Permuta de Livros e Publicações.	09/04/1945	25/04/1945	26/12/1945	19898	07/11/1945
Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica	08/02/1985	24/11/1987	30/09/1988	97380	22/12/1989
Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	18/05/1995	23/10/1996	09/02/1998	2514	12/03/1998
Tratado de Extradição	17/11/2003	13/07/2006	25/11/2008	6738	12/01/2009
Acordo Básico de Cooperação Técnica	06/02/2006	03/09/2008	15/10/2008	7104	10/02/2010
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre Cooperação em Matéria de Defesa	02/02/2010	Em tramitação na Câmara dos Deputados (PDC 313/2011)			

DADOS BÁSICOS E INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008	2009	2010
População (em milhões de habitantes)[1]	9,1	9,2	9,3	9,5	9,5
Densidade demográfica (hab/Km²)	187,6	189,6	191,7	195,8	195,8
PIB Nominal (US$ bilhões)	35,7	41,0	45,5	48,6	51,6
Crescimento real do PIB (%)	10,7	6,5	5,3	3,5	6,4
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	5,0	6,9	4,5	5,8	6,2
Reservas internacionais (US$ milhões)	2.127	2.582	2.288	2.905	2.705
Dívida Externa Total (US$ bilhões)[2]	8,8	10,4	10,5	11,3	13,4
Câmbio (Ps / US$)	33,80	34,34	35,46	36,21	37,42

Elaborado pela MAPOPRI/MC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do Top Economic Intelligence Unit, Country Report (fevereiro 2011).

(1) 2005, 2006 e 2008: estimativa IBGE.

(2) 2007 e 2009: estimativa BCB.

(3) 2009 estimativa.

COMÉRCIO EXTERIOR[1] (US$ milhões)	2005	2006	2007	2008	2009	2010[2]
Exportações (fob)	6.145	6.610	7.161	8.748	5.529	4.656
Importações (cif)	10.859	13.394	14.957	17.593	13.486	11.220
Balança comercial	-4.714	-6.784	-7.796	-10.844	-7.956	-6.564
Intercâmbio comercial	17.004	20.004	22.118	24.342	19.015	15.876

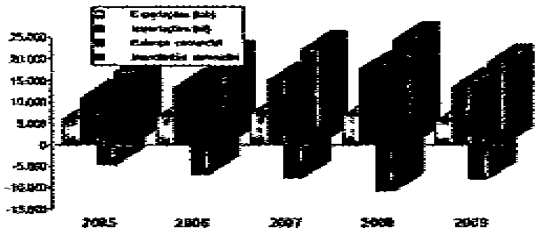
Elaborado pela MAPOPRI/MC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do Fiesp - Diretoria de Estatísticas, março 2011 (2010).

(1) Os dados não consideram, necessariamente, com apoio operacional na Balança de Pagamentos em razão das diferentes metodologias de coleta.

(2) Dados estimativa.

(3) Última posição disponível em 11/03/2011.

(US$ milhões)



DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões)	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total	2010[1][2]	% no total
EXPORTAÇÕES (fob)								
Estados Unidos	4.317	60,3%	3.875	57,4%	3.292	59,6%	2.563	55,1%
Haiti	552	7,7%	625	9,3%	705	12,8%	553	11,9%
Países Baixos	409	5,7%	195	2,9%	119	2,2%	119	2,6%
Bélgica	140	1,9%	173	2,6%	100	1,8%	158	3,4%
Espanha	103	1,4%	178	2,6%	95	1,7%	101	2,2%
China	191	2,7%	110	1,6%	93	1,7%	90	1,9%
Reino Unido	84	1,2%	72	1,1%	91	1,6%	126	2,7%
Alemanha	59	0,8%	55	0,8%	58	1,1%	52	1,1%
Jamaica	32	0,4%	65	1,0%	46	0,8%	36	0,8%
Honduras	39	0,6%	37	0,5%	34	0,6%	27	0,6%
Brasil*	3	0,0%	14	0,2%	13	0,2%	10	0,2%
SUBTOTAL	5.928	82,8%	5.399	80,0%	4.647	84,2%	3.837	82,4%
DEMAIS PAÍSES	1.233	17,2%	1.350	20,0%	873	15,8%	819	17,6%
TOTAL GERAL	7.161	100,0%	6.749	100,0%	5.520	100,0%	4.656	100,0%
IMPORTAÇÕES (cif)								
Estados Unidos	6.482	43,4%	6.890	39,2%	5.511	40,9%	5.240	46,7%
Venezuela	844	5,6%	1.369	7,8%	877	6,5%	754	6,7%
China	893	6,0%	947	5,4%	630	4,7%	462	4,1%
Colômbia	704	4,7%	882	5,0%	615	4,6%	451	4,0%
Brasil	388	2,7%	457	2,6%	327	2,4%	293	2,6%
Espanha	369	2,5%	460	2,6%	287	2,1%	248	2,2%
Alemanha	220	1,5%	254	1,4%	270	2,0%	137	1,2%
Argentina	182	1,2%	170	1,0%	209	1,6%	153	1,4%
Trinidad e Tobago	367	2,5%	391	2,2%	200	1,5%	151	1,4%
Costa Rica	174	1,2%	233	1,3%	196	1,5%	145	1,3%
Japão	425	2,8%	370	2,1%	188	1,4%	6	0,1%
Antilhas Holandesas	188	1,3%	408	2,3%	188	1,4%	138	1,2%
Itália	151	1,0%	190	1,1%	183	1,4%	143	1,3%
SUBTOTAL	11.488	76,3%	13.020	74,0%	9.691	71,9%	8.321	74,2%
DEMAIS PAÍSES	3.549	23,7%	4.573	26,0%	3.795	28,1%	2.899	25,8%
TOTAL GERAL	14.957	100,0%	17.593	100,0%	13.486	100,0%	11.220	100,0%

Elaborado pela MAPOPRI/MC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do Fiesp - Diretoria de Trade Statistics, março 2011.

Países listados em ordem decrescente, e não com base em dados impossibilitados até 2009.

(1) Dados estimativa.

(2) Última posição disponível em 11/03/2011.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2009	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US$ milhões)		
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	646	13,8%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	469	10,0%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	372	7,9%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	351	7,5%
Plásticos e suas obras	317	6,8%
Algodão	283	6,0%
Pérolas, pedras preciosas, semipreciosas	237	5,1%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes	156	3,3%
Cacau e suas preparações	155	3,3%
Frutas, cascas de cítricos e de melões	149	3,2%
Ferro fundido, ferro e aço	143	3,0%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	142	3,0%
Vestuário e seus acessórios, de malha	136	2,9%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	120	2,6%
Açúcares e produtos de confeitaria	106	2,3%
Subtotal	**3.782**	**80,6%**
Demais Produtos	**911**	**19,4%**
Total Geral	**4.693**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

Divergências nos dados são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

Última posição em 1 /03/2011.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2009	Part % no total
IMPORTAÇÕES (US$ milhões)		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	2.523	20,9%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, suas partes	1.111	9,2%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	940	7,8%
Plásticos e suas obras	727	6,0%
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	614	5,1%
Produtos farmacêuticos	388	3,2%
Papel e cartão; obras de pasta celulósica	358	3,0%
Ferro fundido, ferro e aço	311	2,6%
Cereais	310	2,6%
Algodão	289	2,4%
Pérolas, pedras preciosas, semipreciosas	265	2,2%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	234	1,9%
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	173	1,4%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	172	1,4%
Sementes e frutos oleaginosos, grãos	169	1,4%
Fibras sintéticas e artificiais descontínuas	166	1,4%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	151	1,3%
Lã, pelos finos ou grosseiros, tecidos de crina	145	1,2%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	137	1,1%
Subtotal	**9.183**	**76,2%**
Demais Produtos	**2.871**	**23,8%**
Total Geral	**12.054**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

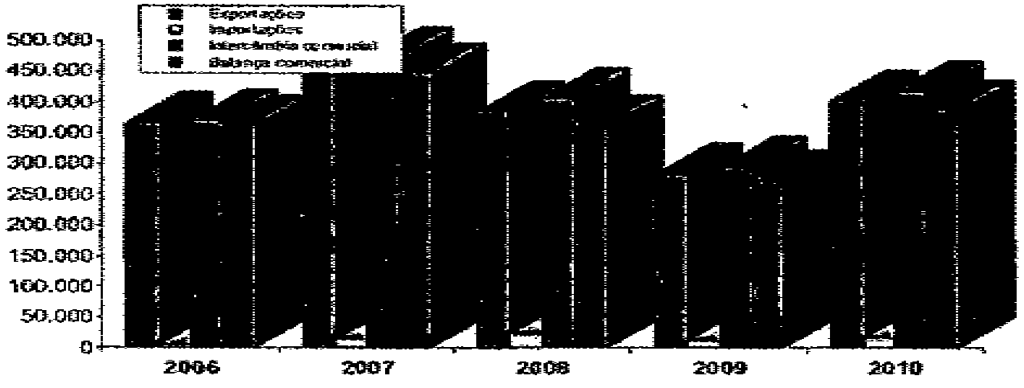
Divergências nos dados são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

Última posição em 1 /03/2011.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - REP. DOMINICANA[1] (US$ mil, fob)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	366.922	485.934	380.644	282.598	401.754
Variação em relação ao ano anterior	9,6%	25,4%	-15,4%	-26,3%	42,2%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o CARIBE	9,6%	10,9%	5,5%	5,8%	8,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,3%	0,3%	0,2%	0,2%	0,2%
Importações	4.298	12.784	21.044	10.641	14.823
Variação em relação ao ano anterior	74,9%	198,0%	70,8%	-49,4%	39,3%
Part. (%) no total das importações brasileiras do CARIBE	1,0%	1,8%	2,3%	2,1%	2,6%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio comercial	370.212	471.778	485.485	293.431	446.577
Variação em relação ao ano anterior	10,1%	27,4%	-14,1%	-27,8%	42,0%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-CARIBE	6,7%	5,8%	5,1%	5,3%	7,5%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,2%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%
Balança comercial	361.632	448.210	361.593	271.749	386.931

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-REP. DOMINICANA (US$ mil, fob)	2010 (fev)	2011 (fev)
Exportações	43.658	54.784
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	7,8%	25,4%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o CARIBE	4,9%	4,3%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,2%	0,2%
Importações	1.371	4.805
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-88,6%	250,5%
Part. (%) no total das importações brasileiras do CARIBE	2,0%	5,4%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	45.047	59.589
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-14,0%	31,6%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-CARIBE	4,8%	4,2%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,1%	0,1%
Balança Comercial	42.325	54.780

(US$ mil)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

COMPOSIÇÃO DO INTERC.COMERCIAL BRASIL - REP. DOMINICANA (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)						
Aeronaves e outros aparelhos aéreos	0	0,0%	19.079	6,8%	56.688	14,1%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, suas partes	46.313	12,1%	24.807	8,8%	36.678	9,1%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose, de papel,etc	36.916	9,6%	23.272	8,2%	31.709	7,9%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	34.075	8,9%	29.979	10,6%	31.597	7,9%
Cereais	1	0,0%	2.346	0,8%	31.142	7,8%
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	29.290	7,6%	17.176	6,1%	24.223	6,0%
Ferro fundido, ferro e aço	71.387	18,6%	18.044	6,4%	22.426	5,6%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	31.789	8,3%	12.877	4,6%	16.939	4,2%
Produtos cerâmicos	10.766	2,8%	16.493	5,8%	16.374	4,1%
Obras de ferro fundido, ferro e aço	10.504	2,7%	8.569	2,3%	15.829	3,9%
Produtos químicos orgânicos	7.564	2,0%	11.625	4,1%	13.283	3,3%
Plásticos e suas obras	9.306	2,4%	5.918	2,1%	10.450	2,6%
Açúcares e produtos de confeitaria	14.015	3,7%	7.943	2,8%	8.170	2,0%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	7.609	2,0%	4.918	1,7%	7.354	1,8%
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares	210	0,1%	13.530	4,8%	6.028	1,5%
Peles, exceto a peleteria (peles com pelo) e couros	4.935	1,3%	4.147	1,5%	5.787	1,4%
Borracha e suas obras	5.069	1,3%	3.905	1,4%	5.470	1,4%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	3.354	0,9%	2.954	1,0%	5.131	1,3%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	4.348	1,1%	3.846	1,4%	4.363	1,1%
Preparações alimentícias diversas	2.470	0,6%	3.135	1,1%	4.236	1,1%
Produtos farmacêuticos	3.968	1,0%	3.411	1,2%	3.857	1,0%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	5.459	1,4%	5.673	2,0%	3.802	0,9%
Produtos químicos inorgânicos	1.158	0,3%	1.763	0,6%	2.458	0,6%
Ferramentas, artefatos de cutelaria, de metais comuns	3.740	1,0%	3.971	1,4%	2.452	0,6%
Obras de pedra, gesso, cimento,amianto, mica	2.202	0,6%	1.795	0,6%	2.079	0,5%
Produtos diversos das indústrias químicas	1.235	0,3%	843	0,3%	1.933	0,5%
Subtotal	347.683	90,6%	250.089	88,5%	370.558	92,2%
Demais Produtos	35.961	9,4%	32.501	11,5%	31.196	7,8%
TOTAL GERAL	383.644	100,0%	282.590	100,0%	401.754	100,0%

Aviso nº 74 - C. Civil.

Em 14 de fevereiro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ MARCUS VINICIUS DE SOUSA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Dominicana.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 14, DE 2012
(nº 37/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JORGE GERALDO KADRI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia.

Os méritos do Senhor Jorge Geraldo Kadri que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de fevereiro de 2012.

00001.011679/2011-13

EM No 00530 -MRE

Brasília, 18 de novembro de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **JORGE GERALDO KADRI**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **JORGE GERALDO KADRI** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº00530/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 18 de novembro de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **JORGE GERALDO KADRI**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **JORGE GERALDO KADRI** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

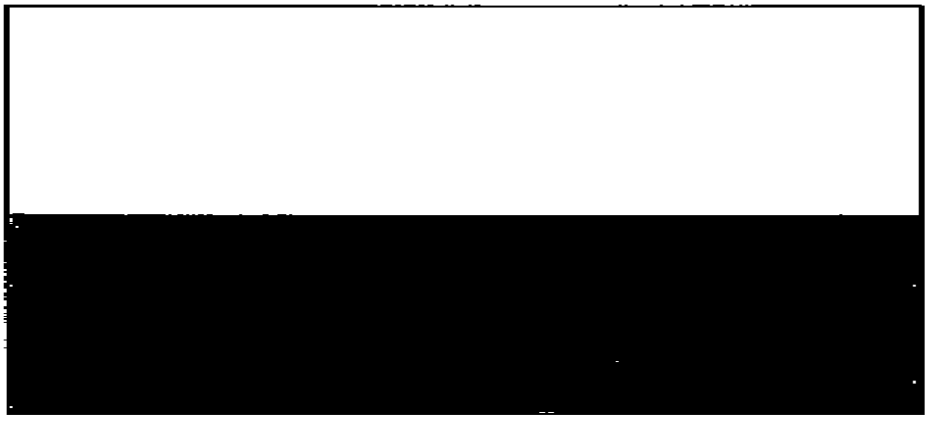
MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *JORGE GERALDO KADRI*
CPF.: 042.532.641-15
ID.: 3203 MRE

1956	Filho de Joseph Kadri e Genny Kalil Kadri, nasce em 31 de julho, em Aparecida/SP
Dados Acadêmicos:	
1976	Engenharia de Máquinas pela Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante -EFOMM/CIAGA
1979	Administração de Empresas pela Sociedade Unificada de Ensino Superior Augusto Motta/RJ
1982	Mestrado em Administração de Empresas e Marketing pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
1983	CPCD - IRBr
1992	CAD - IRBr
2005	CAE - IRBr, O Tratamento Especial e Diferenciado, o Mandato de Doha e o Interesse do Brasil
Cargos:	
1984	Terceiro-Secretário
1989	Segundo-Secretário
1996	Primeiro-Secretário, por merecimento
2001	Conselheiro, por merecimento
2006	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2010	Ministro de Primeira Classe, por merecimento
Funções:	
1985	Divisão de Processamento de Dados, Assistente
1985-86	Divisão de Visitas, Cerimonial, Assistente
1986-89	Divisão de Operações de Promoção Comercial, Assistente
1989-92	Embaixada em Madri, Terceiro e Segundo-Secretário
1992-96	Embaixada em Camberra, Segundo-Secretário e Encarregado de Negócios
1996-98	Subsecretaria-Geral Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, Assistente
1998-99	Departamento Econômico, Assistente
1999-2003	Delegação Permanente em Genebra, Primeiro-Secretário e Conselheiro
2003-05	Embaixada em Assunção, Conselheiro
2005-08	Divisão de Promoção da Língua Portuguesa, Chefe
2008	Departamento Cultural, Diretor, substituto
2008	Embaixada em Bissau, Embaixador
Condecorações:	
1985	Ordem do Mérito Nacional, França, Cavaleiro
1991	Ordem de Isabel, a Católica, Espanha, Cavaleiro
2009	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL POLÍTICA I
DEPARTAMENTO DA EUROPA
DIVISÃO DA EUROPA II

REPÚBLICA DA POLÔNIA



OSTENSIVO
Informação para o Senado Federal
Novembro de 2011

ÍNDICE

I. DADOS BÁSICOS .....
II. INTRODUÇÃO.....
III. PERFIS BIOGRÁFICOS.....
IV. RELAÇÕES BILATERAIS .....
V. POLÍTICA INTERNA.....
VI. POLÍTICA EXTERNA .....
VII. ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS.....
VIII. ANEXOS.....
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS .....
ATOS BILATERAIS .....
CRONOLOGIA HISTÓRIA.....
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS.....

I. DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Polônia
CAPITAL	Varsóvia (1,7 milhão de habitantes)
ÁREA	312.679 km^2 *(inferior à do Maranhão)*
POPULAÇÃO (2010)	38.177.910 *(pouco inferior à do Estado de São Paulo)*
IDIOMA OFICIAL	Polonês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católicos (89,8%), cristãos ortodoxos (1,3%), protestantes (0,3%), não religiosos (8,3%)
COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO:	Poloneses (96,7%), alemães (0,4%), bielorrussos (0,1%), ucranianos (0,1%); outros (2,7%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Bronislaw Komorowski (desde 06/08/2010)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Donald Tusk (desde 16/11/2007)
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	Radosław Sikorski
IDH (ÍNDICE DE DESENVOLV. HUMANO)	0,813 *(39º no ranking; Brasil é o 84º, com 0,718)*
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	380 brasileiros
PIB NOMINAL (2010)	US$ 468,59 bilhões
PIB NOMINAL *per capita* (2010)	US$ 12.273
PIB PPP (2010)	US$ 754,1 bilhões
PIB per capita PPP (2010)	US$ 19.752
UNIDADE MONETÁRIA	Zloty (PLN)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões FOB) – *Fonte: MDIC*

BRASIL → Polônia	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011 (jan-jul)**
Intercâmbio	198,8	197,2	424.5	407,0	511,9	539,5	859,6	575,2	836,8	547,9
Exportações	99,6	77,2	285,5	272,9	299,8	271,7	329,6	303,3	391,6	303,8
Importações	99,2	120	139,1	134,1	212	267,8	530,0	271,9	445,2	244,1
Saldo	0,4	-42,8	146	138,8	87,8	3,9	-200	31,4	-53,6	59,7

II. INTRODUÇÃO

A Polônia é hoje a sétima maior economia na União Europeia (UE), tendo suplantando, no último ano, a Bélgica e a Suécia. É, ainda, o maior mercado da Europa do Leste. Sua economia cresceu 3,8% em 2010 e, desde 2008, é considerada a "ilha verde" da União Europeia, uma vez que foi o único membro do bloco a ter passado pela crise financeira mundial sem entrar em recessão. O país é também importante do ponto de vista político, devido a sua posição geográfica, no centro da Europa, e ao fato de ser, entre os novos membros da UE, o que possui maior população (a oitava da Europa). Essa importância política se traduz na participação polonesa em organizações regionais como o "Grupo de Visegrad" (grupo de cooperação que reúne a Polônia, a Hungria, a República Checa e a Eslováquia), em que exerce posição de liderança, e o "Triângulo de Weimar", que lhe permite construir relações especiais com a França e com a Alemanha.

O fato de tanto o Brasil quanto a Polônia estarem apresentando desenvolvimento econômico, tecnológico e científico positivo, abre o caminho para ampliar a cooperação bilateral em vários níveis, por meio do aprofundamento das formas de cooperação já existentes, bem como da exploração de novas possibilidades.

Ressalte-se, ainda, que o Brasil foi o primeiro país latino-americano a reconhecer o Estado reformado da Polônia, em novembro de 1918, após a I Guerra Mundial. Antes disso, a soberania polonesa havia desaparecido por 123 anos, durante os quais o país fora repartido entre os impérios russo, alemão e austro-húngaro.

III. PERFIS BIOGRÁFICOS

BRONISLAW KOMOROWSKI
Presidente da República

Nascido em 4 de junho de 1952, em Obornikie Slaskie, na região de Wroclaw (Polônia). É formado em História pela Universidade de Varsóvia. Casado, tem cinco filhos.

Em 1968, participou de manifestações contra o regime comunista polonês.

Em 1971, foi preso como dissidente pela primeira vez.

Entre 1976 e 1980, trabalhou como jornalista escrevendo, publicando e distribuindo jornais de oposição à ditadura.

Em 1980, começou a atuar no Sindicato "Solidariedade", de Lech Walesa.

Após a imposição da lei marcial, deu aulas de história em uma escola secundária até a queda do regime comunista, em 1989.

Em 1991, foi eleito membro do *Sejm*, a Câmara dos Deputados polonesa. Reelegeu-se por cinco mandatos consecutivos, tendo se destacado no trabalho nas comissões parlamentares de Defesa e Relações Exteriores. Em 2000, abriu mão de um de seus mandatos como parlamentar para assumir o cargo de Ministro da Defesa.

Em 2007, foi eleito Presidente da Câmara. Nessa condição, assumiu interinamente a presidência em abril de 2010, após o trágico acidente aéreo em Smolesnk, que vitimou o Presidente Lech Kacyznski.

Em agosto de 2010, venceu as eleições e assumiu oficialmente a Presidência da República.

Bronislaw Komorowski é seguidamente apontado pelas pesquisas de opinião como o político mais respeitado e confiável da Polônia. É membro fundador da Plataforma Cívica (PO), o partido de centro-direita ao qual também pertence o Primeiro-Ministro Donald Tusk.

DONALD TUSK
Primeiro-Ministro

Nascido em 23 de abril de 1957, em Gdansk (Polônia). Formado em História pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade de Gdansk. Casado, tem dois filhos. Pertence ao grupo cassubiano (*kaszubi*), uma minoria étnica da Polônia.

Em 1980, iniciou sua atuação política, participando de movimentos estudantis ligados ao Sindicado "Solidariedade",

Após a queda do comunismo, voltou a ter atuação política e foi um dos fundadores do partido Congresso Liberal e Democrático (KLD).

Em 1991, foi eleito para seu primeiro mandado como Deputado.

Em 1994, tornou-se um dos Vice-Presidentes do partido União pela Liberdade (UW), criado pela fusão do KLD com a União Democrática.

Em 1997, foi eleito Senador pela UW.

Em 2001, foi um dos fundadores da Plataforma Cívica (PO), mesmo partido do atual Presidente, Bronislaw Komorowski.

Entre 2001 e 2007, exerceu mais dois mandatos como Deputado. Em 2003, foi eleito Presidente do PO.

Em 2007, foi indicado ao posto de Primeiro-Ministro.

Donald Tusk obteve um êxito inédito na Polônia redemocratizada: o de conseguir se reeleger após completar um mandato inteiro à frente do Governo. Sem feitos extraordinários, sua aprovação é alta principalmente por seu Governo ter conseguido manter o crescimento econômico mesmo em tempos de crise.

RADOSLAW SIKORSKI
Ministro das Relações Exteriores

Nasceu em 23 de fevereiro de 1963, em Bydgoscz (Polônia).

Formado em Artes pela Universidade de Oxford (Reino Unido), em Filosofia, Ciências Políticas e Economia.

Casado com Anne Applebaum, jornalista judia americana que em 2004 ganhou prêmio Pulitzer por seu livro "Gulag: uma História". Têm dois filhos.

Em 1981, foi eleito Presidente do Comitê Estudantil de Greves, em sua cidade natal.

Nesse mesmo ano, tornou-se refugiado político na Grã-Bretanha, retornando à Polônia apenas em 1989. De 1986 a 1989, foi repórter nas guerras do Afeganistão e de Angola.

Em 1992, tornou-se Vice-Ministro da Defesa. Iniciou as negociações para a entrada da Polônia na OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte).

Entre 1998 e 2001, foi Subsecretário de Estado do Ministério das Relações Exteriores.

Em 2007, foi eleito para a *Sejm* (Câmara dos Deputados), pela Plataforma Cívica (PO).

Nesse mesmo ano, foi escolhido para o cargo de Ministro das Relações Exteriores.

Radoslaw Sikorski é um político ativo e respeitado. Entretanto, sua tentativa de ser indicado como candidato do PO nas eleições presidenciais de 2010 não foi bem sucedida.

IV. RELAÇÕES BILATERAIS

Histórico

O Brasil foi o primeiro país da América Latina e um dos primeiros do mundo a reconhecer o Estado polonês quando este voltou a existir, em 1918, após ser partilhado entre as potências vizinhas por mais de um século. As relações diplomáticas foram estabelecidas em maio de 1920 e, em 2010, celebrou-se o 90º aniversário desse fato histórico. Em comemoração dessa efeméride, a "Sociedade de Amizade Polônia-Brasil" realizou uma exposição fotográfica sobre o Brasil nas instalações da *Sejm* (Câmara dos Deputados). A Embaixada do Brasil, por sua vez, ofereceu, em outubro do mesmo ano, no Palácio Real de Varsóvia, um concerto do pianista brasileiro Arthur Moreira Lima, muito conhecido naquele país, uma vez que obteve o segundo lugar no famoso Concurso Chopin, em 1965.

A presença no Brasil de uma importante comunidade de origem polonesa confere especial dimensão ao relacionamento bilateral. Estima-se que essa comunidade seja constituída por aproximadamente 1,8 milhão de pessoas (a segunda maior no mundo, superada apenas pela existente nos Estados Unidos) radicadas, sobretudo, no Paraná e em Santa Catarina.

As relações bilaterais sempre foram cordiais e, no nível político, nunca foram perturbadas por contenciosos. Há espaço para maior dinamismo e ampliação desse relacionamento.

Relações econômico-comerciais

As relações econômicas e comerciais têm-se expandido, sobretudo após a adesão da Polônia à União Europeia. Nos últimos anos, intensificou-se a troca de missões comerciais e empresariais, que acompanham autoridades em visitas recíprocas ou que são organizadas por entidades patronais.

Do lado brasileiro, as duas mais recentes foram a chefiada pelo Secretário Executivo do MDIC, Ivan Ramalho, em outubro de 2009, e aquela que acompanhou o Governador do Estado de Goiás, em fevereiro último, dando prosseguimento a contatos daquele estado com os meios oficiais e empresariais da Província de Wielkopolska, destinados à realização de projetos comuns, sobretudo no setor agrícola.

Do lado polonês, o Secretário de Estado do Ministério da Economia, Adam Szejnfeld, chefiou missão a Brasília, São Paulo e Curitiba, em agosto de 2009, e, em maio de 2010, foi enviada ao Rio de Janeiro missão comercial chefiada pelo Subsecretário de Estado daquele Ministério, Rafal Baniak. Em abril de 2011, representantes do Governo da Província de Wielkopolska estiveram em Curitiba.

Em 2009, foram efetuados contatos entre empresas dos dois países na área da indústria de armamentos e de material de defesa, com vistas à cooperação recíproca. Entretanto, apesar desse incremento recente, as relações econômicas e comerciais ainda continuam aquém de suas possibilidades.

O Brasil é o principal parceiro comercial da Polônia na América Latina, mas os valores dessa participação ainda são pouco expressivos, especialmente se forem comparados com os dados do intercâmbio polonês com alguns países asiáticos. Assinale-se, porém, que as trocas comerciais são, de fato, superiores aos dados estatísticos, uma vez que parte dos fornecimentos, sobretudo brasileiros, processa-se por meio de terceiros países.

De acordo com os dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX/MDIC), de janeiro a julho do ano corrente as exportações brasileiras para a Polônia registraram aumento de 42,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando US$ 303,76 milhões. As importações de produtos poloneses pelo Brasil atingiram, no período, US$ 244,14 milhões (elevação de 1,78%). Nesse contexto, a corrente de comércio bilateral alcançou US$ 547,90 milhões (incremento de 21,06%), com saldo comercial favorável ao Brasil de US$ 59,62 milhões. Registre-se que, nos primeiros sete meses do ano passado, a balança comercial entre os dois países registrava déficit de US$ 27,2 milhões para a Parte brasileira.

Os principais produtos da pauta exportadora brasileira, nos primeiros sete meses de 2011, são aviões (com participação de 23% do total exportado), fumo, bagaços e resíduos sólidos da extração do óleo de soja, bem como açúcar bruto de cana, que passou a figurar na lista dos principais produtos brasileiros importados pela Polônia neste ano e já ocupa, atualmente, a quarta posição. A partir de 2000, importante elemento no intercâmbio comercial foram os aviões de passageiros, no total de vinte e seis, vendidos pela EMBRAER às companhia aérea polonesa LOT.

Quanto à pauta importadora, as principais mercadorias são sulfato de amônio (utilizado como fertilizante), partes para assentos, peças para aparelhos de rádio e televisão e caixas de marchas para automóveis. O coque de hulha (carvão betuminoso), que não figurava na lista nos últimos anos, passou a ocupar a quinta posição no período em apreço.

Investimentos

De acordo com dados oficiais poloneses, os investimentos brasileiros naquele país são ainda pouco expressivos. Os investimentos da Polônia no Brasil limitaram-se a US$ 575.000 em 2009, concentrados sobretudo na produção de cosméticos e materiais para construção.

Turismo

São ainda pequenas as movimentações no turismo bilateral. No entanto, a abertura, no ano passado, de voos da TAP Portugal entre diversas cidades brasileiras e Varsóvia (com conexão em Lisboa) abre a possibilidade de um aumento no fluxo de turistas.

A Embaixada brasileira em Varsóvia participa da feira internacional de turismo de Poznan, a *Tour Salon*, com estande destinado à divulgação do potencial turístico do Brasil e ao fornecimento de informações ao público interessado.

Relações culturais

O Governo brasileiro promove a existência de "leitorados brasileiros" junto a universidades polonesas, responsáveis pela oferta de cursos de português brasileiro e de cultura brasileira.

Encontra-se em implantação leitorado brasileiro na Universidade de Lublin – o primeiro fora de Varsóvia.

A disciplina de Língua Portuguesa também faz parte, a título facultativo, do currículo do Liceu Rui Barbosa, estabelecimento de ensino polonês nomeado em honra do jurista brasileiro, célebre naquele país por ter sido um grande defensor, em foros internacionais, da causa da independência da Polônia – à época, com território partilhado entre Rússia, Prússia e o Império Austro-Húngaro.

É também digno de nota o interesse crescente, no país, pela música popular brasileira e pelo aprendizado da capoeira.

Consulados

Além da repartição consular da Embaixada em Varsóvia, que atende todo o território polonês, o Brasil possui Consulados Honorários em Cracóvia, Poznan, Wroclaw, Lublin e Gdansk.

Além da Embaixada em Brasília, a Polônia mantém Consulados-Gerais em Curitiba e em São Paulo, Consulados Honorários em Belo Horizonte, Erechim,

Salvador e Vitória, assim como um Departamento de Promoção Comercial e de Investimentos, vinculado ao Ministério da Economia da Polônia, em São Paulo.

Comunidade brasileira

A comunidade brasileira na Polônia é pequena, dispersa e pouco organizada. Não existe conselho de representantes. Nas eleições de 2010, registraram-se para votar apenas 129 eleitores.

Há 320 cidadãos com matrícula consular, mas a estimativa é de que a comunidade brasileira local conte com cerca de 380 indivíduos. A comunidade local compõe-se, na maioria, por descendentes de poloneses e por brasileiros casados com locais, estando os brasileiros, em ambos os casos, bem integrados à sociedade polonesa. Em razão desse fato, não se identificaram, até o momento, demandas coletivas da comunidade local junto ao Governo brasileiro. A maior parte da renda consular do Posto é obtida por visto de trabalho para marítimos, em boa parte contratados por empresas do setor petrolífero no Brasil, e por técnicos da companhia de bebidas InBev.

Empréstimos e investimentos

Há, atualmente, uma única operação de financiamento do BNDES em relação à Polônia. Refere-se à concessão de crédito para aquisição de oito aeronaves Embraer, todas já entregues ao importador, à companhia aérea LOT. O crédito foi aprovado em março de 2010 e contempla 80% do valor da exportação, que soma US$ 273 milhões.

VI POLÍTICA INTERNA

Antecedentes

A partir de 1989, quando foi constituído o primeiro Governo não comunista, a Polônia entrou em um processo de transformação política baseada em dois pilares: a implantação da democracia, na forma de um regime parlamentar republicano, e a transformação da economia centralmente planificada em uma economia de mercado.

Considera-se que, do ponto de vista institucional e político, esse processo de transição tenha sido concluído com a entrada em vigor da Constituição de 1997, que substituiu a de 1952, dita "stalinista".

As primeiras eleições presidenciais do período de redemocratização ocorreram em 1990 e as primeiras legislativas, em 1991. De 1990 a 2010, realizaram-se cinco eleições para Presidente da República, cujo mandato é de cinco anos, sendo a última em julho de 2010, após o desastre aéreo que vitimou o Presidente Lech Kacynski. No mesmo período, ocorreram seis eleições legislativas, porque os governos formados após as eleições de 1991 e de 2005 não conseguiram terminar seu mandato.

Às primeiras eleições parlamentares concorreram mais de cem partidos, não havendo nenhum deles logrado obter mais de 13% dos votos, o que resultou na formação de um governo pouco estável, que caiu dois anos depois. Os resultados das seis eleições legislativas realizadas desde 1991 revelaram a tendência ao princípio de alternância da preferência do eleitorado quanto à orientação política dos partidos vencedores. Em 1993 e em 2001, venceu a esquerda social-democrata; em 1997, 2005 e 2007, a direita saiu vitoriosa. Esse mesmo movimento pendular também prevaleceu nas eleições presidenciais: após a Presidência de Lech Walesa (1990-1995), Aleksander Kwasniewski, candidato da Aliança da Esquerda Democrática, foi eleito por dois mandatos (1995-2000 e 2000-2005) e, nas eleições de 2005, venceu a direita nacionalista, com o candidato do Partido da Lei e Justiça (PiS).

Situação atual

O Governo Donald Tusk logrou o feito inédito da reeleição na Polônia pós-comunista. No primeiro mantato, esteve sujeito a uma coordenação difícil com o falecido Presidente Lech Kaczynski, que pertencia ao principal partido da oposição. No âmbito interno, diversas iniciativas do Governo foram sistematicamente vetadas pelo Presidente da República. No âmbito externo, o Presidente muitas vezes entrava em desacordo com o Primeiro-Ministro sobre quem representaria o país em determinados eventos internacionais que, de praxe, estariam a cargo do Chefe do Governo (como reuniões da União Europeia). Além disso, adotava retórica inflamada em relação à Rússia, em contraste com a política moderada adotada pelo Governo, na busca da normalização das relações entre os dois países.

A partir de agosto de 2010, após a assunção à Presidência de Bronislaw Komorowski, do mesmo partido de Tusk, as relações passaram a ser harmônicas. O Primeiro-Ministro Tusk tem-se revelado um político equilibrado e pragmático, que se identifica com a modernização do país e cuja popularidade se beneficiou com o fato de a Polônia ter atravessado a crise financeira de 2008 com crescimento de sua economia, enquanto os seus parceiros na União Europeia (UE) sofreram com a desaceleração econômica. Seu governo procurou realizar as reformas necessárias para a modernização do país, muitas delas financiadas pelos fundos estruturais da UE. O Governo Tusk tem sido bem sucedido em sua política de aprofundar as boas relações com a Alemanha e de buscar, de maneira realista e coerente, o diálogo com a Rússia, visando à superação dos problemas históricos e à normalização das relações entre os dois países.

Em 10 de abril de 2010, o Presidente da República Lech Kaczynski, sua esposa e mais 94 membros do Governo e altas autoridades faleceram em um desastre de avião em Smolensk, Rússia, quando se dirigiam para uma solenidade alusiva ao 70º aniversário do massacre de Katin, no qual, durante a II Guerra Mundial, em 1940, estima-se que 22 mil poloneses tenham sido fuzilados por ordem de Stalin.

Lech Kaczynski havia sido eleito em 2005 e as novas eleições presidenciais estavam marcadas para outubro de 2010. Contava-se com que o Presidente falecido fosse candidato à reeleição, mas sua candidatura ainda não tinha sido formalizada oficialmente. Entretanto, pesquisas de opinião davam como muito provável a derrota de Kaczynski, indicando que o Presidente não teria mais de 15% dos votos. Com seu trágico falecimento, o Partido Lei e Justiça (PiS) indicou seu irmão gêmeo, Jaroslaw Kaczynski, para concorrer ao pleito. Em sua campanha, Jaroslaw teve o apoio de setores da União Sindical Solidariedade e das alas mais conservadoras da Igreja polonesa.

Pelo partido do Governo, o Plataforma Cívica (PO), foi candidato Bronislaw Komorowski, Presidente da *Sejm* (Câmara dos Deputados), nomeado Presidente da República interino após a tragédia. Outros candidatos foram Waldemar Pawlak, atual Vice-Primeiro Ministro e Ministro da Economia, pelo Partido Popular Polonês, e Grzegorz Napieralski, líder da Aliança da Esquerda Democrática (SLD), além de dezoito outros nomes, a maior parte deles indicados por pequenos partidos.

A vitória de Bronislaw Komorowski confirmou as sondagens que o apontavam como o político considerado pela opinião pública como o "mais confiável do país", Existia uma expectativa de que sua vitória pudesse permitir ao Governo acelerar uma série de reformas de base urgentes, que vinham sendo sistematicamente bloqueadas ou retardadas por Lech Kaczynski. Ao fim de um ano de interação entre Tusk e Komorowski, as opiniões correntes dão conta de que a velocidade das reformas não foi a desejada, mas que o saldo é positivo.

As eleições parlamentares de outubro de 2011 deram vitória ao partido governista, mantendo no cargo o Primeiro-Ministro Tusk.

VII. POLÍTICA EXTERNA

Terminado o regime comunista, o principal objetivo da política externa polonesa foi integrar-se rapidamente às estruturas políticas, instituições econômicas e sistemas de segurança ocidentais. Suas mais altas prioridades eram a adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e à União Europeia (UE).

A Polônia ingressou na OTAN em março de 1999. Desde então, tem participado de operações militares, missões de paz e de ajuda humanitária. Integra as tropas da OTAN no Afeganistão com um contingente que, inicialmente, somava 2.000 homens, e que foi aumentado para 2.600 em 2010, após apelo feito pelo Presidente Barack Obama.

A Polônia tornou-se membro da UE em 1º de maio de 2004. Desde então, busca diminuir a distância quanto ao nível de desenvolvimento econômico que a separa da média europeia. Para tanto, tem tirado grande proveito das linhas de financiamento oferecidas pela UE para investimentos em infraestrutura, sendo hoje o principal beneficiário dos fundos estruturais europeus – dos quais são previstos cerca de 68 bilhões de euros no orçamento 2007-2013, nível que a Polônia tenta manter para o orçamento 2014-2020. Recebe também importantes subsídios no âmbito da Política Agrária Comum (PAC), embora não nos mesmos níveis dos sócios mais antigos do bloco.

Na UE, a Polônia procura projetar-se como um país capaz de dar uma contribuição relevante para a construção da Europa, de acordo com sua condição de país grande e populoso. Seu mais ambicioso projeto é a iniciativa "Parceria Oriental", lançada em colaboração com a Suécia em 2008, que visa à maior aproximação da UE com Armênia, Azerbaijão, Belarus, Geórgia, Moldova e Ucrânia, por meio, entre outras medidas, da criação de zonas de livre comércio, conclusão de acordos de associação política, liberalização gradual do regime de vistos, cooperação para segurança energética e criação de uma moldura multilateral, que incluiria, entre outros temas, o fortalecimento da democracia e a integração e convergência com as políticas européias. O desenvolvimento da "Parceria Oriental" está na agenda da Presidência polonesa do Conselho da UE, que está tendo lugar no segundo semestre de 2011, quando será realizada uma grande conferência em Varsóvia sobre o tema.

A Polônia aderiu ao Espaço Schengen (área europeia de abertura de fronteiras e de livre circulação de pessoas) em dezembro de 2007, juntamente com a Hungria, a República Tcheca, a Eslováquia, a Eslovênia, Malta e os países

bálticos. Quanto à adoção do euro, o Governo e as autoridades financeiras locais anunciam que ela não ocorrerá até, pelo menos, 2017.

O país participa, também, de duas organizações regionais informais de escopo limitado, mas que são importantes para que a Polônia se projete como país ativo na Europa central: o "Triângulo de Weimar", que reúne a Alemanha, a França e a Polônia, e o "Grupo de Visegrad", integrado pela Eslováquia, pela Hungria, pela Polônia e pela República Tcheca.

O Triângulo de Weimar, estabelecido em 1991 com o objetivo de auxiliar a Polônia após a queda do regime comunista, funciona por meio de reuniões de Chefes de Estado, de Ministros das Relações Exteriores ou da Defesa. Em recente reunião, os Ministros das Relações Exteriores defenderam a necessidade de fortalecimento de uma política de segurança e defesa comum europeia.

O Grupo de Visegrad foi também criado em 1991, pela Polônia, pela antiga Tchecoslováquia e pela Hungria com o objetivo de eliminar os traços do regime comunista nos três países e promover as suas respectivas integrações à UE. A partir de 2004, quando a Polônia, a Hungria, a República Tcheca e a Eslováquia tornaram-se membros da UE, o Grupo tornou-se um fórum informal de cooperação dos quatro países no contexto da integração europeia.

A Polônia participa de praticamente todas as organizações internacionais existentes, tanto no contexto europeu quanto no plano global. Pertence, entre outras, à ONU, à OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), à OSCE (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa) e à OMC (Organização Mundial do Comércio). Com referência à Rodada de Doha, bem como à maioria de temas da atualidade internacional, a Polônia segue as posições da UE.

Em nível bilateral, merecem especial atenção as relações com os Estados Unidos e com a Rússia. As relações com a Alemanha, outrora carregadas pelas memórias da II Guerra Mundial, entraram em processo de normalização a partir de 1990. Para isso, muito contribuíram os vultosos investimentos alemães no país, o volume do intercâmbio comercial bilateral (já que a Alemanha é o principal parceiro comercial da Polônia) e o fato de ambos os países serem membros da UE.

A Polônia é um aliado fiel dos Estados Unidos e considera aquele país como a maior garantia para sua segurança. Por isso, defende uma forte presença militar e econômica americana na Europa. Como aliado fiel, participou da invasão do Iraque em 2003, juntamente como o Reino Unido e a Austrália, mantendo tropas em território iraquiano até 2008. O ponto alto das relações americano-polonesas parece ter sido durante a Presidência de George W. Bush, devido ao projeto de instalação, na Polônia e na República Tcheca, de um escudo de defesa contra mísseis, acompanhado do fornecimento, à Polônia, de uma bateria de mísseis *Patriots*. A decisão de Barack Obama de não levar adiante o projeto foi

encarada na Polônia como uma diminuição do nível de prioridade que a atual administração americana estaria atribuindo à Europa Central, e, portanto, à Polônia. Em maio de 2011, no entanto, Barack Obama visitou a Polônia e anunciou que, a partir de 2012, o país deverá contar com um destacamento de aviões-caça americanos em base rotativa – medida de defesa que, embora relativamente modesta no contexto europeu, tem importante valor simbólico. Além disso, as declarações de Obama em Varsóvia realçaram o bom estado das relações entre os dois países e ajudaram a esvaziar as críticas da oposição polonesa de que o Governo Tusk teria permitido a deterioração das relações com os Estados Unidos.

As relações com a Rússia foram instáveis por longo período, caracterizando-se por uma profunda desconfiança da Polônia, que se traduziram em ações políticas que muito irritaram o Governo russo. Essa desconfiança tem raízes históricas, especialmente em acontecimentos ligados à II Guerra Mundial e ao período da Guerra Fria, durante o qual a Polônia foi reduzida a mero satélite de Moscou. Além disso, os poloneses enfrentam também a insegurança que decorre da sua dependência energética em relação à Rússia.

Do lado russo predominam, como elementos complicadores, interesses políticos concretos que, na visão de Moscou, estariam sendo prejudicados ou ameaçados por ações polonesas específicas. Na década de 1990, sobretudo durante o Governo Yeltsin, prevaleceu uma atmosfera amigável, perturbada apenas quando o Governo russo acusou o polonês de oferecer assistência a membros do movimento separatista da Chechênia, bem como quando a Polônia aderiu à OTAN, em 1999, sob veementes protestos de Moscou. A partir de 2004, ocorreram novos fatos responsáveis pela deterioração das relações bilaterais, entre os quais: (a) o apoio da Polônia à Revolução Laranja na Ucrânia, em 2005, após o qual o Governo russo, em sinal de descontentamento, embargou as importações de carne e de produtos agrícolas poloneses, alegando motivos sanitários; (b) a oposição da Polônia ao projeto russo-germânico de construção do gasoduto *Nord Stream*, conectando a Rússia à Alemanha através do Mar Báltico; (c) o veto polonês, em 2006, ao lançamento das negociações do novo Acordo de Parceria e de Cooperação UE-Rússia, na Cúpula de Helsinque; (d) em 2007, o anúncio do projeto de instalação, em território polonês, do escudo de defesa antimíssil pelos Estados Unidos, considerado pela Rússia como uma provocação.

O atual Governo, ao tomar posse em fins de 2007, herdou essa agenda bilateral, à qual se somam outras questões, como a exigência de visto para a entrada de cidadãos russos na Polônia ou a queixa russa de que a Polônia estaria procurando dificultar as suas relações com a UE.

O Governo Tusk procurou pragmaticamente, desde o início, intensificar os encontros entre as altas autoridades dos dois países. Esses encontros parecem sugerir uma vontade comum de estabelecerem uma agenda positiva, que leve à

superação dos problemas existentes, bem como a uma via de conciliação. Em consequência, deu-se início a iniciativas importantes como a assinatura de acordos bilaterais, incluindo o que prevê o financiamento russo da construção de um gasoduto na Polônia, a ser controlado por empresas de ambos os países. Também foi criado um Grupo sobre Pontos Contenciosos, integrado por historiadores, professores e intelectuais de ambos os países, com o fim de examinar as diferentes interpretações dos problemas históricos relacionados com a II Guerra Mundial, o que poderia contribuir para a superação desses problemas.

A Polônia tem procurado expandir, de maneira consequente e direcionada, as suas parcerias com países expressivos de outras áreas geográficas, especialmente da América Latina e da Ásia.

Presidência da Polônia do Conselho da UE, no segundo semestre de 2011

Tendo em vista a Presidência da Polônia no Conselho da UE, no segundo semestre de 2011, o Governo Polonês divulgou as suas principais linhas de ação:

a) início das negociações sobre o orçamento da UE para 2014-2020, que só deverão ser concluídas no segundo semestre de 2012;

b) desenvolvimento do programa "Parceria Oriental", que visa à maior aproximação da UE com Armênia, Azerbaijão, Belarus, Geórgia, Moldova e Ucrânia;

c) fortalecimento do mercado interno da UE, com livre fluxo de mercadorias, pessoas, serviços capital;

d) novas soluções, tanto legislativas como outras, para estimular a competitividade e integração do setor energético europeu;

e) procura de maior eficiência no tocante ao gerenciamento de crises, aumento da cooperação entre os países membros no setor na área de defesa e cooperação com a OTAN.

VIII ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Economia

A participação da Polônia na economia mundial tem aumentado de forma visível desde a mudança, em 1989, do sistema político e econômico do país. O indicador mais ilustrativo é a dinâmica do PIB real, cujo valor aumentou quase oito vezes, desde 1990, superando US$ 468,5 bilhões em 2010. Com isso, o país é a 17ª maior economia na classificação mundial e a 7ª maior da Europa. Apesar da recessão que tem afetado muitas economias nos últimos anos, a Polônia vem apresentando taxas de crescimento que se destacam no cenário europeu: em 2009, foi o país que mais cresceu na União Europeia (1,7%) e, em 2010, ocupou a segunda posição, com crescimento de 3,8%.

O acesso da Polônia à União Europeia (UE), em 1º maio de 2004, lançou as bases jurídicas e institucionais para a ampliação das suas atividades econômicas. As principais vantagens da integração foram: harmonização da legislação polonesa com os regulamentos da UE; acesso a cerca de 470 milhões de clientes dentro do Mercado Comum; possibilidade de receber fundos estruturais, assim como subsídios agrícolas oriundos da PAC. A Polônia, por exemplo, é a maior beneficiária de recursos da UE no orçamento comunitário para 2007-2013, sendo destino de 67,3 bilhões de euros dos fundos europeus. Além disso, o projeto de orçamento plurianual (2014-2020), ainda em discussão no Parlamento Europeu, prevê cerca de 80 bilhões de euros para a Polônia, ou seja, mais de 21% dos 376 bilhões de euros destinados aos Fundos de Coesão. De acordo com o Governo polonês, a maior parte desse montante será alocada em áreas prioritárias, como Inovação, Educação, Cultura e Desenvolvimento Regional.

O desenvolvimento do setor industrial tem sido um dos principais fundamentos da economia polonesa. Durante muitos anos, a Polônia concentrou-se nas indústrias pesadas, incluindo os setores mineiro, metalúrgico, de construção de máquinas, de construção naval e de armamento. A partir do início dos anos noventa, essas indústrias deixaram, gradualmente, de ser apoiadas pelo Governo, o que resultou em uma necessidade de mudança da estrutura industrial. A nova realidade criou a possibilidade de estabelecimento de indústrias mais avançadas e abriu caminho aos investimentos estrangeiros. Atualmente, o setor industrial emprega cerca de 30% dos trabalhadores poloneses. Destacam-se as indústrias automotivas, de eletrodomésticos, de geração de energia e do setor químico. Marcas como a Fiat, a Opel, a Volkswagen, a General Motors, a Toyota, a Volvo ou os produtores internacionais de eletrodomésticos como a Whirlpool, a

Electrolux, a Bosch, a Siemens e a Indesit mantêm fábricas na Polônia. O país é um grande produtor de aparelhos de televisão (presença da LG, da Toshiba, da Thompson e da Sharp). Um de cada três televisores vendidos na Europa é produzido na Polônia. O setor industrial gera 31,8% do PIB do país.

Considerando que a agricultura utiliza cerca de 50% da superfície da Polônia, a produção alimentar desempenha papel importante, sobretudo os segmentos de carnes, de bebidas e de laticínios. As principais culturas são as de grãos, como o trigo, o centeio e o milho. A Polônia é o sétimo maior produtor mundial de batatas e de beterraba de açúcar. Outros legumes são o lúpulo e a canola, havendo ainda as frutas e as hortaliças cultivadas em quantidades industriais, como o tomate, o pepino, a couve, a alface, as maçãs, os morangos e as ameixas. No que se refere à produção de alimentos, é forte a presença de empresas estrangeiras tais como a Nestlé, Cadbury's, Masterfoods e Unilever. Mesmo assim o setor agrícola só gera 2,8% do PIB, empregando 14% da população. O grande desafio para esse setor deriva da pequena dimensão das propriedades rurais (somente 11% das fazendas têm mais de 15 hectares).

O setor de serviços tem uma posição dominante na composição do PIB polonês (65,4%), especialmente o comércio, as atividades financeiras e os serviços de reparos. A Polônia tornou-se um centro de terceirização de processos de negócios (*Business Process Outsourcing - BPO)* e na área de pesquisa e desenvolvimento (P&D). Os serviços empresariais constituem a segunda maior categoria de serviços comerciais em termos de volume (27%). Nesse contexto, a participação do setor de transportes, de logística e de comunicações tem crescido dinamicamente, apoiada, em grande parte, pelo setor privado.

A expansão da economia polonesa encontra, entretanto, alguns obstáculos, em conseqüência de deficiências herdadas do passado e ainda não corrigidas. Entre elas, destaca-se o inadequado sistema de transportes. A rede rodoviária, que conta com apenas 662 km, é obsoleta e apresenta sérios problemas de manutenção; a rede ferroviária não é tão deficiente, mas tem características técnicas inferiores à média europeia e carece de uma infraestrutura moderna; o volume de tráfego dos quatro portos do país (Gdinia, Gdansk, Szczecin e Swinoujiscie) está praticamente estagnado há mais de uma década, por dificuldade de acesso de caminhões pesados, tanto através de rodovias como de ferrovias. Por isso, investimentos na construção de autoestradas e na modernização das ferrovias têm amplo potencial, bem como a construção de instalações energéticas, sobretudo porque, em 2012, a Polônia, juntamente com a Ucrânia, será sede do próximo Campeonato Europeu de Futebol, para o que deverão ser realizados vários projetos públicos e/ou privados de obras de construção.

Comércio exterior

Em 2010, a Polônia passou a ocupar, respectivamente, a 28ª e a 25ª posições nas exportações e importações mundiais. Nesse período, o país apresentou déficit de US$ 18 bilhões, com exportações de US$ 155 bilhões e importações de US$ 173 bilhões. Desde 1990, registre-se, tem ocorrido permanente déficit na balança comercial, tendo em vista a necessidade de a Polônia importar bens de capital para a indústria e componentes de produção. Até o primeiro semestre de 2011, o saldo negativo nas trocas comerciais atingiu a cifra de US$ 9,2 milhões, com exportações de US$ 92,4 milhões e importações de US$ 101,6 milhões.

Com a adoção da democracia parlamentar e da economia de mercado, a partir de 1989, a direção do comércio exterior alterou-se. No passado, os parceiros comerciais mais importantes eram a URSS e os países vizinhos da Europa Oriental, membros do Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECOM). Atualmente, os países da União Europeia participam com 79% das exportações e 59% das importações polonesas. O principal parceiro comercial da Polônia é a Alemanha, a qual, em 2010, foi responsável, respectivamente, por 21,7% e 26% das pautas importadora e exportadora do país.

Quanto aos demais parceiros comerciais da Polônia, merecem destaque, como consumidores das mercadorias polonesas, a França (6,8%), o Reino Unido (6,2%), a Itália (6,1%) e a República Tcheca (6,0%). Como principais fornecedores ao mercado polonês, seguem a Alemanha, a Rússia (10,5%), a China (9,5%), a Itália (5,7%) e a França (4,3%). Os países em desenvolvimento, ressalte-se, respondem por 21% das importações e 7% das exportações polonesas.

A maioria das importações da Polônia consiste em bens de capital necessários para a fabricação de insumos. O país compra, em valores significantes, peças para a fabricação de veículos e componentes para produção de aparelhos eletrodomésticos, sobretudo de TV. Destacam-se, ainda, as importações de matérias-primas, como o petróleo, o gás natural e os metais, assim como de produtos farmacêuticos.

Os principais bens exportados pela Polônia são: automóveis, partes e acessórios para veículos, aparelhos eletroeletrônicos, móveis e produtos de aço e ferro fundido.

Investimentos

Dentre os países que ingressaram na UE nos últimos anos, a Polônia é o mais importante em termos econômicos e demográficos. Conta, ainda, com bons

fundamentos macroeconômicos e estabilidade política. A economia polonesa tem crescido a taxas superiores à média europeia, em grande parte devido ao aporte de investimentos diretos estrangeiros (IDE), atraídos essencialmente pela grande disponibilidade de mão-de-obra qualificada. Concorrem igualmente para a atratividade do país sua localização geográfica na parte central da Europa e seu grande mercado interno.

A atratividade da Polônia para o investidor estrangeiro é reforçada pelo fato de que as empresas localizadas neste país beneficiam-se, especialmente nas Zonas Econômicas Especiais, de carga tributária mais baixa do que na maioria dos demais países da UE. Outros custos operacionais, como força de trabalho e os aluguéis são menos onerosos na Polônia do que na Europa dos 15, e tem sido fator importante para a decisão de alocação de IDE no país. As principais áreas de investimentos industriais na Polônia estão localizadas no sudoeste, entre as cidades de Wroclaw e Katowice, e na parte ocidental, na região de Poznan.

Ressalte-se, igualmente, que o ingresso na UE deu margem ao aumento de fluxo de capitais por meio de investimentos privados provenientes de outros países membros, principalmente da Alemanha. Apesar do registro de queda do fluxo de Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE) em 2010, de US$ 13 bilhões para US$ 9,7 bilhões, a Polônia tem visto, no ano corrente, a retomada do ingresso de capitais estrangeiros. De janeiro a maio, registrou-se a entrada de 4,2 bilhões de euros, cerca de 62% de todo o IDE de 2010. Segundo relatório da UNCTAD, o país ocupa a 6ª posição entre os locais mais atraentes para o investidor estrangeiro, atrás, apenas, de China, dos EUA, da Índia, do Brasil e da Rússia. Os Estados Unidos, no ano passado, foram os principais investidores no território polonês, seguidos por Coreia do Sul, pela Alemanha e pelo Reino Unido. Entre as áreas que mais receberam investimentos estrangeiros, em 2010, merecem destaque as indústrias de aparelhos eletrônicos, de eletrodomésticos e de automóveis.

IX. ANEXOS

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

11 /11/1918 – Reconhecimento do Estado polonês pelo Brasil.
27/05/ 1920 – Estabelecimento de relações diplomáticas (Plenipotenciário polonês entrega credenciais ao Presidente Epitácio Pessoa).
1921 – Abertura da Legação do Brasil em Varsóvia.
1939 – Interrupção das relações diplomáticas, por motivo da ocupação da Polônia durante a II Guerra Mundial.
1941 – Reabertura da Legação do Brasil junto ao Governo polonês no exílio, em Londres.
1947 – Reinstalação da sede da Legação do Brasil em Varsóvia.
1961 – Elevação da representação diplomática em Varsóvia ao nível de Embaixada.
19-21/02/1995 – Presidente Lech Walesa visita o Brasil.
8-19/05/1996 – Ministro do Exército, General Zenildo Lucena, visita a Polônia.
6-14/o8/1997 – Governador do Paraná, Jaime Lerner, visita a Polônia.
1/02/1999 – Inauguração das aditâncias da Defesa e do Exército junto à Embaixada do Brasil em Varsóvia.
21-23/03/1999 – Ministro da Agricultura e Abastecimento, Fernando Turra, visita a Polônia.
24-26/02/2002 – Presidente Fernando Henrique Cardoso visita a Polônia.
7-10/04/2002 – Presidente Aleksander Kwasniewski visita o Brasil.
17-20/08/2003 – Ministro das Relações Exteriores Wlodzimierz Cimoszewicz visita o Brasil.
22-24/08/2004 – Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, visita a Polônia.
3-8/09/2004 – Governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, visita a Polônia.
2-4/03/2006 – Governador de Goiás, Marconi Perillo, visita a Polônia.
19-25/04/2007 – Presidente do Senado, Bogdan Borusewicz, visita o Brasil.
16-18/10/2008 – Governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, visita novamente a Polônia.
4-7/10/2009 – Ministro da Defesa, Bogdan Klich, visita o Brasil.
21-30/11/2009 – Governador da Província de Wielkopolska visita o Brasil.
14-18/02/2010 – Governador de Goiás visita a Polônia.
18/06/2010 – Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim visita a Polônia.
01-02/12/2010 – Ministro da Defesa Nelson Jobim visita a Polônia.
04/2011 – Governador da Província de Wielkopolska visita o Brasil.
24-25/08/2011 – Governador do Paraná Beto Richa visita Poznan.

ATOS BILATERAIS

Acordo	Data de Celebração	Data do Decreto Legislativo (DOU)	Entrada em Vigor	Promulgação	
				Decreto	Data
Acordo de Comércio e Pagamentos	19/03/1960	07/08/1964	15/10/1964	54967	10/07/1964
Acordo sobre Transporte Marítimo	26/11/1976	29/06/1977	21/07/1977	80106	09/08/1977
Acordo sobre Cooperação Cultural	29/07/1991	29/05/1992	12/08/1992	639	24/08/1992
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	05/09/1996	12/12/1997	12/01/1998	2510	06/03/1998
Acordo sobre Isenção Recíproca de Vistos	14/07/1999	14/03/2000	22/04/2000	3463	17/05/2000
Acordo sobre Serviços Aéreos	13/03/2000	23/10/2007	Aguardando notificação pela Polônia para a entrada em vigor		
Acordo sobre Cooperação no Campo de Proteção de Plantas	09/04/2002	19/04/2006	Aguardando notificação pela Polônia para a entrada em vigor		
Acordo sobre Cooperação no Campo da Veterinária	09/04/2002	23/03/2006	Aguardando notificação pela Polônia para a entrada em vigor		
Acordo de Cooperação no Campo da Luta contra o Crime Organizado e Outras Modalidades Delituosas	09/10/2006	Em tramitação			
Acordo-Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa	01/12/2010	Em tramitação			

CRONOLOGIA HISTÓRIA

966 – Fundação do Estado polonês (conversão de Mieszko I ao cristianismo – dinastia Piast).
1140 – Fragmentação do Estado (por morte de Boleslau III, o Reino é dividido entre seus quatro filhos).
1226 – Aliança de Conrado de Masóvia com os Cavaleiros da Ordem Teutônica e subsequente fundação do Estado Soberano da Ordem Teutônica na Pomerânia.
1385 – União da Polônia com a Lituânia (casamento de Jadwiga Piast e Ladislau Jagelonie da Lituânia – dinastia Jagelonia).
1466 – Grão-Mestre da Ordem Teutônica presta vassalagem ao Rei da Polônia após derrota militar.
1569 – União de Lublin (Comunidade Polaco- Lituana, o maior país da Europa).
1572 – Monarquia eletiva após morte do último rei da dinastia Jagelonia.
1683 – Rei Jan III Sobieski comanda as tropas que derrotaram o Império otomano no cerco de Viena.
1772 – Primeira partilha da Polônia.
1793 – Segunda partilha da Polônia.
1795 – Terceira partilha da Polônia entre Rússia, Prússia e Império Habsburgo.
1807 – Criação do Ducado de Varsóvia por Napoleão Bonaparte.
1919 – Ressurgimento do Estado polonês, oficializado pelo Tratado de Versalhes – II República
1/09/1939 – Invasão da Polônia por tropas nazistas – início da II Guerra Mundial.
06/1944 – Exército Vermelho (soviético) entra na Polônia.
1/08 – 2/10/1944 – Levante de Varsóvia. Destruição da capital.
8/05/1945 – Fim da II Guerra Mundial.
02/1945 – Conferência de Yalta – Polônia passa a fazer parte da zona de influência soviética.
01/1947 – Eleições controladas pelos comunistas. Partido Unificado dos Trabalhadores Poloneses assume o poder. Instaurado o regime comunista.
10/1979 – Cardeal de Cracóvia, Karol Józef Wojtyla, é eleito Papa, sob o nome de João Paulo II.
31/08/1980 – Greves nos estaleiros de Gdansk. Movimento Solidariedade.
12/12/1981 – Instituição da lei marcial.
06/1983 – Abolição da lei marcial.
1988 – Diversas greves gerais.
02/1989 – "Mesa redonda": negociações do Governo com a União Sindical Solidariedade.
12/09/1989 – A *Sejm* (Câmara dos Deputados) aprova a formação do primeiro Governo não comunista. É o início da III República.

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008	2009	2010
População (em milhões de habitantes)	38,1	38,1	38,1	38,2	38,2
Densidade demográfica (hab/Km²)	122,2	122,2	122,2	122,5	122,5
PIB a preços correntes (US$ bilhões)	341,6	425,1	529,4	430,5	469,2
Crescimento real do PIB (%)	6,2	6,8	5,1	1,6	3,8
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	1,0	2,5	4,2	3,5	2,6
Reservas internacionais (US$ bilhões)	48,5	65,7	62,2	79,6	93,5
Dívida externa total (US$ bilhões) (1)	139,0	195,4	218,0	243,5	272,2
Câmbio (ZI / US$)	3,10	2,77	2,41	3,12	3,02

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do Rio Economist Intelligence Unit, Country Report September 2011.

(1) 2009 e 2010: estimativas EIU.

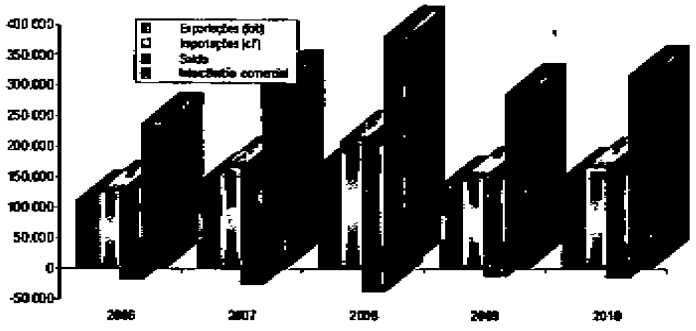
COMÉRCIO EXTERIOR (1) (US$ milhões)	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (2)(3)
Exportações (fob)	110.921	140.638	171.366	136.786	150.738	58.967
Importações (cif)	127.261	166.299	209.551	149.872	166.495	64.308
Saldo	-16.340	-25.661	-38.185	-13.086	-15.757	-5.341
Intercâmbio comercial	238.182	306.937	380.917	286.658	317.233	123.275

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do FMI, Direction of Trade Statistics, September 2011.

(1) Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes modalidades de venda (fob e cif) e das distintas metodologias de cálculo.

(2) janeiro-abril

(3) Última posição disponível em 16/08/2011.



DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total	2011 (1)(2)	% no total
EXPORTAÇÕES (fob)								
Alemanha	42.824	25,0%	35.711	26,1%	40.473	26,9%	15.913	27,0%
França	10.617	6,2%	9.494	6,9%	10.645	7,1%	4.052	6,9%
Reino Unido	9.837	5,7%	8.791	6,4%	9.650	6,4%	3.975	6,7%
Itália	10.263	6,0%	9.344	6,8%	9.543	6,3%	3.555	6,0%
República Tcheca	9.731	5,7%	8.013	5,9%	9.285	6,2%	3.774	6,4%
Países Baixos	6.875	4,0%	5.747	4,2%	6.481	4,3%	2.625	4,5%
Rússia	8.925	5,2%	5.027	3,7%	6.222	4,1%	2.311	3,9%
Suécia	5.425	3,2%	3.663	2,7%	4.444	2,9%	1.763	3,0%
Hungria	4.767	2,8%	3.709	2,7%	4.330	2,9%	1.417	2,4%
República Eslovaca	4.154	2,4%	3.136	2,3%	4.187	2,8%	1.413	2,4%
Espanha	4.325	2,5%	3.595	2,6%	4.160	2,8%	1.613	2,7%
Ucrânia	6.436	3,8%	3.443	2,5%	3.850	2,6%	1.272	2,2%
Brasil	463	0,3%	201	0,1%	358	0,2%	79	0,1%
Subtotal	124.643	72,7%	99.874	73,0%	113.620	75,4%	43.764	74,2%
Demais Países	46.723	27,3%	36.912	27,0%	37.118	24,6%	15.203	25,8%
Total Geral	171.366	100,0%	136.786	100,0%	150.738	100,0%	58.967	100,0%

Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do IFM, *Direction of Trade Statistics*, September 2012.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

(1) Janeiro-abril

(2) Última posição disponível em 15/05/2012.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total	2011 (1)(2)	% no total
IMPORTAÇÕES (cif)								
Alemanha	59.879	28,6%	42.040	28,1%	48.409	29,1%	18.435	28,7%
Rússia	20.239	9,7%	12.693	8,5%	14.616	8,8%	6.030	9,4%
Países Baixos	11.613	5,5%	8.495	5,7%	9.939	6,0%	3.762	5,8%
Itália	13.203	6,3%	9.879	6,6%	9.637	5,8%	3.509	5,5%
China	9.192	4,4%	7.756	5,2%	9.294	5,6%	3.295	5,1%
França	10.018	4,8%	6.934	4,6%	7.512	4,5%	2.962	4,6%
República Tcheca	8.505	4,1%	6.044	4,0%	7.045	4,2%	2.706	4,2%
Bélgica	6.620	3,2%	5.047	3,4%	5.817	3,5%	2.170	3,4%
Reino Unido	5.843	2,8%	4.704	3,1%	5.122	3,1%	1.983	3,1%
República Eslovaca	4.286	2,0%	3.694	2,5%	4.289	2,6%	1.588	2,5%
Suécia	5.006	2,4%	3.282	2,2%	3.844	2,3%	1.562	2,4%
Áustria	4.602	2,2%	3.413	2,3%	3.707	2,2%	1.487	2,3%
República da Coréia	4.085	1,9%	3.660	2,4%	3.476	2,1%	1.011	1,6%
		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%
Brasil	427	0,2%	375	0,2%	440	0,3%	143	0,2%
Subtotal	163.522	78,0%	118.015	78,7%	133.150	80,8%	50.643	78,6%
Demais Países	46.029	22,0%	31.857	21,3%	33.345	20,8%	13.665	21,2%
Total Geral	209.551	100,0%	149.872	100,0%	166.495	100,0%	64.308	100,0%

Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do IFM, *Direction of Trade Statistics*, September 2012.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

(1) Janeiro-abril

(2) Última posição disponível em 15/05/2012.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2010 (1)	
	Valor	Part. %
EXPORTAÇÕES (US$ milhões, fob)		
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	20.923	13,4%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	20.536	13,2%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	20.211	13,0%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	8.306	5,3%
Plásticos e suas obras	6.539	4,2%
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	6.017	3,9%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	5.051	3,2%
Cobre e suas obras	4.384	2,8%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	4.025	2,6%
Borracha e suas obras	3.635	2,3%
Ferro fundido, ferro e aço	3.661	2,3%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	3.264	2,1%
Embarcações e estruturas flutuante	3.019	1,9%
Carnes e miudezas comestíveis	2.786	1,8%
Óleos essenciais e resinóides, produtos de perfumaria	2.406	1,5%
Produtos farmacêuticos	2.164	1,4%
Alumínio e suas obras	1.866	1,2%
Vestuários e seus acessórios, de malha	1.766	1,1%
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	1.718	1,1%
Subtotal	122.277	78,4%
Demais Produtos	33.731	21,6%
Total Geral	156.008	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

Divergências nas estatísticas são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

(1) Última posição disponível em 16/09/2011.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2010 (1)	
	Valor	Part. %
IMPORTAÇÕES (US$ milhões, cif)		
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	21.724	12,5%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	20.401	11,7%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	18.977	10,9%
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	14.258	8,2%
Plásticos e suas obras	9.791	5,6%
Ferro fundido, ferro e aço	6.440	3,7%
Produtos farmacêuticos	5.632	3,2%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	5.380	3,1%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	4.146	2,4%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	4.047	2,3%
Borracha e suas obras	2.951	1,7%
Produtos químicos orgânicos	2.936	1,7%
Embarcações e estruturas flutuantes	2.843	1,6%
Alumínio e suas obras	2.810	1,6%
Produtos diversos das indústrias químicas	2.515	1,4%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	1.823	1,0%
Vestuário e seus acessórios, de malha		0,0%
Subtotal	126.684	72,8%
Demais Produtos	47.251	27,2%
Total Geral	173.935	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

Divergências nas estatísticas são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

(1) Última posição disponível em 16/09/2011.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - POLÔNIA[1] (US$ mil, fob)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações (fob)	299.851	271.691	329.612	303.383	391.575
Variação em relação ao ano anterior	9,9%	-9,4%	21,3%	-8,0%	29,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a União Européia	1,0%	0,7%	0,7%	0,9%	0,9%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%
Importações (fob)	212.050	267.843	530.877	271.942	445.296
Variação em relação ao ano anterior	58,1%	26,3%	97,9%	-48,7%	63,7%
Part. (%) no total das importações brasileiras da União Européia	1,0%	1,0%	1,5%	0,9%	1,1%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,2%	0,2%	0,3%	0,2%	0,2%
Intercâmbio Comercial	511.901	539.534	859.689	575.245	836.871
Variação em relação ao ano anterior	25,8%	5,4%	59,3%	-33,1%	45,5%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com a União Européia	1,0%	0,8%	1,0%	0,9%	1,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%
Saldo Comercial	87.801	3.848	-200.465	31.361	-53.721

Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

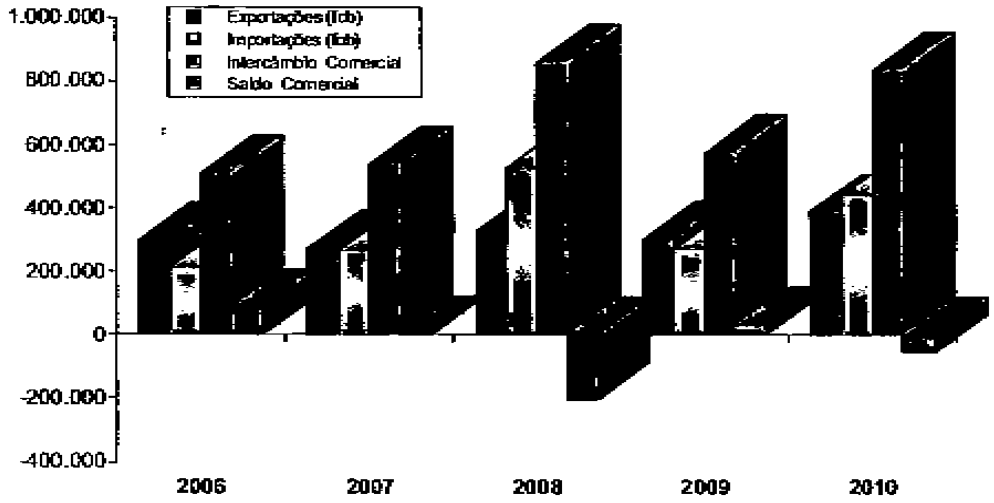
(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações portuguesas e vice-versa persistem e explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - POLÔNIA[1] (US$ mil, fob)	2010 (jan-ago)	2011 (jan-ago)
Exportações	235.011	363.610
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	60,8%	54,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a União Européia	0,9%	1,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,2%	0,2%
Importações	286.618	291.760
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	80,9%	1,8%
Part. (%) no total das importações brasileiras da União Européia	1,2%	1,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,3%	0,2%
Intercâmbio Comercial	522.629	655.370
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	71,3%	25,4%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-União Européia	1,0%	1,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,2%	0,2%
Balança Comercial	-50.607	71.850

Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-POLÔNIA
2006 - 2010

(US$ mil)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alceweb.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - POLÔNIA (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos e principais produtos)						
Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	574	0,2%	116.692	39,1%	121.126	30,9%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	67.564	20,5%	57.009	19,1%	79.836	20,4%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	84.619	25,7%	36.160	11,9%	47.585	12,2%
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares	459	0,1%	5.624	1,9%	24.026	6,1%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	20.959	6,4%	6.495	2,1%	21.768	5,6%
Peles, exceto a peleteria (peles com pêlo"), e couros	16.078	4,9%	13.252	4,4%	13.444	3,4%
Café, chá, mate e especiarias	11.868	3,6%	11.751	3,9%	12.454	3,2%
Produtos químicos inorgânicos;isótopos	2.828	0,9%	6.121	2,0%	10.195	2,6%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	17.415	5,3%	7.943	2,6%	9.912	2,5%
Preparações alimentícias diversas	6.810	2,1%	5.338	1,8%	5.282	1,3%
Óleos essenciais e resinóides; produtos de perfumaria ou de toucador	3.657	1,1%	1.351	0,4%	5.126	1,3%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	3.621	1,1%	3.868	1,3%	4.988	1,3%
Plásticos e suas obras	4.693	1,4%	4.132	1,4%	3.245	0,8%
Frutas; cascas de cítricos e de melões	1.159	0,4%	1.744	0,6%	3.139	0,8%
Ferro fundido, ferro e aço	868	0,3%	546	0,2%	3.138	0,8%
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica	5.699	1,7%	3.453	1,1%	2.921	0,7%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	5.194	1,6%	3.345	1,1%	2.876	0,7%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	1.542	0,5%	1.224	0,4%	2.472	0,6%
Sementes e frutos oleaginosos; grãos	447	0,1%	1.545	0,5%	2.436	0,6%
Borracha e suas obras	3.655	1,1%	1.886	0,6%	2.262	0,6%
Subtotal	260.184	78,9%	282.356	96,4%	378.234	96,6%
Demais Produtos	69.588	21,1%	10.947	3,6%	13.341	3,4%
TOTAL GERAL	329.612	100,0%	303.303	100,0%	391.575	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alceweb

Grupos de produtos NCM selecionados de acordo com os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - POLÔNIA (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	130.947	24,7%	68.481	25,2%	83.749	19,9%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	12.473	2,4%	16.242	6,0%	89.501	18,1%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	54.803	10,3%	48.669	17,9%	63.479	14,3%
Adubos ou fertilizantes	175.573	33,1%	20.156	7,4%	50.030	11,2%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	17.878	3,4%	47.408	17,4%	34.816	7,8%
Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões	14.244	2,7%	12.433	4,6%	18.253	4,1%
Borracha e suas obras	13.285	2,5%	9.952	3,7%	18.162	4,1%
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	11.821	2,2%	1.888	0,7%	15.583	3,5%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	19.356	3,7%	7.936	2,9%	10.656	2,4%
Produtos químicos orgânicos	12.881	2,3%	3.936	1,4%	9.455	2,1%
Produtos químicos inorgânicosisótopos	17.816	3,4%	9.654	3,6%	6.784	1,5%
Plásticos e suas obras	4.225	0,8%	3.281	1,2%	6.447	1,4%
Produtos farmacêuticos	119	0,0%	570	0,2%	5.797	1,3%
Subtotal	484.621	91,4%	250.586	92,2%	406.713	91,8%
Demais Produtos	45.456	8,6%	21.334	7,8%	36.583	8,2%
TOTAL GERAL	530.077	100,0%	271.942	100,0%	445.296	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicesweb

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - POLÔNIA (US$ mil - fob)	2010 (jan-ago)	% no total	2011 (jan-ago)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	60.009	25,4%	106.713	29,3%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	66.614	28,2%	69.384	19,1%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	29.741	12,6%	33.453	9,2%
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares	2.896	1,2%	29.361	8,1%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	14.570	6,2%	25.519	7,0%
Café, chá, mate e especiarias	6.813	2,9%	15.488	4,3%
Açúcares e produtos de confeitaria	589	0,2%	13.513	3,7%
Produtos químicos inorgânicosisótopos	5.595	2,4%	13.142	3,6%
Peles, exceto a peleteria (peles com pêlo*), e couros	9.419	4,0%	8.809	2,4%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1.595	0,7%	8.153	2,2%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	7.244	3,1%	6.356	1,7%
Subtotal	205.084	86,9%	329.892	90,7%
Demais Produtos	30.927	13,1%	33.718	9,3%
TOTAL GERAL	236.011	100,0%	363.610	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	43.101	15,0%	61.290	21,0%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	40.903	14,3%	49.026	16,8%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	22.637	7,9%	35.643	12,2%
Adubos ou fertilizantes	30.695	10,7%	24.201	8,3%
Borracha e suas obras	11.743	4,1%	15.580	5,3%
Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões	12.068	4,2%	15.038	5,2%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	74.917	26,1%	14.111	4,8%
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	7.560	2,6%	10.899	3,7%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	6.714	2,3%	9.304	3,2%
Plásticos e suas obras	3.525	1,2%	7.511	2,6%
Produtos químicos inorgânicosisótopos	3.577	1,2%	7.290	2,5%
Subtotal	214.339	74,8%	249.893	85,7%
Demais Produtos	72.279	25,2%	41.867	14,3%
TOTAL GERAL	286.618	100,0%	291.760	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MDIC/SECEX/Alicesweb

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-ago/2010.

Aviso nº 75 - C. Civil.

Em 14 de fevereiro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JORGE GERALDO KADRI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 15, DE 2012
(nº 38/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega, e, cumulativamente, junto à República da Islândia.

Os méritos do Senhor Flávio Helmold Macieira que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de fevereiro de 2012.

00001.012040/2011-55

EM No 00538 MRE

Brasília, 29 de novembro de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de FLÁVIO HELMOLD

MACIEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega, e, cumulativamente, junto à República da Islândia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e curriculum vitae de FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº538 /DP/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 29 de novembro de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega, e, cumulativamente, junto à República da Islândia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

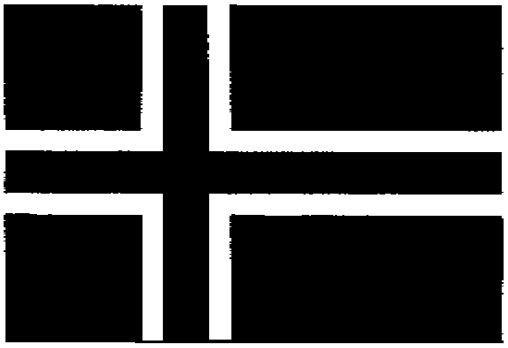
MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA*
CPF.: 284.875.247-53
ID.: 8849 MRE

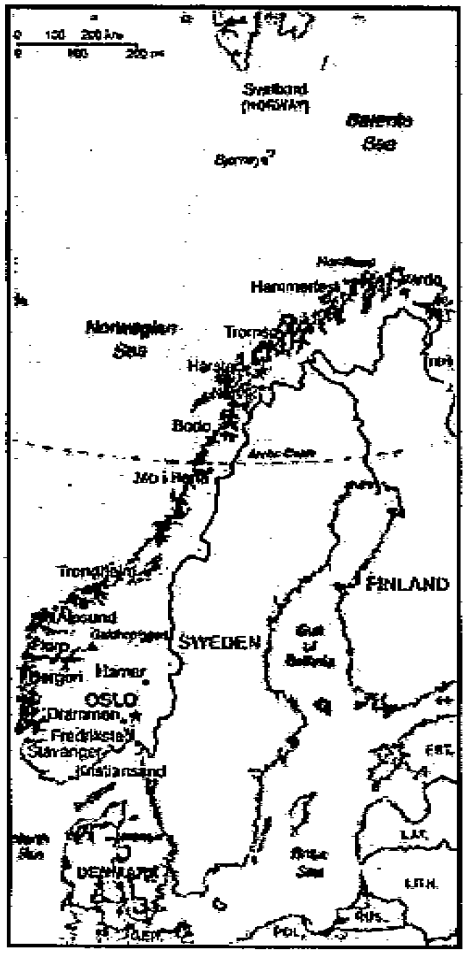
1952	Filho de Anselmo Nogueira Macieira e Yeda Helmold Macieira, nasce em 17 de junho, em Niterói/RJ
Dados Acadêmicos:	
1975	Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense/RJ
1976	CPCD - IRBr
1998	CAE - IRBR, O Brasil e o MTCR. Outubro de 1995 a Janeiro de 1998: a Fase inicial da Participação brasileira no Regime. Observações e Perspectivas.
2002	Mestrado em Relações Internacionais pela Universidade da Cidade de Dublin, Irlanda
Cargos:	
1977	Terceiro-Secretário
1979	Segundo-Secretário
1987	Primeiro-Secretário
1993	Conselheiro, por merecimento
1999	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2007	Ministro de Primeira Classe
Funções:	
1977-79	Divisão da África II, Assistente
1979-82	Embaixada em Sófia, Terceiro e Segundo-Secretário
1982-86	Consulado-Geral em Barcelona, Segundo Secretário e Cônsul-Adjunto
1986-89	Embaixada em Bagdá, Segundo e Primeiro Secretário
1989-91	Divisão de Comércio Internacional, Subchefe e Chefe, substituto
1989	Reunião Brasil-CEE para acompanhamento e avaliação do Acordo Siderúrgico bilateral, Chefe da Delegação
1991	Divisão de Política Comercial, assessor e Chefe, substituto
1991	IV Reunião da Comissão Mista Brasil-UNIDO, Brasília, Chefe de delegação
1991	Governo do Distrito Federal, Coordenadoria do Metrô de Brasília, Consultor
1992-94	Divisão das Nações Unidas, assessor
1994-98	Embaixada em Paris, Conselheiro
1996	GT para Revisão dos Anexos Técnicos do MTCR, Berlim, Chefe de Delegação
1998-2003	Embaixada em Dublin, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
2003-06	Embaixada em Berna, Ministro-Conselheiro
2006-08	Secretaria-Geral, assessor e Chefe de Gabinete
2008-	Embaixada em Manágua, Embaixador
2009	Banca Examinadora do Quinquagésimo Quarto Curso de Altos Estudos (LIV CAE) - Membro da Banca.
Condecorações:	
2007	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2008	Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Grande-Oficial
Publicações:	
1994	O Brasil e as Nações Unidas em 1994: uma Abordagem Política, in Revista brasileira de Política internacional, número 1, ano 37.

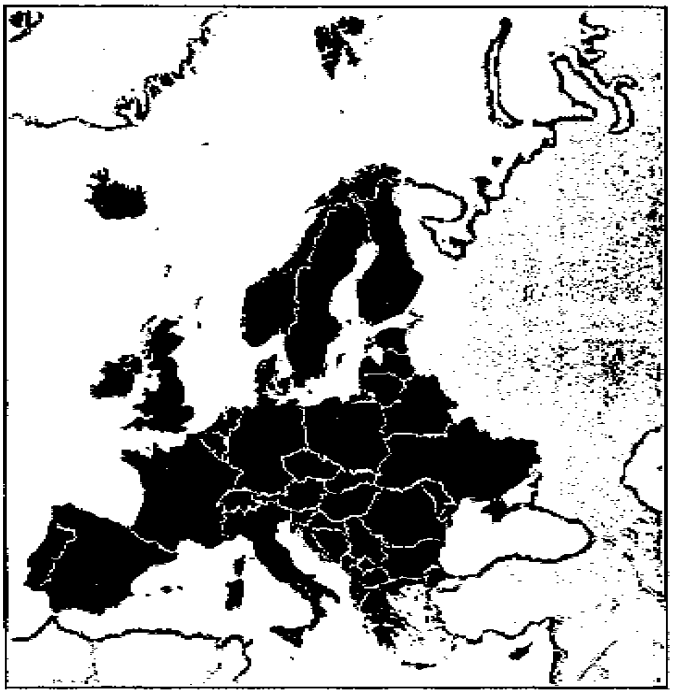
JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL PARA ASSUNTOS POLÍTICOS I
DEPARTAMENTO DA EUROPA
DIVISÃO DE EUROPA I

REINO DA NORUEGA







OSTENSIVO
Informações para o Senado Federal
Novembro de 2011

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	Reino da Noruega
CAPITAL:	Oslo
ÁREA:	385.199 km^2 (equivalente à área do Estado do Mato Grosso do Sul)
POPULAÇÃO (JAN/2011):	4.920.300
IDIOMAS:	Norueguês (língua nacional) e sámi (oficial em municípios do Norte)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Igreja Luterana da Noruega (85,7%), pentecostal (1%), muçulmanos (2%), católicos romanos (1%), outros cristãos (2,3%), outras religiões (8%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia constitucional
CHEFE DE ESTADO:	Rei Harald V (desde 17/jan/1991)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro Ministro Jens Stoltenberg (desde 17/out/2005)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Jonas Gahr Støre (desde 17/out/2005)
PIB real (2010):	US$ 425 bilhões
PIB PPP (2010):	US$ 255 bilhões
PIB *per capita* (2010):	US$ 88.541
PIB *per capita* PPP (2010):	US$ 53.125
UNIDADE MONETÁRIA:	Coroa norueguesa (NOK)
IDH (2011):	0,943 (o mais elevado do mundo)
EXPECTATIVA MÉDIA DE VIDA:	81,0 anos
EXPECTATIVA – MULHERES:	83,2 anos
EXPECTATIVA – HOMENS:	78,9 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO:	100%
COMUNIDADE BRASILEIRA:	Estimada em 5.500 brasileiros

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões FOB) – Fonte: SECEX/MDIC

Brasil-Noruega	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Intercâmbio	**385**	**546**	**661**	**740**	**932**	**1.178**	**1.497**	**1.106**	**1.422**
Exportações	171	281	321	444	584	651	865	611	722
Importações	214	266	341	295	349	528	632	495	700
Saldo	**-43**	**15**	**-20**	**149**	**235**	**122**	**233**	**116**	**22**

ÍNDICE

PERFIS BIOGRÁFICOS.....
RELAÇÕES BILATERAIS.....
POLÍTICA INTERNA.....
POLÍTICA EXTERNA.....
ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS.....
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS.....
CRONOLOGIA HISTÓRICA.....
ACORDOS INTERNACIONAIS EM VIGOR.....
DADOS E INFORMAÇÕES COMERCIAIS.....

PERFIS BIOGRÁFICOS

REI HARALD V
CHEFE DE ESTADO

Nasceu em 21 de fevereiro de 1937. Primeiro príncipe nascido em território norueguês em 567 anos. Descende em linha direta das Casas Reais da Dinamarca e do Reino Unido, sendo sua avó paterna, a Rainha Maud, neta da Rainha Vitória.

Tem duas irmãs, Ragnhild e Astrid, nascidas respectivamente em 1930 e 1934. A Princesa Ragnhild reside há mais de 50 anos no Brasil e tem três filhos brasileiros.

Harald residiu de 1940 a 1945 em Washington em razão da ocupação nazista. Cursou a Academia de Cavalaria, a Academia Militar e o Balliol College (Universidade de Oxford), onde estudou história, economia e política.

Em 1968, casou-se com Sonja Haraldsen, com quem teve dois filhos, a Princesa Märtha Louise (1971) e o Príncipe Herdeiro Hàkon (1973).

Ascendeu ao trono em 17 de janeiro de 1991, adotando, assim como seu pai e seu avô, o lema: "Tudo pela Noruega".

Harald V dedica-se com entusiasmo à promoção dos interesses comerciais noruegueses no exterior, realizando grande quantidade de Visitas de Estado ou Oficiais na companhia de expressiva delegação empresarial.

Ainda Príncipe Herdeiro, representou a Noruega nos Jogos Olímpicos, como velejador. Foi Presidente de Honra do Comitê de Organização dos Jogos Olímpicos de Inverno de Lillehamer, em 1994.

JENS STOLTENBERG
PRIMEIRO-MINISTRO

Jens Stoltenberg foi designado pelo Rei para o cargo de Primeiro-Ministro em 17 de outubro de 2005, à frente de um governo majoritário no Parlamento, composto pelo Partido dos Trabalhadores, o Partido Socialista e o Partido do Centro.

Nasceu em Oslo, em 16 de março de 1959. É casado com Ingrid Schulerud e têm dois filhos.

Formado em Economia pela Universidade de Oslo, em 1987.

Tornou-se membro do Parlamento por Oslo em 1993.

Foi Primeiro-Ministro durante o biênio 2000-2001 e, anteriormente, Ministro das Finanças (1996/97), Ministro de Comércio e Energia (1993/96) e Secretário de Estado no Ministério do Meio Ambiente (1990/91).

É líder do Partido dos Trabalhadores desde 2002.

Integrou, entre outras, a Direção do Fundo Global de Vacinação, a Comissão Norueguesa de Defesa e a Comissão Governamental sobre o Papel dos Homens.

Trabalhou como jornalista no Diário dos Trabalhadores, de circulação nacional, e no Instituto de Estatísticas da Noruega, além de lecionar Economia na Universidade de Oslo.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre o Brasil e a Noruega são marcadas por agenda bastante positiva, não havendo questões ou problemas pendentes. O fluxo de visitas bilaterais de alto nível tem-se intensificado nos últimos anos, o que dá a medida da importância do relacionamento e de suas perspectivas.

Os dois países compartilham os mesmos valores em relação à democracia, ao estado de direito, ao respeito aos direitos humanos e à crença no multilateralismo. Ademais, em matéria de direito ambiental, observam o princípio de responsabilidades internacionais comuns, mas diferenciadas. Setores governamentais e lideranças empresariais da Noruega têm consciência da importância do Brasil nos contextos regional e internacional e percebem como mutuamente vantajosa a intensificação, nos mais diversos níveis, da parceria bilateral.

Nas últimas décadas, a consolidação de nossas instituições democráticas e os resultados positivos no tocante à estabilização e à modernização da economia do País, acompanhadas de redução da desigualdade social, têm despertado crescente interesse por parte do Governo e do setor privado noruegueses com relação ao Brasil. A descoberta de novas e importantes reservas de petróleo e gás na plataforma continental aumentou significativamente esse interesse, na medida em que a Noruega tem empresas qualificadas e tecnologia que possibilitam intensificar a parceria com o Brasil na exploração "*offshore*", na construção naval e na prestação de serviços relacionados.

A convite do Rei Harald V, o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou a Noruega em setembro de 2007. Foi a primeira Visita de Estado de um Presidente brasileiro à Noruega, tornando-se marco histórico no relacionamento bilateral. A visita permitiu a renovação dos contatos políticos entre os dois países, tendo promovido a ampliação da agenda bilateral e o incremento da convergência de posições e interesses. Contribuiu, também, para dinamizar as relações econômicas e aumentar o fluxo de comércio e de investimentos.

A essa visita seguiu-se a vinda ao Brasil do Primeiro-Ministro Jens Stoltenberg, em setembro de 2008. Na ocasião, o Primeiro-Ministro norueguês anunciou contribuição de até 1 bilhão de dólares ao Fundo Amazônia, no período até 2015. Os encontros de alto nível prosseguiram em 2009, em 2010 e em 2011. Em março deste ano, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Noruega, Jonas Gahr Støre, realizou visita ao Brasil, tendo mantido encontro com o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Patriota.

Em março de 2011, o Governo da Noruega apresentou a "Estratégia Brasil", documento que consubstancia a decisão de conferir prioridade ao Brasil no contexto da política externa norueguesa.

O propósito da "Estratégia Brasil", aprovada pelo Parlamento norueguês no início deste ano e apresentada, em Oslo, em cerimônia que contou

com a presença de quatro Ministros de Estado (dos Negócios Estrangeiros; do Meio Ambiente; da Indústria e Comércio; e do Petróleo e Energia), pouco antes da vinda ao Brasil do Chanceler Støre, no fim de março último, é estreitar e fortalecer o relacionamento com o Brasil em quatro áreas que o Governo daquele país considera prioritárias:

(a) cooperação na área de negócios, comércio e investimentos;

(b) clima, meio ambiente e desenvolvimento sustentável;

(c) desafios globais (direitos humanos, saúde global, governança global); e

(d) cooperação nas áreas do conhecimento e do desenvolvimento social.

Conforme explicitado no documento da "Estratégia Brasil", "o governo norueguês buscará intensificar o diálogo com as autoridades brasileiras sobre temas de política, negócios, energia, clima e meio ambiente. A presença norueguesa no Brasil será reforçada e as instalações da Embaixada em Brasília passarão por uma atualização condizente com a intensificação da atuação norueguesa. O governo trabalhará em prol de uma imagem clara e positiva da Noruega no Brasil por meio de ações de comunicação e iniciativas específicas. Será elaborado um plano de ação para detalhar as diretrizes inerentes à estratégia."

O Brasil tem interesse em intensificar o relacionamento com a Noruega nas seguintes vertentes: energia (petróleo, gás); construção naval e *offshore*; pesca e aquicultura; meio ambiente; comércio e investimentos; intercâmbio de estudantes e pesquisadores no âmbito do Ciência sem Fronteiras; parcerias visando ao desenvolvimento em benefício de terceiros países, como o Haiti. Cabe ressaltar que a Noruega foi, em 2010, o sétimo maior investidor estrangeiro no Brasil. Uma maior aproximação do Brasil com a Noruega não significa apenas explorar o grande potencial que ainda existe nas áreas de interesse comum bilateral, mas também obter ganhos na região do norte da Europa como um todo, visto que a Noruega tem fortes laços com os demais países nórdicos (Dinamarca, Finlândia, Islândia e Suécia), bem como com os países bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia). Intensificar os laços com a Noruega implica adensar contatos mutuamente vantajosos com os demais países da região.

Intercâmbio bilateral

O Brasil é o mais importante parceiro comercial da Noruega na América Latina. A partir de 2006, o país nórdico assumiu a posição de principal mercado de destino das exportações brasileiras para a Escandinávia, tendência que vem se consolidando.

Durante os primeiros nove meses de 2011, o intercâmbio bilateral cresceu 31,8% em relação ao mesmo período do ano passado, atingindo US$ 1,3 bilhão.

As exportações brasileiras, impulsionadas, principalmente, pela alumina calcinada, soja, café e manganês, registraram aumento de 35,3% (janeiro a setembro), chegando a US$ 712,4 milhões, enquanto as importações de mercadorias norueguesas registraram aumento de 28% (janeiro a setembro).

As exportações brasileiras para a Noruega até setembro de 2011 já haviam alcançado o total de vendas do ano passado (US$ 722,1 milhões).

O Ministro Trond Giske manifestou, em Brasília, em fevereiro último, interesse em acordo de facilitação de comércio, embora o problema, para o lado brasileiro, seja o acesso ao mercado norueguês em face do protecionismo tarifário ou não tarifário.

Investimentos

Os anos de 2006, 2007 e 2009 registraram a posição da Noruega como maior fonte de investimentos diretos no Brasil entre os países nórdicos. Em 2010, a Noruega foi o sétimo maior investidor estrangeiro no Brasil. Em seguida à União Europeia e aos EUA, o Brasil é o país onde a Noruega mais investe.

Os investimentos se destinam aos setores de energia – petróleo, gás e bioetanol –, construção naval e de equipamentos *offshore*, alumínio, papel e celulose. 135 empresas norueguesas operam no Brasil, das quais 94 estão instaladas no País.

A Statoil opera o campo de Peregrino, na Bacia de Campos, com potencial de pré-sal. Trata-se da principal operação da companhia fora da plataforma continental norueguesa. A Hydro adquiriu os ativos da Vale no setor do alumínio. A mineradora brasileira passou a deter 22% das ações da Hydro e tornou-se o segundo acionista após o Estado norueguês. Petrobras e GIEK mantêm acordo de garantia de crédito no montante de 1 bilhão de dólares, o maior já firmado pela agência norueguesa. Em 2010, dez empresas norueguesas de *offshore* assinaram contratos com a PETROBRAS no valor de US$ 2.5 bilhões. Dez por cento das plataformas instaladas na costa brasileira são de companhias norueguesas.

A Vale e o Grupo Amaggi mantêm unidades processadoras na Noruega, respectivamente em Mo i Rana (Rio Doce Manganese) e Fredrikstad (Denofa).

Assuntos consulares

O Consulado do Brasil em Oslo é responsável pela prestação de atendimento consular aos cerca de 5.500 brasileiros residentes no país.

POLÍTICA INTERNA

O Partido dos Trabalhadores da Noruega tem participado do Governo do país quase sem interrupção há mais de cinquenta anos, à exceção dos períodos entre 1997 e 2000 e entre 2001 e 2005 – ocasiões em que a Chefia do Governo foi ocupada pelo pastor luterano Kjell Magne Bondevik, da vertente democrata-cristã. O trabalhismo retornou ao poder nas eleições de setembro de 2005, em coalizão com os partidos Socialista e do Centro, tendo sido reeleito quatro anos depois. Em 2009, pela terceira vez, o líder do Partido dos Trabalhadores, Jens Stoltenberg, assumiu o cargo de Primeiro-Ministro (que já ocupara no período entre 2000 e 2001 e entre 2005 e 2009). A aliança vencedora obteve 47,8% dos votos, logrando ocupar 86 das 169 cadeiras do Parlamento (Storting).

Além das diferenças ideológicas, há divergências de opinião entre os partidos que compõem a aliança governista no que tange a temas substantivos das políticas econômica e exterior da Noruega, dentre os quais se destacam a adesão ou não à União Europeia, eventuais perfurações em busca de novas reservas de petróleo em áreas próximas à reserva ambiental no norte do país (Lofoten), construção de usinas elétricas movidas a gás e a participação do país em operações da OTAN – no Afeganistão, por exemplo.

Há, também, um Parlamento Sámi (*Sameting*), criado em 1989, para representar os interesses do povo indígena que habita as regiões árticas. Os trabalhos desenvolvidos pelo *Sameting* tiveram relevante impacto no tocante aos direitos econômicos da população agrária sámi e na situação dos pescadores no norte do país. Os Parlamentos Sámis da Noruega, da Suécia e da Finlândia mantêm agenda de cooperação.

Acontecimento recente de grande destaque no cenário interno norueguês foram os atentados terroristas contra prédios do Governo em Oslo e contra jovens na ilha de Utøya, em 22 de julho último. Em que pesem as expectativas de que tivessem grande impacto nas eleições locais, realizadas em setembro último, os resultados das eleições foram bem próximos aos números das pesquisas realizadas antes dos atentados.

O Partido dos Trabalhadores foi o mais votado, com 31,7% dos votos (aumento de 2 pontos percentuais em relação a 2007), apesar do aumento da popularidade do PM Stoltenberg nas semanas que se seguiram às ações terroristas. O Partido Conservador (Høyre) foi apontado como o principal vencedor do pleito, uma vez que recebeu número significativamente maior de votos em comparação ao conseguido nas eleições de 2007: 27,9% do total, um aumento de 8,7 pontos percentuais.

O Partido Progressista (FrP), mais à direita no espectro político, foi o maior derrotado, com 11,5% dos votos (queda de 6 pontos em relação a 2007) e perda de um quarto dos assentos nas assembleias municipais. Tal resultado pode ser atribuído a eventual "efeito Utøya", pois Anders Behring Breivik, o

perpetrador dos ataques, fora filiado ao FrP, e a escândalo de pedofilia envolvendo um dos membros do partido. Muitos progressistas migraram para os conservadores.

Os dois outros partidos da coalizão do Governo do PM Stoltenberg obtiveram resultados piores do que o esperado. O Partido de Centro recebeu 6,8% dos votos e o Partido Socialista, 4%.

Com o resultado, o Partido Conservador consolida-se como a principal força de oposição à coalizão de Governo. Os Prefeitos de quatro das cinco maiores cidades do país (Oslo, Bergen, Stavanger e Tromsø) são do Høyre.

Atentados de julho de 2011 em Oslo

Os atentados de 22 de julho de 2011, perpetrados na Noruega contra a sede do governo e contra convenção de jovens do Partido dos Trabalhadores, na ilha de Utøya, a 40 km da capital, causaram a morte de 77 noruegueses, a maioria de adolescentes e jovens adultos (69 dos quais participavam em Utøya da tradicional convenção jovem do Partido dos Trabalhadores). Mais de 100 ficaram feridos, vários em situação grave, e outros tantos com sequelas de natureza psicológica.

O autor dos atentados, Anders Behring Breivik, de 32 anos, é norueguês e tem vínculos com grupos de extrema-direita, segundo as investigações; foi indiciado pelo crime definido no parágrafo primeiro do artigo 147 do Código Penal ("crimes contra a segurança pública"), relativo a "desestabilização ou destruição de funções básicas da sociedade, tais como, entre outros, o Governo" e "instigar medo na população".

Em sessão informativa para Chefes de Missões Diplomáticas residentes em Oslo, o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Espen Barth Eide, qualificou o episódio como o de maior violência ocorrido na Noruega desde a Segunda Guerra Mundial.

O Diretor do Serviço de Segurança da Polícia da Noruega, Jon Fitje, comentou que "os pequenos grupos de extrema-direita investigados pela Polícia na Noruega carecem de líderes e de meios". Preocupam-lhe, contudo, os contatos com as comunidades neonazistas na Rússia, assim como com grupos xenófobos na Noruega.

POLÍTICA EXTERNA

Três princípios regem a ação do Governo norueguês em política externa:

a) apoio continuado ao desenvolvimento do sistema jurídico internacional, por meio do fortalecimento e reforma das Nações Unidas e outras instituições multilaterais (promoção dos direitos humanos e do desarmamento, combate à proliferação de armas nucleares, aperfeiçoamento dos acordos ambientais multilaterais, regras de prevenção à pesca abusiva, entre outros);

b) manutenção e aprofundamento das relações com aliados estratégicos, políticos e econômicos (OTAN, relações entre Área Econômica Europeia e União Europeia, cooperação com os países escandinavos e com os Estados Unidos); e

c) promoção da paz e reconciliação, ajuda ao desenvolvimento e assistência humanitária (Aliança Global para Vacinas e Imunização, situação da Palestina, negociações entre governo e rebeldes em Sri Lanka e Filipinas).

São áreas de interesse prioritário da política externa norueguesa:

a) o Alto Norte – a mais importante prioridade estratégica da Noruega, em termos de segurança, desenvolvimento e manejo ambiental, numa região marinha de alto valor estratégico para a OTAN e importantes reservas de hidrocarbonetos, que inclui o arquipélago de Svalbard e sua plataforma;

b) relações com a Rússia – além da cooperação nos setores energético e da pesca, inclui a promoção do diálogo sobre pluralismo e democracia;

c) política europeia – principal campo de ação do interesse econômico; a Noruega mantém vínculos estreitos no continente, seja pelos arranjos da Área Econômica Europeia, OSCE, Schengen, Conselho da Europa e Conselho Nórdico; planeja ampliar o diálogo e a cooperação com os países bálticos. Registre-se que a Noruega é grande contribuinte para o orçamento da União Europeia;

d) reconhecimento crescente da importância das negociações multilaterais de comércio, no âmbito da OMC (a Noruega adota atitude fortemente protecionista de sua agricultura), e sobre o sistema financeiro internacional (FMI, Banco Mundial, G-20);

e) cooperação para o desenvolvimento – a Noruega contribui com 1% do PIB nessa área;

f) apoio ao multilateralismo e ao sistema internacional – luta contra o terrorismo, promoção da paz e conciliação, fortalecimento do regime de proteção dos direitos humanos (diálogos com China, Indonésia, Vietnã e Cuba);

g) ação no Oriente Médio – busca a mediação no conflito entre Israel e Palestina, de que faz parte atuação norueguesa na direção do comitê *ad hoc* de

países doadores resultado dos Acordos de Oslo (1993); e

h) combate à pobreza e à mudança climática que, segundo o Chanceler Støre, "representam o maior desafio para o mundo de hoje".

Em termos estratégicos, a Noruega atribui ênfase à participação na OTAN, da qual é membro fundador, desde 1949, e responsável pelas operações de segurança no Extremo Norte da Europa. Com o término da Guerra Fria, tem sido possível ao país integrar operações da OTAN de estabilização em zonas de conflito, como no norte do Afeganistão, onde tropas norueguesas integram a Força Internacional de Assistência e Segurança (ISAF), mandatada pela ONU. A participação norueguesa na ISAF é da ordem de 500 tropas, além da cooperação prestada pelo país ao Afeganistão.

Vale mencionar que a política externa norueguesa trafega prioritariamente pelos caminhos do multilateralismo e, nesse âmbito, tornou-se bastante ativa no trato de temas globais, de raiz social e humanitária. A maior parte da ação governamental da Noruega é direcionada para assuntos como a busca da paz, a resolução de conflitos, a promoção dos direitos humanos e a conservação ambiental.

O documento de política externa do Governo norueguês submetido ao Parlamento em 2009 reconheceu os avanços na integração regional latino-americana ora em curso e fez menção à liderança do Brasil no processo. Assinalou que o país é um dos principais atores na negociação de um novo acordo na OMC, além de importante interlocutor nas questões de mudança do clima e de combate à pobreza e às desigualdades sociais.

Ainda segundo o documento, "da perspectiva norueguesa, uma América Latina pacífica, responsável e mais assertiva contribui positivamente para a ordem global e para os interesses comerciais noruegueses, especialmente no setor do petróleo. Tendo em vista que a Noruega possui, em geral, interesses comuns com muitos países da região, vê com interesse a integração na América Latina e sua cooperação com outros países do G-77. [...] A ascensão do Brasil como parceiro no relacionamento com outros países tradicionalmente influentes torna-o um país importante também para a Noruega, em especial na cooperação sobre clima e meio ambiente, na negociação de novo acordo na OMC, no FMI e no Banco Mundial. Noruega e Brasil assinaram um acordo de cooperação estratégica para combater o desmatamento na Amazônia, que implica expressiva contribuição norueguesa ao Fundo Amazônia".

A Noruega e a União Europeia

A Noruega pertence à Associação Europeia de Livre Comércio (AELC) e integra o Espaço Econômico Europeu (EEE). Não é membro da União Europeia (UE), mantendo, no entanto, estreita cooperação nos diversos foros comunitários, inclusive como membro do Acordo de Schengen.

A questão da adesão da Noruega à UE foi objeto de dois referendos em 1972 e 1994, quando a população rejeitou o ingresso do país, que implicaria perda de autonomia em setores considerados sensíveis, como política externa e política agrícola.

Como membro da AELC, a Noruega foi o primeiro país a ratificar o Tratado Constitutivo do EEE, em vigor desde janeiro de 1994.

É sabido que o Partido dos Trabalhadores favorece a adesão, enquanto partidos menores da coalizão do Governo se opõem. As pesquisas de opinião mostram que a maioria dos noruegueses também é contrária.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Noruega é um dos países mais ricos do mundo em termos de PIB per capita, tendo-se beneficiado sobremaneira com a implementação de políticas de liberalização do comércio exterior. O país detém "know-how" e experiência institucional na formação de cadeias produtivas nas áreas de construção naval, logística de navegação e apoio a plataformas e exploração submarina. Criou seu "cluster" de fornecedores da indústria petrolífera em uma década, a partir dos anos 70.

O crescimento do PIB norueguês em 2010 foi da ordem de 1,5%, taxa significativa tendo em vista que o país experimentou recessão suave no ano de 2009. O impacto da crise financeira e o problema do déficit dos países europeus teriam sido atenuados pelo crescimento das economias emergentes, o que se tem refletido na manutenção de preços relativamente altos de commodities e na recuperação dos preços de bens (petróleo, gás, alumínio, químicos etc) e serviços (navegação, construção marítima) fornecidos pela Noruega, diretamente ou por intermédio de seus principais parceiros comerciais europeus (Alemanha, Reino Unido e Holanda).

O ingresso de receitas oriundas das exportações de petróleo permitiu que o país criasse o Fundo Governamental de Pensão - Global / FGP-G para a realização de potenciais investimentos na economia local e em projetos em outros países. Como resultado de estratégia proativa de aquisição de ações durante 2008-2009, o montante gerido pelo Fundo não apenas cresceu para cerca de US$ 500 bilhões em dezembro de 2009, como, ainda, proporcionou retorno financeiro de aproximadamente US$ 102 bilhões naquele exercício. Importante frisar que a Noruega integra o seleto grupo de 17 países com classificação de crédito AAA (excelente). Hoje, o Fundo detém US$ 570 bilhões. O Diretor-Gerente do Fundo, Yngve Slyngstad, afirmou, em 3 de novembro corrente, que "aguarda maiores detalhes" sobre o fundo de recapitalização dos bancos europeus no contexto do EFSF (*European Financial Stability Facility*) antes de decidir sobre eventual novos investimentos nesse âmbito. Slyngstad comentou à imprensa que o Fundo tem reduzido sua exposição ao mercado europeu, no qual ainda detém cerca de 75 bilhões de euros em títulos públicos.

Graças em parte à adoção de medidas macroeconômicas equilibradas, bem como aos elevados preços das commodities no mercado internacional, a crise financeira tem tido impacto limitado no país. Dotada de um PIB total de US$ 415 bilhões e de um PIB per capita de US$ 54 mil, a Noruega optou por não ingressar na União Europeia por duas vezes consecutivas, sem prejuízo de gozar do livre comércio com a Zona do Euro no marco do Espaço Econômico Europeu.

A agricultura responde por 2,5% do PIB do país, ao passo que a indústria e os serviços absorvem, respectivamente, 40% e 58% do Produto Interno Bruto norueguês. Paralelamente, o setor agrícola é responsável pela absorção de 3% da mão de obra local, ao passo que a indústria e os serviços por 21% e 76%, respectivamente.

O Estado continua a desempenhar papel importante na economia local, com participação ativa em setores industriais considerados estratégicos, a exemplo de telecomunicações, energia e transportes. De igual maneira, limita a entrada de investimentos estrangeiros em setores onde exerce monopólio e que considera "politicamente sensíveis", a exemplo da pesca e do transporte marítimo. Não existem no país restrições a transferências e remessas de capitais. No tocante ao setor de serviços, o Governo norueguês segue sendo acionista majoritário das principais instituições financeiras do país e detentor de aproximadamente 40% de seus recursos.

No que diz respeito ao comércio exterior, o intercâmbio comercial da Noruega situou-se em US$ 209 bilhões em 2010, com expansão de 14% em relação aos valores contabilizados no ano de 2008. Conforme já mencionado, as exportações norueguesas têm sido estimuladas pela incorporação de receitas decorrentes das vendas de petróleo. No último ano, as vendas externas da Noruega totalizaram US$ 131 bilhões, dos quais mais de 60% corresponderam a petróleo bruto. Os principais mercados de destino para as exportações da Noruega foram: Reino Unido (27%), Países Baixos (12%) e Alemanha (11%).

Pelo lado da demanda, as aquisições externas norueguesas, somaram US$ 77 bilhões em 2010, o que significou expansão de 12%. Os principais grupos de produtos adquiridos foram: máquinas e aparelhos mecânicos (13%), veículos (10%) e máquinas e aparelhagem elétrica (9%). Os principais fornecedores da Noruega são: Suécia (14%), Alemanha (12%) e China (9%).

A balança comercial da Noruega tem sido tradicionalmente superavitária refletindo, em parte, o comportamento das receitas petrolíferas. Em 2010, por exemplo, o superávit comercial da Noruega somou US$ 54 bilhões. A Noruega foi, em 2010, o sétimo maior exportador mundial de petróleo.

ANEXOS

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1905 – Brasil é um dos cinco primeiros países a reconhecer a independência da Noruega
1967 – Visita de Estado do Rei Olav ao Brasil
1988 – Visita do Chanceler Roberto Costa de Abreu Sodré à Noruega
1991 – Visita oficial do Presidente Fernando Collor de Mello à Noruega
1992 – Visita da Primeira-Ministra Gro Harlem Brundtland ao Brasil (Rio 92)
1998 – Visita do Primeiro-Ministro Kjell Magne Bondevik ao Brasil
2002 – Visita do Vice-Presidente Marco Maciel à Noruega
2002 – Criação da Câmara de Comércio Brasil-Noruega, com sede em Oslo
2002 – Visita dos Ministros da Pesca, Svein Ludvigsen, e de Petróleo e Energia, Einar Steensnaes, ao Brasil
2003 – Visita de Estado do Rei Harald V ao Brasil
2003 – Visita do Primeiro-Ministro Kjell Magne Bondevik ao Brasil
2005 – Visita do Ministro do Comércio e Indústria Borge Brende ao Brasil
2006 – Visita do Embaixador Antonio Patriota à Noruega
2006 – Visita do Ministro da Cooperação Erik Solheim ao Brasil
2007 – Visita do Ministro Celso Amorim à Noruega
2007 – Criação do Conselho de Cidadãos Brasileiros na Noruega
2007 – Visita de Estado do Presidente Luís Inácio Lula da Silva à Noruega
2007 – Visita do Ministro do Meio Ambiente e da Cooperação Erik Solheim ao Brasil. Memorando de Entendimento sobre cooperação triangular em Angola e Guiné-Bissau.
2007 – Visita da Ministra do Meio Ambiente Marina Silva à Noruega
2008 – Visita da Ministra da Educação Superior e Pesquisa Tora Aasland ao Brasil. Memorandos de Entendimento sobre cooperação em Educação e em Ciência e Tecnologia
2008 – Abertura do Consulado Honorário do Brasil em Stavanger
2008 – Visita do Ministro de Assuntos Estratégicos Roberto Mangabeira Unger à Noruega
2008 – Visita do Primeiro-Ministro Jens Stoltenberg ao Brasil. Memorando de Entendimento sobre cooperação no combate à mudança do clima, ao desmatamento e na proteção da biodiversidade. Anúncio da contribuição norueguesa ao Fundo Amazônia
2009 – Primeiro Seminário sobre Atividades Polares Brasil-Noruega, a bordo do Navio-Veleiro Cisne Branco

2009 – Criação do Consulado Honorário do Brasil em Trondheim
2009 – Visita do Ministro da Justiça Tarso Genro, do Senador Cristovam Buarque e do Professor Candido Mendes à Noruega, para o Seminário "Direitos Humanos e sua Possível Universalidade"
2009 – Duas visitas do Ministro da Pesca Altemir Gregolin à Noruega, assinatura, em Oslo, do Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Aquicultura, e realização, em Trondheim, de Seminário Brasil-Noruega em Aquicultura, organizado pela Embaixada
2009 – Visita da Senadora Marina Silva à Noruega, para receber o Prêmio Sofie e abrir a Conferência Internacional sobre Florestas Tropicais e Mudança de Clima
2009 – Visita do Ministro do Meio Ambiente Erik Solheim ao Brasil
2009 – Visita da Vice-Ministra dos Negócios Estrangeiros Gry Larsen ao Brasil
2009 – Visita do Secretário-Geral do Ministério do Petróleo ao Brasil para prestar colaboração à Comissão Interministerial do Pré-Sal
2010 – Visita do Secretário de Estado da Defesa Espen Barth Eide ao Brasil
2010 – Visita ao Brasil do Presidente do Parlamento, Dag Terje Andersen, e do Presidente do Parlamento Sámi, Egil Olli
2010 – Visita ao Brasil do Ministro do Petróleo e Energia Terje Riis-Johansen
2010 – Visita à Noruega da Ministra Izabella Teixeira (março e setembro)
2011 – Visita ao Brasil do Ministro da Indústria e Comércio Trond Giske, acompanhado da maior delegação empresarial norueguesa ao exterior (130 membros)
2011 – Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jonas Gahr Støre.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

885 – O Rei Harald uniu os reinos autônomos da Noruega em um só domínio
994 – Introdução do Cristianismo pelo Rei Olav Tryggvason
1450 – Estabelecida união com a Dinamarca
1814 – Dinamarca cede a Noruega à Suécia como parte do Tratado de Kiel
1814 – Noruega adota Constituição, ainda em vigor, mantendo-se sob a monarquia sueca
1905 – Dissolução da União com a Suécia. Independência
1906 – O Príncipe Carl, da Dinamarca, que tinha ascendência norueguesa, é escolhido para ocupar o trono, assumindo o nome de Haakon VII
1914-1918 – Durante a I Guerra Mundial, o país mantém neutralidade
1940 – A Noruega é invadida pela Alemanha, após dois meses de combates. A Família Real e o Governo exilam-se no Reino Unido
1945 – Fim da ocupação alemã. Rei Haakon VII retorna ao país
1949 – A Noruega adere à OTAN
1957 – Com a morte do rei Haakon VII, ascende ao trono seu filho, Olav V
1960 – Descoberta de reservas de petróleo e gás na plataforma continental
1972 – População rejeita, em referendo, ingresso na CEE
1981 / 1986-1996 – Governo da Primeira-Ministra Gro Harlem Brundtland
1991 – Com a morte de Olav V, sobe ao trono seu filho, o rei Harald V
1994 – O eleitorado norueguês rejeita, pela segunda vez, adesão do país à UE
1994 – Noruega, Islândia e Liechtenstein, países da Associação Europeia de Livre Comércio, formam com a UE o Espaço Econômico Europeu (EEE)
1997-2000 / 2001-2005 – Governo democrata-cristão do Primeiro-Ministro Kjell Magne Bondevik
2000-2001 / 2005-2009 – Governo do Primeiro-Ministro Jens Stoltenberg, do Partido dos Trabalhadores, em coalizão com os partidos Socialista e do Centro
2009 – Reeleição da coalizão liderada pelo Primeiro-Ministro Stoltenberg
2010 – Assinatura do acordo limítrofe no Mar de Barents com a Rússia

ATOS BILATERAIS

Acordo	Data de Celebração	Data do Decreto Legislativo	Entrada em Vigor	Promulgação	
				Decreto	Data
Convenção de Arbitramento	13/07/1909	31/12/1910	27/06/1911	8852	26/07/1911
Acordo sobre Transportes Aéreos	18/03/1969	29/05/1969	10/10/1969	66238	19/02/1970
Convenção para Evitar a Dupla Taxação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital	21/08/1980	05/10/1981	26/11/1981	86710	09/12/1981
Memorando de Entendimento sobre Diretrizes Técnicas, Higiênicas e Sanitárias para o Comércio Bilateral de Produtos da Pesca, da Aqüicultura e seus Derivados	07/10/2003	21/12/207	25/08/2008	Em tramitação na Casa Civil	
Acordo, por Troca de Notas, Relativo ao Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes de Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	15/05/2008	22/12/2009	26/08/2010	7275	25/08/2010

DADOS E INFORMAÇÕES COMERCIAIS

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008	2009	2010
População (em milhões de habitantes)	4,7	4,7	4,8	4,9	4,9
Densidade demográfica (habit/km²)	14,5	14,5	14,8	15,1	15,1
PIB a preços correntes (US$ bilhões)	336,7	387,5	445,2	370,7	413,0
Crescimento real do PIB (%)	2,3	2,7	0,7	-1,7	0,3
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	4,8	0,8	3,8	2,1	2,5
Câmbio (Nkr / US$)	6,44	5,86	5,64	6,29	6,04

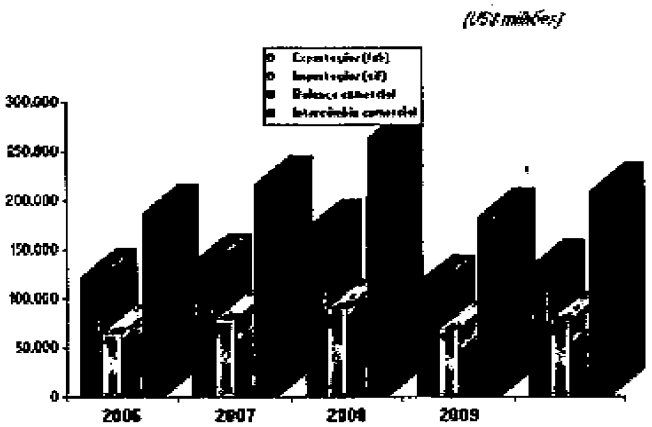
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados da EIU- Economist Intelligence Unit, Country Report October 2011

COMÉRCIO EXTERIOR* (US$ milhões)	2006	2007	2008	2009	2010	2011**
Exportações (fob)	122.200	136.357	171.811	114.983	131.400	65.454
Importações (cif)	64.266	80.298	90.301	69.036	77.270	38.562
Balança comercial	57.934	56.059	81.510	45.947	54.130	26.892
Intercâmbio comercial	186.466	216.655	262.112	184.019	208.670	104.016

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados da Secretaria de Comércio Exterior/MDIC/SECEX

(*) Os dados referem-se ao ano inteiro, com exceção aos relativos ao Balanço de Pagamentos, que estão divulgados de acordo com diferentes metodologias de cada fonte (fob e cif). Os dados se referem ao total do comércio.

(**) Janeiro a dezembro (dados preliminares)



DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total	2011	% no total
EXPORTAÇÕES:								
Reino Unido	46.749	27,2%	26.470	23,0%	35.484	27,0%	7.743	27,1%
Países Baixos	18.082	10,5%	13.324	11,6%	15.703	12,0%	7.212	11,0%
Alemanha	21.244	12,4%	14.100	12,3%	14.887	11,3%	7.031	10,7%
Suécia	10.841	6,3%	6.933	6,0%	9.170	7,0%	4.275	6,5%
França	16.062	9,3%	9.079	7,9%	8.545	6,0%	4.213	6,4%
Estados Unidos	7.502	4,4%	5.810	5,1%	6.567	5,0%	3.524	5,4%
Dinamarca	6.102	3,6%	4.646	4,0%	4.220	3,2%	2.078	3,2%
Bélgica	4.279	2,5%	2.844	2,5%	3.468	2,6%	1.832	2,8%
Itália	5.298	3,1%	3.422	3,0%	3.302	2,5%	1.458	2,2%
Espanha	3.222	1,9%	2.629	2,3%	2.424	1,8%	1.138	1,7%
Brasil	620	0,4%	495	0,4%	950	0,7%	297	0,5%
SUBTOTAL	140.001	81,5%	89.752	78,1%	104.821	79,8%	50.793	77,6%
DEMAIS PAÍSES	31.810	18,5%	25.231	21,9%	26.579	20,2%	14.661	22,4%
TOTAL GERAL	171.811	100,0%	114.983	100,0%	131.400	100,0%	65.454	100,0%

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - cif)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total	2011	% no total
IMPORTAÇÕES:								
Suécia	12.794	14,2%	9.482	13,7%	10.850	14,0%	5.200	13,5%
Alemanha	11.992	13,3%	8.912	12,8%	9.507	12,3%	4.379	11,4%
China	5.692	6,3%	5.344	7,7%	6.565	8,5%	3.003	7,8%
Dinamarca	6.100	6,8%	4.649	6,7%	4.807	6,2%	2.399	6,0%
Reino Unido	5.207	5,8%	4.089	5,9%	4.544	5,9%	2.193	5,7%
Estados Unidos	4.814	5,3%	4.077	5,9%	4.217	5,5%	2.040	5,3%
Países Baixos	3.664	4,1%	2.671	3,9%	2.865	3,7%	1.480	3,8%
França	3.253	3,6%	2.493	3,6%	2.744	3,6%	1.218	3,2%
Canadá	2.569	2,8%	1.518	2,2%	2.494	3,2%	1.944	5,0%
Coréia do Sul	1.164	1,3%	1.322	1,9%	2.349	3,0%	1.960	5,1%
Brasil	1.731	1,9%	845	1,2%	1.648	2,1%	493	1,3%
SUBTOTAL	58.459	64,7%	45.302	65,6%	52.011	67,3%	26.251	68,1%
DEMAIS PAÍSES	31.851	35,3%	23.734	34,4%	25.259	32,7%	12.311	31,9%
TOTAL GERAL	90.311	100,0%	69.036	100,0%	77.270	100,0%	38.562	100,0%

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2010 (1)	Part. % no total
EXPORTAÇÕES (US$ bilhões)		
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	85	64,1%
Peixes e crustáceos, moluscos	9	6,5%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	6	4,9%
Alumínio e suas obras	5	3,5%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	3	2,5%
Produtos diversos das indústrias químicas	2	1,5%
Níquel e suas obras	2	1,5%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	2	1,2%
Ferro fundido, ferro e aço	1	0,9%
Subtotal	114	86,6%
Demais Produtos	18	13,4%
Total Geral	132	100,0%
IMPORTAÇÕES (US$bilhões)		
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	10	13,1%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	8	9,8%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	7	9,2%
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	5	6,5%
Embarcações e estruturas flutuantes	4	4,7%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	3	3,6%
Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões	2	3,2%
Níquel e suas obras	2	2,9%
Plásticos e suas obras	2	2,9%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	2	2,6%
Alumínio e suas obras	2	2,5%
Produtos farmacêuticos	2	2,4%
Produtos químicos inorgânicos;isótopos	2	2,2%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	2	2,0%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose	1	1,6%
Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	1	1,6%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	1	1,5%
Vestuário e seus acessórios, de malha	1	1,5%
Ferro fundido, ferro e aço	1	1,2%
Produtos diversos das indústrias químicas	1	1,2%
Produtos químicos orgânicos	1	1,2%
Subtotal	60	77,3%
Demais Produtos	17	22,7%
Total Geral	77	100,0%

Elaborado pelo INSPER/DEPEC - Área de Informação Comercial com base em informações do MDIC/SECEX/Tradewin.

Divergências nos dados estatísticos podem ocorrer por uso de diferentes fontes.

(1) Última safra disponível (2010/11).

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - NORUEGA[1] (US$ milhões)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações (fob)	584	651	865	612	722
Variação em relação ao ano anterior	31,5%	11,5%	32,9%	-29,2%	18,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a AELC[2]	40,8%	36,0%	37,0%	33,1%	29,3%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%
Importações (fob)	349	528	632	496	701
Variação em relação ao ano anterior	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras da AELC [3]	20,8%	19,3%	21,8%	19,4%	19,5%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%
Intercâmbio Comercial	933	1.179	1.497	1.108	1.423
Variação em relação ao ano anterior	26,3%	26,4%	27,0%	-26,0%	28,4%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-AELC [4]	30,0%	26,0%	28,5%	25,1%	32,3%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%
Balança Comercial	235	123	233	116	21

Elaborado pela SECEX/DEINT - Divisão de Informação Comercial com base em informações do SISCOMEX/Secex/MDIC.

(1) As divergências observadas nas balanças comerciais de exportação, importação e corrente de comércio entre os dados divulgados pela Secex e os dados divulgados por diversas instituições se devem a diferenças metodológicas de apuração.

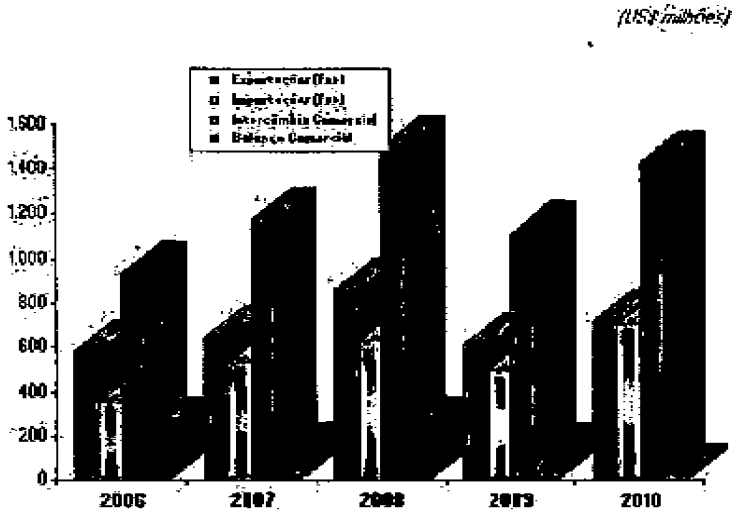
(2) AELC: Associação Europeia de Livre Comércio (Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça).

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - NORUEGA[1] (US$ milhões, fob)	2010 (jan-set)	2011 (jan-set)
Exportações	526	616
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	23,2%	17,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a AELC[2]	30,9%	28,7%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,4%	0,3%
Importações	476	609
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	44,2%	27,8%
Part. (%) no total das importações brasileiras da AELC [3]	18,2%	22,4%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,4%	0,4%
Intercâmbio Comercial	1.002	1.225
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	32,4%	22,3%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-AELC [4]	23,2%	25,2%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,4%	0,3%
Balança Comercial	50	7

Elaborado pela SECEX/DEINT - Divisão de Informação Comercial com base em informações do SISCOMEX/Secex/MDIC.

(1) As divergências observadas nas balanças comerciais de exportação, importação e corrente de comércio entre os dados divulgados pela Secex e os dados divulgados por diversas instituições se devem a diferenças metodológicas de apuração.

(2) AELC: Associação Europeia de Livre Comércio (Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça).



Elaborado pela SECEX/DEINT - Divisão de Informação Comercial com base em informações do SISCOMEX/Secex/MDIC.

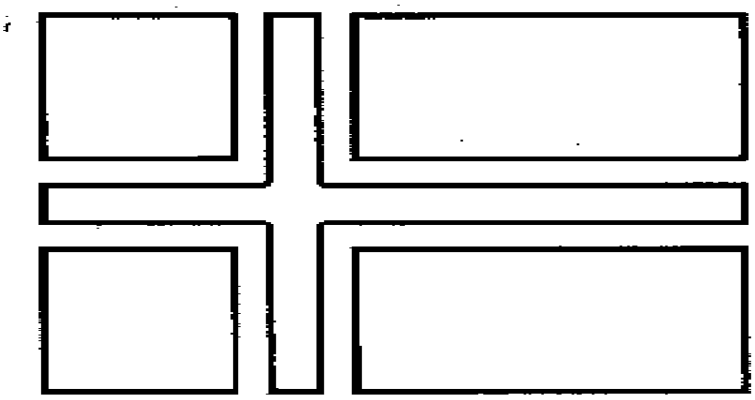
COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - NORUEGA (US$ milhões - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Produtos químicos inorgânicos	448	51,8%	306	50,4%	425	58,9%
Sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes	177	20,4%	183	29,9%	148	20,5%
Café, chá, mate e especiarias	40	4,6%	35	5,8%	54	7,5%
Peles, exceto a peleteria (peles com pelo), e couros	30	3,5%	13	2,1%	25	3,5%
Subtotal	694	80,3%	540	88,2%	652	90,3%
Demais Produtos	694	80,3%	72	11,8%	70	9,7%
TOTAL GERAL	865	100,0%	612	100,0%	722	100,0%

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - NORUEGA (US$ milhões- fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Peixes e crustáceos, moluscos	192	30,4%	154	31,1%	217	31,0%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	91	14,5%	80	16,1%	118	16,8%
Adubos ou fertilizantes	12	1,8%	38	7,9%	68	9,7%
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	124	19,6%	44	8,8%	65	9,3%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	35	5,6%	29	5,8%	47	6,7%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	11	1,8%	18	3,7%	36	5,1%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	42	6,6%	25	5,1%	24	3,4%
Embarcações e estruturas flutuantes	2	0,3%	19	3,7%	21	3,0%
Produtos farmacêuticos	7	1,2%	9	1,8%	16	2,3%
Móveis e suas obras	4	0,7%	7	1,5%	16	2,3%
Subtotal	520	82,3%	424	85,6%	628	89,6%
Demais Produtos	112	17,7%	72	14,4%	73	10,4%
TOTAL GERAL	632	100,0%	496	100,0%	701	100,0%

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - NORUEGA (US$ milhões - fob)	2010 (jan-set)	% no total	2011 (jan-set)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Produtos químicos inorgânicos/isótopos	313	59,5%	339	55,0%
Sementes e frutos oleaginosos; grãos	118	22,4%	124	20,1%
Café, chá, mate e especiarias	32	6,1%	56	9,1%
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares	4	0,8%	38	6,2%
Peles, exceto a peleteria (peles com pêlo*), e couros	17	3,2%	18	2,9%
Minérios, escórias e cinzas	12	2,3%	17	2,8%
Subtotal	496	94,3%	592	96,1%
Demais Produtos	30	5,7%	24	3,9%
TOTAL GERAL	526	100,0%	616	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	68	14,3%	149	24,5%
Peixes e crustáceos, moluscos	140	29,4%	145	23,8%
Adubos ou fertilizantes	42	8,8%	51	8,4%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	31	6,5%	44	7,2%
Combustíveis minerais	65	13,7%	42	6,9%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	16	3,4%	26	4,3%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	14	2,9%	24	3,9%
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas	8	1,7%	19	3,1%
Produtos farmacêuticos	16	3,4%	18	3,0%
Ferro fundido, ferro e aço	2	0,4%	15	2,5%
Minérios, escórias e cinzas	10	2,1%	14	2,3%
Subtotal	412	86,6%	547	89,8%
Demais Produtos	64	13,4%	62	10,2%
TOTAL GERAL	476	100,0%	609	100,0%

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL PARA ASSUNTOS POLÍTICOS I
DEPARTAMENTO DA EUROPA
DIVISÃO DE EUROPA I

REPÚBLICA DA ISLÂNDIA



OSTENSIVO
Informações para o Senado
Novembro de 2011

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	República da Islândia
CAPITAL:	Reiquiavique
ÁREA:	103.000 km^2
POPULAÇÃO (Julho/2011):	311.058
IDIOMA OFICIAL:	Islandês
PRINCIPAIS RELIGIÕES (est. 2006):	Igreja Luterana da Islândia (80,7%), católicos (2,5%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República constitucional
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Olafur Ragnar Grímsson (desde 1996)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeira-Ministra Johanna Sigurdardottir (desde 2009)
PIB real (2010):	US$ 11,82 bilhões
PIB PPP (2010):	US$ 12,59 bilhões
PIB per capita (2010):	US$ 38.300
PIB per capita PPP (2010):	US$ 40.795
IDH (2011):	0,898 (13° mais elevado)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	104 brasileiros
UNIDADE MONETÁRIA:	Coroa islandesa (ISK)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões FOB) – Fonte: SECEX/MDIC

Brasil-Noruega	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Intercâmbio	**4,8**	**11,7**	**13,4**	**6,1**	**5,8**	**6,5**	**22,9**	**137,1**	**271,5**
Exportações	0,87	8,87	9,4	4,2	2,2	1,68	12,8	132,4	264,7
Importações	3,93	2,81	4,01	1,86	3,64	4,8	10,11	4,7	6,7
Saldo	**-3,06**	**6,05**	**5,39**	**2,34**	**-1,4**	**-3,12**	**2,68**	**127,7**	**257,9**

ÍNDICE

PERFIS BIOGRÁFICOS.....
RELAÇÕES BILATERAIS.....
POLÍTICA INTERNA.....
POLÍTICA EXTERNA.....
ECONOMIA.....
ACORDOS BILATERAIS EM VIGOR.....
DADOS E INDICADORES SOCIAIS ECONÔMICOS.....

PERFIS BIOGRÁFICOS

Olafur Ragnar Grimsson
Presidente

Nascido em 14 de maio de 1943, casou-se com Guðrún Katrín Þorbergsdóttir, falecida em 1998, com quem teve filhas gêmeas (Guðrún Tinna e Svanhildur Dalla). Em 2003, casou-se com Dorrit Moussaieff.

Graduou-se em Ciências Políticas e Econômicas, com *Ph.D* em Ciência Política, pela Universidade de Manchester. Tornou-se professor da Universidade da Islândia em 1973, quando fundou o Departamento de Ciências Políticas da Universidade.

Foi membro do Parlamento de 1978 a 1990, em legislaturas alternadas, pelo Partido da Aliança do Povo, e membro do Parlamento do Conselho da Europa (1980-1984 e 1995).

O Presidente Ólafur Grímsson foi eleito o quinto Presidente da República da Islândia, para mandato de 4 anos, em 1996, sendo reeleito desde então.

Jóhanna Sigurðardóttir
Primeira-Ministra

Nascida em 4 de outubro de 1942, graduou-se na Universidade de Negócios da Islândia.

Tem dois filhos de seu primeiro casamento. Desde 2010, é casada com Jónína Leósdóttir.

Desde 1974, ocupa cargo no Parlamento islandês. Foi Ministra de Assuntos Sociais em duas oportunidades (1987-1994) e (2007-2009). Atuou, entre outros, no comitê dos Negócios Estrangeiros (1995-1997) e no comitê de Negócios e Comércio (1999-2007).

É Primeira-Ministra desde fevereiro de 2009.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Islândia mantêm relações cordiais, embora a grande distância física e os contextos geopolíticos distintos condicionem o pequeno contato político, comercial e cultural.

Registra-se a existência de pequeno grupo de descendentes de islandeses que emigraram para o Brasil em meados do século passado e ainda mantém contatos com seus ancestrais nórdicos. O Arquivo da Islândia guarda correspondência enviada por aqueles emigrantes.

Os dois países não mantêm embaixadas residentes nos respectivos territórios, ocupando-se a Embaixada do Brasil em Oslo, cumulativamente, da representação junto ao Governo islandês. O Brasil mantém um Consulado Honorário em Reiquiavique.

As boas relações entre Brasil e Islândia tiveram seus traços de concretude reforçados em fevereiro de 2010, quando do episódio da extradição do cirurgião brasileiro Hosmany Ramos. Com efeito, notou-se estreita cooperação entre as autoridades jurídicas e policiais brasileiras e islandesas, o que certamente contribui para o encaminhamento adequado da questão e para o atendimento pleno da pretensão brasileira pela Suprema Corte daquele país.

Durante encontro recente com o Ministro da Pesca e Aquicultura, por ocasião de sua visita ao país, o Presidente Ólafur Grímsson reiterou sua intenção de realizar visita oficial ao Brasil. Lamentou não ter sido possível deslocar-se ao País já em 2009, por motivo da crise financeira que atingiu duramente a Islândia e que começa a ser superada graças, nas palavras do presidente, à competitividade da "economia real", baseada na pesca oceânica, na produção de alumínio (sendo Brasil importante fornecedor de matéria-prima) e no desenvolvimento de fármacos genéricos.

O Presidente Grímsson comentou que Rússia, China e Índia possuem embaixadas residentes e convidou o governo brasileiro a considerar a possibilidade de abrir missão diplomática em Reiquiavique. Disse que, uma vez normalizadas as finanças do país, o governo islandês deverá estabelecer Embaixada em Brasília, primeira na América Latina.

Intercâmbio comercial

As exportações brasileiras de alumina para a Islândia vêm conhecendo forte tendência ascendente. O País vem-se destacando como um dos principais fornecedores de insumo para aquela indústria islandesa.

Nos últimos anos, as exportações brasileiras para a Islândia saltaram de US$ 1,7 milhões em 2007 para US$ 264,7 milhões em 2010, o que representa, senão o maior, um dos maiores crescimentos das exportações brasileiras para mercados não tradicionais.

Essa evolução não deixa de impressionar, sobretudo pelo fato de que coincide com período de crise financeira na Islândia e forte retração de seu comércio exterior. Assim, espera-se que a recuperação gradual daquela economia possa permitir maior diversificação das exportações brasileiras àquele mercado.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira residente na Islândia é estimada em apenas 104 indivíduos. Não há consulado brasileiro no país – o setor consular da Embaixada em Oslo (Noruega) é responsável pelo atendimento consular aos cidadãos brasileiros residentes na Islândia.

POLÍTICA INTERNA

A Islândia é uma república parlamentarista democrática. Tornou-se independente da Dinamarca em 1944, país ao qual esteve associada desde o século XIV.

O Chefe de Estado é eleito por sufrágio universal para um mandato de 4 anos. O Presidente Ólafur Ragnar Grímsson, eleito em 1996, é o quinto Presidente da República da Islândia. Cumpre, agora, seu quinto mandato, que teve início em 2008.

O Parlamento é formado por um corpo de 63 membros, eleitos por plebiscito popular, para mandatos de 4 anos. Uma de suas lideranças, geralmente a do partido com maior representação no Parlamento, será convidada a formar o conselho de ministros. Os principais partidos são: Partido da Independência; Aliança Social-Democrata; Partido Liberal; Movimento Democrático.

Persistem, no entanto, críticas quanto ao grau de institucionalização dos partidos políticos islandeses. Apesar de seus estatutos formalmente democráticos, suas estruturas tendem a ser frágeis, com regras de filiação partidária, em muitos casos, não muito claras, assemelhando-se, dessa forma, às antigas agremiações partidárias.

Todo cidadão com capacidade jurídica para votar pode concorrer ao Parlamento. Cumpre ressaltar que as mulheres adquiriram direitos políticos muito antes que em muitos países: tanto o direito de voto quanto o de elegibilidade foram obtidos em 1915, antes mesmo de sua independência definitiva.

A elaboração da nova constituição islandesa, necessária em decorrência da crise econômica, é realizada de forma inédita com ampla participação popular por meio da utilização das "mídias sociais", na internet.

De acordo com Thorvadur Gylfason, membro do conselho encarregado da elaboração da nova Carta Magna, é a primeira vez no mundo que um país adota as "mídias sociais" (Facebook, Twitter e YouTube) para revisar a sua Constituição, utilizando fóruns de discussão na internet com vistas a atingir a maior parte da população.

Após a crise econômica, fez-se necessário aprovar nova Constituição. A atual, baseada na dinamarquesa, não sofreu muitas alterações desde 1944, quando a Islândia se tornou independente.

Segundo Gylfason, a grande maioria dos islandeses tem conhecimento da atual Carta Magna, que foi, no entanto, redigida por poucos e sem participação popular. Ele acredita que é importante a inclusão de todos os islandeses na elaboração do novo documento.

O processo de redação da nova Constituição iniciou-se em abril e está praticamente pronto. O novo texto será submetido a plebiscito popular em breve.

POLÍTICA EXTERNA

A Islândia é membro de várias organizações e estruturas internacionais de caráter regional, incluindo a Associação Européia de Livre Comércio, a OTAN, a OCDE, a OSCE, o Conselho da Europa, o Conselho Ártico, o Conselho dos Estados do Mar Báltico e o Conselho Euro-Ártico de Barents. No entanto, dada a singularidade de sua localização geográfica e as dimensões de sua população e economia, a política externa do país direciona-se a parceiros limitados: os países escandinavos, com os quais mantém estreitos laços econômicos e culturais, e com os Estados Unidos, país onde se concentra importante comunidade de origem islandesa.

A política externa islandesa elenca como pilares de sua atuação o respeito aos direitos humanos, a resolução pacífica de conflitos e a cooperação em prol do desenvolvimento. Destaque-se, nesse sentido, a decisão de enviar, ao Haiti, equipe de busca e resgate, formada por 37 especialistas, levando toneladas de equipamentos, água potável, aparelhos para purificação de água e abrigos. A equipe enviada, que integra a lista do Escritório das Nações Unidas para Coordenação de Temas Humanitários, tinha experiência em operações em áreas afetadas por terremotos, havendo atuado na Turquia e no Marrocos.

O governo encontra-se, igualmente, na vanguarda da campanha contra a poluição dos mares e dos esforços internacionais no combate às mudanças climáticas. O Presidente Grimsson recebeu, em janeiro último, o Prêmio Nehru por sua contribuição ao meio ambiente.

A política de segurança da Islândia baseia-se em acordo de defesa assinado com os EUA em 1951 e na cooperação em organizações internacionais de segurança. A Islândia é membro-fundador da OTAN e participa da ONU e da OSCE.

União Europeia

O Parlamento Europeu tem-se mostrado favorável à adesão da Islândia, que apresentou seu pedido de adesão em julho de 2009. De fato, em julho de 2010, o Parlamento aprovou resolução em favor do ingresso da Islândia, exortando, contudo, o governo de Reiquiavique a cessar suas atividades baleeiras, que são contrárias à legislação comunitária, e a retirar as reservas feitas pelo país à Convenção Internacional da Baleia. Ademais, apesar de a Islândia integrar o Espaço Econômico Europeu e haver adotado a maioria das diretivas da UE, o país necessita concluir a reforma do seu sistema de supervisão financeira.

A Islândia, por seu turno, tem ressaltado que o país poderá contribuir para que a UE desempenhe um papel mais ativo no Ártico.

Em julho de 2010, a Islândia (junto com Noruega e Liechtenstein) assinou com a União Europeia Acordo sobre Mecanismos Financeiros no âmbito do Espaço Econômico Europeu (EEE), pelo qual aqueles três países destinarão 1,79 bilhão de euros a projetos que contribuam para o desenvolvimento social e econômico dos doze membros mais recentes do bloco, além de Portugal, Espanha e Grécia.

ECONOMIA

A Islândia foi duramente atingida pela crise financeira internacional. Antes da quebra dos três maiores bancos, sua dívida excedia cinco vezes seu produto interno bruto. Desde então, passou a utilizar a legislação de emergência para minimizar o impacto da crise financeira. Em outubro de 2008, por exemplo, o governo levantou as taxas de juros, obrigado, em parte, pelas condições de empréstimo do FMI. A Islândia recorreu, ainda, aos países nórdicos para um adicional de 4 bilhões de euros para evitar a continuação da crise.

Em janeiro de 2009, caiu o governo devido à dissidência sobre a questão da crise financeira. Um novo governo foi formado, removendo o presidente do Banco Central e seus assessores.

Tem-se percebido, contudo, clara mudança de atitude por parte de políticos, empresários e do público em geral quanto ao futuro do país. O pessimismo diante da crise financeira parece haver sido substituído por uma visão mais confiante no futuro.

A adversidade colocara a Islândia no centro das atenções mundiais, seja pela repercussão da crise financeira, seja pelas consequências para a aviação civil das erupções vulcânicas no oeste da ilha. Porém, desde 2009, com a ascensão do novo governo, a inflação reduziu-se substancialmente, a moeda vem recuperando seu valor e a economia vem superando a recessão, com previsão de crescimento de 2% em 2011.

Os principais itens exportados pela Islândia, como pescados e alumínio, têm-se beneficiado da desvalorização da moeda nacional (-50% em relação à cotação pré-crise), o que torna os produtos islandeses mais competitivos. Reino Unido e Países Baixos acreditam que os países estejam próximos de uma solução negociada para ressarcimento dos depósitos no sistema Icesave por pequenos investidores britânicos e holandeses, o que eliminaria o principal obstáculo à retomada de investimentos externos na Islândia.

ACORDOS BILATERAIS EM VIGOR

- "Convenção de Arbitragem" – celebrado em 27/11/1911, em vigor desde 12/01/1916;

- "Acordo Comercial" – celebrado em 10/05/1956, em vigor desde 01/07/1956;

- "Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes" – celebrado em 28/08/1969, em vigor desde 28/11/1969.

DADOS E INDICADORES SOCIAIS ECONÔMICOS

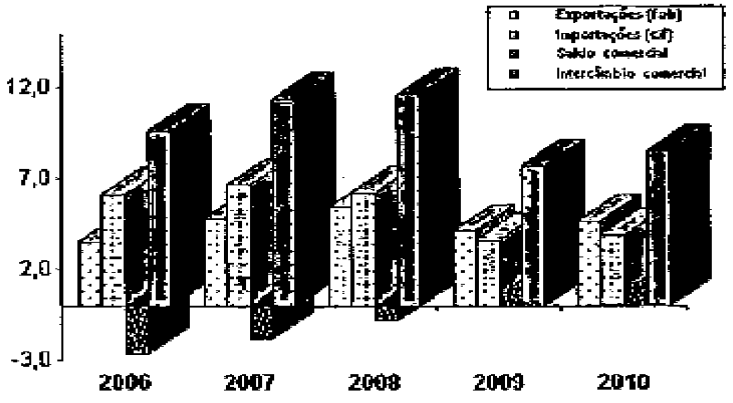
PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS (2010)	
PIB Nominal	US$ 12,6 bilhões
Crescimento real do PIB	2,5%
PIB Nominal "per capita"	US$ 39.375
PIB PPP (World Bank)	US$ 11,1 bilhões
PIB PPP "per capita" (World Bank)	US$ 28.630
Inflação	4,5%
Reservas internacionais	US$ 4,1 milhões
Câmbio (Ikr / US$)	122,24

Elaborado pela APEX-BRASIL - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do EIU The Economist Intelligence Unit, Country Report October 2011

ISLÂNDIA: COMÉRCIO EXTERIOR
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-jun)
Exportações (fob)	3,5	4,8	5,4	4,1	4,6	2,5
Importações (cif)	6,1	6,6	6,2	3,6	3,9	2,3
Saldo comercial	-2,6	-1,8	-0,8	0,5	0,7	0,2
Intercâmbio comercial	9,6	11,4	11,6	7,7	8,5	4,8

Elaborado pela APEX-BRASIL - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, Novembro 2011

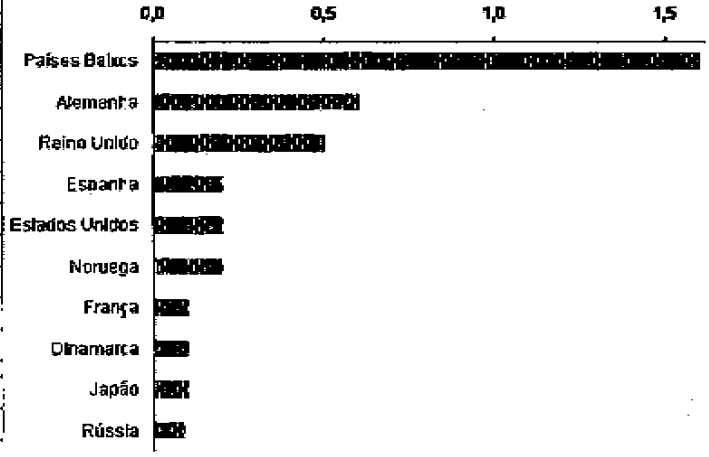


O comércio exterior da Islândia apresentou, em 2010, variação negativa de 11% em relação a 2006, passando de US$ 9,6 bilhões para US$ 8,5 bilhões. Esse decréscimo está ligado à diminuição das vendas do país, que sofreram, nesse mesmo período, retração de 36%. O aumento nas vendas islandesas de 31% não foi suficiente para cobrir a queda nas importações.

ISLÂNDIA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US$ bilhões

Descrição	2010	% no total	2011 (jan-jun)	% no total
Países Baixos	1,6	34,8%	0,8	32,0%
Alemanha	0,6	13,0%	0,5	20,0%
Reino Unido	0,5	10,9%	0,2	8,0%
Espanha	0,2	4,3%	0,1	4,0%
Estados Unidos	0,2	4,3%	0,1	3,6%
Noruega	0,2	4,3%	0,1	3,2%
França	0,1	2,2%	0,1	2,8%
Dinamarca	0,1	2,2%	0,1	2,8%
Japão	0,1	2,2%	0,1	2,8%
Rússia	0,1	2,0%	0,1	2,0%
...				
Brasil	*0,005*	*0,1%*	*0,002*	*0,1%*
Subtotal	3,7	80,3%	2,0	81,3%
Outros países	0,9	19,7%	0,5	18,7%
Total	4,6	100,0%	2,5	



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, Novembro 2011

As exportações da Islândia são destinadas em grande parte aos vizinhos da Europa, que representam mais de 80% do total. Em 2010, os principais parceiros foram: Países Baixos (35%); Alemanha (13%); Reino Unido (11%); Espanha (4%); Estados Unidos (4%); e Noruega (4%). O Brasil obteve o 29º lugar entre os principais parceiros em 2010, participando com 0,1% do total.

ISLÂNDIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2010 - US$ bilhões

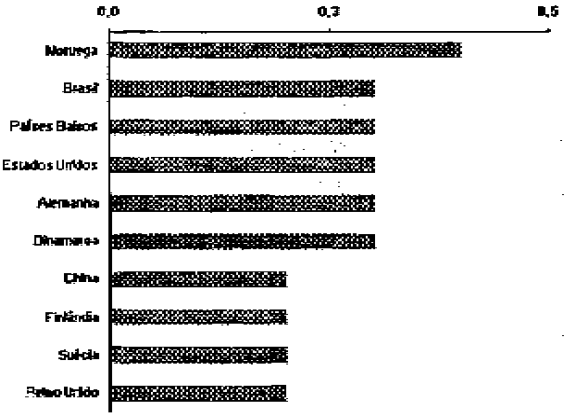
Descrição	2010	% no total
Alumínio	1,9	41%
Pescados	1,6	35%
Ferro e aço	0,2	4%
Farmacêuticos	0,1	3%
Desperdícios inds alimentares	0,1	3%
Máquinas mecânicas	0,1	2%
Gorduras	0,1	2%
Aviões	0,1	1%
Combustíveis	0,1	1%
Carnes	0,1	1%
Subtotal	**4,3**	**93%**
Outros produtos	**0,3**	**7%**
Total	**4,6**	**100%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/UNCTADstat

ISLÂNDIA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US$ bilhões

Descrição	2010	% no total	2011 (jan-jun)	% no total
Noruega	0,4	10,3%	0,3	13,0%
Brasil	**0,3**	**7,7%**	**0,1**	**4,3%**
Países Baixos	0,3	7,7%	0,2	8,7%
Estados Unidos	0,3	7,7%	0,2	8,7%
Alemanha	0,3	7,7%	0,2	8,7%
Dinamarca	0,3	7,7%	0,1	4,3%
China	0,2	5,1%	0,1	4,3%
Finlândia	0,2	5,1%	0,1	2,2%
Suécia	0,2	5,1%	0,1	4,3%
Reino Unido	0,2	5,1%	0,1	4,3%
Subtotal	**2,7**	**69,2%**	**1,5**	**63,0%**
Outros países	**1,2**	**30,8%**	**0,8**	**37,0%**
Total	**3,9**	**100,0%**	**2,3**	**100,0%**



Elaborado pela APEX-BRASIL - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do IMF, Direction of Trade Statistics, dezembro 2011

As importações do país são originárias principalmente dos vizinhos europeus. Mas outros mercados também têm destaque nas compras islandesas: Brasil, Estados Unidos e China. Em 2010, os principais mercados exportadores para a Islândia foram: Noruega (10%); Brasil (8%); Países Baixos (8%); Estados Unidos (8%); Alemanha (8%); Dinamarca (8%); e China (5%).

ISLÂNDIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

2010 - US$ bilhões

Descrição	2010	% no total
Químicos inorgânicos	0,6	15,4%
Máquinas elétricas	0,5	13,3%
Combustíveis	0,5	13,1%
Máquinas mecânicas	0,3	8,7%
Farmacêuticos	0,1	3,2%
Automóveis	0,1	3,1%
Plásticos	0,1	2,9%
Médicos e precisão	0,1	2,5%
Pescados	0,1	2,2%
Papel	0,1	2,1%
Subtotal	**2,6**	**66,3%**
Outros produtos	**1,3**	**33,7%**
Total	**3,9**	**100,0%**

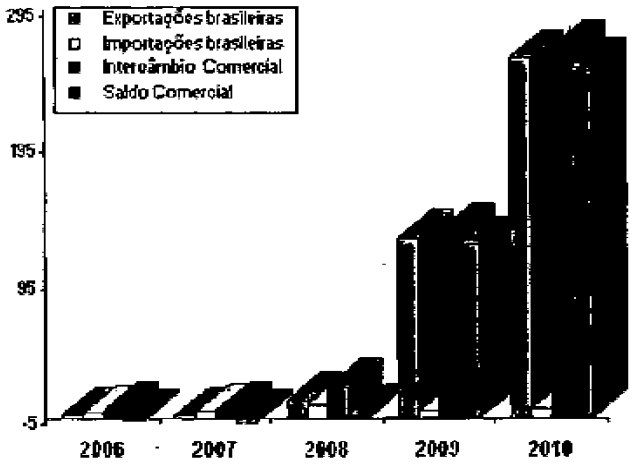
Elaborado pelo APEX-BRASIL - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC (Trademap)

BRASIL-ISLÂNDIA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, FOB

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2010 (jan-out)	2011 (jan-out)
Exportações brasileiras	2,2	1,7	12,8	132,4	264,5	223,1	237,6
Variação em relação ao ano anterior	-47,6%	-22,7%	652,9%	934,4%	99,8%	98,3%	6,5%
Importações brasileiras	3,6	4,8	10,1	4,7	6,8	5,1	8,5
Variação em relação ao ano anterior	89,5%	33,3%	110,4%	-53,5%	44,7%	30,8%	66,7%
Intercâmbio Comercial	5,8	6,5	22,9	137,1	271,3	228,2	246,1
Variação em relação ao ano anterior	-4,9%	12,1%	252,3%	498,7%	97,9%	96,0%	7,8%
Saldo Comercial	-1,4	-3,1	2,7	127,7	257,7	218,0	229,1

Elaborado pelo APEX-BRASIL - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

O intercâmbio comercial Brasil-Islândia foi marcado por oscilações ao longo do período de 2006-2011. Após 2008, o comércio entre os dois países passou por incrementos sucessivos, graças ao comportamento das exportações brasileiras. Nesse período, as vendas brasileiras cresceram em mais de 1.000%, resumindo em um só produto: alumina calcinada, que representa mais de 85% da pauta. Pelo lado das importações, observa-se crescimento da ordem de 89% nesse mesmo intervalo.



Aviso nº 76 - C. Civil.

Em 14 de fevereiro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho à essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega, e, cumulativamente, junto à República da Islândia.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 16, DE 2012
(nº 39/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Socialista do Sri Lanka, e, cumulativamente, junto à República das Maldivas.

Os méritos do Senhor Marcelo Leonardo da Silva Vasconcelos que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de fevereiro de 2012.

EM No 543 MRE

Brasília, 30 de novembro de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Socialista do Sri Lanka, e, cumulativamente, junto à República das Maldivas.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 543 /DP/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 30 de novembro de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Socialista do Sri Lanka, e, cumulativamente, junto à República das Maldivas.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS*
CPF.: 042.276.111-72
ID.: 4215 MRE

1945	Filho de Joubert de Vasconcelos e Diva da Silva Vasconcelos, nasce em 24 de junho, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1967	Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
1991	CAE - IRBr, O Sistema Global da FAO sobre Recursos Fitogenéticos: a Posição do Brasil
Cargos:	
1971	Terceiro-Secretário
1975	Segundo-Secretário
1980	Primeiro-Secretário, por merecimento
1987	Conselheiro, por merecimento
1994	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2005	Ministro de Primeira Classe, por merecimento
2010	Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial
Funções:	
1969	CPCD - IRBr
1971-73	Divisão do Tratado da Bacia do Prata, assistente
1973-74	Divisão da Organização dos Estados Americanos, assistente
1974-77	Delegação junto à OEA, Washington, Terceiro e Segundo-Secretário
1977-81	Embaixada em Lima, Segundo-Secretário
1981-86	Divisão da América Meridional II, assistente

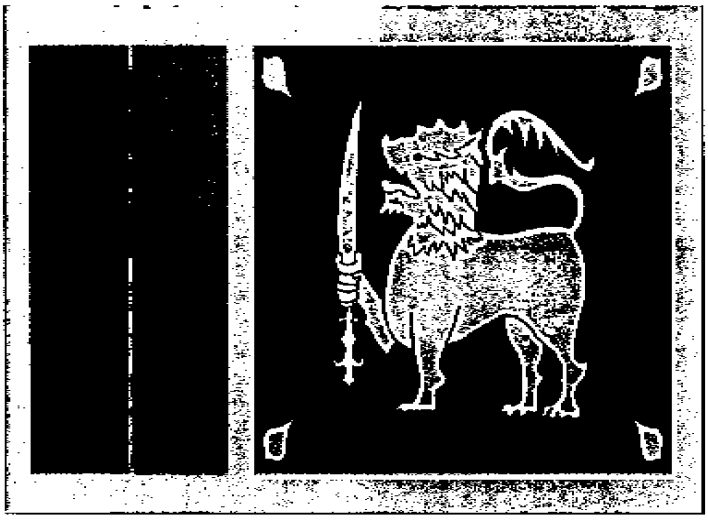
1986	Divisão das Nações Unidas, assistente
1986-88	Departamento de Organismos Internacionais, assessor
1988-91	Delegação junto à FAO, Roma, Conselheiro
1991-93	Embaixada em Rabat, Conselheiro
1993-94	Divisão de Ásia e Oceania I, Chefe
1994-95	Presidência da República, Assessoria Internacional, Subchefe
1995-97	Consulado-Geral em Rotterdam, Cônsul-Geral
1997-99	Embaixada na Haia, Ministro-Conselheiro
1999-01	Embaixada em Quito, Ministro-Conselheiro
2001-03	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Gabinete, Assessor Especial
2003-04	Subsecretaria-Geral da América do Sul, Chefe de Gabinete
2004-05	Departamento das Américas do Norte, Central e Caribe, Diretor
2005-08	Embaixada em Luanda, Embaixador
2008	Consulado-Geral em Munique, Cônsul-Geral

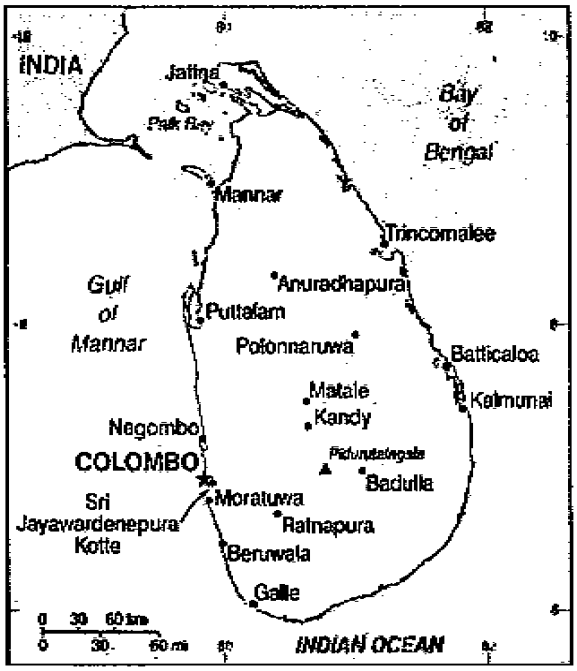
Condecorações:

1981	Ordem ao Mérito, Peru, Cavaleiro
2006	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL PARA ASSUNTOS POLÍTICOS II
DEPARTAMENTO DA ÁSIA CENTRAL, MERIDIONAL E OCEANIA
DIVISÃO DA ÁSIA MERIDIONAL
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA SOCIALISTA DO SRI LANKA





OSTENSIVO
Informações para o Senado Federal
Novembro de 2011

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS .....

RELAÇÕES BILATERAIS .....

VISITAS .....
COMÉRCIO BILATERAL .....
PERSPECTIVAS DE COMÉRCIO E INVESTIMENTO .....
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS .....

POLÍTICA INTERNA .....

POLÍTICA EXTERNA .....

ECONOMIA E COMÉRCIO .....

ANEXOS .....

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS .....
CRONOLOGIA HISTÓRICA .....
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS .....

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República Democrática Socialista do Sri Lanka
CAPITAL	Colombo e Sri Jayawardenapura-Kotte (Sede do Parlamento)
ÁREA	65.610 km² (pouco maior que o Estado da Paraíba, que tem 56.440 km²)
POPULAÇÃO (2010)	20,4 milhões (comparável à população do Estado de Minas Gerais)
IDIOMA OFICIAIS	Cingalês (língua nacional, falada por 74% da população) e tâmil (18%)
SISTEMA POLÍTICO	República semipresidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Mahinda Rajapaksa
CHANCELER	Ministro G. L. Peiris
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Atualmente não há Embaixador. O Encarregado de Negócios é o Ministro-Conselheiro A. W. Pathiraja
EMBAIXADOR EM COLOMBO	Pedro Henrique Lopes Borio
PIB REAL (2010)	US$ 49,6 bilhões
PIB PPP (2010)	US$ 105 bilhões
PIB *per capita*	US$ 2,429
PIB *per capita* PPP	US$ 5,149
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano (2011)	0,691 (97º no mundo; Brasil é o 84º, com 0,718)
UNIDADE MONETÁRIA	Rupia cingalesa
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	15 cidadãos

QUADROS COMPARATIVOS DO COMÉRCIO BRASIL-SRI LANKA

COMÉRCIO BILATERAL (US$ mil) - Fonte: MDIC

BRASIL - SRI LANKA	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-ago)
Intercâmbio	88.412	29.274	44.637	109.290	134.031	51.163
Exportações (fob)	75.997	12.122	21.832	91.174	110.303	32.139
Importações (fob)	12.415	17.152	22.805	18.116	23.728	19.024
Saldo	63.582	-5.030	-973	73.058	86.575	13.115

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

COMÉRCIO BILATERAL (US$ mil) - Fonte do Sri Lanka

BRASIL - SRI LANKA[1]	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-jun)
Intercâmbio	43.525	23.650	34.391	64.937	80.802	26.937
Exportações do Sri Lanka para o Brasil (fob)	12.136	17.738	22.498	16.037	22.975	12.097
Importações do Sri Lanka procedentes do Brasil(cif)	31.389	5.912	11.893	48.900	57.827	14.840
Saldo	-19.253	11.826	10.605	-32.863	-34.852	-2.743

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados de UNCTAD/ITC/Trademap.
(1) Os dados foram informados ao Trademap pelo "Ceylon Chamber of Commerce".

PERFIS BIOGRÁFICOS

Mahinda Rajapaksa
Presidente da República

Mahinda Rajapaksa nasceu em 18 de novembro de 1945.

Em 1970, foi eleito para o Parlamento aos 24 anos, tornando-se então o mais jovem congressista do país. Desde o início de sua vida pública, identificou-se como político de centro-esquerda e defensor dos direitos trabalhistas. Em 1977, formou-se em Direito, e, em 1989, foi reeleito para o Parlamento.

Ocupou as Pastas de Ministro do Trabalho (1994) e de Ministro da Pesca e dos Recursos Aquáticos (1997).

Em 2004, assumiu o cargo de Primeiro-Ministro. Desempenhou a função até 2005, quando foi eleito Presidente pelo SLFP (*Sri Lanka Freedom Party*), acumulando as funções de Ministro das Finanças e da Defesa.

Três de seus irmãos ocupam cargos no primeiro escalão de seu Governo. Gothabaya Rajapaksa foi indicado para o cargo de Secretário de Estado para a Defesa; Chamal Rajapaksa é o Ministro da Irrigação e Ministro dos Portos e Aviação, e Basil Rajapaksa é Ministro do Desenvolvimento Econômico.

Rajapaksa foi reeleito Presidente em 26 de janeiro de 2010, para um mandato de seis anos. Como Presidente, exerce as funções de Chefe de Estado e de Chefe de Governo.

D. M. Jayaratne
Primeiro-Ministro

Disanayaka Mudiyanselage Jayaratne nasceu em 4 de junho de 1931, em Doluwa, no distrito de Kandy. Participou do movimento estudantil comunista na Universidade de Peradeniya. Graduou-se no Gandhi College e passou a lecionar na instituição. Foi presidente da Associação de Municípios, parlamentar entre 1970 e 1977 e, novamente, a partir de 1989. Em 1994, foi o parlamentar mais votado do país e foi indicado pela Presidenta Chandrika Bandaranaike para o Ministério das Terras, Agricultura e Produção Florestal.

Em 2000, tornou-se Ministro da Agricultura, Alimentação e Cooperativas. Em 2003, assumiu a pasta do Ministério dos Correios e Telecomunicações, e, em 2004, passou a acumular cumulativamente o cargo de Ministro do Desenvolvimento do Interior.

Em 2005, foi nomeado pelo Presidente Rajapaksa Ministro dos Correios e Telecomunicações e Ministro do Desenvolvimento Econômico Rural.

Em 2007, assumiu o Ministério das Indústrias Agrícolas.

Em 2010, tornou-se Primeiro-Ministro do Sri Lanka, acumulando a pasta de Budismo e Assuntos Religiosos.

Dado que o regime cingalês se estrutura em modelo semipresidencialista, cabe ao Primeiro-Ministro a função de chefe do Gabinete; sua nomeação depende formalmente tanto da confiança do Presidente quanto do Parlamento. O ocupante do cargo é o primeiro na linha de sucessão à Presidência (não há Vice-Presidente).

Gamini Lakshman Peiris

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Possui Doutorados em Filosofia pelas Universidades de Oxford (1971) e de Colombo (1974). Atualmente, é membro associado da Academia Internacional de Direito Comparado.

Antes de ingressar na carreira política, atuou como Professor e Reitor da Faculdade de Direito, bem como Vice-Chanceler da Universidade de Colombo. Detém, em seu país, a reputação de ser o maior constitucionalista cingalês. No campo político, é visto como parlamentar conciliador, moderado e extremamente habilidoso.

No primeiro governo da Presidenta Chandrika Kumaratunga (1994), fora Ministro do Desenvolvimento Econômico Empresarial, bem como Vice-Ministro das Finanças e Planejamento e, simultaneamente, Ministro da Justiça e de Assuntos Constitucionais. Ainda no mandato de Kumaratunga, ocupou outras Pastas, como a dos Ministérios da Justiça, do Comércio Exterior e de Assuntos Étnicos e Integração Nacional.

Após a nomeação de Ranil Wickramasinghe, antecessor imediato de Rajapaksa como Primeiro-Ministro, Peiris atuou como Ministro de Desenvolvimento Empresarial, Política Industrial e Promoção dos Investimentos.

Ocupou, no Governo Rajapaksa, o cargo de Ministro do Desenvolvimento das Exportações e Comércio Internacional e passou a desempenhar, cumulativamente, a função de Ministro, interino, dos Correios e Comunicações.

Em abril de 2010, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros. Sua designação é vista como sinal de maior abertura e flexibilidade por parte da Chancelaria cingalesa.

Visitou o Brasil em 1998, quando ocupava o cargo de Ministro da Justiça.

RELAÇÕES BILATERAIS

Em 1960, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Ceilão – nome pelo qual o Sri Lanka foi conhecido até 1972.

Em 1961, foi aberta a Embaixada do Brasil em Colombo, fechada em 1967 por razões de ordem orçamentária e reaberta em dezembro de 2005.

Em 1969, foi criado o Consulado Honorário do Brasil em Colombo.

Na década de 1960, o Governo cingalês manteve Embaixada no Rio de Janeiro, posteriormente transformada em Embaixada cumulativa com Havana.

A Embaixáda do Sri Lanka em Brasília foi inaugurada em 2001. Trata-se da primeira representação daquele país na América do Sul.

O Parlamento cingalês instituiu Grupo de Amizade Sri Lanka-Brasil em 2008.

Com a conclusão, em 2009, de longo período de conflito interno no Sri Lanka, e a presente busca de superação de suas tensões internas, o momento atual é propício para o aprofundamento do diálogo político bilateral.

Em 2011, o Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, foi o primeiro Chanceler brasileiro a visitar o Sri Lanka, tendo sido recebido pelo Presidente Rajapaksa e pelo Chanceler G.L. Peiris. O objetivo central da missão foi o de sublinhar o interesse brasileiro em identificar áreas em que seja possível aprofundar a cooperação entre os dois países.

Um Acordo-Quadro de Cooperação Técnica para possibilitar o estabelecimento de cooperação em diversos campos foi assinado em 2008 e aprovado pelo Congresso Nacional em 2010. O desenvolvimento de iniciativas em áreas como agricultura familiar, reforço da renda de famílias rurais e programas de assistência a famílias de baixa renda ainda depende de missão prospectiva a ser enviada pelo Governo cingalês ao Brasil.

Tendo em vista a situação resultante dos conflitos internos que geraram grande contingente de deslocados internos e causaram profundo impacto na economia do país, ao Sri Lanka interessam projetos de cooperação sobretudo em áreas como agricultura e turismo. Não obstante, há também espaço para se ampliar a presença de produtos de maior valor agregado na pauta bilateral.

Uma vez que o Sri Lanka é altamente dependente de importações de hidrocarbonetos, há potencial no setor energético, principalmente em relação a atividades de estímulo à expansão dos biocombustíveis – área na qual o Brasil possui reconhecida competência.

O Brasil está entre os maiores doadores para as atividades do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) no Sri Lanka. Em 2010, o Brasil realizou doação de US$ 900 mil para atividades de assistência e reassentamento em benefício de comunidades deslocadas cingalesas.

Ao reiterar seu agradecimento ao Governo brasileiro, em 2011, o ACNUR relatou que a doação brasileira contribuiu para o retorno de 3.750 famílias a suas residências no norte do Sri Lanka, entre julho e dezembro de 2010. No total,

cerca de 80.000 famílias usufruíram de ajuda internacional para recomeçar suas vidas em área antes afetada pelo conflito com movimentos separatistas.

O Sri Lanka apoiou a candidatura do Professor José Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da FAO, nas eleições que se realizaram em junho de 2011, em Roma.

Assuntos consulares

Os temas de natureza consular são tratados no âmbito do Setor Consular da Embaixada do Brasil em Colombo.

Comunidade brasileira no Sri Lanka

As estimativas mais recentes dão conta de que vivem cerca de 15 brasileiros no Sri Lanka, dos quais alguns são funcionários de organismos internacionais e prestadores de serviços a ONGs.

Visitas de alto nível

Visitas ministeriais: ex-Ministro da Justiça, dos Assuntos Constitucionais, dos Assuntos Étnicos e da Integração Regional e Vice-Ministro das Finanças do Sri Lanka, Professor G. L. Peiris (fevereiro de 1998); ex-Ministro da Ciência e Tecnologia do Sri Lanka, Tissa Vitarana (fevereiro de 2005);

No mesmo ano, visitaram o Sri Lanka o Enviado Especial do Senhor Presidente da República, então Embaixador em Nova Délhi, José Vicente Pimentel.

Ainda em 2005, visitou o Sri Lanka o Senador Cristovam Buarque, que manteve contato com o então Primeiro-Ministro e atual Presidente Rajapaksa, entre outras autoridades cingalesas.

O então Chanceler Bogollagama realizou visita oficial ao Brasil entre 15 e 18 de setembro de 2008, acompanhado pelo Ministro do Desenvolvimento da Habitação, Geethanjana Gunawardena.

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, realizou visita bilateral a Colombo nos dias 6 e 7 de março de 2011.

Comércio bilateral

O comércio bilateral vem crescendo de forma sistemática, de um volume de US$ 24,9 milhões, em 2002, para US$ 133,9 milhões, em 2010.

O comércio tem sido tradicionalmente superavitário para o Brasil, com exceção dos anos de 2007 e 2008, quando se verificaram pequenos déficits. Em 2010, o saldo positivo ao Brasil foi de US$ 86,6 milhões.

Dentre os principais produtos exportados pelo Brasil em 2010, destacou-se o açúcar, com 93,6%. A borracha, que responde pelo segundo lugar, equivale a a 1,17% das exportações.

O Brasil importa, sobretudo, pneus e produtos de borracha e, em menor escala, produtos têxteis. Em 2010, os principais produtos da pauta de importação foram luvas de borracha vulcanizada (42,8%); protetores para pneus de borracha (7,69%), pneus novos de borracha (6,49%) e fio de fibras artificiais (6,49%).

Perspectivas de comércio e investimento

O mercado cingalês apresenta boas perspectivas para os exportadores brasileiros, com destaque para os mercados de aeronaves, açúcar e combustíveis. O Sri Lanka apresenta-se como uma possível plataforma de entrada para produtos brasileiros no mercado indiano. Encontram-se em vigor, por exemplo, Acordos de Liberalização de Comércio assinados pelo Sri Lanka com a Índia e o Paquistão, que poderiam facilitar operações comerciais triangulares.

O ambicioso programa de desenvolvimento da infraestrutura, iniciado pelo governo Rajapaksa, poderia proporcionar oportunidades de mercado para construtoras brasileiras.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não constam registros de empréstimos ou financiamentos oficiais do Brasil para o Sri Lanka.

Doações para fins humanitários

Em 2009, o Brasil fez doação de US$ 50.000,00 para a compra de vestuário para os deslocados internos no Sri Lanka, vítimas do conflito com os Tigres Tâmeis.

Em julho do mesmo ano, o Governo brasileiro realizou doação ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) no valor de US$ 900.000,00, prioritariamente utilizada para auxiliar no reassentamento e no abrigo de famílias deslocadas.

POLÍTICA INTERNA

O Sri Lanka é uma república semipresidencialista. O Presidente é eleito diretamente para mandato de seis anos e ocupa as funções de Chefe de Estado, Chefe de Governo e Comandante-Chefe das Forças Armadas. O Presidente pode ser removido do Gabinete por dois terços do Legislativo e por decisão favorável da Corte Suprema. O sistema legislativo do Sri Lanka é unicameral, com 225 membros eleitos por sufrágio universal. Os parlamentares representam os distritos do país durante seis anos.

Dois aspectos influenciam de modo essencial a dinâmica da cena política do Sri Lanka: (a) a predominância de dois partidos políticos – o Partido Nacional Unido (UNP), conservador; e o Partido da Liberdade do Sri Lanka (SLFP), de centro-esquerda –, os quais se têm alternado no poder, muitas vezes formando alianças com partidos menores; e (b) a situação da comunidade tâmil, de maioria hinduísta. Setores daquela comunidade deram origem ao movimento insurgente armado dos Tigres Tâmeis, que patrocinou conflito armado em prol da independência das regiões Norte e Leste da ilha.

O ponto central do nacionalismo cingalês é a rejeição da ideia de que os tâmeis possam constituir uma nação distinta, ou ter reconhecimento político que lhes permita pleitear um Estado independente. Estima-se que a guerra entre o Governo do Sri Lanka e os separatistas (os chamados "tigres tâmeis") tenha provocado mais de 60 mil mortes. O conflito prejudicou drasticamente a economia ao afugentar turistas e investidores e ao estimular o êxodo de talentos e de mão-de-obra.

Em novembro de 2005, Mahinda Rajapaksa elegeu-se Presidente da República, com apoio de partidos budistas e marxistas, e foi sob seu Governo que o movimento separatista tâmil foi derrotado.

Em 2008, o Governo Rajapaksa anunciou que ab-rogaria unilateralmente o acordo de cessar-fogo de 2002 e iniciou intensa campanha militar para recuperar áreas antes controladas pelo LTTE. Os conflitos continuaram até maio de 2009, quando o Governo cingalês tomou o último reduto de território rebelde no Nordeste do país. No mesmo mês, os militares anunciaram a morte em combate do líder rebelde Velupillai Prabhakaran e os Tigres Tâmeis anunciaram que iriam renunciar ao combate armado.

Em 2010, Mahinda Rajapaksa foi reeleito Presidente.

No primeiro semestre de 2011, o Governo do Sri Lanka anunciou que fecharia, até o fim do ano, todos os campos de refúgio remanescentes do conflito interno.

Em agosto de 2011, o Presidente Rajapaksa anunciou a suspensão da legislação excepcional de emergência, que vigorou intermitentemente por 28 anos e que, em sua última versão, perdurava desde 2005. Alegou que a derrota do movimento dos Tigres Tâmeis permitiria que se restaurasse a lei e a ordem no Sri Lanka.

POLÍTICA EXTERNA

O Sri Lanka obteve sua independência em 1947, sob o nome de Ceilão. Em fevereiro de 1948, tornou-se membro independente da antiga Comunidade britânica, a *Commonwealth* – atualmente, "Comunidade de Nações".

O compromisso com os princípios do não-alinhamento e as relações com a Índia constituem os dois fatores de maior peso na política externa do Sri Lanka desde sua independência. A proximidade geográfica entre os dois países, separados pelo mar por uma distância de apenas 31 km, tornou inevitável o interesse recíproco, que resultou em uma relação bilateral ambivalente.

A posição insular do país lhe permitiu manter certo distanciamento em relação a outros vizinhos e o poupou de questões de fronteira. O Sri Lanka, orgulhoso de sua história e cultura milenares e cioso da manutenção de identidade externa própria, pôde esquivar-se, assim, de enfrentamentos, ao mesmo tempo em que logrou manter relativa considerável independência das potências grandes ou médias. O país tornou-se membro da ONU em 1948 e ingressou no Movimento dos Não-Alinhados por ocasião da criação do grupo.

Não obstante, durante o período da Guerra Fria, seu caráter "não-alinhado" não o impediu de praticar políticas de maior aproximação com um ou outro dos dois blocos rivais, alternando maior simpatia ou interesse, conforme estivessem no poder as lideranças do Partido Nacional Unido (UNP) – que se voltavam mais para o Ocidente – ou do Partido de Libertação do Sri Lanka (SLFP), de tendência centro-esquerda – mais inclinado a dialogar com a União Soviética ou com a República Popular da China.

A identificação com o Grupo dos Movimentos Não-Alinhados (G-77) e as relações com a Índia continuam fatores relevantes na condução da política externa de Colombo, que se preocupa também com novos temas da agenda internacional como a questão ambiental; a segurança alimentar e energética; e o combate ao terrorismo e ao crime transnacional.

Terminado o conflito com o movimento separatista tâmil, em 2009, o Sri Lanka enfrenta acusações de desrespeito aos direitos humanos e supostos excessos contra os combatentes tâmeis, sobretudo na etapa final do conflito, entre 2008 e 2009.

A Alta Comissária para os Direitos Humanos das Nações Unidas, Navi Pillay, acusou ambos os lados do conflito de perpetrarem crimes de guerra. O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas convocou Sessão Especial sobre a situação dos direitos humanos no Sri Lanka, no mesmo ano, e aprovou resolução pela qual se exortou o governo cingalês a seguir empreendendo esforços em favor do desarmamento, da desmobilização e reabilitação de crianças-soldado recrutadas por atores não-estatais e a não exercer nenhum tipo de discriminação contra minorias étnicas no tocante ao exercício de direitos fundamentais. Elogiou, por sua vez, a disposição do Sri Lanka de iniciar diálogo com todas as partes em favor do processo de pacificação do país, com base no consenso e no respeito aos direitos humanos de todos os grupos religiosos e étnicos que o habitam.

Em junho de 2010, o Secretário-Geral das Nações Unidas constituiu grupo de peritos para dedicar-se às alegações de violação de direitos humanos e do direito humanitário internacional nos últimos meses do conflito no Sri Lanka. O relatório dos peritos, divulgado em abril de 2011, concluiu pela credibilidade de diversas das alegações. O Governo cingalês, por sua vez, avaliou que o relatório

dos peritos seria prejudicial ao processo de reconciliação interna. Indicou estar aberto ao engajamento com as Nações Unidas e ressaltou estar adotando medidas diversas para a normalização do país pós-conflito, incluindo a criação de mecanismos como a Comissão de Lições Aprendidas e Reconciliação e a reconstrução das áreas afetadas e reabilitação de ex-combatentes.

Parcerias de relevo do Sri Lanka

O Sri Lanka mantém relações bilaterais estreitas com a Índia. Os investimentos indianos e o comércio bilateral têm crescido em quantidade e qualidade. Os dois países mantêm acordos e cooperação em várias áreas, como defesa, livre comércio, investimentos, petróleo, aviação comercial e construção de ferrovias. As relações no campo da defesa incluem acordos de cooperação e o treinamento anual de 2 mil membros das Forças Armadas cingalesas em instituições militares indianas. Apesar do interesse na aproximação com o país vizinho, inclusive por fatores comerciais, permanece no Sri Lanka a cautela em preservar sua autonomia e capacidade de decisão.

Os Estados Unidos são o segundo maior parceiro comercial Sri Lanka. Desde 1997, os EUA incluíram o movimento dos Tigres Tâmeis em sua relação de "grupos terroristas internacionais". Na década seguinte, Washington chegou a prestar auxílio ao exército cingalês. Desde o fim do conflito, em 2009, o Governo dos EUA tem apoiado que a discussão das acusações de violações de direitos pelo Governo cingalês tenha lugar no Conselho de Direitos Humanos, instando o Governo de Colombo a dar maior apoio às vítimas e a apurar responsabilidades.

A China constitui hoje parceiro fundamental do Sri Lanka. Os investimentos chineses têm ocupado espaço tradicionalmente ocupado pelos interesses indianos. Exemplo disso foi a decisão de permitir que seja conduzida por aquele país a construção do porto de Hambatota (importante para Pequim, especialmente no que se refere à segurança de seus suprimentos de petróleo por via marítima), rompendo com a posição tradicional do Sri Lanka de evitar maior presença física de qualquer potência estrangeira em seu território. A construção do anel rodoviário de Colombo também deverá ser entregue a uma empresa chinesa, possivelmente à "China Harbour Engineering Company Ltda".

A Rússia também vem buscando aumentar sua presença no Sri Lanka. Durante visita do Chanceler Sergei Lavrov em outubro de 2009, a Rússia sinalizou interesse em estabelecer mecanismos de cooperação na área de energia, especificamente na prospecção e possível exploração conjunta de gás natural, e em participar da exploração de petróleo na Bacia de Mannar, na qual apenas a empresa indiana Cairns possui atividades atualmente, e na reabilitação da refinaria Sapugaskanda, realizada pelo Irã. A Rússia poderá ainda ajudar nos esforços de desminagem em curso no Sri Lanka.

Com o Paquistão, o Sri Lanka estuda adotar a conversibilidade monetária como forma de dar maior impulso ao comércio bilateral.

O Sri Lanka também tem procurado aproximar-se do Japão e manter boas relações com demais países da Comunidade de Nações (*Commonwealth*), os quais recebem boa parte da diáspora cingalesa.

O Sri Lanka é membro da Associação Sul-Asiática para Cooperação Regional (SAARC), que também tem como membros Afeganistão, Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal e Paquistão. A Associação desenvolveu discussões que resultaram na assinatura do Acordo de Comércio Preferencial do Sul da Ásia (SAPTA), em 1994, e do Acordo de Livre Comércio do Sul da Ásia (SAFTA), em 2004.

ECONOMIA E COMÉRCIO

O Sri Lanka integra o grupo dos 50 países de menor desenvolvimento econômico. A economia do país é baseada na exportação de produtos primários, como grafite, produtos têxteis, chá, coco e borracha.

Até o início dos anos de 1990, o Sri Lanka era o maior exportador mundial de chá. A longa guerra civil, todavia, provocou sérios danos à economia do país, mormente nessa cultura, cujos investimentos se reduziram drasticamente ao longo dos anos. O turismo, não obstante figurar como importante fonte de divisas, também sofreu o impacto negativo da guerra civil.

Desde 1977, com o abandono das políticas econômicas estatizantes e a adoção de medidas liberais por Colombo, as exportações cingalesas e os investimentos estrangeiros passaram a aumentar significativamente. Mudanças recentes no cenário interno reverteram essa tendência. Atualmente, o *Sri Lanka Freedom Party*, partido governista, implementa programas de redução da pobreza por meio de investimento em regiões depauperadas, de incentivo a micro e pequenas empresas, de promoção da agricultura familiar e de expansão do serviço público. Os programas de privatização, vigentes há mais de duas décadas, foram suspensos ou revertidos. A economia do país deve crescer cerca de 7% em 2011.

O desempenho das exportações apresenta progressiva recuperação nos últimos meses, particularmente para produtos centrais à economia local, como o chá, a borracha e os produtos têxteis. De acordo com dados de Colombo, o comércio externo do país cresceu mais de 40% nos primeiros cinco meses de 2011 em relação ao mesmo período de 2010, e as vendas externas alcançaram o equivalente a US$ 4,1 bilhões. Ante tal desempenho, o governo do Sri Lanka acredita que pode terminar o ano com crescimento nas exportações por volta de 25%. As reservas internacionais tiveram ganhos importantes, especialmente em função de aumento de remessas de cingaleses expatriados. Por fim, Colombo comemorou, em janeiro de 2010, anúncio do FMI de reclassificação do país para a categoria de *Middle Income Emerging Market*.

ANEXOS

ACORDOS BILATERAIS

- "Acordo Básico de Cooperação Técnica", celebrado em 16/09/2008, em vigor desde 25/08/2010.

- "Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomático, Oficial e de Serviço", celebrado em 07/03/2011. Aguardando notificação do Sri Lanka.

- Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo para Consultas Políticas, celebrado em 07/03/2011, em vigor desde essa data.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1960 - Estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e o Sri Lanka e abertura da Embaixada Não-Residente em Colombo, cumulativa com Nova Délhi.
1961 - Abertura da Embaixada Residente em Colombo.
1967 - Suspensão das atividades da Embaixada do Brasil em Colombo. Retorno à cumulatividade com Nova Délhi.
1969 - Criação do Consulado Honorário do Brasil em Colombo.
1998 - Visita ao Brasil do Ministro da Justiça, dos Assuntos Constitucionais, dos Assuntos Étnicos e da Integração do Sri Lanka, Professor G. L. Peiris.
2001 - Abertura da Embaixada do Sri Lanka em Brasília.
2004 - Participação da então Presidente do Sri Lanka, Chandrika Bandaranaike Kumaratunga, na Reunião de Líderes Mundiais para a Ação Contra a Fome e a Pobreza, em Nova York, a convite do Presidente Lula.
2005 - Visita ao Brasil do então Ministro da Ciência e Tecnologia do Sri Lanka, Tissa Vitarana.
2005 - Visita ao Sri Lanka do Enviado Especial do Presidente da República, então Embaixador em Nova Delhi, José Vicente Pimentel.
- Publicado Decreto de criação da Embaixada do Brasil em Colombo.
- Brasil encaminha, por via aérea e marítima, diversos contêineres de ajuda humanitária às vítimas do tsunâmi, em dezembro de 2004.
2007 - Visita ao Sri Lanka do Assessor Especial para a Ásia, Embaixador João Gualberto Marques Porto.
2007 - Encontro bilateral do Senhor MERE com o então Chanceler do Sri Lanka, Rohitha Bogollagama, à margem da 62ª AGNU.
- Em dezembro, reinício das atividades da Embaixada do Brasil em Colombo.
2008 - Encontro entre os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Mahinda Rajapaska à margem da Conferência de Alto Nível da FAO sobre Segurança Alimentar, em Roma.
- Missão técnica do Ministério da Agricultura do Sri Lanka ao Brasil para conhecer a experiência brasileira em pesquisa agropecuária.
- Visita oficial ao Brasil do então Chanceler Rohitha Bogollagama, acompanhado pelo Ministro do Desenvolvimento da Habitação, Geethanjana Gunawardena.
2010 - O Governo brasileiro doa 900 mil dólares ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) para apoio a deslocados internos do Sri Lanka.
2011 - O ex-Primeiro-Ministro Ratnasiri Wickramanayaka participa da cerimônia de posse da Presidente Dilma Rousseff.
- Visita oficial ao Sri Lanka do Ministro Antonio Patriota, em março.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1505 – Chegada dos portugueses a Colombo.
1815 – Tomada do poder sobre toda a ilha pelos britânicos. Trabalhadores tâmeis do Sul da Índia são trazidos para trabalhar nas plantações de chá, café e coco.
1948 – Independência total do Ceilão.
1972 – O Ceilão passa a chamar-se Sri Lanka. O budismo torna-se a principal religião do país.
1976 – Formação dos "Tigres de Libertação da Pátria Tâmil" (LTTE). As tensões intensificam-se em áreas dominadas por tâmeis ao Norte e ao Leste do país.
1983 – Para o LTTE, início da "Primeira Guerra da Pátria Tâmil".
1987 – Confinamento do LTTE na cidade de Jaffna por Forças do governo. Criação de novos Conselhos para as áreas Tâmeis, ao Norte e ao Leste do país. Colombo solicita à Índia o envio de força de manutenção da paz.
1990 – Tropas indianas deixam o país após derrotas no Norte da ilha. Início da "Segunda Guerra da Pátria Tâmil".
1993 – Ataque a bomba, perpetrado pelo LTTE, mata o então Presidente Premadasa.
1994 – Presidente Kumaratunga chega ao poder e promete encerrar a guerra civil. Negociações de paz iniciam-se com o LTTE.
1995 – Deflagração da "Terceira Guerra da Pátria Tâmil".
2002 – Cessar-fogo entre o Governo cingalês e os Tigres Tâmeis, intermediado pela Noruega. Início do processo de desarmamento. Suspensão do banimento dos Tigres Tâmeis pelo Governo.
2003 – Retirada das negociações pelos Tigres Tâmeis, mas cessar-fogo persiste.
– Morte de mais de 200 pessoas e mais de quatro mil desabrigadas em decorrência da pior enchente do país.
2004 – Cisão no movimento dos Tigres Tâmeis provocada pelo Comandante Karuna. Retomada do controle do Leste do país pelos Tigres. Ataque a bomba em Colombo. Morte de mais de 30 mil pessoas por causa do tsunami.
2005 – Estado de Emergência após o assassinato do Ministro das Relações Exteriores. Vitória do Primeiro-Ministro Mahinda Rajapaksa nas eleições presidenciais.
2006 – Reinício dos atentados e das hostilidades.
2007 – Captura da fortaleza dos Tigres Tâmeis em Vakarai, no Leste por militares cingaleses. Deslocamento de dezenas de milhares de civis nas áreas de conflito. Remoção dos rebeldes de seu último reduto na selva do Leste (Thoppigala), segundo o Governo cingalês.
2008 – Início de intensa campanha militar contra os rebeldes separatistas no Norte. Execução de graves atentados terroristas em diferentes lugares, inclusive na capital. Pedido de retirada de todos os prestadores de ajuda humanitária das áreas sob o domínio pelo Governo.

2009 – Tomada, pelo Governo, do último território controlado pelos Tigres e morte de seu líder, Velupillai Prabhakaran. Abandono da luta armada pelo LTEE. Captura do novo líder dos Tigres, Selavarasa Pathmanathan, no exterior.
– Suspensão do Sri Lanka do Sistema Geral de Preferências comerciais da União Européia em razão das supostas violações de direitos humanos ocorridas naquele país.
2010 – Reeleição do Presidente Mahinda Rajapaksa e prisão de seu principal oponente, General Sarath Fonseka, sob acusação de conspiração. Dissolução do Parlamento pelo Presidente Rajapaksa. Início dos trabalhos da corte marcial que julgará o General.
– Eleições parlamentares.
– Criação do Grupo de Peritos da ONU para investigar supostas violações de direitos humanos no Sri Lanka. Governo cingalês manifesta repúdio à decisão do Secretário Geral da ONU.

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008	2009	2010
População (em milhões de habitantes)[1]	19,7	19,9	20,1	20,2	20,4
Densidade demográfica (hab/Km²)	300,3	303,3	306,4	307,9	310,9
PIB Nominal (US$ bilhões)	28,3	32,4	40,7	42,1	49,6
Crescimento real do PIB (%)	7,7	6,8	6,0	3,5	8,0
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	13,5	18,7	14,4	4,8	6,9
Reservas internacionais (US$ bilhões)[1]	2,8	3,5	2,6	5,4	7,2
Dívida Externa Total (US$ bilhões)	11,6	14,0	14,2	17,4	17,9
Câmbio (SLRs / US$)	107,71	108,72	113,14	114,38	110,95

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report August 2011.

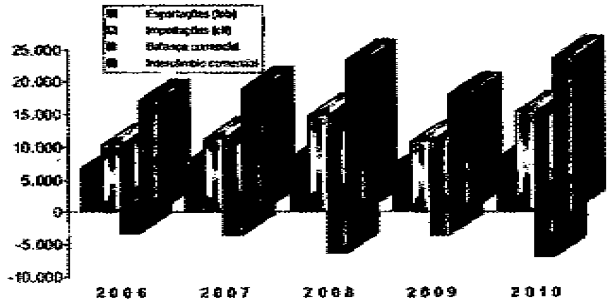
(1) 2010: estimativa EIU.

COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões)	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (1) (2)
Exportações (fob)	6.883	7.740	8.434	7.281	8.348	2.354
Importações (cif)	10.253	11.301	14.895	10.871	15.392	4.142
Balança comercial	-3.370	-3.561	-6.461	-3.590	-7.044	-1.788
Intercâmbio comercial	17.136	19.041	23.329	18.152	23.740	6.496

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, August 2011.

(1) Janeiro-maio

(2) Último período disponibilizado em 12/09/2011



DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total	2011[1][2]	% no total
EXPORTAÇÕES:								
Estados Unidos	1.882	22,3%	1.516	20,8%	1.655	19,9%	478	20,3%
Reino Unido	1.035	12,3%	948	13,0%	884	10,6%	214	9,1%
Índia	392	4,6%	298	4,1%	437	5,2%	151	6,4%
Itália	407	4,8%	405	5,6%	437	5,2%	139	5,9%
Alemanha	446	5,3%	390	5,4%	413	4,9%	120	5,1%
Bélgica	418	5,0%	326	4,5%	349	4,2%	99	4,2%
Rússia	273	3,2%	240	3,3%	305	3,6%	84	3,6%
Emirados Árabes Unidos	254	3,1%	248	3,4%	285	3,4%	73	3,1%
Japão	187	2,2%	167	2,3%	200	2,4%	62	2,6%
Turquia	84	1,0%	89	1,2%	141	1,7%	35	1,5%
França	175	2,1%	151	2,1%	137	1,6%	36	1,5%
Canadá	113	1,3%	101	1,4%	124	1,5%	35	1,5%
Países Baixos	113	1,3%	99	1,4%	116	1,4%	38	1,6%
Síria	103	1,2%	90	1,2%	114	1,4%	28	1,2%
Austrália	93	1,1%	84	1,2%	109	1,3%	27	1,2%
México	95	1,1%	84	1,1%	95	1,1%	25	1,1%
China	54	0,6%	64	0,9%	93	1,1%	28	1,2%
Hong Kong	66	0,8%	67	0,9%	90	1,1%	24	1,0%
Cingapura	84	0,8%	69	1,0%	79	0,9%	48	2,0%
Tailândia	63	0,7%	56	0,8%	76	0,9%	19	0,8%
Indonésia	40	0,5%	62	0,9%	71	0,9%	20	0,9%
Suíça	71	0,8%	52	0,7%	71	0,8%	25	1,0%
Arábia Saudita	65	0,8%	61	0,8%	70	0,8%	19	0,8%
Maldivas	58	0,7%	51	0,7%	65	0,8%	16	0,7%
Brasil	23	0,3%	17	0,2%	24	0,3%	6	0,2%
SUBTOTAL	6.581	78,0%	5.735	78,8%	6.450	77,3%	1.845	78,5%
DEMAIS PAÍSES	1.853	22,0%	1.546	21,2%	1.898	22,7%	506	21,5%
TOTAL GERAL	8.434	100,0%	7.281	100,0%	8.348	100,0%	2.354	100,0%

Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados da FAM - Direction of Trade Statistics, August 2011.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

(1) Janeiro-março

(2) Última posição disponível em 12/08/2011

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - cif)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total	2011[1][2]	% no total
IMPORTAÇÕES:								
Índia	3.169	21,3%	1.906	17,5%	3.648	23,7%	1.018	24,6%
China	1.787	12,0%	1.727	15,9%	2.194	14,3%	576	13,9%
Cingapura	1.088	7,3%	837	7,7%	1.319	8,6%	243	5,9%
Irã	1.110	7,4%	773	7,1%	1.012	6,6%	270	6,5%
Japão	406	2,7%	225	2,1%	704	4,6%	278	6,7%
Malásia	468	3,1%	368	3,4%	467	3,0%	101	2,4%
Tailândia	375	2,5%	360	2,1%	442	4,6%	136	6,7%
Emirados Árabes Unidos	438	2,9%	305	2,8%	400	2,6%	107	2,6%
Hong Kong	458	3,1%	344	3,2%	377	2,5%	104	2,5%
Canadá	413	2,8%	323	3,0%	373	2,4%	81	1,9%
Bélgica	380	2,6%	355	3,3%	338	2,2%	90	2,2%
Indonésia	389	2,6%	271	2,5%	328	2,1%	94	2,3%
Paquistão	203	1,4%	234	2,2%	298	1,9%	70	1,7%
República da Coréia	689	4,6%	187	1,7%	270	1,8%	88	2,1%
Taiwan	239	1,6%	192	1,8%	254	1,6%	75	1,8%
Alemanha	250	1,7%	232	2,1%	251	1,6%	70	1,7%
Nova Zelândia	265	1,8%	140	1,3%	237	1,5%	71	1,7%
Itália	263	1,8%	210	1,9%	231	1,5%	74	1,8%
Austrália	206	1,4%	153	1,4%	205	1,3%	65	1,6%
Reino Unido	247	1,7%	206	1,9%	198	1,3%	53	1,3%
Estados Unidos	312	2,1%	252	2,3%	196	1,3%	70	1,7%
Arábia Saudita	199	1,3%	139	1,3%	182	1,2%	49	1,2%
França	107	0,7%	93	0,9%	177	1,1%	37	0,9%
Brasil	24	0,2%	87	0,8%	121	0,8%	9	0,2%
SUBTOTAL	13.485	90,5%	9.917	91,2%	14.221	92,4%	3.838	92,5%
DEMAIS PAÍSES	1.410	9,5%	954	8,8%	1.171	7,6%	312	7,5%
TOTAL GERAL	14.895	100,0%	10.871	100,0%	15.392	100,0%	4.142	100,0%

Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados da FAM - Direction of Trade Statistics, August 2011.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

(1) Janeiro-março

(2) Última posição disponível em 12/08/2011

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2010	
	Valor	Part. %
EXPORTAÇÕES (US$ milhões)		
Vestuário e seus acessórios, de malha	1.700	20,5%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	1.612	19,4%
Café, chá, mate e especiarias	1.549	18,7%
Borracha e suas obras	738	8,9%
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas	477	5,7%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	204	2,5%
Peixes e crustáceos, moluscos	171	2,1%
Produtos da indústria de moagem, malte, amidos	105	1,3%
Outras fibras têxteis confeccionadas	100	1,2%
Subtotal	**6.656**	**80,2%**
Demais Produtos	**1.648**	**19,8%**
Total Geral	**8.304**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/MTC/Trademap.

Divergências nos dados são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2010	
	Valor	Part. %
IMPORTAÇÕES (US$ milhões)		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	2.064	16,7%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	1.039	8,4%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	855	6,9%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	635	5,1%
Algodão	584	4,7%
Tecidos de malha	480	3,9%
Plásticos e suas obras	475	3,8%
Pérolas, pedras preciosas, semipreciosas	376	3,0%
Açúcares e produtos de confeitaria	365	3,0%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose	348	2,8%
Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis	315	2,5%
Cereais	303	2,5%
Ferro fundido, ferro e aço	294	2,4%
Fibras sintéticas ou artificiais descontínuas	261	2,1%
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	259	2,1%
Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	245	2,0%
Adubos ou fertilizantes	240	1,9%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	219	1,8%
Borracha e suas obras	208	1,7%
Produtos farmacêuticos	183	1,5%
Tecidos especiais; tecidos tufados; rendas; tapeçarias	169	1,4%
Produtos diversos das indústrias químicas	158	1,3%
Filamentos sintéticos ou artificiais	126	1,0%
Produtos químicos orgânicos	119	1,0%
Subtotal	10.320	83,5%
Demais Produtos	2.034	16,5%
Total Geral	12.354	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/Trademap.

Divergências nos dados são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SRI LANKA[1] (US$ mil, fob)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	75.997	12.122	21.832	91.174	110.303
Variação em relação ao ano anterior	102,3%	-84,0%	80,1%	317,6%	21,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia[2]	0,4%	0,0%	0,1%	0,2%	0,2%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,1%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%
Importações	12.415	17.152	22.805	18.116	23.728
Variação em relação ao ano anterior	13,5%	38,2%	33,0%	-20,6%	31,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia[2]	0,1%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio comercial	88.412	29.274	44.637	109.290	134.031
Variação em relação ao ano anterior	82,3%	-66,9%	52,5%	144,8%	22,6%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia[2]	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Balança comercial	63.582	-5.030	-973	73.058	86.575

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

(2) Exclusive Oriente Médio.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SRI LANKA[1] (US$ mil, fob)	2010 (jan-ago)	2011 (jan-ago)
Exportações	101.818	32.139
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	66,5%	-68,2%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia[2]	0,3%	0,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,9%	0,2%
Importações	14.091	19.024
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	19,7%	35,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia[2]	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,1%	0,1%
Intercâmbio comercial	115.181	51.163
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	58,9%	-55,5%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia[2]	0,2%	0,1%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,5%	0,2%
Balança comercial	86.919	13.115

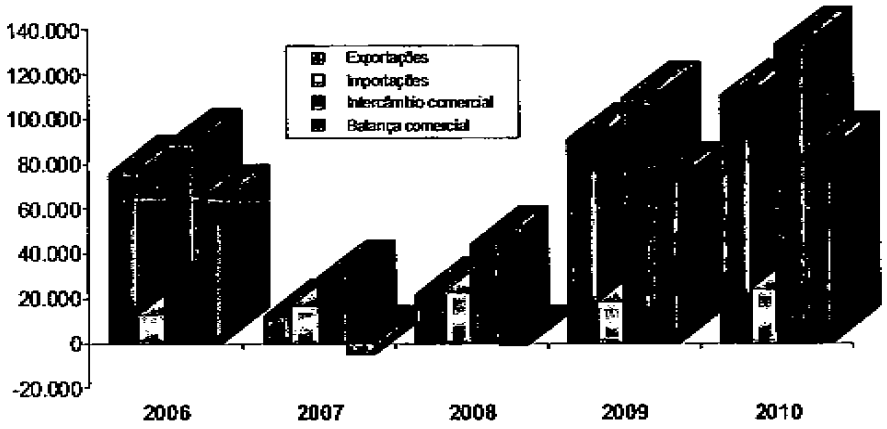
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

(2) Exclusive Oriente Médio.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-SRI LANKA
2006 - 2010

(US$ mil, fob)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-SRI LANKA (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos)						
Açúcares e produtos de confeitaria	9.119	41,8%	83.566	91,7%	102.757	93,2%
Borracha e suas obras	1.070	4,9%	277	0,3%	1.355	1,2%
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares	0	0,0%	450	0,5%	1.086	1,0%
Matérias albuminóides, produtos à base de amidos	182	0,8%	340	0,4%	1.077	1,0%
Peles, exceto a peleteria, e couros	1.033	4,7%	580	0,6%	868	0,8%
Produtos cerâmicos	557	2,6%	576	0,6%	538	0,5%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	616	2,8%	450	0,5%	301	0,3%
Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	917	4,2%	476	0,5%	294	0,3%
Carnes e miudezas comestíveis	5.086	23,3%	933	1,0%	219	0,2%
Subtotal	18.580	85,1%	87.650	96,1%	108.495	98,4%
Demais Produtos	3.252	14,9%	3.524	3,9%	1.808	1,6%
TOTAL GERAL	21.832	100,0%	91.174	100,0%	110.303	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-SRI LANKA (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos)						
Borracha e suas obras	11.868	52,0%	9.048	49,9%	16.233	68,4%
Vestuário e seus acessórios, de malha	1.206	5,3%	1.447	8,0%	2.587	10,9%
Fibras sintéticas ou artificiais descontínuas	7.429	32,6%	5.073	28,0%	1.282	5,4%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	954	4,2%	404	2,2%	1.261	5,3%
Produtos diversos das indústrias químicas	74	0,3%	398	2,2%	711	3,0%
Plásticos e suas obras	173	0,8%	148	0,8%	412	1,7%
Subtotal	21.704	95,2%	16.518	91,2%	22.486	94,8%
Demais Produtos	1.101	4,8%	1.598	8,8%	1.242	5,2%
TOTAL GERAL	22.805	100,0%	18.116	100,0%	23.728	100,0%

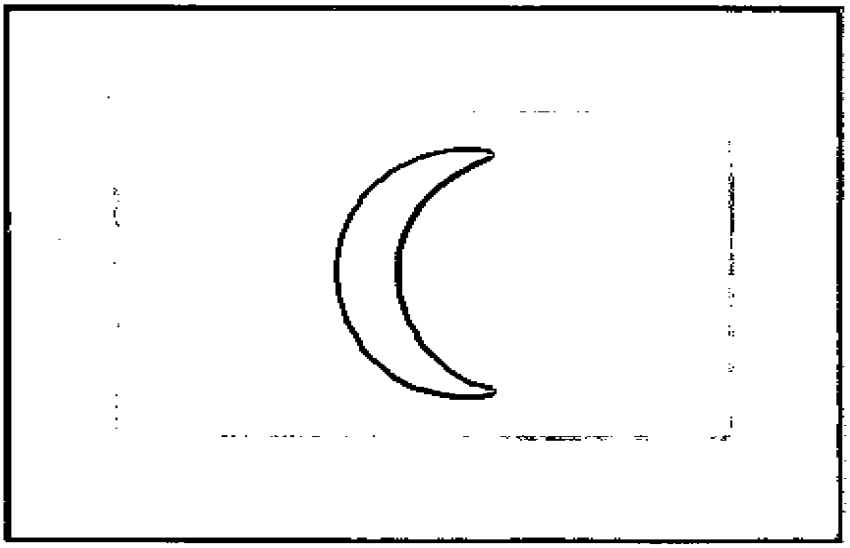
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

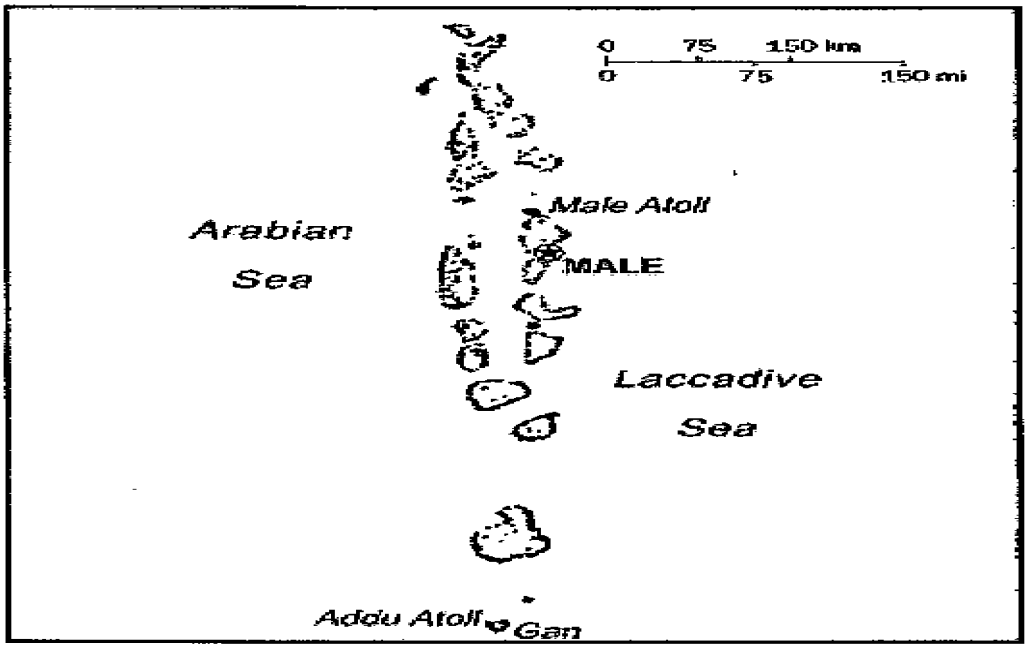
COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SRI LANKA (US$ mil - fob)	2010 (jan-ago)	% no total	2011 (jan-ago)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Açúcares e produtos de confeitaria	96.360	95,4%	18.760	58,4%
Cereais	0	0,0%	6.156	19,2%
Borracha e suas obras	584	0,6%	3.029	9,4%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	169	0,2%	848	2,6%
Subtotal	**97.113**	**96,1%**	**28.793**	**89,6%**
Demais Produtos	**3.897**	**3,9%**	**3.346**	**10,4%**
TOTAL GERAL	**101.010**	**100,0%**	**32.139**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Borracha e suas obras	9.867	70,0%	13.225	69,5%
Vestuário e seus acessórios, de malha	1.330	9,4%	2.662	14,0%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	742	5,3%	1.090	5,7%
Plásticos e suas obras	212	1,5%	352	1,9%
Subtotal	**12.151**	**86,2%**	**17.329**	**91,1%**
Demais Produtos	**1.940**	**13,8%**	**1.695**	**8,9%**
TOTAL GERAL	**14.091**	**100,0%**	**19.024**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-ago/2011.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL PARA ASSUNTOS POLÍTICOS II
DEPARTAMENTO DA ÁSIA CENTRAL, MERIDIONAL E OCEANIA
DIVISÃO DA ÁSIA MERIDIONAL
REPÚBLICA DAS MALDIVAS





OSTENSIVO
Informações para o Senado Federal
Novembro de 2011

ÍNDICE

Dados Básicos.....

Relações Bilaterais.....

Política Interna.....

Política Externa.....

Economia e Comércio Exterior.....

Empréstimos e Financiamentos Oficiais.....

Assuntos Consulares.....

Comunidade Brasileira.....

Acordos Bilaterais.....

Anexos

Cronologia Histórica.....
Cronologia das Relações Bilaterais.....
Dados Econômico-Comerciais.....

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL DO PAÍS:	República das Maldivas
CAPITAL:	Malé
ÁREA:	298 km² (comparável à área do município brasileiro de Belo Horizonte, que tem 331 km²). O arquipélago é composto por 26 atóis, com 1.190 pequenas ilhas de coral.
POPULAÇÃO (2011):	394.999 habitantes
IDIOMAS:	Divehi (oficial)
GRUPOS ÉTNICOS:	Maldívios (97%), árabes (2%) e africanos (1%)
RELIGIÃO:	Islamismo (sunita) (98,4%)
REGIME DE GOVERNO:	República presidencialista
CHEFE DE ESTADO E CHEFE DE GOVERNO:	Mohamed Nasheed
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Ahmed Naseem
PIB estimado (2010)	US$ 1,87 bilhões
PIB *per capita* estimado (2010)	US$ 4.735,00
PIB PPP estimado (2010)	US$ 2,734 bilhões
PIB *per capita* PPP (2010)	US$ 6.900 (Maldivas: 131º posição)
IDH 2011	0,661 (109º no mundo; Brasil é o 84º, com 0,718)
UNIDADE MONETÁRIA:	Rupia maldiva
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	Não há

➢ INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhares F.O.B.) – Fonte: MDIC

COMÉRCIO BILATERAL (US$ mil) - Fonte: MDIC

BRASIL - MALDIVAS	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-ago)
Intercâmbio	2.383	3.649	8.553	8.939	10.481	8.426
Exportações (fob)	2.382	3.631	8.552	8.931	10.467	8.425
Importações (fob)	1	18	1	8	14	0,8
Saldo	2.381	3.613	8.551	8.923	10.453	8.424

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

COMÉRCIO BILATERAL (US$ mil) - Fonte Maldivas

MALDIVAS- BRASIL [1]	2006	2007	2008	2009	2010
Intercâmbio	2	2	3	4	n.a
Exportações da Maldivas para o Brasil (fob)	0	0	0	0	n.d
Importações da Maldivas procedentes do Brasil(cif)	2	2	3	4	n.d
Saldo	-2	-2	-3	-4	n.a

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.
[1] Os dados foram fornecidos ao Trademap pelo "Ministry of Economic Development & Trade"

PERFIS BIOGRÁFICOS

Mohamed Nasheed
Presidente

Mohamed Nasheed é o primeiro Presidente da República das Maldivas eleito democraticamente.

Nasceu em Malé, em 17 de maio de 1967. Graduou-se em Estudos Marítimos pela Universidade de Liverpool, em 1989, tendo retornado a seu país em 1990. Iniciou carreira política como membro do Parlamento e foi um dos ideólogos da oposição não-violenta ao então Governo em favor da democratização das Maldivas. Perseguido por razões políticas, exilou-se no Reino Unido em 1991, período em que foi declarado "Prisioneiro de Consciência" pela Anistia Internacional.

Voltou às Maldivas em 2005, após decisão do Governo maldivo de permitir a formação de partidos políticos. É co-fundador do primeiro partido de oposição (Partido Democrático Maldivo), pelo qual foi eleito Presidente. Entre 2005 e 2008, engajou-se na campanha não-violenta de desobediência civil, visando à aceleração do processo reformista do país. Em razão dessa liderança, tornou-se candidato de seu partido nas primeiras eleições democráticas realizadas nas Maldivas. Foi eleito em 28 de outubro de 2008.

Foi laureado em 2009 com o "Prêmio Anna Lindh", concedido pela fundação europeia de mesmo nome, em reconhecimento pelo seu trabalho na promoção dos direitos humanos, da democracia e de proteção ambiental em seu país.

Ahmed Naseem
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Ahmed Naseem nasceu em 1948. Após estudar no Sri Lanka, graduou-se em Estudos Diplomáticos na Austrália e em Resolução de Conflitos e Arbitragem em Cingapura.

Ingressou no serviço público em 1967. Como diplomata, representou as Maldivas nas Nações Unidas e na Embaixada em Washington.

Dedicou-se ao desenvolvimento da indústria turística, tendo introduzido o turismo de luxo nas Maldivas.

Entrou para o Partido Democrático Maldivo em 2005.

Após ter atuado por dois anos como "Minister of State for Foreign Affairs", foi designado Ministro dos Negócios Estrangeiros em 11 de abril de 2011.

É casado e tem um filho e três filhas.

RELAÇÕES BILATERAIS

Os primeiros registros de gestões para o estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e as Maldivas datam de 1988, quando o então Ministro Abreu Sodré encaminhou ao ex-Presidente José Sarney projeto de Decreto que criava a Embaixada do Brasil nas Ilhas Maldivas, cumulativa com a Embaixada em Nova Délhi. Em setembro daquele ano, os dois países estabeleceram relações diplomáticas, por meio de comunicado conjunto assinado por seus representantes permanentes junto à ONU.

O Decreto nº 7.192, de 1º de junho de 2010, transferiu a cumulatividade da Embaixada do Brasil em Malé, na República das Maldivas, para a Embaixada em Colombo. O processo de transferência da cumulatividade foi concluído com a apresentação de credenciais do Embaixador Pedro Henrique Lopes Borio ao Presidente Mohamed Nasheed, em agosto do 2011.

Em seus contatos com autoridades brasileiras, o Presidente maldivo costuma demonstrar genuína apreciação pelo Brasil. Encontrou-se com o ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva durante Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima em Copenhague, em dezembro de 2009. No ano seguinte, ambos os mandatários se encontraram quando a comitiva brasileira à Cúpula de Seul do G-20 teve de realizar escala técnica nas Maldivas, em novembro de 2010 (a então Presidenta eleita Dilma Rousseff integrou a comitiva).

Ao Embaixador do Brasil, o Presidente Nasheed relatou muito haver apreciado a colaboração com o Brasil durante a mencionada Conferência de Copenhague e declarou ter expectativa de aprofundar a colaboração bilateral nessa área.

A questão ambiental é de grande sensibilidade para as Maldivas, uma vez que esse arquipélago possui relevo de baixíssima altitude e alguns estudos indicam que a elevação do nível dos mares poderia provocar a submersão de seu território do país até 2100.

O Presidente das Maldivas já antecipou que pretende visitar o Brasil em 2012 para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20), no Rio de Janeiro. A interlocução com o Brasil nessa área costuma se dar por intermédio das respectivas missões junto às Nações Unidas, sobretudo em Nova York.

As Maldivas reconhecem que a política externa brasileira procura estar atenta à situação peculiar e às necessidades específicas dos países insulares, o que abre oportunidades diversas de cooperação em temas da agenda multilateral.

O Brasil também contou com o apoio maldivo à candidatura do Professor José Graziano ao cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), nas eleições realizadas em junho de 2011, em Roma. A pesca é importante componente da alimentação da população maldiva e, para o Governo do arquipélago, a vitória brasileira proporcionará maior cooperação na área de piscicultura, seja no contexto multilateral da FAO, seja bilateralmente.

Com referência a iniciativas de cooperação bilateral, o turismo – principal atividade econômica do país, responsável por aproximadamente 28% do PIB e mais de 60% da receita de moeda estrangeira – apresenta-se como uma das áreas de maior potencial.

Outra área a ser explorada é a da cooperação esportiva. O Governo maldivo manifestou interesse em desenvolver com o Brasil iniciativas de cooperação nessa área, sobretudo em atividades ligadas ao futebol – esporte dos mais populares no arquipélago, onde a torcida pela seleção brasileira na Copa do Mundo é destacada.

POLÍTICA INTERNA

As Ilhas Maldivas são um Estado islâmico com um governo central forte. O país tornou-se independente do Reino Unido em 1965 e, três anos depois, passou a ser uma República. O Poder Legislativo, chamado Conselho do Povo, é unicameral; seus 77 membros têm um mandato de cinco anos. O Presidente da República é eleito diretamente pelo povo, em eleições multipartidárias.

O ex-Presidente Maumoon Abdul Gayoom dominou a cena política da Ilha das Maldivas por 30 anos. Desde 1978, havia recebido seis indicações seguidas do Parlamento para ocupar o cargo, com alegado apoio de 90% da população, conforme dados oficiais. Liderança religiosa muçulmana, Gayoom era o Chefe de Estado e de Governo há mais tempo no poder na Ásia. Ao governo de Gayoom credita-se a modernização econômica do país, embora haja acusações de supostas violações dos direitos humanos no país durante sua longa gestão.

Durante o período em que esteve à frente da política maldiva, Gayoom incentivou a transformação do país de polo pesqueiro a importante centro turístico. Cerca de 28% do PIB das Maldivas provêm da atividade turística de luxo. O incremento da renda nacional, no entanto, não se refletiu em distribuição de riqueza, uma vez que o país apresenta grandes desníveis socioeconômicos. Em 2003, após protestos populares pró-reformas constitucionais e a libertação de presos políticos, iniciou-se um processo reformista no país, que contava com o apoio da comunidade internacional e deveria criar um sistema político mais representativo. Em junho de 2005, autorizou-se a criação de partidos políticos.

Em junho de 2008, a Assembleia Constituinte finalizou a revisão da Constituição. Entre as novas normas, destacam-se a limitação de mandatos para a Presidência da República, a remoção das barreiras de gênero para as eleições, a criação de Corte Suprema e a separação entre os Poderes.

A primeira eleição presidencial da história das Maldivas teve lugar em outubro de 2008, com a vitória de Mohamed Nasheed, no segundo turno, com o apoio de quatro outros partidos de oposição, para mandato de cinco anos. A partir de 2009, eleições independentes resultaram no controle do Parlamento maldivo por opositores de Nasheed, e este vem encontrando dificuldades em obter apoio dos parlamentares. Em meio à crise financeiro-cambial, o país viu agravar-se o desentendimento entre os três poderes, em um quadro de crise institucional.

No final de 2010, as Maldivas assistiram à reedição de distúrbios similares aos que teve no passado e que se estimavam encerrados depois da legalização de partidos políticos e da eleição presidencial de 2008. O Sri Lanka atuou como mediador em visitas a Malé do Presidente cingalês Mahinda Rajapaksa e do ex-Primeiro Ministro Ranuil Wickramasinghe. Além de contatos políticos com Governo e oposição, o Sri Lanka contribuiu para superar essa crise com medidas econômicas emergenciais de apoio a Malé, como, por exemplo, a aprovação de linha de crédito de 200 milhões de dólares estadunidenses e a determinação de livre-conversibilidade entre as moedas dos dois países.

POLÍTICA EXTERNA

A República das Maldivas tornou-se membro pleno das Nações Unidas em setembro de 1965. Em 1976, ingressou no Movimento Não-Alinhado (MNA), participando também da Organização da Conferência Islâmica, do G-77, da Aliança de Pequenos Estados Insulares (AOSIS) e da Comunidade de Nações, a *Commonwealth*.

O país é um dos oito membros da Associação Sul-Asiática de Cooperação Regional (SAARC), tendo sediado as Reuniões de Cúpula do grupo em 1990 e 1997. Sediará, também, a Reunião de Cúpula de novembro de 2011. A SAARC constitui o principal meio de inserção regional da política externa maldiva; os demais agrupamentos a que o país pertence (como o MNA e a Aliança de Pequenos Estados Insulares – AOSIS) seriam demasiadamente abrangentes.

Assim, as Maldivas têm tido postura propositiva para a SAARC: pretende estabelecer para o bloco uma agenda mais centrada em temas econômicos e de cooperação, reduzindo a prioridade de questões políticas.

Por outro lado, o país também busca ativamente maiores contatos em função de pertencer ao grupamento informal de Pequenos Estados Insulares (conhecidos por sua sigla em inglês, "SIDS").

Cerca de 80% do território maldivo encontra-se a menos de um metro acima do nível do mar, podendo ser inundado no caso de elevação das águas. Em abril de 1987, grandes ondas varreram as Maldivas, cobrindo a maior parte da Capital e das ilhas próximas. Em dezembro de 2004, o tsunâmi que atingiu o Sul da Ásia, provocou grande destruição e mortes no país. Esses eventos são causa de extrema preocupação com a mudança do clima. Como conseqüência, as Maldivas têm tido atuação crescente nos foros multilaterais, que tratam de questões relacionadas com o meio ambiente e o aquecimento global; apóiam, por exemplo, a inclusão do tema "oceanos" na Conferência Rio+20. O país é signatário das Convenções sobre Biodiversidade e Proteção da Camada de Ozônio, assinou o Protocolo de Quioto sobre Mudança do Clima e confere importância ao Direito do Mar.

As Maldivas são parte das Convenções das Nações Unidas Contra Tortura, para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, sobre os Direitos das Crianças, além dos Pactos de Direitos Civis e Políticos e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Em termos bilaterais, as relações mais próximas das Maldivas são com seus vizinhos Índia, Sri Lanka e Paquistão. A missão inaugural do Presidente Nasheed ao exterior foi a Nova Délhi, em dezembro de 2008, quando reafirmou a importância estratégica da Índia para seu país.

As relações maldivo-cingalesas são também relevantes. O divehi, idioma nacional maldivo, é bastante próximo do cingalês. O Sri Lanka é um dos principais parceiros comerciais das Maldivas; muitas das operadoras do turismo direcionado ao arquipélago se baseiam em território cingalês.

Já as relações com o Paquistão são beneficiadas por serem ambos países islâmicos.

O país mantém dez embaixadas no exterior, sediadas em Cingapura, Colombo, Daca, Islamabade, Kuala Lumpur, Londres, Nova Délhi, Pequim, Riade e Tóquio, além de missões junto à União Européia em Bruxelas e junto às Nações Unidas em Nova York e Genebra. Bangladesh, Índia, Paquistão e Sri Lanka têm Embaixadores residentes em Malé.

ECONOMIA E COMÉRCIO EXTERIOR

As Maldivas apresentam escassez de recursos e baixa renda *per capita*, com economia baseada no turismo de luxo e na pesca.

O turismo é a principal fonte de renda do país, e responde por 70% das divisas em moeda estrangeira de sua economia. Na década de 1970, o Governo maldivo iniciou programa de estímulo ao turismo receptivo. A iniciativa fez com que o turismo e seus setores de serviços complementares se tornassem a base do desenvolvimento econômico maldivo. Uma ótima infraestrutura hoteleira, aliada à aplicação de legislação rigorosa de combate à poluição e preservação dos recifes de coral, principal atração do arquipélago, tem permitido a expansão sustentável das atividades turísticas. Em 2010, as Maldivas receberam pouco mais de 750.000 visitantes estrangeiros, em sua maioria europeus e japoneses.

A pesca também tem lugar de destaque na economia maldiva. É a ocupação mais tradicional dos maldivos e a segunda atividade econômica mais importante para a obtenção de divisas. O Governo maldivo tem desenvolvido uma série de projetos para aumentar a produção e a exportação pesqueiras, principalmente de atum. O país exporta peixe fresco, em conserva, congelado, seco e salgado, sobretudo para a Tailândia, o Sri Lanka e Cingapura. É forte a presença japonesa no setor de processamento de pescados.

O solo pobre, a escassez de terras aráveis e as condições climáticas desfavoráveis têm historicamente limitado a agricultura a algumas culturas de subsistência, como coco, banana, fruta-pão, mamão e manga. Grandes quantidades de verduras, frutas e produtos cárneos são importadas. A crescente demanda por produtos agrícolas tem aumentado a necessidade de incrementar a produção e organizar a agricultura em escala comercial, tendo o Governo maldivo adotado medidas para encorajar e ampliar a atividade agrícola que incluem o controle de pragas, a oferta de serviços de extensão e maior utilização de ilhas desabitadas.

O desenvolvimento da indústria local é dificultado pela pequena dimensão do mercado interno, pela falta de mão-de-obra qualificada, além das dificuldades de transporte e a escassez de matérias-primas. Apesar disso, é cada vez mais forte a percepção de que o desenvolvimento do setor industrial é fundamental para suprir as necessidades crescentes da economia, razão pela qual o Governo maldivo tem buscado atrair investimentos externos. A indústria tradicional compreende o artesanato e a fabricação de barcos, peças de vestuário, redes, cordas e utensílios de metal. O setor industrial moderno produz atum em conserva, roupas, tubos de PVC, sabão, móveis e produtos alimentícios.

Os principais destinos das exportações maldivas são a Tailândia (40,9%), o Sri Lanka (14,9%), o Reino Unido (11,5%) e a Austrália (5%). As Maldivas importam seus produtos principalmente de Cingapura (22,5%), dos Emirados Árabes Unidos (19,1%), da Índia (11,5%) e da Austrália (2,3%).

Os principais produtos exportados pelo Brasil para as Maldivas consistem em carne bovina e de frango; as principais importações, em circuitos elétricos, baterias e utensílios metálicos.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não constam registros de empréstimos ou financiamentos oficiais do Brasil para as Maldivas.

Assuntos consulares

A Embaixada do Brasil em Colombo, no Sri Lanka, responsabiliza-se pela assistência consular aos cidadãos brasileiros que se encontrarem nas Maldivas.

Comunidade brasileira

Estima-se que não haja brasileiros vivendo nas Maldivas atualmente. O número de turistas provenientes do Brasil é pouco significativo.

Acordos bilaterais

Até o presente, nenhum acordo bilateral foi assinado entre Brasil e Maldivas. No entanto, encontra-se em estudo a possibilidade de se assinar um memorando de entendimento na área de cooperação esportiva.

ANEXOS

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1250 – Os primeiros habitantes budistas se convertem ao islamismo.
1558 – Os portugueses se estabelecem na região, sendo expulsos em 1573.
1887 – Passa a ser protetorado do Reino Unido.
1932– Elaboração da primeira constituição.
1954 – A República é substituída pela monarquia (governada por um sultão).
1965 – Conquista da independência.
1968 – O sultanato é substituído pela República.
1968 – Ibrahim Nasir é referendado como Presidente da República.
1978 – Maumoon Abdul Gayoom é referendado como Presidente da República.
1983 – Referendo reelege Gayoom para 2º mandato.
1988 – Referendo reelege Gayoom para 3º mandato.
1988 - Tentativa de golpe promovida por mercenários vindos do Sri Lanka.
1993 – Referendo reelege Gayoom para 4º mandato.
1998 – Referendo reelege Gayoom para 5º mandato.
2003 – Referendo reelege Gayoom para 6º mandato.
2004 - São realizadas manifestações inéditas contra o governo.
2004 – O Governo promete realizar reformas democráticas.
2004 – O tsunâmi no sul da Ásia causa grande destruição e mortes no país.
2005 – Aprovada lei que permite a formação de partidos políticos.
2008 – Aprovada a nova constituição do país.
2008 – Mohamed Nasheed é eleito Presidente da República.

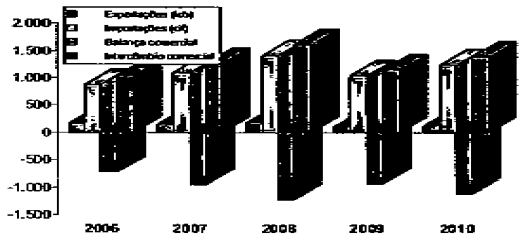
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1988 – Brasil e Maldivas estabeleceram relações diplomáticas.
1988 – O Chanceler Abreu Sodré enviou ao Presidente José Sarney projeto de decreto criando a Embaixada do Brasil nas Maldivas, cumulativa com a Embaixada em Nova Délhi.
1992 – O Presidente Gayoom participou da Conferência sobre o Meio Ambiente no Rio de Janeiro (Rio-92).
2003 – O Brasil apoiou as Ilhas Maldivas, na Sessão Substantiva do ECOSOC, no seu intento de permanecer com o status de "país de menor desenvolvimento relativo".
2005 – O governo maldivo co-patrocinou o anteprojeto de resolução do G-4 e apoiou a candidatura do Brasil a um assento permanente no CSNU ampliado.
2006 – O Ministro do Meio Ambiente, Energia e Água, Ahmed Abdulla, participou da 8ª Sessão da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, realizada em Curitiba, de 26 a 29 de março.
2010 – Encontro do ex-Presidente Lula com o Presidente Mohamed Nasheed no contexto Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em Copenhague.
2010 – Encontro do ex-Presidente Lula com o Presidente maldivo, por ocasião de escala em Malé a caminho da reunião do G-20 na Coréia do Sul.
2010 – Transferência da cumulatividade da Embaixada do Brasil nas Maldivas, que passa de Nova Délhi (Índia) para Colombo (Sri Lanka).
2011 – O Embaixador do Brasil em Colombo, Pedro Henrique Lopes Borio, é recebido pelo Presidente das Maldivas para entrega de credenciais.

DADOS ECONÔMICO - COMERCIAIS

COMÉRCIO EXTERIOR[1] (US$ milhões)	2006	2007	2008	2009	2010	2011[2][3]
Exportações (fob)	162	153	188	113	132	64
Importações (cif)	880	1.098	1.408	1.038	1.245	474
Balança comercial	-718	-945	-1.220	-925	-1.113	-410
Intercâmbio comercial	1.042	1.251	1.596	1.151	1.377	538

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, September 2011.
(1) Os dados do comércio, necessariamente, com ajustes apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes metodologias de cálculo.
(2) janeiro-abril
(3) Última posição disponível em 12/09/2011



DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - cif)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total	2011[1][2]	% no total
IMPORTAÇÕES:								
Cingapura	377	26,7%	255	24,6%	306	24,6%	136	28,6%
Emirados Árabes Unidos	234	16,6%	163	15,7%	213	17,1%	76	16,0%
Índia	121	8,6%	118	11,4%	110	8,9%	38	8,0%
Malásia	134	9,5%	80	7,7%	101	8,1%	37	7,7%
Sri Lanka	64	4,5%	56	5,4%	71	5,7%	23	4,9%
Tailândia	67	4,8%	55	5,3%	71	5,7%	23	4,7%
China	34	2,4%	45	4,3%	70	5,6%	34	7,2%
Estados Unidos	22	1,6%	19	1,8%	31	2,5%	10	2,0%
Bareine	26	1,9%	23	2,2%	29	2,3%	9	1,9%
Brasil	9	0,7%	10	1,0%	12	0,9%	5	1,0%
SUBTOTAL	1.088	77,3%	824	79,3%	1.814	81,5%	389	82,1%
DEMAIS PAÍSES	320	22,7%	214	20,7%	231	18,5%	85	17,9%
TOTAL GERAL	1.408	100,0%	1.038	100,0%	1.245	100,0%	474	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, September 2011.
Países listados em ordem decrescente, levando-se em conta os valores apresentados em 2010.
(1) janeiro-abril
(2) Última posição disponível em 12/09/2011

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2010[1]	
	Valor	Part. %
EXPORTAÇÕES (US$ milhões, fob)		
Peixes e crustáceos, moluscos	77	72,0%
Combustiveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	10	9,3%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	7	6,5%
Ferro fundido, ferro e aço	3	2,8%
Subtotal	**97**	**90,7%**
Demais Produtos	**10**	**9,3%**
Total Geral	**107**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES (US$ milhões, cif)		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	119	15,9%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	98	13,1%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	70	9,3%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	37	4,9%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	33	4,4%
Plásticos e suas obras	24	3,2%
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	18	2,4%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	17	2,3%
Carnes e miudezas, comestíveis	16	2,1%
Preparações à base de cereais, farinhas, amidos	14	1,9%
Preparações alimentícias diversas	14	1,9%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	13	1,7%
Fumo(tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	12	1,6%
Óleos essenciais e resinóides, produtos de perfumaria	12	1,6%
Ferro fundido, ferro e aço	11	1,5%
Papel e cartão; obras de pasta celulósica	11	1,5%
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	9	1,2%
Subtotal	**528**	**70,5%**
Demais Produtos	**221**	**29,5%**
Total Geral	**749**	**100,0%**

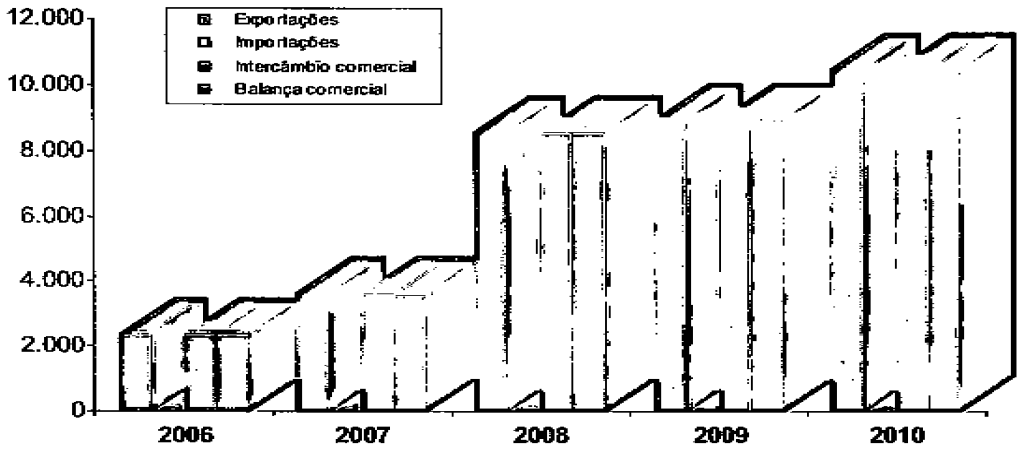
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/Trademap.
Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.
(1) Última posição disponível em 12/09/2011.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - MALDIVAS[1] (US$ mil, fob)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	2.382	3.631	8.552	8.931	10.467
Variação em relação ao ano anterior	17,4%	52,4%	135,5%	4,4%	17,2%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia[2]	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações	1	18	1	8	15
Variação em relação ao ano anterior	0,0%	1700,0%	-94,4%	700,0%	87,5%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia[2]	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio comercial	2.383	3.649	8.553	8.939	10.482
Variação em relação ao ano anterior	17,4%	53,1%	134,4%	4,5%	17,3%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia[2]	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Balança comercial	2.381	3.613	8.551	8.923	10.452

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.
(2) Exclusive Oriente Médio.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - MALDIVAS (US$ mil, fob)	2010 (jan-ago)	2011 (jan-ago)
Exportações	7.565	8.425
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	70,8%	11,4%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia[2]	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%
Importações	15	1
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	1400,0%	-95,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia[2]	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	7.580	8.426
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	727,5%	11,2%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia[2]	0,0%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%
Balança Comercial	7.550	8.424

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações de Hong Kong e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.



COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL- MALDIVAS (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2009	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Carnes e miudezas comestíveis	7.794	91,1%	7.894	88,4%	9.445	90,2%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	755	8,8%	1.015	11,4%	960	9,2%
Subtotal	8.549	100,0%	8.909	99,8%	10.405	99,4%
Demais Produtos	3	0,0%	22	0,2%	62	0,6%
TOTAL GERAL	8.552	100,0%	8.931	100,0%	10.467	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - MALDIVAS (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0	0,0%	0	0,0%	15	100,0%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	0	0,0%	8	100,0%	0	0,0%
Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	0	0,0%	8	100,0%	15	100,0%
Demais Produtos	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
TOTAL GERAL	1	100,0%	8	100,0%	15	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - MALDIVAS (US$ mil - fob)	2009 (jan-ago)	% no total	2010 (jan-ago)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Carnes e miudezas comestíveis	6.725	88,9%	7.521	89,3%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	782	10,3%	869	10,3%
Subtotal	7.507	99,2%	8.390	99,6%
Demais Produtos	58	0,8%	35	0,4%
TOTAL GERAL	7.565	100,0%	8.425	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Máquinas, aparelhos e material elétricos	15	100,0%	1	100,0%
Subtotal	15	100,0%	1	100,0%
Demais Produtos	0	0,0%	0	0,0%
TOTAL GERAL	15	100,0%	1	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-ago/2010.

Aviso nº 77 - C. Civil.

Em 14 de fevereiro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Socialista do Sri Lanka, e, cumulativamente, junto à República das Maldivas.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 17, DE 2012
(nº 40/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas e, cumulativamente, junto à República de Palau, à República das Ilhas Marshall e aos Estados Federados da Micronésia.

Os méritos do Senhor George Ney de Souza Fernandes que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de fevereiro de 2012.

EM No 00011 MRE

Brasília, 11 de janeiro de 2012.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas e, cumulativamente, junto à República de Palau, à República das Ilhas Marshall e aos Estados Federados da Micronésia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 011/DP/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 11 de janeiro de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com o artigo 52, *inciso* IV, *da* Constituição, e com o disposto no artigo 39 *da Lei nº 11.440*, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas e, *cumulativamente, junto à República de Palau*, à República das Ilhas Marshall e aos Estados Federados da Micronésia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES*
CPF.: 284.114.717-72
ID.: 7539 MRE

1950	Filho de Ney Francisco Queiroz Fernandes e Stella de Souza Fernandes, nasce em 28 de junho, em Niterói/RJ
Dados Acadêmicos:	
1973	Direito pela Universidade Federal Fluminense/RJ
1976	Letras pela Universidade Federal Fluminense/RJ
1982	CAD - IRBr
1997	Mestrado em Literatura Hispano-Americana, Universidade do Chile, Santiago
2000	CAE - IRBr, Cuba: Mudança na Continuidade (oportunidades para o Brasil)
Cargos:	
1978	Terceiro-Secretário 1º de dezembro
1980	Segundo-Secretário em 1º de dezembro
1988	Primeiro-Secretário, por merecimento, em 16 de dezembro
1996	Conselheiro, por merecimento, em 19 de dezembro
2001	Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 29 de dezembro
2010	Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial, em 28 de junho
Funções:	
1978-1979	Divisão de Transportes e Comunicações, assistente
1979-1982	Embaixada na Guatemala, Terceiro e Segundo-Secretário
1982-1985	Embaixada em Montevidéu, Segundo-Secretário
1986-1988	Embaixada em Bucareste, Segundo-Secretário
1988-1990	Presidência da República, I Subchefia da Secretaria de Assessoramento de Defesa Nacional, Adjunto

1989	Reunião da Junta de Governadores da AIEA, Viena, Governador Alterno, Chefe de delegação
1990-1991	Secretaria da Modernização e Informática, assessor
1991-1994	Embaixada no Vaticano, Primeiro-Secretário
1994-1998	Embaixada em Santiago, Primeiro-Secretário e Conselheiro
1998-2000	Embaixada em Havana, Conselheiro
2000-2002	Divisão do Pessoal, Chefe
2002	Embaixada em Harare, Encarregado de Negócios em missão transitória
2002-2003	Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, assessor
2003-2006	Embaixada em Harare, Embaixador
2006-2009	Embaixada no Vaticano, Ministro-Conselheiro
2009-2011	Embaixada em Trípoli, Embaixador

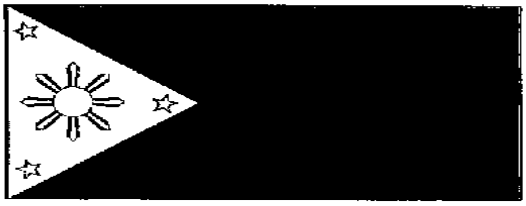
Condecorações:

1989	Medalha do Pacificador, Brasil
1997	Ordem Bernardo O'Higgins, Chile, Oficial

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL POLÍTICA II
DEPARTAMENTO DA ÁSIA DO LESTE
DIVISÃO DA ASEAN E TIMOR-LESTE

REPÚBLICA DAS FILIPINAS



OSTENSIVO
Informação ao Senado Federal
Janeiro de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS .....

INTERCÂMBIO BILATERAL COMPARADO .....

PERFIS BIOGRÁFICOS .....

RELAÇÕES BILATERAIS .....

COMÉRCIO BILATERAL E INVESTIMENTOS .....

POLÍTICA INTERNA .....

POLÍTICA EXTERNA .....

ECONOMIA .....

ANEXOS .....

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS .....

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República das Filipinas
CAPITAL	Manila
ÁREA	300 mil km^2 (pouco menor do que o Maranhão)
POPULAÇÃO	95 milhões de habitantes
IDIOMAS	Filipino (*tagalog*), inglês e línguas locais
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Catolicismo (81%), islamismo (5%)
SISTEMA POLÍTICO	República presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Benigno Simeon Cojuangco Aquino III (desde 30 de junho de 2010)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Albert del Rosario (desde 28 de fevereiro de 2011)
CRESCIMENTO DO PIB	7,6% (2010); 4,7% (est. 2011); 4,9% (est. 2012) (FMI)
PIB (2010)	US$ 199 bilhões
PIB PPP (2010)	US$ 368 bilhões
PIB per capita (2010)	US$ 2.123
PIB PPP per capita (2010)	US$ 3.920
UNIDADE MONETÁRIA	Peso filipino
EXPORTAÇÕES (2010)	US$ 57,8 bilhões
IMPORTAÇÕES (2010)	US$ 76,0 bilhões
EMBAIXADOR DO BRASIL	Alcides Gastão Rostand Prates
EMBAIXADORA EM BRASÍLIA	Eva G. Betita

INTERCÂMBIO BILATERAL COMPARADO

COMÉRCIO BILATERAL (US$ mil) - Fonte: MDIC

BRASIL - FILIPINAS	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2010 (jan-out)	2011 (jan-out)
Intercâmbio	312.977	368.997	452.391	527.603	615.651	730.432	1.081.840	614.917	779.397	646.671	701.184
Exportações (fob)	126.755	117.535	243.388	244.377	272.585	394.453	584.495	320.515	449.379	408.527	445.180
Importações (fob)	186.222	241.462	209.003	283.226	343.066	335.979	497.345	294.402	330.018	238.144	256.004
Saldo	-59.467	-123.927	34.385	-38.849	-70.481	58.474	87.150	26.113	119.361	170.383	189.176

Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

PERFIS BIOGRÁFICOS

BENIGNO SIMEON COJUANGCO AQUINO III
Presidente da República das Filipinas

Filho de Benigno Aquino Jr. e de Corazon Cojuangco Aquino (ex-Presidenta das Filipinas), nasceu, em 8 de fevereiro de 1960, em Manila. Formou-se, em 1981, em Economia pela Universidade "Ateneo de Manila".

Foi eleito deputado em 1998 e reeleito em 2001 e em 2004 (a Constituição filipina permite até três mandatos consecutivos). Em 2007, foi eleito Senador para mandato de seis anos.

Em 9 de junho de 2010, venceu as eleições para a Presidência da República.

Seu pai, crítico do regime de Ferdinand Marcos (que governou o país entre 1965 e 1986), foi morto no aeroporto de Manila ao retornar de seu exílio nos Estados Unidos. Sua mãe, Corazon Aquino, falecida em agosto de 2009, assumiu a Presidência das Filipinas após a queda de Ferdinand Marcos.

ALBERT DEL ROSARIO
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nasceu em Manila, em 14 de novembro de 1939, e formou-se em Economia pela Universidade de Nova York.

Oriundo do setor privado, dirigiu empresas nas áreas de telecomunicações; publicidade; finanças; infraestrutura; alimentos; seguros; educação; saúde; e cultura.

Foi Embaixador das Filipinas em Washington, entre 2001 e 2006, período no qual seu país obteve financiamento dos EUA para atividades de combate ao terrorismo e apoio ao desenvolvimento da região de Mindanao (foco de movimentos separatistas).

Visitou Brasília nos dias 22 e 23 de setembro de 2011, antes da Reunião Ministerial do Fórum de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (FOCALAL), e manteve encontros com o Chanceler Antonio Patriota e com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Senado Federal, Senador Fernando Collor de Mello.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil reconheceu a República das Filipinas no dia de sua independência dos EUA, em 4 de julho de 1946. A Embaixada brasileira em Manila foi aberta em 1970. As Filipinas, por seu turno, abriram sua Embaixada no Brasil em 1965, após período de cumulatividade com a Embaixada em Washington.

Os dois países compartilham traços comuns, como o grande contingente populacional (com 95 milhões de habitantes, é o segundo país mais populoso do Sudeste asiático, depois da Indonésia); herança ibérica (as Filipinas foram

colônia espanhola); ênfase ao multilateralismo; e megadiversidade. Há também paralelismo entre os respectivos processos de redemocratização e de mudanças estruturais no campo econômico, a partir dos anos 80. As atuais políticas de inclusão social brasileiras serviram de modelo a iniciativas semelhantes nas Filipinas.

Durante recente visita ao Brasil, em agosto passado, o Chanceler reiterou o apoio filipino à candidatura brasileira a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

As Filipinas apoiaram a aproximação entre o Brasil e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Vale recordar, a propósito, que o Chanceler Antonio Patriota participou da XIX Cúpula da ASEAN, em novembro de 2011, em Báli, ocasião em que firmou declaração de adesão ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático (TAC). Isso poderá contribuir para a retomada do processo de aproximação MERCOSUL-ASEAN (coordenado, em 2011, pelas Filipinas, do lado asiático), que se encontra paralisado desde 2009. As Filipinas defendem, também, que o Brasil assuma o status de "Parceiro de Diálogo" da ASEAN, o que implicaria um nível de interlocução mais alto com o grupo.

Durante sua visita ao Brasil, em agosto de 2011, o Chanceler Albert Del Rosario foi recebido, no Congresso Nacional, pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, Senador Fernando Collor de Mello. No encontro mantido com o Chanceler Antonio Patriota, foram firmados os seguintes atos bilaterais: Declaração Conjunta sobre Cooperação no Enfrentamento ao Problema Mundial das Drogas e Crimes Conexos; Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica; e Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica na Área de Reforma Agrária.

A primeira visita em nível de Chefe de Estado entre os dois países ocorreu em 2009, com vinda da então Presidenta Gloria Arroyo ao Brasil.

Ao amparo do Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Bilaterais, assinado em 2006, realizou-se a primeira reunião em Manila, em setembro de 2010. A segunda reunião deverá se realizar em Brasília, em 2012.

A agenda bilateral revela oportunidades, sobretudo, nos campos de agricultura; energias renováveis; programas sociais; mineração; e aeronáutica. Segundo a EMBRAPA, há intenção de designar um pesquisador para atuar junto ao "*International Rice Research Institute*" (IRRI), organismo multilateral de pesquisas sobre a cultura do arroz, sediado nas Filipinas. Em julho de 2011, comitiva do Arranjo Produtivo Local do Álcool (APLA) e da APEX manteve encontros com representantes de organizações empresariais e governamentais filipinas ligadas à produção de cana-de-açúcar e de etanol. Há interesse filipino em estreitar o diálogo no campo de políticas sociais e a

VALE mantém escritório em Manila. Ademais, a intensificação da troca de missões empresariais poderá ajudar a concluir negociações em curso e abrir novas oportunidades de negócios. Do ponto de vista filipino, há especial interesse em avançar na cooperação judicial, em razão de haver, no momento, 41 cidadãos filipinos presos no Brasil.

Brasil-ASEAN

Atendendo a convite dos Chanceleres da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), o Chanceler Antonio Patriota participou da XIX Cúpula da ASEAN, em novembro corrente, em Báli. Na ocasião, além de participar de almoço com os Chanceleres da ASEAN, manteve encontros bilaterais com os Chanceleres da Indonésia, Marty Natalegawa, e da Malásia, Anifah Aman; com o Secretário-Geral da ASEAN, Surin Pitsuwan; e com os Ministros indonésios da Agricultura, Suswono, e do Comércio, Gita Wirjawan. Durante a visita, foi assinada "Declaração sobre Adesão ao Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático pela República Federativa do Brasil".

O Brasil mantém relações diplomáticas com todos os dez membros da Associação e tem Embaixadores residentes em sete deles. Em 2010, o comércio do Brasil com o conjunto da ASEAN foi de US$ 13,4 bilhões (3,5% do nosso intercâmbio global). A relação com a ASEAN apresenta grande potencial em setores importantes da agenda bilateral com as Filipinas, como investimentos, energias renováveis, ciência e tecnologia, políticas de combate à pobreza, além do campo comercial. Há, portanto, uma sinergia entre a iniciativa no âmbito bilateral e aquelas no plano da ASEAN.

MERCOSUL-ASEAN

No âmbito da ASEAN, as Filipinas foram responsáveis, em 2011, pelo processo de aproximação com o MERCOSUL (em 2012, esse papel caberá a Cingapura). Esse processo, paralelo e complementar à aproximação Brasil-ASEAN, teve início com a I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN, em novembro de 2008, em Brasília. Posteriormente, o Brasil preparou minuta de Plano de Ação e Mapa do Caminho que serviu de base para o "Cho-Chairs Statement", aprovado em Reunião Ministerial com a ASEAN, realizada à margem da 64ª AGNU. O Brasil estimula a retomada dos entendimentos MERCOSUL-ASEAN, que se encontram paralisados desde a reunião de setembro de 2009, à margem da AGNU.

Temas consulares

Comunidade brasileira nas Filipinas

Estimada em cerca de 300 pessoas, é composta por grande número de religiosos, homens e mulheres, católicos e de outras denominações cristãs, alguns executivos, algumas brasileiras casadas com executivos e diplomatas

de outras nacionalidades, e filhos de mães filipinas e pais brasileiros residentes no Japão.

O atendimento consular é feito pelo Setor Consular da Embaixada do Brasil em Manila.

Detentos filipinos no Brasil

Há, atualmente, 41 nacionais filipinos presos no Brasil, por narcotráfico, o que motiva interesse filipino em negociar instrumento com foco nessa área.

COMÉRCIO BILATERAL E INVESTIMENTOS

Comércio bilateral

O comércio bilateral apresentou trajetória de crescimento até 2008. A corrente passou de US$ 358,9 milhões, em 2003, para US$ 1,1 bilhão, em 2008 (aumento de 245,3%). Em 2009, como consequência da crise internacional, o intercâmbio bilateral sofreu forte impacto e decresceu 43,2%, totalizando US$ 615 milhões. A queda foi maior do que no total do comércio exterior brasileiro (24,3%). Apesar da inflexão em 2010, o comércio foi ainda inferior ao de 2008 (US$ 779,4 milhões e US$ 1,1 bilhão, respectivamente).

De janeiro a outubro de 2011, o intercâmbio entre Brasil e Filipinas chegou a US$ 701,2 milhões, valor muito próximo ao comércio bilateral durante todo o ano de 2010, de US$ 779,4 milhões e bastante superior a valor referente a 2009, de US$ 614,9 milhões. As exportações brasileiras para as Filipinas, nos dez primeiros meses de 2011, foram de US$ 445,2 milhões, e as importações, de US$ 256 milhões, com saldo favorável ao Brasil de US$189 milhões.

Os cinco principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, em 2010, foram: minérios, escórias e cinzas (referente a 46,2% do total exportado); carnes e miudezas comestíveis (10,1%); cereais (7,9%); fumo e seus sucedâneos manufaturados (6,9%); e produtos químicos orgânicos (4,7%), totalizando 75,8% das exportações brasileiras para as Filipinas.

Entre as importações brasileiras, destacaram-se máquinas, aparelhos e materiais elétricos (58,6%); caldeiras, máquinas e instrumentos mecânicos (27,6%); instrumentos e aparelhos de óptica e fotografia (4,8%); borracha e suas obras (1,7%); e gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais (1,1%), somando 93,6% das importações brasileiras.

Por ocasião da visita presidencial de 2009 ao Brasil, foi assinado o Memorando de Entendimento entre a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a "*Philippine Chamber of Commerce and Industry*" (PCCI): Em outubro de 2010, delegação da CNI e da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) visitou Manila. Entre as oportunidades de negócios identificadas, destacam-se plantio de florestas para utilização de madeira e construção de casas para o programa de habitações populares das Filipinas.

Durante visita a Brasília, em agosto de 2011, o Chanceler filipino sugeriu a troca de missões empresariais dos dois países, o que poderia ocorrer durante a próxima reunião de Consultas Bilaterais, prevista para 2012, no Brasil. Propôs, ademais, que as Filipinas sejam utilizadas como plataforma de exportação e de distribuição de etanol na região.

Etanol

As Filipinas já misturam etanol à gasolina, mas sua produção doméstica é insuficiente para atender à demanda. Existe a preocupação de que a produção do insumo no país reduza a oferta de alimentos. Brasil, Tailândia e Vietnã são, tradicionalmente, os principais fornecedores externos de etanol para as Filipinas.

No âmbito da visita ao Brasil da então Presidente Macapagal-Arroyo, em 2009, foi assinado Memorando de Entendimento em Bioenergia, incluindo Biocombustíveis. Por meio desse instrumento, as Partes comprometeram-se a "facilitar a cooperação técnica no campo de bioenergia, incluindo a produção e uso de biocombustíveis, particularmente etanol, e promover a expansão do comércio e do investimento bilateral no setor de biocombustíveis". Prevê ações comuns com vistas a "assegurar que os biocombustíveis se tornem uma commodity energética".

Na mesma ocasião foi assinado Memorando de Entendimento entre a EMBRAPA e a "*Philippine Agricultural Development and Commercial Corporation*" (PADCC). Entidade governamental vinculada ao Departamento de Agricultura, a PACC tem manifestado interesse em conhecer a experiência brasileira na produção de biocombustíveis e em desenvolver cooperação nesse setor, com vistas a obter investimentos e transferência de tecnologia. Os pontos ressaltados pelos filipinos são cooperação nas estimativas de colheita, obtenção de cepas de alta produtividade, micro-destilarias, práticas de mecanização de fazendas e produção de biocombustível.

Em julho de 2011, realizou-se missão conjunta a Manila do Arranjo Produtivo Local do Álcool (APLA) e da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex). A visita teve como objetivos prospectar o mercado, a fim de verificar a existência e o estágio de implantação de programas governamentais voltados ao setor de biocombustíveis, notadamente etanol.

Carnes

- Carne suína

Iniciadas em 2002, as negociações para a abertura do mercado filipino à carne suína in natura brasileira chegaram a bom termo em setembro de 2009, quando o governo filipino autorizou as exportações do produto provenientes de Santa Catarina, área livre de febre aftosa sem vacinação.

- Carne bovina

As exportações de carne bovina brasileira para o mercado filipino iniciaram-se em 2000. Em 2006, foram introduzidos novos requisitos para importação de carnes bovina, suína e de aves, com exigência de apresentação de informações gerais sobre as condições sanitárias do país exportador e de

cada estabelecimento. Além disso, as informações deveriam ser complementadas por visitas de inspeção. A fim de atender às novas exigências, o MAPA apresentou as informações solicitadas à sua contraparte filipina e aguarda, desde 2008, visita de inspeção a estabelecimentos exportadores.

➢ Carne de frango

Em fevereiro de 2009, oito estabelecimentos brasileiros foram habilitados a exportar carnes de aves para as Filipinas.

Venda de aeronaves da Embraer

A Embraer tem mantido contato direto com a Força Aérea filipina para que as antigas aeronaves locais OV-10 sejam substituídas pelos Super Tucanos brasileiros. Para tanto, já fez apresentações técnicas em Manila.

Além disso, a Air Philippines (empresa "irmã" da Philippines Airlines) manifestou interesse em comprar aviões para serem utilizados em transporte de carga, os quais poderiam, também, ser providos pela Embraer.

Cooperação bilateral

Desde a década de 70, a Embrapa coopera com o "*International Rice Research Institute*" (Instituto Internacional de Pesquisa sobre o Arroz), organismo multilateral sediado nas Filipinas. Em janeiro de 2011, em comunicação enviada ao IRRI, a Embrapa reiterou interesse em somar esforços com o Instituto no desenvolvimento de pesquisas voltadas à segurança alimentar, especialmente com relação ao banco de sementes de arroz.

Por ocasião da visita da então Presidente Macapagal-Arroyo, foi assinado Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Campo da Agricultura, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e pelo Departamento de Agricultura das Filipinas, já em vigor, após ratificado pela parte filipina e aprovação pelo Congresso Nacional.

O Ministério da Agricultura filipino enviou, em julho de 2010, delegação de representantes de entidades públicas e privadas ao Instituto Agronômico de Campinas, para estudo do cultivo de café nos Estados de São Paulo e Minas Gerais. Em abril de 2011, teve lugar visita de delegação técnica filipina, com o objetivo de conhecer a legislação brasileira em alimentos de origem vegetal. O MAPA tem reafirmado a disposição, manifestada quando da realização da reunião do Comitê Consultivo Agrícola, de acolher novas missões filipinas.

Investimentos

A VALE conta com subsidiária em Manila (a "*Vale Exploration Philippines Inc.*") e estuda possibilidades de investimentos no país. Há sensibilidade política nas Filipinas quanto às atividades do setor minerador, devido ao forte receio de impactos ambientais.

Do lado filipino, a Tecon opera um terminal de containeres no Porto de Suape, em Pernambuco. O empreendimento resulta de concorrência vencida pela empresa filipina, em 2011, e se estenderá por trinta anos. Estima-se que os investimentos filipinos poderiam alcançar US$ 120 milhões.

Há, ainda, possibilidades de negócios nas áreas de plantio de florestas para utilização de madeira e construção de casas para o programa de habitações populares nas Filipinas, identificadas em missão da CNI ao país, em outubro de 2010.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não existe registro de empréstimos ou de financiamentos oficiais do Brasil para as Filipinas.

POLÍTICA INTERNA

A Constituição de 1987 estruturou o Estado filipino à semelhança do estadunidense. Foi adotado o sistema presidencialista, com Legislativo bicameral (Senado e Câmara de Representantes) e Judiciário. O mandato presidencial é de seis anos, sem possibilidade de reeleição.

As eleições presidenciais de maio de 2010 foram vencidas pelo candidato oposicionista Benigno Simeon Cojuangco Aquino III, do Partido Liberal. Aquino sucedeu a Gloria Macapagal-Arroyo, que assumira a presidência filipina após a saída de Joseph Estrada em 2001 e, em 2004, foi eleita para mandato de seis anos. Ao longo desse período, enfrentou acirrada oposição e acusações de corrupção.

As eleições de 2010 resultaram em pouca renovação do quadro político (a título ilustrativo, metade dos senadores filipinos manteve seus mandatos).

Analistas indicam que a corrupção e a violência política constituem grandes desafios para o país. O país foi classificado na 134° posição, de um total de 174 países, no Índice de Percepção de Corrupção de 2010, elaborado pela ONG Transparência Internacional (o Brasil figura na 69ª posição).

As Filipinas adotam políticas sociais semelhantes às brasileiras. Ao longo do governo Arroyo, cerca de 50 milhões de pessoas foram incluídas no sistema de seguro médico e um milhão de famílias passaram a se beneficiar de programa inspirado no "Bolsa Família", o "*Pantawid Pamilyang Pilipino Program*", ou "4P", criado no governo Macagapal-Arroyo. O programa foi intensificado pela administração atual, tendo seu orçamento mais que dobrado em 2011.

O novo Governo tem obtido êxito nos programas de transferência de renda, que têm recebido elogios mesmo de seus opositores, e em programas de construção de 20 mil casas para militares e de modernização dos equipamentos das Forças Armadas.

Em pronunciamento oficial à nação feito em 26 de julho de 2011, o Presidente Benigno Aquino enfatizou programas sociais e o combate à

corrupção. Destacou a queda dos níveis de desemprego, de 8% para 7,2%, e da quantidade de famílias atingidas pela fome, de 20,5% para 15,1%. Analistas locais indicaram que o Presidente Aquino preferiu não mencionar alguns temas polêmicos, como o projeto de lei que visa a garantir acesso da população a meios contraceptivos (que pode causar atritos com a Igreja, muito influente no país), questões regionais de reforma agrária, e o processo de paz com grupos separatistas.

Grupos de acompanhamento de direitos humanos, como a Anistia Internacional e a "Human Rights Watch" (HRW), têm criticado o Governo no tocante à promessa de campanha de acabar com a impunidade, em especial em casos de sequestros, desaparições e assassinatos de dissidentes.

Por fim, repercutiram, fortemente, na imprensa internacional, as restrições impostas pelo Governo Aquino para que a ex-Presidente Gloria Macapagal-Arroyo deixe o país, com o alegado objetivo de submeter-se a tratamento médico. No momento, a ex-Presidente encontra-se em prisão domiciliar, em razão de mandado de prisão emitido contra ela, devido a acusações de fraude eleitoral. A ex-Presidente foi, no entanto, autorizada a permanecer em hospital de Manila, devido a sua saúde muito fragilizada. Dias antes, a ex-Presidente havia tentado deixar o país junto com seu marido, o advogado José Miguel Arroyo, munida de liminar concedida pela Corte Suprema das Filipinas, que foi, no entanto, desconsiderada pelas autoridades filipinas. Receia-se que o episódio possa acirrar as divergências entre as facções políticas.

Movimentos insurgentes

Existem, atualmente, três grupos insurgentes islâmicos e um comunista em atividade nas Filipinas. O número de vítimas desde o início dos conflitos, no começo da década de 70, chega a dezenas de milhares. Os movimentos islâmicos são o "Moro Islamic Liberation Front" (MILF), o "Abu Sayyaf" e o "Bangsamoro Islamic Freedom Movement".

Em agosto de 2011, o Presidente Aquino encontrou-se, no Japão, com o líder da MILF, Murad Ebrahim, na primeira em reunião a envolver presidente das Filipinas com representantes das forças separatistas nos últimos 14 anos. O encontro motivou reações polêmicas nas Filipinas, devido ao receio de segmentos da opinião pública de que os movimentos separatistas estariam sendo reconhecidos oficialmente.

A "Moro Islamic Liberation Front" (MILF) conta com aproximadamente 12 mil homens em armas. Foi criada no final da década de 70. No passado, a MILF exigiu independência, mas, atualmente, demanda que o governo da região autônoma de Mindanao, de maioria muçulmana, possa exercer todas as funções de governança, exceto defesa nacional, relações

exteriores, moeda e serviço postal, que ficariam a cargo de Manila. Em fevereiro de 2011, quando a Suprema Corte julgou inconstitucional o acordo de paz oferecido pela então Presidente Gloria Arroyo, em 2008, o grupo reagiu de forma violenta, o que levou a centenas de mortes em Mindanao Central.

Ameril Umbra Kato, um dos líderes da MILF, anunciou, em agosto de 2011, a formação de dissidência, intitulada "Bangsamoro Islamic Freedom Movement" (BIFM). Caracterizado como radical, o comandante Kato liderou ações de protesto, em 2008, quando o Judiciário filipino rejeitou entendimento sobre expansão da autonomia muçulmana em Mindanao.

O Abu Sayyaf, por sua vez, conta com cerca de 400 ou 500 membros e surgiu na década de 90. Originalmente, era chamado de "Mujahideen Commando Freedom Fighters" (MCFF), referência a sua relação com o movimento Mujahideen no Afeganistão. Seu primeiro ataque deu-se em 1991, quando granadas mataram dois missionários norte-americanos em Mindanao. Em 2006, o grupo perdeu seu principal líder, Khadaffy Janjalani.

A guerrilha comunista é conduzida pelo "New People's Army" (NPA), fundado em 1968, que continua ativo apesar de períodos de expurgos internos. O NPA é considerado organização terrorista pelo governo estadunidense. Negociações do Governo filipino com o Partido Comunista (cujo braço armado é o NPA), interrompidas em 2005, foram retomadas em 2011, mediante os bons ofícios da Noruega. A despeito disso, em outubro de 2011, foi relatado aumento das hostilidades do NPA.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa das Filipinas é fortemente pautada pelas relações com os Estados Unidos, país do qual já foram colônia, além de ser o principal parceiro comercial e aliado em operações contra a guerrilha muçulmana em Mindanao.

Desde a independência, em 1946, o país tem observado as seguintes linhas gerais de política externa: segurança nacional; diplomacia econômica; e proteção dos trabalhadores migrantes filipinos no exterior (cujas remessas equivalem a cerca de 10% do PIB do país). Essas prioridades foram reafirmadas pelo novo Chanceler Albert Del Rosário, ao tomar posse, em 2011.

No entorno regional, destacam-se a participação na ASEAN, da qual foi fundadora, e as relações com a China.

As Filipinas são membro fundador das Nações Unidas e já ocuparam em quatro ocasiões assento não-permanente no Conselho de Segurança. Integram o G-20 na Organização Mundial do Comércio e o grupo de Países Megadiversos (grupo dos países com maior diversidade biológica).

Plano bilateral

Destacam-se as relações com os Estados Unidos e com a China.

A influência estadunidense faz-se notar na cooperação militar, como a manutenção, até 1991, de bases em solo filipino e o auxílio prestado contra guerrilhas domésticas. Grande parte do arsenal filipino atual é de armas, navios e aeronaves de origem estadunidense. Recentemente, foi acertada a venda de navio da guarda costeira dos EUA, que deverá patrulhar as ilhas Spratlys a partir de setembro vindouro.

Apesar da crescente importância dos fluxos de comércio e investimentos, Filipinas e China mantêm diferença em relação ao arquipélago Spratlys, no Mar do Sul da China, onde têm ocorrido diversos incidentes bilaterais – tema suscitado pelo Chanceler Del Rosário em sua visita a Brasília, em agosto de 2011.

O Presidente Aquino visitou a China em setembro de 2011, ocasião em que encontrou o Presidente Hu Jintao; o Presidente do Comitê Permanente da Assembleia Nacional Popular da China, Wu Bangguo; e o Primeiro-Ministro Wen Jiabao. Aquino fez-se acompanhar de comitiva de mais de duzentos empresários e visitou as localidades de Pequim, Xangai e Xiamen. A escala nessa última cidade teve o simbolismo de ressaltar a origem chinesa de parte da família do Presidente filipino (os antepassados de sua mãe vieram dessa região). A visita teve caráter, sobretudo, econômico, objetivando aumentar os investimentos chineses nas Filipinas e o comércio entre os dois países. As disputas territoriais no Mar do Sul da China, item mais sensível da agenda bilateral, foram tratadas de modo a não interferir com a agenda econômica, não registrando grandes avanços.

Os dois países firmaram, em dezembro de 2010, acordo para o fornecimento de armas chinesas para auxiliar o enfrentamento às guerrilhas filipinas.

Plano regional

No plano regional, destaca-se a condição das Filipinas de membro fundador da ASEAN, em 1967. O país sedia de diversas organizações regionais e multilaterais, a exemplo do "*ASEAN Center for Biodiversity*"; do "*Southeast Asian Regional Center for Graduate Study and Research in Agriculture*"; do "Instituto de Pesquisa sobre o Arroz"; e do "Banco de Desenvolvimento Asiático". As Filipinas foram declaradas capital cultural da ASEAN, tendo organizado, em 2010 e em 2011, diversas reuniões ministeriais e de altos funcionários da Associação relativos à cultura e às artes.

A grande comunidade de filipinos no exterior tem peso significativo na política externa do país. No balanço de pagamentos, as transferências unilaterais dos trabalhadores filipinos no exterior equivalem a cerca de 10% do PIB do país.

Esfera multilateral

Na esfera multilateral, merece menção o fato de as Filipinas serem um dos 51 membros originais da ONU, além de terem ocupado assento não-permanente no Conselho de Segurança em quatro ocasiões (1957; 1963; 1980-1981; e 2004-2005). O país tem especial interesse nas iniciativas contra o terrorismo, o narcotráfico e o tráfico de pessoas, além de desarmamento, sobre o qual possui visão próxima à do Brasil. As Filipinas assinaram o projeto de resolução do G4 sobre expansão do CSNU.

As Filipinas integram o G-20, na Organização Mundial do Comércio, e o Grupo de Países Megadiversos, do qual ocupam, atualmente, a presidência.

Reforma do Conselho de Segurança da ONU

As Filipinas são um dos 51 membros originais da ONU, tendo sido um dos quatro signatários da Carta de São Francisco que ainda não eram países soberanos no momento da assinatura.

Durante seu encontro com o Chanceler Antonio Patriota, em agosto passado, o Chanceler Albert Del Rosario reiterou o apoio filipino à candidatura brasileira ao Conselho de Segurança, o qual havia sido antecipado durante a visita da ex-Presidente Gloria Macapagal-Arroyo (de facção política contrária à do atual governo). No Comunicado Conjunto da visita ao País da ex-Presidenta das Filipinas, Gloria Macapagal-Arroyo, em junho de 2009, já constava o apoio filipino à aspiração do Brasil a um assento permanente no Conselho.

Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)

Durante sua visita ao Brasil, em agosto passado, o Chanceler Del Rosario manifestou que as Filipinas participariam de Rio + 20 no mais alto nível político.

As Filipinas têm posições, por vezes, convergentes com as do Brasil em foros internacionais sobre sustentabilidade. Entre os grupos de que ambos os países fazem parte, podem ser citados o G-77 e o Grupo de Países Megadiversos Afins.

Biodiversidade

As Filipinas participam ativamente dos foros multilaterais de biodiversidade. O país mantém cooperação com o Brasil no âmbito do Grupo de Países Megadiversos Afins ("*Like-Minded Megadiverse Countries*", LMMCs), que atualmente preside. O Grupo, criado em 2002, congrega dezessete países em desenvolvimento, os quais abrigam mais de 70% da biodiversidade do planeta. Participam, além de Brasil e Filipinas, África do

Sul, Bolívia, China, Colômbia, Congo, Costa Rica, Equador, Índia, Indonésia, Madagascar, Malásia, México, Peru, Quênia e Venezuela.

Foi realizada, em 5 de junho de 2011, em Montreal, reunião preparatória dos Países Megadiversos para a I Reunião do Comitê Intergovernamental do Protocolo de Nagoia sobre Acesso e Repartição dos Benefícios no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Os países megadiversos prepararam declaração conjunta que foi apresentada na reunião do comitê intergovernamental, ocorrida entre os dias 6 e 10 de junho. Também trocaram sugestões sobre cooperação ampliada entre os LMMCs para a implementação do Protocolo de Nagoia e revisaram os procedimentos de trabalho do grupo.

Entre 2008 e 2010, a coordenação do grupamento havia ficado a cargo do Brasil, merecendo destaque a atuação, na fase final das negociações, do Protocolo de Acesso e Repartição de Benefícios, adotado na 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), que se realizou em outubro de 2010, em Nagoia.

Banco Asiático de Desenvolvimento

O Ministro das Finanças e Governador das Filipinas junto ao Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), expressou, por meio de carta dirigida àquela instituição, o apoio filipino à candidatura brasileira a membro do banco.

ECONOMIA

Em 1960, as Filipinas tinham o segundo maior PIB per capita da Ásia, menor apenas do que o do Japão, mas foram gradualmente ultrapassadas por Coréia do Sul, Taiwan, Malásia, Cingapura, Tailândia e Indonésia.

A economia filipina tem mantido taxas de crescimento elevadas em anos recentes, em ritmo superior a 5% ao ano. Em 2009, devido à crise econômica internacional, houve crescimento do PIB de 1,1%. Em 2010, segundo o FMI, a taxa expandiu-se em 7,3%.

Para 2011, a equipe econômica do governo filipino reduziu, em outubro passado, a meta de crescimento do PIB para entre 4,5% e 5,5%, contra margem de 5% a 6%, anteriormente divulgada. Para 2012, a previsão é de 5% a 6%, contra previsão anterior de 7% a 8%. O Fundo Monetário Internacional, em relatório de setembro de 2011, previu crescimento de 4,7% e de 4,9% para, respectivamente, 2011 e 2012.

A percepção estrangeira acerca da economia filipina tem sido positiva, e, em janeiro de 2011, a *Moody's Investors Service* alterou a avaliação de crédito das Filipinas de estável para positiva. Entre os desafios ao crescimento econômico, estão a melhoria do ambiente de investimentos e a necessidade de ampliar-se a arrecadação governamental, para financiar gastos sociais e com infraestrutura. O Governo estima que a dívida pública bruta total filipina poderá ultrapassar US$ 115 bilhões em 2011. A dívida total correspondeu a 57% do PIB em 2008; 57,3% em 2009; e a 55,4% em 2010.

No orçamento de 2012 (US$ 42 bilhões), o Governo buscou dar ênfase à área social. Programas de educação primária, saúde pública e transferência

de renda receberam 31% da verba do orçamento, com aumento de cerca de 10% em relação a 2011. Os gastos militares cresceram cerca de 2%, chegando a US$ 2,5 bilhões.

Pressões inflacionárias forçaram o Banco Central das Filipinas a aumentar a taxa de juros, a partir do segundo trimestre de 2011, após dezoito meses nos níveis históricos mais baixos. Previsões oficiais indicam que a inflação deva superar a meta de 3% a 5% para 2011. Os produtos que mais sofreram aumentos foram petróleo e alimentos.

O setor agrícola filipino emprega mais do que o setor industrial (quase 40% da população vive em área rural), mas representa apenas cerca de 15% do PIB. Os principais produtos agrícolas são arroz e coco, sendo o primeiro destinado, basicamente, ao consumo interno; e o segundo, à exportação. As Filipinas respondem por quase metade da produção mundial de coco.

O país possui depósitos expressivos de minerais como cobre, cromita, níquel, ouro e ferro. A indústria mineradora fortaleceu-se nos últimos anos, apesar de ainda responder por, aproximadamente, 1,5% do PIB. O setor reveste-se de grande sensibilidade, haja vista oposição da Igreja Católica a possíveis danos ambientais.

A indústria responde por cerca de um terço do PIB. O setor industrial filipino foi beneficiado pela criação de zonas de isenção fiscal, as quais mantêm sua relevância como plataformas para o incremento do comércio com os países membros da ASEAN. As Filipinas ocupam o quarto lugar entre os principais construtores navais do mundo, em tonelagem, após Coréia do Sul, China e Japão.

O setor de serviços contribui com mais da metade do PIB. Os serviços de terceirização de recursos humanos têm significativa importância para a economia filipina, em especial os serviços de "*call-centers*". Atualmente, as Filipinas superam a Índia em termos de pessoas empregadas e em volume de negócios, e são responsáveis por cerca de 10% das atividades mundiais do setor, podendo chegar a 20% em 2020.

O Presidente Benigno Aquino tem proposto a utilização de parcerias público-privadas (PPP) como forma de desenvolver a infraestrutura filipina em áreas como transportes, saúde, turismo e construção civil. Não são esperadas mudanças na legislação, mas prometem-se incentivos fiscais e a possibilidade de financiamento parcial por parte do governo. A atração de capital estrangeiro contrasta com o limite de sua participação em 40% na maior parte dos projetos. A complexidade da rede de agências governamentais que interferem nas obras de PPP ou as fiscalizam tem levado a dificuldades e a adiamentos.

De acordo com informações do "*National Statistics Office*" (NSO), o comércio exterior das Filipinas voltou a crescer em 2010, após declínio em 2008 e 2009, alcançando o valor recorde de US$ 106,13 bilhões (contra US$ 81,5 bilhões em 2009 e US$ 105,82 bilhões em 2008). O déficit comercial teve redução de US$ 4,7 bilhões em 2009 para US$ 2,9 bilhões, em 2010. Países asiáticos, em particular da ASEAN, têm ocupado cada vez mais espaço no comércio exterior filipino, que tem na China o principal parceiro.

No balanço de pagamentos, ressalta a importância das transferências unilaterais dos trabalhadores filipinos no exterior, as quais equivalem a cerca

de 10% do PIB. Em 2010, o valor alcançou a cifra recorde de US$ 18,8 bilhões, montante 10,5% maior que o do mesmo período de 2009, quando haviam sido de US$ 17,0 bilhões. As remessas provieram principalmente de filipinos baseados nos Estados Unidos, Arábia Saudita, Reino Unido, Japão, Emirados Árabes Unidos, Cingapura, Itália, Alemanha e Noruega.

O comércio exterior corresponde a quase 70% do PIB filipino.

Política filipina de etanol e de biocombustíveis

As Filipinas têm programas governamentais de apoio à produção, distribuição e comercialização de biocombustíveis, incluindo incentivos fiscais e linhas de financiamento e obrigatoriedade de mistura de etanol e de biodiesel ("*Biofuels Program*", de 2006, e "*Renewable Energy Act*", de 2008). Seus principais objetivos são: redução da dependência do petróleo importado; mitigação emissões; aumento do emprego e renda no campo; e segurança energética.

Desde fevereiro de 2009, vigora no país a mistura obrigatória de 5% de etanol na gasolina vendida e, a partir de agosto 2011, a mistura mínima passará a ser de 10%. Serão necessários 500 milhões de litros de etanol para serem mesclados aos 5 bilhões de litros de gasolina consumidos anualmente pelo país. Cabe ter presente que as Filipinas não têm condições de cumprir as exigências quanto à mistura com a gasolina com a produção local, que não é significativa. Desde 2008, o diesel utilizado nas Filipinas recebe mistura de 2% de biodiesel, a maior parte do qual é produzida a partir do coco. A "jatrofa" (pinhão-manso) é alternativa em estudo, em cooperação com a Índia.

Está prevista a redução de 35% para 5% da tarifa de importação para o açúcar no âmbito da "*ASEAN Free Trade Area*", que entrou em vigor, no início de 2010, e já abarca 99,5% das linhas tarifárias filipinas, com impostos entre zero e 5%. O aumento da concorrência, no setor açucareiro, por parte dos outros países da Associação, poderá levar os produtores locais a buscarem alternativas, como a produção de etanol, de plástico de etanol e de geração de energia baseada na queima do bagaço da cana. A viabilidade dessas alternativas pode depender, no entanto, de acordo com representantes do setor privado, de apoio governamental.

O setor de biocombustíveis filipino sofre com o lobby das empresas produtoras de alimentos, que desejam comprar açúcar importado a preços menores, e com o das ligadas ao setor petrolífero, que desejam manter suprimento mais barato do etanol importado (inclusive do Brasil).

Ademais, autoridades governamentais preocupam-se com os efeitos sobre a inflação e, em mais longo prazo, sobre os preços dos alimentos, da elevação das tarifas para o etanol importado. Cabe destacar, nesse sentido, que, seis meses após a promulgação de lei que exigiu a adição de etanol à gasolina, a taxa de importação de etanol foi diminuída, por influência do Departamento de Energia, de 10% para 1%.

Produtores de etanol reunidos na "*Ethanol Producers Association of the Philippines*" (EPAP) têm-se mobilizado contra o que seria a falta de implementação da política de "absorver primeiramente toda a oferta doméstica". Brasil, Tailândia e Vietnã são os principais fornecedores das Filipinas. O Brasil parece ser o país que mais preocupa os produtores filipinos.

ANEXOS

Cronologia das relações bilaterais

1946	O Brasil reconhece a República das Filipinas em 4 de julho.
1960	Visita ao Brasil do então Vice-Presidente (Presidente em 1961-65) Diosdado Macapagal, pai da ex-Presidente Gloria Macapagal-Arroyo.
1970	Abertura da Embaixada do Brasil em Manila.
1979	Ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, visitou as Filipinas em missão que visava ao escoamento de minérios para a China.
1981	Missão econômico-comercial composta de representantes de diversos setores do Governo e de cerca de cinqüenta empresários visitou as Filipinas, no âmbito de visita a países do Sudeste Asiático.
1982	Escola Superior de Guerra organizou viagem de estudos ao país, no âmbito de périplo asiático.
2003	Visita do Vice-Ministro de Reforma Agrária das Filipinas, Jose Mari Ponce.
2005	Visita às Filipinas de grupo de Deputados e Senadores brasileiros, para participar de Assembléia da União Interparlamentar.
2005	Visita às Filipinas do Embaixador Luiz Augusto de Araujo Castro, na qualidade de Enviado Especial do Senhor Presidente da República, para tratar da candidatura do Brasil a um assento permanente Conselho de Segurança das Nações Unidas.
2006	Visita do Ministro do Meio Ambiente Angelo Reyes, para participar da VIII Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica.
2006	Visita do Ministro da Reforma Agrária, Nasser C. Pangandaman (Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (março).
2006	Visita do Ministro da Agricultura das Filipinas, Domingo Panaganiban, por ocasião de Encontro de Alto Nível do G-20 (setembro).
2007	Visita do Secretário dos Negócios Estrangeiros das Filipinas, Alberto Romulo, para participar da III Reunião Ministerial do FOCALAL. Na ocasião, manteve encontro paralelo com o então Ministro Celso Amorim.
2008	Visita da Ministra do Bem-Estar Social e Desenvolvimento, Esperanza
	Cabral, para participar do III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (novembro).
2008	Visita do Vice-Chanceler das Filipinas, Edsel T. Custodio, como chefe da delegação filipina na I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN (novembro).
2009	Visita ao Brasil da Presidente Gloria Arroyo (junho).
2010	Primeira reunião do Comitê Conjunto Agrícola, em maio, em Manila.
2010	Missão conjunta do Presidente da FIESC e do Vice-Presidente da CNI às Filipinas.
2010	Visita da Subsecretária-Geral de Assuntos Políticos II do Itamaraty a Manila para a realização da I Reunião de Consultas Bilaterais.
2011	Missão conjunta Arranjo Produtivo Local do Álcool (APLA) e APEX.
2011	Ministro dos Negócios Estrangeiros (Chanceler) Albert Del Rosário visita Brasília.

Cronologia histórica das Filipinas

1521-1898	Domínio da Espanha.
1896	Início da Revolução Filipina.
1898	Tratado de Paris finaliza a Guerra Espanha-EUA; transferência do domínio colonial sobre as Filipinas para os EUA.
1898	Proclamação da Independência por Emílio Aguinaldo, em 12 de junho (data nacional): início da I República filipina. Guerra com os EUA.
1902	Final da Guerra e consolidação do domínio colonial dos EUA.
1942-1944	Ocupação japonesa.
1946	Concessão da Independência pelos EUA, em 4 de julho. A data nacional do país, entretanto, voltou a ser, mais recentemente, 12 de junho (Independência e início da I República).
1951	Acordo de Paz assinado com o Japão.
1965	Ferdinando Marcos torna-se Presidente.
1973	Nova Constituição confere a Marcos poderes absolutos.
1986	Protestos populares põem fim à ditadura Marcos. Corazon Aquino torna-se Presidenta.
1992	Fidel Ramos vence as eleições presidenciais. EUA fecha a Base Naval de Subic Bay.
1996	Acordo de Paz entre o Governo e a Frente Moro de Libertação Nacional.
1998	Joseph Estrada é eleito Presidente.
2001	Estrada é deposto, após protestos populares. Gloria Arroyo assume a Presidência (janeiro).
2002	Assinatura do "*Mutual Logistics Support Agreement*" com os EUA, restabelece a presença militar norte-americana, sob novos princípios.
2004	Gloria Arroyo vence as eleições presidenciais (junho).
2006	Tentativa de "*impeachment*" contra a Presidente Arroyo (agosto).
2007	O Senador Trillanes, já detido por insurreição, e alguns militares burlam a vigilância durante audiência judicial e refugiam-se em hotel de luxo, em Manila, em protesto contra o governo. São desalojados *manu militari*.
2008	Acordo com a Frente Moro de Libertação Islâmica é prejudicado em razão de crescentes protestos de comunidades cristãs. A retomada dos conflitos na ilha de Mindanao resultou na morte de 30 pessoas (agosto).
2009	Funcionários da Cruz Vermelha são sequestrados. O grupo terrorista Abu Sayyaf é acusado da autoria do delito (janeiro).
2010	Eleições presidenciais; vitória de Benigno S Aquino III (maio).
2011	Em meio a acusações de fraude eleitoral, é emitido mandado de prisão contra a ex-Presidente Gloria Macapagal-Arroyo.

Atos bilaterais

Acordo	Data de celebração	Data da entrada em vigor	Data da publicação
Acordo sobre Dispensa de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Oficiais, Especiais e Comuns	25/10/1973	25/10/1973	03/12/1973
Acordo Complementar ao Acordo sobre Dispensa de Vistos em Passaportes, de 25 de outubro de 1973	25/10/1973	25/10/1973	03/12/1973
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	29/09/1983	07/10/1991	28/10/1991
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Bilaterais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas	20/09/2006	Em vigor	
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre cooperação no Campo da Agricultura	24/06/2009	Decreto Legislativo 263 de 01/09/2011	
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	24/06/2009	12/10/2011	02/09/2011

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2007	2008	2009	2010	2011 (2)
População (em milhões de habitantes) (1)	94,2	96,1	98,0	99,9	101,8
Densidade demográfica (hab/Km²)	313,8	320,1	326,5	332,8	339,1
PIB Nominal (US$ bilhões)	149,0	174,2	168,3	199,8	237,8
Crescimento real do PIB (%)	7,1	4,8	1,1	7,6	4,3
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	2,8	8,2	4,2	3,8	4,8
Reservas internacionais (US$ bilhões)	33,8	37,6	44,2	62,4	84,0
Dívida Externa Total (US$ bilhões) (2)	65,9	64,9	62,9	62,6	63,7
Câmbio (P / US$)	46,15	44,32	47,68	45,11	43,16

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report October 2011.

(1) Estimativas EIU.

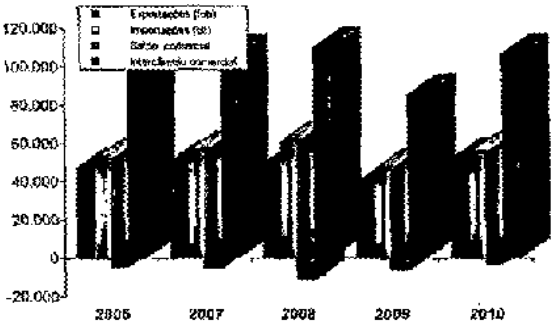
(2) 2010, estimativa EIU.

COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões)	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (1)
Exportações (fob)	46.891	50.483	49.148	39.500	51.643	20.714
Importações (cif)	51.539	55.514	60.432	45.882	54.723	26.001
Saldo comercial	-4.648	-5.031	-11.284	-6.382	-3.080	-5.287
Intercâmbio comercial	98.430	105.997	109.580	85.382	106.366	46.715

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI, International Financial Statistics, October 2011.

(1) Janeiro-maio.

(2) Última posição disponível em 18/10/2011.



DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total	2011 (1)(2)	% no total
EXPORTAÇÕES:								
China	7.707	15,7%	5.765	14,6%	6.747	13,1%	2.578	12,4%
Estados Unidos	8.216	16,7%	5.488	13,9%	5.865	11,4%	2.996	14,5%
Cingapura	2.607	5,3%	3.931	10,0%	5.184	10,0%	2.385	11,5%
China	5.469	11,1%	4.060	10,3%	4.609	8,9%	2.382	11,5%
Hong Kong	4.967	10,1%	2.590	6,6%	3.866	7,5%	1.585	7,6%
Alemanha	2.440	5,0%	3.161	8,0%	3.828	7,4%	2.059	9,9%
Países Baixos	3.708	7,5%	3.184	8,1%	3.677	7,1%	2.027	9,8%
República da Coréia	2.523	5,1%	1.787	4,5%	2.436	4,7%	1.241	6,0%
Tailândia	1.509	3,1%	1.558	3,9%	2.407	4,7%	1.121	5,4%
Taiwan	1.862	3,8%	1.915	4,8%	2.235	4,3%	996	4,8%
Brasil	*69*	*0,1%*	*1222*	*0,6%*	*189*	*0,4%*	*59*	*0,3%*
SUBTOTAL	41.098	83,6%	33.668	85,2%	41.045	79,5%	19.409	93,7%
DEMAIS PAÍSES	8.050	16,4%	5.832	14,8%	10.598	20,5%	1.305	6,3%
TOTAL GERAL	49.148	100,0%	39.500	100,0%	51.643	100,0%	20.714	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI, International Financial Statistics, October 2011.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

(1) Janeiro-maio

(2) Última posição disponível em 18/10/2011.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - cif)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total	2011 (1)(2)	% no total
IMPORTAÇÕES:								
Japão	7.122	11,8%	5.765	12,6%	10.682	19,5%	2.801	13,5%
Estados Unidos	7.738	12,8%	4.060	8,8%	10.316	18,9%	1.994	9,6%
Cingapura	6.218	10,3%	5.488	12,0%	7.529	13,8%	2.076	10,0%
China	4.581	7,5%	3.931	8,6%	7.093	13,0%	1.994	9,6%
Tailândia	2.998	5,0%	3.184	6,9%	5.649	10,3%	2.095	10,1%
República da Coréia	3.129	5,2%	3.161	6,9%	5.638	10,3%	1.854	9,0%
Taiwan	4.038	6,7%	2.596	5,7%	4.965	9,1%	1.137	5,5%
Malásia	2.583	4,3%	1.915	4,2%	3.116	5,7%	889	4,3%
Arábia Saudita	5.154	8,5%	1.558	3,4%	2.529	4,6%	799	3,9%
Indonésia	1.602	2,7%	1.787	3,9%	2.404	4,4%	632	3,1%
Vietnã	1.801	3,0%	1.548	3,4%	2.163	4,0%	691	3,3%
Brasil	*360*	*0,6%*	*1.008*	*2,2%*	*1.458*	*2,7%*	*385*	*1,9%*
SUBTOTAL	47.303	78,3%	36.002	78,5%	63.539	116,1%	17.348	66,7%
DEMAIS PAÍSES	13.129	21,7%	9.880	21,5%	(8.816)	-16,1%	8.653	33,3%
TOTAL GERAL	60.432	100,0%	45.882	100,0%	54.723	100,0%	26.001	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI, International Financial Statistics, October 2011.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

(1) Janeiro-maio

(2) Última posição disponível em 18/10/2011.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões)	2010 Valor	2010 Part.%
EXPORTAÇÕES		
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	22.590	43,9%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	10.849	21,1%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	1.861	3,6%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	1.303	2,5%
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	1.275	2,5%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	1.080	2,1%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	1.068	2,1%
Cobre e suas obras	990	1,9%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	951	1,8%
Minérios, escórias e cinzas	853	1,7%
Vestuário e seus acessórios, de malha	800	1,6%
Frutas; cascas de cítricos e de melões	567	1,1%
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas, etc	419	0,8%
Embarcações e estruturas flutuantes	404	0,8%
Subtotal	**45.010**	**87,5%**
Demais Produtos	**6.422**	**12,5%**
Total Geral	**51.432**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES		
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	16.264	27,9%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	9.889	17,0%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	7.468	12,8%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	2.872	4,9%
Cereais	2.270	3,9%
Plásticos e suas obras	1.547	2,7%
Minérios, escórias e cinzas	1.339	2,3%
Ferro fundido, ferro e aço	1.180	2,0%
Produtos químicos orgânicos	859	1,5%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	767	1,3%
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	741	1,3%
Produtos farmacêuticos	737	1,3%
Resíduos, desperdícios das ind alimentares	686	1,2%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	683	1,2%
Aeronaves e aparelhos espaciais	657	1,1%
Produtos diversos das indústrias químicas	607	1,0%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	544	0,9%
Produtos químicos inorgânicos	507	0,9%
Subtotal	**49.617**	**85,2%**
Demais Produtos	**8.612**	**14,8%**
Total Geral	**58.229**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/Trademap.

Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - FILIPINAS[1] (US$ milhões, fob)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	273	394	584	321	449
Variação em relação ao ano anterior	11,7%	44,7%	48,2%	-45,2%	40,2%
Part.(%) no total das exportações brasileiras para a Ásia[2]	1,3%	1,6%	1,6%	0,8%	0,8%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,2%	0,2%	0,3%	0,2%	0,2%
Importações	343	335	497	294	330
Variação em relação ao ano anterior	21,2%	-2,1%	48,0%	-40,8%	12,1%
Part.(%) no total das importações brasileiras da Ásia[2]	1,5%	1,1%	1,1%	0,6%	0,6%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,4%	0,3%	0,3%	0,2%	0,2%
Intercâmbio comercial	616	730	1.082	615	779
Variação em relação ao ano anterior	16,6%	18,6%	48,1%	-43,2%	26,7%
Part.(%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia[2]	1,4%	1,3%	1,3%	0,8%	0,7%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,3%	0,3%	0,3%	0,0%	0,2%
Saldo comercial	-70	58	87	26	119

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

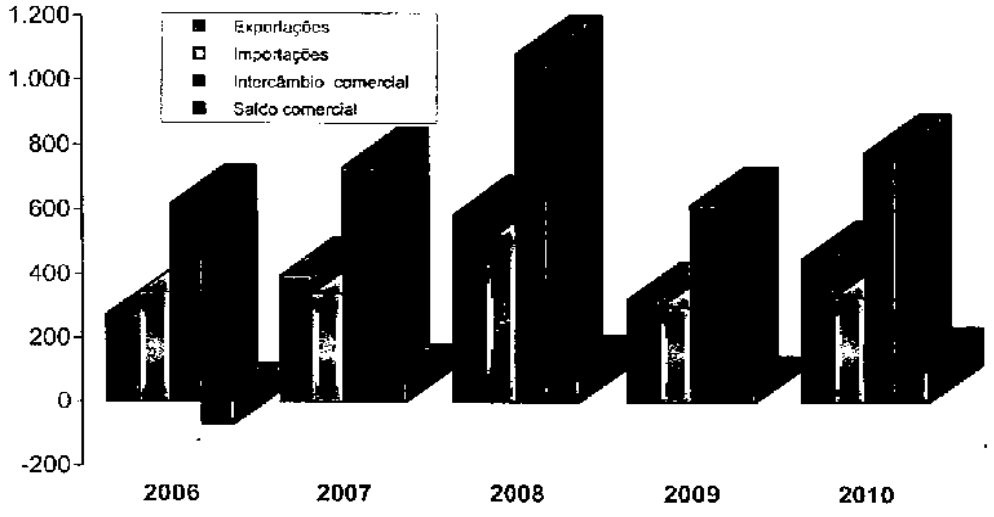
(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

(2) Exclusive Oriente Médio.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - FILIPINAS (US$ milhões, fob)	2010 (jan-set)	2011 (jan-set)
Exportações	360	425
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	51,3%	18,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia	0,9%	0,7%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,2%	0,2%
Importações	268	231
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	29,8%	-10,5%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia	0,6%	0,4%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,2%	0,1%
Intercâmbio Comercial	518	656
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	41,4%	6,1%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia	0,8%	0,6%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,2%	0,2%
Saldo Comercial	102	194

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

(US$ milhões - fob)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - FILIPINAS (US$ milhões - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos)						
Minérios, escórias e cinzas	228	39,0%	53	16,6%	208	46,2%
Carnes e miudezas, comestíveis	47	8,1%	39	12,0%	45	10,1%
Cereais	5	0,9%	30	9,4%	35	7,9%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	154	26,3%	69	21,6%	31	6,9%
Produtos químicos orgânicos	18	3,0%	21	6,6%	21	4,7%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	2	0,4%	18	5,6%	16	3,7%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes	9	1,5%	14	4,5%	18	4,0%
Ferro fundido, ferro e aço	61	10,4%	18	5,6%	14	3,1%
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	7	1,2%	7	2,2%	11	2,4%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	10	1,7%	4	1,1%	8	1,7%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	4	0,7%	8	2,5%	4	0,9%
Subtotal	545	93,2%	281	87,7%	411	91,5%
Demais Produtos	40	6,8%	39	12,3%	38	8,5%
TOTAL GERAL	584	100,0%	321	100,0%	449	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - FILIPINAS (US$ mil- fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos)						
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	332	66,7%	154	52,4%	193	58,6%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	78	15,7%	101	35,4%	91	27,6%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	20	4,0%	12	4,0%	16	4,8%
Borracha e suas obras	5	1,1%	4	1,4%	4	1,2%
Gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais	3	0,5%	4	1,3%	4	1,1%
Frutas, cascas de cítricos e de melões	2	0,4%	3	0,9%	3	0,9%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	2	0,5%	2	0,7%	2	0,7%
Subtotal	442	89,0%	283	96,1%	313	94,8%
Demais Produtos	55	11,0%	11	3,9%	17	5,2%
TOTAL GERAL	497	100,0%	294	100,0%	330	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

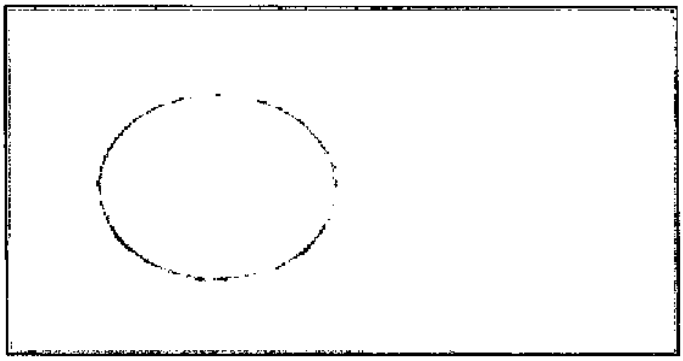
COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - FILIPINAS (US$ mil - fob)	2010 (jan-set)	% no total	2011 (jan-set)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Minérios, escórias e cinzas	169	46,9%	260	61,2%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	24	6,7%	47	11,1%
Carnes e miudezas comestíveis	38	10,6%	33	7,8%
Produtos químicos orgânicos	14	3,9%	21	4,9%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	3	0,8%	14	3,3%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes	10	2,8%	12	2,8%
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	8	2,2%	6	1,4%
Cereais	35	9,7%	0	0,0%
Subtotal	301	83,6%	393	92,5%
Demais Produtos	59	16,4%	32	7,5%
TOTAL GERAL	360	100,0%	425	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	154	59,7%	123	53,2%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	70	27,1%	72	31,2%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	12	4,7%	10	4,3%
Frutas, cascas de cítricos e de melões	2	0,8%	3	1,3%
Preparações de produtos hortícolas, de frutas	2	0,8%	3	1,3%
Subtotal	240	93,0%	211	91,3%
Demais Produtos	18	7,0%	20	8,7%
TOTAL GERAL	258	100,0%	231	100,0%

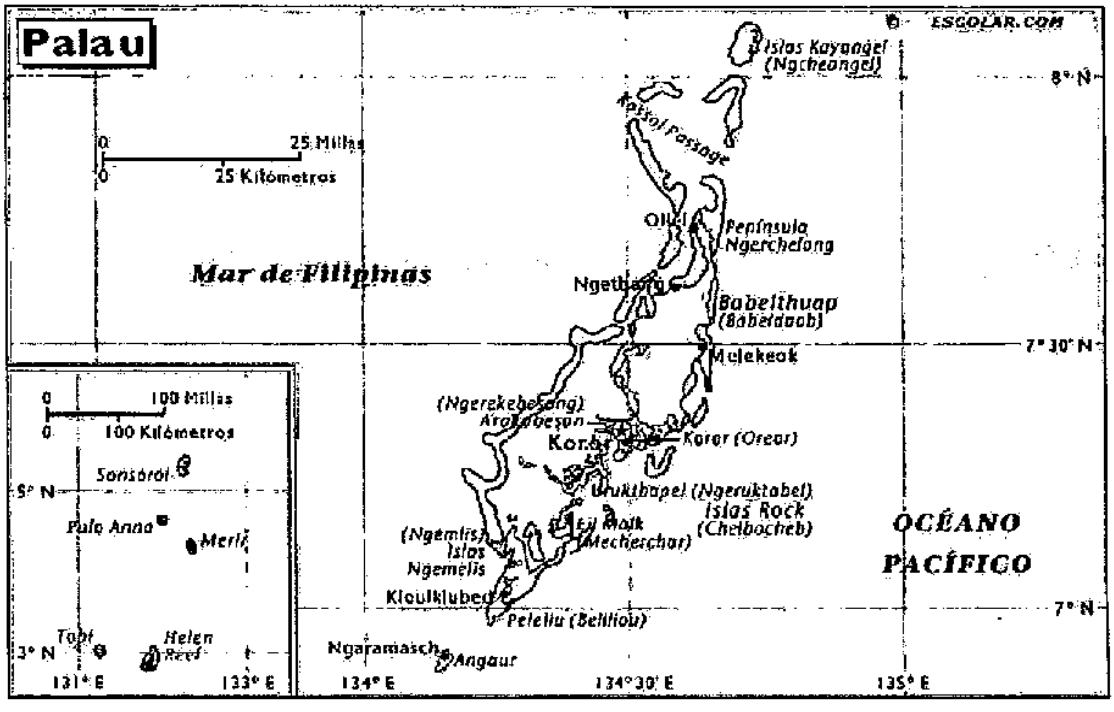
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-set/2011.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL POLÍTICA II
DEPARTAMENTO DA ÁSIA CENTRAL, MERIDIONAL E OCEANIA
DIVISÃO DA OCEANIA

REPÚBLICA DE PALAU





OSTENSIVO
Informação ao Senado Federal
Janeiro de 2012

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	República de Palau
CAPITAL:	Malequeoque
ÁREA:	458 km² (mais de 300 ilhas)
POPULAÇÃO (2010):	20.519 habitantes
IDIOMAS:	Inglês e palauano
GRUPOS ÉTNICOS (2000):	Palauanos (70%), asiáticos (28%), europeus (2%)
RELIGIÃO:	Católicos (41,6%), protestantes (23,3%), *Modekngei* (religião local – 8,8%), Adventistas (5,3%)
REGIME DE GOVERNO:	República presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente Johnson Toribiong
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Ministro Victor M. Yano
PIB (2010):	US$ 169,7 milhões
PIB per capita (2010):	US$ 6,46 mil
PIB PPP (2010):	US$ 281,2 milhões
PIB PPP per capita (2010):	US$ 13,7 mil
UNIDADE MONETÁRIA:	Dólar estadunidense
COMUNIDADE BRASILEIRA:	Não há registro de brasileiros em Palau

COMÉRCIO BILATERAL - (US$ milhares F.O.B.) – Fonte: MDIC

BRASIL⇒ PALAU	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-nov)
Intercâmbio	1	148	60	0,3	8	23	---	6	0,74
Exportações	---	1	0,2	0,3	8	22	---	0,3	---
Importações	1	146	60	---	---	0,4	---	6	0,74
Saldo	-1	-145	-59	0,3	8	22	---	-5	- 0,74

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS .....

PERFIL BIOGRÁFICO .....

RELAÇÕES BILATERAIS .....

COOPERAÇÃO .....

INTERCÂMBIO BILATERAL .....

POLÍTICA INTERNA .....

POLÍTICA EXTERNA .....

ECONOMIA E COMÉRCIO EXTERIOR .....

PERFIL BIOGRÁFICO

Johnson Toribiong
Presidente da República de Palau

Nasceu em Airai, em 22 de julho de 1946. É bacharel e mestre em Direito (1973) pela Universidade de Washington.

Foi Embaixador de Palau em Taiwan.

Concorreu à Presidência nas eleições de 1992, quando foi o mais votado no primeiro turno e perdeu no segundo.

Concorreu novamente à Presidência nas eleições de 2008, desta vez com sucesso no segundo turno (com 4.942 votos ou 51,12% do total). Como não há partidos políticos em Palau, todos os candidatos são independentes.

Foi empossado como Presidente de Palau em 15 de janeiro de 2009.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil mantém relações diplomáticas com Palau desde 31 de janeiro de 2005. O Brasil apresentou proposta de Acordo Básico de Cooperação Técnica, ainda sob exame das autoridades de Palau.

No primeiro semestre de 2005, foram realizadas três missões oficiais à região do Pacífico, chefiadas pelos Embaixadores Arnaldo Carrilho (Fiji, Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu, além de visita oficial ao Secretariado do Fórum das Ilhas do Pacífico); Frederico Cézar de Araújo (Ilhas Salomão, Nauru, Papua Nova Guiné e Vanuatu); e Georges Lamazière (Ilhas Marshall, Micronésia e Palau).

Em 9 de junho de 2011, o Ministro das Relações Exteriores manteve encontro, em Nova York, com o Presidente de Palau, Johnson Toribiong, na companhia do Professor José Graziano da Silva, então candidato à direção da FAO.

O Presidente de Palau afirmou, na ocasião, que seu país atribui considerável importância ao impacto de frotas pesqueiras estrangeiras nas águas territoriais de seu país. Referia-se ao fato de Palau ser o primeiro país a constituir um "santuário de tubarões" com o fito de proteger a espécie.

O ME lembrou ao Presidente Toribiong os esforços do Brasil no âmbito da Conferência Rio+20; ressaltou o engajamento brasileiro nas questões de segurança alimentar, associando o tema à paz e estabilidade mundiais, posicionamento com o qual concordou o mandatário de Palau. Este mencionou a aliança militar perpétua de seu país com os Estados Unidos – ressalvou, entretanto, ao retomar o tema dos recursos pesqueiros, que o principal desafio de seu país nesse setor é o monitoramento do mar territorial contra a pesca predatória.

Ainda não foram firmados atos bilaterais entre o Brasil e Palau..

COOPERAÇÃO

Palau foi um dos primeiros países a estabelecer relações diplomáticas com o Brasil a partir do esforço iniciado em outubro de 2004. Já foram identificadas possibilidades de cooperação técnica nos setores de açúcar, café, cacau, futebol, carne bovina, HIV/AIDS, meio ambiente e aqüicultura.

Ainda se encontra em negociação proposta de Acordo de Cooperação Técnica com Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Ilhas Fiji, Vanuatu, Samoa e Palau, cujos textos foram aprovados por todas as áreas competentes do Ministério das Relações Exteriores e transmitidos às embaixadas brasileiras na Austrália e nas Filipinas, com o objetivo de serem entregues aos representantes daqueles governos para análise.

Não existem empréstimos e financiamentos oficiais do Brasil a Palau.

INTERCÂMBIO BILATERAL

O comércio exterior entre Brasil e Palau ainda é incipiente. O maior valor de intercâmbio, registrado em 2004, ficou em U$ 148 mil. Nos últimos anos, os principais produtos exportados pelo Brasil têm sido pentes, rolamentos de esferas e joalherias. Em sentido contrário, o arquipélago exporta principalmente lâminas de ferro e de aço e circuitos integrados digitais.

POLÍTICA INTERNA

Em 1945, depois de ter sido ocupada por Espanha, Alemanha e Japão, Palau passou a fazer parte do "Território do Pacífico", que, com base no sistema de territórios tutelados das Nações Unidas, foi submetido a administração dos EUA. Palau tornou-se independente somente em 1994, ao ratificar um Pacto Comum de Livre Associação com os Estados Unidos. Conforme o tratado, cuja duração é de 50 anos, os EUA são encarregados de garantir a defesa e a segurança do arquipélago, além de prover-lhe substanciais financiamentos.

Conforme a Constituição palauana, o regime de governo é presidencialista, sendo o Presidente da República eleito pelo voto direto, com mandato de quatro anos, podendo ser reeleito por uma vez. O Congresso Nacional é bicameral, composto por 25 membros eleitos diretamente – 9 no Senado e 16 na Câmara de Deputados – cujos mandatos também são de quatro anos. O atual Presidente, Johnson Toribiong, que tomou posse em janeiro de 2009, é advogado de formação e foi embaixador de seu país em Taiwan.

A população de Palau reduziu-se a pouco mais de 4.000 pessoas após a Segunda Guerra Mundial, de um total de 50.000 pessoas nas primeiras décadas do século XX. Atualmente, a população do país é de cerca de 20.000 pessoas.

Palau é constituída por um arquipélago com dezenas de ilhas, 10 das quais inabitadas.

POLÍTICA EXTERNA

Os EUA são o principal parceiro externo de Palau. É prioridade do Governo palauano sustentar os fluxos de financiamento que vêm dos Estados Unidos. Além de manter importantes relações com parceiros como Austrália, Nova Zelândia e Filipinas, o Governo de Palau tem buscado estreitar laços com outros países asiáticos, particularmente com o Japão. Em janeiro de 2000, o governo palauano reconheceu formalmente Taiwan, garantindo a contribuição taiwanesa para o aumento do investimento e do turismo em Palau. Atualmente, Taiwan tem forte presença econômica no arquipélago. EUA, Filipinas e Japão mantêm representações diplomáticas em Malequeoque.

Palau passou a integrar a ONU em dezembro de 1994. Mantém relações diplomáticas com 40 países e conta com missões nos EUA, no Japão, em Taiwan e nas Filipinas, além da Missão Permanente junto às Nações Unidas. As melhores conexões aéreas do país ligam a capital a Tóquio e a Manila.

Tornou-se membro do Fórum do Pacífico Sul, em 1995, logo após a sua independência. Como tal, é parte também do recentemente aprovado "*Pacific Agreement on Closer Economic Relations*" (PACER), que inclui Austrália e Nova Zelândia. Esse acordo prevê a futura criação de uma área de livre comércio entre os 14 países do Fórum das Ilhas do Pacífico, chamado "*Pacific Island Countries Trade Agreement*" (PICTA), sem a Austrália e a Nova Zelândia.

Palau foi admitido no FMI em 1998. Os principais doadores são os EUA, Japão e Taiwan. O país também é membro do Banco de Desenvolvimento Asiático, bem como da UNESCO, da FAO, do FMI, do Banco Mundial e de várias organizações regionais.

O arquipélago está em negociações de delineação marítima com as Filipinas e a Indonésia.

Em 2000, Palau ingressou oficialmente no ACP (Grupo de Estados da África, Caribe e Pacífico).

Relações com a União Europeia

Em outubro de 1999, Palau propôs o estabelecimento de relações diplomáticas com a União Europeia. Em agosto de 2001, o país ratificou o Acordo de Parceria ACP-EU, entre a União Europeia e o Grupo de Estados da África, Caribe e Pacífico.

Com a décima alocação do Fundo de Desenvolvimento Europeu (2008-2013), o país receberá 2,5 milhões de euros, que devem ser utilizados em projetos com foco no desenvolvimento de energia renovável nos setores de água e energia, bem como em assistência técnica e cooperação para projetos relacionados.

ECONOMIA E COMÉRCIO EXTERIOR

Palau tem um dos maiores padrões de vida entre os países insulares do Pacífico. A renda *per capita* de sua população supera em até 50% a dos filipinos e a de outros povos da Micronésia. O PIB do país vinha crescendo em média 5% ao ano até 2008, quando a crise mundial fez o índice desacelerar para 2%.

A principal atividade econômica do arquipélago é o turismo, que emprega 50% dos palauanos, seguida pelo setor pesqueiro. O Estado também desempenha importante papel na economia, empregando cerca de 15% dos habitantes. Um dos principais desafios do governo de Palau é garantir, no longo prazo, a viabilidade de sua economia, por meio da redução da dependência da assistência financeira externa.

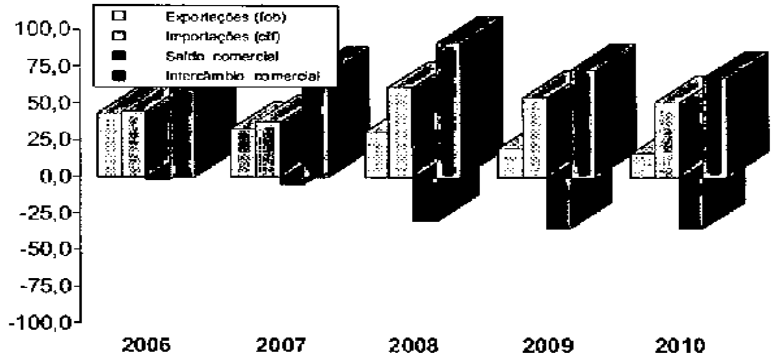
Entre os produtos de exportação palauanos mais importantes estão os mariscos, o atum, a copra (polpa seca do coco) e têxteis. Na pauta de importação do país, destacam-se bens de capital, combustíveis, metais e produtos alimentícios. Seus principais parceiros comerciais são os EUA, o Japão, Taiwan, as Filipinas, a Austrália e a Nova Zelândia.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS

PALAU: COMÉRCIO EXTERIOR
US$ milhões

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações (fob)	42,8	32,7	30,2	19,2	16,1
Importações (cif)	44,5	37,8	60,8	54,0	51,2
Saldo comercial	-1,7	-5,1	-30,6	-34,8	-35,1
Intercâmbio comercial	87,3	70,6	91,0	73,1	67,3

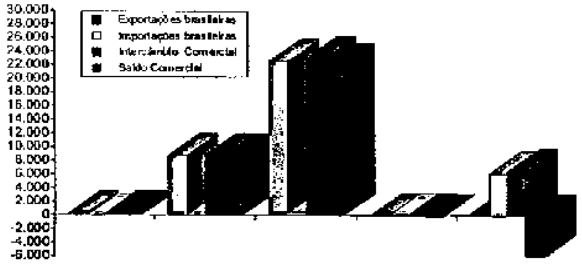
Elaborado pela ARE/DPR/DIC - Divisão de Vigilância Comercial com dados do FMI, Direction of Trade Statistics, Novembro 2011.



BRASIL-PALAU: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$, fob

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2010 (jan-out)	2011 (jan-out)
Exportações brasileiras	**355**	**8.824**	**22.538**	**0**	**350**	**350**	**0**
Variação em relação ao ano anterior	22,4%	2385,6%	155,4%	-100,0%	n.a	n.a	-100,0%
Importações brasileiras	**0**	**8**	**490**	**31**	**6.243**	**4.518**	**291**
Variação em relação ao ano anterior	-100,0%	n.a	6025,0%	-93,7%	20038,7%	14474,2%	-93,6%
Intercâmbio Comercial	**355**	**8.832**	**23.028**	**31**	**6.593**	**4.868**	**291**
Variação em relação ao ano anterior	-99,4%	2387,9%	160,7%	-99,9%	21167,7%	15603,2%	-94,0%
Saldo Comercial	**355**	**8.816**	**22.048**	**-31**	**-5.893**	**-4.168**	**-291**

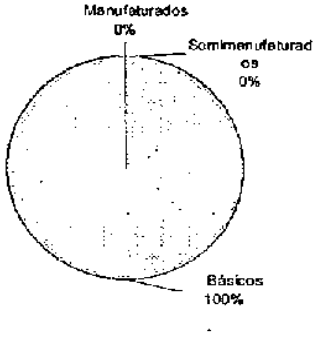
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb

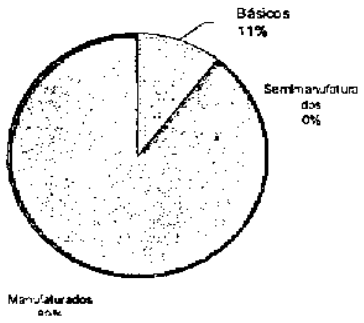


BRASIL-PALAU: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	350	100,0%	1.108	10,6%
Semimanufaturados	0	0,0%	0	0,0%
Manufaturados	0	0,0%	9.345	89,4%
Total	**350**	**100,0%**	**10.453**	**100,0%**

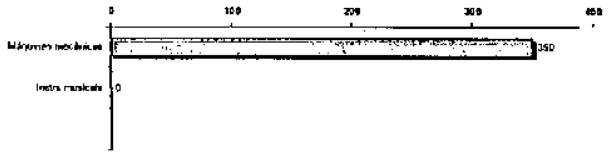
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC.



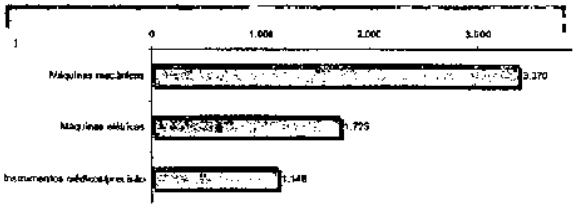


US$, fob

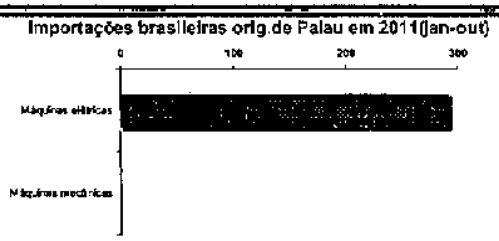
DESCRIÇÃO	2008	2009	2010 Valor	2010 % no total
Máquinas mecânicas	0	0	350	100,0%
Instrs musicais	22.538	0	0	0,0%
Subtotal	**22.538**	**0**	**350**	**100,0%**
Outros produtos	**0**	**0**	**0**	**0,0%**
Total	**22.538**	**0**	**350**	**100,0%**



DESCRIÇÃO	2008	2009	2010 Valor	2010 % no total
Máquinas mecânicas	0	0	3.370	54,0%
Máquinas elétricas	0	0	1.725	
Instrumentos médicos/precis	490	31	1.148	
Subtotal	**490**	**31**	**6.243**	**100,0%**
Outros produtos	**0**	**0**	**0**	**0,0%**
Total	**490**	**31**	**6.243**	**100,0%**

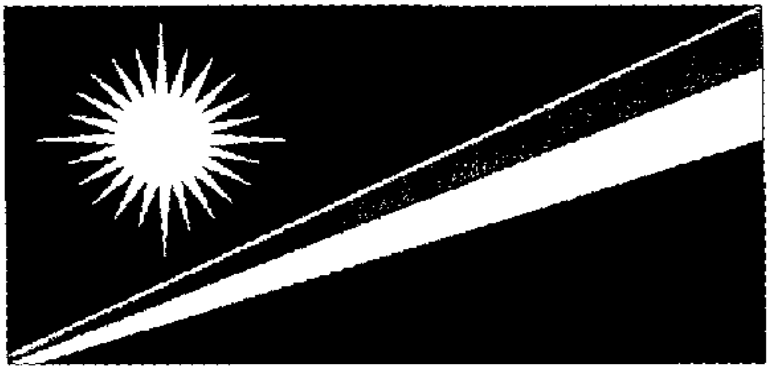


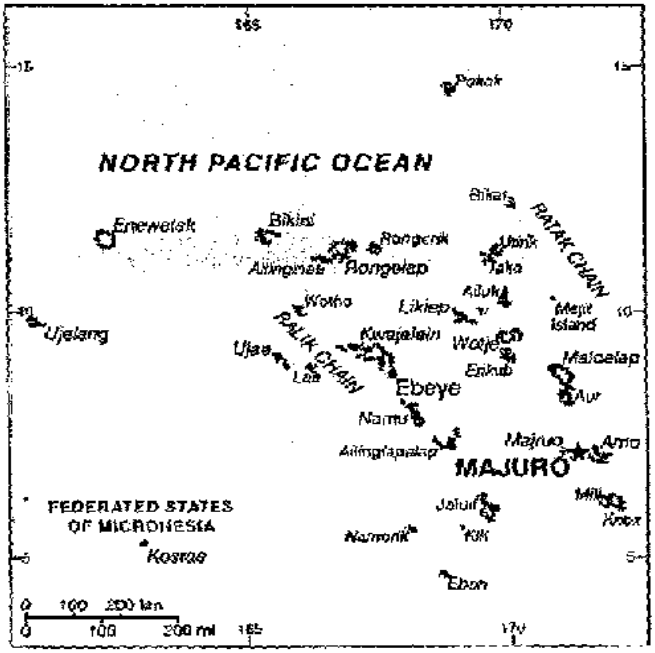
DESCRIÇÃO	2010 (jan-out)	2011(jan-out) Valor	2011(jan-out) % no total
Exportações			
Instrs musicais	350	0	0,0%
Subtotal	**350**	**0**	**0,0%**
Outros produtos	**0**	**0**	**0,0%**
Total	**350**	**0**	**0,0%**
Importações			
Máquinas elétricas	1.148	291	0,0%
Máquinas mecânicas	3.370	0	0,0%
Subtotal	**4.518**	**291**	**0,0%**
Outros produtos	**0**	**0**	**0,0%**
Total	**4.518**	**291**	**0,0%**



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL POLÍTICA II
DEPARTAMENTO DA ÁSIA CENTRAL, MERIDIONAL E OCEANIA
DIVISÃO DA OCEANIA

REPÚBLICA DAS ILHAS MARSHALL





OSTENSIVO
Informação ao Senado Federal
Janeiro de 2012

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	República das Ilhas Marshall
CAPITAL:	Majuro
ÁREA:	181,3 km²
POPULAÇÃO:	67.182 (2011)
IDIOMAS:	Marshalês (oficial) e inglês
GRUPOS ÉTNICOS:	Marshaleses (92,1%); mestiços (5,9%); outros (2%)
RELIGIÃO:	Congregacionistas (51,5%); Assembleia de Deus (24,2%); católicos (8,4%); mórmons (8,3%)
REGIME DE GOVERNO:	República semipresidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente Jurelang Zedkaia
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES:	Ministro John M. Silk
PIB (2010):	US$ 155,8 milhões
PIB *per capita* (2010):	US$ 2.990
PIB PPP (2008):	US$ 133,5 milhões
PIB PPP *per capita* (2008):	US$ 2.500
UNIDADE MONETÁRIA:	Dólar estadunidense
COMUNIDADE BRASILEIRA:	Não há registro de brasileiros nas Ilhas Marshall

COMÉRCIO BILATERAL (US$ milhares F.O.B) - Fonte: MDIC

BRASIL⇒ MARSHALL	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 Jan-Nov
Intercâmbio	3	68	328	297	1.902	996	4.969	13.779	8.009
Exportações	3	68	211	260	669	969	4.969	13.707	8.009
Importações	---	---	116	36	1.233	26	---	72	---
Saldo	3	68	95	223	-564	943	4.969	13.636	8.009

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS .....

RELAÇÕES BILATERAIS .....

RELAÇÕES BILATERAIS .....

COOPERAÇÃO .....
INTERCÂMBIO BILATERAL .....

POLÍTICA INTERNA .....

POLÍTICA EXTERNA .....

ECONOMIA E COMÉRCIO EXTERIOR .....

PERFIL BIOGRÁFICO

JURELANG ZEDKAIA
Presidente da República

O presidente Iroij Jurelang Zedkaia nasceu em 13 de julho de 1950, em Majuro. Foi membro do Nitijela (Parlamento) por 18 anos. Antes de entrar para a política, Zedkaia trabalhou em serviços de Saúde, durante 15 anos. Durante 6 anos, trabalhou no governo local de Majuro como membro do Conselho Executivo, na pasta de Saúde, Educação e Assuntos Sociais.

Entrou para a política quando foi eleito representante de Majuro para a Segunda Convenção Constitucional, em 1991, sendo eleito Senador logo em seguida. Em 1994, tornou-se membro da Terceira Convenção Constitucional e foi eleito Vice-Presidente do Parlamento. Foi reeleito Senador em 2000. Em 2008, foi eleito Presidente do Parlamento – função que exerceu até se tornar Presidente da República, em 2009.

RELAÇÕES BILATERAIS

Por meio de Comunicado Conjunto subscrito em 27 de julho de 2010, em Nova York, pelos respectivos Representantes Permanentes junto às Nações Unidas, o Brasil e as Ilhas Marshall estabeleceram relações diplomáticas, conforme as disposições da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 1961. A iniciativa inscreveu-se no esforço do Governo brasileiro de valorizar e aprofundar as relações com os países do Pacífico Sul.

O esforço de aproximação com as Ilhas Marshall e os demais países insulares do Pacífico foi iniciado no primeiro semestre de 2005, quando foram realizadas três missões oficiais à região do Pacífico, chefiadas pelos Embaixadores Arnaldo Carrilho (Fiji, Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu, além de visita oficial ao Secretariado do Fórum das Ilhas do Pacífico); Frederico Cézar de Araújo (Ilhas Salomão, Nauru, Papua Nova Guiné e Vanuatu); e Georges Lamazière (Ilhas Marshall, Micronésia e Palau).

Entre 29 de abril e 3 de maio de 2009, o Representante Permanente (RP) das Ilhas Marshall junto à ONU, Phillip Muller, bem como os RPs de Fiji, Samoa, Salomão, Nauru, Tuvalu, Vanuatu e Micronésia visitaram o Brasil, a convite do Governo brasileiro. Os RPs fizeram visita protocolar ao Ministro de Estado interino, Samuel Pinheiro Guimarães, e participaram de palestras com o Subsecretário-Geral de Cooperação e de Promoção Comercial, Embaixador Ruy Nogueira; com a Diretora do Departamento de Ásia e Oceania, Embaixadora Regina Dunlop; com o Diretor do Departamento de Organismos Internacionais, Ministro Carlos Duarte; e com o Chefe da Agência Brasileira de Cooperação, Ministro Marco Farani. Como parte da programação, a delegação visitou, em Brasília, o Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA I) e o Centro Nacional de Recursos Genéticos e Biotecnologia da Embrapa (CENARGEN); no Rio de Janeiro, o Laboratório de Tecnologia Submarina (COPPE/UFRJ), a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), a Empresa Gerencial de Projetos Navais (ENGEPRON), a PETROBRAS, o BNDES e a VALE; e, em São Paulo, a EMBRAER.

Ainda não foram firmados atos bilaterais entre o Brasil e as Ilhas Marshall.

COOPERAÇÃO

As Ilhas Marshall têm interesse em receber investimentos externos para desenvolver o setor de turismo.

Não existem empréstimos e financiamentos oficiais do Brasil às Ilhas Marshall.

INTERCÂMBIO BILATERAL

O intercâmbio bilateral Brasil-Ilhas Marshall é ainda incipiente. No entanto, verifica-se nos últimos anos uma clara tendência de aumento das exportações brasileiras, enquanto as importações são irregulares.

Em 2003, o total das exportações e importações entre o Brasil e as Ilhas Marshall foi insignificante, de apenas US$ 3 mil, passando para US$ 68 mil em 2004, US$ 328 mil em 2005 e US$ 297 mil em 2006. Em 2007, a balança comercial atingiu US$ 1,9 milhão, diminuindo ligeiramente, em 2008, para US$ 996 mil. Em 2009, o intercâmbio comercial atingiu US$ 4,9 milhões e, em 2010, chegou a US$ 13,78 milhões. Em 2011, há uma tendência de queda, com o comércio de apenas US$3,9 milhões até agosto.

Em 2010, as exportações do Brasil para as Ilhas Marshall se concentraram na área de turismo, como embarcações de recreio tipo esporte (76,7%), álcool (20,8%) e consumo de bordo para embarcações e aeronaves. O Brasil importou das Ilhas Marshall material a base de plástico (99,8%).

POLÍTICA INTERNA

As Ilhas Marshall tornaram-se independentes em 1986, sob um Pacto Comum de Livre Associação com os Estados Unidos da América, que lhes assegura defesa, condução da ação externa e aporte financeiro. A Constituição nacional segue o modelo do Reino Unido.

O Pacto Comum de Livre Associação com os EUA, assinado em 1982, atribui responsabilidade ao Governo das Ilhas Marshall por assuntos domésticos e de política externa, exceto nos domínios a cargo dos EUA. O pacto entrou em vigor em 21 de outubro de 1986.

As Ilhas Marshall são uma república constitucional, com um regime misto entre o parlamentarismo e o presidencialismo. As eleições são realizadas a cada quatro anos, elegendo, por sufrágio universal, os 33 Senadores da Câmara Baixa do Legislativo, conhecida como Nitijela (Parlamento). O Presidente é então apontado pelo Nitijela, dentre os seus membros, tornando-se chefe de Estado e de governo. A Câmara Alta do Legislativo, chamada de Conselho de Iroij, é composta por 12 chefes tribais, e tem caráter consultivo para questões fundiárias, de direito consuetudinário e de práticas tradicionais.

O Presidente Jurelang Zedkaia foi eleito em 26 de outubro de 2009, quando o então Presidente Litokwa Tomeing teve que deixar o cargo em razão de uma moção de desconfiança aprovada pelo Parlamento.

POLÍTICA EXTERNA

Embora os EUA sejam o principal parceiro externo das Ilhas Marshall, o país tem procurado promover relações estreitas com o Japão, a Austrália e outras nações do Pacífico. A Austrália foi o segundo país, depois dos EUA, a estabelecer relações diplomáticas com as Ilhas Marshall, em 1987. EUA, Japão e Taiwan mantêm representações diplomáticas nas Ilhas.

A República das Ilhas Marshall tornou-se membro da ONU em 1991. É, também, membro do Foro das Ilhas do Pacífico, da Comunidade do Pacífico Sul (SPC), e de outros organismos internacionais, como o Banco de Desenvolvimento da Ásia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

Em relação à contaminação radioativa das Ilhas Marshall, o 34° Foro das Ilhas do Pacífico reiterou o reconhecimento da especial responsabilidade dos Estados Unidos pelos efeitos adversos do ensaio nuclear conduzido pelos EUA durante a administração estadunidense das ilhas, e reiterou o chamamento aos EUA para que cumpram integralmente a obrigação de prover compensação adequada e justa.

O país tem grande interesse nas negociações sobre mudança do clima. Defende que os progressos alcançados nos últimos 20 anos não devem ser comprometidos por um pequeno número de países e que os compromissos necessários têm de ser assumidos.

ECONOMIA E COMÉRCIO EXTERIOR

A economia das Ilhas Marshall é fortemente dependente da ajuda estadunidense, possuindo um enorme setor estatal, responsável pela maior parte do emprego. A razão entre as importações e as exportações é de cerca de 11 para 1, e todo o combustível tem de ser importado. Uma parte das receitas das Ilhas Marshall advém do aluguel do atol Kwajalein aos EUA, para testes de mísseis.

Em diversos atóis, prevalece a economia de subsistência, principalmente no setor agrícola e da pesca. As principais produções são as de coco, melões e fruta-pão. O turismo emprega cerca de 10% da população, e é a principal fonte de divisas estrangeiras. Apesar de ser um local paradisíaco, o turismo nas Ilhas Marshall é muito pouco explorado, devido à dificuldade de se chegar ao local, à concorrência com outras ilhas e ao medo infundado de alguns turistas de supostas contaminações.

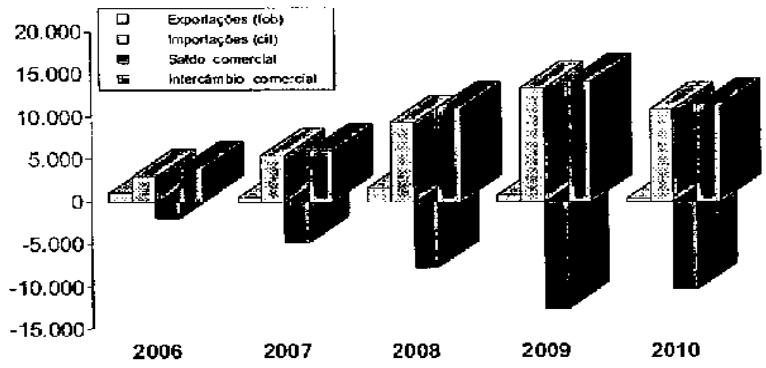
Há pouca variação na evolução da balança comercial. O total das exportações do país foi de US$ 9,1 milhões em 2008, praticamente o mesmo resultado dos anos anteriores. No mesmo período, as importações totais do país chegaram a apenas US$ 547 mil. O PIB cresceu de US$ 115 milhões em 2001 para US$ 149 milhões em 2007, pelo critério da paridade do poder de compra.

ILHAS MARSHALL: COMÉRCIO EXTERIOR
US$ mil

DESCRIÇÃO[1]	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações (fob)	1.048	574	1.650	766	417
Importações (cif)	2.974	5.436	9.399	13.393	10.834
Saldo comercial	-1.926	-4.862	-7.749	-12.627	-10.417
Intercâmbio comercial	4.022	6.010	11.049	14.159	11.251

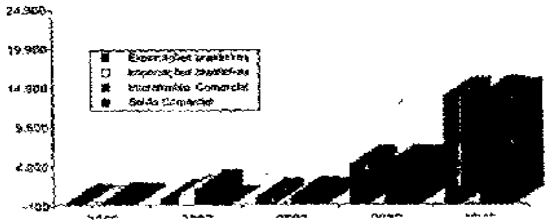
Elaborado pela MRE/PR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UNCTAD/TradeMap, Direction of Trade Statistics, Novembro 2011.

(1)Ilhas Marshall não informaram dados comerciais ao banco de dados Trademap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.



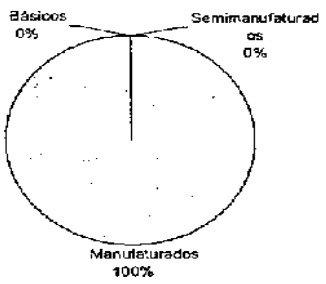
BRASIL-ILHAS MARSHALL: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ mil, fob

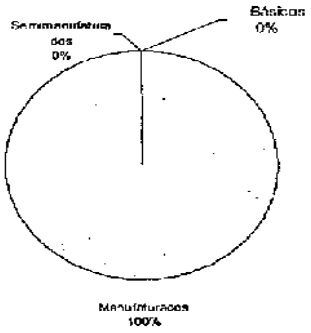
DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2010 (jan-out)	2011 (jan-out)
Exportações brasileiras	260	669	969	4.970	13.707	13.707	4.017
Variação em relação ao ano anterior	23,2%	157,3%	44,8%	412,9%	175,8%	175,8%	-70,7%
Importações brasileiras	37	1.234	26	0	71	47	0
Variação em relação ao ano anterior	-68,2%	963,8%	-97,9%	-100,0%	n.a	n.a	-99,7%
Intercâmbio Comercial	297	1.903	995	4.970	13.778	13.754	4.017
Variação em relação ao ano anterior	11640,7%	541,0%	-47,7%	399,5%	177,2%	176,7%	-70,8%
Saldo Comercial	223	-565	943	4.970	13.636	13.660	4.017



US$ mil, fob

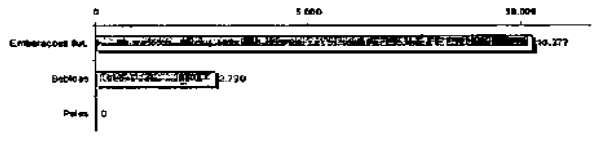
DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART%	VALOR	PART%
Básicos	0	0,0%	0	0,0%
Semimanufaturados	0	0,0%	0	0,0%
Manufaturados	13.067	95,3%	72	100,0%
Total	**13.707**	**100,0%**	**72**	**100,0%**





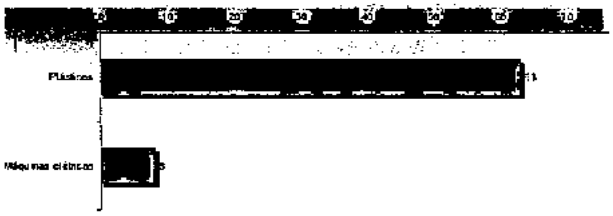
US$ Mil, fob

DESCRIÇÃO	2001	2009	2010 Valor	2010 % no total
Embarações flut.	0	4.425	10.277	75,0%
Bebidas	0	0	2.790	20,4%
Peles	92	0	0	0,0%
Subtotal	92	4.425	13.067	95,3%
Outros produtos	877	545	640	4,7%
Total	969	4.970	13.707	100,0%



DESCRIÇÃO	2008	2009	2010 Valor	2010 % no total
Plásticos	0	0	63	88,7%
Máquinas elétricas	8	0	8	11,3%
Máquinas mecânicas	17	0	0	0,0%
Subtotal	25	0	71	100,0%
Outros produtos	1	0	0	0,0%
Total	26	0	71	100,0%

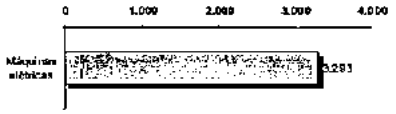
Importações bras.orig.de ILHAS MARSHALL, 2010



US$ mil, fob

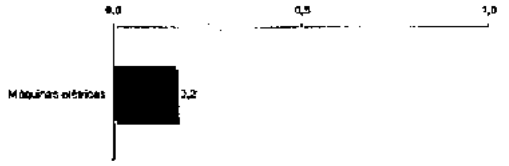
DESCRIÇÃO	2010 (jan-out)	2011 (jan-out) Valor	2011 (jan-out) % no total
Exportações			
Embarcações	10.277	3.293	82,0%
Subtotal	**10.277**	**3.293**	**82,0%**
Outros produtos	**3.430**	**724**	**18,0%**
Total	**13.707**	**4.017**	**100,0%**

Exportações bras.para ILHAS MARSHALL em 2011(jan-out)



Importações			
Máquinas elétricas	0,0	0,2	100,0%
Plásticos	47,0	0,0	0,0%
Subtotal	**47,0**	**0,2**	**100,0%**
Outros produtos	**0,0**	**0,0**	**0,0%**
Total	**47,0**	**0,2**	**100,0%**

Importações brasileiras orig.de ILHAS MARSHALL em 2011(jan-out)



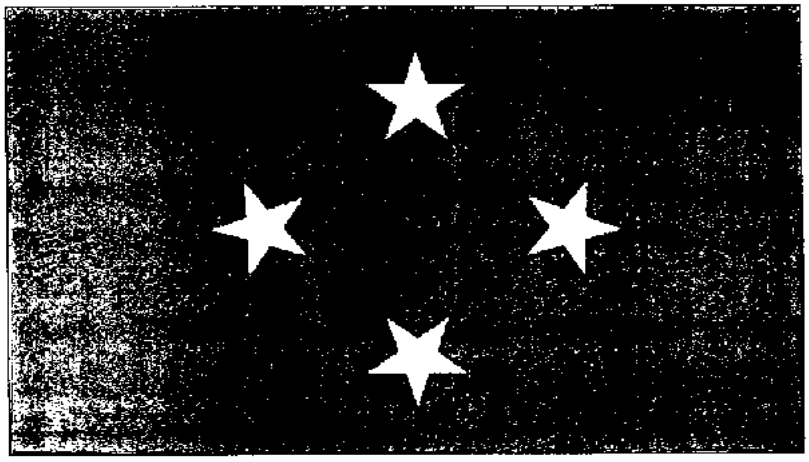
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

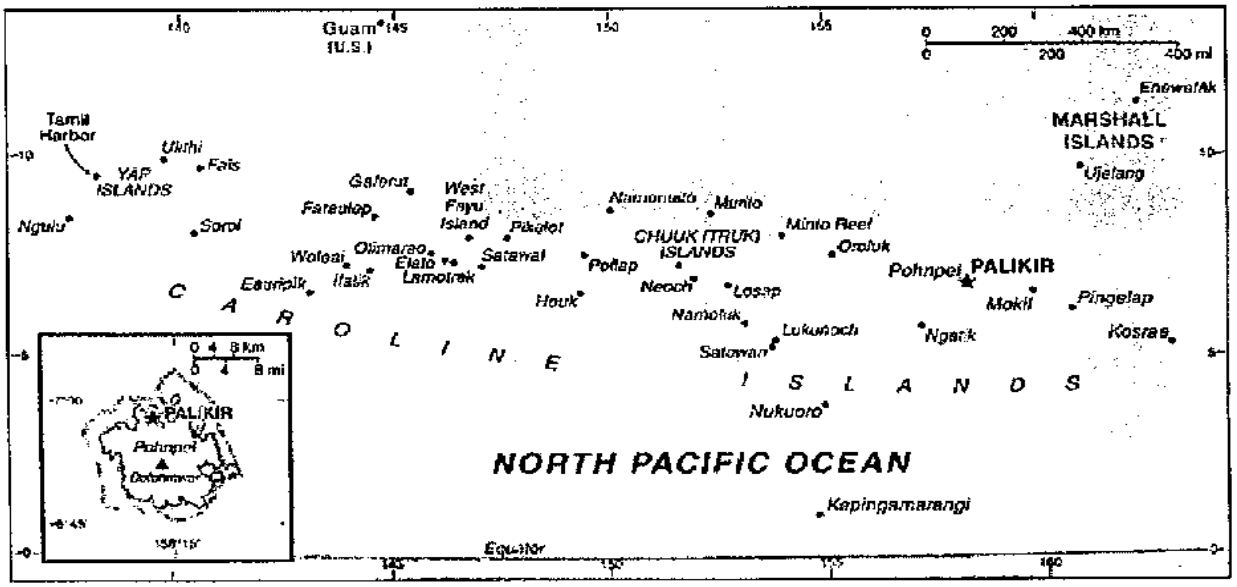
SUBSECRETARIA-GERAL POLÍTICA II

DEPARTAMENTO DA ÁSIA CENTRAL, MERIDIONAL E OCEANIA

DIVISÃO DA OCEANIA

ESTADOS FEDERADOS DA MICRONÉSIA





OSTENSIVO
Informação ao Senado Federal
Janeiro de 2012

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	Estados Federados da Micronésia
CAPITAL:	Palikir
ÁREA:	702 km² (607 ilhas)
POPULAÇÃO:	106.836 (estimativa de julho/2011)
IDIOMAS:	Inglês (língua oficial); sete línguas locais, oficiais em níveis regionais
GRUPOS ÉTNICOS:	Nove grupos étnicos micronésios e polinésios
RELIGIÃO:	Católicos romanos (50%), protestantes (47%)
REGIME DE GOVERNO:	República presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente Emanuel Mori (desde maio de 2007)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Lorin Robert
PIB (2010)	U$287 milhões
PIB *per capita* (2010)	U$2.588
PIB PPP (2010)	U$384 milhões
PIB *per capita* PPP (2010)	U$3185
UNIDADE MONETÁRIA:	Dólar estadunidense
COMUNIDADE BRASILEIRA:	Não há registro de brasileiros na Micronésia

INTERCÂMBIO BILATERAL

BRASIL ⇒ MICRONESIA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 Jan-Nov
Intercambio	156	272	1.146	92	127	73	100	108	106
Exportações	156	272	1.127	82	75	73	99	103	63
Importações	0,4	---	19	9	52	0,1	1	6	43
Saldo	155	272	1.108	72	23	73	98	97	19

(US$ milhares F.O.B.) – Fonte: MDIC

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS .....

PERFIL BIOGRÁFICO .....

RELAÇÕES BILATERAIS .....

Comércio bilateral .....

POLÍTICA INTERNA .....

POLÍTICA EXTERNA .....

ECONOMIA E COMÉRCIO EXTERIOR .....

Dados Básicos e Principais Indicadores Econômicos .....

PERFIL BIOGRÁFICO

EMANUEL MORI

Presidente dos Estados Federados da Micronésia

Emanuel Mori é o sétimo presidente dos Estados Federados da Micronésia. Assumiu o primeiro mandato em maio de 2007 e foi reeleito em maio de 2011.

Nasceu na ilha de Fefan, Estado de Chuuk, em dezembro de 1948 e graduou-se em Administração de Empresas na Universidade de Guam, em 1973. Em 1981, passou a trabalhar no Banco de Desenvolvimento dos Estados Federados da Micronésia e após três anos de serviço tornou-se presidente e CEO do Banco, posição que manteve até 1997. Coordenou um plano para reverter o

déficit do banco que foi capaz de, em um ano, afastar a instituição do risco de insolvência.

Em 1999, Emanuel Mori foi eleito Senador pelo Estado de Chuuk para um mandato de quatro anos. Afastou-se da política, em 2003, para exercer a chefia executiva da *Chuuk Public Utilities Corporation*. No ano seguinte foi novamente eleito para o Congresso.

Em 2007 foi eleito para mais um mandato de quatro anos como representante do Estado de Chuuk e em 11 de maio de 2007, na abertura da sessão do 15° Congresso, foi escolhido por seus pares para ser o Presidente dos Estados Federados da Micronésia.

RELAÇÕES BILATERAIS

A Micronésia estabeleceu relações diplomáticas com o Brasil em outubro de 2010.

O processo de aproximação com a Micronésia e os demais países insulares do Pacífico teve início no primeiro semestre de 2005, quando foram realizadas três missões oficiais à região do Pacífico, chefiadas pelos Embaixadores Arnaldo Carrilho (Fiji, Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu, além de visita oficial ao Secretariado do Fórum das Ilhas do Pacífico); Frederico Cézar de Araújo (Ilhas Salomão, Nauru, Papua Nova Guiné e Vanuatu); e Georges Lamazière (Ilhas Marshall, Micronésia e Palau).

Entre 29 de abril e 3 de maio de 2009, o Representante Permanente (RP) da Micronésia junto à ONU, Jeem Lippwe, bem como os RPs de Fiji, Samoa, Salomão, Nauru, Tuvalu, Vanuatu, e Marshall, visitaram o Brasil, a convite do Governo brasileiro. Os RPs fizeram visita protocolar ao Ministro das Relações Exteriores interino, Samuel Pinheiro Guimarães, e participaram de palestras com o Subsecretário-Geral de Cooperação e de Promoção Comercial, Embaixador Ruy Nogueira, a Diretora do Departamento de Ásia e Oceania, Embaixadora Regina Dunlop, o Diretor do Departamento de Organismos Internacionais, Ministro Carlos Duarte, e o Chefe da Agência Brasileira de Cooperação, Ministro Marco Farani. Como parte da programação, a delegação visitou, em Brasília, o Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA I), e o Centro Nacional de Recursos Genéticos e Biotecnologia da Embrapa (CENARGEN); no Rio de Janeiro, o Laboratório de Tecnologia Submarina (COPPE/UFRJ), a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), a Empresa Gerencial de Projetos Navais (ENGEPRON), a PETROBRAS, o BNDES e a VALE; e, em São Paulo, a EMBRAER.

Ainda não foram firmados atos bilaterais com a Micronésia.

Conselho de Segurança das Nações Unidas

A Micronésia tem defendido a expansão do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), nas categorias de membros permanentes e não-permanentes. No Debate Geral da 63ª Assembleia Geral das Nações Unidas, o Presidente Emanuel Mori defendeu expansão de ambas as categorias do Conselho e apoiou explicitamente a inclusão de Japão, Alemanha e Índia como membros permanentes do órgão. Não fez menção expressa ao Brasil.

Comércio bilateral

O comércio bilateral é ainda incipiente. Não se observa tendência de aumento ou diminuição no comércio entre os dois países. O pico do intercâmbio bilateral ocorreu em 2005, quando atingiu US$ 1,1 milhão, e a partir de então estabilizou-se na faixa do US$ 100 mil.

Em 2011, as importações brasileiras concentraram-se em painéis de instrumentos para veículos automotores, e as exportações em preparações de carne bovina e livros.

Não há empréstimos ou financiamentos do Brasil à Micronésia.

POLÍTICA INTERNA

Os Estados Federados da Micronésia tornaram-se independentes em 1986, sob um Pacto Comum de Livre Associação com os Estados Unidos da América, que lhes assegura defesa, condução da ação externa e aporte financeiro. A Constituição nacional segue o modelo estadunidense. O atual Presidente, Emanuel Mori, tomou posse em maio de 2007. O Pacto Comum de Livre Associação com os EUA atribui responsabilidade ao Governo da Micronésia em assuntos domésticos e de politica externa, exceto nos domínios a cargo dos EUA.

A federação é uma república presidencialista composta por quatro Estados (Pohnpei, Chuuk, Kosrae e Yap), sendo que cada um possui sua própria constituição, Governador e, exceto no caso de Chuuk, uma legislatura unicameral. O poder legislativo federal é exercido por um Congresso unicameral composto por 14 senadores eleitos pelo voto popular, sendo que quatro deles representam os Estados e exercem mandatos de 4 anos e os outros 10 senadores representam distritos delineados de acordo com a distribuição da população, e servem mandatos de 2 anos. O poder executivo é exercido pelo Presidente, que é eleito pelo Congresso entre os quatro senadores que servem mandatos de 4 anos.

O mandato do presidente também é de 4 anos, com possibilidade de uma reeleição. Uma emenda constitucional que propunha eleições diretas para Presidente foi rejeitada pelo Congresso.

O atual presidente, Emanuel Mori, foi reeleito nas eleições realizadas em Maio de 2011. Nessa ocasião, diversos novos membros do congresso também foram eleitos nos Estados de Chuuk e Pohnpei. A próxima eleição deverá ser realizada em maio de 2015.

POLÍTICA EXTERNA

A Micronésia mantém relações diplomáticas com cerca de 40 países e tem representações diplomáticas em Washington, Tóquio, Fiji e nas Nações Unidas. Os EUA são o principal parceiro externo da Micronésia.

Há quatro representações diplomáticas sediadas na capital micronésia (EUA, China, Japão e Austrália). A Micronésia tornou-se membro da ONU em 1991 e tem procurado exercer influência em temas como meio ambiente, pesca e transportes. É, também, membro da OMS, da ESCAP ("*Economic and Social Commission for Asia and the Pacific*"), do PNUD, da FAO e de várias organizações regionais, como o Foro das Ilhas do Pacífico e o SPC.

Na 66ª AGNU, o Presidente Emanuel Mori destacou que seu país está ameaçado por uma "bomba-relógio ambiental" de 32 milhões de litros de petróleo em 60 navios afundados durante a II Guerra Mundial e instou a comunidade internacional a ajudar a evitar o que seria um "imenso desastre ambiental". Ao referir-se à Conferência Rio+20, comentou a importância dos oceanos para as economias da região e aludiu à exploração econômica dos recursos marítimos, inclusive pesca e turismo. Por fim, destacou a importância da criação de nova categoria na ONU para caracterizar as pequenas ilhas em desenvolvimento do Pacífico.

ECONOMIA E COMÉRCIO EXTERIOR

As principais atividades econômicas da Micronésia são a agricultura e na pesca. O arquipélago possui poucas reservas de minérios, com exceção do fosfato. Existe potencial para a indústria do turismo, mas a localização remota, a falta de infraestrutura e as poucas conexões aéreas impedem seu desenvolvimento.

Sob os termos originais do Pacto Comum de Livre Associação, os EUA forneceram ajuda de US$1,3 bilhão durante o período de 1986-2001, mas o nível do suporte financeiro foi reduzido desde então. A Emenda ao Pacto Comum garante milhões de dólares em ajuda anual até 2023 e estabelece um fundo, para o qual os EUA e a Micronésia fazem contribuições anuais, de modo a garantir uma renda anual permanente após 2023. As perspectivas econômicas de médio prazo para o país são frágeis, em vista não apenas da redução da ajuda dos EUA, mas também do lento crescimento do setor privado.

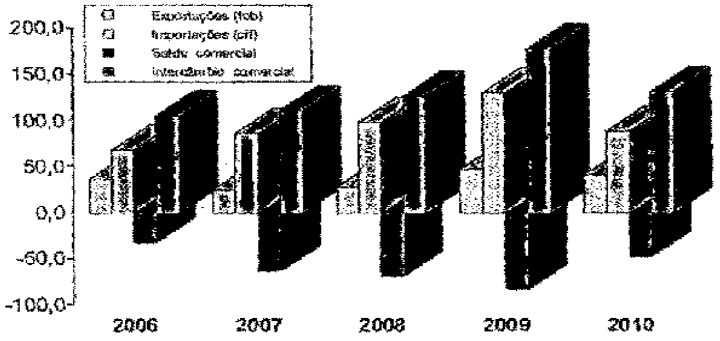
DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS

MICRONÉSIA: COMÉRCIO EXTERIOR
US$ mil

DESCRIÇÃO[1]	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações (fob)	36,4	24,1	28,6	47,0	41,7
Importações (cif)	68,9	86,7	97,8	130,3	89,1
Saldo comercial	-32,5	-62,6	-69,2	-83,3	-47,4
Intercâmbio comercial	105,3	110,8	126,4	177,3	130,8

Elaborado pela MINFIN/DIVIC - Divisão de Inteligência Comercial - com base em dados do UNSTATS (Trade Statistics, Publicação Trade Statistics Yearbook 2011).

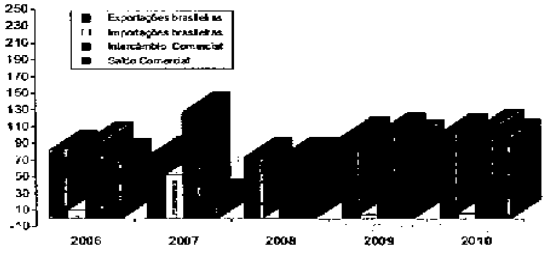
[1] Micronésia não informou dados comerciais ao banco de dados Trademap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.



BRASIL-MICRONÉSIA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2010 (jan-out)	2011 (jan-out)
Exportações brasileiras	**83**	**75**	**74**	**99**	**103**	**103**	**166**
Variação em relação ao ano anterior	-92,7%	-8,6%	-2,1%	34,7%	3,3%	3,1%	61,9%
Importações brasileiras	**10**	**52**	**0**	**5**	**6**	**6**	**43**
Variação em relação ao ano anterior	-48,4%	n a	-99,7%	3209,4%	21,1%	366,1%	685,5%
Intercâmbio Comercial	**92**	**127**	**74**	**104**	**108**	**108**	**209**
Variação em relação ao ano anterior	1808,2%	38,0%	-42,0%	40,7%	4,1%	126,7%	93,6%
Saldo Comercial	**73**	**23**	**74**	**95**	**97**	**97**	**123**

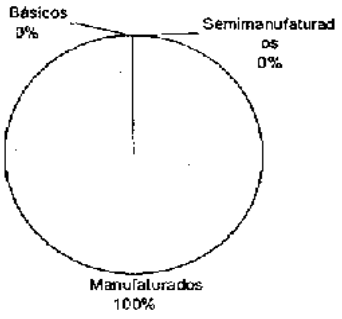
Elaborado pela MINFIN/DIVIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

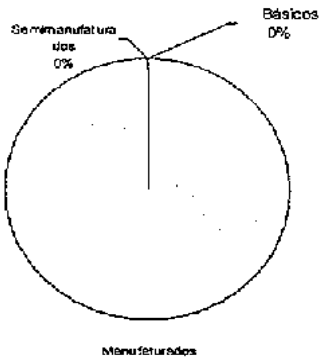


BRASIL-MICRONÉSIA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	0	0,0%	0	0,0%
Semimanufaturados	0	0,0%	0	0,0%
Manufaturados	103	100,0%	6	100,0%
Total	**103**	**100,0%**	**6**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC.

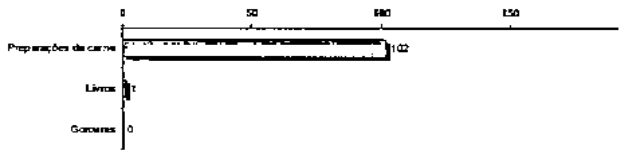




US$ Mil, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010 Valor	2010 % no total
Preparações de carne	69	95	102	98,9%
Livros	0	0	1	1,0%
Gorduras	4	0	0	
Subtotal	**73**	**95**	**103**	**99,9%**
Outros produtos	**1**	**4**	**0**	**0,1%**
Total	**74**	**99**	**103**	**100,0%**

Exportações brasileiras para MICRONÉSIA, 2010

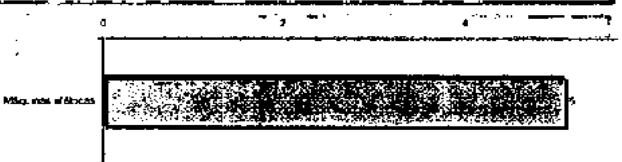


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

BRASIL-MICRONÉSIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010 Valor	2010 % no total
Máquinas elétricas	0	4	5	91,6%
Subtotal	**0**	**4**	**5**	**91,6%**
Outros produtos	**0**	**1**	**0**	**8,4%**
Total	**0**	**5**	**6**	**100,0%**

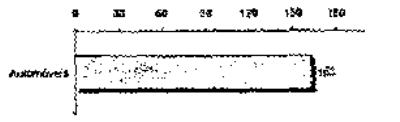
Importações brasileiras origin.de MICRONÉSIA, 2010

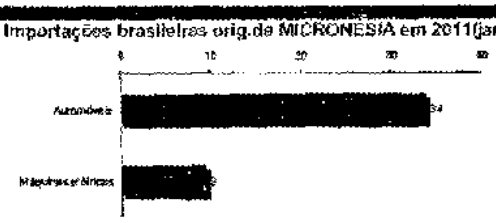


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

BRASIL-MICRONÉSIA: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010 (jan-out)	2011 (jan-out) Valor	2011 (jan-out) % no total
Exportações			
Preparações de carne	102	163	98,5%
Subtotal	102	163	98,5%
Outros produtos	1	3	1,5%
Total	103	166	100,0%
Importações			
Automóveis	0	34	78,0%
Máquinas elétricas	5	9	21,8%
Subtotal	5	43	99,6%
Outros produtos	0	0	0,2%
Total	5	43	100,0%





Aviso nº 78 - C. Civil.

Em 14 de fevereiro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas e, cumulativamente, junto à República de Palau, à República das Ilhas Marshall e aos Estados Federados da Micronésia.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(*À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional*).

MENSAGEM
Nº 18, DE 2012
(nº 41/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora SUSAN KLEEBANK, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Eslovaca.

Os méritos da Senhora Susan Kleebank que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de fevereiro de 2012.

00001.000446/2012-76

EM No 00040 MRE

Brasília, 2 de Fevereiro de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **SUSAN KLEEBANK**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Eslovaca.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **SUSAN KLEEBANK** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 0040/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 2 de fevereiro de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **SUSAN KLEEBANK**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Eslovaca.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **SUSAN KLEEBANK** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

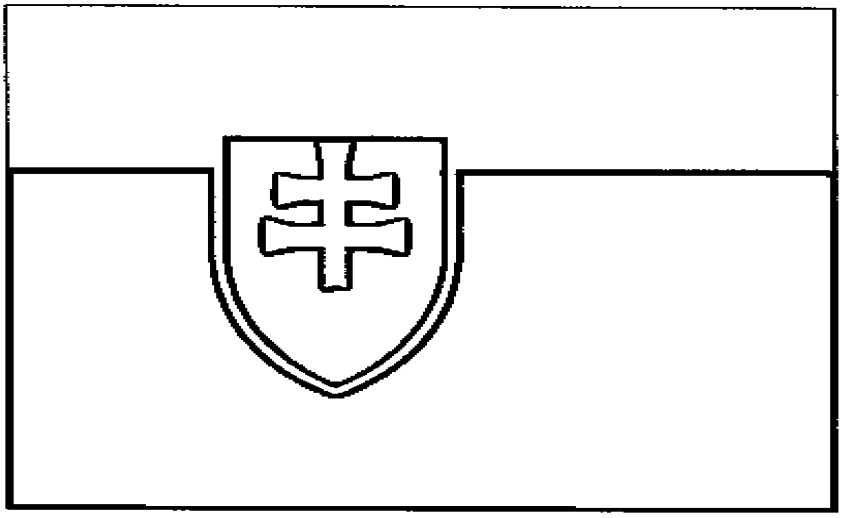
MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE *SUSAN KLEEBANK*
CPF.: 238.617.461-15
ID.: 8122 MRE

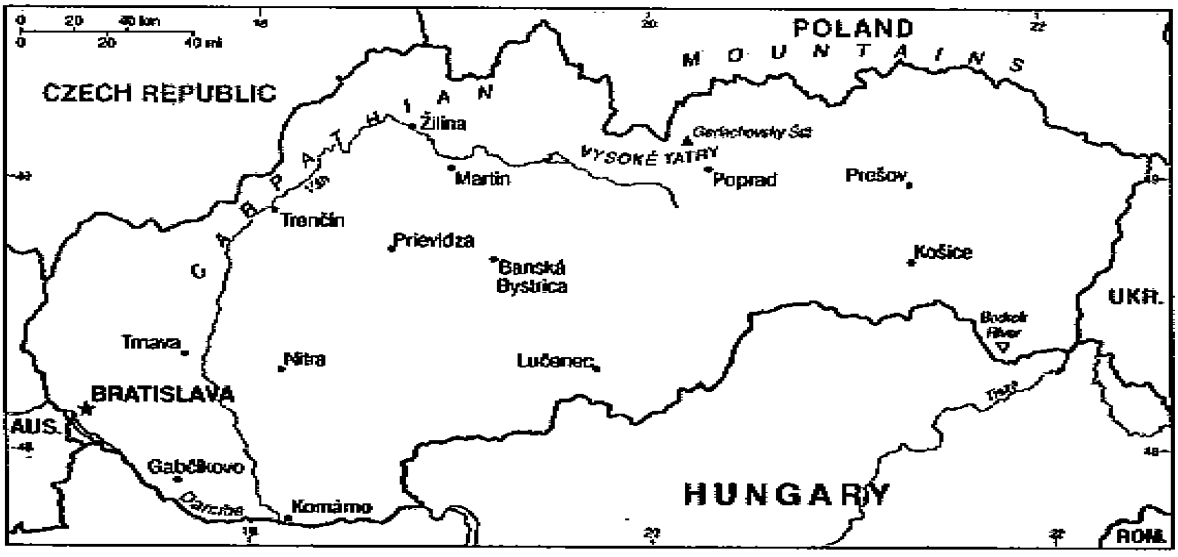
1961	Filha de Ruben Kleebank e Miriam Kleebank, nasce em 11 de outubro, em Porto Alegre/RS
Dados Acadêmicos:	
1980	História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1981	CPCD - IRBr
1985	Pós-graduação em História pela Universidade de Paris X, Nanterre/FR
2001	CAE - IRBr, Cooperação judiciária por via diplomática: avaliação e propostas de atualização do quadro normativo
Cargos:	
1982	Terceira-Secretária
1986	Segunda-Secretária
1992	Primeira-Secretária, por merecimento
1999	Conselheira, por merecimento
2005	Ministra de Segunda Classe, por merecimento
2009	Ministra de Primeira Classe, por merecimento
Funções:	
1982-84	Divisão da Ásia e Oceania I, Assessora
1986-87	Embaixada em Berlim Oriental, Terceira e Segunda-Secretária
1987-89	Embaixada em Pequim, Segunda Secretária
1989-92	Embaixada em Bonn, Segunda-Secretária
1992	Departamento de Organismos Internacionais, Assessora
1992-95	Fundação Alexandre de Gusmão, Assessora
1995-98	Embaixada em Roma, Primeira-Secretária
1998-99	Departamento da Ásia e Oceania, Assessora
1999-2001	Divisão Jurídica, Chefe
2001-03	Embaixada em Ottawa, Conselheira
2003-07	Embaixada em Washington, Conselheira
2004	Cooperação judiciária por via diplomática: avaliação e propostas de atualização do quadro normativo, Editora Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília
2007-08	Coordenação-Geral de Organizações Econômicas, Chefe
2008-10	Supremo Tribunal Federal, Presidência, Assessora-Chefe de Assuntos Internacionais
2010	Tribunal Superior Eleitoral, Assessora de Cerimonial e Internacional
Condecorações:	
1989	Medalha do Mérito Santos-Dumont
2009	Ordem de Rio Branco, Grande Oficial

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL POLÍTICA I
DEPARTAMENTO DA EUROPA
DIVISÃO DE EUROPA II

REPÚBLICA ESLOVACA





OSTENSIVO
Informação ao Senado Federal
Janeiro de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS .....

PERFIS BIOGRÁFICOS .....
Presidente Ivan Gasparovic. .....
Primeira-Ministra Iveta Radicova .....
Ministro dos Negócios Estrangeiros Mikulas Dzurinda.....

RELAÇÕES BILATERAIS .....
Relações políticas .....
Cooperação em foros internacionais .....
Relações comerciais .....
Empréstimos oficiais e investimentos.....
Assuntos consulares .....

POLÍTICA INTERNA .....
Organização política .....
Conjuntura atual .....
O Governo Radicova .....
Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF) e Voto de desconfiança .....

POLÍTICA EXTERNA .....
Panorama geral .....
União Europeia .....
A Questão Kossovar .....
Grupo de Visegrad (V4) .....
Relações com os vizinhos .....
Direitos humanos .....
Parcerias estratégias extrarregionais .....

ECONOMIA .....
Histórico .....
Indicadores .....
Comércio exterior e investimentos .....
Privatizações .....

ANEXOS .....
Cronologia histórica – Eslováquia.....
Cronologia das relações bilaterais – Brasil-Eslováquia.....
Atos bilaterais .....
Dados econômico-comerciais .....

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Eslovaca
CAPITAL	Bratislava
ÁREA	49,035 km^2
POPULAÇÃO	5.440.078 habitantes
IDIOMAS	Eslovaco (oficial, 83,9%), húngaro (10,7%), romani (1,8%), ucraniano (1%), outros, (2,6%)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católicos romanos (68,9%), protestantes (10,8%), Igreja Católica Grega (4,1%), outros (3,2%), nenhuma (13%)
SISTEMA POLÍTICO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Presidente da República Ivan Gasparovic (desde 15 de junho de 2004)
CHEFE DE GOVERNO	Primeira-Ministra Iveta Radicova (desde 8 de julho de 2009)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Mikulas Dzurinda
EMBAIXADOR DA ESLOVÁQUIA NO BRASIL	Branislav Hitka
EMBAIXADOR DO BRASIL NA ESLOVÁQUIA	Marília Sardenberg Zelner Gonçalves
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	200 pessoas
PIB	US$ 86,262 bilhões
PIB PPP	US$ 120,758 bilhões
PIB *per capita*	US$ 15.906
PIB *per capita* PPP	US$ 22.267
UNIDADE MONETÁRIA	Euro
IDH (2011)	0,834 - 35° lugar (Brasil: 0,718 - 84° lugar)
EXPECTATIVA DE VIDA	75 anos (69,9, homens; 77,4, mulheres)

INTERCÂMBIO COMERCIAL
(US$ milhões FOB)

BRASIL → ESLOVÁQUIA	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (novembro)
Intercâmbio	**60,9**	**52,6**	**58,8**	**97,6**	**159,6**	**91,5**	**173,9**	**175,8**
Exportações	38,5	21,0	20,7	22,3	18,5	17,9	18,3	29,0
Importações	22,3	31,6	38,0	75,3	141,0	73,5	155,5	146,7
Saldo	**16,1**	**-10,5**	**-17,2**	**-52,9**	**-122,4**	**-55,5**	**-137,2**	**-117,7**

PERFIS BIOGRÁFICOS

IVAN GASPAROVIC
Presidente da República

Nasceu em Poltár, em 27 de março de 1941.

Graduou-se em Direito pela Universidade Comenius, em 1964, e obteve grau de doutorado em 1968, quando foi nomeado Professor da instituição.

Ainda em 1968, ingressou no Partido Comunista eslovaco, do qual foi expulso no mesmo ano, após a invasão da Tchecoslováquia pelas tropas do Pacto de Varsóvia.

Entre 1966 e 1989, exerceu a vice-presidência da Comissão Internacional da Federação Tchecoslovaca de Hóquei no Gelo. Em 1990, tornou-se Vice-Reitor da Universidade Comenius e Procurador-Geral das Repúblicas Tcheca e Eslovaca.

Em 1992, foi nomeado para o Conselho Nacional da República Eslovaca. Atuou como deputado do Parlamento eslovaco entre 1994 e 2002, tendo sido seu Presidente até 1998.

Foi eleito Presidente da República em 2004 e conquistou a reeleição em 2009, quando derrotou a atual Primeira-Ministra Iveta Radicova.

IVETA RADICOVA
Primeira-Ministra (interina)

Nasceu em Bratislava, em 7 de dezembro de 1956.

Socióloga, graduou-se em Filosofia, em 1979, pela Universidade Comenius. No ano de sua graduação tornou-se parte da Academia Eslovaca de Ciência, onde atuou como coordenadora de pesquisa sobre políticas familiares. Em 1981, concluiu o doutorado, quando se tornou professora de Sociologia.

Antes de ingressar na política, em paralelo à sua carreira acadêmica, participou de iniciativas de mobilização social e comunitária. Fundou, em 1991, a Fundação SPACE, dedicada aos estudos de políticas sociais, cuja diretoria executiva exerceu até 2005, quando foi convidada para assumir o Ministério do Trabalho, Temas Sociais e Família. Após filiar-se ao partido SDKÚ (União Democrática e Cristã da Eslováquia), elegeu-se deputada, em 2006. Desde então, exerce a vice-liderança do partido, presidido pelo atual Chanceler Mikulas Dzurinda.

Disputou a presidência em 2009, no pleito vencido pelo atual Presidente Gašparovič.

Embora seu partido tenha atingido a segunda posição nas eleições parlamentares de 2009, logrou compor coalizão de partidos de centro-direita, assegurando a ascensão inédita de uma mulher ao cargo de Chefe de Governo da República Eslovaca.

Em 11 de outubro de 2011, seu Governo recebeu voto de desconfiança do Parlamento, o que deveria ter levado à dissolução do Governo. No entanto, Governo e oposição atingiram acordo que, mediante emenda constitucional, estabeleceu que Radicova permanecerá à frente do Governo, como Primeira-Ministra interina, até março de 2012, quando ocorrerão eleições parlamentares. Radicova, nesse contexto, viu-se despojada de muitos de seus poderes, os quais foram transferidos para o Presidente Gasparovic, que detém a supervisão inédita dos atos do Gabinete de Ministros.

MIKULAS DZURINDA
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nasceu em Spišský Štvrtok, em 4 de fevereiro de 1955.

Graduou-se em Engenharia pela Universidade de Transportes e Comunicações de Žilina, em 1979, e completou seu doutorado em 1988.

Iniciou sua carreira como analista econômico, no Instituto de Pesquisa em Transporte, em Žilina, onde atuou entre 1980 e 1988. Exerceu o cargo de Diretor de Tecnologia de Informação no escritório regional da estatal responsável pelos transportes ferroviários da antiga Tchecoslováquia, entre 1988 e 1990.

Ingressou na política em 1991, quando fundou o KDH (Movimento Democrata-Cristão) e foi nomeado Vice-Ministro dos Transportes e dos Correios. No ano seguinte, elegeu-se para o Conselho Nacional eslovaco (futuro Parlamento). De março a outubro de 1994, exerceu o cargo de Ministro dos Transportes, Correios, Telecomunicações e Obras Públicas da República Eslovaca.

Em 2000, fundou o SDKÚ (União Democrática e Cristã Eslovaca), partido que preside até hoje, e pelo qual se elegeu Primeiro-Ministro em dois mandatos consecutivos, entre 1998 e 2006.

Como Primeiro-Ministro, foi defensor da integração europeia e do diálogo com os EUA. Levou adiante, durante seus governos, reformas econômicas e estruturais, cujo reconhecido sucesso garantiu a entrada do país na OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), em 2000, bem como na OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e na União Europeia, em 2004. Em seu segundo mandato, logrou reduzir substancialmente o déficit público, e o país experimentou, nesse período, taxa média de crescimento de até 5,5%, vindo a ser chamado de "Tigre Centro-Oriental".

Retornou ao Parlamento em 2006 e foi nomeado, em 2009, Ministro dos Negócios Estrangeiros pela Primeira-Ministra Iveta Radicova.

RELAÇÕES BILATERAIS

Relações políticas

Os laços do Brasil com a Eslováquia são antigos. Remontam à criação da Tchecoslováquia, em 1918, quando o Brasil foi o primeiro país da América Latina a reconhecer a independência do novo país, e as relações bilaterais mantiveram-se amistosas, construtivas e ininterruptas desde então. O Brasil estabeleceu Legação Diplomática em Praga em 1921.

Com a independência da República Eslovaca, em 1º de janeiro de 1993, o reconhecimento do novo país pelo Brasil foi imediato, bem como a inauguração da Embaixada da Eslováquia em Brasília.. A Eslováquia, por sua vez, inaugurou, em 1998, durante a visita da Chanceler Zdenka Kramplová, seu terceiro consulado honorário no Brasil, na cidade de Brusque (SC), que se somou aos já existentes em São Paulo e no Recife.

Novo patamar foi atingido em junho de 2008, com a instalação da Embaixada residente em Bratislava, atendendo a antigo pleito eslovaco e sinalizando o interesse do Brasil na intensificação dos vínculos bilaterais.

A visita oficial do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 26 e 27 de fevereiro de 2002, retribuindo a visita do então Presidente Rudolf Schuster ao Brasil, em julho do ano anterior, foi a primeira de um Chefe de Estado brasileiro à Eslováquia, tendo contribuído significativamente para elevar o nível do relacionamento entre os dois países.

Em novembro de 2009, o então Ministro da Economia, Lubomir Jahnatek, visitou o Brasil, sem haver até o momento reciprocação de homólogo brasileiro.

Ainda que expressivos resultados tenham sido obtidos desde a abertura da Embaixada em Bratislava – sobretudo nas áreas de promoção comercial e de difusão cultural – o relacionamento entre os dois países encontra-se, ainda, muito aquém de seu pleno potencial. Há espaço para a ampliação da cooperação, especialmente na esfera econômico-comercial e educacional.

Outra oportunidade a ser aproveitada constitui a realização de uma primeira reunião de consultas políticas, cujo protocolo foi firmado em 2001, porém nunca inaugurado. Tal encontro, ao estimular o contato entre representantes dos dois países, favoreceria a avaliação do desenvolvimento das relações bilaterais, bem como o exame de temas regionais e globais de interesse comum.

Igualmente relevante, a constituir vetor de sinergia e cooperação interparlamentar, foi a criação, no Parlamento eslovaco, de Grupo de Amizade Latino-

Americano, em sintonia com a formação, em junho de 2011, no Congresso brasileiro, da Frente Parlamentar Brasil-Eslováquia, presidida pelo Senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB/SC), entusiasta das relações entre os dois países.

Em setembro de 2011, com o apoio da Embaixada brasileira, Delegação da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) visitou Bratislava, a convite do Presidente da Suprema Corte da Eslováquia, Štefan Harabin. Na ocasião, foi firmado acordo interinstitucional de cooperação jurídica, que estabeleceu o intercâmbio de conhecimentos e procedimentos entre a AMB e sua homóloga eslovaca.

Recentemente, concluiu-se negociação de acordo de cooperação diplomática, no âmbito do Instituto Rio Branco, que se encontra pronto para assinatura. Há, em processo de negociação, um acordo de regularização do trabalho de cônjuges de diplomatas e um acordo na área cultural, que atualizaria o acordo firmado em 1990 entre o Brasil e a antiga Tchecoslováquia, ainda vigente.

Cooperação em foros internacionais

A coincidência de posições dos dois países nos foros internacionais, o apoio eslovaco à candidatura do Brasil a um assento permanente em eventual reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, bem como o reconhecimento recíproco, do Brasil, como "*Global Player*", e da Eslováquia, como "Economia de Mercado", demonstram o potencial de concertação a partir de diálogo estabelecido e maduro.

A inédita ascensão de uma mulher ao poder deu-se quase simultanemanete nos dois países. Existe, entre a Presidenta Dilma Rousseff e a Primeira-Ministra Iveta Radicova, grande convergência de ideias, sobretudo no que se refere ao apreço pelo multilateralismo, ao respeito aos direitos humanos e ao intransigente empenho pela transparência da máquina pública. A sintonia entre ambas ficou patente no discurso da Primeira-Ministra eslovaca na 66ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, quando esta abriu sua intervenção com trecho do discurso da Presidenta Dilma Rousseff, proferido no mesmo foro. A Primeira-Ministra Radicova salientou os mesmos valores da Presidenta brasileira – democracia e igualdade, coragem e sinceridade – como linhas-mestras de seu pensamento.

O Brasil apoiou a candidatura eslovaca à Corte Internacional de Justiça (CIJ), em troca do apoio combinado às candidaturas brasileiras a diversos órgãos da ONU: à Comissão de Direito Internacional; à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC); ao Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CDESC); ao Comitê Consultivo de Questões Administrativas e Orçamentárias da Assembleia-Geral; e à Junta Executiva do PNUD/FNUAP (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento / Fundo de População das Nações Unidas).

Relações comerciais

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), o intercâmbio comercial entre o Brasil e a Eslováquia, ainda que modesto e muito aquém do seu real potencial, elevou-se significativamente na última década. O volume em 2011, até o mês de novembro, acumula US$ 175,8 milhões, contra os US$ 9,7 milhões registrados em 2000. A marca de 2011 já alcançou o maior valor da série histórica do comércio entre os dois países, sinal positivo para o futuro das relações econômicas bilaterais. O déficit comercial, para o Brasil, no entanto, é uma constante, excetuando-se os anos de 2003 e 2004. Em 2010, o saldo negativo foi de US$ 137 milhões, também o maior da série histórica. Até agosto de 2011, o déficit na balança é de US$ 88,1 milhões.

Verifica-se, também, uma assimetria nas pautas de exportação e importação. A pauta de importações é mais diversificada e apresenta maior fração de produtos de maior valor agregado, quando comparada às exportações brasileiras. Os produtos manufaturados, não obstante, constituíram, em 2009, 74,2% das exportações brasileiras para a Eslováquia, seguidos pelos produtos básicos (25,7%) e pelos semimanufaturados (0,1%).

A maior parte dos produtos importados da Eslováquia pelo Brasil é da categoria automotiva (carros e peças), seguidos de hidráulicos (compressores, bombas e válvulas). Da pauta de exportação do Brasil para a Eslováquia, constaram, em 2009, em grande parte, motores, bombas, compressores e equipamentos de transmissão (61,1%); e óleos e gorduras (22,2%), seguidos de insumos minerais, artigos de cutelaria, ferramentas e carnes.

Existe, da parte eslovaca, grande interesse em incrementar e diversificar o fluxo comercial bilateral, como demonstrado pela visita ao Brasil, em 2009, do então Ministro da Economia, Lubomir Jahnatek, acompanhado de cerca de 30 empresários locais.

Em encontro realizado em dezembro de 2008, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros Jan Kubis mencionou a possibilidade de a Eslováquia hospedar um centro de logística e manutenção da Embraer, ressaltando as vantagens naturais, tais como custos mais baixos, mão-de-obra altamente especializada, localização geográfica privilegiada e impostos baixos (IVA universal de 20%). O Chanceler eslovaco recordou ainda, à época, que a Embraer já havia fornecido aeronaves à Eslováquia.

No campo comercial, foi inaugurada, em junho de 2010, em Bratislava, a Associação Comercial Luso-Brasileira, instrumento de promoção do intercâmbio comercial e econômico da República Eslovaca com os países de língua oficial portuguesa. Em seguida, em setembro do mesmo ano, foi inaugurado o Setor Comercial Embaixada do Brasil em Bratislava, que vem trabalhando ativamente na prospecção e na identificação de novas oportunidades de negócio.

Existem importantes perspectivas de cooperação: na área energética, com ênfase em biocombustíveis; no domínio agrícola, com a possibilidade de o Brasil oferecer *know-how* em pesquisa, por intermédio da Embrapa; bem como no campo científico-tecnológico, com iniciativas de intercâmbio acadêmico – no âmbito do programa "Ciência Sem Fronteiras" –, aproveitando a reconhecida capacidade da Eslováquia em nichos específicos.

Empréstimos oficiais e investimentos

Não existem empréstimos oficiais e investimentos entre o Brasil e a República Eslovaca.

Assuntos consulares

O Ministério dos Negócios Estrangeiros informou, em agosto de 2011, que registrava, até aquela data, 109 brasileiros em território eslovaco, 55 dos quais com residência permanente. A Embaixada do Brasil em Bratislava – cujo setor consular é responsável pela assistência a todos os brasileiros no país – estima o número em cerca de 200 nacionais, muitos dos quais possuem também cidadania eslovaca.

POLÍTICA INTERNA

Organização política

O Poder Executivo eslovaco é dividido entre um Presidente e um Primeiro-Ministro. O Presidente é eleito por um período de cinco anos e tem a responsabilidade de nomear o Primeiro-Ministro para chefiar o governo. O Primeiro-Ministro é normalmente o líder do partido que obteve a maioria dos assentos no parlamento ou o chefe da coalizão partidária. O Presidente indica o gabinete ministerial após ouvir as sugestões do Primeiro-Ministro.

A Eslováquia conta com um parlamento unicameral, intitulado "Conselho Nacional Eslovaco". É composto por 150 membros eleitos para um mandato de quatro anos, por sufrágio universal direto. Todos os cidadãos maiores de 18 anos podem votar.

Conjuntura atual

Em 2009, uma coalizão governamental, integrada por quatro partidos de centro-direita (SDKÚ, KDH, SaS e Most-Hid), foi formada após vencer as eleições. Apresentou-se com dois objetivos primordiais: fazer avançar ações visando à recuperação econômica após a recessão causada pela crise econômica global de 2008, bem como reequilibrar a máquina pública, equacionando os gastos do Governo anterior, do ex-Primeiro-Ministro Robert Fico.

As medidas de austeridade aplicadas pelo Governo, ademais de contrariar interesses longamente estabelecidos, impuseram restrições à população, cujo descontentamento foi refletido em sucessivas pesquisas de opinião, que demonstraram a queda do índice de aprovação do Governo, em benefício do líder oposicionista, Robert Fico.

O Governo Radicova

Iveta Radicova assumiu o Governo, em julho de 2009, em meio a dificuldades: impactos da crise financeira europeia; enchentes de verão em boa parte da Eslováquia; aumento dos preços das commodities, provocando pressões inflacionárias; relacionamento estremecido com a Hungria, decorrente das campanhas eleitorais nos dois países. Defrontou-se, igualmente, com o desarranjo da máquina governamental, a

elevada dívida pública, e a iminência da Presidência do Grupo de Visegrad (integrado por Eslováquia, República Tcheca, Polônia e Hungria).

No campo econômico, decorrido pouco mais de um ano, caiu o nível de desemprego, de 15,1% para 13,9%. Houve aumento de 6,8% da produção industrial, e a Eslováquia recuperou o posto de maior fabricante mundial de automóveis per capita. Em 2011, o crescimento do PIB deve ser da ordem de 3,6%. O Governo busca, ainda, reduzir o déficit público para 4,9% do PIB, contra os 7,8% de 2010.

Dois obstáculos centrais dificultaram o Governo Radicova: a heterogeneidade de seu bloco de sustentação e a oposição do Presidente Ivan Gasparovic, simpatizante do ex-Primeiro-Ministro Robert Fico. O Presidente, sistematicamente, vetou leis ou emendas promovidas pela situação e aprovadas pelo Parlamento.

Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF) e Voto de Desconfiança

No contexto da atual crise econômica enfrentada pela Europa, novas regras do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF) definiram que a contribuição da Eslováquia deveria passar dos 4,37 bilhões previstos para 7,72 bilhões de euros. A coalizão que sustentava o Governo Radicova, no entanto, não chegou a um consenso sobre o tema, uma vez que alguns partidos se mostraram contrários ao incremento dos aportes eslovacos para o Fundo, sobretudo o SaS (sigla para "Liberdade e Solidariedade").

No dia 11 de outubro último, as novas regras do Fundo foram levadas a votação no Parlamento. A Primeira-Ministra Radicova, amplamente favorável ao aumento da contribuição eslovaca, atrelou voto de confiança a seu Governo à votação das novas regras, de modo a compelir a coalizão governamental a votar pelo incremento dos aportes eslovacos ao FEEF. A tentativa da Primeira-Ministra Radicova, entretanto, não impediu que o SaS votasse contra as novas regras do Fundo e, devido a isso, contribuísse para o fim do Governo do qual fazia parte. Após longa sessão, as medidas foram rejeitadas e o Governo, consequentemente, recebeu voto de desconfiança.

Essa situação obrigou o Governo a negociar com o líder da oposição, Robert Fico. Após a negociação, ambas as partes chegaram a um acordo que, mediante emenda constitucional, estabeleceu que Radicova permanecerá à frente do Governo, como Primeira-Ministra, interina, até março de 2012, quando ocorrerão eleições parlamentares. Radicova, nesse contexto, viu-se despojada de muitos de seus poderes, os quais foram transferidos para o Presidente Gasparovic, que detém a supervisão inédita dos atos do Gabinete de Ministros.

A Eslováquia foi o último país a votar a expansão dos recursos do FEEF, bem como o único a rejeitá-la, o que o coloca em posição desconfortável mediante outros países da Zona do Euro.

POLÍTICA EXTERNA

Panorama geral

A política externa do Governo da Primeira-Ministra Iveta Radicova e do Chanceler Mikulas Dzurinda apresenta forte contraste frente à administração anterior. Se no Governo do ex-Primeiro-Ministro Robert Fico se observava maior convergência com a Rússia – decorrente inclusive da origem de muitos de seus correligionários, ligados ao antigo sistema –, neste percebe-se relacionamento mais contido e protocolar com Moscou, e o firme propósito de privilegiar os Estados Unidos como principal parceiro político e econômico. Esse posicionamento reflete-se em ações relativas à defesa dos direitos humanos e ao intransigente discurso frente a suspeitas de violações perpetradas pelos regimes de Cuba e de Belarus.

Em discurso proferido em setembro de 2010, pouco depois da posse de Radicova, o Chanceler Mikulas Dzurinda enunciou os eixos de sua política externa, atribuindo especial atenção à questão dos valores – "nossa política tem por base valores e princípios, principalmente, valores cristãos", A alocução, intitulada "Os Dez Mandamentos Políticos", discriminava tais valores: "direito à vida, liberdade pessoal, dignidade humana, direitos das minorias e liberdades e direitos humanos fundamentais".

Ademais de reiterar o compromisso da Eslováquia com a OTAN, em suas palavras, "principal instrumento da segurança europeia", Dzurinda arrogou-se não apenas a responsabilidade de estreitar os laços eslovacos com os Estados Unidos, mas os da própria União Europeia com aquele país.

União Europeia

Ao longo do governo Radicova, houve, efetivamente, maior disposição do país em intensificar sua participação nas deliberações da União Europeia (UE), principalmente por meio da articulação com seus parceiros no âmbito do Grupo de Visegrad (Eslováquia, República Tcheca, Polônia e Hungria), elevando seu perfil político, e buscando maior equilíbrio entre Estados-membros do bloco.

A Eslováquia buscou também, no período, consolidar o papel de interlocutor da UE no processo de adesão das ex-repúblicas soviéticas ao bloco. Com relação à acessão da Turquia ao bloco, continuou manifestando seu apoio, embora de forma mais discreta. O país confere especial importância às relações bilaterais com a Turquia, consciente dos benefícios que a consecução do projeto do Gasoduto Nabuco pode proporcionar para sua segurança energética, reduzindo sua dependência do gás russo,

cujo fornecimento foi interrompido durante o inverno de 2009, em razão de crise política entre a Ucrânia e a Rússia.

Ainda no contexto da UE, o país mostrou-se eloquente e assertivo, especialmente no que toca à crise financeira da Zona do Euro e ao resgate de dívidas soberanas de seus membros. Logrou estabelecer contribuição ponderada ao Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF), e acedeu ao "*bail-out*" da Irlanda. Recusou-se a participar do primeiro pacote de resgate da economia grega – para cuja aprovação o país não era imprescindível –, e embora se tenha mostrado favorável inicialmente ao segundo pacote – para o qual, desta vez, é necessário consenso –, condicionou sua aprovação à adoção, pelo Governo grego, de medidas de austeridade fiscal. No dia 11 de outubro de 2011, o reforço ao FEEF não foi aprovado pelo Parlamento eslovaco.

A questão kossovar

Durante o governo Radicova, o país manteve postura de não reconhecimento da independência do Kossovo, declarada unilateralmente em 17 de fevereiro de 2008, fundamentando sua postura nas resoluções pertinentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, segundo as quais o status internacional do Kossovo deverá ser decidido por acordo entre as partes (Sérvia e Kossovo). É a mesma posição adotada pelo Brasil.

A postura eslovaca é a de favorecer o papel da União Europeia no processo de promoção do diálogo e da estabilidade política nos Bálcãs.

Grupo de Visegrad (V4)

O Grupo de Visegrad (V4) foi formado em 1991, pela Hungria, Polônia e Tchecoslováquia (a partir de 1993, República Tcheca e República Eslovaca), com o objetivo de estreitar a cooperação entre aqueles Estados, bem como coordenar sua integração à União Europeia, que ocorreria em 1º de maio de 2004.

Na Presidência de turno do V4 (junho de 2010 a junho de 2011), a Eslováquia desincumbiu-se com êxito de suas responsabilidades, promovendo a cooperação nos campos da cultura e da segurança energética. Em particular, contribuiu reconhecidamente para a conclusão das negociações para o ingresso da Croácia na União Europeia, em 2012, e para fazer avançar a concessão do status de país-candidato à Sérvia. Em encontro dos Ministros da Defesa realizado em maio de 2011, acordou-se mecanismo para a realização de exercícios militares conjuntos, com vistas a formar, até 2016, contingente do V4, que atuará sob os auspícios da OTAN.

Tendo em vista a afinidade geográfica, histórica e econômica, os membros do V4 têm especial interesse em promover a estabilidade e a prosperidade de seus vizinhos orientais, como a Ucrânia, a Armênia, o Azerbaijão e a Geórgia, preparando-os assim, para uma futura admissão na UE.

Relações com os vizinhos

País centro-europeu com cerca de 49 mil km2, sem acesso ao mar, a Eslováquia divide seus 1500 km de fronteiras com a Hungria, Polônia, República Tcheca, Áustria e Ucrânia. De forma geral, mantém relações amistosas com todos os seus vizinhos.

Desde o "Divórcio de Veludo" – como ficou conhecida a dissolução da Tchecoslováquia –, em 1993, excetuando-se relativa divergência por ocasião das respectivas adesões ao Tratado de Lisboa, inexistem desacordos sérios no relacionamento entre a Eslováquia e a República Tcheca. Pelo contrário, não raro, um manifesta-se em favor do outro, contra terceiros.

Com a Áustria, o relacionamento também é fluido, e os encontros entre altas autoridades serviram para amenizar as preocupações de Viena (o país abdicou do uso da energia nuclear em 1986, após o acidente de Chernobil) em relação aos planos de aumento da capacidade nuclear da usina eslovaca de Mochovce.

As relações com a Hungria, a depender do contexto político nos dois países, podem ser mais ou menos delicadas, em função da instrumentalização de dois fatores: a existência de minoria étnica húngara (10% da população), no sul da Eslováquia, junto à fronteira húngara; e a questão da Hidrelétrica de Gabcikovo-Nagymaros, construída ainda na década de 1950, como exemplo da cooperação entre membros do Bloco socialista, que causou danos ambientais na região lindeira.

Direitos humanos

A postura do novo Governo, ao implementar políticas em benefício de suas minorias, em especial da comunidade "*roma*" (ciganos), com vistas a aperfeiçoar a imagem do país no que se refere à proteção dos direitos humanos, também contribuiu para reforçar a mudança do eixo da política externa eslovaca, voltada agora para as relações com o Ocidente e especialmente com os Estados Unidos.

Parcerias estratégicas extrarregionais

O Chanceler Mikulas Dzurinda sinalizou, recentemente, que seu país desejava buscar novas parcerias estratégicas, no âmbito extrarregional. O reforço do diálogo econômico e político com China, Japão, Índia, Coreia do Sul e Indonésia, na Ásia, e o adensamento dos vínculos com Brasil, México e Argentina, na América Latina deveriam ser priorizados.

ECONOMIA

Histórico

Desde sua independência, em 1º de janeiro de 1993, a Eslováquia opera a transformação de uma economia centralizada para uma economia de mercado. Em uma primeira fase, durante o Governo do Primeiro-Ministro Vladimir Mečiar (1994-1998), uma política fiscal equivocada e uma onda desordenada de privatizações provocaram déficits nas balanças fiscal e comercial, bem como a queda do crescimento do PIB.

A economia eslovaca viveria seu "milagre" durante o segundo mandato do Governo do Primeiro-Ministro Mikuláš Dzurinda (1998-2006), com a condução responsável das reformas econômicas das quais o país necessitava. De fato, ao simplificar o sistema fiscal, promover mudanças nas legislações trabalhista e previdenciária, reestruturar os mecanismos de privatizações, e reduzir substancialmente o déficit público, Dzurinda logrou criar condições para que a Eslováquia viesse a apresentar, entre 2002 e 2006, taxas crescentes e consistentes de crescimento do PIB, que atingiriam 7%, em 2005, o último ano fiscal de seu governo, e uma média de 5,5% para o período.

A "bonança" propagou-se pelos anos seguintes, já durante o Governo do Primeiro-Ministro Robert Fico, quando a economia eslovaca viria a crescer 9%, em 2006, e 11%, em 2007, recorde histórico e maior taxa de crescimento entre os membros da OCDE e da União Europeia naquele ano. Declinaria, posteriormente, para 6%, em 2008, consequência da crise financeira global, responsável, ainda, pelos negativos 6%, em 2009. No inverno desse último ano, a Eslováquia também padeceu dos efeitos da crise política entre a Rússia e a Ucrânia, que provocou a traumática interrupção do abastecimento de gás natural por três semanas.

O "ciclo virtuoso", experimentado pela Eslováquia, antes da crise, com o controle da dívida pública e do déficit em conta corrente, bem como as reformas econômicas empreendidas, habilitaram o país a ingressar na União Europeia, em 2004, cumprindo as recomendações para sua plena integração, e a adotar o Euro, em 2009.

Em 2010, houve recuperação e retomada do crescimento, com taxa positiva de 4%, e o Governo trabalha, atualmente, com uma projeção, para 2011, de 3,6%. Assim sendo, a Eslováquia tem logrado administrar os efeitos da crise, apresentando um dos melhores desempenhos entre as economias de seus parceiros da União Europeia, o que explica sua relutância em contribuir para o resgate de dívidas soberanas de membros cujas políticas econômicas são consideradas não apenas equivocadas, mas também negligentes, em particular, da Grécia.

Indicadores

Em números recentes, o PIB eslovaco, em paridade de poder de compra, que em 2008 alcançou US$ 126 bilhões, regrediu para US$ 124 bilhões, em 2009, e voltou a mostrar força em 2010, totalizando US$ 120 bilhões. A renda per capita mantém-se elevada, em US$ 22.267 (PPP). A atividade econômica, no entanto, está concentrada na região de Bratislava, cujo PIB per capita, dos mais altos da Europa, aproxima-se de US$ 55 mil.

O país acumula reservas da ordem de US$ 2,2 bilhões. A dívida externa eslovaca cresceu paulatinamente, nos últimos anos, e atingiu, em 2010, 45,1% do PIB, aproximadamente 66 bilhões de euros.

A Eslováquia está classificada no grupo dos países de muito alto desenvolvimento, em termos de IDH. A média salarial, não obstante, é baixa, fator de atração dos investimentos estrangeiros.

A indústria, em 2010, contribuiu com 34,5% do PIB. Nesse ano, a produção industrial apresentou ligeiro declínio, em consequência da recessão global. No último ano, o país conseguiu aumentar em 6,8% sua produção industrial e recuperou o posto de maior fabricante mundial de automóveis per capita.

A agricultura correspondeu, em 2010, a 3,9% do PIB, concentrada no cultivo de grãos (trigo, cevada, milho), oleaginosas, batatas, beterrabas, frutas e vegetais.

O setor terciário, de maior participação na economia eslovaca, composto por 90% de empresas estrangeiras, não sofreu grandes efeitos da crise econômica. Sua participação no PIB de 2010 foi de 61,6%, no qual se destacaram os serviços bancário e de turismo, este último empregando 12, 3% dos trabalhadores do país.

O nível de desemprego, embora venha apresentando ligeira queda durante o atual Governo, ainda é dos mais altos entre as economias da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), aproximadamente 14% da população economicamente ativa. A inflação também segue sendo fonte de preocupação e mantém-se em torno de 4%. O nível de preços é pressionado, principalmente, pelas altas nos preços dos alimentos, eletricidade e combustíveis.

Com as medidas de ajuste fiscal empreendidas, o governo busca manter, com dificuldade, especialmente pelas circunstâncias políticas, as projeções, para 2011, de déficit do orçamento da ordem de 3,8 bilhões de euros, e a redução do déficit público para 4,9% do PIB, em relação aos 7,8% de 2010. Para atingir tal meta, anunciou novos cortes de gastos, da ordem de 435 milhões de euros, bem como o aumento da taxa única de IVA de 19% para 20%.

Comércio exterior e investimentos

Em termos comerciais e de investimentos, a Eslováquia segue sendo um país atraente, com mão-de-obra especializada, um imposto único de 20%, e razoável infraestrutura de transportes e de logística.

O estoque de investimento estrangeiro direto (IED) na Eslováquia alcançou US$ 50,3 bilhões em 2009 e cresce a uma taxa média anual de 18% desde 2004. O investimento eslovaco no exterior, por sua vez, atingiu US$ 2,7 bilhões em 2009. Os países que mais investem na Eslováquia, pela ordem, são Alemanha, Países Baixos, Áustria e República Tcheca, nos setores automotivo, eletroquímico, bancário, bem como de maquinário, tecnologia da informação, comércio, transportes e telecomunicações.

As exportações cresceram, em média, 21% ao ano entre 2002 e 2009, e as importações, 18,7%, no mesmo período. A balança comercial mostrava-se sistematicamente deficitária. Em 2009, a tendência histórica foi revertida, com ligeiro saldo positivo de 950 milhões de euros. Em 2010, o saldo foi menor, porém, igualmente positivo, com as exportações somando 48,8 bilhões, e as importações, 48,6 bilhões de euros, um acréscimo de 16,4% e 14,9%, respectivamente, em relação ao ano anterior. Até julho de 2011, o superávit comercial já ultrapassou ligeiramente aquele de 2009.

Por exportar bens duráveis, de alto valor agregado, sobretudo automóveis, a Eslováquia é dependente, em grande parte, da demanda internacional por tais produtos. Ainda assim, por conta do pequeno porte de seu mercado interno, tudo indica que o país deverá manter o modelo de crescimento baseado na expansão da capacidade de exportação financiada pelo investimento direto estrangeiro.

Alemanha, República Tcheca, França, Hungria, Polônia, Áustria, Itália, Reino Unido e Rússia são os principais destinos das exportações eslovacas. O país exporta, principalmente, automóveis, peças automotivas, eletrônicos, produtos siderúrgicos, óleos, bombas e compressores.

O país importa, principalmente, petróleo e gás natural, eletrônicos, peças automotivas e eletrônicas, plásticos e produtos farmacêuticos. Seus principais fornecedores são República Tcheca, Alemanha, Rússia, Hungria, Coreia do Sul, Áustria, Polônia, França, China e Itália.

Privatizações

Com vistas a reduzir gastos, o Governo de Iveta Radicova, aprovou, em março de 2011, a privatização da estatal ferroviária "ZS Cargo Slovakia", bem como o "*leasing*", por 30 anos, do Aeroporto de Bratislava, retomando projeto do segundo governo de Mikulaš Dzurinda (2002-2006). Enquanto busca parceiros para o referido "*leasing*", o Governo empreende, igualmente, a reestruturação de duas outras empresas ferroviárias, cuja dívida, combinada à da "ZS", é de aproximadamente 1 bilhão de euros.

ANEXOS

CRONOLOGIA HISTÓRICA - ESLOVÁQUIA

Século V – Tribos eslavas se instalam na área da atual Eslováquia e se unem sob o Reino Eslavo da Grande Morávia.
Século X – Tribos húngaras invadem o território da atual Eslováquia e formam a Grande Hungria.
1562 – Os húngaros são vencidos pelos turcos otomanos e permitem que os austríacos ocupem a Alta Hungria (atual Eslováquia). Pozony (a atual Bratislava) torna-se a capital da Hungria.
1867 – A dupla monarquia Austro-Húngara é formalmente estabelecida, após um compromisso assumido pelo imperador Franz Josef com os nobres húngaros. A Eslováquia é incorporada à parte húngara desse reino.
1918 – A dissolução do Império Austro-Húngaro, após a derrota na Primeira Guerra Mundial, dá origem a novos estados – inclusive à Tchecoslováquia.
1939 – Surge a primeira República Eslovaca, criada com o apoio da Alemanha nazista. O clérigo fascista Josef Tiso governa o país seguindo os ditames das polícias alemãs, o que inclui a deportação dos judeus.
1945 – A derrota do eixo, do qual a Eslováquia faz parte, coloca o país nas mãos de potências estrangeiras. A Tchecoslováquia é restabelecida, sem a província da Rutênia, e um governo democrático instável, dominado por comunistas tchecos, assume o poder.
1948 – A União Soviética aumenta o seu controle sobre a Tchecoslováquia, sob o pretexto de restaurar a estabilidade política.
1968 - Alexandre Dubcek, um eslovaco e líder político na Tchecoslováquia, introduz uma nova filosofia de Governo, batizada de "socialismo com uma face humana". Desafiada por essas reformas, a União Soviética invade a Tchecoslováquia e instala um novo Governo, chefiado por outro eslovaco, Gustav Husak.
1989 – Seguindo movimentos similares em toda a Europa Oriental, protestos de massa e demonstrações colocam fim ao regime comunista e forçam Husak a renunciar. A Revolução de Veludo instaura um regime democrático e o ex-preso político Vaclav Havel assume a presidência da Tchecoslováquia.
1992 – Após obter o segundo lugar nas eleições realizadas no verão, Vladimir Meciar torna-se o Primeiro-Ministro da parte eslovaca do Estado tchecoslovaco, em processo de dissolução. Em seguida, começam as negociações que levarão à separação das duas repúblicas ("Divórcio de Veludo").

1993 – janeiro – O primeiro dia do ano marca o nascimento da segunda República Eslovaca.
1993 – março – Meciar renuncia ao cargo de Primeiro-Ministro, após perder um voto de confiança no parlamento. Assume o governo Josef Moravcik, que começa um programa audacioso de privatizações e reformas econômicas.
1994 – O novo partido político de Meciar vence as eleições e ele volta a assumir o cargo de Primeiro-Ministro, por um período de quatro anos, durante os quais as acusações de corrupção e hostilidade à minoria húngara se multiplicam.
1998 – Meciar é derrotado nas eleições e o novo Primeiro-ministro, Mikulas Dzurinda, assume o Governo à frente de uma coalizão, com a missão de limpar a imagem do país.
1999 – Rudolf Schuster, membro da coalizão no poder, vence Meciar nas eleições presidenciais e se torna o segundo Presidente da República eleito de acordo com as normas da nova constituição eslovaca.
2000- A Eslováquia é convidada a tornar-se membro da OTAN e a iniciar o processo de negociação com vista à entrada na União Europeia.
2004 – Entrada na OTAN e na União Europeia.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-ESLOVÁQUIA

01/01/1993 – Desmembramento da Tchecoslováquia. A Eslováquia manteve sua Embaixada no Brasil e o Brasil estabeleceu que a Embaixada em Praga (República Tcheca) responderia, cumulativamente, pelas relações bilaterais com a República Eslovaca
1996 – Visita a Bratislava do Ministro do Exército do Brasil; a Embaixada do Brasil emViena passa a ser cumulativa com a Eslováquia
1998 – março – Visita ao Brasil da Ministra dos Negócios Estrangeiros Zdenka Kramplová (Brasília, Santa Catarina, São Paulo; inauguração de Consulado Honorário em Brusque)
1999 – janeiro – Abertura de fábrica da empresa brasileira EMBRACO em Spisska Nova Ves, Eslováquia
2001 – julho – Visita ao Brasil do Presidente Schuster
2002 – fevereiro – Visita do presidente Fernando Henrique Cardoso a Bratislava
2004 – janeiro – Abertura de Consulado honorário do Brasil em Bratislava
2005 – abril – Abertura da fábrica da empresa brasileira CWR em Spisska Nova Ves, Eslováquia, em presença do Primeiro-Ministro eslovaco Mikulas Dzurinda
2005 – novembro – Reunião de Diretores de Departamento das duas chancelarias em Brasília
2006 – outubro – Reunião de Diretores de Departamento das duas chancelarias em Bratislava
2008 – Abertura de Embaixada do Brasil residente em Bratislava

ATOS BILATERAIS

Nome	Assinatura	Entrada em vigor
Acordo de Comércio*	19/07/1977	05/06/1978
Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica*	02/07/1985	26/01/1990
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda*	26/08/1986	14/11/1990
Acordo de Cooperação Cultural*	07/04/1989	26/01/1990
Acordo sobre Cooperação Econômica*	12/05/1988	12/05/1988
Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos	12/11/2003	06/08/2005

* Acordos firmados com a antiga República Socialista da Tchecoslováquia, que permanecem em vigor com a República Eslovaca

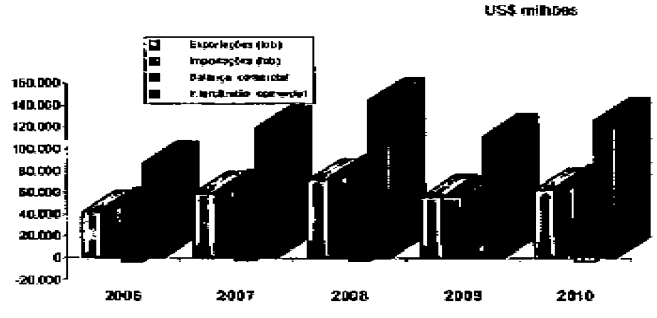
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008	2009	2010
População (em milhões de habitantes)	5,5	5,5	5,4	5,4	5,4
Densidade demográfica (hab/Km²)	112,2	112,2	110,1	110,1	110,1
PIB a preços correntes (US$ bilhões)	69,2	84,2	98,5	87,9	87,4
Crescimento real do PIB (%)	8,5	10,5	5,8	-4,8	4,0
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	4,2	5,4	4,4	0,5	1,3
Reservas internacionais, exclusive ouro (US$ bilhões) (1)	12,6	18,0	17,9	0,7	0,7
Câmbio (US$/€)	1,32	1,46	1,39	1,43	1,36

Elaborado pela APEX-BRASIL - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados de The Economist Intelligence Unit, Country Report May 2011.
(1) dados retirados do banco de dados do FMI, May 2011

COMÉRCIO EXTERIOR(1) (US$ milhões)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações (fob)	41.957	58.671	71.241	56.245	61.948
Importações (fob)	45.102	60.831	73.978	55.773	64.819
Balança comercial	-3.145	-2.160	-2.737	472	-2.871
Intercâmbio comercial	87.059	119.502	145.219	112.018	126.767

Elaborado pela APEX-BRASIL - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, May 2011
(1) Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das distintas metodologias de cálculo.
Dados posição em 24/05/2011.



DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES:						
Alemanha	13.912	19,5%	10.988	19,5%	12.465	20,1%
República Tcheca	9.877	13,6%	7.522	13,4%	9.171	14,8%
França	4.607	6,5%	3.983	7,1%	4.876	7,9%
Hungria	5.055	7,1%	4.052	7,2%	4.495	7,3%
França	4.730	6,6%	4.301	7,6%	4.454	7,2%
Áustria	4.148	5,8%	3.358	6,0%	4.401	7,1%
Itália	4.038	5,7%	3.358	6,0%	3.613	5,8%
Reino Unido	3.290	4,6%	2.546	4,5%	2.360	3,8%
Países Baixos	2.273	3,2%	1.787	3,2%	1.868	3,0%
Rússia	2.681	3,7%	1.962	3,5%	1.660	2,7%
Espanha	1.655	2,3%	1.327	2,4%	1.639	2,6%
Suécia	1.011	1,4%	982	1,7%	1.156	1,9%
Romênia	1.380	1,9%	946	1,7%	1.134	1,8%
Bélgica	1.225	1,7%	925	1,6%	1.033	1,7%
Turquia	936	1,3%	962	1,7%	928	1,5%
Suíça	510	0,7%	563	1,0%	574	0,9%
Sérvia	427	0,6%	420	0,7%	479	0,8%
Eslovênia	535	0,8%	365	3,6%	473	0,8%
Brasil	83	0,1%	45	0,1%	179	0,3%
SUBTOTAL	61.534	86,4%	49.982	88,9%	56.311	90,9%
DEMAIS PAÍSES	9.707	13,6%	6.263	11,1%	5.637	9,1%
TOTAL GERAL	71.241	100,0%	56.245	100,0%	61.948	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, May 2011

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

Última posição em 24/03/2011

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES:						
República Tcheca	13.465	18,2%	10.769	19,3%	12.241	18,9%
Alemanha	14.644	19,8%	9.695	17,4%	11.856	18,3%
Rússia	7.757	10,5%	4.850	8,7%	6.205	9,6%
Hungria	5.092	6,9%	4.113	7,4%	4.763	7,3%
Polônia	3.634	4,9%	2.854	5,1%	3.632	5,6%
República da Coréia	3.792	5,1%	3.303	5,9%	3.284	5,1%
Áustria	3.736	5,1%	2.867	5,1%	3.128	4,8%
Itália	2.887	3,9%	2.418	4,3%	2.668	4,1%
China	3.039	4,1%	1.978	3,5%	2.572	4,0%
França	2.766	3,7%	2.492	4,5%	2.547	3,9%
Países Baixos	1.659	2,2%	1.347	2,4%	1.573	2,4%
Reino Unido	969	1,3%	1.405	2,5%	1.332	2,1%
Bélgica	1.274	1,7%	782	1,4%	845	1,3%
Eslovênia	753	1,0%	529	0,9%	733	1,1%
Japão	691	0,9%	494	0,9%	664	1,0%
Espanha	794	1,1%	591	1,1%	621	1,0%
Ucrânia	796	1,1%	382	0,6%	608	0,9%
		0,0%		0,0%		0,0%
Brasil	71	0,1%	28	0,1%	39	0,1%
SUBTOTAL	67.823	91,7%	50.877	91,2%	59.309	91,5%
DEMAIS PAÍSES	6.155	8,3%	4.896	8,8%	5.510	8,5%
TOTAL GERAL	73.978	100,0%	55.773	100,0%	64.819	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, May 2011

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

Última posição em 24/03/2011

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2009 (1)	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US$ milhões)		
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	14.754	26,4%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	11.063	19,8%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	5.444	9,7%
Ferro fundido, ferro ou aço	3.030	5,4%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	2.581	4,6%
Plásticos e suas obras	1.663	3,0%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	1.521	2,7%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	1.289	2,3%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	1.277	2,3%
Borracha e suas obras	1.038	1,9%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes	834	1,5%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	770	1,4%
Alumínio e suas obras	715	1,3%
Instrumentos e aparelhos de ótica, forografia ou cinematografia	534	1,0%
Subtotal	**46.513**	**83,1%**
Demais Produtos	**9.450**	**16,9%**
Total Geral	**55.963**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES (US$ milhões)		
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	11.365	20,6%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	6.528	11,8%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	6.288	11,4%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	5.875	10,6%
Plásticos e suas obras	2.317	4,2%
Produtos farmacêuticos	1.939	3,5%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	1.695	3,1%
Ferro fundido, ferro ou aço	1.610	2,9%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	1.472	2,7%
Borracha e suas obras	848	1,5%
Papel e cartão; obras de pasta celulósica	835	1,5%
Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões	759	1,4%
Vestuário e seus acessórios, de malha	604	1,1%
Obras diversas de metais comuns	548	1,0%
Produtos diversos das indústrias químicas	516	0,9%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes	502	0,9%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	490	0,9%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	444	0,8%
Subtotal	**44.635**	**80,7%**
Demais Produtos	**10.660**	**19,3%**
Total Geral	**55.295**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/TradeMap.

(1) Última posição disponível 24/05/2011

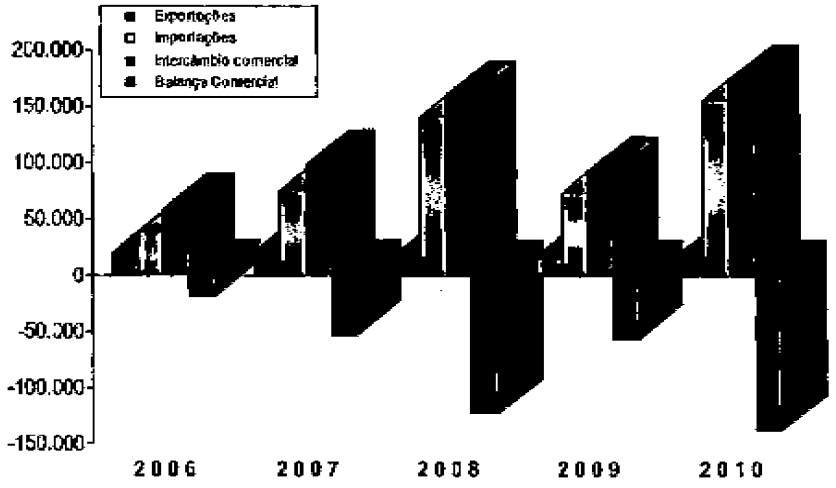
INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - REPÚBLICA ESLOVACA[1] (US$ mil, fob)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	20.798	22.304	19.597	17.985	18.356
Variação em relação ao ano anterior	-1,1%	7,2%	-16,6%	-3,3%	2,1%
Part.(%) no total das exportações brasileiras para a União Européia	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações	38.006	75.302	141.007	73.537	155.600
Variação em relação ao ano anterior	20,2%	98,1%	87,3%	-47,8%	111,6%
Part.(%) no total das importações brasileiras da União Européia	0,2%	0,3%	0,7%	0,3%	0,6%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%
Intercâmbio comercial	58.804	97.606	159.604	91.522	173.956
Variação em relação ao ano anterior	11,7%	66,0%	63,5%	-42,7%	90,1%
Part.(%) no total do intercâmbio Brasil-União Européia	0,1%	0,1%	0,3%	0,1%	0,3%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%
Balança Comercial	-17.208	-52.998	-122.410	-55.552	-137.244

Elaborado pelo MDIC/SECEX/DEPLA - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do ALICEWEB/Maio/2011.

(1) As Competências referentes aos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações acima e abaixo relacionadas podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e tratadas por diferentes metodologias de cálculo.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - REPÚBLICA ESLOVACA (US$ mil, fob)	2010 (jan-abr)	2011 (jan-abr)
Exportações	6.091	8.659
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	83,5%	42,2%
Part.(%) no total das exportações brasileiras para a União Européia	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%
Importações	42.309	52.232
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	121,1%	23,5%
Part. (%) no total das importações brasileiras da União Européia	0,2%	0,2%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,1%	0,0%
Intercâmbio Comercial	48.400	60.891
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	115,5%	25,8%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-União Européia	0,1%	0,1%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%
Balança Comercial	-36.218	-43.573

Elaborado pelo MDIC/SECEX/DEPLA - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do ALICEWEB/Maio/2011.



COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - REP. ESLOVACA (US$ mil- fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	52.090	36,9%	23.972	32,5%	59.206	38,1%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	26.528	18,8%	24.464	33,3%	42.007	27,0%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	39.125	27,7%	10.250	13,9%	21.566	13,9%
Borracha e suas obras	4.001	2,8%	1.294	1,8%	10.958	7,0%
Produtos químicos orgânicos	8.276	5,9%	6.707	9,1%	9.660	6,2%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	6.417	4,6%	2.105	2,9%	2.903	1,9%
Obras diversas de metais comuns	11	0,0%	342	0,5%	1.976	1,3%
Subtotal	136.448	96,8%	69.134	94,0%	148.376	95,4%
Demais Produtos	4.559	3,2%	4.403	6,0%	7.224	4,6%
TOTAL GERAL	141.007	100,0%	73.537	100,0%	155.600	100,0%

Elaborado pelo MPES/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, a partir das bases de dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos baseados na versão eletrônica, sendo usado como base os valores apresentados em 2012

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - REP. ESLOVACA (US$ mil - fob)	2008	no total	2009	% no total	2010	no total
EXPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	8.471	45,6%	7.855	43,7%	11.105	60,5%
Ferramentas, artefatos de cutelaria, etc. de metais comuns	457	2,5%	1.222	6,8%	1.170	6,4%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2.361	12,7%	755	4,2%	990	5,4%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	350	1,9%	352	2,0%	834	4,5%
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares	98	0,5%	3.985	22,2%	667	3,6%
Plásticos e suas obras	298	1,6%	362	2,0%	601	3,3%
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica, etc	2.809	15,1%	1.310	7,3%	573	3,1%
Borracha e suas obras	69	0,5%	253	1,4%	416	2,3%
Carnes e miudezas, comestíveis	605	3,3%	635	3,5%	405	2,2%
Subtotal	15.538	83,6%	16.729	93,8%	16.761	91,3%
Demais Produtos	3.059	16,4%	1.256	7,0%	1.595	8,7%
TOTAL GERAL	18.597	100,0%	17.985	100,0%	18.356	100,0%

Elaborado pelo MPES/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, a partir das bases de dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos baseados na versão eletrônica, sendo usado como base os valores apresentados em 2012.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - REPÚBLICA ESLOVACA (US$ mil - fob)	2010 (jan-abr)	% no total	2011 (jan-abr)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	3.472	57,0%	6.227	71,9%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	238	3,9%	403	4,7%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	286	4,7%	306	3,6%
Borracha e suas obras	99	1,6%	306	3,5%
Ferramentas, artefatos de cutelaria, de metais comuns	213	3,5%	289	3,3%
Obras de gesso, cimento, amianto, mica	187	3,1%	196	2,3%
Carnes e miudezas comestíveis	173	2,8%	158	1,8%
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares	667	11,0%	0	0,0%
Subtotal	5.335	87,6%	7.887	91,1%
Demais Produtos	756	12,4%	772	8,9%
TOTAL GERAL	6.091	100,0%	8.659	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	10.734	25,4%	20.958	40,1%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	17.559	41,5%	9.904	19,0%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	7.479	17,7%	9.253	17,7%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	720	1,7%	3.704	7,1%
Borracha e suas obras	1.082	2,6%	2.449	4,7%
Produtos químicos orgânicos	2.307	5,5%	1.775	3,4%
Obras diversas de metais comuns	480	1,1%	1.008	1,9%
Plásticos e suas obras	434	1,0%	767	1,5%
Subtotal	40.775	96,4%	49.818	95,4%
Demais Produtos	1.534	3,6%	2.414	4,6%
TOTAL GERAL	42.309	100,0%	52.232	100,0%

Elaborado pelo MPES/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos baseados na versão eletrônica, sendo usado como base os valores apresentados em jan-abr/2011.

Aviso nº 79 - C. Civil.

Em 14 de fevereiro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora SUSAN KLEEBANK, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Eslovaca.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 19, DE 2012
(nº 42/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor AFONSO ÁLVARO DE SIQUEIRA CARBONAR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Líbia.

Os méritos do Senhor Afonso Álvaro de Siqueira Carbonar que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de fevereiro de 2012.

EM No 00051 MRE

Brasília, 7 de Fevereiro de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **AFONSO ÁLVARO DE SIQUEIRA CARBONAR**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Líbia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae de **AFONSO ÁLVARO DE SIQUEIRA CARBONAR** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00051/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 7 de fevereiro de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **AFONSO ÁLVARO DE SIQUEIRA CARBONAR**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Líbia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **AFONSO ÁLVARO DE SIQUEIRA CARBONAR** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *AFONSO ÁLVARO DE SIQUEIRA CARBONAR*
CPF.: 244.186.501-30
ID.: 7167 MRE

1959	Filho de Orlando Soares Carbonar e Alcina Leme de Siqueira Carbonar, nasce em 29 de setembro, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1979	Curso de Filosofia, Política e Economia (PPE) pela Universidade Oxford
1980	Curso de Preparação à Carreira Diplomática (CPCD) - IRBr
1982	IRBr - Professor Assistente de Economia do Curso de Preparação à Carreira Diplomática (CPCD) e Examinador do vestibular para Admissão no CPCD
1987	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD), IRBr
1992	Mestrado em Relações Internacionais, Universidade George Washington, Washington, DC
2002	MBA pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) - Sloan School of Management, Boston
2004	Curso de Altos Estudos (CAE), IRBr - tese "O Brasil e o Acesso a Mercados na ALCA: Problemas e impactos nas relações com os EUA"
2005	IRBr, Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) - Coordenador dos módulos de Relações Econômicas Internacionais e de Política Internacional (ano de 2005)
Cargos:	
1981	Terceiro-Secretário
1984	Segundo-Secretário
1991	Primeiro-Secretário
1998	Conselheiro
2004	Ministro de Segunda Classe

Funções:

1981-83	Divisão de Política Financeira, Assistente
1983-84	Divisão de Política Comercial, Assistente
1985-88	Embaixada em Washington, Segundo-Secretário (setores econômico e de C&T)
1986	Curso de Especialização em Política Comercial, Universidade Georgetown, Washington, DC
1988-91	Embaixada em Moscou, Segundo-Secretário (encarregado dos setores de Política Externa e Interna)
1991-93	Secretaria de Relações com o Congresso, Assessor Parlamentar
1993-96	Prefeitura de Campinas, São Paulo - Secretário Municipal de Cooperação Internacional
1995-97	Divisão de Política Financeira e de Desenvolvimento, Chefe
1997-98	Núcleo de Coordenação da ALCA, Coordenador-Adjunto
1998-99	Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, Gabinete do Ministro, Chefe da Assessoria Internacional
1999-2000	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), Casa Civil da Presidência da Repúblic Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Assessor Especial (encarregado do Programa Especial de Exportações - PEE)
2000-03	Consulado-Geral em Boston, Cônsul-Geral Adjunto e Encarregado do Consulado-Geral
2004-05	Secretaria-Geral das Relações Exteriores, Assessor (encarregado dos temas econômicos e da América do Sul)
2004	Embaixada em Pequim, Conselheiro em missão transitória (com o objetivo de auxiliar na preparação de Visita Presidencial)
2005	Divisão Econômica da América do Sul, Chefe
2005	Departamento da América do Sul, Diretor, substituto, e SGAS, interino
2005-09	Embaixada em Roma, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios
2009	Secretaria-Geral das Relações Exteriores, Assessor (encarregado dos temas econômicos, do Mercosul da UNASUL)
2009	IRBr - Curso de Formação de Diplomatas, Professor Assistente das disciplinas Política Externa Brasileir I e II (Política Internacional e PEB)
2010	Secretaria-Geral das Relações Exteriores, Assessor para Assuntos de Defesa
2010	Secretaria Geral das Relações Exteriores/MRE - Assessor Especial para Assuntos de Defesa do Secretário Geral das Relações Exteriores
2010	III Comitê Brasil-França do Programa de Desenvolvimento de Submarinos, inclusive o de propulsão nuclear (PROSUB) - Chefe da Representação do MRE
2010	II Curso de Preparação do MRE para Futuros Adidos Militares Brasileiros (Brasília) – Coordenador-Gera
2011	Livro Branco de Defesa Nacional - Membro Titular do MRE no Grupo de Trabalho Interministerial
2011	Embaixada do Brasil em Damasco, Encarregado de Negócios em missão transitória (28/05 a 10/07/201
2011	III Reunião Ministerial Ordinária do Conselho de Defesa Sul-americano (Lima) - Chefe da Representaçã do MRE
2011	IRBr - Professor Titular das disciplinas Política Externa do Brasil I e II (Política Internacional e PEB)
2011	IRBr - Coordenador do I Módulo sobre Política Externa e Defesa do Curso de Formação de Diplomatas
2011	III Curso de Preparação do MRE para Futuros Adidos Militares Brasileiros (Brasília) – Coordenador-Ger
2011	Relator Diplomático no LVI Curso de Altos Estudos da tese sobre "Estruturação de Estratégia na ONU d Combate ao Terrorismo Internacional"
2011	I Reunião Extraordinária de Vice-Ministros do Conselho de Defesa Sul-Americano (para negociar o Centro de Estudos Estratégicos do CDS - Buenos Aires) - Chefe da Representação do MRE

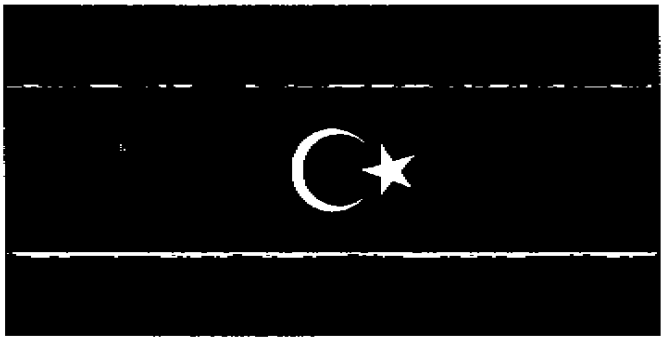
Condecorações:

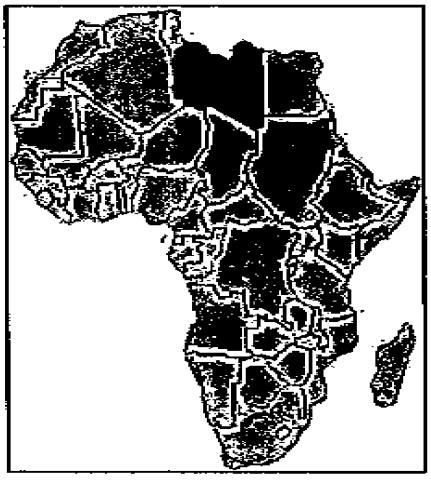
2008	Ordem do Mérito Militar, Oficial
2009	Ordem de Rio Branco, Grande Oficial
2010	Ordem do Mérito da Defesa, Comendador
2010	Ordem ao Mérito Naval - Medalha Tamandaré
2011	Ordem do Mérito Aeronáutico
2011	Ordem do Mérito da Defesa, Grande Oficial

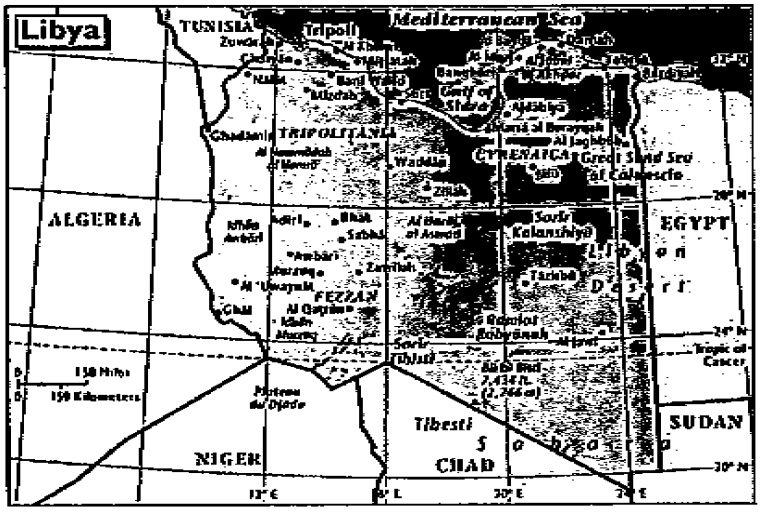
JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS III
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
DIVISÃO DE ÁFRICA III

LÍBIA







OSTENSIVO
Informação ao Senado Federal
Fevereiro de 2012

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Líbia
CAPITAL	Trípoli (cerca de 1 milhão de habitantes)
ÁREA	1.759.540 km² (cerca de 200 mil km² a mais que o Estado do Amazonas)
POPULAÇÃO	6 milhões de habitantes (33° na África)
IDIOMAS	Árabe (oficial); italiano e inglês são compreendidos nas principais cidades
RELIGIÃO	Islâmica sunita (97%)
SISTEMA DE GOVERNO	Governo Provisório de Transição
CHEFE DE ESTADO	Mustafa Mohammed Abdul Jalil (Presidente do Conselho Nacional de Transição – CNT)
CHEFE DE GOVERNO	Abdel Rahim al-Kib (Primeiro-Ministro interino, eleito pelos membros do CNT, em 31/10/11)
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	Ashour Bin Hayal
PIB	US$ 74,23 bilhões (2010); US$ 58,7 bilhões (2011)
PIB PPP	US$ 90,57 bilhões (2010); US$ 91 bilhões (2011)
VARIAÇÃO DO PIB	5% (2007); 2,7% (2008); -0,7% (2009); 3,3% (2010); -27,9% (2011)
PIB *per capita*	US$ 10.873 (2010); US$ 9.776 (2011)
PIB *per capita* PPP	US$ 14.000 (2010); US$ 15.189 (2011)
IDH	2011: 0,760 (64° no ranking mundial; em 2010: 0,770, 54° no ranking mundial).
MOEDA	Dinar líbio
EMBAIXADOR NO BRASIL	A ser designado
EMBAIXADOR NA LÍBIA	A ser designado

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões F.O.B) – Fonte: *MDIC*

BRASIL → LÍBIA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Intercâmbio	**78,55**	**173,08**	**247,64**	**491,78**	**1.236,33**	**1.779,05**	**1.039,77**	**557,03**	**102,63**
Exportações	52,55	116,39	213,16	203,38	238,66	372,90	204,70	456,17	101,89
Importações	26,00	56,69	34,48	288,40	997,67	1.406,15	835,07	100,86	0,74
Saldo	26,55	59,70	178,68	-85,02	-759,01	-1.033,25	-630,37	355,31	101,15

ÍNDICE

PERFIS BIOGRÁFICOS .....
MUSTAFA MOHAMMED ABDUL JALIL .....
ABDEL RAHIM AL-KIB .....
ASHOUR BIN HAYAL .....
POLÍTICA INTERNA .....
O Governo Provisório .....
Situação Atual .....
O Calendário de Transição .....
POLÍTICA EXTERNA .....
RELAÇÕES BILATERAIS .....
Conflito na Líbia – Posição Brasileira .....
Primeiros Contatos Bilaterais e Reconhecimento do CNT .....
Assistência Humanitária .....
Período Pós-Conflito - Posição Brasileira .....
Assuntos consulares .....
ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS .....
Comércio e Investimentos Bilaterais .....
Investimentos Brasileiros na Líbia .....
Empréstimos e financiamentos oficiais .....
CRONOLOGIA HISTÓRICA DA LÍBIA .....
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-LÍBIA .....
ACORDOS BILATERAIS .....
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS .....

PERFIS BIOGRÁFICOS

MUSTAFA MOHAMMED ABDUL JALIL
Presidente do Conselho Nacional de Transição

Nasceu na cidade de Bayda, no oeste da Líbia, em 1952, e estudou Direito e Charia (lei islâmica) na Universidade da Líbia.

Em 2007, foi nomeado Ministro da Justiça. Seus esforços em favor da reforma do Código Penal da Líbia renderam-lhe elogios de grupos de direitos humanos e de potências ocidentais.

Em 2010, Jalil renunciou ao cargo de Ministro da Justiça alegando sua "incapacidade de superar as dificuldades enfrentadas pelo setor judicial". Ao deixar o cargo, denunciou a detenção de centenas de prisioneiros políticos a despeito de decisões judiciais absolvendo-os. As denúncias feitas por Jalil contribuíram para o desgaste da imagem de Muammar Kadhafi, que detinha o poder na Líbia desde 1969.

Em 23 de março de 2011, Jalil assumiu a presidência do Conselho Nacional de Transição, formado em Benghazi com o objetivo de pôr fim ao regime de Kadhafi.

Em setembro de 2011, a Assembleia Geral da ONU reconheceu, com voto favorável do Brasil, o Conselho Nacional de Transição, liderado por Jalil, como representante legítimo do povo líbio.

ABDEL RAHIM AL-KIB
Primeiro-Ministro

Abdel Rahim al-Kib nasceu em 1950, no distrito de Zawia, próximo a Trípoli. Graduou-se pela Universidade de Trípoli. Passou a maior parte de sua vida no exílio. É engenheiro elétrico e empresário. Obteve PhD pela Universidade da Carolina do Norte e ocupou cargos acadêmicos no Catar e nos Emirados Árabes.

Regressou à Líbia após a conquista da capital, Trípoli, pelos rebeldes, em agosto de 2011.

De perfil tecnocrata, praticamente sem qualquer envolvimento passado com o regime de Kadhafi, Al-Kib conta com o aval dos países que se engajaram na luta contra Kadhafi e poderá angariar significativo apoio entre a população líbia. Contudo, especula-se que a falta de raízes políticas no país pode limitar sua capacidade de liderar o complexo processo de

transição que se inicia na Líbia. Alguns analistas acreditam que as conexões de Al-Kib com sua região de origem (Zawia/Trípoli) constituem um contrapeso necessário à predominância de representantes do leste do país (sobretudo da região de Benghazi) no Conselho Nacional de Transição.

ASHOUR BIN HAYAL
Ministro das Relações Exteriores

Ashour bin Hayal nasceu em Derna, no leste da Líbia, em 1939. Diplomata de carreira, Hayal serviu em importantes postos no exterior, como Roma e Nova York (na representação permanente da Líbia junto à ONU).

Foi Embaixador na Coreia do Sul em 1984, ano em que pediu exoneração do cargo em protesto contra o assassinato de policial inglesa por atirador abrigado na Embaixada da Líbia em Londres. Passou então a militar contra o regime de Kadhafi a partir do exterior. Em 2005, após o sequestro e assassinato de Mansour Rashid el-Kikhia, assumiu o cargo de Secretário-Geral da Aliança Nacional Líbia, movimento de expatriados oposicionistas.

Em novembro de 2011, foi designado Ministro das Relações Exteriores pelo Primeiro-Ministro Al-Kib.

POLÍTICA INTERNA

Em agosto de 2011, os combatentes do Conselho Nacional de Transição (CNT) tomaram a capital líbia, Trípoli, derrotando as forças leais ao Coronel Muammar Kadhafi, que governava o país desde 1969.

Em seguida, os insurgentes voltaram-se contra o último reduto de forças leais a Kadhafi, Sirte, sua cidade natal. Após semanas de intensos combates, as tropas do CNT lograram superar as linhas de defesa dos kadhafistas. Em 20 de outubro, foi anunciada a morte de Muammar

Kadhafi, executado sumariamente pelos insurgentes. Em 23 de outubro, as autoridades do CNT declararam a "libertação do país".

Após a derrocada do regime de Kadhafi, os principais desafios do CNT, no futuro imediato, consistem em estabilizar a situação de segurança em Trípoli e outras partes do país, estabelecer uma autoridade legítima inclusiva com ampla aceitação entre as diversas tribos e regiões da Líbia e regularizar a produção e exportação de petróleo, de forma a canalizar recursos para a reconstrução do país.

A tarefa a que se propõe o CNT não será fácil. O processo de transição política na Líbia encontra-se sujeito a entraves e recuos, dada a dificuldade de se estabelecer um diálogo político inclusivo em um país desprovido de tradição democrática aliada à presença de milícias remanescentes da guerra civil e à disseminação de armas entre a população – principais fatores de instabilidade no período pós-conflito.

O Governo Provisório

Em 31 de outubro de 2011, Abdel Rahim al-Kib foi eleito novo Primeiro-Ministro da Líbia, em votação restrita aos membros do CNT. Al-Kib, que recebeu 26 de um total de 51 votos, passou a ocupar o lugar de Mahmoud Jibril, que, desgastado politicamente, não concorreu ao cargo.

De perfil tecnocrata, praticamente sem qualquer envolvimento passado com o regime de Kadhafi, Al-Kib conta com o aval dos países que se engajaram na luta contra Kadhafi e poderá angariar significativo apoio entre a população líbia. A falta de raízes políticas no país, no entanto, poderá limitar sua capacidade de liderar o complexo processo de transição que se inicia na Líbia. Alguns analistas acreditam que suas conexões com sua região de origem (Zawia/Trípoli) constituem um contrapeso necessário à predominância de representantes do leste do país (sobretudo da região de Benghazi) no CNT.

Como previsto, um mês após a declaração de libertação do país, o Primeiro-Ministro Al-Kib anunciou a formação de um Governo interino. O novo gabinete, de perfil mais tecnocrata que político, deverá conduzir o país até as eleições legislativas, a serem realizadas em cerca de oito meses contados da nomeação do novo Governo. A assembleia eleita será encarregada de elaborar nova Constituição, após o que deverão ser convocadas eleições presidenciais.

Entre os 24 integrantes do novo Governo líbio, destacam-se dois proeminentes líderes rebeldes oriundos do noroeste do país: Osama Al-Juwaili, da cidade de Zintan, como Ministro da Defesa; e Faouzi Abdelal, de Misurata, como Ministro do Interior. Ambas as cidades, severamente afetadas pela guerra civil, vinham-se queixando de pouca representatividade nos quadros do CNT.

Dois experientes tecnocratas, Abdelrahmane Ben Yazza, ex-integrante da diretoria da petrolífera italiana ENI, e Hassan Zinglan, também vinculado ao setor de hidrocarbonetos, assumiram respectivamente o Ministério do Petróleo e o Ministério das Finanças. Caberá a Ben Yazza primordialmente retomar a produção e exportação de petróleo, enquanto que Hassan Zinglan deverá se ocupar das políticas de investimentos públicos e da recuperação dos ativos líbios no exterior.

Ashour Ben Khail, natural de Derna, cidade portuária do leste do país, assumiu o cargo de Ministro das Relações Exteriores. Surpreendeu sua designação, uma vez que era tida como certa a nomeação de Ibrahim Dabbashi, ex-Representante da Líbia junto às Nações Unidas durante o regime de Kadhafi que passou a atuar decididamente em favor da causa rebelde após o início dos protestos, em fevereiro passado.

O Primeiro-Ministro Al-Kib tem buscado assegurar ao país e à comunidade internacional que seu gabinete contempla todos os segmentos da sociedade líbia. De fato, as autoridades do CNT envidaram esforços no sentido de acomodar os interesses das diversas regiões e tribos líbias, com o objetivo primordial de consolidar a estabilidade e a unidade do país.

O CNT pareceu ter apostado no critério geográfico como fórmula mais eficaz para a constituição de um Governo equilibrado e legítimo, que possa ser aceito por ampla maioria da população. Não obstante, Al-Kib já enfrenta a oposição de grupos que afirmam não estarem devidamente representados no novo Governo, como os berberes das montanhas Nafusa. Tribos da Cirenaica, por sua vez, têm-se mostrado descontentes com a predominância de líbios ocidentais no gabinete recém-formado, o que consideram ingratidão das autoridades do CNT para com os mártires da região que deflagrou a revolução contra o regime de Kadhafi.

Embora Al-Kib tenha garantido à população que a lei islâmica (a "charia") constituirá o fundamento da nova Constituição, nota-se que o novo governo líbio tem buscado evitar a "islamização" do processo de transição política. Os segmentos islamistas receberam limitado espaço no novo Governo líbio, à diferença do que vem sendo observado no Egito e na Tunísia, que têm buscado na alternativa islamista solução para alavancar o seu desenvolvimento socioeconômico e implementar reformas políticas que atendam aos anseios populares, após décadas sob regimes autoritários.

Especula-se que a posição do CNT com relação aos islamistas tenha sido influenciada pela pressão exercida por seus principais aliados ocidentais.

Situação Atual

Avalia-se que um dos principais fatores de instabilidade na Líbia pós-Kadhafi possa ser a permanência, após o fim da luta armada, de diversas milícias dispersas pelo território líbio, as quais, embora tenham composto as fileiras do CNT contra as forças de Kadhafi, tendem a identificar-se primordialmente com interesses regionais ou tribais, em detrimento de considerações de caráter nacional. Tal fato, aliado à grande quantidade de armas de pequeno e médio porte em mãos de civis, muitas das quais adquiridas durante e após a luta armada, aumenta o potencial de eclosão de novos conflitos no país.

Cidades e rodovias continuam a ser patrulhadas por milícias rebeldes, as quais, contrariando o ultimato dado pelo novo Governo em 20 de dezembro passado, não depuseram as armas. No início deste ano, o Ministro da Defesa, Osama al-Juwali, informou que pretende incorporar às forças armadas os milhares de combatentes que fizeram a revolução. A medida garantiria, assim, emprego aos rebeldes, em sua maioria jovens pobres e com pouca instrução, e evitaria conflitos entre os diversos grupos armados. Não obstante, na falta de comando central efetivo, facções rebeldes continuam a enfrentar-se pelo controle de locais estratégicos – como o Aeroporto Internacional de Trípoli, fechado em dezembro último devido a tiroteio no interior das instalações.

O Calendário de Transição

Após a formação do Governo interino, em 22 de novembro de 2011, o calendário tentativo do processo político na Líbia estipula a realização de eleições para uma Assembleia Nacional até junho de 2012. Com a assunção dos 200 membros eleitos para a Assembleia, o CNT deverá ser dissolvido e um novo Primeiro-Ministro eleito, o qual terá o prazo de um mês para formar um novo Governo.

A Assembleia eleita deverá igualmente nomear os integrantes de uma comissão que se encarregará da elaboração de um projeto de Constituição no prazo de dois meses a contar da primeira sessão da assembleia. O projeto será, então, submetido a referendo popular. Por fim, três meses após a realização do referendo, serão realizadas eleições gerais.

POLÍTICA EXTERNA

A prioridade da nova diplomacia líbia após o fim do conflito tem sido a normalização das relações exteriores do país com as "nações amigas". Ênfase vem sendo dada, porém, ao estreitamento das relações com os países da coalizão responsável pela implementação da Resolução 1973 do Conselho de Segurança da ONU – particularmente a França, o Catar, o Reino Unido e os EUA.

A recuperação dos ativos líbios no exterior e a retomada do fluxo de investimentos estrangeiros (setores de petróleo e infraestrutura) também figuram entre as principais linhas de ação externa do novo regime, uma vez que a reconstrução da economia é vital para a sua consolidação no poder e o encaminhamento, sem maiores percalços, do processo de transição. Até o momento, o Governo líbio não tem encontrado, no âmbito dos foros multilaterais principalmente, resistências a suas demandas de reincorporação dos massivos capitais de que Kadhafi dispunha no exterior. Em resposta às solicitações líbias, o Conselho de Segurança da ONU autorizou, em 16 de dezembro último, o descongelamento de ativos do Banco Central da Líbia e do "*Libyan Foreign Bank*".

É possível que o novo regime líbio tenha atritos com os países que já detinham fortes vínculos comerciais e econômicos com a Líbia durante a era Kadhafi, principalmente a Itália. O processo de aproximação entre Líbia e Itália iniciara-se em 2008 com a assinatura do "Tratado de Amizade, Parceria e Cooperação" e fora impulsionado pelas boas relações entre Berlusconi e Kadhafi. Em fins de dezembro, o Primeiro-Ministro Abdel Rahim al-Kib emitira declaração em que manifestava a intenção do governo líbio de rever os acordos firmados pela petrolífera italiana ENI, maior companhia estrangeira presente no país, que mantém contratos para a exploração de petróleo no país até 2042. Contudo, pouco depois da declaração de al-Kib, o Governo líbio teria confirmado a vigência de contratos de gás e petróleo com a ENI. Avalia-se que a postura contraditória do Governo líbio revele tensões internas do regime de transição.

O CNT deverá criar melhores condições ao diálogo com os países do norte da África. O Marrocos uniu-se tempestivamente aos países da OTAN no apoio ao CNT contra Kadhafi. A Tunísia adotou, em princípio, posição cautelosa quanto ao estabelecimento de contatos e o reconhecimento do CNT, sobretudo em razão da delicada situação na região de fronteira durante o conflito. No entanto, na medida em que os rebeldes ganharam terreno, as autoridades tunisianas buscaram acercar-se do CNT, por meio da realização de visitas de alto nível e de manifestações de apoio ao processo de transição democrática no país vizinho. A Argélia, tendo sido uma das principais opositoras à intervenção militar da OTAN,

reconheceu o CNT tardiamente, acompanhando o consenso da União Africana. Não obstante, os contatos diretos entre altas autoridades estabelecidos desde então indicam que os dois países estão dispostos a inaugurar uma nova fase no relacionamento bilateral, pautada numa maior confiança mútua e nos laços de solidariedade que ligam os seus povos.

Até o momento, não teve desenvolvimento o processo de criação de área de livre comércio, propósito intrínseco da União do Magrebe Árabe (UMA), mecanismo de integração regional que engloba, além da Líbia, Mauritânia, Marrocos, Argélia e Tunísia. Nesse sentido, o novo regime poderá favorecer o relançamento do interrompido processo de integração magrebino.

A Líbia deverá esforçar-se para reintegrar-se plenamente à União Africana, tarefa que não será fácil, considerando, por um lado, a resistência dos países do continente a apoiar a implementação da Resolução 1973 do Conselho de Segurança da ONU e, por outro lado, o singular perfil mantido por muito tempo por Kadhafi naquele organismo. Kadhafi era um dos mais proeminentes defensores do "pan-africanismo" e detinha grande prestígio junto a várias lideranças africanas – a Líbia mantinha significativos investimentos e projetos de cooperação em muitos países do continente, principalmente na África Ocidental. No entanto, países de relevo no cenário africano, como África do Sul, Egito, Nigéria, Angola e Quênia, que viam com desconforto o idiossincrático pró-ativismo de Kadhafi na União Africana, não deverão manter reservas quanto à atuação da nova diplomacia líbia no organismo. A presença do Primeiro-Ministro Al-Kib na XVIII Cúpula da União Africana, realizada em Adis Abeba, em janeiro de 2012, demonstra o compromisso líbio em restabelecer as relações com o continente africano.

O novo Governo líbio poderia contribuir igualmente para o concerto regional em favor da segurança na sub-região do Sahel e em Darfur. Sempre houve suspeitas quanto ao suposto apoio de Muammar Kadhafi a tuaregues rebeldes do Mali e do Níger, bem como aos insurgentes no Chade. Autoridades sudanesas, por sua vez, acusavam Kadhafi de fomentar a instabilidade na região de Darfur, por meio de financiamento e suporte logístico a grupos de oposição armada. Não obstante, o momento atual é de grande apreensão entre os países vizinhos quanto ao destino do arsenal deixado por Kadhafi, sujeito a contrabando e potencial elemento de desestabilização regional.

Os países do Golfo, especialmente o Catar, que prestou importante assistência financeira, militar e logística ao CNT ao longo do conflito, deverão estreitar significativamente as relações com a Líbia pós-Kadhafi, interessados nas oportunidades de investimento existentes.

RELAÇÕES BILATERAIS

Conflito na Líbia – Posição Brasileira

Desde o início dos protestos populares na Líbia, o Brasil repudiou atos de violência contra a população civil e reconheceu como legítimas as aspirações da população líbia por democracia e reformas políticas. O Brasil defendeu uma solução pacífica e política para a crise, que fosse baseada na vontade do povo líbio e capaz de garantir a estabilidade de longo prazo no país.

Ao longo do conflito, o Brasil buscou enfatizar a importância do papel dos países vizinhos e de mecanismos regionais como a Liga dos Estados Árabes (LEA) e a União Africana (UA) para o encaminhamento político da questão, tendo apoiado firmemente o "Mapa do Caminho" da UA, que preconizava uma solução negociada inclusiva, de caráter duradouro.

Em 26 de fevereiro de 2011, sob a presidência brasileira, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou, por unanimidade, a Resolução 1970, que impunha sanções ao regime de Muammar Kadhafi e submetia a situação da Líbia à apreciação do Tribunal Penal Internacional (TPI). O Brasil, ademais, votou a favor de resolução do Conselho de Direitos Humanos (CDH) que designou o envio de uma comissão de inquérito para investigar as denúncias de crimes humanitários cometidos pelo regime de Kadhafi, e, em seguida, votou a favor de resolução da Assembleia Geral que suspendeu a Líbia do CDH.

Embora tenha tomado nota do apelo da Liga Árabe em favor da imposição de uma zona de exclusão aérea sobre o território líbio, o Brasil absteve-se na votação que resultou na adoção da Resolução 1973 do Conselho de Segurança por não se ter persuadido de que o uso da força, além do requerido para o estabelecimento de uma zona de exclusão aérea, contribuiria para o fim da violência e a efetiva proteção dos civis na Líbia. Os episódios de "efeito colateral" relatados e os ataques a instalações civis vinculadas ao regime de Kadhafi pelas forças da OTAN, bem como o apoio material, técnico e financeiro às tropas rebeldes por parte de países engajados na implementação da Resolução 1973, indicaram clara tendência de distorção do propósito original da resolução. O objetivo de proteger civis teria sido, assim, se não suplantado, pelo menos acompanhado do propósito de mudar o regime político líbio.

Avalia-se que o conflito na Líbia tenha custado a vida de, ao menos, 25 mil pessoas e deixado aproximadamente 50 mil feridos. O alto número de vítimas do conflito, acirrado pela intervenção da OTAN sob a alegada motivação de proteção à população civil, reforça a posição

brasileira de que a "responsabilidade de proteger" da comunidade internacional deve ser complementada pela ideia da "responsabilidade ao proteger".

Primeiros Contatos Bilaterais e Reconhecimento do CNT

O reconhecimento da importância e da representatividade do Conselho Nacional de Transição (CNT) como parte em qualquer solução política sustentável para a crise líbia levou o Governo brasileiro a manter diálogo com aquela entidade a partir de maio de 2011.

No final de julho, o Embaixador do Brasil no Cairo realizou missão a Benghazi para o estabelecimento de contatos com o CNT no mais alto nível. Na ocasião, o Embaixador do Brasil avistou-se com o Presidente do Conselho, Mustafa Abdul Jalil, que assegurou ao Embaixador brasileiro o respeito aos contratos firmados por empresas estrangeiras atuantes na Líbia sob o regime Kadhafi. Jalil sublinhou ser o Brasil um dos parceiros mais importantes da Líbia, com o qual o povo líbio se sentiria "confortável".

Em 16 de setembro de 2011, o Brasil votou a favor do credenciamento do CNT como representante da Líbia para a 66ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU, o que significou, na prática, o reconhecimento formal, pelo Brasil, daquela entidade como legítimo representante do povo líbio.

Entre os dias 8 e 10 de outubro, o Embaixador Paulo Cordeiro, Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos de África e Oriente Médio do Itamaraty, visitou Trípoli com vistas a restabelecer as bases das relações entre o Brasil e a Líbia, prejudicadas pela eclosão da crise. Na ocasião, o representante brasileiro manteve encontros com o Presidente do Banco Central da Líbia e o Vice-Chanceler em exercício, entre outras autoridades. O Subsecretário-Geral pôde, ainda, reunir-se com funcionários da Andrade Gutierrez, da Queiroz Galvão e da Odebrecht e visitar canteiros de obras a cargo das empresas brasileiras. Foram discutidas com as autoridades líbias formas de aprimorar o diálogo político e ampliar a cooperação econômica e comercial. Autoridades do CNT voltaram a comprometer-se a respeitar os contratos firmados com empresas brasileiras durante o regime de Kadhafi, caso não sejam encontrados indícios de irregularidades.

Assistência Humanitária

Em março de 2011, o Governo brasileiro respondeu positivamente ao "Apelo Suplementar para a Resposta à Emergência no Norte da África e no Mediterrâneo", lançado pelo ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados). A contribuição

brasileira, no valor de US$ 374 mil, destinou-se a beneficiar os refugiados do conflito na Líbia deslocados para o Egito e para a Tunísia.

Em novembro de 2011, a Andrade Gutierrez, a Odebrecht e a Queiroz Galvão efetuaram juntas doação à Organização Mundial da Saúde (OMS) no valor de R$ 1,2 milhão para a aquisição de medicamentos essenciais e suprimentos médicos para pessoas vítimas de lesões e traumas em decorrência do conflito no país.

Em reação aos indícios de que minas brasileiras teriam sido empregadas no conflito, o Governo brasileiro doou US$ 100 mil ao fundo fiduciário do UNMAS (*United Nations Mine Action Service*), com vistas a colaborar com os esforços de remoção de minas na Líbia, e designou oficial das Forças Armadas para prestar auxílio às operações do JMACT (*Joint Mine Action Coordination Team*) no país.

Período Pós-Conflito - Posição Brasileira

Na visão do Brasil, cabe ao povo líbio liderar o processo de transição e de reconstrução do país. As estratégias para o período pós-conflito deverão levar em conta, ainda, as contribuições relevantes de organizações regionais, tais como a União Africana e a Liga dos Estados Árabes.

A ONU, em coordenação com organizações regionais, está bem posicionada para prestar assistência em diversas áreas, como restauração da ordem e da segurança pública, o estabelecimento de diálogo político inclusivo, o apoio para a elaboração de uma Constituição e para a organização de eleições, mecanismos de direitos humanos, reestruturação do sistema de justiça e recuperação econômica do país.

De modo a lidar com os desafios futuros, o Brasil encoraja a Missão de Apoio das Nações Unidas na Líbia (UNSMIL) a trabalhar pelo estabelecimento de mecanismo que permita dar início a um diálogo nacional inclusivo o mais brevemente possível.

Assuntos Consulares

As questões consulares na Líbia estão a cargo da Embaixada em Trípoli. Antes da eclosão do conflito, em 2010, a comunidade brasileira na Líbia era composta por cerca de 600 pessoas.

Quando da escalada do conflito, em fevereiro de 2011, a Embaixada brasileira em Trípoli prestou ampla assistência aos brasileiros na Líbia para garantir sua evacuação do território líbio.

Foram emitidos passaportes e ARBs ("Autorizações de Retorno ao Brasil" – documento emitido gratuitamente em situações de emergência para nacionais sem passaporte válido) para cidadãos brasileiros. Em caráter

humanitário, foram também emitidos documentos de emergência ("passaporte de estrangeiro") para cidadãos de outras nacionalidades (sobretudo latino-americanos) que solicitaram ajuda à Embaixada.

Todos os brasileiros na Líbia foram convidados a deixar o país por vias marítimas, em embarcações fretadas pela Odebrecht e pela Queiroz Galvão. Foram igualmente removidos em segurança do país todos os cidadãos de outras nacionalidades funcionários das empresas brasileiras.

A Embaixada brasileira ofereceu ainda ajuda às demais embaixadas estrangeiras em Trípoli. No total, o Brasil coordenou a evacuação de mais de 4.500 pessoas, dentre as quais os Embaixadores de Portugal e Malta, o Encarregado de Negócios da Suíça, todo o pessoal da Embaixada da Argentina (inclusive o Encarregado de Negócios) e todo o pessoal (menos o Embaixador) da Embaixada da Venezuela – além de chineses, alemães, libaneses, suíços e indianos, entre outros.

O Itamaraty também teve atuação determinante no processo de libertação de Andrei Netto, jornalista de "O Estado de S. Paulo" que entrou ilegalmente na Líbia (contrariando recomendações da Embaixada brasileira) após a eclosão do conflito. O jornalista permaneceu detido por oito dias em uma prisão nos arredores de Trípoli. Ao deixar a prisão, foi hospedado na residência do Embaixador brasileiro. Retornando ao Brasil, o jornalista declarou que sua libertação só foi possível devido à "atuação da Embaixada brasileira em Trípoli e à boa relação entre os dois países".

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O conflito civil afetou severamente a economia do país. O novo Governo líbio tem encontrado dificuldades em restabelecer os serviços básicos à população, que se vê obrigada a recorrer a hospitais fora do país e enfrentar cortes quase diários de energia elétrica e interrupções nos serviços de internet e telefonia.

Estima-se que, em 2011, o PIB líbio tenha contraído cerca de 27,9%, sobretudo em função da drástica redução da produção de hidrocarbonetos, responsável por mais de 70% da economia do país e 95% de suas exportações.

O novo Governo anunciou recentemente que pretende alcançar os níveis de produção de petróleo do período pré-conflito ainda em 2012, ou seja, recuperar a média de 1,6 milhões de barris por dia. De fato, a produção de petróleo tem sido retomada rapidamente, tendo registrado a

média de 840 mil barris por dia em novembro passado. A revitalização do setor petroleiro sustentará a recuperação da economia este ano, que deverá crescer cerca de 22%.

O desabastecimento de bens de consumo provocado pelo conflito resultou em uma substantiva alta da inflação, de 2,5% em 2010 para 10,3% em 2011. No entanto, com a recuperação das importações bem como o seguimento da política de subsídios a gêneros básicos, as autoridades monetárias locais estimam que a inflação deverá ser reduzida a 4,5% em 2012 e a uma média de apenas 2% nos anos seguintes..

O levantamento de sanções econômicas sobre o Banco Central da Líbia, anunciado em dezembro último, deverá permitir que o sistema financeiro líbio retorne à normalidade. O gradual descongelamento dos ativos estrangeiros no exterior dará condições ao Governo líbio de financiar os seus gastos e dar continuidade aos investimentos públicos no país.

A maioria das empresas de infraestrutura e serviços ainda não retornou ao país, principalmente por questões de segurança.

Comércio e Investimentos Bilaterais

Entre 2003 e 2009, a corrente de comércio entre o Brasil e a Líbia passou de US$ 78,55 milhões para mais de US$ 1 bilhão, havendo atingido um montante recorde de US$ 1,7 bilhão em 2008. A queda das exportações líbias de hidrocarbonetos para o Brasil reduziu significativamente o montante do intercâmbio bilateral em 2010, embora as exportações brasileiras tenham atingido valor recorde naquele ano, atingindo US$ 456,17 milhões.

Em 2010, as exportações brasileiras concentraram-se em minério de ferro (51,22%) e carnes bovinas desossadas (12,66%). As estatísticas mostram ainda uma expressiva participação das vendas de aeronaves e outros aparelhos aéreos no total exportado em 2010 (12,43%).

Em 2011, em razão do conflito na Líbia, o intercâmbio comercial entre os dois países reduziu-se significativamente, registrando, até novembro passado, apenas US$ 102,64 milhões. Mais uma vez, predominaram naquele ano as exportações brasileiras (US$ 101,7 milhões), que se constituíram basicamente de trigo (31,20%), carne bovina (21,34%), açúcar (17,77%) e carne de frango (17,02%).

Investimentos Brasileiros na Líbia

A Odebrecht detém concessão para ampliar o aeroporto de Trípoli e construir anel rodoviário da cidade, enquanto que a Andrade Gutierrez e a

Queiroz Galvão atuam em obras de saneamento em Trípoli e Benghazi, respectivamente. O valor dos contratos assinados por empresas brasileiras na Líbia é da ordem de US$ 5 bilhões.

A Petrobras participou da primeira licitação internacional para exploração de hidrocarbonetos na Líbia, em janeiro de 2005, e já perfurou dois poços no país até o momento, sendo que nenhum apresentou resultado positivo. Paralelamente, a empresa brasileira buscava atuar na recuperação secundária de jazidas na Líbia, havendo apresentado propostas que se encontravam em fase de negociação. Quando do agravamento da crise na Líbia, em fevereiro, a Petrobras tinha apenas 4 funcionários no país. O número reduzido de funcionários não reflete adequadamente o tamanho das operações da Petrobras na Líbia, uma vez que grande parte das atividades era terceirizada para empresas prestadoras de serviços.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registros de concessão de créditos oficiais a tomador soberano do Brasil à Líbia.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DA LÍBIA

643 d.C. – Árabes conquistam a Líbia do Império Bizantino e a convertem ao Islamismo.
Séc. XVI – A Líbia torna-se parte do Império Otomano.
1911 – Em guerra contra o Império Turco-Otomano, a Itália ocupa a Líbia.
1914-1918 – Durante a 1ª Guerra Mundial, os líbios recuperam quase todo o seu território ocupado pela Itália.
1939 – No início da 2ª Guerra Mundial, a Itália volta a ocupar o território da Líbia.
1951 – A Líbia torna-se independente sob a liderança do Rei Idris al-Sanusi.
1953 – A Líbia é admitida na Liga Árabe.
1954 – Assinatura de acordos para concessão de bases militares a britânicos e estadunidenses.
1956 – Duas companhias estadunidenses iniciam a exploração de petróleo na Líbia.
1961 – Primeiro oleoduto é instalado, permitindo a exportação do petróleo líbio.
1969 – Golpe liderado pelo Coronel Muammar Kadhafi destitui o Rei Idris al-Sanusi.
1969 – Kadhafi implanta agenda pró-árabe e nacionaliza a economia do país.
1972 – Líbia e Egito unem-se politicamente, constituindo a Federação de Repúblicas Árabes, dissolvida em 1977.
1977 – É criado o Congresso Geral do Povo. O Governo muda o nome do país para "Grande Jamairia Árabe Popular Socialista da Líbia".
1986 – Alegando envolvimento do Governo líbio em atentado terrorista ocorrido em uma discoteca em Berlim, frequentada por soldados americanos, os EUA bombardeiam Trípoli.
1988 – Atentado a bomba no Reino Unido explode aeronave da companhia aérea estadunidense "Pan Am"; suspeitos têm nacionalidade líbia.
1992 – ONU impõe sanções à Líbia e exige entrega dos suspeitos pelo atentado.
1999 – Governo líbio entrega suspeitos para julgamento na Haia; ONU suspende embargo. A Líbia gradualmente normaliza suas relações exteriores.
2003 – Líbia é eleita para a presidência da Comissão de Direitos Humanos da ONU.

2003 – Líbia assume a responsabilidade pelo atentado de 1988 ao avião da Pan Am.
2003 – Conselho de Segurança da ONU vota pela extinção das sanções.contra a Líbia. O país anuncia o abandono de programa de produção de armas de destruição em massa.
2005 – Companhias de petróleo estadunidenses regressam à Líbia após mais de 20 anos.
2006 – EUA retiram a Líbia de lista de países que apoiam o terrorismo.
2006 – EUA reatam relações diplomáticas com a Líbia.
2007 – Eleição da Líbia para assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.
2008 – agosto – Silvio Berlusconi pede desculpas à Líbia por danos causados pela Itália durante a era colonial e assina contrato de investimentos da ordem de cinco US$ 5 bilhões.
2008 – setembro – Visita à Líbia da Secretária de Estado norte-americana Condoleezza Rice.
2009 – fevereiro – Kadhafi é eleito presidente da União Africana.
2009 – junho – Primeira visita de Kadhafi à Itália, maior parceiro comercial do país.
2010 – janeiro – Rússia anuncia acordo da ordem de US$ 1,8 bilhões em armamentos para a Líbia.
2011 – fevereiro – Início dos protestos em Benghazi, segunda maior cidade do país e bastião de oposição ao regime Kadhafi.
2011 – março – A Líbia é suspensa da Liga dos Estados Árabes.
2011 – março – O Conselho de Segurança da ONU adota, por 10 votos a favor e 5 abstenções (China, Rússia, Índia, Alemanha e Brasil), a Resolução 1973, que prevê o uso da força pela OTAN a fim de proteger civis e estabelece zona de interdição aérea sobre a Líbia, além de novas sanções.
2011 – março – Início do bombardeio da Líbia por aeronaves francesas, britânicas e estadunidenses.
2011 – março – OTAN assume o comando das operações militares na Líbia.
2011 – junho – O Conselho de Ministros de Relações Exteriores da União Européia decide reconhecer o Conselho Nacional de Transição (CNT) como "o principal interlocutor político na Líbia e o representante das aspirações do povo líbio".
2011 – agosto – Tomada de Trípoli pelas forças do CNT. A União Africana, junto com outros 60 países, reconhece o CNT como nova autoridade Líbia.
2011 – 20 de outubro – Captura e morte de Kahafi. Três dias depois, o CNT anuncia a libertação do país.
2011 – 31 de outubro – Abdel Rahim al-Kib é eleito Primeiro-Ministro da Líbia, em votação exclusiva aos membros do CNT.
2011 – 30 de novembro – Formação do novo Governo provisório líbio, que deverá permanecer no poder até as eleições gerais marcadas para junho de 2012.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-LÍBIA

1974 – Abertura da Embaixada do Brasil em Trípoli
1975 – Abertura da Embaixada da Líbia em Brasília.
1987 – I Comissão Mista Brasil–Líbia
1992 – Sanções à Líbia impostas pelo Conselho de Segurança da ONU entram em vigor no Brasil. Brasil retira Embaixador em Trípoli, mantendo apenas Encarregado de Negócios
2000 – Brasil volta a designar Embaixador em Trípoli
2001 – Visita ao Brasil do General Musta Kharubi, Enviado Especial do Coronel Muammar Kadhafi
2001 – O então Senador Ney Suassuna (PMDB/PB) visita a Líbia e entrega carta do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Coronel Kadhafi
2002 – Visita ao Brasil do Ministro da Economia da Líbia, Shukri Ghanem
2003 – Visita à Líbia do Presidente Lula
2004 – Visita à Líbia do Ministro-Chefe do Conselho de Desenvolvimento Economico e Social, Jacques Wagner.
2006 – Presidente Lula mantém encontro com Kadhafi à margem da Cúpula AFRAS (África – América do Sul)
2007 – setembro – Professor Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial da Presidência da República, realiza visita a Trípoli e é recebido pelo Coronel Kadhafi, a quem fez entrega de Mensagem Presidencial
2008 – março – Visita à Líbia do Diretor-Executivo da Petrobras, José Sérgio Gabrielli
2008 – maio – Visita à Líbia do Chanceler Celso Amorim
2009 – janeiro – Visita à Líbia do Ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio, Miguel Jorge
2009 – fevereiro – Visita ao Brasil do Vice-Primeiro-Ministro líbio, Imbarek Ashamikh
2009 – março – Encontro do Chanceler Celso Amorim com o seu homólogo líbio, Moussa Koussa, à margem da II Cúpula ASPA (América do Sul – Países Árabes)
2009 – julho – Visita à Líbia do Presidente Lula, para participar da XIII Cúpula da União Africana
2010 – julho – Visita à Líbia do Chanceler Celso Amorim
2011 – setembro – Brasil vota a favor do credenciamento do Conselho Nacional de Transição como representante da Líbia para a 66ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU, o que significa, na prática, o
reconhecimento formal, pelo Brasil, daquela entidade como legítima representante do povo líbio
2011 – outubro – Visita à Líbia do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos de África e Oriente Médio do Itamaraty, Embaixador Paulo Cordeiro

ACORDOS BILATERAIS

Título	Celebração	Entrada em vigor	Promulgação
Acordo Básico de Cooperação	30/06/1978	04/10/1981	27/10/1981
Acordo de Cooperação Técnico-Científica e Tecnológica	30/06/1978	08/04/1986	04/06/1986
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Grande Jamairia Árabe Popular Socialista da Líbia na Área de Saúde Animal	19/02/2009	05/10/2010	Em tramitação na Casa Civil

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

LÍBIA: DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS

DADOS BÁSICOS

Nome oficial	Líbia
Superfície	1.759.540 km^2
Localização	Norte da África
Capital	Tripoli
Principais cidades	Tripoli, Benghazi, Misurata, Zuwara, Khums, Sebha
Idioma oficial	Árabe
Moeda	Dinar líbio (LD)
População (2011)	6 milhões de habitantes

A Líbia situa-se no Norte de África, banhada pelo mar Mediterrâneo e ladeada pelo Egito a leste e pela Tunísia e Argélia a oeste. Ao sul limita-se com o Niger e Chade e, a sudeste, um pequeno trecho com o Sudão. Possui população de aproximadamente 6 milhões de habitantes.

Elaborado pela MRE/DCOM/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do EIU - The Economist Intelligence Unit - Country Report January 2012 e CIA World Factbook

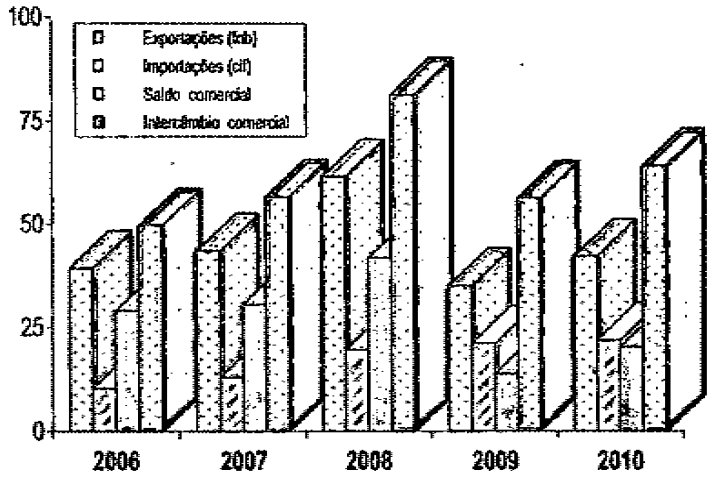
PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS (2011)

PIB Nominal	US$ 58,7 bilhões
Crescimento real do PIB	-27,9%
PIB Nominal "per capita"	US$ 9.776
PIB PPP	US$ 91 bilhões
PIB PPP "per capita"	US$ 15.189
Inflação	10,3%
Reservas internacionais	US$ 68 bilhões
Dívida externa	US$ 5 bilhões
Câmbio (LD / US$)	1,24

Com PIB Nominal de US$ 58,7 bilhões em 2011, a Líbia apresentou-se como a 58ª economia do mundo em termos nominais. Contudo, o PIB recuou abruptamente em 2011, cerca de 28%, em razão dos conflitos políticos internos no país, desde meados de 2011.

LÍBIA: COMÉRCIO EXTERIOR
US$ bilhões

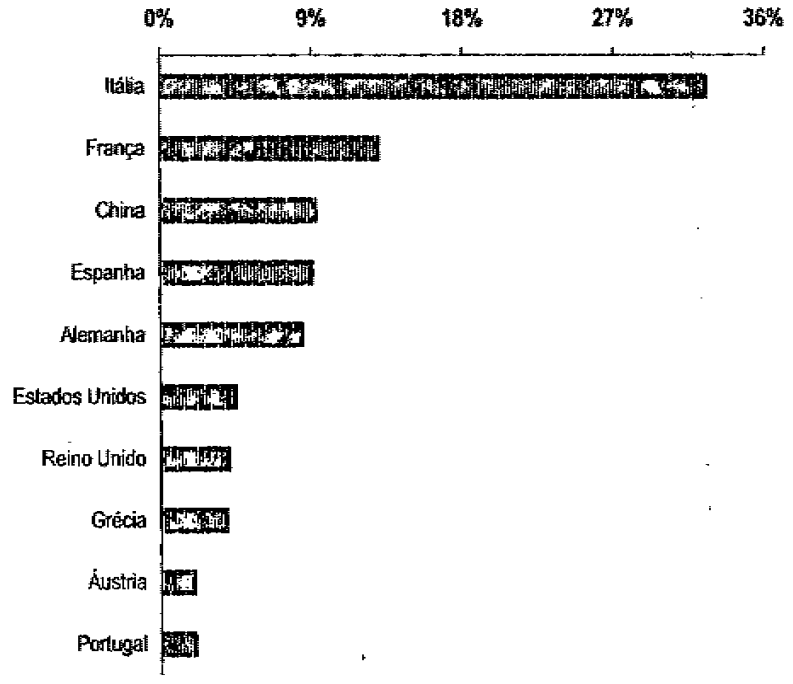
DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-set)
Exportações (fob)	39	44	62	35	42	15
Importações (cif)	10	13	20	21	22	7
Saldo comercial	29	31	42	14	20	8
Intercâmbio comercial	50	57	81	56	64	23



O comércio exterior líbio apresentou, em 2010, variação de 29% em relação a 2006, passando de US$ 50 bilhões para US$ 64 bilhões. No ranking do FMI a Líbia figurou como a 58º mercado mundial, sendo a 68º exportador e a 53º importador.

LÍBIA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
2010 - Em %

Descrição	% no total
Itália	32,6%
França	13,1%
China	9,3%
Espanha	9,1%
Alemanha	8,5%
Estados Unidos	4,6%
Reino Unido	4,1%
Grécia	3,9%
Áustria	2,1%
Portugal	2,1%
...	
Brasil	***0,2%***
Subtotal	**89,6%**
Outros países	**10,4%**
Total	**100,0%**

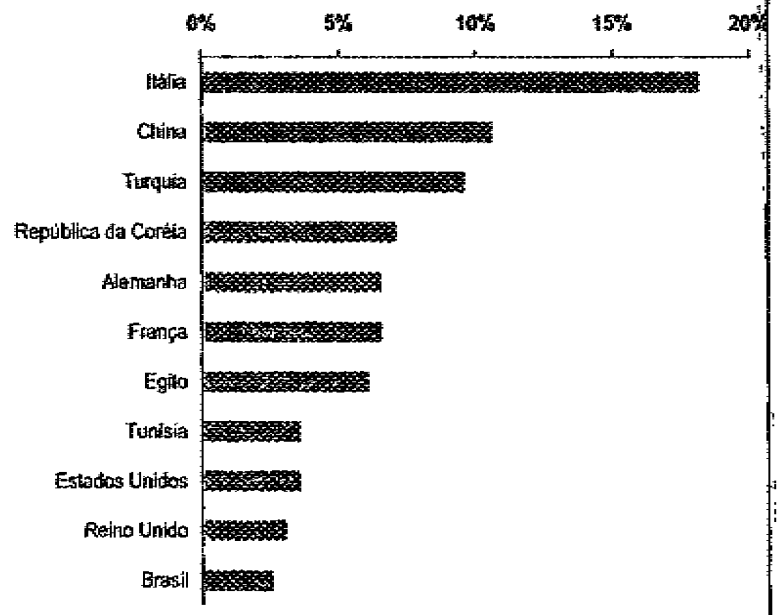


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC (Trademap)

A Itália representou 33% do destino da pauta de exportação líbia, em 2010. Também destacaram-se a participação de França (13%); China (9%); Espanha (9%) e Alemanha (9%). O Brasil obteve o 22º lugar entre os parceiros em 2010, participando com 0,2% do total.

LÍBIA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
2010 - Em %

Descrição	% no total
Itália	18,2%
China	10,6%
Turquia	9,6%
República da Coréia	7,1%
Alemanha	6,6%
França	6,6%
Egito	6,1%
Tunísia	3,5%
Estados Unidos	3,5%
Reino Unido	3,0%
...	
Brasil	**2,5%**
Subtotal	**77,3%**
Outros países	**22,7%**
Total	**100,0%**



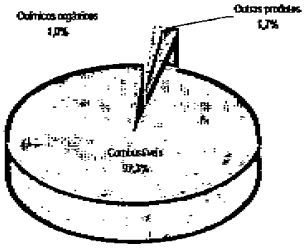
Elaborado pela APEX-BRASIL - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TRAINS/Treinmap, January 2012

A exemplo das exportações, as importações do país são originárias principalmente da Itália, que representou em torno de 18% do total das importações líbias em 2010. O Brasil obteve o 11º lugar entre os principais parceiros, participando com 2,5% do total.

LÍBIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2010 - Em %

Descrição	% no total
Combustíveis	97,3%
Químicos orgânicos	1,0%
Subtotal	**98,3%**
Outros produtos	**1,7%**
Total	**100,0%**



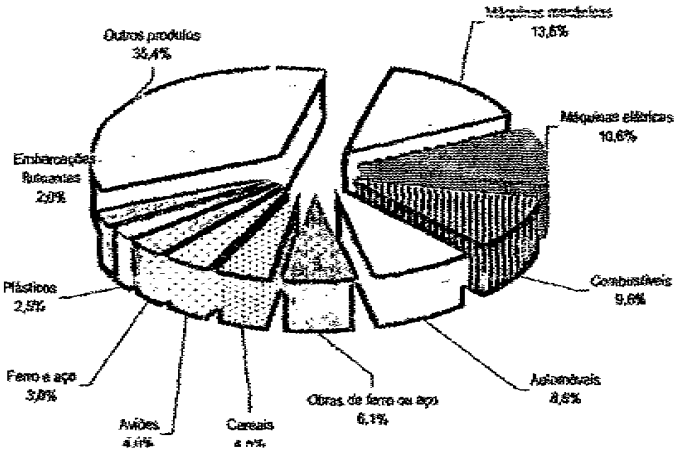
Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TRAINS (Trade Analysis Information System).

A economia líbia depende basicamente do setor petrolífero, responsável por cerca de 30% do PIB e por 97% das exportações. Em 2010, o óleo petróleo em bruto foi o principal item da pauta (97%), seguido de produtos químicos orgânicos (1%) e ferro e aço (1%)

LÍBIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

2010 - Em %

Descrição	% no total
Máquinas mecânicas	13,6%
Máquinas elétricas	10,6%
Combustíveis	9,6%
Automóveis	8,6%
Obras de ferro ou aço	6,1%
Cereais	4,5%
Aviões	4,0%
Ferro e aço	3,0%
Plásticos	2,5%
Embarcações flutuantes	2,0%
Subtotal	**64,6%**
Outros produtos	**35,4%**
Total	**100,0%**



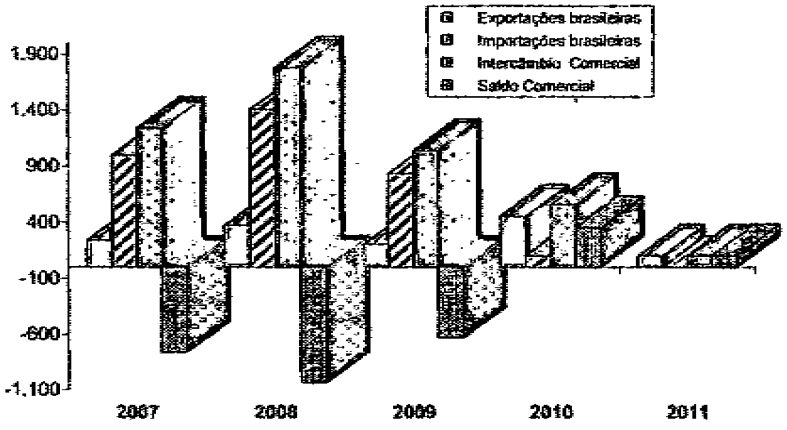
Os 10 principais grupos de produtos importados pelo país somaram 65% da pauta em 2010, destacando-se as máquinas mecânicas e elétricas (24%); combustíveis (10%); automóveis (9%); e obras de ferro e aço (6%).

BRASIL-LÍBIA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações brasileiras	**239**	**373**	**205**	**456**	**102**
Variação em relação ao ano anterior	0,2	0,6	-0,5	1,2	-0,8
Importações brasileiras	**998**	**1.406**	**835**	**101**	**0,7**
Variação em relação ao ano anterior	2,5	0,4	-0,4	-0,9	-1,0
Intercâmbio Comercial	**1.237**	**1.779**	**1.040**	**557**	**103**
Variação em relação ao ano anterior	74,5	0,4	-0,4	-0,5	-0,8
Saldo Comercial	**-759**	**-1.033**	**-630**	**355**	**101**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alice Web.

A Líbia foi o 109º parceiro comercial brasileiro em 2011, absorvendo 0,04% das transações brasileiras com o mundo. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial do Brasil com o país decresceu em 92%, passando de US$ 1,2 bilhão, para US$ 103 milhões. As expo

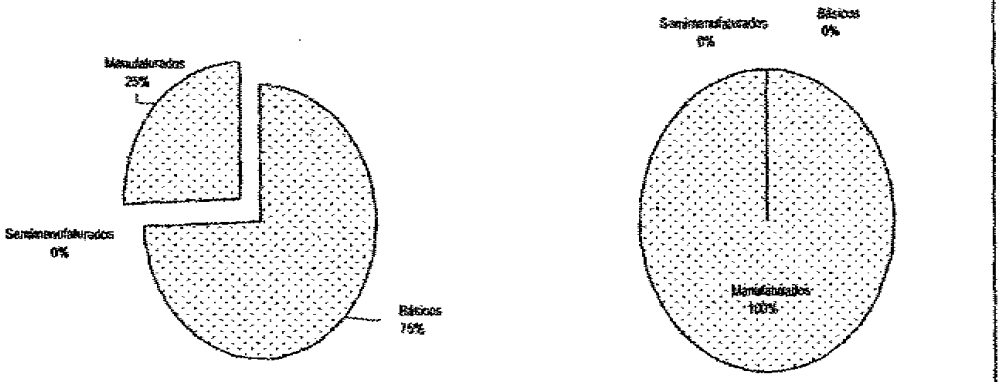


BRASIL-LÍBIA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US$ milhões, fob (2011)

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	76	74,5%	0	0,0%
Semimanufaturados	0	0,0%	0	0,0%
Manufaturados	26	25,5%	1	100,0%
Total	102	100,0%	1	100,0%

Elaborado pela [illegible]

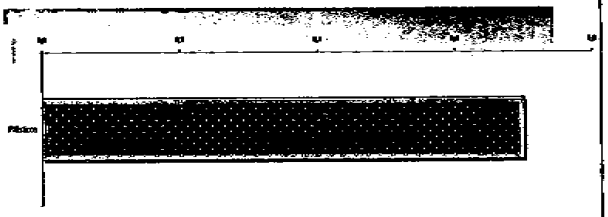
As exportações brasileiras para a Líbia são compostas em sua maior parte por produtos básicos, que representaram 75% das vendas em 2011, com destaque para carnes, cereais e açúcar. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados repres



BRASIL-LÍBIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011 Valor	2011 % no total
Plásticos	0,0	0,0	0,7	100,0%
Combustíveis	830,0	96,0	0,0	0,0%
Subtotal	835,0	98,3	0,7	100,0%
Outros produtos	0,0	2,7	0,0	0,0%
Total	835,0	101,0	0,7	100,0%

Importações brasileiras originárias da Líbia, 2011



Elaborado pela [illegible]

As importações brasileiras originárias da Líbia apresentaram alto grau de concentração. Os plásticos (polietileno) representaram a totalidade das compras brasileiras em 2011.

Aviso nº 80 - C. Civil.

Em 14 de fevereiro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor AFONSO ÁLVARO DE SIQUEIRA CARBONAR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Líbia.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – As **Mensagens nºs 7 a 19, de 2012**, vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 25 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia
Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro
Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão
PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará
Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco
Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo
Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais
S/PARTIDO - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás
Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso
Bloco-DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul
Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba
Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo
Bloco-PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí
PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte
Bloco-PMDB - Ivonete Dantas* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina
Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas
PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
PR - Lauro Antonio** (S)

Amazonas
PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná
Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre
Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul
PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal
PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia
Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins
PSD - Kátia Abreu*
PR - João Ribeiro**
PR - Vicentinho Alves**

Amapá
Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima
PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos
*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (5)
VICE-PRESIDENTE: VAGO (5,11)
RELATORA: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (15,16)

Leitura: 16/03/2011
Instalação: 27/04/2011
Prazo final: 06/09/2011
Prazo prorrogado: 15/04/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (10)	
Lídice da Mata (PSB-BA) (3,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) (3,6,9)
Angela Portela (PT-RR) (3)	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) (3)
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (3)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO (8)	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) (13)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1,14)	1.
PTB	
VAGO (2,12)	

Notas:
*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.
1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).
2. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
3. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.

6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
12. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
15. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
16. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 3/12-SSCEPI, comunicando que a Senadora Lídice da Mata foi designanda Relatora.

Secretário(a): José Augusto Panisset Santana
Telefone(s): 33033492
Fax: 33031176
E-mail: panisset@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (9)
VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (9)
RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (9)

Leitura: 17/05/2011
Instalação: 28/06/2011
Prazo final: 22/12/2011
Prazo prorrogado: 31/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (11)	
Lindbergh Farias (PT-RJ) (6)	1. Pedro Taques (PDT-MT) (6)
VAGO (6,13)	2. Lídice da Mata (PSB-BA) (14)
Eduardo Suplicy (PT-SP) (6)	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) (3)	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) (3,15)
Ciro Nogueira (PP-PI) (3)	2. VAGO (3,17)
Sérgio Petecão (PSD-AC) (3,16)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) (5)	1. VAGO (7,8)
VAGO (10,12)	
PTB	
João Vicente Claudino (PI) (4)	1. Gim Argello (DF) (4)

Notas:
*. Em 14.12.2011, foi lido o Requerimento nº 1.550, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias, a partir de 23.12.2011.
1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (OF. Nº 67/2011-GLDBAG).
2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).
3. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).

4. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).
6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).
13. Vago em virtude da indicação da Senadora Lídice da Mata para vaga de suplente na Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente da Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
17. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 6133033514
Fax: 6133031176
E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008
Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (3)

Senador José Pimentel (PT) (1)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (1)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (2)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:
*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).
**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.
***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.
****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.
*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.
******. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.
1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).
2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Gilson Dipp (1)
RELATOR: Luiz Carlos Gonçalves

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011
Designação: 21/09/2011
Instalação: 18/10/2011

MEMBROS

Gilson Dipp
Maria Tereza Moura
Antonio Nabor Areias Bulhões
Emanuel Messias Oliveira Cacho
Gamil Föppel El Hireche
José Muiños Piñeiro Filho
Juliana Garcia Belloque
Luiza Nagib Eluf
Luiz Carlos Gonçalves
Luiz Flávio Gomes
Marcelo André de Azevedo
Marcelo Leal Lima Oliveira
Marcelo Leonardo
René Ariel Dotti
Técio Lins e Silva
Tiago Ivo Odon
Marco Antonio Marques da Silva

Notas:
*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.
**. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.
***. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.
****. Em 31.10.2011, foi lido o Of. nº 032/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 18.10.2011, bem como a designação, como Relator, do Dr. Luiz Carlos Gonçalves, Procurador Regional do Estado de São Paulo.
*****. Acrescida de uma vaga, conforme proposta da Presidência do Senado, aprovada na sessão de 20.10.2011, a ser ocupada pelo Desembargador Marco Antonio Marques da Silva, do Tribunal de Justiça de São Paulo.
1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (14)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) (11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) (10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT) (9)
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) (18,23)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. VAGO (4,8,17)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) (12,13,19,21)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) (6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) (3)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Clovis Fecury (DEM) (5,16)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PR (20)	
Clésio Andrade (S/PARTIDO)	1. Blairo Maggi
João Ribeiro (7)	2. Alfredo Nascimento (22)
PSD/PSOL (25)	
Kátia Abreu (PSD) (24,26)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro sumplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).

10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).

18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
23. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
24. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando compartilhamento de vagas entre PSD e PSOL na Comissão.
26. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário n° 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (1)	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:
1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (5)	
Lindbergh Farias (PT) (4,7)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (S/PARTIDO)	2. Cristovam Buarque (PDT) (6)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (2)	1. Armando Monteiro (PTB) (1,3)

Notas:
1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
7. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) (4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (9)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. VAGO
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (7,18)
Paulo Davim (PV) (2)	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) (3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Lauro Antonio (PR) (15,16,17)	6. Sérgio Petecão (PSD) (11)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) (10,12,14)
Cyro Miranda (PSDB) (8,10)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino (1,6)	2. Gim Argello
PR (13)	
Vicentinho Alves	1. Clésio Andrade (S/PARTIDO)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)
6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)
7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).
11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).
13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)
15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
18. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
VICE-PRESIDENTE: VAGO (1,3)

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (5)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO (6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (4)	1. Maria do Carmo Alves (DEM) (2)

Notas:
1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Marisa Serrano para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).
3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)

VICE-PRESIDENTE: (2,5,6)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (4)	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) (1)	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
VAGO (5,6)	1. VAGO (3)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO (5)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:
1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Lauro Antonio (PR)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:
*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (24)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) (9)
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) (9)
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) (9,12)
Jorge Viana (PT) (8)	4. Acir Gurgacz (PDT) (25,26)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) (10)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	7. Humberto Costa (PT) (13)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) (3,4,16,21,28)
Pedro Simon (PMDB) (2,17)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,16)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) (14,16)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) (15,16)
Renan Calheiros (PMDB) (21)	5. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) (27)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (29)	8. Lauro Antonio (PR) (31,32,33)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (23)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) (11)
Demóstenes Torres (DEM) (18)	4. José Agripino (DEM) (19)
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) (6)
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti (7)
PR (30)	
Magno Malta	1. Clésio Andrade (S/PARTIDO) (20,22)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. VAGO (34)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).
***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).
****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.
*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.
******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunicio Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.
*******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.
********. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
12. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB.

24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
29. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
30. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
31. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
32. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
33. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
34. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)
VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	
Lindbergh Farias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	
PTB	
Armando Monteiro	
PSOL	
Randolfe Rodrigues	

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (18)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (14,27)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (10)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) (19)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) (33)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Roberto Requião (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB) (2,22)
Lauro Antonio (PR) (29,30,32)	2. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO (7,13,28)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Ivonete Dantas (PMDB) (31,34)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB) (20)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PSD) (23)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) (11)
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (6)	1. Cícero Lucena (PSDB) (36)
Cássio Cunha Lima (PSDB) (16,25)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (5)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) (4)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) (21)
José Agripino (DEM) (9)	5. Demóstenes Torres (DEM) (8)
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. (1)
PR (24)	
Magno Malta (12,26)	1. Clésio Andrade (S/PARTIDO)
João Ribeiro (26)	2. Vicentinho Alves

PSD/PSOL (37)

Kátia Abreu (PSD) (35,38)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João VIcente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.

5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)

12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).

18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
26. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
27. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
28. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 330/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
37. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
38. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:
*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (3)

VICE-PRESIDENTE: VAGO (3,19)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (15)	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) (4)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Luiz Henrique (PMDB) (17)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB) (21,22)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) (22,23)
Sérgio Souza (PMDB) (7)	4. João Alberto Souza (PMDB) (18)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Ivonete Dantas (PMDB) (32,34)
Ivo Cassol (PP) (13,14,24,25)	6. Lauro Antonio (PR) (9,30,31,33)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) (8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) (20,28,29)	3. Clovis Fecury (DEM) (28)
PTB	
Gim Argello (1,27)	1. João Vicente Claudino (2)
PR (26)	
Vicentinho Alves	1. Blairo Maggi
PSD/PSOL (36)	
Randolfe Rodrigues (PSOL) (5)	1. Kátia Abreu (PSD) (5,6,10,35)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.
1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).
20. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of nº 059/2011-GLDEM).
21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
23. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
24. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
25. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
26. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
27. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
28. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
29. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
33. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
35. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
36. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando compartilhamento de vagas entre PSD e PSOL na Comissão.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO (1,2,6,8)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (1,6)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (5)	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO (4)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. VAGO (7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (3)	1. Kátia Abreu (PSD)
PTB	
VAGO (9)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollembeerg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
7. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
8. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
9. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (2)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO (1)
Anibal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
VAGO (4)	1. João Vicente Claudino

Notas:
1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) (1,2,3)
RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (1)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (4)	
VAGO	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
VAGO (2,3,5,6)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
VAGO (7)	1. João Vicente Claudino

Notas:
1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (1,4,9)
VICE-PRESIDENTE: VAGO (1,11)
RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) (1)

Instalação: 05/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (6)	
Cristovam Buarque (PDT) (3,8)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO (5,7,10)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO (2)
PTB	
VAGO (12)	1. João Vicente Claudino

Notas:
1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
8. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
10. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
11. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
12. Vagom, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
*. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 05.05.2011 os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) (3)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (16)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT) (14,24)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Anibal Diniz (PT) (15,25,27)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) (12)	6. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) (8,10,26,33)
Lauro Antonio (PR) (2,13,28,29,32)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Ivonete Dantas (PMDB) (31,34)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) (18,30)	4. VAGO (21)
Sérgio Petecão (PSD) (20)	5. VAGO (13)
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (7,9,17,36)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) (6,23)
VAGO (5)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM) (19,37)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (1)	1.
Gim Argello (11)	2.
PR (22)	
Magno Malta	1. Vicentinho Alves
PSOL	
VAGO (35)	1. Randolfe Rodrigues (4)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.
*******. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.
1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB)
5. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).
7. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).
8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).
10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
11. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
12. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).
13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)
24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).
25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).
26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
27. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).
28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
29. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
37. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Sérgio Petecão (PSD) (3)	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) (1)	1.

Notas:
1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO (1,7)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (1)

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
VAGO (8)	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
VAGO (5)	1. Garibaldi Alves (PMDB) (6)
Paulo Davim (PV)	2. VAGO (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (3)	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
6. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
7. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
8. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (1)

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Sérgio Petecão (PSD) (4)	1. VAGO (5)
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:
1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (8)	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) (5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) (4)
Sérgio Souza (PMDB) (6,9,10)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) (17)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB) (16)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Lauro Antonio (PR) (13,14,15)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) (3)	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) (11)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) (1)
PR (12)	
Blairo Maggi	1. Clésio Andrade (S/PARTIDO)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.
1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
10. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
14. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
16. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
17. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE´s nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) (2)

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (4)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) (3,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:
1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.
***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (3)

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) (1)

Notas:
1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) (4)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (4)

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (7)	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) (5,9)	4. Sérgio Souza (PMDB) (3,6,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (1,8)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:
1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011, foi lido o Ofício nº 29/2011-CREPRES comunicando a eleição do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
10. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (9)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Acir Gurgacz (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) (19)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) (3,4,11)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB) (10)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. VAGO (12)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Lauro Antonio (PR) (16,17,18)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP) (6,7,13,14)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) (2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) (5,8)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PR (15)	
Blairo Maggi	1. Vicentinho Alves
PSOL	
(20)	1. (20)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.
****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.
*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.
1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).
2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).
12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
15. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
16. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
17. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
18. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)
20. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 20/2012-GSRR).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
Vicentinho Alves (PR) (1)	2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. nº 002/2012-GLDBAG).
2. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 11/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Vicentinho Alves para Presidente da Subcomissão.
*. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Lauro Antonio (PR-SE) (1,22,24,28)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (11)	
Wellington Dias (PT) (2)	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) (8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) (3)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) (14)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) (16)
Lauro Antonio (PR) (22,23,24,25)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO (4)
VAGO (17)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) (9,10,18,20)
Benedito de Lira (PP)	6. Ivonete Dantas (PMDB) (26,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) (6,13,21)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO (7)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) (5)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PR (19)	
Vicentinho Alves	1. Magno Malta
PSD/PSOL (29)	
	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (15)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.
1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
22. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
23. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
24. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
25. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
26. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
27. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
28. Em 14.12.2011, foi lido o Ofício nº 342/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio, no dia 13.12.2011, para Vice-Presidente da Comissão.
29. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Reuniões: quartas-feiras, às 14h -
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Lauro Antonio (PR-SE) (6,7)

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Lauro Antonio (PR) (4,5)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. VAGO (3)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Em 04.04.2011, foi lido o Ofício nº 01/2011-CDR comunicando a eleição dos Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
6. O Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/11, aprovados na sessão de 30.11.2011, e foi substituído na Subcomissão pelo Senador Lauro Antonio, em 21.12.2011 (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.02.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio para Vice-Presidente da Subcomissão.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (1)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (5)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP) (4,6,7,8)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:
1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
8. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) (1,4,7)

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Zeze Perrella (PDT) (2,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO (9)
VAGO (8)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (5)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Em 06.07.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição da senadora Lídice da Mata e do senador Ataídes Oliveira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
5. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
6. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
7. Em 20.09.2011, foi lido o Ofício nº 221/2011-PRESCDR comunicando a eleição do Senador Zeze Perrella para vice-presidente da Subcomissão.
8. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
9. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (16)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (8,11,23,25)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) (12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (5)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ivonete Dantas (PMDB) (29,30)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Lauro Antonio (PR) (26,27,28)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) (13,14,20,21)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) (18)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (4)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) (3,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) (7,19)
PTB	
Sérgio Souza (PMDB) (1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti (6)
PR (22)	
Clésio Andrade (S/PARTIDO) (24)	1. Blairo Maggi
PSD/PSOL (33)	
Sérgio Petecão (PSD) (32)	1. Kátia Abreu (PSD) (31)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibardi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro titular do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 12h -
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (9)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) (12,14)
João Capiberibe (PSB) (10,11,19)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB) (1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) (3,5,13)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) (7,8,15,17)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR (16)	
Alfredo Nascimento (4,18)	1. João Ribeiro (18)
PSD/PSOL (22)	
(6)	1. Sérgio Petecão (PSD) (20,21)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.
********. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.
1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).
7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (OF. nº 126/2011 - GLDBAG).
13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 270/2011 - GLPMDB).
14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
16. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
17. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
20. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
21. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplentePSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
22. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando compartilhamento de vagas entre PSD e PSOL na Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (1)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005
2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007
3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009
4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA) (3)	2. VAGO (4)
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Anibal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO (2)
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Atualização: 08/11/2011

Notas:
1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago(PMDB-PB) ter deixado o mandato.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (6)
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
Ivonete Dantas (RN) (10)
PT
Ana Rita (ES) (9)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) (3)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (5)
PR
Clésio Andrade (S/PARTIDO-MG) (8)
PP
Ciro Nogueira (PI) (1)
PDT
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (2)
PSOL
VAGO (4,11)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE) (7)
PPS
PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 28/12/2011

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicada para ocupar a vaga do PT,conforme Of. nº 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme OF.GLPMDB nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
11. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (13)
VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (13)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) (6)
PT
Jorge Viana (AC) (7)
PSDB
Cyro Miranda (GO) (10)
PTB
Armando Monteiro (PE) (9)
DEM
José Agripino (RN) (8)
PR
Clésio Andrade (S/PARTIDO-MG) (11)
PP
Ivo Cassol (RO) (16)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) (12)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) (4)
PSOL
VAGO (14,15)
PRB
Marcelo Crivella (RJ) (1)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (3,17)
PPS

PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)
PV
Paulo Davim (RN) (5)

Atualização: 06/12/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Ofs. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
17. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) (15)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (14)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS) (7)
PT
Ana Rita (ES) (9)
PSDB
Cícero Lucena (PB) (11)
PTB
João Vicente Claudino (PI) (10)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (8)
PR
Blairo Maggi (MT) (12)
PP
Ana Amélia (RS) (6)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) (13)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) (2)
PSOL
VAGO (16,18)
PRB
Marcelo Crivella (RJ) (1)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (5,17)
PPS

PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)
PV
Paulo Davim (RN) (3)

Atualização: 28/12/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
16. Designada para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of. SF/GSMB nº 0417/2011, de 10/08/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/08/2011.
17. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
18. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (14)

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC) (5)
PT
Jorge Viana (AC) (9)
PSDB
Cyro Miranda (GO) (11)
PTB
Gim Argello (DF) (10)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (8)
PR
Clésio Andrade (S/PARTIDO-MG) (12)
PP
Ciro Nogueira (PI) (6)
PDT
Cristovam Buarque (DF) (15)
PSB
Lídice da Mata (BA) (13)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (3)
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) (1)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (4,16)
PPS

PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC) (7)
PV
Paulo Davim (RN) (2)

Atualização: 06/12/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.nº 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.nº 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do OF. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.
16. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)
Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Marco Maia (PT/RS)	**PRESIDENTE** José Sarney (PMDB/AP)
1º VICE-PRESIDENTE Rose de Freitas (PMDB/ES)	**1ª VICE-PRESIDENTE** Marta Suplicy (PT/SP)
2º VICE-PRESIDENTE Eduardo da Fonte (PP/PE)	**2º VICE-PRESIDENTE** Waldemir Moka (PMDB/MS)[1]
1º SECRETÁRIO Eduardo Gomes (PSDB/TO)	**1º SECRETÁRIO** Cícero Lucena (PSDB/PB)
2º SECRETÁRIO Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	**2º SECRETÁRIO** João Ribeiro (PR/TO)
3º SECRETÁRIO Inocêncio Oliveira (PR/PE)	**3º SECRETÁRIO** João Vicente Claudino (PTB/PI)
4º SECRETÁRIO Júlio Delgado (PSB/MG)	**4º SECRETÁRIO** Ciro Nogueira (PP/PI)
LÍDER DA MAIORIA Paulo Teixeira (PT/SP)	**LÍDER DA MAIORIA** Renan Calheiros (PMDB/AL)
LÍDER DA MINORIA Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	**LÍDER DA MINORIA** Mário Couto (PSDB/PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA João Paulo Cunha (PT/SP)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** Eunício Oliveira (PMDB/CE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 16.11.2011)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO [1]

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião [6]
Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame [6]
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia [6]

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
Emiliano José	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
Moacir Micheletto	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira [3]
Antonio Carlos Mendes Thame [2]	Luiz Nishimori [3]
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja [3]
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes [4]
Mandetta	Augusto Coutinho [5]
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé [8]	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Vago [7]	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 08.11.2011)

_____

1- Designados pelo Ato n° 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

7- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA)
Jô Moraes (PCdoB/MG) [1]	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1.
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) [5]
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) [2 e 4]
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) [7]	1 Sandra Rosado (PSB/RN) [7]
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Morais (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) [6]
PTB	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) [3]

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho
Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878
Fax: (61) 3216-6880
E-mail: cpmc@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) [1]
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Paulo Teixeira (PT/SP) [2]	**LÍDER DA MAIORIA** Renan Calheiros (PMDB/AL) [3]
LÍDER DA MINORIA Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** Mário Couto (PSDB/PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

_____

Notas:

1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.

2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

- Leitura: 13-7-2011
- Designação da Comissão: 14-12-2011
- Instalação da Comissão: 8-2-2012
- Prazo final da Comissão: 19-8-2012

Presidente: Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente:
Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP)	2. Wellington Dias (PT/PI)
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. Marcelo Crivella (PRB/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PSC / PMN / PV)**	
Ivonete Dantas (PMDB/RN) [2]	1.
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) [3 e 4]	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Minoria (**PSDB / DEM)**	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. João Vicente Claudino (PTB/PI)
PSOL [1]	
Marinor Brito (PSOL/PA)	1.

_____

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 58,00**
Porte do Correio	**R$ 488,40**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 546,40**

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 116,00**
Porte do Correio	**R$ 976,80**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 1.092,80**

.

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	**R$ 0,50**
Porte Avulso	**R$ 3,70**

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**	**COD. – 70815-1**

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no SITE: http://www.tesouro.fazenda.gov.br código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.**

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053** Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 504 páginas

(OS: 10351/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL